

“Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores” e “Temáticas diversas”: apresentação do número especial

Mary Yale Neves,^{Orcid, I, *} Cirlene de Souza Christo,^{Orcid, II} Leticia Pessoa Masson,^{Orcid, III} Hélder Pordeus Muniz^{Orcid, I}
(Organizadores do dossiê *Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores*)

^IUniversidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

^{II}Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{III}Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

O presente número especial da *Fractal: Revista de Psicologia* apresenta um Dossiê Temático intitulado “Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores”, e uma seção que agrega um conjunto de textos de “Temáticas diversas”.

O Dossiê Temático reúne diferentes artigos de integrantes do Grupo de Trabalho (GT) **Modos de vida e trabalho** vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP. A proposição do GT no interior da ANPEPP, em 2004, foi fruto da cooperação sistemática – interdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e interestadual – entre diversos docentes e pesquisadores, fortalecendo redes de diálogo e intercâmbio já existentes desde o início dos anos 1990.

Esses docentes e pesquisadores, em sua maioria, mobilizam em suas práticas a perspectiva ética e epistemológica da ergologia e algumas abordagens clínicas do trabalho, como a Ergonomia da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho e a Clínica da Atividade. O que resulta na premissa comum de terem a pesquisa e a intervenção realizadas simultaneamente em diferentes situações de trabalho.

Na direção de construção desse GT, consolidou-se, portanto, o caráter transversal do *ponto de vista da atividade* para compreender↔transformar os modos de vida e trabalho, norteando-se por compromissos éticos, epistêmicos e políticos entre pesquisadores e protagonistas das situações de trabalho em análise.

Desde 2008, o GT decidiu por apontar um eixo central sobre o qual esse coletivo se debruçaria nos períodos entre os simpósios da ANPEPP, que acontecem a cada dois anos. Para o XVI Simpósio, realizado em junho de 2016, optou-se por focar na reflexão acerca de obras e conceitos de diferentes autores que podem contribuir para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho e Organizacional (PT&O). Buscou-se, ainda, avançar na problematização acerca de determinadas ferramentas conceituais mobilizadas pelas/nas práticas de pesquisa-intervenção e formação desenvolvidas por membros do GT.

Dessa forma, recorreu-se ao exercício de escrita dos artigos aqui apresentados, em parceria – marca do grupo – que vem se configurando como um dispositivo fecundo ao favorecer o desenvolvimento do caráter coletivo de nossas produções científicas, enriquecendo-as significativamente.

Pode-se afirmar que alguns dos artigos do dossiê foram produzidos com o intuito de aprofundar o debate em torno de determinadas perspectivas teórico-conceituais. Neste sentido, o texto *Corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz* trata do processo de construção desse conceito na obra do filósofo Y. Schwartz, apreendendo a atividade humana como dramáticas de uso do corpo-si. Já o intitulado *Cooperação, confiabilidade e segurança no trabalho* coloca em análise a dimensão coletiva do trabalho, com foco nas questões relacionadas à cooperação. E o artigo *Preclaridades da noção de representação* pretende contribuir para o esclarecimento da referida noção no campo da Psicologia do Trabalho e da Ergonomia da Atividade. Ressalte-se que este texto é o único que não foi feito em coautoria, nem sua autora é participante do GT da ANPEPP. Trata-se de uma contribuição especial, realizada pela professora catedrática emérita e investigadora no Centro de Psicologia da Universidade do Porto/Portugal, com quem o grupo já vem estabelecendo relações de cooperação e parceria ao longo dos últimos 20 anos.

O texto denominado *A dimensão psicológica da regulação no trabalho: rastreamento teórico-conceitual* apresenta uma análise acerca do conceito de regulação, explorando-o no interior do campo da Psicologia Ergonômica e da Ergonomia da Atividade. Já o artigo *Reflexões sobre a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do trabalho* debruça-se, a partir da Psicodinâmica do Trabalho, sobre a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do emprego por doença surgida e/ou agravada no trabalho.

Uma discussão acerca de estratégias de formação na e pela análise do trabalho, para e pela ação, é desenvolvida no artigo *Ação-Formação: uma leitura das contribuições da Ergonomia da Atividade*, que objetiva refletir sobre as interações entre formação e ação ergonômica, especificamente na perspectiva da Ergonomia da Atividade. Já o texto denominado *Formação, saúde mental e trabalho: um patrimônio e uma estratégia* propõe-se a tratar da formação no campo da Saúde do Trabalhador, com foco nas relações entre Saúde Mental e Trabalho, buscando colaborar para o desenvolvimento da orientação clínica do trabalho.

* Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. E-mail: myale@uol.com.br, cirlenechr@gmail.com, leticiapessoa@yahoo.com.br, heldermuniz@uol.com.br



Dentre os artigos que se propõem a debater questões e ferramentas metodológicas, encontra-se o texto *O princípio da autoconfrontação na abordagem da Clínica da Atividade*. Os autores discutem o princípio da autoconfrontação como método indireto, com vistas a favorecer o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos e coletivos sobre si e sobre o meio de trabalho. Enquanto isso, o texto intitulado *Contribuições do método de Eduardo Coutinho para a Psicologia do Trabalho e Organizacional* procura explorar possibilidades metodológicas para a Psicologia do Trabalho e das Organizações (PT&O) a partir da obra do cineasta.

O Dossiê contempla, também, reflexões provenientes da problematização de situações de trabalho sob a ótica das relações sociais de gênero/sexo. Nessa direção, alinham-se dois artigos: *O desafio conceitual do trabalho doméstico à Psicologia do Trabalho*, que analisa o trabalho reprodutivo (doméstico) à luz do patrimônio conceitual da Psicologia do Trabalho, e *Relações Sociais de Sexo e Psicodinâmica do Trabalho: a sexualização das defesas no trabalho de care*, que se propõe a apresentar pesquisas analisadas por Pascale Molinier acerca dos sistemas defensivos contra o sofrimento em tal situação de trabalho.

Espera-se que esse material possa contribuir para o desenvolvimento do ofício de pesquisadores analistas do trabalho que adotem uma postura de desconforto intelectual, conforme defendida por Schwartz. Assim, colocam-se em debate permanente as ferramentas conceituais e metodológicas convocadas, uma vez que a atividade humana demanda esse reexame sistemático e contínuo de saberes e valores. Dessa forma, os autores deste Dossiê apresentam suas contribuições acerca do trabalho vivo, dispondo-se a controvérsias e ao debate.

Além dos temas relativos ao Dossiê Temático, este número especial agrega artigos que abordam **temáticas diversas**, aglutinando importantes problemáticas das ciências humanas e sociais, como a infância, a adolescência, a velhice, as relações familiares e de gênero, a religião, a política e a saúde. Servindo de expressão da necessária coexistência entre diferentes vertentes de pesquisa no campo da Psicologia, assim como mantendo o compromisso da revista com o diálogo com diferentes áreas de conhecimento, esses artigos apresentam resultados de pesquisas com variados referenciais teóricos e metodológicos.

Entre os artigos que apresentam resultados de estudos teóricos, dois trazem discussões com o referencial da Teoria Psicanalítica. Em *Oskar Pfister e a crítica à concepção freudiana de religião*, o autor apresenta a crítica feita por Pfister no início do movimento psicanalítico, como forma de contribuir com elementos para o debate atual entre psicanálise e religião. Também recorrendo às reflexões psicanalíticas, e a partir do conto da Branca de Neve, as autoras do artigo intitulado *Mulheres e Espelhos: a Devastação e o irrepresentável no corpo feminino* discutem a devastação como operação lógica que remete e contrasta, quanto à incidência e consequências psíquicas, com a operação instauradora do narcisismo no primeiro tempo da constituição subjetiva.

O diálogo com a Filosofia caracteriza alguns outros estudos teóricos apresentados neste exemplar. No artigo *Deleuze e a constituição do diagrama de controle*, o autor, por meio de uma revisão bibliográfica, mapeia o desenvolvimento dessa noção no pensamento de G. Deleuze, discutindo a relação entre esse diagrama e a emergência do fascismo. Já no artigo intitulado *O cotidiano frente à experiência liminar*, os autores discutem, a partir de W. Benjamin, o resgate das experiências liminares no cotidiano. No nomeado *O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo*, os autores usam textos do filósofo em uma problematização das práticas do cuidado para consigo e para com os outros nas dimensões ética e política. Essas dimensões são também enfocadas no texto denominado *Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente*, em que os autores, por meio de intervenções oriundas de reflexões teórico-práticas, propõem um diálogo em torno dos conceitos de território e vulnerabilidade a partir da categoria afetividade.

A riqueza metodológica que caracteriza a Psicologia é também expressa entre os caminhos usados nas investigações empíricas aqui apresentadas. Dentre os métodos, estão referidos a pesquisa-intervenção, a pesquisa documental e os estudos de caso.

Trazendo os resultados de uma pesquisa realizada com professores(as) de uma escola da Rede Pública, os autores do artigo intitulado *A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar* problematizam a devolutiva como questão ética e modo de se relacionar com a produção do conhecimento em pesquisa-intervenção, contrapondo-a à ideia de devolução dos dados ao campo. Também na esteira da pesquisa-intervenção, a autora do artigo intitulado *As relações entre as famílias e a equipe do CRAS* enfatiza o modo de gestão do trabalho social entre a equipe de um Centro de Referência em Assistência Social e as famílias.

A pesquisa documental foi a opção metodológica nas investigações relatadas nos artigos *(Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados* e *Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas*. A primeira busca identificar aspectos relacionados à dinâmica familiar que podem contribuir para o acolhimento e/ou o desacolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco. A segunda analisa as concepções de gênero presentes em documentos de políticas públicas que propõem diretrizes para o enfrentamento da violência de gênero e a inclusão de travestis e transexuais na escola a partir da prerrogativa do uso do nome social. Fechando a discussão sobre família e gênero, apresentam-se os resultados de duas pesquisas. A primeira, no artigo intitulado *Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil*, traz uma revi-

são bibliográfica sobre essa temática no país. A segunda, no intitulado *A análise de discurso em uma pesquisa sobre conjugalidades homossexuais*, discute a utilização da metodologia da análise do discurso em sua vertente francesa, a partir de entrevistas semiestruturadas com casais gays e lésbicos.

As entrevistas foram, também, o caminho metodológico adotado em duas pesquisas. Em uma delas, relatada no artigo que aborda *O suicídio de idosos em Teresina: fragmentos de autópsias psicossociais*, as autoras investigam retrospectivamente a vida de cinco idosos envolvidos em casos de suicídio. Em outra, intitulada *Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher*, as autoras buscam caracterizar as implicações na relação de mulheres com seu trabalho e rotina pessoal após a licença-maternidade.

Já o questionário foi o principal recurso metodológico usado em um estudo de caso apresentado no artigo intitulado *Psicoterapia e psicofarmacologia: a percepção de psicólogos*, cujo objetivo era compreender como os psicólogos inseridos em uma Secretaria Municipal de Saúde percebiam a psicoterapia, os psicofármacos e a relação entre eles.

Para finalizar, é interessante chamar a atenção para o aspecto que é transversal a todos os textos que este número deixa disponível para deleite dos leitores: a questão da subjetividade, temática comum dos estudos que vêm sendo publicados pela revista ao longo de toda a sua trajetória. Destaca-se, ainda, nesta edição algo que caracteriza a própria linha editorial da Fractal: um olhar que contempla a diversidade de enfoques, o diálogo entre eles e a perspectiva da construção coletiva, mantendo o compromisso com a produção científica e a transformação social.

Corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz

Hélder Pordeus Muniz,^{Orcid, I} ★ Kátia Maria Teixeira Santorum^{Orcid, II}, Maristela Botelho França^{Orcid, III}

^I Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

^{II} Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{III} Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo trata do processo de construção do conceito de corpo-si na obra do filósofo Yves Schwartz, apreendendo a atividade humana como dramáticas de uso do corpo-si. Buscando conferir visibilidade e sistematização ao percurso de construção desse conceito, são feitas alusões ao modo como Schwartz vem retomando criticamente as contribuições de diferentes autores. Entende-se que o conceito de corpo-si contribui para a compreensão da dimensão subjetiva do trabalho, sem oferecer respostas fechadas, indicando que só é possível contribuir para a compreensão e transformação do trabalho alheio, construindo-se uma parceria que seja tanto de projeto epistêmico quanto de construção de uma sociedade comum.

Palavras-chave: psicologia do trabalho e organizacional; atividade de trabalho; trabalho e subjetividade; corpo-si; ergologia.

The construction of the concept of selfbody on the work of Yves Schwartz

Abstract

This article deals with the process of constructing the concept of selfbody in the work of the philosopher Yves Schwartz, seizing human activity as “dramatic use of the body-self.” Seeking to give visibility and systematization to the course of construction of this concept, allusions are made to the way in which Schwartz has critically recaptured the contributions of different authors. It is understood that the concept of selfbody contributes to the understanding of the subjective dimension of work, without offering closed answers, indicating that it is only possible to contribute to the understanding and transformation of the work of others, building a partnership that is both an epistemic project as well as the construction of a common society.

Keywords: work and organizational psychology; work activity; work and subjectivity; body-self; ergology.

A dimensão subjetiva do trabalho tornou-se uma problemática importante da psicologia do trabalho e organizacional como exemplificam as obras de autores como Clot (2010) e Dejours (2012). Schwartz (2014) traz mais uma contribuição ao fornecer o conceito de atividade como “dramáticas de uso do corpo-si” que auxilia a ver tal dimensão com o cuidado epistemológico e ético necessário para evitar reducionismos e dicotomias. Pretende-se neste artigo, abordar o processo de construção do referido conceito na obra desse autor.¹ Ao mesmo tempo, procura-se trazer recortes da contribuição de autores que serviram de referência para Schwartz (2014) nesse desenvolvimento conceitual, buscando conferir alguma visibilidade e sistematização a esse dinâmico percurso. Para realizar este trabalho nos valem do conhecimento que temos da obra desse autor e dos diálogos que temos estabelecido com o mesmo desde 1999, quando dois dos autores desse texto realizaram doutorado-sandwich no departamento de Ergologia. Priorizamos trabalhar numa sequência cronológica de textos para tentar evidenciar os diferentes temas que o autor vem associando ao conceito. Depois que fizemos um primeiro levantamento de referências, enviamos ao Prof. Yves Schwartz o esboço inicial da proposta de artigo e as referências já propostas. O mesmo atenciosamente nos encorajou no desenvolvimento do trabalho indicando ainda outras referências que foram incluídas no estudo.

* Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. E-mail: hmuniz@uol.com.br, katia.santorum@gmail.com, mbfranca@hotmail.com

¹ Procurou-se trazer os títulos originais em francês na sequência cronológica em que foram publicados na França, mas privilegiamos informar como referências bibliográficas as traduções brasileiras para facilitar o acesso dos leitores.

Um primeiro texto importante é o capítulo denominado “Travail et usage de soi”² (SCHWARTZ, 2000a), publicado pela primeira vez em 1987 no livro *Je: sur L’individualité, 3 approches pratiques/ouvertures marxistes*. O livro reúne textos de intelectuais franceses empenhados em pensar a questão da individualidade a partir do patrimônio marxista. No referido capítulo, Schwartz retoma a reflexão sobre a organização taylorista do trabalho e reafirma que, mesmo em contexto de trabalho extremamente repetitivo, a dimensão subjetiva está presente, pois não existe trabalho que seja apenas execução, mas “dramáticas do uso de si por si e por outros” (SCHWARTZ, 2000a). Ainda não há nessa obra o uso do conceito de corpo-si, mas a problemática que vai levar ao desenvolvimento do conceito está presente no texto em duas referências: a Nietzsche e a Canguilhem. Num dos tópicos do capítulo, Schwartz (2000a) se pergunta como abordar o si, e começa a perseguir essa questão retomando Nietzsche (2011) quando este afirma que o si é um sábio desconhecido. Esta afirmação é feita no livro *Assim Falou Zaratustra*, especificamente em um dos discursos de Zaratustra, denominado “Dos desprezadores do corpo”:

Por trás dos teus pensamentos e sentimentos, irmão, há um poderoso soberano, um sábio desconhecido – ele se chama Si-mesmo. Em teu corpo habita ele, teu corpo é ele.

Há mais razão em teu corpo que em tua melhor sabedoria. E quem sabe porque teu corpo necessita justamente de tua melhor sabedoria? (NIETZSCHE, 2011, p. 35).

² Trabalho e uso de si.

³ Eu, sobre a individualidade, abordagens práticas/aberturas marxistas.



A presença, em plena organização de trabalho taylorista, de um trabalho diferente da prescrição revela uma atividade que não é fruto apenas de uma mão ou de uma mente separados. É efeito de um si, que se apresenta com sua complexidade e possibilidade de intervenção, como corpo que é também alma e que está para além da dicotomia trabalho intelectual e trabalho manual. Isso indica que não é simples compreender essa atividade porque ela não é evidente nem ao próprio trabalhador. Daí ser pertinente a referência a um sábio desconhecido. O autor propõe que para abordar o si é necessário considerá-lo sob três ângulos: como parte dos seres vivos, como formado na trama do trabalho social e como singularizado no desafio privado da hominização.

Já a referência a Canguilhem evoca tanto o livro *Normal e Patológico* (CANGUILHEM, 2011) como o texto *O meio e normas do homem no trabalho* (CANGUILHEM, 2001). Do diálogo que estabelece com esse autor, Schwartz destaca a importância de trazer para a reflexão sobre a atividade de trabalho o reconhecimento de que trabalhadores e trabalhadoras elaboram normas próprias, realizam escolhas dentre as opções normativas disponíveis, em consonância com um debate de valores que também lhes são próprios. Além disso, com Canguilhem, Schwartz compreende o si dentro da temática da saúde como normatividade, na produção de um meio de trabalho com valores que afirmam a vida, como se pode ver:

Pode-se compreender então que é este mesmo ‘sábio desconhecido’, o desejo de saúde, o desejo de abrir no mundo cotidiano espaços onde ser norma instituinte por pouco que se o deseje, que pode tornar possíveis as transferências de afetos e de símbolos entre heranças e coerções do desafio infantil e coerções, heranças e possíveis ofertas pelas atividades humanas em cada momento da história; e de tal sorte que esta segunda ordem de realidade não seja simples repetição, mas um retrabalho com profundidade do primeiro (SCHWARTZ, 2000a, p. 47).

Percebemos também a afirmação de que a vivência da atividade humana não seria mera repetição dos desafios da vida infantil, mas uma possibilidade de transformação subjetiva a partir da atividade das heranças do passado. Daí a exigência de um cuidado da parte dos coletivos de pesquisa e intervenção com a produção de conhecimento, para não negar essa vida como experiência e buscar aprender como se refaz, em cada um, uma apreensão inédita e mais ou menos eficaz sobre o mundo. Uma ciência que reduzisse os humanos a modelos e estatísticas, não considerando sua singularidade, seria usurpadora e redutora do potencial normativo.

Oito anos passados da aparição de “Travail et usage de soi”, Schwartz (1995) publica um capítulo no livro *La Liberté du travail*⁴ denominado “De l’inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines?”⁵, no qual abordará o conceito de corpo-si. Essa abordagem advém da retomada da discussão epistemológica e filosófica a que se dedica o autor, reconhecendo o desafio que envolve a produção de conhecimento sobre o trabalho em

sua historicidade. Por um lado, as atividades sempre em parte singularizam uma situação, por outro, os conceitos têm por vocação neutralizar as variáveis tempo e lugar desses processos.

A partir dessa reflexão, o autor busca estabelecer uma relação entre normas antecedentes, entidades coletivas e o indivíduo humano. Vale a pena observar que Schwartz (1995) não aborda o indivíduo do modo criticado por Barros (2007), em que esta noção significaria a menor parcela indivisa da sociedade, produzindo uma dicotomia entre indivíduo e sociedade. A autora critica também uma concepção de que haveria uma essência subjetiva de cada indivíduo que seria produto única e exclusivamente de sua história pessoal. Schwartz (1995) defende exatamente que não há história de um humano singular dissociada de história social, e que cada humano vive em sua atividade múltiplos debates de normas, longe de um essencialismo. Ele afirma que, sem as entidades coletivas, não há pontos de apoio para se fazer a história das normas antecedentes. Seguindo essa linha de raciocínio, afirma que a renormatização puramente singular “se apaga com seu herói” (SCHWARTZ, 1995, p. 117). No entanto, existem formas específicas de normas que se constituem por meio de contribuições individuais múltiplas e simultâneas ao patrimônio coletivo. Para Schwartz, os indivíduos humanos não podem trabalhar, e mesmo viver, sem contribuir para esse patrimônio coletivo, o que compreende também contribuir para si mesmo.

Pensar nessas contribuições individuais ao patrimônio coletivo remete pensar em relação a percursos biográficos individuais. O autor concorda que o entendimento dos processos vividos pelos humanos na cena do trabalho como o prazer, a dor e “os processos identificatórios” não é suficiente nem para compreender a construção das entidades coletivas nem para saber o porquê de a atividade industriosa ter tomado a forma socializada, econômica que assume hoje. Porém, alerta que é preciso indagar sobre o que faz com que aquilo que se trama na história social tenha pertinência sobre os dramas psíquicos de cada um e vice-versa (SCHWARTZ, 1995, p. 119). Para abordar essa questão, Schwartz (1995) convoca ao debate a noção de ressonância simbólica de Dejours (1993) que afirma a importância de existir uma analogia de estrutura e de forma entre o teatro psíquico herdado da infância e o teatro do trabalho, ou ainda uma relação entre contexto diacrônico (história singular do trabalhador) e contexto sincrônico (história coletiva). Essa é uma das condições importantes para a mobilização de uma inteligência astuciosa, também chamada inteligência do corpo. Ele destaca a importância dessa contribuição de Dejours para tornar mais evidente ainda a presença dessa astúcia dos trabalhadores em situação de trabalho. Ao mesmo tempo, salienta que essa diferenciação entre inteligência prática e inteligência teórica pode contribuir para cristalizar uma oposição própria a categorias socioprofissionais polarizadas, embora reconheça o cuidado de Dejours ao ressaltar que essa inteligência prática está presente mesmo nas tarefas intelectuais. Schwartz (1995) ressalta como a possibilidade de produzir conceitos, de pensar a experiência

⁴A liberdade do trabalho.

⁵Do desconforto intelectual, ou como pensar as atividades humanas?

com auxílio do conhecimento amplia essa atividade de um corpo-si de projetar diferentes possibilidades e, assim, poder decidir mudar os destinos a viver no trabalho.

Ainda sobre o conceito de ressonância simbólica, Schwartz (1995) reconhece que este contribui para compreender como elementos da história psíquica anterior se confrontam com o real do trabalho, mobilizando ou bloqueando a atividade do trabalhador. Porém, argumenta que seria preciso complementar o raciocínio, questionando como as dramáticas do trabalho fazem ressonância na construção histórica desse psiquismo. Como já apontava no texto de 1987, a atividade retrabalha as heranças psíquicas da história singular de cada humano. Por fim, o autor afirma que a problemática do corpo é tomada como fundamental para pensar os desafios e possibilidades no trabalho e que o corpo no qual se enraíza fundamentalmente a inteligência astuciosa é sem dúvida o ponto maior desta amarração incerta:

O corpo, este mesmo corpo, que tenta fazer face em todas as situações da vida, este si do uso de si, à provação de todas as circulações entre trabalho e fora do trabalho, trabalho e não trabalho, este corpo que liga o sincrônico ao diacrônico, é todo conjunto o corpo biológico, o corpo biográfico que porta os estigmas de sua tentativa de inscrição no ser social, o corpo falante e significativo, o corpo cultural e histórico. Este corpo-si é bem o lugar onde deve se pensar esta articulação das dramáticas e se há bem um enigma de trabalho, ele nos parece repousar inicialmente e antes de tudo lá (SCHWARTZ, 1995, p. 122).

Dois anos depois da divulgação do “De l’inconfort intellectuel...”, Schwartz publica em 1997 na revista *Education Permanente* o artigo “Les ingrédients de la compétence: un exercice nécessaire pour une question insoluble”⁶ que contribuirá no debate sobre a possibilidade de se fazer um “balanço das competências” convocadas para o trabalho. Propõe tratar a questão pensando as competências como ingredientes da arte culinária. Dentre os seis ingredientes apresentados, faz-se pertinente aqui o de número dois que é o estar incorporado de historicidade, de ressingularização das normas antecedentes. Mas é necessário levar a palavra “incorporação” até o seu sentido próprio: a negociação pressuposta nesse ingrediente de competência é também uma maneira de negociação obscura com seu próprio corpo. Não há um agir em competência sem a onipresença desse corpo-si na gestão eficaz da variabilidade do trabalho. Dois corpos não se educam da mesma forma numa mesma situação de vida e de trabalho, e essa complexidade não pode ser desprezada ao se avaliar as propostas de formação profissional (SCHWARTZ, 1998).

Essa problemática será retomada em 2000 na conclusão do livro *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe* (SCHWARTZ, 2000b),⁷ com o auxílio de vários autores, entre eles, três neurocientistas: Berthoz, Vincent e Damásio. Berthoz traz uma contribuição importante ao desenvolver a premissa de que o cérebro não

representa a realidade, ele a antecipa e a emula. Além disso, o cérebro não é o gerente do corpo, mas parte indissociável dele:

Mas esta disposição a antecipar, a adivinhar, a apostar não reenvia somente a um sistema nervoso computacional e calculador, sede das manipulações simbólicas que apenas se utiliza do corpo; através dos captos e o universo disseminado das atividades neurais, é o conjunto do corpo que participa dessa onipresença propensão a emular e antecipar (BERTHOZ apud SCHWARTZ, 2000b, p. 643).

Além disso, ele sustenta que a direção do olhar está relacionada a esta antecipação: “Esta capacidade de explorar ativamente o espaço se opera pelos movimentos de orientação produzidos em função dos projetos do sujeito e não em resposta aos estímulos do ambiente” (BERTHOZ apud SCHWARTZ, 2000b, p. 644).

Os estudos e constatações de Berthoz vão ao encontro do que postula Canguilhem no que se refere a sua afirmação de que o meio do ser vivo é organizado e produzido por ele em função de suas necessidades. É próprio da vida, como atividade, não ficar indiferente ou inerte. O meio próprio do homem não é neutro, mas construído em relação a valores.

Por sua vez, Wisner (apud SCHWARTZ, 2000b), com a Antropotecnologia (WISNER, 1994), demonstrará como esse modo de construção do corpo é situado histórica e culturalmente. Ele valoriza Berthoz e lembra que, segundo defende o autor, não se pode compreender a atividade psicológica apenas com a neurofisiologia. O cérebro, com suas inúmeras possibilidades apresenta formas de funcionamento cognitivo diversas em contextos diferentes. As experiências de transferência de tecnologia de países industrializados para países em vias de industrialização ensinam como os operários reconstruem os procedimentos e precisam lidar com variabilidades que não são as mesmas dos países de origem. Paradoxalmente, o que há de universal é essa ressingularização que possibilita fazer funcionar sistemas técnicos em contextos diversos.

Exemplos de competência adquirida em um determinado meio de vida que é transplantada para outras situações de trabalho ajudam a compreender bem a construção social do corpo-si. Um deles é o clássico exemplo do trabalhador que conseguia detectar problemas de qualidade em garrafas numa fábrica (MECKASSOA apud WISNER, 1994). Ao conhecer sua história de vida, descobriu-se que pescava peixes com lança em sua terra natal, o que exigia prestar atenção num vulto quase imperceptível: era o peixe que deveria ser pego rapidamente. Isso exigia também antecipar os movimentos do animal. Anos vivenciando essa atividade desenvolveram nesse homem, certamente, competências diferentes das de outros trabalhadores que não tinham tido a mesma formação sociocultural.

Sobre esse ponto, Schwartz (2000) avalia que a Antropotecnologia, com um método diferente da neurociência, descobre outros aspectos que enriquecem a compreensão da construção desse corpo-si, ao mesmo tempo em que reconhece uma atividade que se antecipa ao mundo e a pro-

⁶Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel.

⁷O paradigma ergológico ou um ofício de filósofo.

blematiza em função dos projetos do trabalhador. Como no exemplo trazido acima, é todo o corpo do trabalhador controlador de qualidade que se mobiliza para, em função de seu projeto, retrabalhar competências adquiridas em outros contextos, colocando-as a serviço de novos problemas.

Já a contribuição de Vincent ao debate (apud SCHWARTZ, 2000b, p. 667) está em sua recusa em “distinguir, de um lado, um cérebro cognitivo capaz de julgamento, de outro, um cérebro passional submetido cegamente aos imperativos do corpo”. Schwartz (2000b) traz também para a discussão a contribuição de Damásio (2011), principalmente no que se refere à premissa de que a lógica, segundo a qual as melhores decisões são tomadas à distância das emoções, não encontra apoio nas pesquisas atuais da neurociência. Sobre esse tema, na obra *O erro de Descartes*, Damásio (2011) relata os casos clínicos de pacientes que tiveram afetada uma região do cérebro sem que, no entanto, tivessem tido qualquer dano à sua memória, linguagem ou inteligência. Um dos pacientes obteve resultados normais nos testes realizados em laboratórios. Porém, apresentou várias dificuldades profissionais e de relacionamento. Damásio (2011) conclui que, na vida, os problemas aparecem de forma diferente daquela que se apresenta em laboratório, o que, às vezes, demanda uma sequência de microdecisões que podem levar a novos desafios com a exigência de novas decisões. Sem o contato com elementos que possam evocar alguma emoção, tornava-se difícil para o participante da experiência de laboratório valorar as consequências de cada decisão, o que, nesse caso, resultava na falta de critérios de valor para estabelecer referência.

Schwartz (2000b) associa essa ideia de “vida real” trazida por Damásio à de “meio”, do modo como foi postulada por Canguilhem, entendido como o que permanentemente coloca em tensão nossa normatividade, enfim, nossa saúde. “Contrariamente ao meio animal onde a relação variabilidade do meio/lababilidade das respostas é de fraca amplitude, o meio humano, saturado de cultura e de história, é fundamentalmente constituído por convocações para que escolhas sejam feitas” (SCHWARTZ, 2000b, p. 670).

Contudo, Schwartz (2000b) vê limites nessa abordagem de Damásio, pois segundo o filósofo, embora ele utilize a noção de valor, se liga à ideia de valores morais relacionados a convenções sociais. Ao não integrar uma problemática que considere os valores sem dimensão, sua perspectiva impõe limites “à reunificação das neurociências do corpo-si” (SCHWARTZ, 2000b, p. 671) e ainda fica caracterizada como uma abordagem biologizante das emoções e dos afetos. Na crítica que faz, o autor lembra a importância de se considerar, como elementos de historicidade que integram os debates de normas e valores na atividade, questões do bem comum, de justiça, de produção e de repartição de recursos no planeta, de preservação do próprio meio de vida humano a partir de preocupações com o ecossistema. Outra obra que nos ajuda a entender o percurso de construção do conceito de corpo-si, objetivo deste artigo, é o livro *Travail et ergologie: entretiens sur l'activité humaine*,⁸ publicado

⁸Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana.

na França em 2003 e tendo sua tradução publicada no Brasil em 2007 e segunda edição em 2010. Nesse texto, Schwartz (2010a) retoma o tema do trabalho e uso de si, num diálogo com Louis Durrive. Eles vão afirmar que, muito embora “os outros” estejam presentes no uso que cada pessoa faz de si no trabalho, ninguém é substituível, porque cada um realiza uma contribuição singular. Essas duas afirmações são fundamentais porque afastam tanto o risco de uma individualização dos problemas do trabalho quanto o de uma ideologia de que os trabalhadores e trabalhadoras seriam facilmente descartáveis, já que se acreditaria que qualquer um poderia realizar as tarefas exatamente do mesmo modo.

Outro ponto importante de se trazer a essa discussão diz respeito novamente às entidades coletivas relativamente pertinentes. Elas não se constroem por meio de prescrições, e sim no desenrolar da atividade. Nesse processo vão sendo construídos ajustes, debates de normas, formas de cooperação e é por essa razão que essas entidades são relativamente pertinentes e frágeis. Esse aspecto relativo e frágil resulta do fato de ser necessário aprender a negociar a sua concepção de eficácia com a de outros. Ou seja, tem de acontecer um verdadeiro trabalho em comum que exige, inclusive, certo tempo para sua constituição.

Essa característica dessas entidades coletivas leva esses autores a ponderarem que talvez o termo “cooperação” não seja o melhor para fazer referência a esse trabalho de ajustamento recíproco. Assim, optam por denominá-lo com o termo “sinergia”, “porque comporta um pouco mais de obscuridade do que o anteriormente referido”. E isso é necessário para não se imaginar que esses processos sejam facilmente “operacionalizáveis”, descritíveis e identificáveis.

No anexo ao primeiro capítulo desse mesmo livro, *Trabalho e Ergologia*, Schwartz (2010a) enuncia as quatro proposições ergológicas e afirma, na terceira proposição, que quem faz a arbitragem do debate de normas é o corpo-si. No capítulo 7, ele novamente observa que é no corpo que se dão as escolhas, mas não em um corpo separado da mente. E vai afirmar que prefere denominar “corpo-si” essa entidade que faz arbitragens, a usar os termos “subjetividade” e “sujeito”. Não será ainda nesse texto que explicará suas restrições ao emprego da palavra “sujeito”, mas será enfático em ressaltar o efeito sedutor que produz o uso da palavra “subjetividade”, atribuindo-lhe uma espécie de vocação de iludir, como se um trabalhador pudesse se olhar no espelho e se reconhecer naquela moldura, dizendo “esta é a minha subjetividade desvelada pelo pesquisador”, o que reduziria em muito a complexidade daquilo que nos ultrapassa tanto pesquisadores como trabalhadores:

Então este é o problema: seja no universo intelectual ou no universo dito gerencial, para ser breve, existe sempre o risco muito profundo de tentar cortar as vias ao que nos ultrapassa a todos e ao que nos defrontamos todos na igualdade da condição humana, poder-se-ia dizer.

Quer sejam os valores ou a maneira pela qual o corpo-si trata os valores, permanentemente e a seu nível, é o tipo de

coisa que ninguém poderá colocar totalmente em palavras.

Há uma obscuridade, eu diria, que coloca a distância toda a objetivação do sujeito [...] O essencial é restituir a forma pela qual o sujeito escapa sempre, a seu jeito, de ser objetivado – e a atividade é isso que ela nos diz! [...] jamais ninguém poderá encerrá-lo em uma moldura, por mais sedutora que ela seja (SCHWARTZ, 2010b, p. 197).

O corpo-si representa um elemento de transgressão dos modos como a filosofia tem abordado o corpo. Isso porque tradicionalmente havia um esforço de separação das faculdades, dos poderes no ser humano. Mas a atividade transgride em todos os lugares, já que o mais simples e sutil dos atos de trabalho não é avaro em acontecimentos. No gesto, por exemplo, de uma costureira ao enfiar a linha na agulha para pregar um botão que se soltou, há o envolvimento dela com um processo que não envolve apenas um corpo físico, mas que é encontro sempre singular de três dimensões: a dela como vivente, em comunhão com a história dos seres vivos neste planeta; como produzida por e produtora de uma história social que produz normas sociais diferentes das normas vitais e, por último, como alguém com uma história psíquica, concernente à maneira como ela nasceu, cresceu e um dia vai morrer. Assim, seria mutilador pensar o corpo-si sem levar em conta essa alquimia de histórias que está sempre produzindo uma atividade singular.

Nessa mesma obra, Yves Schwartz retoma também o diálogo com Damásio, salientando que, apesar de considerar relevante o trabalho que esse médico neurocientista português fez de mostrar como as emoções são importantes para as tomadas de decisão, observa que o mesmo não deixou claro o lugar da dimensão de transgressão e síntese da atividade. “Mas, precisamente, essa transgressão é uma unidade do heterogêneo, do corpo e da alma, do cálculo racional e do afetivo, transgressão totalmente enigmática!” (SCHWARTZ, 2010b, p. 202). A atividade faz a síntese de todo esse conjunto nos enfrentamentos com as situações de vida. Além dessa crítica, Schwartz reitera a necessidade de se levar em conta, nesse contexto, a problemática dos valores. Cada decisão ínfima está relacionada a valores da ordem do político, das relações interpessoais, da ética, do como conseguir viver com saúde. Assim, o problema fundamental para ele é se interrogar sobre o tipo de relações que se estabelecem entre os valores, o viver e a imanência dessa relação. Em consequência surge uma afirmação ética e política da maior importância para os que pesquisam ou intervêm sobre a vida dos outros:

Então, não há mais aqueles que estudam e aqueles que são estudados, não há mais os experts e aqueles que não sabem o que fazem. Há valores sobre os quais todos os humanos são iguais em seu questionamento: o que fazemos em face dessas possibilidades diferentes de construir uma vida em comum? (SCHWARTZ, 2010b, p. 203).

Assim, compreendemos que toda intervenção e pesquisa sobre o trabalho envolvem sempre uma construção política, trata-se de tomar decisões que não dizem respeito apenas a vida de cada trabalhador ou pesquisador, mas de toda a coletividade de viventes sejam eles humanos ou inumanos

(as descobertas científicas sobre aquecimento global e outras preocupações ecológicas nos alertam de como nossa atividade pode contribuir para destruir vidas neste planeta).

No ano de 2009, Schwartz e Durrive publicam o livro *L'activité en dialogues: entretiens sur l'activité humaine II*,⁹ e o primeiro diálogo envolve Nicole Mencacci e Yves Schwartz. O tema da conversa é justamente a trajetória profissional de Yves Schwartz e uma exploração das decisões conceituais que foi tomando ao longo de sua carreira. Novamente, é retomada a justificativa sobre a escolha de ver a atividade como a dramática de uso de si por outros e de uso de si por si. Durante essa conversa, Schwartz explica que era preciso abordar a entidade responsável por fazer com que o trabalhador não se limitasse a cumprir o que estava prescrito, criando novos modos de realizar o trabalho. A conceituação de “sujeito” não se mostrava adequada por designar sempre uma entidade ligada a uma disciplina: o sujeito da psicologia, o sujeito da sociologia etc. Além disso, não acredita que essa palavra facilite a compreensão de que há uma história não só pessoal, mas também coletiva perpassando essa entidade. Em síntese, buscava um conceito cuja vocação não fosse de apresentar soluções, e sim problemas. É nisso que o conceito de corpo-si ajuda: a mostrar que não se pode saber se é verbal ou não verbal, se é mental ou corporal (no sentido reduzido dos termos), se é consciente ou inconsciente. Porque, na verdade, é tudo isso e, por isso mesmo, é muito complexo e oferece resistência a sua compreensão (MENCACCI; SCHWARTZ, 2016).

Quando alguém trabalha, é convocado por outros – que podem ser patrões, chefes, colegas de trabalho – a se engajar de uma determinada maneira na situação. Não se está totalmente sozinho e isento de ser influenciado ao realizar a atividade. Porém, a pessoa que trabalha deve fazer uma espécie de “punção” de si, ou seja, fazer uso das diversas capacidades de sua memória, de sua psicomotricidade, de sua inteligência e, por fim, de seus aprendizados com os debates de normas num mundo de valores, bem como de sua capacidade de confrontar as normas antecedentes às circunstâncias que se apresentam no desenrolar de sua atividade, avaliando a coerência destas em relação aos valores que lhe são caros e ao coletivo pertinente com o qual trabalha (MENCACCI; SCHWARTZ, 2016). Há também que se punccionar mesmo aquilo que não é entendido como interioridade própria, mas é parte da história dos viventes e dos humanos que estão incorporados àquela determinada situação. O que está contido nessa ideia de “punções” representa um desafio para a análise do trabalho humano, porque, ao mesmo tempo em que comporta uma crítica à ilusão da psicologização e da individualização, não envereda pelo caminho que talvez pudesse parecer fácil desprezar: considerar que essa corporificação de histórias produz um vivente singular que valora a sua experiência no mundo e que desenvolve mais umas competências que outras.

Mencacci introduz nesse diálogo a visão de que a astúcia, a Métis, é necessária para que se possa contornar as normas antecedentes e criar outras. Porém, Schwartz aler-

⁹A atividade em diálogos: conversas sobre a atividade humana II.

ta para o cuidado que se deve ter para que a compreensão sobre o uso dessa astúcia não se restrinja apenas àquelas situações em que se deva transgredir as regras existentes. Há situações para as quais não se tem norma nenhuma e será justamente com o uso da astúcia que elas serão inventadas. Mencacci insiste em que, mesmo nos casos em que se está burlando as prescrições, há de se inventar o novo caminho, sob pena de se ficar estagnado na recusa. Assim, é importante fazer a leitura da resistência às normas não apenas como um caso de oposição gratuita, mas prestando-se atenção ao movimento de construção de novas normas e de novos modos de viver em conjunto, o que representaria o que ele chama de “reservas de alternativas”: “[...] ali aonde eu quero ir é, mais ou menos, o lugar onde eu quero que nós estejamos todos juntos. Se há valores sem dimensões é para fazer acontecer um mundo comum” (MENCACCI; SCHWARTZ, 2016, p. 31).

Como último destaque para o conteúdo desse primeiro diálogo, vale citar a diferenciação estabelecida entre normas e valores. Os interactantes nessa conversa explicam que é possível reconhecer a existência de um “debate” de normas, porque elas podem se anular. Ou eu respeito o sinal vermelho parando o automóvel, ou o ultrapasso infringindo a regra de trânsito. Já com relação aos valores, não se pode falar em anulação ou em debate porque eles se imbricam, e é pela forma como eles são hierarquizados que uma norma adquire sentido na atividade. Um motorista de táxi, por exemplo, pode ter ultrapassado o sinal de trânsito para salvar a vida de um passageiro que começou a passar mal em seu carro, ou para evitar um assalto numa região reconhecidamente perigosa. Uma modelo pode escovar os dentes guiada por um valor que é a sua saúde pessoal, mas pode ser também porque seu sorriso é parte de sua profissão, que exige um determinado padrão estético. Por fim, uma mesma norma pode estar sendo sustentada por diferentes valores. O corpo-si vivencia então essa prova de si, de se experimentar em consonância com os valores que dão sentido a sua vida. Assim, “as dramáticas de uso do corpo-si” são esse permanente debate de normas na atividade, que por sua vez está inscrito num mundo de valores. É preciso arbitrar junto com os outros, retribuir os valores a que se depara por meio da concretização das normas escolhidas. É nesse sentido que trabalhar envolve um destino a viver, porque não é possível antecipar totalmente como vamos fazer, por exemplo, para que o valor saúde dos usuários na atividade dos profissionais de um serviço em particular seja efetivamente alcançado.

Neste mesmo livro, encontra-se o diálogo entre Schwartz e Bernadete Venner que aprofunda as questões do primeiro diálogo. Schwartz e Venner (2016) discutem como a atividade é sempre de um ser humano ao qual eles preferem denominar “corpo-si”, jamais comparável a um outro. Explicam que as entidades coletivas relativamente pertinentes têm de lidar com um amplo espectro de normas, normas estas que são intermediárias entre as normas antecedentes do tipo prescrição formal e as normas endógenas de funcionamento, estando fortemente ligadas à história e às renormatizações entranhadas no corpo-si.

Eles retomam o conceito de “dramáticas do uso de si por outros e por si”, a fim de contrapô-lo a duas visões reducionistas: aquela que pressupõe uma atividade totalmente impedida ou uma atividade totalmente livre. Na atividade, os humanos fazem escolhas que constroem uma história de seu meio de vida e de trabalho, mas também história de suas próprias vidas. E isso não é simples porque envolve o encontro com normas coletivas, com situações de trabalho que muitas vezes vêm sendo secularmente construídas. Isso exige um esforço ativo, ao mesmo tempo, de encarar as normas e ter disposição para singularizá-las, de criticá-las e de construir outras no debate coletivo. Nesse sentido, é melhor examinar os debates de normas, evitando um foco privilegiado na obstrução das atividades, já que a atividade é exatamente esse exercício de viver a crise, de se deparar com a insatisfação, mas sem que se fique inerte e passivo aos acontecimentos. O esforço de viver consiste exatamente nesse esforço de lidar com as infidelidades do meio. E no caso humano, isso envolve deparar-se e esforçar-se a lidar com normas sociais que foram, por vezes, construídas por outras gerações. No dizer de Schwartz:

O que, em todo caso, é importante é que há o uso de si por meio da necessidade de decidir, portanto de escolher, pão cotidiano de todas as atividades de trabalho [...]. Escolhe-se a si mesmo, escolhe-se seu si no tempo. Pouco a pouco, constrói-se esse si, que é também um corpo-si porque uma parte passa pelo não consciente, pelo não verbalizável ou pelo dificilmente verbalizável. Ele é construído por esse “por meio da experiência” [...] A esse respeito, é o que chamam de subjetividade, espécie de construção relativamente estável que se pode chamar a pessoa, que se forja através dessas dramáticas de uso de si sucessivas e que faz com que não sejam abordados, sem a história de seu corpo-si, os novos momentos sucessivos de agir. Mas, ao mesmo tempo, esses novos momentos sucessivos, mais ou menos, através das arbitragens conscientes ou no infinitamente pequeno, no invisível, na penumbra, no inconsciente, contribuem para fazer de novo, a história desse corpo-si (SCHWARTZ; VEINER, 2016, p. 81).

A atividade é nesse sentido matriz de histórias. E essa produção de histórias será retomada em um artigo de Schwartz em parceria com Elisa Ethernacht denominado “Le corps-soi dans les milieux de travail: comment se spécifie sa compétence à vivre?”¹⁰ (SCHWARTZ; ECHTERNACHT, 2009). Nessa obra, os autores retomam a discussão sobre a relação do vivente com seu meio, abordada por Canguilhem (2012) no livro *O conhecimento da vida*, afirmando que o vivente não se limita a responder aos estímulos do meio, mas ele produz o seu meio de vida.

Enfatizando novamente a historicidade desse corpo-si, afirmam que se trata de “um sujeito encarnado, ao seio do qual *psique* e *soma* se integram através da coerência estabelecida entre cada pessoa e seu meio, entre vida individual e social” (SCHWARTZ; ECHERNACHT, 2009, p. 33). Nos humanos, as normas fisiológicas e as normas sociais estão em debate e a atividade humana é o terreno sobre o qual esse debate tem lugar, o que confere

¹⁰O corpo-si nos meios de trabalho: como se especifica sua competência para viver?

uma dupla inscrição do corpo si: inscrição do meio em si e de si mesmo no meio. O corpo humano, enquanto “matriz da atividade humana”, é atravessado por este debate e se constitui a partir dele, reafirmando a vida como potência de singularização e de produção de normas. Para os autores, “o corpo-si vê aqui sua origem” (SCHWARTZ; ECHERNATCH, 2009, p. 33). Ele é, portanto, matriz de história enquanto memória sedimentada e organizada na miríade de circuitos da pessoa; e é também matriz de energia geradora de ineditismo.

O penúltimo texto que é trazido para o percurso reflexivo a que nos propusemos aqui é “*Quel sujet pour quelle expérience?*”¹¹ publicado em 2010. Nele Schwartz (2011) explica que o vivente humano busca sua saúde num mundo social saturado de normas e valores e, embora reconheça a sua historicidade, não seria correto desprezar a sua dimensão biológica. Esses aspectos configuram os desafios epistemológicos já que

A complexidade humana do corpo-si, atravessando todas as dimensões da experiência humana ou do encontro de um ser humano com um meio saturado por toda sorte de normas, fazia prontamente escapar o suporte da experiência [...] de toda recuperação simplificante por qualquer disciplina constituída. A política, a ética, a gestão, as ciências da linguagem..., como a psicologia cognitiva, a psicanálise, as neurociências..., tinham todas algo a dizer sobre a atividade humana, mas certamente não a propor ou impor de uma teoria da subjetividade (SCHWARTZ, 2011, p. 64).

Schwartz (2011) confirma sua não concordância em distinguir atividade e subjetividade. Afinal, ao longo de uma vida, é o corpo-si que se historiciza, enfrenta os debates de normas, faz escolhas de uso de si mesmo, o que o leva a ser singular e a continuar a pertencer ao conjunto dos viventes, construindo sua história de vida. Mas se o corpo-si é o lugar de entrecruzamento dos debates de normas, esse encaixamento de normas não pode ser verdadeiramente controlado por nenhuma instância em nós, restando sempre algo enigmático e obscuro, para quem quer que queira categorizar. Porém, ao se definir a atividade como encaixamento de normas e afirmar que ela é produtora de história, durante vários momentos da vida, não se está dizendo que o ser que vive constrangimentos e solicitações desaparece. Como há escolhas a fazer nesses debates de normas, somos sempre reenviados a nós mesmos e a um universo de valores a partir do qual construímos as renormatizações.

Então, certamente, qualquer dos momentos de nossa vida, desde nosso nascimento, tem o mesmo poder de reconfigurar, via debates de normas, nosso corpo-si. Criam fidelidades fundamentais, acumulações de debates de normas que nos armam face aos que teremos pela frente a viver (SCHWARTZ, 2011, p. 65).

Reunindo elementos para o enfrentamento dos desafios epistemológicos que suscitam as conceitualizações no campo da atividade humana, o artigo de Schwartz, publicado em 2012, “*Pourquoi le concept de corps-soi? Corps-soi, activité, expérience*”¹² é essencial para

¹¹ Qual sujeito para qual experiência?

¹² Por que o conceito de corpo-si? Corpo-si, atividade, experiência.

a compreensão da construção do conceito de corpo-si. Essencial porque traz, ainda que brevemente, a história de como se procedeu a passagem da apresentação da atividade de trabalho como “uso de si” para a expressão “dramática de uso do corpo-si”, considerada por ele mais completa. No percurso que traçou, a noção de corpo-si veio se “impondo” numa dinâmica de produção conceitual povoada de interrogações e interpelações. Buscou, ao propor essa noção, “evitar armadilhas advindas do fato de seguir por caminhos já demasiado demarcados, nos quais o que se tem a dizer pode se perder” (SCHWARTZ, 2014, p. 260). Mas não foi apenas isso. Elaborar e recorrer ao conceito de corpo-si significou a recusa de uma diferença de natureza, frequentemente instituída, entre o trabalho manufatureiro e industrial e o realizado no setor de serviços. Nessa lógica dicotômica, como a produção material é a meta, o envolvimento do corpo é considerado como dominante. Já no caso do trabalho nos serviços, ao contrário, a presença do corpo parece relegada.

Um ponto importante dessa trajetória de construção do conceito foi a constatação de que subestimar o corpo em ação nas atividades de serviço comportava um duplo risco: o de não se entender a verdadeira natureza do uso de si nesse tipo de atividade e o de criar uma dicotomia entre dois usos da atividade industriosa humana. Neste último caso, a dicotomia se refere a

Um [uso] em que o corpo é ativo diante da matéria inerte e outro no qual as conexões nervosas cerebrais são mobilizadas em seu confronto com um campo social imaterial, supondo-se que o corpo físico aí permanecesse relativamente inerte e intercambiável (SCHWARTZ, 2014, p. 262).

No entanto, dados sobre a incidência de distúrbios musculoesqueléticos são reveladores de um dos aspectos mais salientes desse engajamento do corpo em atividades consideradas “não-corporais”, efeito provável de dramáticas do uso do corpo-si. Em situações em que aparentemente não haveria nenhuma grande solicitação ao corpo, na verdade, não é raro ocorrer a expressão de sintomas corporais, porque nelas existem exigências de decisões difíceis que são vivenciadas em todo o corpo. Citemos o caso de um médico perito que não entendia porque um gerente de banco teria desenvolvido um sintoma de lesão por esforço repetitivo, embora em suas tarefas não houvesse nenhum indício de movimento corporal repetitivo. O problema é que, na verdade, em seu trabalho, o gerente tinha de tomar decisões sobre situações variadas, no quadro de um protocolo bastante restritivo quanto à possibilidade de variar essas decisões. A dor e a inflamação corporal expressavam esse impedimento de tomar uma decisão em que se mantivesse uma coerência de base entre normas e valores sem dimensão.

É justamente nesse aspecto que se compreende uma das fontes que nutre a busca de Schwartz pela delimitação do conceito de corpo-si. Trata-se da noção de “corpo produzido”, formulada por Canguilhem (2005), cuja gênese se encontra na noção de “corpo dado”. O corpo, no pensamento de Canguilhem, é ao mesmo tempo um dado e um produto. Para ele, o corpo dado correspon-

de a todas as informações do genótipo, considerado um efeito necessário e singular de um patrimônio genético. A saúde aparece assim associada à existência em si, de um organismo, “sua verdade é uma segurança” (CANGUILHEM, 2005, p. 43). A má saúde aparece como efeito da restrição das margens dessa segurança orgânica, de limitação do poder de tolerância e de compensação das agressões do meio ambiente. A noção de corpo produzido remete à atividade de inserção de um vivente em um meio característico – o modo de vida escolhido ou imposto – o que contribui para dar forma a seu fenótipo, ou seja, contribui para modificar sua estrutura morfológica e, por conseguinte para singularizar suas capacidades.

Esse corpo produzido humano vai ser o cerne de um encaixamento de debates de normas, que por sua vez corresponde aos diferentes modos de operacionalizar na vida concreta valores sem dimensão. A arbitragem desse debate de normas vai se diferenciar, caso se trate, por exemplo, de um trabalhador veterano que já herdou e construiu projetos-herança que servem de referências para as decisões a tomar no trabalho, ou de um novato que começa a conhecer e a construir os projetos, e que tem o desafio de recentrar o meio de acordo com seus valores de forma cooperativa (ou não?) com os colegas de trabalho.

Conclusões

Buscando concluir, ainda que inicialmente, esse esforço de explicitação dos caminhos percorridos nessa busca de precisar o sentido da noção de corpo-si, observa-se que Schwartz (2014) faz referência ao corpo-si como uma estranha entidade. Entidade esta cuja definição é polissêmica: tem uma tríplice ancoragem (biológica, histórica e singular); é suporte de nossa própria polarização valorativa de nossos meios de vida (como os meios de trabalho); e experiência o esforço de conhecer que também é um esforço de viver.

As leituras realizadas de diversos trabalhos de Schwartz tiveram como objetivo esclarecer o modo como esse autor vem abordando a dimensão subjetiva no trabalho, e, ao mesmo tempo perceber as riquezas dos diálogos¹³ que este estabelece com diversos interlocutores. Assim, corpo-si nos aparece antes de tudo como um conceito produzido para estimular os debates acadêmicos. Em nenhum momento, Schwartz o assume como solução perfeita ou definitiva para as questões levantadas. Pelo contrário, é um conceito que ajuda a produzir questões e de certa forma ajuda também a enfrentá-las.

Deve-se pontuar aqui que um dos limites deste artigo foi não ter apresentado os debates do autor com os autores da didática profissional (RABARDEL; PASTRÉ, 2005) presentes nos dois últimos textos abordados aqui. Esta é certamente uma interlocução promissora que merece ser abordada em um trabalho mais cuidadoso em outro momento.

¹³ É importante ressaltar que, neste texto, o uso, do termo diálogo não se restringe à ideia de trocas comunicacionais em uma interação situada, mas evoca o conceito bakhtiniano do “dialogismo” que pressupõe sempre uma tessitura de discursos que se interpenetram, ecoando ou destoando, preservando as ressonâncias de outros ditos em outros tempos e lugares (BAKHTIN, 1997).

Schwartz (2014) chama a atenção para o risco da usurpação, no momento em que se tenta separar a dimensão axiológica e a dimensão epistêmica da vida, abordando a atividade das pessoas de forma pretensamente neutra, como se os saberes fossem separados dos valores que norteiam a vida social. Assim, corpo-si é um conceito que lembra que o esforço de viver está intrinsecamente relacionado com o esforço de saber, não há norma sem saberes e vice-versa. É um conceito que convoca os profissionais de psicologia do trabalho e organizacional, bem como o de outras disciplinas que têm a atividade humana como objeto, a aceitar o desconforto intelectual, a inquietação e exigência de que só podemos contribuir para a compreensão e transformação do trabalho de outros, se construirmos com os mesmos uma parceria que é ao mesmo tempo de projeto epistêmico e projeto de construção de uma sociedade comum.

Referências

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326
- BARROS, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2007.
- CANGUILHEM, G. O meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*. v. 12, n. 2-3, p. 109-121, jul. /nov. 2001.
- CANGUILHEM, G. *Escritos sobre a Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2011.
- CANGUILHEM, G. *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2012.
- CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, H. (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 281-309.
- DEJOURS, C. *Trabalho vivo: sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2012. v. 1.
- MENCACCI, N.; SCHWARTZ, Y.; Diálogo 1. Trajetórias e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016. p. 17-53.
- NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RABARDEL, P.; PASTRÉ, P. (Org.). *Modèles du sujet pour la conception: dialectiques activités développement*. Toulouse: Octarès, 2005.
- SCHWARTZ, Y. De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? In: COURTS-SALIES, P. (Coord.). *La liberté du travail*. Paris: Syllepse, 1995. p. 99-149.
- SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 65, p. 101-139, dez. 1998.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. *Pro-posições*, Campinas, v. 1, n. 5 (32), p. 34-50, jul. 2000a.

SCHWARTZ, Y. Conclusion générale: ergologue est-ce un métier? In: _____. *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophie*. Toulouse, Octarès, 2000b. p. 641-738

SCHWARTZ, Y. Anexo ao capítulo 1. Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. In: _____. DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010a. p. 37-46.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. In: _____. DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010b. p. 189-204.

SCHWARTZ, Y. Qual sujeito para qual experiência? *Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva - O Trabalho em Saúde*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 55-67, 2011. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/916>. Acesso em: 20 maio 2017.

SCHWARTZ, Y. Motivações de conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set. 2014.

SCHWARTZ, Y.; ECHTERNACHT, E. Le corps-soi dans les milieux de travail: comment se spécifie sa compétence à vivre? *Corps*, n. 6, p. 31-37, 2009.

SCHWARTZ, Y.; VENNER, B. Diálogo 2. Debates de normas, “mundo de valores” e engajamento transformador. In: _____. DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016. p. 55-149.

WISNER, A. *Inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 1994.

Recebido em: 4 de junho de 2017

Aceito em: 17 de janeiro de 2018

Cooperação, confiabilidade e segurança no trabalho

Anísio José da Silva Araújo,^{Orcid, I, *} Aline Brandão Siqueira,^{Orcid, II} Ana Cláudia Leal Vasconcelos,^{Orcid, III}
Marcelo Gonçalves Figueiredo,^{Orcid, IV} Thaís Augusta Máximo,^{Orcid, I} Yana Mendes Félix^{Orcid, I}

^I Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

^{II} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Caruaru, PE, Brasil

^{III} Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

^{IV} Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo coloca em análise a dimensão coletiva do trabalho, com foco particular nas questões relacionadas à cooperação. Para tal intento, recorre-se, prioritariamente, aos materiais oriundos da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho. Essa discussão se mostra relevante tendo em vista que determinadas formas de organização do trabalho e da produção, algumas tidas como inovadoras, não raro, criam obstáculos aos processos de cooperação e contribuem para a fragmentação dos coletivos de trabalho. Ao final, toma-se como objeto de análise os sistemas sociotécnicos complexos (no contexto do setor petrolífero) que denotam a relevância da cooperação como um dos elementos de sustentação da produtividade/qualidade e de preservação da saúde e segurança no trabalho.

Palavras-chave: cooperação; coletivos de trabalho; confiabilidade; Ergonomia da Atividade; Psicodinâmica do Trabalho.

Cooperation, reliability and work safety

Abstract

This article analyzes the collective dimension of work, with a specific focus on questions related to cooperation. In doing so, it relies primarily on material originating from Activity Ergonomics and the Work Psychodynamics. This discussion is shown to be relevant when observing that certain forms of organization of work and production, some considered innovative, often create obstacles to processes of cooperation and contribute to the fragmentation of work collectives. Finally, the objectives of the analysis are the complex sociotechnical systems (within the context of the oil sector) that demonstrate the relevance of cooperation as one of the elements that support productivity/quality and the preservation of health and safety in the workplace.

Keywords: cooperation; collective work; reliability; Activity Ergonomics; Work Psychodynamics.

Introdução

Este artigo coloca em análise a dimensão coletiva do trabalho, com foco particular nas questões relacionadas à cooperação. Para tanto, recorre-se, em grande medida, aos materiais oriundos da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho. Essa discussão se mostra relevante tendo em vista que, no contexto de algumas das novas formas de organização do trabalho e da produção, desenha-se um cenário cujo teor dominante tende a obstruir os processos de cooperação, contribuindo para a dissolução dos laços sociais e a fragmentação dos coletivos de trabalho. As políticas e condutas gerenciais que prevalecem em muitas empresas, sustentadas na gestão por metas, na individualização do trabalho e na adoção de práticas de assédio moral, dificultam a construção e a consolidação dos coletivos de trabalho e, portanto, dos processos de cooperação, tanto no sentido horizontal quanto vertical. A despeito desse cenário desfavorável, os coletivos e as atividades que desempenham se apresentam como elementos fundamentais de sustentação da produtividade/qualidade e de preservação da saúde e segurança no trabalho.

O caminho que adotamos no presente artigo principia com a expressiva contribuição dada pela Ergonomia da Atividade para o avanço dos estudos acerca da dimensão

coletiva. É pela via da atividade de trabalho que se descortina a ação coletiva em processo e as suas diferentes configurações, dentre as quais figura em destaque a cooperação. Nesse sentido, não obstante reconheçamos os vários sentidos que a cooperação foi adquirindo ao longo do tempo, cabe sublinhar que no presente texto dispensaremos uma atenção especial à reflexão encaminhada pela Psicodinâmica do Trabalho em torno desse tema, sobre o qual o seu autor principal, Christophe Dejours, tem se debruçado e contribuído para o aprofundamento do debate.

Por último, reflete-se sobre o caso dos sistemas sociotécnicos complexos (no contexto do setor petrolífero) que se mostrou revelador dos 'benefícios' da cooperação em várias dimensões, realçando a sua importância como um dos elementos de sustentação da produtividade/qualidade e de preservação da saúde e segurança no trabalho. Em tal contexto, verifica-se como o incremento da terceirização tem incidido negativamente na rede de coletivos de trabalho e, por conseguinte, nos alicerces da cooperação, com graves consequências sobre a segurança e a confiabilidade num processo industrial por natureza complexo e perigoso.

1. A emergência da dimensão coletiva no trabalho

Neste tópico buscamos apreender como se constitui, a partir da Ergonomia da Atividade, o interesse pela dimensão coletiva do trabalho. Entendemos ser esse um passo fundamental para alcançar a questão da cooperação, tema que nos interessa mais detidamente no presente artigo. Como já salientamos, é pela via da análise da atividade

*Endereço para correspondência: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Campus I, Departamento de Psicologia. Cidade Universitária Campus I – Castelo Branco – João Pessoa, PB – Brasil. CEP: 58051970. E-mail: anisiojsa@uol.com.br, alinebpnz@oi.com.br, ana-claudia_vasconcelos@bol.com.br, marceloparada@uol.com.br, thaisaugusta@gmail.com, anisiojsa@uol.com.br



que é possível perceber e distinguir as expressões da dimensão coletiva do trabalho, dentre as quais a cooperação figura como uma de suas faces mais nobres, ou uma das formas de interação social que permitem enxergá-la (DE LA GARZA; WELL-FASSINA, 2006).

Com base em Desnoyers (1993), Athayde (1996) afirma que o interesse pelas atividades coletivas emerge de forma mais efetiva diante das operações de regulação do trabalho, pois o enfrentamento dos imprevistos são fortes reveladores de atividades coletivas. Muito embora esse mesmo autor lembre que os aspectos coletivos vêm sendo abordados pela Ergonomia desde os anos 1960 – ainda que nesse contexto muito restritos aos estudos do trabalho em equipe, em situações estruturadas, onde havia uma demanda explícita da organização do trabalho de coordenação interindividual – essa disciplina só veio dar a devida atenção à dimensão coletiva do trabalho a partir dos anos 1990 (BARTHE; QUEINNEC, 1999). Prova disso foi a sua escolha como temática central no XXVII Congresso da SELF (Sociedade de Ergonomia de Língua Francesa), realizado em 1992. Tal evento teve um papel decisivo na multiplicação dos estudos sobre esse tema que, por sua vez, passaram a adotar uma infinidade de termos nomeando as diversas expressões da atividade coletiva. Palavras como coação, cooperação, atividade coletiva, passam a frequentar os escritos em torno do assunto, com sentidos diferentes para vários autores, o que se revelou um problema a ser superado com a evolução das investigações.

Bem mais recentemente, Caroly e Barcellini (2016) retomam esta discussão ao afirmarem que o trabalho coletivo “é a maneira como os operadores e as operadoras irão mais ou menos cooperar de forma eficaz e eficiente em uma situação de trabalho”. É interessante observar que nessa definição, as autoras praticamente pressupõem a cooperação, embora em níveis variados, como algo inerente à atividade coletiva. Em sua visão, vários recursos favorecem o trabalho coletivo, a exemplo da sincronização operatória, noção que remete à coordenação entre os operadores da atividade coletiva e que se concretiza na divisão das tarefas e na sua organização temporal. Essa coordenação nunca é completamente predeterminada (pela organização do trabalho), mas sim coconstruída pelos parceiros, o que pressupõe uma dimensão comunicacional.

Outro tipo de sincronização fundamental ao trabalho coletivo é a sincronização cognitiva, ou seja, a busca por “construir, manter e desenvolver um ‘conjunto de conhecimentos comuns’, que permita aos agentes do coletivo gerenciarem as dependências entre as suas diferentes atividades individuais” (CAROLY; BARCELLINI, 2016, p. 57).

Dois tipos de conhecimento se revelam primordiais ao trabalho coletivo segundo as mesmas autoras. Por um lado, os parceiros devem mirar um conhecimento comum, também chamado Referencial Operativo Comum (ROC). Aqui elas corroboram Leplat (1997), o qual entende que uma das funções cruciais das comunicações efetuadas no seio de um grupo é assegurar a coordenação das atividades individuais para a realização da tarefa, requerendo de seus membros a elaboração de uma representação comum dessa tarefa ou de parte dela. Pode-se concebê-la

como a representação funcional ou operativa comum aos membros do grupo que orienta e controla sua atividade coletiva, o campo de referência coletiva comum. Em função de seu caráter operativo, isto é, inserido no universo de uma tarefa particular, Terssac e Chabaud (1990) adotaram a expressão “referencial operativo comum”. Giboin (2004) traça um panorama de como alguns trabalhos, especialmente na França, se apropriam dessa noção com denominações diversas e de modo variado, porém ressaltando seus pontos de convergência.

Por outro lado, os sujeitos devem ser capazes de, no “aqui e agora da tarefa”, construir uma representação da situação com a qual se confrontam, apropriando-se dela para em seguida sincronizar as atividades entre os membros do coletivo.

Nessa direção, caberia fazer uma distinção entre a “tarefa coletiva” (prescrita), ou seja, aquela que a organização do trabalho espera ver realizada, e a “atividade coletiva”, que representa a resposta dos operadores às expectativas da prescrição. Leplat (2011) extraiu daí duas consequências importantes: primeiro, que uma tarefa coletiva não corresponde necessariamente a uma atividade coletiva (uma tarefa prescrita como coletiva pode ser convertida pelo grupo em atividade individual); assim como uma atividade coletiva não corresponde forçosamente a uma tarefa coletiva. É exatamente nisso que reside uma das grandes contribuições da Ergonomia da Atividade, favorecida em larga medida pela sua postura teórico-metodológica de imersão na atividade de trabalho. É a partir desse olhar atento que é possível descortinar as múltiplas ligações que os humanos engendram entre si com vistas a cumprir uma tarefa ou recuperar a fluidez do trabalho, rompida por um evento de maior ou menor amplitude. De acordo com Athayde (1996, p. 62, grifo do autor), calcado no mesmo Leplat (1993),

[...] ocorre atividade coletiva cada vez que a execução de uma tarefa ocasiona a intervenção coordenada de vários operadores. Ou seja, uma atividade coletiva não é uma coleção de atividades individuais sobre tarefas independentes, mas uma atividade em que os operadores realizam *conjuntamente* a mesma tarefa, em um mesmo lugar, ou eventualmente em locais diferentes.

Da mesma forma, é oportuno ressaltar que trabalho coletivo e coletivo de trabalho não são termos equivalentes, embora ambos sejam esteios da consecução de uma atividade coletiva de qualidade. Para a Ergonomia, “um coletivo de trabalho é construído entre operadoras e operadores que compartilham objetivos referentes à realização de um trabalho de qualidade”, sob a base de critérios de eficiência e eficácia definidos pelo próprio coletivo (CAROLY; BARCELLINI, 2016, p. 58).

O coletivo de trabalho teria, nessa perspectiva, um papel protetor da subjetividade, que se exprime por intermédio da capacidade: de construir (reconstruir) normas e regras que servirão de guia à ação; de gerenciar conflitos nas relações intersubjetivas e, finalmente, de dar significado ao trabalho. Todavia, levando-se em conta que o coletivo não preexiste à ação, posto que ele se constitui nas oportunidades oferecidas

pelo agir em conjunto, ou seja, ele depende das situações de trabalho que vão propiciar a ocasião para o engajamento do sujeito no coletivo de trabalho.

Além disso, cabe frisar que um coletivo de trabalho tem formas e arranjos muito variáveis, o que significa dizer que seus membros podem ou não se encontrar no mesmo espaço físico, exercer ou não as mesmas funções e compartilhar tanto objetivos de curto prazo quanto apenas de médio prazo, assumindo ainda inúmeros papéis importantes no que se refere à produção e à preservação da saúde e segurança de seus membros (DANIELLOU, SIMARD; BOISSIÈRES, 2010).

Considerando a discussão sobre a dimensão coletiva do trabalho desenvolvida até aqui, iremos explorar a seguir a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho em relação à cooperação.

2. Cooperação na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho

Inicialmente, é oportuno lembrar que a discussão em torno da cooperação já se faz presente com alguma relevância na obra maior de Marx (*O Capital*). No capítulo sobre a produção da mais valia relativa (uma de suas categorias centrais), o autor traz uma ampla discussão sobre o tema da cooperação, entendendo-a como “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 2008, p. 378). Nas situações em que os trabalhadores se complementam, realizando a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie, teríamos a “cooperação simples”. Todavia, quando um trabalhador coopera com outros de acordo com um plano, este se desfaz dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. Assim, a força do humano isolado é mínima, mas a articulação dessas forças mínimas geraria uma força maior do que a soma das forças individuais, isto é, a sinergia engendrada pela cooperação.

Dejours (2012) entende que, desde Marx, a construção de um conceito crítico de trabalho tem escapado de qualquer teorização. No momento histórico que se inicia com a revolução industrial, culminando com o advento e consolidação dos Modelos Taylorista e depois Fordista de produção, os quais compartilham o princípio da dissociação entre concepção e execução e operam no sentido de inibir as trocas intersubjetivas no trabalho, o próprio capital precisou render-se ao fato de que as relações clandestinas e informais eram grandes responsáveis por manter a produtividade nas indústrias, e não apenas os procedimentos técnicos tão bem mapeados e delineados.

Aqui vale uma ressalva, pois se estamos falando da leitura de Dejours acerca do legado marxista, é importante salientar que, se para ele o trabalho pode ser encarado como um mediador da emancipação, da leitura dos textos de Marx depreende-se precisamente a ideia inversa, qual seja a do trabalho como um propulsor da alienação. Ele enfatiza que raros são os autores que retêm de Marx a ideia de que o “trabalho social” possa constituir uma via de emancipação que, ao ser concebida como esforço pessoal, pode demandar uma passagem pela junção de

muitos esforços individuais, o que assim nos remeteria à cooperação. Nessa direção, entende-se a centralidade que o debate sobre a cooperação ocupa no cenário atual e especialmente nos escritos mais recentes desse autor (DEJOURS, 2012).

Para Dejours (2012), a cooperação são os laços que os agentes constroem entre si com o objetivo de realizar uma obra comum. A noção dos laços implica relações estáveis de intercompreensão, de interdependência e de obrigação. Já a ideia de construção remete ao fato de que esses laços não estão dados pela organização do trabalho, mas dependem da iniciativa dos agentes. Obra comum, por sua vez, aponta para tanto para uma síntese entre as atividades singulares quanto para o sentido dessas atividades. Nesse ponto, consideramos oportuno um esclarecimento a respeito das noções de coletivo de trabalho e de regras de ofício, na medida em que ocupam um lugar de destaque na reflexão sobre a cooperação encaminhada pela Psicodinâmica do trabalho. Em primeiro lugar, Dejours (2012) defende que a cooperação é uma condição para a existência do coletivo de trabalho. Uma segunda condição é a existência de regras, cuja construção se dá no interior mesmo desses coletivos, visando regular tanto as relações internas, quanto as relações com o meio.

A construção dessas regras depende, fundamentalmente, da experiência dos trabalhadores, da mobilização da inteligência astuciosa e da confiança construída nas relações de trabalho que, por sua vez, envolve a compreensão e a confrontação de opiniões no interior dos espaços de discussão (DEJOURS, 2012). Deve-se assinalar, portanto, que tais regras cumprem um papel importante na constituição dos coletivos de trabalho (CRU, 2014).

Nessa linha, outro fator que contribui para a constituição dos coletivos são as dificuldades reais enfrentadas no trabalho. Os laços de cooperação solicitam as iniciativas individuais no intuito de preencher as lacunas deixadas pela organização do trabalho, bem como operam a regulação das diversas condutas singulares por meio da coordenação. Em outros termos, é como se esses laços se revestissem sob a forma de regras de trabalho.

Em tal processo de resistência às pressões decorrentes da organização do trabalho, os trabalhadores são capazes de inventar “macetes” que permitem um melhor domínio dos incidentes no desenrolar da produção. Os coletivos também engendram, assim, genuínas “regras de ofício”, que com frequência não se coadunam às normas oficiais, e que não são praticadas isoladamente, mas constituem verdadeiros princípios reguladores da ação coletiva e da gestão das dificuldades vivenciadas no trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994). Athayde (1996) observa que, até certo ponto, tais regras de ofício regem as relações entre os sujeitos, dando coesão ao coletivo de trabalho. No entanto, elas não são inflexíveis ou irrevogáveis, pois podem ser continuamente reformuladas a partir da experiência prática. Desse modo, os usos e costumes dos ofícios são validados pelos pares, adaptados, reproduzidos e então transmitidos, desde que seu uso demonstre eficácia na execução da atividade (CRU, 1988).

Em síntese, um coletivo de trabalho não é simplesmente um grupo ou equipe, mas uma comunidade estruturada por regras de ofício. Diante das exigências do real, este coletivo mobiliza-se no intuito de elaborar e remanejar suas normas no cotidiano. “As regras de ofício são o produto de acordos normativos, ou seja, de convenções sobre o que é considerado como válido, correto, justo ou legítimo” (MOLINIER, 2013, p. 131). Tais regras constituiriam uma espécie de face oculta do trabalho, seja porque pressupõem certa clandestinidade, seja porque promovem a flexibilização das normas prescritas pela organização, e representariam a força dos coletivos de trabalho, tendo em vista que, mesmo diante de estruturas organizacionais rígidas, que oferecem pouca margem de manobra, eles (os coletivos) conseguem se mobilizar em prol da atividade (MOLINIER, 2013).

Com efeito, diante da coordenação (prescrita), os trabalhadores cooperam criando formas coletivas e criativas para fazer face ao trabalho. Essa cooperação é sempre resultado de uma construção coletiva operada a partir do compromisso de cada trabalhador no debate coletivo, no qual procura compartilhar sua experiência, seus saberes fazer e seus modos operatórios. É dessa forma que são firmados acordos normativos entre os trabalhadores visando assegurar tanto a qualidade do trabalho quanto a dinâmica social. É um compromisso técnico e ao mesmo tempo social. Nesse sentido, a cooperação implica renunciar parte do potencial criativo individual e da subjetividade em prol dos acordos normativos e do viver junto (DEJOURS, 2012).

Seguindo a trajetória em direção a uma compreensão mais aprofundada da cooperação, Dejourns (2012) enumera algumas condições para que a mesma se efetive, com destaque para a visibilidade, a confiança, a deliberação e a arbitragem das controvérsias.

Para que ocorra a cooperação é necessário que todos conheçam e compreendam os trabalhos uns dos outros. A visibilidade, entretanto, implica riscos, a saber: de revelar imperícias e infrações às regras formais de trabalho; dos outros se apropriarem do saber fazer; ou ainda, usarem as informações para prejudicar quem as fornece, revelando os segredos do seu fazer.

Dar visibilidade ao trabalhar demanda confiança nos outros, sejam eles colegas ou chefes, o que por sua vez constitui mais uma questão de natureza ética do que da esfera dos sentimentos. Colocar em debate as diferentes formas de trabalhar permite, por meio do consenso ou arbitragem, escolher aquelas que mais favorecem a cooperação.

Quando vários desses acordos se articulam surgem as “regras de trabalho” que, quando estabilizadas, podem ser transmitidas de uma geração à outra, convertendo-se assim em regras de ofício. Para que esse processo de estabilização de uma regra de ofício ocorra, uma outra condição se coloca: a da existência de espaços públicos de trocas e de interação (espaço de deliberação, estruturado como espaço público). Tais espaços são destinados ao debate de opiniões e sua manutenção depende da abertu-

ra dos gerentes da organização, havendo necessidade de conceder aos trabalhadores algum poder regulatório no âmbito da organização do trabalho.

De acordo com Dejourns (2012), a viabilização deste “trabalhar junto”, em cooperação, depende da “deontologia do fazer” que, por sua vez, pressupõe um árduo trabalho de fala e de escuta orientada para a intercompreensão. As regras de trabalho que surgem dessa dinâmica coletiva são também regras sociais, que organizam a civilidade e o viver junto.

Além das ligações horizontais, Dejourns (2012) destaca as ligações de cooperação verticais, já que também existem compromissos entre chefes e subordinados construídos a partir da negociação das relações de poder. Além disso, existe a cooperação transversa, em função das conexões que se estendem às pessoas exteriores à empresa (DEJOURS; DU TERTRE, 2015). Desse modo, observa-se que “as ligações formadas pela deontologia do fazer não são apenas ligações sociais entre indivíduos, são também relações sociais perpassadas pela dominação e pela negociação temperada pelas relações de força e de poder” (DEJOURS, 2012, p. 97). Ao sublinhar a presença de ligações de cooperação verticais, constata-se que a cooperação está atravessada pela questão da autoridade. Dejourns (2012) se contrapõe à ideia bastante difundida segundo a qual a deliberação coletiva sempre resulta em algo positivo, em convergências. Ao mesmo tempo em que há uma expectativa de que a deliberação coletiva produza soluções (às vezes originais) para os impasses vividos no trabalho, porque põe em sinergia as inteligências, há o temor de que esse esforço não resulte em nada e até produza divisões e conflitos e, no limite, a dissolução do coletivo.

Quando a deliberação coletiva se mostra incapaz de produzir respostas aos problemas no trabalho, é o caso de acionar a arbitragem (o poder decisório). É aí onde o papel do chefe se mostra crucial. Tal demanda (pela intervenção do chefe) se constrói a partir do risco da dissolução, ou do cansaço produzido por um debate que não se encaminha para nenhum porvir favorável. No entanto, para colocar-se na posição de árbitro, o chefe precisa ter uma argumentação, um *plus* que o qualifique como superior aos demais e não um igual. É esse *plus* que Dejourns chama de autoridade.

A esse respeito, o autor, prevenindo uma assimilação da noção de autoridade a de autoritarismo, considera que a arbitragem só é racional se alicerçada na aptidão a ouvir os outros e na competência técnica. Apenas atendendo esses requisitos, a arbitragem pode contribuir para ampliação da harmonia e do poder de ação do coletivo de trabalho.

É, portanto, a competência no enfrentamento da resistência ao real que confere a alguém autoridade, ou seja, o “direito” de governar os demais, sendo reconhecido como dotado das condições para esse exercício. A nosso ver, um antídoto ao risco do autoritarismo estaria presente justamente na capacidade de enfrentar os problemas, na sensibilidade em perceber o que resiste ao domínio técnico

e, sobretudo, de encarar os impasses do trabalho “face a face”, mostrando coragem e sabedoria para permitir a evolução dos saberes e das práticas de deliberação coletiva.

A partir desses aspectos, observa-se um cenário complexo e ambivalente para os sujeitos trabalhadores. Em uma conjuntura em que se “valoriza” e até se estimula o trabalho coletivo nos espaços empresariais (por compreender-se que o mesmo traz ganhos em termos de produtividade), observa-se também, dificuldades cotidianas no estabelecimento do mesmo, em virtude da emergência das novas formas de gestão de mão de obra, nas quais se encontra com uma intensidade crescente vínculos instáveis, precarizados e terceirizações. Para Dejours, tais elementos são um golpe invisível na saúde dos trabalhadores, e por consequência, na consolidação dos coletivos de trabalho.

3. A cooperação, os coletivos de trabalho e a terceirização: contribuições para o debate acerca da segurança e da confiabilidade em sistemas complexos no contexto da indústria petrolífera

Neste item retratamos a discussão em torno da cooperação – com destaque para sua articulação com os coletivos de trabalho e a terceirização – em um contexto específico, a indústria petrolífera brasileira. Os sistemas de produção nessa indústria (plataformas e refinarias, por exemplo) podem ser caracterizados como sistemas socio-técnicos complexos e, em nossa compreensão, a cooperação pode ser vista como elemento crucial para se pensar a segurança e a confiabilidade em tais sistemas.

Diz-se sociotécnicos porque estão associados à interação de um conjunto de indivíduos e instrumentos técnicos com os quais esses indivíduos estão incumbidos de realizar uma missão (LEPLAT; TERSSAC, 1990). E complexos porque nas indústrias de processo contínuo, como a petrolífera, predominam as chamadas interações não lineares, em que uma de suas características primordiais seria a possibilidade de se multiplicarem à medida que outras partes ou subsistemas são atingidos, ao contrário das lineares, nas quais as interações são apenas adjacentes ou seriais (PERROW, 1999). Também são tidos como fontes de complexidade o risco, vinculado à instabilidade do sistema, e a necessidade de cooperação entre seus agentes, além de outros fatores aqui não mencionados. Portanto, nessa indústria, onde há inúmeras conexões e os componentes estão fortemente acoplados, os casos de falhas podem acarretar acidentes graves devido à imprevisibilidade das múltiplas interações que venham a se estabelecer. Na verdade, essas características estão intimamente relacionadas ao padrão tecnológico adotado em instalações e no dispositivo técnico de sistemas tais como centrais nucleares, indústria petrolífera, aviação, etc. (PAVARD; DECORTIS, 1994). Não é por acaso que, mais recentemente, Le Coze (2016), ao fazer menção aos riscos nesse tipo de sistema, emprega o termo “riscos sociotecnológicos”.

Considerando os elementos apontados acima, pode-se afirmar que a confiabilidade desse sistema é consequência da interação dos seus dois domínios – técnico e humano – e ela resulta da qualidade de sua adequação sob

a égide de um modelo de organização do trabalho. É fruto, portanto, da articulação entre a confiabilidade técnica e a confiabilidade humana, ou, como preferem Leplat e Terssac (1990), entre os fatores humanos da confiabilidade, termo que sugeriria melhor essa ideia fundamental de interação atravessada pela dimensão organizacional. Daí procede a noção de confiabilidade sociotécnica.

Seguindo essa linha de raciocínio, em consonância com os itens anteriores, pode-se depreender que a eficácia e a confiabilidade dos chamados sistemas socio-técnicos complexos teriam na cooperação que se dá no interior de um coletivo de trabalho um de seus pilares de sustentação, evidenciando-se, assim, a relevância da dimensão coletiva no tocante ao seu funcionamento (LEPLAT; TERSSAC, 1990).

Com efeito, os coletivos de trabalho pressupõem, como vimos, a existência de regras que transcendem a esfera da hierarquia, fruto da própria dinâmica de autorregulação no seu interior (CRU, 2014). Tais regras ajudam a organizar as relações entre os trabalhadores, dando coesão ao coletivo que, por sua vez, as protege de ameaças externas, buscando adaptá-las diante das inovações tecnológicas e organizacionais em curso. Para Dejours (1997), é graças à eficiência desse coletivo que os “erros humanos” podem ser minimizados e, para isso, a cooperação exerce um papel estratégico. Ela conforma um todo irreduzível à soma das partes, permitindo desempenhos superiores e suplementares à soma dos desempenhos individuais, em especial possibilitando que se assumam e se absorvam erros e falhas humanas singulares. Logo, ela não deve ser encarada de forma idealizada, asséptica, como se os operadores implicados fossem infalíveis e atuassem de modo esmerado. Ela integra as diferenças e articula os talentos específicos de cada sujeito, conjugando as qualidades singulares e compensando as falhas também singulares. Ou seja, embora reconheça o lugar dos erros individuais, a cooperação permite, pelo jogo cruzado das ações, detectar, corrigir ou prevenir uma série de consequências nefastas provocadas por esses erros no processo produtivo. Assim, os modelos de organização do trabalho que, de alguma forma, criam obstáculos e promovem o desmonte desses coletivos estariam minando o potencial de cooperação aí existente, assim como os aportes (positivos) que este pode agregar ao sistema.

Além disso, esses coletivos também podem assumir configurações variáveis, dependendo das circunstâncias, da pertinência relativa às demandas em pauta, que implicam na alteração dos contornos e dos membros que os compõem. Daí Schwartz (2010a) valer-se do conceito de “entidades coletivas relativamente pertinentes” (ECRP), que não se assentariam num coletivo definido a priori. Suas fronteiras seriam as da atividade, em um determinado momento e contexto, na qual poderíamos, então, apreender seus contornos, as densidades de comunicação e a natureza do que transita em seu interior. Como aponta Zarifian (2001a), a coexistência, em certo período, de estruturas claras, de equipes de trabalho bem definidas, não exclui o fato de que as fronteiras entre elas podem se mover, se alterar, sofrer a interveniência de outros participan-

tes em função do conteúdo de problemas a serem tratados. Para o autor, é razoável supor que, cada vez mais, os coletivos se constituam e se modifiquem de modo considerável por sua própria iniciativa, em razão da natureza de implicações com as quais se defrontam, das oportunidades de estabelecer novas interações, entre outros fatores.

Nessa direção, cabe ressaltar que na indústria de processo contínuo a atividade de controle exercida pelos operadores é, indubitavelmente, de suma importância para a confiabilidade desses sistemas. São esses trabalhadores que tomam as decisões finais que conduzem à parada de instalações ou a uma posição segura diante de perturbações e anomalias (DUARTE; VIDAL, 2000; WISNER, 2003). O papel que exercem sobre a confiabilidade dos sistemas pode ser identificado quando adaptam os procedimentos previstos ao contexto real de trabalho, ou elaboram procedimentos originais, utilizando-se, em larga medida, de sua inteligência astuciosa (DEJOURS, 2012), para, em tempo hábil, manter o funcionamento eficiente e seguro das instalações.

A cooperação entre os trabalhadores – ao mobilizar os saberes e as experiências de maneira sinérgica – também é capaz, por vezes, de propor alterações em pontos específicos do projeto original das instalações, quando percebem que tais mudanças podem representar um ganho para a qualidade ou para a confiabilidade do sistema (FIGUEIREDO, 2016).

Este trabalho de regulação é utilizado com frequência em sistemas complexos, como consequência das tecnologias empregadas e da organização do trabalho adotada. Também se chega a esta situação por causa das relações sociais e hierárquicas de produção, que excluem os operadores e mantenedores dos equipamentos de uma participação efetiva nas fases de concepção e projeto de tais sistemas (SEVÁ FILHO, 2000). Destacam-se as funções dos operadores de produção e os da área de manutenção que realizam tarefas de prevenção, antecipação e recuperação dos disfuncionamentos do processo, assegurando a confiabilidade ameaçada pelas variabilidades do sistema.

Nesse sentido, torna-se evidente a importância daquela dimensão do saber que está para além do estatuto formal que, por sua vez, diz respeito aos procedimentos de operação dos equipamentos, à importância de se conhecer os alinhamentos do processo, verificando, por intermédio do emaranhado de tubos e válvulas, por onde entram e saem as substâncias empregadas, no que se transformam. Assim, aquilo que está no âmbito da dimensão informal do saber a ser mobilizado concerne ao desenvolvimento de uma percepção do processo de difícil sistematização, ou não passível de ser sistematizada. Sua apreensão é fruto do contato com os mais experientes, da interação com situações novas, atípicas, um aprendizado (histórico) – ou no qual a história se infiltra (SCHWARTZ, 2010b) – que vai sendo gestado e lapidado ao longo do percurso de cada um, sempre repleto de reveses, de erros, à medida que se põem à prova, mas também de acertos e êxitos. Pode-se, então, afirmar que seu domínio tornou-se um dos “trunfos”, do qual também se lança mão para manter em funcionamento o processo produtivo.

Entretanto, para que a troca de saberes flua sinergicamente no interior do coletivo, a confiança entre seus membros se apresenta como uma espécie de “liga intersubjetiva” fundamental. Segundo Dejours (1997), a confiança não se alicerçaria, preferencialmente, nas competências psicológicas, e sim no estabelecimento de valores e regras comuns, em uma dimensão ética. Sem essa construção, a cooperação não se consubstanciaria, ou tenderia a ficar comprometida, bem como as relações sociais no interior do coletivo. Em situações como a da atividade em plataformas e refinarias isso se apresenta como um elemento vital, pois os trabalhadores e as equipes sucedem-se uns aos outros na realização de uma mesma tarefa. Logo, além de estarem sob mútua avaliação, inclusive estética – como ressaltam, genericamente, Dejours (2012) e Zarifian (2001b) –, é importante que, ao render o que está deixando o posto, aquele que o assume esteja em sintonia com relação às nuances do trabalho que nem sempre são explicitadas por quem está encerrando o turno. Um processo cujo tempo de maturação é longo, assim como o é também o tempo de aceitação pelo coletivo de trabalho ou, dito de outra forma, o tempo de acolhimento pela comunidade de pertencimento.

Dessa forma, ao intensificar em demasia a terceirização, sobretudo nas atividades de manutenção, a empresa abre um flanco para a desarticulação de um segmento importante de trabalhadores, alguns já detentores do saber mencionado acima. Em certos casos, os trabalhadores demitidos (via Programa de Demissão Voluntária – PDV) ou aposentados, quando houve maior incentivo da empresa nesta direção,¹ foram recontratados posteriormente pelas prestadoras de serviços, e mesmo quando continuaram a atuar na mesma unidade e a interagir com muitos de seus antigos companheiros, as regras informais construídas coletivamente ao longo do tempo não ficaram imunes à desestabilização, tal como apontado em Figueiredo (2016).

No contexto da petroquímica francesa de tempos atrás, Dejours (2012) deparou-se com uma forte clivagem entre os trabalhadores vinculados à matriz contratante e aqueles que trabalhavam para as empresas subcontratadas. No caso da primeira, ele assinala que as indicações com base no parentesco para a contratação, os salários mais elevados do que a média vigente, além da garantia de estabilidade no emprego permitiu que se constituísse uma espécie de aristocracia operária, cujos membros eram todos franceses e brancos. Na mesma planta atuavam numerosos operários de origem magrebina, por sua vez, assalariados pertencentes às empresas terceirizadas, sem estabilidade e com remuneração baixa e que não mantinham qualquer contato com a aristocracia operária da empresa contratante. Levando em conta as características e a natureza das tarefas destinadas a cada um dos grupos, constatava-se no interior da fábrica uma divisão marcadamente discriminatória dos riscos, em que os subcontratados se expunham às tarefas potencialmente mais nocivas.

¹ Algo que vem sendo retomado no Sistema Petrobras, na atual conjuntura, sob a denominação de PIDV (Programa Interno de Demissão Voluntária). A grave crise que a empresa atravessa, desde 2014, em distintas esferas, está no centro da crise política nacional, e seus vários desdobramentos, alguns com consequências bastante dramáticas, ainda se fazem sentir.

A despeito da capacidade de sustentação da confiabilidade pelos coletivos, entendemos que o risco introduzido ao se colocar em xeque sua coesão se configuraria como mais um elemento a respaldar a necessidade de um processo de reavaliação da forma com que a terceirização foi implementada no setor petrolífero, com destaque para as atividades de manutenção. A rigor, tratar-se-ia de uma reavaliação que, em uma concepção mais abrangente, encarasse os fatores organizacionais como passíveis de se situarem na gênese de condutas que resultam em acidentes graves na indústria petrolífera (PATÉ-CORNELL, 1993; FREITAS et al., 2001; LLORY; MONTMAYEUL, 2014; FIGUEIREDO, 2016; LE COZE, 2016).

Considerações Finais

Ao se aproximar do trabalho humano em situações reais, a Ergonomia revelou que o trabalho efetuado não corresponde jamais ao trabalho esperado. O que se encontrou nessa irredutível defasagem entre o prescrito e o real foi a “atividade” que, por mais que seja realizada de forma individualizada, é sempre inserida em um coletivo. A esse respeito, Dejours sinaliza que o trabalho é sempre uma relação com o outro, trabalha-se sempre para alguém (superiores, pares, subordinados). Nessa perspectiva, os aspectos coletivos do trabalhar passam a integrar as análises ergonômicas, não apenas no seu caráter prescrito – tarefa coletiva – mas, sobretudo no que se refere à atividade coletiva.

A atividade coletiva se dá quando, diante das exigências de uma tarefa, ocorre uma intervenção coordenada de trabalhadores. E, nesse caso, mais do que soma, o que se observa é uma articulação dos trabalhadores, uma concertação, o que implica em algo mais amplo, complexo e singular, como já assinalava o próprio Marx. Essa cooperação, operada entre os trabalhadores, já enseja a constituição do coletivo de trabalho, que pressupõe igualmente a construção, compartilhamento e transformação de regras, modelos, critérios, etc.; o que, por sua vez, pode conferir sentido ao trabalho e proteger a subjetividade.

Entretanto, a cooperação não é um processo fácil, implica compromisso com a construção e o respeito às regras de trabalho, o que exige esforços, implicação nos debates coletivos e, inclusive, a possibilidade de correr riscos, pela exposição que essa participação acarreta. Ao cooperar, os trabalhadores mobilizam sua personalidade; isto porque além de um compromisso técnico a cooperação constitui um compromisso social, que implica renunciar parte do potencial criativo individual e da subjetividade em prol dos acordos normativos e do viver junto – o que, por vezes, representa um custo psíquico.

Portanto, para que ocorra a mobilização individual em prol do coletivo, do cooperar, é necessário que haja, entre os trabalhadores, confiança para que possam falar sobre seu fazer individual (mesmo diante de riscos tais como o de revelar imperícias e infrações a regras) e deliberar sobre o trabalho coletivo. Além disso, há o risco de que a deliberação coletiva não produza as soluções almejadas, querendo, por vezes, a arbitragem de um chefe,

mas não um chefe qualquer, já que precisa possuir um *plus* que o qualifique como superior aos demais e não um igual; e é a esse *plus* que Dejours chama de autoridade.

O exemplo empírico apresentado sobre a cooperação nos coletivos de trabalho na indústria petrolífera brasileira articula o macro e o micro na análise dessa situação de trabalho; coloca em debate os modelos de organização do trabalho que limitam e obstaculizam a cooperação e a forma como esses aspectos são vividos na atividade coletiva. A inquestionável necessidade de cooperação alicerçada na confiança para a realização dessa atividade, demanda uma construção coletiva que não é fácil e leva tempo. Decisões tomadas nas instâncias macro pela empresa – como a intensificação de vínculos instáveis, precarizados e terceirizações – acaba por contribuir com a desarticulação, limitando, por vezes, as possibilidades de transmissão dos saberes e valores já construídos coletivamente.

Antes de finalizarmos, é oportuno alertar que não é apenas a liberdade da vontade de envolver-se em um trabalho coletivo, estimulado por gratificação e reconhecimento, que mobiliza a inteligência coletiva e a cooperação. O medo e a ameaça também podem impor a cooperação em uma situação de trabalho, mas não sem intensificar os riscos à saúde mental dos que cooperam (DEJOURS, 2012).

Em suma, consideramos que a Ergonomia e a Psico-dinâmica do trabalho, outorgam à cooperação mérito em termos de eficiência, eficácia e promoção de proteção e sentido no trabalho. A cooperação evidencia-se como questão fundamental nas análises das mais variadas situações de trabalho. A pesquisa empírica apresentada salienta a relevância em considerar a cooperação em uma análise de atividade, ao passo que questiona atuais formas de organização do trabalho e escolhas gerenciais que fragilizam coletivos, fomentam o individualismo e a competitividade. Sinaliza-se, ainda, para a necessidade de considerar o ponto de vista da atividade nas decisões gerenciais.

Referências

- ATHAYDE, M. R. C. *Gestão de coletivos de trabalho e modernidade: questões para a engenharia de produção*. 1996. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- BARTHE, B.; QUEINNEC, Y. Terminologie et perspectives d’analyse du travail collectif. *Ergonomie. L’année psychologique*, v. 99, n. 4, p. 663-686. 1999.
- CAROLY, S.; BARCELLINI, F. O desenvolvimento da atividade coletiva. In: FALZON, P. (Org.). *Ergonomia construtiva*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 55-72.
- CRU, D. Les règles du métier. In: DEJOURS, C. (Org.). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: l’Aocip/CNRS, 1988. p. 29-51.
- CRU, D. *Le risque et la règle : le cas du bâtiment et des travaux publics*. Toulouse: Érès, 2014.

- DANIELLOU, F.; SIMARD, M. E.; BOISSIÈRES, I. *Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte*. Toulouse: FONCSI, 2010. Coleção Les Cahiers de la sécurité industrielle, n. 2013-07.
- DE LA GARZA, C.; WELL-FASSINA, A. Aportes del trabajo colectivo a la gestión de la seguridad laboral em situación de riesgo em el ámbito ferroviário. *Laboreal*, v. 2, n. 2, p. 38-46, 2006.
- DEJOURS, C. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DEJOURS, C. *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Tradução de FranckSoudant. Brasília: Paralelo 15, 2012. v. 2.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEJOURS, C.; DU TERTRE, C. Le temps du changement. In: DEJOURS, C. *Le choix: souffrir au travail n'est pas une fatalité*. Paris: Bayard, 2015. p. 105-204.
- DESNOYERS, L. Les indicateurs et les traces de l'activité collective. In: SIX, F.; VAXEVANOGLU, X. (Org.). *Actes du XXVII^e Congrès de la SELF sur Les aspects collectifs du travail*. Toulouse: Octarès, 1993. p. 53-66.
- DUARTE, F.; VIDAL, M. Uma abordagem ergonômica da confiabilidade e a noção de modo degradado de funcionamento. In: FREITAS, C.; PORTO, M.; MACHADO, J. (Org.). *Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e a prevenção*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 83-105.
- FIGUEIREDO, M. *A face oculta do ouro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos*. Niterói: EdUFF, 2016.
- FREITAS, C. et al. Acidentes de trabalho em plataformas de petróleo da Bacia de Campos. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 117-130, 2001.
- GIBOIN, A. La construction de référentiels communs dans le travail coopératif. In: HOC, J.; DARSEZ, F. (Ed.). *Psychologie ergonomique: tendances actuelles*. Paris: PUF, 2004. p. 119-139.
- LE COZE, J. *Trente ans d'accidents: le nouveau visage des risques sociotechnologiques*. Toulouse: Octarès, 2016.
- LEPLAT, J. Ergonomie et activités collectives. In: SIX, F.; VAXEVANOGLU, X. (Org.). *Actes du XXVII^e e Congrès de la SELF sur Les aspects collectifs du travail*. Toulouse, France: Octarès, 1993. p. 7-28.
- LEPLAT, J. *Regards sur l'activité en situation de travail: contribution à la psychologie ergonomique*. Paris: PUF, 1997.
- LEPLAT, J. *Mélanges ergonomiques: activité, compétence, erreur*. Toulouse: Octarès, 2011.
- LEPLAT, J.; TERSSAC, G. *Les facteurs humains de la fiabilité dans le systèmes complexes*. Toulouse: Octarès, 1990.
- LLORY, M.; MONTMAYEUL, R. *O acidente e a organização*. Tradução de Marlene M. Z. Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. Série Confiabilidade Humana.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. livro I.
- MOLINIER, P. *Les enjeux psychiques du travail*. Introduction à la psychodynamique du travail. Paris: Payot & Rivage, 2013.
- PATÉ-CORNELL, M. Learning from the Piper Alpha Accident: a postmortem analysis of technical and organizational factors. *Risk Analysis*, v. 13, n. 2, p. 215-232, 1993.
- PAVARD, B.; DECORTIS, F. Communication et coopération: de la théorie des actes de langage à l'approche ethnométhodologique. In: PAVARD, B. (Org.). *Systèmes coopératifs: de la modélisation à la conception*. Toulouse: Octarès, 1994. p. 21-50.
- PERROW, C. *Normal accidents: living with high-risk technologies*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.
- SCHWARTZ, Y. A dimensão coletiva do trabalho: as 'ECRP'. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Jussara Brito et al. Niterói: EdUFF, 2010a. p. 149-164.
- SCHWARTZ, Y. A linguagem em trabalho. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Jussara Brito et al. Niterói: EdUFF, 2010b. p. 131-148.
- SEVÁ FILHO, O. "Seguuura, peão!": alertas sobre o risco técnico coletivo crescente na indústria petrolífera. In: FREITAS, C.; PORTO, M.; MACHADO, J. (Org.). *Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e a prevenção*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. cap. 6.
- TERSSAC, G.; CHABAUD, C. Référentiel opératif commun et fiabilité. In: LEPLAT, J.; TERSSAC, G. (Org.). *Les facteurs humains de la fiabilité dans les systèmes complexes*. Marseille: Octarès, 1990. p. 110-139.
- WISNER, A. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 2003.
- ZARIFIAN, P. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001a.
- ZARIFIAN, P. Mutações dos sistemas produtivos e competências profissionais: a produção industrial de serviço. In: SALERNO, M. (Org.). *Relação de serviço: produção e avaliação*. São Paulo: Senac, 2001b. p. 67-93.

Recebido em: 4 de junho de 2017

Aceito em: 6 de março de 2018

Preclaridades da noção de representação

Marianne Lacomblez^{Orcid}★

Universidade do Porto, Porto, Portugal

Resumo

Pretende-se neste artigo contribuir para o esclarecimento da noção de “representação” no campo da Psicologia do trabalho e da Ergonomia da atividade, situando-a no quadro de duas abordagens. A primeira abordagem, que é tributária da noção de “imagem operativa”, está associada à categoria de análise das “representações para a ação” e à proposta metodológica de “trabalho de representação”. A segunda é relativa ao estudo das representações ditas “sociais” que resultam de processos de interação social no campo da construção de opiniões, crenças e atitudes. Os dois paradigmas assim envolvidos evidenciam potencialidades e limites em relação à compreensão das “questões vivas” das atividades de trabalho. Estudos empíricos sustentam a argumentação deste artigo que propõe uma abordagem alternativa, baseada, nomeadamente, nos contributos de Yves Schwartz e, igualmente, de Alessandra Re. Privilegia-se então a distinção entre várias formas de saber – saberes instituídos e saberes investidos – que, no debate e na controvérsia, tendem, na análise do real das atividades de trabalho, a construir uma linguagem comum.

Palavras-chave: psicologia do trabalho; ergonomia da atividade; noção de representação; atividade de trabalho.

Distinctions of the notion of representation

Abstract

In this article we intend to contribute to the clarification of the notion of “representation” in the fields of Psychology of Work and Activity-Centered Ergonomics, distinguishing the concept within two approaches. The first one, based on the notion of “operative image”, is associated to the analytical category of “representations for action” and to the methodological proposal of “work of representations”. The second one refers to the study of the so-called “social” representations that result from processes of social interaction within the framework of the construction of opinions, beliefs and attitudes. The two paradigms involved in these two approaches show potentialities and limits when “applied” to the work activities. Empirical studies support the argumentation of this article who ends with an alternative proposal - based, in particular, on the contributions of Yves Schwartz and also of Alessandra Re. Instead, it favors the distinction between various forms of knowledge - instituted knowledge and invested knowledge - that, in the debate and in the controversy, tend, in the analysis of the real of the work activities, to construct a common language.

Keywords: psychology of work; activity-centered ergonomics; notion of representation; work activities.

1- Introdução

A tradição científica, em que inscrevemos as nossas investigações e intervenções na Universidade do Porto, associa estreitamente a Psicologia do trabalho à Ergonomia da atividade. Faz, então, parte dos nossos fundamentos teóricos e metodológicos a noção de “imagem operativa”, tal como foi perspectivada por Dimitri Ochanine e posteriormente assimilada, por diversos autores, à categoria de análise das “representações para a ação”.

A literatura enraizada nesses contributos é vastíssima, tendo colocado o termo “representação” no glossário de uso quotidiano de inúmeros investigadores, passando assim, e durante muitos anos, a constituir um dos principais reveladores do paradigma de uma ampla escola científica. Porém, certa ambiguidade do estatuto epistemológico desta noção provocou um progressivo decréscimo da sua utilização.

Distintamente, as evoluções de algumas correntes da Psicologia social acabaram por manter constante o estudo das representações, ditas “sociais”, despertando recentemente, no âmbito de colaborações multidisciplinares, o interesse e a atenção de alguns ergonomistas. Deste modo se desencadeou uma controvérsia, em relação à qual gostaríamos aqui de contribuir para o seu esclarecimento.

2. Da ‘imagem operativa’ às “representações para a ação”: transformar um “não lugar” em “lugar”

2.1. O contributo de Dimitri Ochanine e seu contexto

Tal como Annie Weill-Fassina lembrou (2013), Dimitri Ochanine (1907-1978) nasceu na Rússia, vivendo depois em vários países europeus, em razão dos acasos da emigração. Defendeu a sua tese de doutoramento em 1938 em Paris, regressando à URSS em 1955, após a morte de Estaline, tendo lhe sido atribuído o título de Diretor de Investigação do Instituto de Psicologia da Academia de Ciências Pedagógicas, de Moscovo, onde exerceu a função de Diretor do Laboratório de Psicologia do Trabalho do mesmo Instituto. Reestabeleceu-se em Paris em 1975, tendo aí lecionado em várias universidades.

Podemos sintetizar o núcleo da sua abordagem citando um extrato de um dos seus artigos mais importantes, que evidencia o que o levou a distinguir a “imagem cognitiva”, coerente com os conhecimentos existentes e considerada como sendo exaustiva e rigorosa, da “imagem operativa”, relacionada, esta, com a ação, funcional, parcial e incompleta, não sendo, no entanto, entendida como incorreta nem, simultaneamente, objeto de julgamento negativo. Ochanine (2013, p. 95) afirma, portanto:

A ação sobre um objeto pode ser definida como um processo em que a informação sobre os estados sucessivos do objeto é transformada em ações finalizadas sobre esse objeto. Esta transformação opera-se na sequência de uma confrontação da informação proveniente do objeto com aquela

* Endereço para correspondência: Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. E-mail: lacomb@fpce.up.pt



que o sujeito já dispõe, por exemplo, a informação sobre a forma ou a estrutura do objeto, o estado requerido, o algoritmo do seu funcionamento enquanto sistema dinâmico, etc. Esta informação pré-existente com a qual é confrontada a informação exerceotiva aparece muito frequentemente organizada numa imagem operativa [...] caracterizada antes de tudo pela sua ordenação estrutural [...] permitindo a apreensão do conteúdo informacional dos sinais.

Lembrar o contexto em que foram desenvolvidas e realizadas as pesquisas empíricas que fundamentaram tal abordagem esclarece sem dúvida o seu significado. A época dos anos 60 do século passado corresponde de fato, no seio das empresas dos países industrializados, à implementação progressiva do que estavam a permitir evoluções tecnológicas, interpondo novos dispositivos (sinais, indicadores, intermediários gráficos...) na relação do operador com o processo de produção. Tais dispositivos retratam, assim, a progressão do decurso produtivo, orientando e condicionando as intervenções do trabalhador, mas exigindo igualmente da sua parte, em geral sob fortes condicionalismos temporais, codificação e descodificação das informações disponíveis, interpretações, raciocínios ativos, etc. Tais situações, e respetiva dinâmica e complexidade, também despertaram obviamente o interesse de outros pesquisadores, e em particular na América do Norte, onde alguns chegaram a formular hipóteses semelhantes às de Ochanine (ver por exemplo: MILLER; GALANTER; PRIBAM, 1960).¹

Uma outra questão, que passa também a ser central, está relacionada com o modo de conceber tais situações. Isto porque, frequentemente, são definidas a partir daquilo que os conceptores iniciais pensaram ser o mais adequado e racional no âmbito da organização geral do processo de produção, e tendo em conta a função planejada para o operador. Tais dispositivos são configurados, por isso, não raras vezes, em moldes que, na realidade, exigem o desenvolvimento de modos operatórios distintos dos previstos. Daí que o operador os vá redefinindo aos poucos, através de tentativas e de erros, afinando progressivamente estratégias, a fim de, apesar da urgência e dos riscos eventuais, conseguir levar a cabo o que dele é esperado e/ou exigido.

É este trabalho de “remodelização” que Ochanine sintetizou na “imagem operativa”, e que pode ser considerada como prelúdio da noção de “regulação” em Psicologia do trabalho e em Ergonomia da atividade (FAVERGE, 1966), e igualmente das “representações para a ação” definidas mais tarde (WEILL-FASSINA, RABARDEL; DUBOIS, 1993).²

Este regresso a alguns dos fundamentos destas nossas disciplinas obriga-nos a relembrar ainda as exigências metodológicas que advieram deste olhar pousado sobre o trabalho humano: uma observação da atividade do(s) operador(es) - guiada pelo princípio de que é preciso tempo

para entender procedimentos, eles próprios, construídos no tempo expandido da aquisição da experiência; observação articulada sobre momentos de explicitação das estratégias de regulação elaboradas e também atenta à diversidade dos modos de resolução de dilemas face a constrangimentos dificilmente conciliáveis, nomeadamente quando se entrecruzam as lógicas da produção com as da preservação da segurança e da saúde dos operadores.

Em consequência, exige do investigador, não só a persistência de quem sabe que a atividade, sua evolução e sua especificidade é, como escreveu Jean Marie Faverge, um alfinete que se procura num palheiro (FAVERGE, 1966), mas igualmente a convicção de que a relação estabelecida entre o analista e o operador é, intrinsecamente, a de uma confrontação de saberes sem hierarquização das atividades cognitivas (LACOMBLEZ, 2007).

2.2. O “trabalho de representação” na dinâmica da compreensão e transformação do trabalho

Podemos agora perceber como, a partir dos anos 70, este paradigma acabou por gerar, em resposta às solicitações de delegados sindicais preocupados com a deterioração acentuada da saúde de algumas categorias de trabalhadores, uma proposta que Catherine Teiger (1993) designou por “trabalho de representação”. Trata-se, com efeito, de cenários de intervenção em que o ergonomista, no seu diálogo com os trabalhadores, acompanha e documenta ativamente o processo de explicitação das “representações para a ação”, e suas evoluções, no âmbito de um questionamento de tipo maiêutico. Tal questionamento se traduz na progressiva sistematização da análise das situações de trabalho, na procura de um uso adequado e enriquecedor, mas também crítico, de categorias de análise e de conceitos que serão os pilares de uma “formação-ação”, cuja finalidade será a de realçar e compreender melhor o que é exigido a cada um no uso de si, avançando a partir daí na definição de estratégias que irão permitir a implementação de melhorias nas situações de trabalho.

Neste trabalho de tipo reflexivo, os conhecimentos são associados a critérios de veracidade e de objetividade: “podem ser confirmados ou não, completados ou corrigidos, ou então enriquecidos de dados novos” (TEIGER, 1993, p. 323, tradução nossa). Distinguem-se por isso das representações em que predominam critérios de coerência e de eficácia na ação - representações essas que não podem ser contestadas, mas sim modificadas por meio da aquisição de conhecimentos novos, sendo enriquecidas graças à descoberta de relações entre os elementos que a constituem e transformadas pela modificação dos objetivos, da função assegurada, da representação de si e da relação com o trabalho (TEIGER, 1993). Reencontramos deste modo a distinção inicial de Ochanine entre imagem cognitiva e imagem operativa - abrindo, contudo, e deliberadamente, a hipótese do questionamento e da destabilização dos conhecimentos, da possível descoberta de lacunas essenciais nos saberes disponíveis. Relembraremos também que a cooperação entre ergonomistas e militantes sindicais foi determinante no entendimento do contributo do registro dito das representações, quan-

¹G. A. Miller e seus colegas sublinham o caráter essencialmente dialético da relação indivíduo/realidade: o ser humano vai construindo representações sobre a “realidade”, que baseiam os seus “planos de comportamento” - planos esses que irão transformar alguns aspetos da “realidade” e, em eco, as representações que dela se constroem.

²Obviamente, subjazem, nesta abordagem, a categoria de análise, básica nesta tradição científica, que distingue o trabalho “prescrito” do trabalho “real”, e uma outra, a ela associada, que diferencia a tarefa e a atividade (ver, e.a.: SCHWARTZ, 2005; OUVRIER-BONNAZ; WEILL-FASSINA, 2015).

do desvelou a fragilidade dos conhecimentos existentes no que dizia respeito, por exemplo, aos componentes fisiológicos do “sono de dia dos trabalhadores de noite”, ao “caráter pesado de trabalhos ditos leves” em tarefas repetitivas, ou ainda relativamente ao envelhecimento precoce de jovens operárias (TEIGER et al., 2014). E, de fato, pesquisas complementares foram desenvolvidas posteriormente, constituindo hoje saberes sólidos, nomeadamente em matéria do trabalho por turnos (BARTHE, 2015; QUÉINNEC; TEIGER; TERSSAC, 1985) ou nas questões do envelhecimento no e pelo trabalho (MARQUIÉ; PAUMÈS; VOLKOFF, 1995; MOLINIÉ; GAUDART; PUEYO, 2012).

2.3. A construção de uma linguagem comum

Abrir a porta a uma desestabilização dos conhecimentos e reconhecer a fragilidade da “fronteira” entre representações e conhecimentos, distinguirão, então, os investigadores que aceitam ou procuram uma ruptura paradigmática.

Ivar Oddone inscreveu-se nesta postura quando, ainda médico generalista, no decorrer dos anos 60, na Itália, no âmbito do seu diálogo com trabalhadores, cujo estado de saúde era profundamente determinado pelas condições em que exerciam a sua atividade profissional, teve consciência da necessidade de uma mudança completa das categorias de análise que, até aí, tinham apoiado os seus diagnósticos (ODDONE, 2013). Os saberes académicos, na base dos quais ele se fundamentava, ignoravam por completo aquilo que caracterizava realmente o dia a dia do trabalho industrial. Foi este o ponto de partida de um percurso, que passou a ser coletivo (ODDONE; RE; BRIANTE, 1977), e que encontrou parte da sua sustentação teórica em autores como Miller e seus colegas, já aqui referenciados por defenderem modelos de análise muito próximos dos de Ochanine (MILLER; GALANTER; PRIBAM, 1960).

Atualmente, o contributo da equipe de Torino é bem conhecido (MUNIZ et al., 2013; VASCONCELOS; LACOMBLEZ, 2005), nomeadamente através da afirmação de uma “comunidade científica ampliada”, procurando uma linguagem que torne permeável a interface entre os pesquisadores e os trabalhadores. Foi esta a via definida, e não a do encontro entre representações e conhecimentos, para promover cenários de intervenção no quadro da problemática da nocividade do trabalho. Transformando assim um “não lugar” em “lugar”, graças à construção de uma linguagem “comum”, que “não é nenhuma das linguagens de partida, mas será uma linguagem construída pelos atores, sendo, deste modo, uma linguagem de chegada” (RE, 2013, p. 646, tradução nossa).

Sublinharemos que, a partir do percurso de Oddone e seus colegas, como também de outras trajetórias semelhantes, Yves Schwartz (2000) passou a referir o “desconforto intelectual” intrínseco a esta postura e à abordagem a ela associada. De notar ainda que, tal como a equipe italiana, Schwartz não privilegiou a noção de “representação”. Com efeito, a Ergologia não a insere no seu glossário (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008), não sendo por isso associada à noção de conhecimentos. Aqui, a distinção, a confrontação e o diálogo, convocam, por um

lado, os “saberes instituídos”, de cariz académico, “legitimamente descontextualizáveis, saberes constituídos em uma relativa desconexão do aqui e agora”; e, por outro lado, os “saberes investidos”, enraizados na experiência da atividade de trabalho, “memorizados ou produzidos no tratamento diário das tarefas, na gestão das interfaces sempre infíeis, configurando as situações locais de trabalho” (SCHWARTZ, 2013, p.19; 29; 30).

Existiram, na verdade, evoluções da reflexão nesta matéria que se traduziram, nomeadamente, no campo da Psicologia do trabalho e da Ergonomia da atividade, num recurso menos acentuado da noção de representação (para a ação), embora tal tendência não seja acompanhada de uma renúncia da abordagem que se afirmou a partir dos anos 70.

Tal noção estará ultrapassada, obsoleta? Será que o desalento que pode suscitar a categoria de análise “representação > conhecimento”, associando às representações um estatuto epistemologicamente precário, incitará os investigadores a colocá-la na margem das suas análises e assim privilegiar a questão do debate entre diferentes registros de saberes?

3. O “momento” (WORMS, 2009) dos anos 60

3.1. A potencialidade heurística do ato concreto

Na verdade, no contexto histórico em que emergiram as abordagens referidas, foram também formulados outros projetos de intervenção, não restritos ao mundo do trabalho, firmemente ancorados no “concreto”, no “local” e sustentados pela convicção de que existem vários tipos de conhecimento e diversos modos de os explicitar, através do recurso a uma grande variedade de linguagens.

Aliás, Frederic Worms (2009) não hesitou em referir o “momento dos anos 60” como caracterizado pelas evoluções que tiveram lugar em diversos campos do saber e da ação. Evoluções essas que consagram a valorização da diversidade, a recusa das categorias de análise que legitimam as hierarquias sociais e o questionamento de uma “monocultura do conhecimento” assente no postulado da verdade única da ciência moderna, configurada através de normas predefinidas aplicáveis à sua produção (científica).

Os autores já referidos ajudam-nos a perceber a importância atribuída ao significado latente do ato concreto: um ato que pode, à primeira vista, parecer banal, mas cuja riqueza é potencialmente heurística, abrindo novas ambições para a análise, suscetíveis de transformar o ‘drama’ individual numa matéria essencial da história coletiva.

Tal perspectiva ocupa igualmente um lugar central no legado de Paulo Freire (1994), como também na obra de muitos filósofos da época, nomeadamente na de Jean Paul Sartre, referência privilegiada por Catherine Teiger.

Nestas abordagens, obviamente, o foco no “local” nunca esquece a sua inclusão no “global”, porque são indissociáveis. Não se trata de uma questão de articulação oportuna de escalas de análise, mas sim de um desafio suscitado por um método presidido pela preocupação do respeito constante dessa integração.

3.2. Perceber o “senso comum”

É também nesta conjuntura, e movido por preocupações semelhantes, embora caminhando para horizontes distintos, que Serge Moscovici (1961) vai optar por reorientar a proposta apresentada por Émile Durkheim (1894/2009) no sentido de consagrar a Psicologia social ao estudo daquilo que este último designou “as representações coletivas”. Esta proposta de Durkheim tinha como objetivo permitir apreender com maior precisão a estrutura social da “nova sociedade industrial”, fundada na “solidariedade orgânica”,³ devendo tal enfoque contribuir para a melhoria do equilíbrio e da dinâmica sociais. Nesta perspectiva, as representações coletivas são entendidas como determinando a maneira como os indivíduos pensam, sentem e se representam o mundo, e igualmente como entre eles comunicam. Tais representações configuram, assim, de forma inconsciente, as representações individuais (POESCHL, 2013).

Moscovici decide realçar o caráter dinâmico, evolutivo de tais representações, considerando-as como não sendo coletivas, nem individuais. Passa, por isso, a designá-las de “sociais”, de modo a evidenciar que resultam de um processo de interação social: cada pessoa ao interagir com outras, acaba por compreender o meio em que está inserida, no âmbito de um processo de construção de opiniões, crenças e atitudes.

Moscovici insiste ainda sobre o fato da emergência das representações sociais não resultar de um tratamento rigoroso de informações. Aliás, Denise Jodelet (1997, p. 36) defende que a teoria das representações sociais é uma teoria do senso comum, do conhecimento ingênuo, por isso, claramente distinto do conhecimento científico: a representação social

[...] é uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, que detém uma finalidade prática e concorre à construção de uma realidade comum para um conjunto social. Ela não é o simples reflexo da realidade, mas funciona como um sistema de interpretação da realidade que organiza as relações entre os indivíduos e seu meio e orienta as suas práticas.

A representação social constituirá, assim, o objeto de pesquisa específico da Psicologia social, tal como Moscovici a definiu⁴ e, posteriormente, retrabalhada, enriquecida e, por vezes, reorientada por várias “escolas”. Entre essas escolas, destacaremos duas que são “historicamente reconhecidas: a de Aix en Provence e a de Genebra que se diferenciam, como ‘estruturalista’ e ‘sociogenética’, da perspectiva mais clássica correspondente às orientações delineadas por Moscovici” (JODELET, 2011, p. 21). Não pretendemos aqui desenvolver o que sustenta e explica tais orientações. No entanto, relembremos, a título ilustrativo, a teoria do “núcleo central” da escola de Aix en Provence que se baseia na hipótese de que uma represen-

tação social está sempre organizada à volta de elementos cognitivos fortemente correlacionados (POESCHL, 2013). E frisaremos também a comunicação “controversial” da escola de Genebra, em que predominam “formas de argumentação que seriam consideradas inaceitáveis num debate científico: utilizar informações fragmentárias, tirar conclusões gerais a partir de observações particulares, fazer prevalecer o veredicto sobre o julgamento, basear argumentos de causalidade em associações de natureza avaliativa” (POESCHL; RIBEIRO, 2017, p. 7).

Não deixa de ser interessante referir ainda aqui a “escola brasileira”, que Jodelet considera como reunindo cientistas cuja preocupação “não é tanto de tipo puramente teórico, não responde tampouco a um desejo exclusivo de aperfeiçoamento e aprofundamento de metodologias. A perspectiva comum é de usar a teoria e os modelos das representações sociais para enfrentar questões vivas que atravessam a sociedade brasileira hoje em dia”, sendo por isso chamada “a desempenhar um importante papel no progresso do pensamento científico relativo às representações sociais” (JODELET, 2011, p. 22; 25).

Ora, no seu balanço das pesquisas realizadas acerca das “questões vivas”, Denise Jodelet (2011, p. 22) refere que estas foram desenvolvidas essencialmente nos domínios da “educação, saúde, ambiente, política e justiça social, movimentos sociais, memória e história”. Moscovici não hesitou em exprimir logo a sua vontade de discutir ainda mais sobre as áreas de aplicação, assinalando a importância da área do trabalho. Com efeito, acabou por lembrar os anos da sua “descoberta do mundo do trabalho na França, das minas de carvão, das oficinas onde as luzes estavam sempre acesas, das regiões onde se exercia a mesma profissão durante meio século [...]”, confessando que só “mais tarde, eu percebi que, em relação a estes campos de interesse, foram as primeiras representações sociais que eu estava estudando sem o saber” (MOSCOVICI, 2011, “Prefácio”, p. X).

Estas considerações sobre a importância da área do trabalho acabaram por ter uma certa divulgação e impacto, não unicamente nos meios da Psicologia social.

4. A tradição do estudo das representações sociais aplicada à área do trabalho

A tradição que acabamos de sintetizar levanta, contudo, algumas interrogações quando “aplicada” às “questões vivas” das atividades de trabalho. Como vimos, de modo geral, a finalidade dos estudos é a de uma progressão da teoria das representações sociais e das metodologias suscetíveis de sustentar novas hipóteses. E, como também o sublinhamos, este paradigma é estruturado pelo postulado da dissemelhança fundamental entre conhecimento científico e conhecimento ingênuo, criando, pois, uma relação potencialmente desigual entre o cientista e o leigo, objeto das pesquisas. No campo do mundo do trabalho, uma tal perspectiva significa que o tal leigo não será considerado como fonte eventual do questionamento dos conhecimentos, inclusive os convocados pela organização e pelas condições do seu trabalho. Em estudos ditos “aplicados”, com objetivos de intervenção, ficamos

³Na análise de Durkheim, trata-se da forma mais desenvolvida de sociedade, no seio da qual, tal como num sistema de órgãos de um ser vivo, cada indivíduo tem de cumprir uma determinada função.

⁴“A psicologia social andava à deriva [...] cada pesquisa foi uma espécie de revelação [...] o que nos chamou a atenção foi o fato de se querer ignorar o social, quando ele era a razão visível do que tínhamos criado na Europa após a guerra e foi isso mesmo que conferiu todo o interesse aos estudos de campo que eu realizei [...]” (MOSCOVICI, 2011, prefácio).

sem saber o que o cientista, especializado em estudo das representações sociais, irá privilegiar no plano das ações de transformação, se a sua convicção da ingenuidade dos sujeitos das suas pesquisas não for inscrita num debate com todos os protagonistas efetivamente envolvidos.

Algumas pesquisas, ao articularem o tema dos riscos profissionais com certos aspetos da teoria das representações sociais (CAMPOS, 2012; CHAMON; MORAES, 2011; MOURA et al., 2013) tornaram a complexidade da problemática mais visível. E alguns ergonomistas, conhecidos por terem consagrado os seus estudos à questão da utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), acabaram também por orientar a sua curiosidade nesse sentido.

Dada a relevância dos dilemas e controvérsias que tais pesquisas são suscetíveis de desencadear, iremos procurar sintetizar aqui as etapas da reflexão e dos estudos daí resultantes.

4.1. Usar os equipamentos de proteção individual: uma atividade em si

Usar um EPI não significa necessariamente ficar protegido face ao risco que originou tal equipamento. Aliás, o recurso aos EPI tem que ser encarado como o último meio para proteger quem trabalha face aos riscos (ainda) não controlados, – sendo sempre preferível a intervenção na fonte efetiva do risco, de modo a conseguir-se a eliminação dos seus efeitos, ou pelo menos a sua atenuação.

A escassez de estudos relativos às características dos EPI e à sua utilização, não é estranha à sua conotação negativa, nomeadamente por estas duas razões: o hábito, em muitas empresas, de generalizar o seu uso sem avaliação prévia de uma intervenção na fonte; e a reprovação e condenação moral de que são frequentemente objeto os trabalhadores que não os utilizam. Felizmente que Alain Garrigou e os seus colegas têm conseguido alertar para a importância desta problemática, através da escuta das dificuldades encontradas pelos trabalhadores na utilização de certos EPI, acabando por realçar que se trata, na realidade, de uma atividade em si. Tal demonstração é baseada, entre outros, em análises relativas ao risco fitossanitário que revelam dimensões extremamente preocupantes. Além de lembrarem o facto do EPI poder dificultar o desempenho da atividade profissional em si, chamam efetivamente a atenção para os casos em que equipamentos inadequados aumentam a exposição aos riscos, agravando o estado de saúde de quem os utiliza (GARRIGOU; BALDI; DUBUC, 2008).

4.2. Os vieses nas representações dos riscos

Porém, escutar os trabalhadores, quando falam de proteção face aos riscos, pode conduzir o investigador a querer perceber e discutir os fundamentos das afirmações e convicções que lhe são relatadas. Daí que certos autores tenham recorrido a alguns contributos da tradição da Psicologia social, acima referida, analisando as representações sociais como construções moldadas pelas experiências (CAMPOS, 2012). Em França, Dongo Rémi Kouabénan tem-se destacado pelo seu trabalho em

desconstruir “a explicação causal ingénuo” avançada pelas pessoas não especializadas face ao acidente ou à ação de prevenção (KOUABÉNaN, 2007, p. 298). Tal comportamento perante o risco é então ponderado tendo em conta a percepção da utilidade das medidas de prevenção prescritas, a representação da ameaça e a aceitabilidade do custo subjetivo inerente ao cumprimento das respectivas recomendações.

Na realidade, Kouabénan desenvolve a postura que já tinha explicitado conjuntamente com Bernard Cadet: “As subjetivações da noção de risco – da sua percepção e avaliação [...] impõem-se aqui como exigências metodológicas primordiais, que se não forem satisfeitas invalidam logo o objeto de estudo, desnaturando-o”, e de fato são primordiais em razão dos vieses que subjazem às percepções, declarações, atitudes, avaliações, assumidas face aos riscos e às medidas de prevenção, que acabam por interferir tanto no momento da concepção das medidas e dos equipamentos de prevenção/proteção, como nas fases da sua implementação e concretização. Trata-se pois de processos que, em virtude das interações entre “os membros de um mesmo grupo, ou comunidade, acabam por produzir uma cultura comum do risco [...] que assenta num certo número de normas e de crenças partilhadas [...] algumas delas tendendo a banalizar e a subavaliar o risco, e outras a exagerá-lo” (CADET; KOUABÉNaN, 2005, p. 18-20, tradução nossa).

Não tencionamos aqui ir mais além duma síntese desta abordagem, mas podemos, contudo, tentar ilustrá-la melhor, referindo exemplos de vieses que, segundo Kouabénan (2007, p. 301-302), intervêm frequentemente na explicação e na percepção dos acidentes e dos riscos:

- ✓ Vieses motivacionais: auto-proteção, defesa da estima de si, auto-apresentação positiva, vontade de acreditar num mundo justo, negação defensiva, etc.;
- ✓ Vieses cognitivos: tratamento deficiente das informações, seletividade das informações, heurística da co-variação, apreciação exagerada das aptidões pessoais e de poder/otimismo irrealista/vieses de superioridade/ilusão de invulnerabilidade, etc.;
- ✓ Vieses normativos: normas de avaliação mais severas para acontecimentos graves, importância do carácter consensual do comportamento, sua moralidade e deseabilidade social, etc.

Não deixa também de ser interessante situar o padrão metodológico então definido para realizar as intervenções e as pesquisas. E para o efeito, apresentaremos uma descrição sintética de uma investigação-ação que Kouabénan nos apresenta no seu contributo ao *Traité de psychologie du travail et des organisations* (KOUABÉNaN, 2007, p. 323-326). Ele distingue as seguintes etapas:

- Uma primeira fase de observação, repetida duas vezes, da atividade de recolha de uma amostra de sangue, com 30 enfermeiras de 3 serviços diferentes de um mesmo hospital, tendo em

conta a check list dos 24 gestos definidos nos protocolos prescritos que visam prevenir os riscos de contaminação.

- A administração de três questionários de modo a:
 - a) Avaliar o conhecimento dos riscos e dos procedimentos de segurança a respeitar por parte das enfermeiras: questionário de escolha múltipla construído a partir de uma documentação consagrada nesta área;
 - b) Obter dados relativos à autoavaliação do risco de contaminação (vulnerabilidade): escala com 11 itens;
 - c) Avaliar o grau de ansiedade face às doenças: questionário pré-existente e já validado.
- Pelos tratamentos estatísticos realizados a partir dos dados assim reunidos, foi possível associar as percentagens de respeito dos 24 gestos definidos como seguros a outras variáveis.
- Os resultados evidenciaram, em particular, diferenças significativas entre os 3 serviços envolvidos no estudo. O que levou a equipe de investigação a concluir “que o melhor preditor do comportamento de uma enfermeira é o comportamento das suas colegas de serviço” (tradução nossa). Daí que a equipe tenha formulado a hipótese da existência de um fenómeno de micro-organização que “se constrói segundo modalidades psicossociais (normalização, moldagem, pressão para a conformidade [...] e que produz um efeito de homogeneização das práticas, podendo ir até ao não respeito de precauções indicadas” (tradução nossa).
- Por fim, refere que “a melhoria da segurança nos serviços poderá passar, sobretudo, por uma modificação da norma do grupo e, não necessariamente, por um melhor conhecimento individual dos riscos e dos procedimentos seguros” (tradução nossa).

Eis assim descrita a matriz que fundamenta este tipo de proposta de intervenção.

4.3. Uma abordagem da ‘natureza humana’ que se quer lúcida

Estamos, obviamente, perante uma análise ancorada na tradição da Psicologia social acima referida, envolvendo a noção de representação, no âmbito de uma abordagem bem distinta daquela que apresentamos na primeira parte da nossa contribuição.

O seu próprio léxico, ao privilegiar termos como ingenuidade e vieses, revela logo tal diferença que se exprime no papel assegurado pelos peritos na sua relação com “as pessoas não especializadas”, mas também na própria metodologia, quando aposta no valor de instrumentos predefinidos de modo a reunir facilmente dados suscetíveis de sustentar tratamentos estatísticos adequados, e, ainda, no

contraste entre a vontade de lucidez face às representações e a ausência de questionamento dos conhecimentos utilizados. Mas, fundamentalmente, transparece a convicção de que a relação (individual e coletiva) com a atividade de trabalho exprime leis comportamentais de uma “natureza humana” do nosso tempo. Este é o postulado que justifica tanto a dita necessária perspicácia do investigador, como o recurso a técnicas de recolha de dados validados previamente noutras pesquisas.

Acrescentaremos ainda que, quando este tipo de análise se inscreve no plano da intervenção, a grelha de leitura das falhas de tal natureza humana incide somente sobre a percepção e representações dos que se encontram no “fim da linha” – isto é, no caso da pesquisa referida, as enfermeiras observadas. Porém, a argumentação de Kouabéban pretende abranger todo o tipo de comportamento humano face ao risco: daí que tenha sublinhado que a sua teoria se estende também aos comportamentos de quem concebe, define e organiza os programas e as medidas de prevenção.

Talvez a extensão da contribuição de Kouabéban no *Traité de psychologie du travail et des organisations* tenha sido limitada por razões de espaço, como normalmente acontece, impedindo-o de apresentar outros desenvolvimentos. De qualquer modo, facilmente se constata que, no âmbito da sua perspectiva, nos afastamos de cenários de intervenção onde são providenciados encontros entre os protagonistas de forma a privilegiar a explicitação progressiva e dialógica de experiências, a criação de espaços para o debate, a controvérsia, a confrontação e o enriquecimento mútuo dos diferentes registos do conhecimento.

Na verdade, os ergonomistas, que no âmbito de intervenções multidisciplinares integraram contributos de Kouabéban (COTTIN; VALLERY; DAHAK, 2016; ULLILEN-MARCILLA; GARRIGOU, 2016), não abdicaram do acervo teórico e metodológico herdado da geração de Dimitri Ochanine. Este contributo da Psicologia social serve-lhes de fato como uma das vias de interpretação dos argumentos utilizados pelos protagonistas das suas investigações, quando descrevem as suas relações com o uso dos EPI. E, uma vez repertoriados os vieses motivacionais, cognitivos ou normativos, estes são integrados numa análise mais larga, isto é multifacetada, da problemática em questão, sendo igualmente objeto de debate com os participantes.

É para nós evidente que o ecletismo adotado por estes investigadores mereceria uma análise, sobretudo em termos teóricos, que esclarecesse melhor eventuais contradições metodológicas, epistemológicas e mesmo de natureza ética.

5. Que estatuto para a noção de representação?

“Para que serve interpor [entre o ser humano e o mundo] uma entidade psíquica entendida como reunindo os supostos determinantes do comportamento?” (ROLLE, 1997, p. 224, tradução nossa): esta é a posição assumida por Pierre Rolle face à noção de representação, que sempre julgou bizarra, inútil na (e para) compreensão do comportamento de cada um de nós no mundo.

O veredito não deixa de ser severo, ainda mais se considerarmos o legado dos trabalhos acima referidos.

No entanto, temos de admitir que, mais do que o interesse da própria noção de representação, foram os vários referenciais epistemológicos a ela subjacentes que despertaram o nosso interesse por esta problemática. E, neste plano, a leitura que fizemos dos dois paradigmas em questão, fica, sem dúvida, ainda melhor instruída se atendermos à distinção, conceitualizada por Yves Schwartz, entre duas formas de saber, que se caracterizam, também, através da sua relação à dimensão axiológica das nossas vidas. Segundo ele (SCHWARTZ, 2015, p. 126-127, síntese baseada em tradução livre), temos:

- a) por um lado, os saberes que tornam neutros os projetos que visam conhecer, compreender e agir sobre o que caracteriza o nosso mundo, pretendendo enriquecer um património comum por meio do grau de generalidade e de uma relativa abstração. Trata-se de saberes cuja produção e descoberta alimentam o mundo dos ‘profissionais dos conceitos’, isto é, o mundo académico tradicional. Tal postura de distanciamento face às solicitações do presente e de ‘caça’ aos vieses relacionados com as circunstâncias locais, exprime uma atividade, um esforço sustentado pela procura da verdade (ou que pretende sê-lo). Aqui, a dimensão axiológica reside no próprio esforço do investigador na procura da verdade – esforço esse que, obviamente, pode ser deturpado e tornar-se refém da história e das suas tensões;
- b) e, por outro, os saberes mais concretos: aqueles que, ancorados nas ‘aderências locais’ e nas contradições do social acabam na penumbra dos saberes ‘instituídos’, mas que retrabalham as prescrições, provenientes em geral dos saberes com vocação generalizante, dos quais, supostamente, se espera uma mera aplicação. Trata-se de saberes ‘investidos’ na e pela experiência, suscetíveis de questionar as categorias e os conceitos ditos perenes, de desestabilizá-los por vezes, exigindo eventualmente a sua reorganização ou a sua melhoria, provocando casualmente uma ruptura paradigmática. Neste segundo polo de saberes, enraizados na atividade humana e emergindo dela, são avaliadas em cada instante as condições em que se pode tentar viver. Aqui, a dimensão axiológica reside na opção, no esforço do investigador em estar atento aos valores *in situ*, e de aceitar o ‘desconforto intelectual’ ao deixar interpelar constantemente os seus modelos interpretativos, as suas categorias de análise e os conceitos baseados nos seus critérios de cientificidade.

Se na primeira postura admitimos que a noção de representação pode mesmo adquirir o estatuto de conceito, na segunda tal noção pode nem ser necessária, dada a centralidade do debate entre diferentes registros de saberes.

Referências

- BARTHE, B. La déstabilisation des horaires de travail. In: THEBAUD-MONY, A. et al. (Ed.). *Les risques du travail*. Paris: Découverte, 2015. p. 223- 232.
- CADET, B.; KOUABENAN, D. R. Évaluer et modéliser les risques: apports et limites de différents paradigmes dans le diagnostic de sécurité. *Le Travail Humain*, v. 68, n. 1, p. 7-35. 2005.
- CAMPOS, P. H. F. Representações sociais, risco e vulnerabilidade. *Tempus - Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 6, n. 3, p. 13-34, 2012. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1153>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- CHAMON, E.; MORAES, P. A representação social do risco em atividades potencialmente perigosas. *Temas em psicologia*, v. 19, n. 1, p. 243-252, 2011.
- COTTIN, I.; VALLERY, G.; DAHAK, S. Uso situado de los EPP (equipos de protección personal) frente al riesgo biológico: Ejemplo de un laboratorio seguro de contención de nivel 3. *Laboreal*, v. 12, n. 2, p. 56-74, 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-52372016000200005&lng=pt&nrm=i&tlng=es. Acesso em: 25 jan. 2017.
- DURKHEIM, E. Règles de la méthode sociologique (1894). Paris: Payot, 2009.
- DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. Glossário da Ergologia. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 23-28. 2008. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587;63882>. Acesso em: 13 set. 2016.
- FAVERGE, J. M. L’analyse du travail en termes de régulation. In: FAVERGE, J. M. et al. (Org.). *L’ergonomie des processus industriels*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1966. p. 33-60.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GARRIGOU, A.; BALDI, I.; DUBUC, P. Contributos da ergotoxicologia na avaliação da eficácia real dos EPI que devem proteger do risco fitossanitário: da análise da contaminação ao processo colectivo de alerta. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 92-103, 2008. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV65822343965;7:73962>. Acesso em 22 dez. 2017.
- JODELET, D. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1997.
- JODELET, D. Representações sociais na comunidade científica brasileira. *Temas em psicologia*, v. 19, n. 1, p. 19-26. 2011.
- KOUABÉNAN, D. R. Décision, perception du risque et sécurité. In: BERNAUD, J. L.; LEMOINE, C. (Dir.). *Traité de psychologie du travail et des organisations*. Paris: Dunod, 2007. p. 285-326.
- LACOMBLEZ, M. De Favergé à Vergnaud: entre variabilité et invariants dans le développement de l’activité. In: MERRI, M. (Coord.). *Activité humaine et conceptualisation – Hommage à Gérard Vergnaud*. Toulouse: Universitaires du Mirail, 2007. p. 219-225.
- MARQUIÉ, J.-C.; PAUMÈS, D.; VOLKOFF, S. (Dir.). *Le travail au fil de l’âge*. Toulouse: Octarès, 1995.

- MILLER, G. A.; GALANTER, E.; PRIBRAM, K. H. *Plans and the Structure of Behavior*. New York: Holt, Rhinehart & Winston, 1960.
- MOLINIÉ, A. F.; GAUDART, C.; PUEYO, V. (Coord.). *La vie professionnelle: âge, expérience et santé à l'épreuve des conditions de travail*. Toulouse: Octarès, 2012.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse son image son public*. Paris: PUF, 1961.
- MOSCOVICI, S. Prefácio. *Temas em psicologia*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. VII-X, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v19n1/v19n1a02.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.
- MOURA, L. et al. Risco ergonômico: representações sociais de estudante de odontologia. *Revista Cuidado é Fundamental*, v. 5, n. 6, p. 36-44. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/5057/505750944005/>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- MUNIZ, H. P. et al. Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da saúde do trabalhador no Brasil. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, v. 38, n. 128, p. 280-291, 2013.
- OCHANINE, D. Rôle de l'image opérative dans la saisie du contenu informationnel des signaux. *Questions de psychologie*, n. 4, p. 209-224, 1969.
- OCHANINE, D. Papel da imagem operativa na apreensão do conteúdo informacional dos sinais. *Laboreal*, v. 9, n. 1, p. 95-102, 2013. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/pt/articles/papel-da-imagem-operativa-na-apreensao-do-conteudo-informacional-dos-sinais>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ODDONE, I. De la médecine à une psychologie de la santé au travail. In: TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. (Coord.). *(Se) Former pour transformer le travail: dynamiques de constructions d'une analyse critique du travail*. Québec: Presses Universitaires de Laval & Bruxelles/European Trade Union Institut, 2013. p. 174-178.
- ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Esperienza operaia, coscienza di classe e psicologia del lavoro*. Torino: Einaudi, 1977.
- OUVRIER-BONNAZ, R.; WEILL-FASSINA, A. (Coord.). *L'analyse du travail d'Ombredane et Favergé, 60 ans après*. Toulouse: Octarès, 2015.
- POESCHL, G. Teoría de las representaciones sociales. In: DOMINGUEZ, J. F. M.; CASAL, C. H. (Dir.). *Estudios de psicología social*. Porto: Cuadernos de la UNED, 2013. p. 439-466.
- POESCHL, G.; RIBEIRO, R. Inserções sociais e tomadas de posição: efeito das pertenças sociais nas representações da globalização. In: VALENTIM, J. P. (Ed.). *Representações sociais: perspectivas teóricas no estudo do pensamento quotidiano*. 2017. No prelo.
- QUÉINNEC, Y.; TEIGER, C.; TERSSAC, G. (Dir.). *Repères pour négocier le travail posté*. Toulouse: Octarès, 1985.
- RE, A. Une nouvelle perspective pour la compétence ergonomique dans l'analyse du travail. In: TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. (Coord.). *(Se) Former pour transformer le travail: dynamiques de constructions d'une analyse critique du travail*. Québec: Universitaires de Laval, 2013. p. 644-647.
- ROLLE, P. Pierre Naville: de la psychologie à la sociologie. *L'orientation scolaire et professionnelle*, v. 26, n. 2, p. 249-258. 1997.
- SCHWARTZ, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.
- SCHWARTZ, Y. Actividade. *Laboreal*, v. 1, n. 1, p. 63-64. 2005. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223469:53635622>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- SCHWARTZ, Y. Concepções da formação profissional e dupla antecipação. *Trabalho & Educação*, v. 22, n. 3, p. 17-33, 2013.
- SCHWARTZ, Y. Production de savoirs sur l'activité: quels nœuds ente épistémologie et éthique ? *Ergologia*, v. 14, p. 117-129, 2015.
- TEIGER, C. Représentation du travail et travail de la représentation. In: WEILL-FASSINA, A.; RABARDEL, P.; DUBOIS, D. (Coord.). *Représentations pour l'action*. Toulouse: Octarès, 1993. p. 311-344.
- TEIGER, C. et al. Dynamique de la compréhension et de la transformation du travail. Éléments pour une histoire de la coopération syndicats-recherche en ergonomie et psychologie du travail en France. *Nouvelle revue de psychosociologie*, v. 18, p. 125-210, 2014. [CrossRef](#).
- ULLILEN-MARCILLA, C.; GARRIGOU, C. La influencia de la percepción del riesgo en la utilización de los equipos de protección individual contra los pesticidas. *Laboreal*, v. 12, n. 1, p. 12-22, 2016. [CrossRef](#).
- VASCONCELOS, R.; LACOMBLEZ, M. Redescubramonos na sua experiência: o desafio que nos lança Ivar Oddone. *Laboreal*, v. 1, n. 1, p. 38-51, 2005. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2005_12/pt/7_Ricardo&Marianne_PT.pdf. Acesso em: 18 dez. 2017.
- WEILL-FASSINA, A. A imagem operativa de Dimitri Ochanine em contexto: uma introdução aos textos de D. Ochanine e C. Teiger. *Laboreal*, v. 9, n. 1, p. 84-91, 2013. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/pt/articles/a-imagem-operativa-de-dimitri-ochanine-em-contexto--uma-introducao-aos-textos-de-d-ochanine-e-c-teiger/>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- WEILL-FASSINA, A.; RABARDEL, P.; DUBOIS, D. (Coord.). *Représentations pour l'action*. Toulouse: Octarès, 1993.
- WORMS, F. *La philosophie en France au XXe siècle: moments*. Paris: Gallimard, 2009.

Recebido em: 11 de setembro de 2017

Aceito em: 28 de junho de 2018

A dimensão psicológica da regulação no trabalho: rastreamento teórico-conceitual

Cirlene de Souza Christo,^{Orcid, I, *} Wladimir Ferreira de Souza,^{Orcid, II} Maria Elisa Siqueira Borges,^{Orcid, III}
Milton Raimundo Cidreira de Athayde^{Orcid, II}

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{III} Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo

Neste artigo buscou-se apresentar o resultado de uma etapa da investigação em curso acerca do conceito de regulação, neste momento explorando-o no interior do campo da Psicologia Ergonômica e da Ergonomia da Atividade. Frente às exigências dos novos sistemas sociotécnicos presentes nos mundos do trabalho na contemporaneidade, objetiva-se contribuir para o desenvolvimento do conceito e sua melhor utilização em Psicologia do Trabalho & Organizacional. Discutiu-se a introdução do conceito de regulação na emergência de um novo paradigma de análise de trabalho, ressaltando-se a necessidade de ponderação em seu uso no campo social. Verificou-se a existência de importantes pontos de conexão entre alguns autores, envolvendo especialmente as contribuições de Faverge, Leplat, Theureau, Canguilhem e Schwartz.

Palavras-chave: regulação no trabalho; Psicologia Ergonômica; normas; renormatização.

The psychological dimension of regulation at work: theoretical-conceptual survey

Abstract

This paper was intended to present the result of a research stage in progress about the concept of regulation, at this moment exploring it within the area of Ergonomic Psychology and Ergonomy of the Activity. To meet the requirements of the new socio-technical systems present in the worlds of contemporary work, it aims to contribute to the development of the concept and its best use in Work and Organizational Psychology. It was discussed the introduction of the concept of regulation in the emergence of a new paradigm of work analysis, emphasizing the need for consideration in its use in the social field. There were important points of connection between some authors, especially involving the contributions of Faverge, Leplat, Theureau, Canguilhem and Schwartz.

Keywords: regulation at work; Ergonomic Psychology; norm; renormatization.

Introdução

O objeto teórico do estudo aqui apresentado é a dimensão psicológica do fenômeno que vem sendo designado pelo vocábulo “regulação”. O objetivo é colaborar para que, no plano teórico-conceitual, a Psicologia do Trabalho & Organizacional (PT&O) possa melhor compreender os modos de regulação das interações dinâmicas entre os diferentes componentes dos sistemas sociotécnicos e então neles interferir profissionalmente de modo positivo. Apresentamos o estado atual de nossa pesquisa sobre o fenômeno e o aparato conceitual a ele pertinente no que tange à sua dimensão psicológica. Outro recorte no rastreamento teórico-conceitual que fizemos refere-se à delimitação da trajetória do debate teórico e conceitual tendo como foco as abordagens e perspectivas que entendem trabalho enquanto atividade.

No campo da Psicologia, vocábulos similares ao de regulação como “adaptação” e “ajustamento” também já foram mobilizados em sua história. No final do século XIX, na Alemanha, o experimentalismo de Wundt (e o estruturalismo de Titchener) assume

como objeto o estudo dos erros e ilusões emergentes no processo cognitivo. Em seguida, nos EUA em um período de divulgação-popularização da Teoria da Evolução e sob a influência do funcionalismo, uma concepção que chamaremos de conservadora foi tornando-se hegemônica no vocabulário psicológico através da noção de “ajustamento” (ao ambiente). Especialmente a partir dos anos 1970, vem sendo desenvolvida a crítica a esta concepção. A partir das ciências físico-químicas e biológicas, a crítica ao chamado paradigma “representacional” tem permitido uma redefinição da noção de ajustamento, passando a entender o fenômeno enquanto “composição com o meio” (SANCOVSCHI, 2009). Frente à polêmica, registramos nossa opção por uma Psicologia da Atividade de Trabalho, conforme o faz Lacomblez (LACOMBLEZ et al., 2016), e não de uma Psicologia da adaptação do humano ao meio, ao trabalho.

Privilegiamos no rastreamento a linhagem da Psicologia que entende o trabalho enquanto atividade, buscando adaptá-lo ao operador humano. Faverge (1966a; FAVERGE; LEPLAT; GUIGUET, 1958) foi o pesquisador que liderou o encaminhamento inicial desta busca de adequação, colaborando decisivamente para a construção de uma corrente da PT&O que vem evoluindo na relação dinâmica com a Ergonomia (especialmente com a corrente da Ergonomia da Atividade). Ela passou a

*Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Av. Pasteur, 250 – Urca – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 22290902. E-mail: cirlenechr@gmail.com, souzalandi@uol.com.br, melisaborges@uol.com.br, athayde.milton@gmail.com



ser designada resumidamente “Psicologia Ergonômica”¹ por outro pesquisador de referência nesta tradição: Leplat (1972, 1980, 2011). Uma renovação que teve no conceito de regulação um de seus destaques, tendo como razão principal a crescente complexidade dos novos sistemas técnicos, exigindo modos de regulação também mais complexos (LEPLAT, 2006).

Esta renovação veio acompanhada de um trabalho cada vez mais sofisticado de prévia concepção dos sistemas. Não obstante o rigoroso cuidado no curso de seu processo, eles se deparam com diversos problemas práticos: seja um trabalho de concepção e prescrição com erros, seja a presença de equívocos na formação de quem vai operá-los, e até mesmo a incidência de diferentes variabilidades e do acaso. Por fim, os sistemas concebidos esbarram também em dificuldades geradas por modos de gerenciamento autoritário que, com frequência, tomam um rumo que não contempla nem respeita o fato de que cada operador (e seu coletivo de trabalho) – em alguma medida, mesmo que no infinitesimal – faz a gestão de seu próprio trabalho, redefinindo-o, recompondo-o.

Os modos de regulação foram de início investigados pela PT&O em sua dimensão cognitiva e social. Só a partir dos anos 1980 a dimensão afetiva da regulação do trabalho vem sendo melhor explorada, especialmente por abordagens “clínicas do trabalho” (LHUILIER, 2007)² que, embora muitas delas não se posicionem no interior da Ergonomia, têm tido suas mais fecundas contribuições parcialmente por ela incorporadas (DANIELLOU, 2004). As abordagens clínicas que mobilizamos tiveram a Ergonomia da Atividade como uma de suas principais fontes, tendo em seguida, mesmo que de forma desigual, operado em uma via de mão dupla.

Buscamos também explorar a questão da regulação por outra via, rastreando-a na obra de Canguilhem (2005, 1966/2011, 1947/2016), por considerarmos que seus estudos têm forte relação de pertinência com a corrente da PT&O citada. Neste âmbito, orientamo-nos pelo rigoroso e profícuo estudo da relação de Canguilhem com as questões da vida e da atividade através do trabalho que vem sendo empreendido por Schwartz (2000, 2004; SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Ele é a principal referência de uma *démarche* que se denomina Ergologia, com importantes contribuições no plano teórico-epistemológico e metodológico, a partir do final dos anos 1980 (SCHWARTZ, 1988/2012).

Iniciamos a apresentação pela emergência do modelo de análise do trabalho inaugurado por Faverge nos anos 1950. Para melhor aproximação, entendemos necessário partir da discussão sobre o paradigma então hegemônico de análise do trabalho, introduzido por Taylor (1911/2010) em fábricas estadunidenses, no início do século XX. Destacamos que na França e na Bélgica, sua recepção foi tardia e os

desdobramentos dos princípios e práticas tayloristas foram singulares, polarizados, gerando um caldo de cultura crítica singular e fértil, que exploramos a seguir.

1. A partir de Taylor, com Faverge engendra-se um novo paradigma

No início do século XX, nos EUA, Taylor instituiu um novo paradigma para pensar-agir o trabalho, introduzindo uma modalidade de análise sistemática deste como necessidade preliminar. Seus propósitos sempre foram claramente orientados para a obtenção de ganhos de produtividade, envolvendo o controle da força de trabalho (com base na negociação), assim colaborando para a ampliação da acumulação de capital. As reações têm sido muito diversas ao longo do tempo em diferentes países. Montmollin e Pastré (1984), dentre outros autores de referência na França e Bélgica, entendem que Taylor iniciou – a seu modo – um movimento de construção do que seria uma “ciência do trabalho”. E, para além da crítica, tais analistas foram construindo uma proposta diferente da prática taylorista de análise do trabalho.

Theureau (1995) centrou sua crítica na questão do “esforço”, considerando que até então se limitava ao dispositivo motor, à energia mecânica, excluindo a percepção, o pensamento e a fala do operador humano. Fenômenos que, em seu entendimento, só seriam reconhecidos por outro paradigma, inaugurado no meado dos anos 1960 a partir da publicação do livro “Análise do Trabalho” por Ombredane e Faverge (1955).

Enquanto Ombredane tinha formação em Psiquiatria, Faverge era matemático e estatístico, só posteriormente aproximando-se da formação em Psicologia. Assim, Faverge buscou inicialmente fundar um modelo de análise do trabalho com base na teoria matemática da informação (SHANNON, WEAVER, 1975). Junto com Ombredane, definiu como objeto teórico as “comunicações” (entendidas como a troca de informações) entre o homem e a máquina. À distância das proposições de Taylor, os dados considerados pertinentes por esta linhagem de análise do trabalho deixaram de ser os de “tempos e movimentos”, privilegiando-se os relativos à busca de informação por parte do operador, a suas ações sobre o sistema etc. Toma-se então como método um estudo prévio, “informal” (ou seja, baseado em observações de média/longa duração e entrevistas com os operadores e seus chefes), construindo-se categorias pertinentes às diferentes situações encontradas. Deve-se também considerar que este modelo contribuiu para a mudança de paradigma a emergência, durante a 2ª Guerra, de novas tecnologias voltadas para a melhoria da operação de pilotos de caça aérea, pois, para evitar erros de leitura e limitar acidentes e incidentes, surgiu com força a demanda por criar modos de apresentação de informações aos pilotos, além de organizar e homogeneizar um determinado tipo de avião. Registre-se que foi em tal contexto, no imediato pós-guerra, que nasceu a Ergonomia de linhagem britânica (MURREL, 1965) e em seguida estadunidense (CHAPANIS; GARDNER;

¹ Denominação utilizada por Leplat desde o início dos anos 1970, sendo que para ele seria sinônimo de uma Psicologia do Trabalho quando em relação com a Ergonomia. Encontra-se a mesma denominação em Spérandio (1980). A respeito, ver também Hoc; Darses (2004).

² Inicialmente os materiais da equipe liderada por Dejours (1980, 1987/1988, 1997, 2010), cerca de quinze anos depois a equipe conduzida por Clot (2006, 2010), dentre outras que aqui não serão destacadas.

MORGAN, 1949), a dos *Humans Factors*, centrada no componente humano dos sistemas Homem-Máquina, conforme a caracteriza Montmollin (1997).

Outro avanço deste modelo em relação ao modelo de Taylor: a coleta e a análise já não se limitavam ao trabalho de um operador individual isolado (relação “homem-máquina”). O novo paradigma que foi se configurando passou a incorporar (mantendo a regra de autorização) já não mais o trabalhador isolado, mas o coletivo de trabalho, mobilizando sua colaboração tanto na “coleta” quanto na interpretação dos materiais produzidos. Passou-se a contemplar questões relativas às percepções e às falas no curso do trabalho, sendo a comunicação (as “interações dinâmicas”) com as máquinas entendidas como atividade, já não se limitando à crença na fidelidade à tarefa prescrita. Mas, voltando a Theureau (1995), o apelo à noção de “sistema” e sua otimização era ainda puramente metafórico, restringindo-se à ampla demonstração de que o trabalho real e o prescrito eram, com base na observação direta, diferentes.

Pode ser destacada a presença de dois dos mais importantes movimentos efetuados por Faverge. Primeiro, sua prudência face ao reducionismo de determinadas abordagens positivistas do trabalho, criticando a análise do trabalho conduzida no campo da Psicotécnica no quadro da teoria das aptidões por tomar a realidade como uma soma de partes predefinidas. Segundo, a importância que passou a ser dada ao diagnóstico dos problemas e à avaliação de sua importância, especialmente no que se refere aos custos subjetivos dos processos de regulação nas atividades de trabalho (como veremos adiante).

Para Faverge, se por um lado trabalhar é sim ocupar-se das posturas, dos gestos, por outro, passou a ser – e cada vez mais – tratar informação, “comunicar-se” com a matéria (diretamente ou com a ajuda de intermediários, como painel, botão, pedal, computador, robô...). Enfim, para ele, trabalhar é também regular processos complexos originados a partir de interações entre as “células” de um sistema em que os humanos representam um dos elementos. Enfim, neste novo paradigma, trabalhar é recorrer a processos de pensamento, implementando algoritmos, representações, estratégias, aproximando-se do domínio da futura Ergonomia Cognitiva (mas com ela não se confundindo).

2. A questão da regulação do trabalho no novo paradigma

Já em Faverge encontrava-se a afirmação, desenvolvida pela Ergonomia da Atividade, de que nas atividades de trabalho operam-se regulações frente às variabilidades (GUÉRIN et al., 2005). Em 1966, com a publicação do livro “L’Ergonomie des processus industriels”, importando da Cibernética a ideia de que um sistema se regula, Faverge (1966a) apresenta um capítulo com a proposta de análise do trabalho em termos de regulação, destacando a riqueza das atividades humanas na confrontação com a complexidade das situações reais de trabalho. A partir de estudos sobre as inovações tecnológicas então em curso, o autor constatou

que a máquina, em determinado nível de automatização, além de armazenar informações sobre o produto que fabrica, pode até mesmo chegar a modificar seu próprio funcionamento, de modo que o produto fabricado fique em conformidade com as normas de produção, reconhecendo esta atividade como uma típica modalidade de regulação. A partir desta constatação, considerou que, respeitadas as devidas diferenças, o estudo do funcionamento da máquina poderia oferecer referências para a compreensão da atividade humana, privilegiando sua dimensão cognitiva.

Faverge explora a possível correspondência entre o processo de regulação operado pelas máquinas e as tentativas do humano de se relacionar com as exigências rivais e opostas que muitas vezes se apresentam nas situações concretas de trabalho, com vistas a manter sua atividade em um nível satisfatório, tanto para si quanto para a organização. Ele descreveu o que percebia como formas de regulação presentes no trabalho industrial, dentre elas a regulação que o operador incide sobre o processo (em termos de quantidade e tempo) para atender às normas de produção e os tempos efetivos de diversas unidades de produção. Apontou também para as atividades de regulação realizadas pelo grupo de operadores em relação ao tempo de realização das tarefas, buscando prever os aumentos localizados de cadência que conduziram a reorganizações do sistema visando a reduzir desequilíbrios. Todavia, adverte para o risco de se esquecer

os mal ajustamentos silenciosos, insuspeitos, as consequências difusas, mas não menos perniciosas, que embora não impeçam a fábrica de funcionar, são responsáveis por dificuldades e constrangimentos, aceitos como se eles fossem necessários às atividades industriais (FAVERGE, 1966b, p. 7).

Destaca que, embora permanentes, estas tentativas do humano de se relacionar com as exigências (no sentido da previsão do meio, em busca de alcançar um melhor desempenho) são sempre insuficientes, pesadas e subjetivamente custosas para sua saúde.

Em Fisiologia, ciência da qual o autor toma emprestado o conceito, o fenômeno da regulação é tido como uma função de conservação das constantes iniciais e a restituição de sistemas fechados. Neste campo, é a regulação que torna possível “a manutenção de certos limites constantes de características físicas ou químicas dos tecidos ou órgãos, ou a preservação de um equilíbrio entre estas características” (FAVERGE, 1966a). Os mecanismos de regulação fisiológica teriam a propriedade de manutenção de um equilíbrio dinâmico entre os efeitos antagonísticos destas mesmas características. Não obstante a importação teórica da Fisiologia, Faverge revelava-se prudente neste movimento, pois entendia que antes de se aceitar outros modelos para compreender os modos de pensamento do operador, deveriam ser guardadas as devidas diferenças entre o humano e a máquina.

3. A riqueza de algumas críticas ao conceito de regulação

Para desenvolver cientificamente o conceito de regulação, é preciso considerar também as críticas a ele formuladas, especialmente aquelas oriundas das linhagens que privilegiamos em nossa pesquisa. Começaremos pelas presentes na obra de Canguilhem (1968, 1966/2011, 2015, 1947/2016), lembrando que suas análises deram-se também na França e no mesmo momento histórico da emergência da Psicologia Ergonômica e da Ergonomia da Atividade. Não obstante, o diálogo não se deu naquele momento. Vamos focar nas considerações do autor sobre a vida enquanto atividade, daí mobilizando-as para compreender o trabalho enquanto atividade e os processos de regulação.

Canguilhem (1968) confirma que a interpretação do funcionamento dos organismos vivos por referência ao “organismo” das máquinas surgiu a partir da ideia de controle e reparação de desvios de dispositivos mecânicos. A partir de Claude Bernard, indica que as regulações eram entendidas em Biologia como manutenção das constantes do meio interno, referidas como normas do funcionamento orgânico, dando como exemplo a regulação dos movimentos respiratórios. Entendimentos estes que, segundo Canguilhem, deram margem para que no século XX, o fenômeno da “homeostase” e da regulação, passassem a ter destaque na Biologia e em seguida nas Ciências Sociais.

No campo das Ciências Sociais, na análise de Canguilhem, a questão da regulação (como uma função de adaptação) emergiu com a discussão sobre os mecanismos sociais que assegurariam a estabilidade dos sistemas. Em uma abordagem “consensualista” (fluente nos EUA nos anos 1940/50, que considera o conflito como não essencial), o fenômeno dito de regulação apresentava-se como uma ideologia sustentada por aparatos jurídicos, convenções sociais, econômicas e religiosas por meio de códigos, leis, normas, com vistas à modelagem das relações sociais. Assim, o Funcionalismo importou da Biologia o conceito de homeostase, afirmando que o sistema social (assim como o corpo vivo) deveria ser entendido como em estado permanente de equilíbrio controlado – mantido contra as influências perturbadoras de origem externa – estabilidade a ser restabelecida por um sistema de regulações. Estima-se nesta abordagem que as disfunções seriam provisórias e deveriam ser constantemente superadas para assegurar o equilíbrio e a harmonia dos sistemas sociais. Já sob a influência de modelos de análise como o da primeira Teoria dos Sistemas (BERTALANFFY, 1950), a regulação era pensada para além da ideia de conservação e reconstituição, passando também a ser tomada como interação entre as partes de um organismo, em uma função de adaptação ao meio externo.

Ainda conforme Canguilhem, foi Cannon (1946) (muito influenciado por Bernard), nos anos 1920/30, o primeiro a propor, em *A sabedoria do corpo*, o alargamento do conceito de homeostase para a análise dos problemas sociais. A base da análise desta relação

estaria na ideia de alternância entre as tendências de conservantismo e reformismo social, como consequência de um dispositivo inerente de compensação. A crítica de Canguilhem (1966/2011, p. 222) a esta teorização estava justamente na atribuição do caráter inerente a este dispositivo de compensação, como se “não fosse, na realidade, a expressão da eficácia relativa de um regime inventado para canalizar e amortecer os antagonismos sociais”. Para ele, por mais que se possa anuviar este fato, uma organização social não possui uma finalidade intrínseca, tampouco pode ser entendida como um todo, ausente de dissidências e de antagonismos.

No mesmo texto Canguilhem, por um lado, concordava que as organizações sociais seriam como que uma imitação da organização vital, tendo seus dispositivos de regulação. Por outro, registrava que, à diferença do organismo, cujas necessidades, normas e regras de ajustamento das partes são imanentes, na organização social elas seriam exteriores ao complexo ajustado. Seriam o resultado de antagonismos, embates de soluções paralelas, assim como de interesses distintos. Em suas palavras:

Se as normas sociais pudessem ser percebidas tão claramente quanto as normas orgânicas, seria loucura dos homens não se conformarem com elas. Como os homens não são loucos e como não existem sábios, segue-se que as normas sociais têm de ser inventadas, e não observadas (CANGUILHEM, 1966/2011, p. 221).

Assim, a regulação social tenderia para a regulação orgânica, contudo haveria uma diferença a considerar: as normas sociais são socialmente construídas, efetuando-se em um campo de controvérsias e debates.

Canguilhem (1947/2016, p. 115), ao afirmar que “o meio só pode impor algum movimento a um organismo, quando este se propõe primeiramente ao meio, conforme certas orientações próprias” indicava que, ao mesmo tempo em que o homem se submete às exigências do meio, refere-o em relação a si mesmo, deixando de se colocar passivo em um meio coercitivo, para nele se perceber enquanto ativo produtor de normas. Antes da mera conservação de sua saúde, o humano procura realizar sua natureza em expansão, mesmo enfrentando os riscos que isto comporta.

Schwartz e outros pesquisadores sob sua influência – como Roth (2009), Durrive (2011, 2015) e Le Blanc (1998, 2010) –, mobilizando as considerações de Canguilhem sobre a vida, buscam compreender trabalho enquanto atividade, contribuindo para a análise dos processos de regulação. Schwartz (2000b) revisitou, dentre outros, um importante par conceitual – “trabalho prescrito” (ou tarefa a realizar) e “trabalho real” (ou efetivamente realizado, ou atividade). Conforme Leplat (1997; KARNAS, 2002), o trabalho prescrito envolve dois tipos de tarefa: primeiro, aquela que o profissional de concepção constrói (tarefa a realizar); segundo, aquela que se configurou enquanto prescrição, gerada pelo profissional de organização / prescrição, que a propõe/impõe, a ser executado fielmente pelo operador. Mobilizando Canguilhem, Schwartz (2000b) interfere

nesta tradição da Psicologia Ergonômica, introduzindo o conceito de “normas antecedentes”, ampliando o que se entende por trabalho prescrito. Tanto por entender que um dos movimentos fundantes da existência do vivente (particularmente do humano) é o de antecipação, quanto por perceber que há elementos importantes não considerados na noção de trabalho prescrito. Segundo ele, o conceito de normas antecedentes (normas não só anteriores ao agir, mas exteriores e anônimas) registra a cristalização das aquisições da inteligência e da experiência humana, na forma de um patrimônio coletivo. Existem, assim, normas que são propostas e/ou impostas, mas há também normas que são geradas no próprio curso da atividade. Isto é, além de exigências externas, as normas antecedentes envolvem também construções históricas, que dizem respeito a um patrimônio conceitual, científico e cultural de um determinado momento da humanidade. Por outro lado, ao ser confrontado com as exigências e normas do meio em que vive e/ou trabalha, o humano tenta, permanentemente, (re)interpretá-las, buscando recentrar o meio mais próximo de si, (re)configurando-o, mesmo que parcialmente, como seu próprio meio. Esse processo, que Schwartz denomina “renormatização”, encontra-se, segundo ele, no próprio coração da atividade. Conforme Canguilhem (1947/2016, p. 120): “todo homem quer ser sujeito de suas próprias normas”. Ou seja, passa-se ao largo de demonizar sumariamente o trabalho prescrito como pura forma de subjugação, nem se aceita apequenar o trabalhador como alguém simploriamente passivo à prescrição.

Assim, mais do que adaptação, os conceitos de “capacidade normativa” (CANGUILHEM, 1966/2011) e “renormatização” (SCHWARTZ, 2000b) implicam a possibilidade de criação de novas normas que permitam a expansão do horizonte de saúde (CANGUILHEM, 1966/2011). Normas estas que não são apenas a expressão das condições impostas à vida pelo meio, mas expressões de modos de vida adotados, resultado de suas escolhas entre as diferentes normas possíveis. Os processos de regulação, portanto, enquanto ajustamentos operados em conformidade a uma regra ou norma, trazem a questão das normas sociais. Se em um organismo elas tendem a ser imanentes, em um sistema social elas estão longe de poderem ser tomadas como um consenso. Talvez tenha sido por esta razão que a ergonomista Teiger (1987) prefira usar a expressão “organização” para se referir a atividades humanas na confrontação com as situações reais de trabalho. Segundo ela, o termo regulação poderia implicar em uma ideia de reação passiva em referência a uma norma – previamente estabelecida – a conservar.

4. Desenvolvimento do entendimento sobre o fenômeno da regulação em Ergonomia da Atividade

Referência da geração seguinte à de Faverge, Wisner (2004) assinala que a Psicologia incorporada pela Ergonomia nos anos 1950 foi aquela que se pretendia científica, ou seja, gerada experimentalmente em laboratório, tendo como modelo teórico o Behaviorismo. Registra ainda algo curioso: o quanto “o desenvolvimento das ferramentas estatísticas sofisticadas por parte dos psicólogos surpreendia os fisiologistas [...]”

(FAVERGE; WISNER, 2004, p. 32). Ou seja, operava-se hegemonicamente nesta concepção epistemológica, pois existiam “ergonomias muito prósperas em países onde os conceitos positivistas e experimentais continuam a ser a regra”, não obstante os dados por ela produzidos “relativos ao trabalho prescrito não permitam a elaboração de soluções convenientes para o trabalho real” (FAVERGE; WISNER, 2004, p. 33). Foi nesse contexto que se processou a obra de Faverge. Wisner (FAVERGE; WISNER, 2004, p. 38) assinala o processo histórico em que “certos psicólogos ergonomistas acreditaram que poderiam passar, sem maiores dificuldades, do comportamentalismo à psicologia cognitiva”, buscando reforçar sua posição ao participar do chamado movimento das ciências cognitivas.

Como dissemos, o conceito de regulação (importado de outros campos científicos) já fora usado por Faverge com um sentido que extrapolava a conservação e reconstituição como mera função de adaptação. Em seguida Wisner, já no final dos anos 1980, registrava a presença de uma orientação inovadora em Psicologia (para além do behaviorismo), buscando avançar incorporando suas próprias pesquisas e as dos psicólogos e antropólogos orientados pela abordagem situada e distribuída da cognição (WISNER, 1995b). A questão da regulação do processo de trabalho é por ele compreendida considerando as variações não como desvios mais ou menos toleráveis (com relação ao prescrito proposto/imposto), nem temerários (na hipótese de que eles poriam em risco a qualidade dos produtos). Segundo Wisner (1995a), o operador no curso de suas atividades constitui, a cada instante, o problema que deve ser resolvido. Ou seja, faz-se necessário constituir o problema na própria atividade, configurando-se aí um trabalho cognitivo, dado a inteligência do/no trabalho (WISNER, 1993) e a complexidade do trabalho e dos operadores humanos. Atividades de trabalho que envolvem não apenas o pensamento, como as trocas linguageiras entre interlocutores pertinentes ao que esteja em jogo. Ainda segundo Wisner (2004, p. 40), a “‘cognição socialmente compartilhada’ [...] pode ser considerada como sendo a primeira versão cognitiva da Psicologia Social, versão esboçada separadamente por Vygotsky e Piaget”, caminho que vem sendo desenvolvido. Enfim, ficou então estabelecido que os processos de regulação envolvem não só a intervenção cognitiva (do pensamento, da linguagem e do diálogo), como também a coletiva.

Ainda Wisner (2004) destaca a participação dos ergonomistas Theureau e Pinsky, trazendo descobertas da Psicologia Social e da Etnologia com relação à chamada “cognição situada” para avançar a análise ergonômica do trabalho (AET). Em seu entendimento existiriam duas correntes majoritárias em análise do trabalho francófona. Uma, referenciada em Leplat e Keiser, buscou explorar a representação,³ camada subjacente à cognição. A outra corrente é referenciada em Theureau (2004a, 2006), para

³Na abordagem das ciências cognitivas e da resolução de problemas, o conhecimento humano consiste em “representações mentais” que após serem manipuladas por processos algorítmicos (em analogia com computadores digitais) configura-se na forma de comportamentos. E um “sistema de representação” tem como função elaborar um esquema com os elementos essenciais de um problema e facilitar a sua manipulação para alcançar o resultado desejado.

quem somente o que denomina “curso da ação” teria relevância para ser conhecido no seu aspecto sequencial, creditando um lugar de destaque à linguagem, na perspectiva chamada “conversacional”. Ou seja, para compreender o trabalho e as formas de regulação seria preciso não só acompanhar o curso da ação, mas como ele é negociado no coletivo, evidenciando-se então outro paradigma analítico.

Entendemos que as duas correntes citadas não devem ser percebidas em concorrência ou em conflito, nem como mutuamente excludentes. Por um lado, Leplat (1996) continua avançando muito na incorporação da questão da complexidade (sua gestão, seja pelo eixo da modificação da tarefa ou da transformação do agente), considerando os fatores relacionados à tarefa ou à relação de associação entre as características do operador e as da tarefa. Mais recentemente (LEPLAT, 2006), ele retoma a questão com um artigo intitulado “La notion de régulation dans l’analyse de l’activité”. Dentre outros elementos novos, persiste na atenção à regulação das atividades coletivas, propondo ênfase em uma análise da atividade global dos indivíduos, já que esta depende tanto das condições técnicas e do objeto a tratar quanto das ações de outros membros com as quais uma coordenação é necessária. Destaca ainda que à medida que os sistemas técnicos se tornam mais complexos, também os modos de regulação tendem a se revelar mais complexos, incluindo formas de autoregulação.

Por outro lado, um fértil desenvolvimento da Ergonomia da Atividade encontra-se na abordagem do “Curso da Ação”, iniciada na França no final dos anos 1970 por Pinsky (1992) e Theureau (1992, 2004a, 2006). Encontramos no processo de sua constituição uma crítica (e criação de alternativas) à teorização da análise do trabalho que, sob influência de Newell e Simon (1972),⁴ introduziu no estudo das comunicações a noção matemática de informação de Shannon (SHANNON; WEAVER, 1975). Theureau registra que neste processo de inovações tecnológicas abriu-se caminho para a análise do trabalho em termos de “processo de pensamento” (FAVERGE, 1972) – também designado “atividades mentais” (LAVILLE; TEIGER; DURAFFOURG, 1972), ou “inteligência da tarefa” (MONTMOLLIN, 1986) –, incorporando os conceitos cibernéticos de regulação e sistema, e conduzindo ao paradigma computacional cognitivista do “*human problem solving*”, do homem como “sistema de tratamento *simbólico* de informações”, tendo como metáfora já não mais o “motor humano” (conforme Amar em 1914), mas o “computador humano”.

Outro patamar da crítica indica uma oposição à concepção anterior, a partir mesmo de seu interior. Seria o caso de Bruner (1997), que considera acentuada a ênfase nos processos de informação, assim negligenciando a descoberta e descrição formal dos processos de produção de significados que emergem da interação homem-mundo. A questão da consciência retoma sua pertinência no campo científico, pois se a mente humana realiza tarefas, acima de

⁴Newell e Simon operacionalizaram o estudo acerca de “como as pessoas pensam” na forma de “como as pessoas resolvem problemas”, tornando sinônimos: pensar e resolver problemas. Ou seja, a habilidade para resolver problemas seria a base do comportamento de pensar.

tudo tem ela a capacidade de vivenciá-las, experimentar a consciência de seus processamentos. Outra linhagem crítica se desenvolve com a emergência de materiais oriundos da Biologia do conhecimento, com Maturana (e a concepção da autopoiese) e em seguida Varela (com a concepção de enação) (MATURANA, VARELA, 2002).

Theureau, já desde os anos 1980, passara a assumir a influência da inovadora epistemologia conduzida por Varela, para o qual, diferentemente de um conjunto de operações mentais, raciocínios operativos baseados em representações, a atividade humana é tomada como a expressão de um acoplamento entre o ser vivente e seu ambiente. Propondo a hipótese da cognição (ou ação) situada como alternativa ao paradigma do homem como sistema simbólico de tratamento da informação e tomando como princípio que a cognição não se situa na cabeça, mas entre o ator e a situação (de trabalho), Theureau (2004b) propõe menos ênfase na cognição como operações lógicas por meio de representações simbólicas e mais ênfase na análise dos fenômenos cognitivos da percepção e da ação em curso nas situações de trabalho. Theureau (1992/2004a; 2006) incorpora esta perspectiva de forma cada vez mais precisa e potente na trajetória atual da abordagem do Curso da Ação, especialmente apresentada em seu livro publicado em 2015: *Le cours d’action. L’énaction et l’expérience* (THEUREAU, 2015). Nela, como já registra o título, um duplo postulado se estabelece: o da enação (ou configurativa) e da experiência. Os materiais do livro se alimentam especialmente nas pesquisas empíricas que o autor vem desenvolvendo sobre composição musical.

5. De Canguilhem a Schwartz, passando pela Ergonomia: capacidade normativa e renormatização

Se considerarmos o conceito biológico inicial, o fenômeno da regulação pressupunha a existência de uma tendência intrínseca e natural dos sistemas vivos na direção de sua estabilidade, de sua homeostase. Na obra de Canguilhem encontramos as formas e funcionamento do corpo humano não apenas como expressão de condições impostas à vida pelo meio, mas também como manifestação dos modos de viver socialmente adotados neste meio. Conforme Schwartz (2010), ao viver e trabalhar o humano envolve-se em um debate de normas, atravessado por um mundo de valores. Assim, as diversas formas de regulação ocorrem em um meio complexo.

Canguilhem (2005) já afirmava que o viver é uma atividade normativa, polarizada contra tudo o que é valor negativo, tudo o que significa decréscimo e impotência. Assim, os viventes que se afastam de uma determinada norma são, muitas vezes, inventores a caminho de novas formas de viver. Mesmo no caso da ameba, a vida não se revela como mera conservação, e sim tentativa, atividade baseada na capacidade de afrontar riscos e quiçá triunfar. O que, por vezes, aparece como anormal, segundo o autor, é em vários casos o prenúncio de uma nova potência de normatividade em relação à vida:

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas.

Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade (CANGUILHEM, 1966/2011, p. 103).

É nesta linhagem de pensamento que a *démarche* ergológica (SCHWARTZ, 2000b; SCHWARTZ; DURRIVE, 2010) traz ao debate a categoria de “(re) normatização no trabalho”. Nesta perspectiva o humano, como todo vivente, está constantemente pressionado por normas provenientes do meio. Entretanto, como muitas vezes estas normas não se revelam suficientes para dar conta das variabilidades emergentes nas situações concretas de vida e trabalho, há sempre a necessidade de detectar, avaliar, e (re)interpretar, assim como de “equacionar”, chegando à proposição de novas normas por parte dos protagonistas das atividades (exercendo assim sua capacidade normativa). Segundo Durrive e Schwartz (2008, p. 27), “em parte, cada um chega a transgredir certas normas, a distorcê-las de forma a delas se apropriar. Em parte, cada um as sofre⁵ como algo que se impõe do exterior”. Entende-se então que a atividade se apresenta em uma dinâmica de contradições potenciais, não se limitando a procedimentos dirigidos à regulação do processo: os trabalhadores são potencialmente capazes de tentar modificar o meio de trabalho, aproximando-o de seu próprio meio singular, mesmo que em escala infinitesimal, mesmo que só parcialmente.

As proposições da Ergologia (na linhagem de Canguilhem e da Ergonomia da Atividade) nos incitam a compreender o trabalho como um lugar de debates de normas, em um mundo repleto de valores e de instauração de novas normas. E, para melhor compreender↔transformá-lo, é preciso instaurar uma dinâmica sinérgica que inclui não só os saberes acadêmico-científicos, também os saberes investidos na experiência pelos protagonistas da atividade. Considerar não apenas as normas externas impostas, por exemplo pela legislação do trabalho, as inerentes ao processo produtivo e as impostas/propostas pelos responsáveis pelo gerenciamento com vistas a uma produção crescente, mas considerar também as renormatizações individuais e coletivas nas atividades de trabalho. Na verdade, segundo a *démarche* ergológica, a atividade ocorre em um espaço de tensão entre o mercantil e o político. É nela que os atores buscam organizar, estruturar, reinterpretar as normas às quais eles são confrontados, tendo em conta a variabilidade da situação concreta. Nesse sentido, para refletir sobre o que está configurado no jogo entre esses dois polos, Schwartz (2010) assinala a existência de um terceiro: o polo das gestões, das pessoas que fazem as gestões “do” e “no” trabalho, referente às dramáticas da atividade e dos debates de normas. O autor assinala que, com a interação desses três polos, que estão em tensão

permanente, pode-se talvez compreender melhor como as coisas se transformam sob o efeito de crises e de reequilíbrios sucessivos.

Neste sentido, para Schwartz, toda atividade (inclusive a de trabalho) é necessariamente associada à controvérsia de normas antecedentes e a um uso circunstanciado de conhecimentos disponíveis, não podendo, portanto, ser considerada mecanicamente, tal como um simples ajustamento em relação a normas previamente existentes. Isto porque a ação contínua de renormatização, individual e/ou coletivamente, se dá em um espaço sujeito às tensões dos polos do mercado e do bem comum, implicando sempre em uma espécie de reconstrução do mundo de valores.

6. Considerações finais

Apresentamos no artigo parte de um projeto de pesquisas mais amplo, em desenvolvimento. Entendemos que, frente às exigências dos novos sistemas sociotécnicos presentes nos mundos do trabalho na contemporaneidade, faz-se necessário desenvolver o conceito de regulação do/no trabalho visando a um salto qualitativo conceitual em PT&O. Um empreendimento que se sustenta em perspectivas teóricas críticas daquelas que tomam a realidade de forma redutora, como soma de partes predefinidas. Registramos que o conceito de regulação encontrado em Faverge tinha uma base cognitivista, inicialmente pautado na teoria matemática da informação. Percebemos que ele avançou, descobrindo que trabalhar envolve sempre, em alguma medida, pensamento, representações e estratégias, visando à regulação de processos complexos entre homem e máquina. Depois incorporou a dimensão coletiva, passando a falar em homens e máquinas. Todavia, mesmo com prudências, ele persistiu tomando o modelo de funcionamento da máquina como referência principal para compreender o funcionamento da cognição humana.

No texto buscou-se rastrear o conceito de regulação, explorando as críticas e o desenvolvimento teórico advindo, seja no campo da Psicologia Ergonômica, seja no da Ergonomia da Atividade. No campo mais geral da Ergonomia da Atividade, a partir das contribuições de Wisner e seus contemporâneos, verificamos que as duas correntes por ele consideradas majoritárias em análise do trabalho (referenciadas em Leplat e Theureau), vêm buscando avançar na análise da regulação fazendo uso de teorias da complexidade. Rastreamos também os materiais presentes na obra de Canguilhem, percurso orientado pela *démarche* ergológica, trazendo também seus novos aportes conceituais.

Verificamos a existência de importantes pontos de conexão entre estes diferentes esforços. De Canguilhem e Teiger temos a advertência de que o uso do conceito de regulação nos estudos de processos sociais poderia levar a uma ideia de reação passiva dos humanos em referência às normas, que nestes casos são socialmente construídas em um campo de controvérsias e diferentes interesses e objetivos. É o que na *démarche* ergológica se busca ressaltar, incorporando à análise a categoria

⁵ Entendemos aqui “sofrer” no sentido de “passar/ser afetado por”, experimentar, viver uma experiência, um drama (ou “dramática”), uma história, como destacam a Psicodinâmica do Trabalho e a Ergologia, cada qual a seu modo.

“renormatização”. Esta propõe reconhecer o trabalho como um lugar de debate e instauração de novas normas, sempre provisórias, não se limitando a procedimentos orientados à regulação eminentemente funcionalista do processo. Discussão que parece também estar em curso entre autores da Ergonomia da Atividade, com a proposição de considerar a regulação do processo de trabalho não como desvios mais ou menos toleráveis em relação ao prescrito, mas como intervenção cognitiva, envolvendo tanto processos de pensamento na reconfiguração dos problemas pelos trabalhadores no curso de sua ação, como também processos comunicacionais, linguageiros, nas negociações que se desenvolvem no coletivo de trabalho.

Entendemos que a sinergia entre estes diferentes esforços poderá ser muito útil para o desenvolvimento conceitual que colabore para melhor compreender o fenômeno da regulação. Empreendimento que está em curso em nosso projeto investigativo, sendo o atual artigo a apresentação de uma de suas etapas.

Referências

- BERTALANFFY, L. The theory of open system in physics and biology. *Science*, n. 111, p. 23-29, 1950.
- BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CANGUILHEM, G. Régulation, épistémologie. *Encyclopædia Universalis*, 1968. Disponível em: <https://www.universalis.fr/encyclopedie/regulation-epistemologie/>. Acesso: 2 maio 2016.
- CANGUILHEM, G. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico* (1966). Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CANGUILHEM, G. *Résistance, philosophie biologique et histoire des sciences (1940-1965)*. Paris: Vrin, 2015. Œuvres complètes, t. 4.
- CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho (1947). *Pro-posições*, Campinas, SP, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643999>. Acesso em: 20 maio 2017.
- CANNON, W. B. *A sabedoria do corpo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.
- CHAPANIS, A.; GARNER, W. R.; MORGAN, C. T. *Applied experimental psychology: human factors in engineering design*. New York: J. Wiley, 1949.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- DANIELLOU, F. (Org.). Questões epistemológicas acerca da Ergonomia. In: _____. *A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. p. 1-18.
- DEJOURS, C. *Travail: usure mentale—essai de psychopathologie du travail*. Paris: Le Centurion, 1980.
- DEJOURS, C. (Org.). *Plaisir et souffrance dans le travail* (1987). Paris: CNRS/AOCIP, 1988. v. 1 e 2.
- DEJOURS, C. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DEJOURS, C. *O trabalho vivo*. Brasília: Ed. 34, 2010. v. 1 e 2.
- DURRIVE, L. *L'expérience des normes: comprendre l'activité avec la démarche ergologique*. Toulouse: Octarès, 2015.
- DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011.
- DURRIVE, L. SCHWARTZ, Y. Glossário da Ergologia. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008.
- FAVERGE, J.-M. L'analyse du travail en terme de régulation. In: FAVERGE, J.-M. et al. (Org.). *L'ergonomie des processus industriels*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1966a. p. 33-60.
- FAVERGE, J.-M. Introduction. In: FAVERGE, J.-M. et al. (Org.). *L'ergonomie des processus industriels*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1966b. p. 7-14.
- FAVERGE, J.-M. L'analyse du travail. In: FRAISSE, P. (Org.). *Traité de Psychologie Appliquée*. Paris: PUF, 1972. v. 3, p. 5-60.
- GUÉRIN, F. et al. *Comprender o trabalho para transformá-lo: a prática da Ergonomia*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- HOC, J.-M.; DARSES, F. *Psychologie ergonomique: tendances actuelles*. Paris: PUF, 2004.
- KARNAS, G. *Psychologie du Travail*. Paris: PUF, 2002.
- LACOMBLEZ et al. Marianne Lacomblez e a construção de uma Psicologia da atividade de Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, v. 19, n. 1, p. 121-133, 2016.
- LAVILLE, A.; TEIGER, C.; DURAFFOURG, J. *Conséquences du travail répétitif sous cadence sur la santé des travailleurs*. Paris: CNAM, 1972. Coleção Ergonomia e Neurofisiologia, n. 29.
- LE BLANC, G. *Canguilhem et les normes*. Paris: PUF, 1998.
- LE BLANC, G. *Canguilhem et la vie humaine*. Paris: Quadrige/PUF, 2010.
- LEPLAT, J. La psychologie du travail en ergonomie. In: M. REUCHLIN, M. (Dir.). *Traité de psychologie appliquée*. Paris: PUF, 1972. v. 3, cap. 2, p. 60-136.
- LEPLAT, J. *La Psychologie ergonomique*. Paris: PUF, 1980.
- LEPLAT, J. Quelques aspects de la complexité em ergonomie. In: DANIELLOU, F. (Org.). *L'Ergonomie em quête de ses principes: débats épistémologiques*. Toulouse: Octarès, 1996. p. 57-76.
- LEPLAT, J. *Regards sur l'activité en situation de travail: contributions à la psychologie ergonomique*. Paris: PUF, 1997.
- LEPLAT, J. La notion de régulation dans l'analyse de l'activité. *Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé*, v. 8, n. 1, 2006. [CrossRef](#).
- LEPLAT, J. *Mélanges ergonomiques: activité, compétences, erreur*. Toulouse: Octarès, 2011.
- FAVERGE, J.-M.; LEPLAT, J.; GUIGUET, B. *L'adaptation de la machine à l'homme*. Paris: PUF, 1958.
- LHUILER, D. *Cliniques du travail*. Paris: Érès, 2007.

- MATURANA, H.; VARELA, F. *De máquinas e seres vivos: autopoiesis, a organização do vivo*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MONTMOLLIN, M. *L'intelligence de la tâche: éléments d'ergonomie cognitive*. Berna: Peter Lang, 1986.
- MONTMOLLIN, M. (Org.). *Vocabulaire d'Ergonomie*. 2. ed. rev. e ampl. Toulouse: Octarès, 1997.
- MONTMOLLIN, M.; PLASTRÉ, P. (Org.). *Le taylorisme*. Paris: La Découverte, 1984.
- MURREL, K. *Ergonomics: man in his working environment*. Londres: Chapman and Hall, 1965.
- NEWELL, H.; SIMON, A. *Human problem solving*. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.
- OMBREDANE, A.; FAVERGE, J.-M. *L'analyse du travail*. Paris: PUF, 1955.
- PINSKY, L. *Concevoir par l'action et la communication: essais d'ergonomie cognitive*. Berna: Peter Lang, 1992.
- ROTH, X. De la renormalisation : prolégomènes à une critique de la raison ergologique. *Ergologia*, n. 1, p. 123-132, jan. 2009.
- SANCOVOSCHI, B. Contribuições da abordagem autopoietica-enativa ao conceito de adaptação psicológica. *Informática na Educação: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 59-69, jul.-dez. 2009.
- SCHWARTZ, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.
- SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, F. (Org.). *A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004, p. 141-180.
- SCHWARTZ, Y. *Expérience et connaissance du travail* (1988). Paris: Eds. Sociales, 2012.
- SCHWARTZ, Y. O homem, o mercado e a cidade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.) *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. ampliada. Niterói: EDUFF, 2010. p. 247-273.
- SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. ampliada. Niterói: EDUFF, 2010.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. *A teoria matemática da comunicação*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- SPÉRANDIO, J. C. *La psychologie en ergonomie*. Paris: PUF, 1980.
- TAYLOR, F. *Princípios da administração científica* (1911). 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- TEIGER, C. L'organisation temporelle des activités. In: LÉVY-LEBOYER, C.; SPÉRANDIO, J. C. (Org.). *Traité de psychologie du travail*. Paris: PUF, 1987. p. 659-682.
- THEUREAU, J. *Le cours d'action: analyse sémiologique – Essai d'une anthropologie cognitive située*. Berna: Peter Lang, 1992.
- THEUREAU, J. Analyse du travail. In: MONTMOLLIN, M. (Org.). *Vocabulaire de l'Ergonomie*. Toulouse: Octarès, 1995. p. 33-39.
- THEUREAU, J. *Le cours d'action: méthode élémentaire* (1992). Toulouse: Octarès, 2004a.
- THEUREAU, J. L'hypothèse de la cognition (ou action) située et la tradition d'analyse du travail de l'ergonomie de langue française. *@ctivités*, v. 1, n. 2, p. 11-25, 2004b. Disponível em: <http://www.activites.org/v1n2/theureau.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
- THEUREAU, J. *Le cours d'action: méthode développée*. Toulouse: Octarès, 2006.
- THEUREAU, J. *Le cours d'action. L'enaction et l'expérience*. Toulouse: Octarès. 2015.
- WISNER, A. *Inteligência no trabalho: textos selecionados de Ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 1993.
- WISNER, A. *Réflexions sur l'ergonomie* (1962/1995). Toulouse: Octarès, 1995a.
- WISNER, A. La cognition et l' action situées: conséquences pour l' analyse ergonomique du travail et l' antropotechnologie. In: _____. *Réflexions sur l' Ergonomie* (1962/1995). Toulouse: Octarès. 1995b. p. 141-158.
- WISNER, A. Questões epistemológicas em Ergonomia e em análise do trabalho. In: DANIELLOU, F. *A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004. p. 29-56.

Recebido em: 3 de junho de 2017

Aceito em: 17 de janeiro de 2018

Reflexões sobre a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do trabalho[★]

Paulo César Zambroni-de-Souza,^{Orcid, I.} **★★** Thiago Drumond Moraes^{Orcid, II}

^I Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

^{II} Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Resumo

A partir da Psicodinâmica do Trabalho, reflete-se sobre a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do emprego por doença surgida e/ou agravada no trabalho. Entre os conceitos desta abordagem que contribuem para a compreensão do fenômeno destacam-se: trabalho e sua relação com a subjetividade, sofrimento, coletivo, e reflexões sobre relações entre rupturas involuntárias da atividade profissional e adoecimento. Aponta-se a urgência da investigação: da relação de modelos gerenciais com as formas de adoecimento e afastamento do emprego; da problemática da reabilitação profissional; e das possibilidades de utilização da metodologia desta abordagem para grupos de profissionais oriundos de distintos meios de trabalho.

Palavras-chave: trabalho; adoecimento; dinâmica psíquica; psicodinâmica do trabalho.

Reflections on the psychic dynamics of workers in leave of absence from work

Abstract

From the Psychodynamics of Work, it is analyzed the psychic dynamics of workers away from work due to illness arising and/or aggravated at work. Among the concepts of this approach contributing to the understanding of the phenomenon stand out: work and its relation with subjectivity, suffering, collective, and reflections on the relations between involuntary ruptures of professional activity and illness. It urges to investigate: the relation of management models with forms of sickness and absence from work; the problem of professional rehabilitation; and the possibilities of using the methodology of this approach for groups of professionals from different working environments.

Keywords: work; illness; psychic dynamics; psychodynamics of work.

Introdução

Considerando a grande complexidade que atravessa os mundos do trabalho no Brasil, entendemos ser necessário que diversos vocábulos frequentemente utilizados (nem sempre com rigor conceitual) tenham aqui uma definição suficientemente clara, de modo que uma análise psicológica do trabalho e as questões aqui tratadas possam avançar fora de um terreno movediço e mais ideologizado.

No campo das ciências econômicas e jurídico-políticas circulam noções sobre as quais não há consenso. Como exemplo, há intensa polêmica em torno do que seria mercado, (des)emprego, (in)formalidade, cuja conceitualização extrapola a Psicologia. Para nossa análise avançar, registramos a diferenciação entre trabalho e emprego, considerando que este último se define por uma relação jurídica de natureza contratual, regulamentando o vínculo obrigacional de subordinação do empregado ao empregador, contemplando também as obrigações deste frente às imposições da legislação sobre o trabalho no Brasil, que tem como grande marco a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 (BRASIL, 1943), diversas vezes modificada desde então e cuja recente modificação defere duros golpes nos direitos dos trabalhadores com as alterações estabelecidas pela (BRASIL, 2017a). Assim, quando no artigo usarmos o vocábulo “emprego”, estaremos considerando exclusivamente o trabalho daqueles que têm este enquadramento jurídico-político.

Não obstante, sabemos que os mundos do trabalho no Brasil apresentam um complexo e cinzento cenário, com a presença do que alguns denominam economia “informal”, assim como um mercado “informal”. Mais grosseira é a denominação “emprego informal”, que recusamos, como também a de “subemprego”, dado que ambas mais escondem que revelam a dura realidade vivida pelos humanos em tais situações.

Toda formação social, em diferentes conjunturas, apresenta uma polimorfia em suas relações de trabalho. E o que de mais importante consideramos para a análise a ser apresentada é o registro de que a grande maioria dos que trabalham fora do salariedade (regime salário-emprego) está com suas condições de sobrevivência ainda mais profundamente fragilizadas do que aquele que está no sistema. Seja ao se encontrar excluído de seu trabalho habitual, seja ao adoecer.

Tal temática já estava presente na obra de Dejours (1992) desde seu início, como encontramos em *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, publicado no Brasil em 1987. Neste livro, o autor se interessa pela situação de trabalho, vida e saúde do subproletariado, pessoas que trabalham frequentemente sem vínculo empregatício.

Como o presente artigo insere-se em um dossiê de caráter histórico, convém ainda pontuar que este livro, fundamental para a difusão da obra de Dejours em vários países, tem seu título original como “*Travail: usure mentale*”, lançado na França em 1980, cuja tradução literal para o português seria “Trabalho: desgaste mental”. Embora não seja público o processo que levou os editores a proporem o título que foi atribuído no Brasil, a alusão

^{*}O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

^{**}Endereço para correspondência: Universidade Federal da Paraíba, Campus I – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de Psicologia, Conjunto Humanístico, Bloco IV – Cidade Universitária – João Pessoa, PB – Brasil. CEP: 58059-900. E-mail: paulozamsouza@yahoo.com.br, tdrumond@gmail.com



ao tema da loucura, junto com o excelente conteúdo do próprio livro, possivelmente colaborou para seu enorme sucesso entre nós.

O presente artigo trata da dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do emprego, buscando compreendê-la a partir da Psicodinâmica do Trabalho. Entende-se que tal questão está presente desde o início da obra Dejoursiana, como se apresenta em vários de seus textos iniciais (DEJOURS, 1980,1983), especificamente em sua obra que o apresenta para o grande público (DEJOURS, 1980). Nesta o autor trabalha seus conceitos a partir de dois grupos opostos: os pilotos de caça da Força Aérea francesa, trabalhadores muito qualificados e valorizados socialmente; e o subproletariado, composto por trabalhadores com baixo nível de qualificação e que estão frequentemente à beira da miséria. Particularmente quando discute o caso dos que se afastam por motivo de doença, com grande e frequente risco de serem colocados à margem da sociedade, de entrarem em estado de miserabilidade, de subproletariado.

Para não supormos que esse texto de 1980 de Dejours seja anacrônico, vale observar que em 2015, no Brasil, do total de 1.542.371 trabalhadores com carteira assinada (MODZELESKI, 2016), 196.761 trabalhadores receberam novos auxílios por doença concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (BRASIL, 2015), o que representa 12,75 % do total de empregados pelas Consolidações das Leis do Trabalho, sem aí considerar os acidentados. Pode-se considerar, no entanto, que o número de trabalhadores adoecidos seja maior, já que devido à “ideologia da vergonha” (DEJOURS, 2015a), muitos apenas se reconhecem como doentes quando já não conseguem sequer dirigir-se ao trabalho. Além disso, muitas vezes o trabalhador receia que ao não ir trabalhar (seja mesmo por não sentir-se em condições de saúde), possa vir a ser demitido, ser bloqueado na progressão de carreira, perder alguns “benefícios” (como licenças por tempo de serviço) conquistados por sua categoria profissional, enfim por não ser visto pelos colegas como um “traidor”, um “desertor” na guerra como muitas vezes é visto o trabalho. Pesquisa de longa duração com trabalhadores de escola da rede pública apresenta os conflitos interpares geradas pelo adoecimento de colegas, inclusive quando só parcialmente afastados pela perícia com o registro administrativo de readaptação (BRITO; ATHAYDE; NEVES, 2003; BRITO et al., 2003). Enfim, na realidade, por diversas razões há subnotificação de adoecimentos e acidentes muito frequentes, quadro que se agrava pelo fato de muitos não saberem a quem procurar, quais seus direitos, etc.

Tal quadro de adoecimento traz inevitavelmente prejuízos não só para as organizações, sejam ou não empresariais, públicas ou privadas, bem como para o Estado, assim como para os trabalhadores. Estes últimos são acometidos por prejuízos de diversas ordens (psíquica, corporal, financeira, nas relações familiar e social) ao adoecer, em especial por alguma enfermidade surgida ou agravada em função de sua relação com o próprio trabalho. As organizações deixam de contar com esses trabalhadores, muitos deles possuidores de experiência,

qualificações e competências indispensáveis, além de gerar uma rotatividade não estratégica na concorrência com outras organizações. O Estado precisa custear as despesas de manutenção desses trabalhadores, insuficientes que sejam, através da concessão de auxílios pela previdência social, conforme a lei nº 8.213, de 1991 (BRASIL, 1991). Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) informam que se “estima que os acidentes de trabalho e as doenças profissionais resultam numa perda anual de 4% no produto interno bruto (PIB) mundial, ou cerca de 2,8 bilhões de dólares” (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2013, p. 7).

Ainda que se ressaltem aqui as dimensões deletérias das relações de emprego, há que se considerar que o trabalho é a operação pela qual o humano não só transforma a natureza, como também a si próprio (DEJOURS, 2012a; 2012b; 2012c), em uma processualidade que pode ser afirmativa da potencialidade do viver já que “o trabalho nunca é neutro com relação à saúde e favorece seja a doença, seja a saúde” (DEJOURS, 1992, p. 164). Por isso que muitos trabalhadores experimentam uma situação paradoxal: enfrentam meios de trabalho hostis, organização e/ou condições do trabalho que favorecem a via patogênica do sofrimento e o adoecimento, levando muitas vezes ao afastamento do trabalho, nem sempre reconhecidos pela perícia médica e amparados pela Previdência Social. No entanto, quando se afastam daquele trabalho nocivo, mesmo que passem a receber o “auxílio” do INSS, conforme a lei nº 8.213 (BRASIL, 1991), caem em uma situação da qual é muito difícil sair: muitas vezes ficam revivendo aquele sofrimento (PEZÉ, 2008), com temor de nunca mais se recolocar no mercado, empobrecendo suas vidas, trazendo problemas para as dinâmicas social e familiar, além de impedirem a vivência subjetiva da atividade do trabalho que podem conduzir à saúde psíquica (DEJOURS, 2012c). Desta forma, um quadro paradoxal e conflitivo se configura: por um lado, permanecer naquele emprego que se revelou um meio deletério, mesmo após o restabelecimento e a volta da licença médica pode representar a reincidência ou agravamento do problema; por outro lado, sair dele pode trazer uma série de outras formas de sofrimento também patógenas como foi antes assinalado.

De modo geral, os trabalhadores que se encontram nesta lamentável situação podem ter travado o desenvolvimento de suas capacidades subjetivas (cognitivas, afetivas, sociais). Apesar disso, mesmo no caso de pessoas com diagnóstico de transtornos mentais graves, alguns pouquíssimos conseguem se desvencilhar dessa situação (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006a; ZAMBRONI-DE-SOUZA; ATHAYDE, 2006), pois assim como a relação entre aqueles que trabalham e a organização do trabalho não é um bloco monolítico (DEJOURS, 2015a), também cada trabalhador em sua vida pode encontrar soluções mesmo nas situações mais adversas, em caso de fracasso sucumbindo cada vez mais à gravidade do transtorno, ao adoecimento.

O trabalho é constitutivo da espécie e estruturante do psiquismo, mas pode tornar-se o contrário. Pode ser ocasião de superar os limites do corpo, condição de sub-

jetivação no mundo, de formação da engenhosidade. De modo que ser afastado de seu exercício (em função de acidentes ou formas de adoecimento gerados ou agravados no/pelo trabalho) pode gerar vivências complexas. No artigo visamos apresentar uma análise inicial acerca de como se configura a dinâmica psíquica dos trabalhadores após terem sido afastados do seu emprego em decorrência de doença diagnosticada como tendo surgido e/ou agravada no próprio trabalho, a partir da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2012c, 2015b).

A abordagem Psicodinâmica do Trabalho (PDT) tem seu foco nas “pesquisas que vão do sofrimento ao prazer no trabalho, das patologias mentais à realização de si mesmo através do trabalho” (DEJOURS, 2013, p. 10). Ela é herdeira da Psicopatologia do Trabalho (PPT) de origem francesa, que teve seu começo nos acontecimentos da 2ª Guerra, sendo que esta denominação foi anunciada pela primeira vez em 1952 por Sivadon, um de seus fundadores, ao lado de Le Guillant (BILLIARD, 2001; DEJOURS; GERNET, 2012; ZAMBRONI-DE-SOUZA; ATHAYDE, 2006; ZAMBRONI-DE-SOUZA et al., 2009). Aquela que foi, até a década de 1980, uma de suas correntes – AOCIP (Associação pela Abertura do Campo da Psicopatologia do Trabalho) – configurou-se em outra abordagem (a PDT), incorporando no seu interior a PPT, tendo em Christophe Dejours seu fundador e principal referência científica.

Algumas relações entre trabalho e processo saúde-doença psíquica

Segundo a PDT, o trabalho apresenta-se como central para a produção da subjetividade e para a busca da saúde (entendida como um ideal, não um estado). Dejours (1999, p. 42-43) o define como “atividade coordenada desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita”. Ou seja: o trabalho é, antes de mais nada, atividade. Dizer isso remete à distinção estabelecida pela ergonomia entre trabalho prescrito e trabalho real (GUÉRIN et al., 2012). O hiato entre ambos, sempre enigmático, quando detectado no curso do trabalhar, é “preenchido” pelos operadores através da sua mobilização subjetiva (interpretando e equacionando a defasagem, descobrindo soluções), algo que não é antecipável. Sem tal mobilização subjetiva nada acontece, já que “o caminho a ser percorrido entre o prescrito e o efetivo deve ser a cada momento inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha” (DEJOURS, 2012a, p. 25).

Embora os afastados do emprego nunca estejam de fato inativos, (suas atividades persistentes seriam importante objeto de investigação), a ausência daquelas atividades que compunham seu emprego certamente os afeta – de algum modo, em alguma medida – em sua vida e formas de luta pela saúde, seus sistemas defensivos. Por outro lado, conforme mostra nossa própria experiência clínica com trabalhadores nesta situação que acompanhamos no Programa de Saúde do Trabalhador da Universidade Federal da Paraíba (CAVALCANTI; ZAMBRONI-DE-SOUZA; UCHÔA-DE-MEDEIROS,

2013), podemos afirmar que, frequentemente, eles muitas vezes assim se encontram exatamente porque já apresentam sintomas como problemas de coluna, de membros superiores, depressão, etc. Um quadro que praticamente inviabiliza ou dificulta a realização de atividades as mais cotidianas, mesmo em suas casas (VIDAL, 2007).

Vale mencionar ainda que a atividade de trabalho é coordenada, ou seja,

[...] a coordenação designa a prescrição dada pela organização do trabalho das relações entre os indivíduos. [...] A divisão social e técnica do trabalho que caracteriza a coordenação se assevera necessária”, fazendo com que cada um leve em conta o trabalho que outros realizam antes, durante ou depois da sua atividade, o que pode fornecer “um quadro de referência aos laços de cooperação (DEJOURS, 2012a, p. 25).

Assim, é necessária uma coordenação de inteligências de trabalhadores que possam cooperar entre si visando um objetivo comum, aliando coordenação e cooperação, já que o trabalho não é nunca uma atividade de caráter solipsista, tendo sempre outro envolvido e implicado, de tal forma que “a cooperação supõe um compromisso que é a um só tempo técnico e social. Isso se deve ao fato de que trabalhar não é, em tempo algum, apenas produzir: é também e sempre viver junto” (DEJOURS, 2012a, p. 38).

Desta forma, o trabalho se desdobra sempre em três universos: objetivo, social e subjetivo (DEJOURS; MOLINIER, 2004). As formas contemporâneas de gestão tendem a destruir os laços de cooperação entre os trabalhadores, destruindo os coletivos e deixando cada um sozinho e enfraquecido diante da organização do trabalho (DEJOURS, 2012b, 2015b), favorecendo o aparecimento de doenças, pois os métodos contemporâneos de gestão “instalam no mundo do trabalho o cada um por si, a deslealdade, a desestruturação do convívio, produzindo uma implacável solidão em meio à multidão” (DEJOURS, 2009, p. 50).

Outro aspecto importante na relação trabalho e processo saúde-doença é que essa atividade é desenvolvida por homens e mulheres, o que traz à tona questões ligadas à divisão sexual e social do trabalho, às “relações de sexo/gênero” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607), tendo, entre outros efeitos, a desvalorização do lugar da mulher na sociedade, de modo “que as relações sociais de sexo são indissociáveis das relações sociais de trabalho e de que as relações sociais de trabalho são sempre, simultaneamente, relações sociais de sexo” (DEJOURS, 2004b, p. 318).

Dizer que o trabalho é realizado por homens e mulheres lança luz ao que elas realizam, contrapondo o fato de que, apesar de as mulheres terem sempre trabalhado (SCHWEITZER, 2002), via de regra, seu trabalho foi tomado como invisível, desqualificado, ou pelo menos recebeu menos valorização e visibilidade que o realizado por homens. Em muitos meios de trabalho a virilidade é usada como elemento de classificação de trabalhadores e pressão sobre eles, como descrito em artigo de um dos autores, em que a coação viril é utilizada como forma de manter a produtividade, causando grandes prejuízos para a saúde física e mental de trabalhadores com LER/

DORT, que acabam por se afastar novamente do trabalho após voltarem de licença médica (SILVA; OLIVEIRA; ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2011). Ao mesmo tempo, é em torno da virilidade que se sustentam alguns sistemas de defesa coletiva de tipo ideológico (DEJOURS, 1992) em atividades em que o risco de acidentes e sofrimento é muito intenso, tais como entre motoristas de caminhão (DELFINO, 2014) e motoboys (DRUMOND et al., 2007), sendo que muitas vezes as organizações se valem de tais defesas para intensificar seus processos de gestão e coerção, tais como se observou entre agentes penitenciários (BAGALHO, 2015) e modelos contemporâneos de gestão em empresas francesas (DEJOURS, 2007).

De todo modo, os homens e as mulheres, ao trabalharem, experimentam algo que é da ordem do enfrentamento, do confronto com o real, do inesperado, ou seja, daquilo que “se deixa conhecer pelo sujeito por sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso imposto ao domínio sobre ele – o real” (DEJOURS, 2012a, p. 25). Ele coloca obstáculos para a realização do que quer que seja, fazendo que o trabalhar seja sempre uma experiência pática e afetiva, muitas vezes irritante, desesperadora e desagradável, que Dejours nomeia como sofrimento. Este se transforma em exigência de superação, colocando-se como desafio para o trabalhador e sendo ponto de partida para o desenvolvimento da inteligência no trabalho ou de adoecimento, no caso da impossibilidade de realizar tal transformação.

Entretanto, o real diz respeito não apenas à resistência do mundo material, mas também “do mundo social e, mais precisamente, das relações sociais na implantação da inteligência e da subjetividade” (DEJOURS, 2012a, p. 36). Trabalhar exige, desta forma, o enfrentamento, juntamente com os outros, de situações que escapam ao controle para realizar algo que seja considerado socialmente útil. Desta relação depende a saúde de quem trabalha, pois “as relações entre funcionamento psíquico e campo social não se articulam de maneira direta, mas são sempre mediatizadas pelo encontro com o real mobilizado pelo trabalho” (DEJOURS; GERNET, 2012, p. 63). Por mais que essa experiência possa ser muitas vezes desagradável, ela permite ao trabalhador ter a experiência do mundo e de si mesmo. Isso fica reduzido para aqueles que se afastam do trabalho regular por motivos diversos, como o adoecimento surgido ou agravado na própria atividade, o que não é sem consequências para esse trabalhador.

Considerando-se que o processo saúde-doença se relaciona intimamente à atividade mesma do trabalho, apresentaremos a seguir, algumas proposições de Dejours (1983) sobre o adoecimento relacionadas às rupturas involuntárias da atividade profissional.

Adoecimento e rupturas involuntárias da atividade profissional

Dentre as pesquisas realizadas junto aos trabalhadores que se afastaram do trabalho em decorrência da nocividade deste, em algumas delas (SILVA; OLIVEIRA; ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2011; ZAMBRONI-DE-

-SOUZA, 2006b) evidenciaram-se diversos problemas de saúde (psíquica e corporal), assim como problemas familiares e sociais. Além destes fatores, pode-se considerar que vivenciam enigmáticas contradições: alguns revelaram a vontade de se recolocar no mercado de emprego, mas não naquele meio em que estavam, percebido como fonte de seu mal; observam que por um lado há que tratar-se, mas desta forma seu salário se reduz, dados os gastos com medicamentos; afirmam experimentar a condição de estarem afastado da fonte de nocividade, mas tal condição os coloca em, uma situação social de improdutivos, o que afeta negativamente o tratamento. Assim se estabelece um ciclo vicioso que os afasta ainda mais da possibilidade de retomar a vitalidade e o emprego. Neste processo paradoxal, apesar de vivenciarem tanto sofrimento patógeno, buscam alternativas para sua situação e desejam reconstruir suas vidas.

Tal reconstrução, no entanto, mostra-se muito difícil, muitos não se recuperaram efetivamente do processo mórbido, de sua desestabilização, o que faz com que tragam consigo a ferida aberta de serem trabalhadores que, mesmo afastados temporariamente do emprego, “encostados pelo INSS”, não foram capazes de se recuperar de fato. No caso de trabalhadores que retornaram e foram enquadrados na situação de “readaptados”, pesquisas revelam o quanto os próprios colegas os renegam em uma dupla exclusão, caracterizada pela perseguição por parte da chefia e pelo abandono por parte dos colegas (SALIM, 2003; SANCHES et al., 2010; SILVA; OLIVEIRA; ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2011; TOLDRÁ et al., 2010). Assim, como o trabalho se desdobra sempre em três universos – objetivo, social e subjetivo (DEJOURS; MOLINIER, 2004) – estes trabalhadores acabam por desenvolver problemas nessas três esferas.

Para (DEJOURS, 1983), dois grupos se distinguem diante dos afastamentos involuntários das atividades profissionais para as quais foram contratados: aqueles que realizam trabalho que requer anos de investimento em formação (como na indústria de processo contínuo); outros que exercem tarefas que não requerem tal qualificação, especialmente o trabalho de tipo repetitivo, taylorizado. Vamos colocá-los em análise.

No caso do primeiro grupo, a manutenção da estabilidade está relacionada aos seguintes fatores: a sublimação; a economia psicossomática; o passado psíquico; as relações afetivas atuais. Quanto à sublimação, na medida em que afastado do emprego e das atividades de trabalho que o compõe, o sujeito arrisca ver ruir uma construção cuidadosamente elaborada. Se antes as pulsões parciais se manifestavam, a partir do afastamento do emprego elas precisam buscar outros objetos, levando a grandes riscos de que se voltem perigosamente para o próprio sujeito e suas relações (DEJOURS, 1983).

No que diz respeito à economia psicossomática (conceito de base da teoria de Pierre Marty, fundador da Escola Psicossomática de Paris), para Dejours (1983, p. 1876) “a tarefa, sua organização, seu conteúdo, seus modos operatórios implicam exigências cognitivas, sensoriais e motoras, nas quais o sujeito engaja seus músculos, seus

órgãos e seu sistema nervoso”. Assim, uma ruptura involuntária do emprego não é sempre seguida de oportunidade de recolocar sua energia como era antes, requerendo que o trabalhador reorganize seus investimentos libidinais, o que nunca é simples de se obter, de modo a não trazer para si desestabilização no plano psicossomático.

Com relação ao passado psíquico, o trabalho pode ser capaz de oferecer satisfações substitutas aos desejos originários da infância. Assim, o exercício do trabalho abre a possibilidade para que haja transposições entre o teatro da infância e o teatro do trabalho, mesmo que entre eles se interponham “inevitavelmente diferenças ou desvios, que criam uma ambiguidade, um equívoco: [...] a essa ambiguidade damos o nome de ressonância simbólica” (DEJOURS, 1996, p. 157), que permite conciliar o inconsciente e os objetivos da produção. Em sua falta, abrem-se as portas para as descompensações, capazes muitas vezes de terminarem com o afastamento do emprego. Isto porque na história de vida de cada um, parte das vivências de angústia infantil persiste até a vida adulta, podendo, no teatro do trabalho, encontrar uma nova oportunidade para descobrir encaminhamentos positivos, caso seja possível a ressonância simbólica. Neste caso, a descompensação apresenta-se como resultado de um jogo dinâmico da história passada com a atualidade vivida naquele meio de trabalho: ora permitindo que o sujeito possa reconhecer-se nesse teatro, ora o trabalho apresentando um conteúdo, muitas vezes cruel ou esvaziado de sentido, que o afaste das possibilidades de realizações (sempre parciais) de seus desejos. Afastar-se do emprego pode permitir a alguns a abertura a novas possibilidades de trabalho e emprego nos quais o teatro do trabalho ofereça resultados positivos para a identidade e a saúde. No entanto, como temos encontrado junto a trabalhadores adoecidos que buscam o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), muitas vezes a intensidade de adoecimento e destruição de estruturas fisiológicas em decorrência de trabalhos grandemente nocivos é de tal monta que esses sujeitos têm pouquíssimas condições de retomarem um lugar no mercado de trabalho.

Por fim, quanto às relações afetivas atuais, a família participa do processo vivencial de sofrimento do trabalhador (DEJOURS, 2015a), de forma que o afastamento do emprego, em alguma medida, afetará todos os seus membros. Sobretudo as crianças e mulheres que, muitas vezes, em função de defesas ideológicas viris, são objeto de violência do homem, sistema defensivo cuja operacionalidade ajuda a mantê-lo em um quadro de normopatía (DEJOURS, 2007), permitindo assim que ele permaneça trabalhando em seu empregado. Em contrapartida, se frequentemente os trabalhadores usam o trabalho para fugir de problemas vividos nas relações afetivas no meio familiar, quando afastados são obrigados pelas circunstâncias a se defrontarem com tais relações, tendo que lidar com tais problemas, muitas vezes com descompensações psicossomáticas.

Por outro lado, para aqueles cujas atividades não exigem qualificação (particularmente o trabalho de tipo repetitivo) apresentam-se importantes diferenças em relação ao grupo anteriormente citado, que se manifes-

tam sobretudo no campo “do desejo, da sublimação e da economia psicossomática” (DEJOURS, 1983, p. 1877). Cabe ressaltar que no Brasil, persiste muito trabalho repetitivo, parte dele responsável pelo afastamento de cem mil trabalhadores por ano (BRASIL, 2012). Segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), os setores que apresentam maior incidência de trabalho repetitivo no Brasil são: bancário, metalúrgico, comércio, processamento de dados, têxtil, confecção, químico, plástico, serviços, telecomunicações, alimentação, vidro.

Uma primeira característica dos que se encontram neste quadro se coloca no plano do desejo, já que, em geral, essas pessoas não “escolheram estar na linha de montagem, na ferramenta mecânica ou vigiando a tela de visualização de uma indústria” (DEJOURS, 1983, p. 1877). No caso das tarefas prescritas segundo a racionalidade taylorista, elas se realizam frequentemente contra o desejo, já que força o bloqueio do funcionamento psíquico, levando a uma luta para se manter concentrado em sua realização, o que “exige do trabalhador um gasto de energia considerável” (DEJOURS, 1983, p. 1877), sendo muitas habilidades e competências pessoais exigidas aos trabalhadores. Desta forma, não há espaço para a sublimação e o trabalhador deve buscá-la fora do que efetua em seu emprego. Quanto à economia psicossomática, “a clivagem entre psique e soma e, ao limite, a paralisia mental que entrega o corpo sem defesa à organização do trabalho” (DEJOURS, 1983, p. 1877), favorece a depressão essencial (outro conceito-base da Psicossomática de Pierre Marty), que desemboca nas doenças somáticas. Para os que atuam neste contexto, o afastamento muitas vezes é vivido como um alívio, “uma verdadeira liberação. Liberação do funcionamento mental no início e um alívio em seguida” (DEJOURS, 1983, p. 1878). Não obstante, paradoxalmente, após um tempo de afastamento, muitas vezes emergem descompensações (mentais ou somáticas), pois sendo “brutalmente confrontados com as reaproximações afetivas, com familiares e amigos, sem poder utilizar-se do funcionamento mental paralisado ou lentificado, esses sujeitos estão de certo modo desarmados” (DEJOURS, 1983, p. 1878).

Os trabalhadores que estão, por decisão de perícia médica, afastados do emprego em função de adoecimento mantêm-se com vínculo empregatício enquanto estão licenciados pela Previdência Social (muitos perdem o emprego após o período legal de estabilidade). No entanto, por estarem involuntariamente afastados do emprego, vivenciam em parte situações semelhantes àqueles que estão no desemprego. Passam por altos níveis de desgaste mental, que se revela na forma de sentimento de “(des) socialização progressiva” (OLIVEIRA; MENDES, 2014, p. 391), impotência individual, sensação de carência de sentido da vida, distanciamento cultural, ausência de normas, autodistanciamento (SELIGMANN-SILVA, 2011). Além disso, tende a haver o aparecimento de depressão, de problemas com a autoestima, cognitivos e familiares (ÁLVARO, 1992), pois neles “a privação do trabalho introduz uma ruptura nos investimentos psíquicos e entra-

va a dinâmica da sublimação, abrindo o caminho para as descompensações depressivas e somáticas” (DEJOURS; GERNET, 2012, p. 108).

Perspectivas diante do afastamento

Assim, considerando a dupla face do trabalho e o quadro paradoxal vivido por quem é afastado do emprego por adoecimento e licença médica, verifica-se por parte de trabalhadores um esforço de persistir na produção de sentido do trabalho que antes da licença experimentavam. Em alguns casos (DELFINO, 2014), verifica-se um esforço dos trabalhadores de elaboração de um projeto alternativo àquele emprego cuja situação de trabalho mostrou-se nocivo. Em geral por meio da busca de alguma outra modalidade de trabalho, mesmo fora do estatuto de emprego, que pudesse tornar viável sua sustentação financeira, a médio e longo prazos (especialmente na velhice). Nesse caso, a radicalidade da aposentadoria por invalidez nem sempre é considerada uma opção indesejável, pois para alguns ela ofereceria uma base financeira para colaborar no encaminhamento de outros projetos. Também se verifica que alguns se lançam em outras estratégias, como por exemplo a retomada de estudos, a mudança de residência, a manutenção do mesmo tipo de trabalho, mas fora do estatuto do emprego, na “informalidade”. Importa ressaltar que o apoio da rede familiar e de outras redes de apoio societário, como programas de reabilitação profissional, o acesso a cursos de formação/requalificação, de complementação da escolarização, o acesso a outras atividades profissionais, são fundamentais para que tal afastamento possa ser vivido de maneira mais positiva, viabilizando tanto novos projetos profissionais e familiares quanto novas perspectivas profissionais.

No caso da rede familiar, malgrado muitos trabalhadores que vivem a situação aqui em foco experimentem diversas formas de conflito, outros reconstróem essas relações ressignificando positivamente outras atividades sociais de trabalho, tais como o cuidado dos filhos, de eventuais outros membros vulneráveis, do trabalho doméstico em seu amplo conjunto (DELFINO, 2014).

Verifica-se, portanto, que a relação entre trabalho, subjetividade e saúde-doença, envolvendo o sujeito e seu coletivo, quando não possibilitado por meio das atividades profissionais desenvolvidas em seu emprego, pode ser parcialmente reconstruída em atividades de trabalho doméstico, sem que as dinâmicas psíquicas sejam totalmente desestruturadas, ao ponto de descompensar os trabalhadores. Ressaltada a importância do apoio da rede familiar nesse processo, diríamos que também seriam fundamentais para tais processos políticas públicas efetivamente existentes, viabilizando ao menos espaços de fala, profissionalmente estruturados e operados. Embora oficialmente o INSS ofereça o serviço de Reabilitação Profissional “que tem o objetivo de oferecer aos segurados incapacitados para o trabalho, por motivo de doença ou acidente, os meios de reeducação ou readaptação profissional para o seu retorno ao mercado de trabalho”

(BRASIL, 2013), há imensas dificuldades para o trabalhador que se utiliza deste serviço na retomada do trabalho após o afastamento (DELFINO, 2014).

Considerações finais

A problemática que envolve o afastamento do trabalho em função de adoecimento não é recente, como mostram os textos que contam a trajetória da história do campo da Saúde do Trabalhador (LACAZ, 2007; MENDES; DIAS, 1991), assim como aqueles dos fundadores da Psicopatologia do Trabalho (LE GUILLANT, 1984; SIVADON, 1952). No entanto, permanece como um problema que ainda nos instiga tanto do ponto de vista acadêmico quanto social. Pode-se evidenciar a permanência da problemática em textos produzidos fora da Psicodinâmica do Trabalho, como o de Lacaz (2016), que aponta que os trabalhadores continuam até mesmo a morrer apesar de décadas de ações em Saúde do Trabalhador, ou mesmo pelos documentos oficiais que mostram os problemas que levam a afastamento do trabalho por doença (BRASIL, 2017b). Também dentro da Psicodinâmica do Trabalho tal questão permanece central e, pior, com os recentes modelos de gestão produzidos em consonância com o neoliberalismo, tal quadro tende a se agravar (DEJOURS, 2012b; 2015b; SANTOS, 2017). Esta situação vem chamando a atenção não apenas entre os empregados, mas até mesmo no meio empresarial, em especial entre os pequenos e médios empresários (OLIVEIRA-DE-SOUTO, 2017; THURIK et al., 2016).

Diante deste quadro, diversas questões merecem reflexões, que apontamos a seguir, mas que pelos limites deste artigo, serão desenvolvidas com mais detalhes em outro momento. Um desses aspectos diz respeito à chamada reabilitação profissional, que acaba muitas vezes por não permitir que o trabalhador volte a trabalhar em uma função que tenha relação com sua capacidade e seus desejos (DELFINO, 2014), diminuindo a possibilidade de reconstrução de sua saúde pela ressonância simbólica (DEJOURS, 1996). Em diversas situações, os trabalhadores ao voltar do processo de readaptação são colocados em situação de exclusão, de assédio, seja pela gerência (SILVA; OLIVEIRA; ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2011), seja pelos próprios colegas (BRITO; ATHAYDE, 2003), somada ao fato que o poder público negligencia a fiscalização destes processos (RAMOS JÚNIOR, 2016).

Como este artigo visa analisar, a partir da abordagem da PDT, a dinâmica psíquica de trabalhadores afastados do emprego por doença surgida ou agravada no próprio trabalho, outra questão se coloca no que diz respeito ao método. A PDT utiliza como ferramenta privilegiada de investigação a enquete, conforme a descrição de Dejours (1988) apresentada pela primeira vez no Seminário Interdisciplinar de Psicopatologia do Trabalho organizado pela AOCIP. Tal proposta, cujo texto está disponível no Brasil em duas publicações (DEJOURS, 1992; DEJOURS, 2004c), permanece como texto central para essa abordagem.

Para Dejours (2004c, p. 105), a enquete “deve partir de uma demanda”. No caso específico dos trabalhadores que em geral buscam os Centros de Referência em Saú-

de do Trabalhador (CEREST) pelo Brasil, a demanda se configura de maneira individual por trabalhadores advindos de diversos meios laborais em busca de apoio para seus problemas de saúde e/ou previdenciários. Não se trata, portanto, de trabalhadores que compõem o mesmo grupo profissional nem que trabalhavam necessariamente em um mesmo meio, de tal forma que dificilmente surgiria uma demanda coletiva deles. Seguindo o que aponta Dejours (1992, p. 27), este grupo “não se caracteriza pela participação comum em uma mesma tarefa [...]. Ao contrário, o que o une é mais o não trabalho”. Pode-se propor que a situação de afastamento de emprego gere temas em comum, que podem ser objetos de formação de grupos *ad hoc* no próprio CEREST. Os participantes, assim, formam “um ‘grupo homogêneo’ [...] por categorias subjetivas, ou seja, são a demanda e seu conteúdo que definem o coletivo estudado” (DEJOURS, 2004c, p. 114).

Trata-se, portanto, de uma tentativa, cujo primeiro autor deste artigo está buscando realizar no CEREST da cidade onde vive, ainda sem resultados, já que os próprios funcionários do CEREST relatam que esses trabalhadores têm imensas dificuldades de se locomover: seja pela própria doença e inadequação dos transportes públicos no Brasil (ônibus altíssimos que são feitos sobre chassis de caminhões, que impõem imensas dificuldades para pessoas com limitações de movimentos), seja pela carência de recursos financeiros para custear tais deslocamentos. Apesar dessas dificuldades iniciais, caso essa experiência se mostre exitosa, se conseguirmos superar os obstáculos ora apresentados, na primeira etapa, o trabalho dos pesquisadores profissionais será permitir que a solicitação trazida individualmente seja reelaborada e reformulada em um “trabalho de demanda” (DEJOURS, 2004a, p. 85), para que se transforme em uma demanda coletiva de pessoas que não obstante sejam provenientes de meios de trabalhos diferentes, se encontram em uma situação semelhante, podendo assim tentar formar as bases da cooperação, bases que provavelmente faltaram a eles durante a atividade de trabalho, o que favoreceu o aparecimento e/ou o agravamento da doença.

Referências

- ÁLVARO, J. L. *Desempleo y bienestar psicológico*. Madrid: Siglo XXI de España, 1992.
- BAGALHO, J. O. *Sofrimento e prazer: uma análise psicodinâmica do trabalho prisional*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3116>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BILLIARD, I. *Santé mentale et travail: l'émergence de la psychopathologie du travail*. Paris: La Dispute/SNEDIT, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas em Saúde. *Lesões por esforços repetitivos (LER). Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)*. 2001. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/ler_dort.pdf. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Portal Brasil. *Lesão por esforço repetitivo (LER)*. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/lesao-por-esforco-repetitivo-ler>. Acesso em: 6 fev. 2016.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Reabilitação profissional*. 2013. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/reabilitacao-profissional/>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência. *Anuário Estatístico da Previdência Social*, v. 24. 2015. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 11 dez. 2017.
- BRASIL. Portal Brasil. *Dor nas costas é a maior causa de afastamento do trabalho*. 2017b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/04/dor-nas-costas-e-a-maior-causa-de-afastamento-do-trabalho>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- BRITO, J.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-265, set. 2003. [CrossRef](#).
- BRITO, J.; ATHAYDE, M.; NEVES, M. Y. (Ed.). *Cadernos de textos*. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas. João Pessoa: UFPB, 2003.
- BRITO, J. et al. (Ed). *Cadernos de relatos de experiências*. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas. João Pessoa: UFPB, 2003.
- CAVALCANTI, T.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C.; UCHÔA-DE-MEDEIROS, N. M. *Programa de Saúde do Trabalhador do Hospital Universitário Lauro Wanderley (PROSAT/HULW/UFPB)*. João Pessoa: UFPB 2013.
- DEJOURS, C. *Travail, usure mentale: essai de psychopathologie du travail*. Paris: Bayard, 1980.
- DEJOURS, C. Réactions psychopathologiques aux ruptures involontaires d'activité professionnelle (retraite, licenciement, maladie, reclassement). *Psychologie médicale*, v. 15, n. 11, p. 1875-1880, 1983.
- DEJOURS, C. (Ed). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: AOCIPed, 1988.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Ed.). *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 150-173.
- DEJOURS, C. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Ed.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004a. p. 47-104.
- DEJOURS, C. As relações domésticas: entre amor e dominação. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Ed.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004b. p. 317-336.
- DEJOURS, C. A metodologia em psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, S.; SNELWAR, L. I. (Ed.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004c. p. 105-126.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DEJOURS, C. *Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho*. *Revista CULT*, São Paulo, v. 139, n. 12, p. 49-53, 2009. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/reencantar-o-trabalho/>. Acesso em: 24 maio 2017.
- DEJOURS, C. *La panne: repenser le travail et changer la vie*. Montrouge: Bayard, 2012a.
- DEJOURS, C. Souffrance au travail, enjeux et politique de santé publique. In: TÉLÉCOM-ORANGE, C. F.; DEJOURS, C. (Ed.). *Souffrance au travail: regards croisés sur des cas concrets - comprendre, prévenir, agir*. Lyon: Chronique Sociale, 2012b. p. 13-26.
- DEJOURS, C. *Trabalho vivo*. Brasília: Paralelo 15, 2012c.
- DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, v. 33, n. 2, p. 9-28, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/24920304-A-sublimacao-entre-sofrimento-e-prazer-no-trabalho-1.html>. Acesso em: 23 maio 2017.
- DEJOURS, C. *Travail, usure mentale: essai de psychopathologie du travail*. Nouvelle édition augmentée. Montrouge: Bayard, 2015a.
- DEJOURS, C. *Le choix, souffrir au travail n'est pas une fatalité*. Montrouge: Bayard, 2015b.
- DEJOURS, C.; GERNET, I. *Psychopathologie du travail*. Issy-les-Moulineaux: Paris: Elsevier Masson, 2012.
- DEJOURS, C.; MOLINIER, P. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S.; SNELWAR, L. I. (Ed.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 127-139.
- DELFINO, L. G. *Da boleia à previdência social: sentidos do afastamento do trabalho para caminhoneiros de rota longa*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3105>. Acesso em: 24 maio 2017.
- DRUMOND, T. et al. Estratégias de defesa em constituição: entre a virilidade e a solidariedade. In: ZANOTELLI, C.; RAIZER, E. C. (Ed.). *Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais*. Vitória: Grafita, 2007. p. 189-205.
- GUÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgar Blücher, 2012.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. [CrossRef](#).
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. *The prevention of occupational diseases*. Geneva: ILO, 2013.
- LACAZ, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, v. 23, n. 4, p. 757-766, 2007. [CrossRef](#).
- LACAZ, F. A. C. Continuam a adoecer e morrer os trabalhadores: as relações, entraves e desafios para o campo Saúde do Trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 41, n. 13, p. 1-11, 2016. [CrossRef](#).
- LE GUILLANT, L. (Ed.). *Quelle Psychiatrie pour notre temps? Travaux et écrits de Louis Le Guillant*. Toulouse: Érèsed, 1984.
- MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991. [CrossRef](#).
- MODZELESKI, A. Brasil fecha 1,5 mi de vagas com carteira em 2015, pior resultado desde 92. *Uol Economia*, Brasília, 21 jan. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/01/21/brasil-fecha-1542371-vagas-com-carteira-assinada-em-2015.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.
- OLIVEIRA-DE-SOUTO, C. H. *A relação sofrimento/prazer dos empresários do setor de seguros no exercício da sua atividade profissional*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/9125>. Acesso em: 24 maio 2017.
- OLIVEIRA, J. L.; MENDES, A. M. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da psicodinâmica do trabalho. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 389-399, 2014. [CrossRef](#).
- PEZÉ, M. *Ils ne mouraient pas tous mais tous étaient frappés*. Paris: Pearson Éducation France, 2008.
- RAMOS JÚNIOR, W. Reabilitação profissional realizada pelo INSS e a volta do trabalhador com baixa instrução para o mercado de trabalho. *SaberaLei*, São Paulo, 19 mar. 2016. Disponível em: <http://saberalei.com.br/reabilitacao-profissional-realizada-pelo-inss/>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- SALIM, C. A. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 1, p. 11-24, jan./mar. 2003. [CrossRef](#).
- SANCHES, E. N. et al. Organização do trabalho, sintomatologia dolorosa e significado de ser portador de LER/DORT. *Psicol. Argum.*, v. 28, n. 63, p. 313-324, 2010. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=3933&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 23 maio 2017.
- SANTOS, J. O. A. *Compreendendo o papel da cooperação nos casos de afastamento do trabalho por motivo de doença*. 2017. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- SCHWEITZER, S. *Les femmes ont toujours travaillé: une histoire du travail des femmes aux XIXe et XXe siècles*. Paris: Odile Jacob, 2002.

SELIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, K. K.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. Saúde mental do trabalhador: o assédio moral praticado contra trabalhadores com LER/DORT. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 56-70, jan./jun. 2011. [CrossRef](#)

SIVADON, P. Psycho-pathologie du Travail. *L'Evolution Psychiatrique*, v. 3, p. 441-444, 1952.

THURIK, R. et al. ADHD Symptoms and Entrepreneurial Orientation of Small Firm Owners. *Applied Psychology: an international review*, v. 65, n. 3, p. 568-586, jul. 2016. [CrossRef](#)

TOLDRÁ, R. C. et al. Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - SP, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 121, p. 10-22, jan./jun. 2010. [CrossRef](#)

VIDAL, D. *Les bonnes de Rio: emploi domestique et société démocratique au Brésil*. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2007.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. *O trabalho como possível: o caso das pessoas com "transtornos mentais graves"*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006a.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. Trabalhando com saúde: trabalho e transtornos mentais graves. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 175-183, jan./abr. 2006b. [CrossRef](#)

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C.; ATHAYDE, M. A. A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 6, n. 1, p. 6-19, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 maio 2017.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. et al. O pioneirismo de Louis Le Guillant na reforma psiquiátrica e psicoterapia institucional na França: a importância do trabalho dos pacientes para a abertura dos hospícios. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 612-631, jan./dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300005. Acesso em: 24 maio 2017.

Recebido em: 1 de junho de 2017

Aceito em: 15 de dezembro de 2017

Ação-formação: uma leitura das contribuições da Ergonomia da Atividade

Mary Yale Rodrigues Neves,^{Orcid, I. ★} Denise Alvarez,^{Orcid, I} Ana Cláudia Barbosa da Silva-Roosli,^{Orcid, II} Thiago Drumond Moraes,^{Orcid, III} Letícia Pessoa Masson,^{Orcid, IV} Vicente Aguilar Nepomuceno de Oliveira^{Orcid, V}

^I Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / ^{II} Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, PR, Brasil

^{III} Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil / ^{IV} Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^V Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo objetiva refletir acerca das interações entre formação e ação ergonômica, especificamente, na perspectiva da Ergonomia da Atividade. Seu ponto de partida é a trajetória histórica dessa interface, sinalizando dilemas e alternativas pautadas nas relações entre análise do trabalho e ações formativas. Seus desdobramentos são explorados a partir do “paradigma da formação de atores na e pela análise do trabalho, para e pela ação”, ancorado na interdependência entre formação e transformação das condições de trabalho. Conclui-se que este paradigma abre novas vias de análise sobre a sustentabilidade da ação ergonômica e sobre a luta pela saúde.

Palavras-chave: Ergonomia e formação; psicologia e ergonomia; pesquisa-ação-formação; análise do trabalho.

Action-training: a reading of the contributions of the Activity Ergonomics

Abstract

This article aims to reflect on the interaction between training and ergonomics' action, specifically, from the Activity-centered Ergonomics perspective. Its starting point is the historical trajectory of this interface, signaling dilemmas and alternatives based on work analysis and training programs relations. Its developments are explored from the “paradigm of training in and by the analysis of work, to and by action”, anchored in the interdependence between training and working conditions transformation. It is concluded that this paradigm opens new avenues of analysis on the sustainability of the ergonomics' action and on the struggle for health.

Keywords: Ergonomics and training; psychology and ergonomics; research-action-training; work analysis.

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir acerca das interações entre formação e ação ergonômica, especificamente na perspectiva da Ergonomia da Atividade¹ (DANIELLOU, 2004; FALZON, 2007, 2016; TEIGER; LACOMBLEZ, 2013; WISNER, 1994), além de explorar seus desdobramentos a partir do “paradigma da formação dos atores na e pela análise do trabalho, para e pela ação” (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007; LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014; LACOMBLEZ; VASCONCELOS, 2009; TEIGER; LACOMBLEZ, 2005, 2006).

Tem-se como ponto de partida o projeto da Ergonomia em compreender o trabalho a fim de encontrar encaminhamentos possíveis para a sua transformação (GUÉRIN et al., 2012), cujo horizonte é articular a saúde e segurança dos trabalhadores com a eficácia e qualidade no/do trabalho. Esta aposta na transformação das situações reais de trabalho manifesta um esforço em distanciar-se de modelos de intervenção orientados para a mudança de comportamentos dos trabalhadores, alheios à conquista da saúde e que não consideram o ponto de vista da atividade acerca da eficácia no trabalho e na construção e definição do que seria saudável.

A perspectiva que orienta o projeto da Ergonomia é a da adaptação do trabalho ao homem (FAVERGE; LEPLAT; GUIGUET, 1958) – e não a de adaptação do homem ao trabalho, conforme apregoado pelo padrão taylorista/fordista de organização do trabalho –, o que levou à prevalência da transformação do trabalho e de suas condições sobre a (trans)formação dos indivíduos. Nesta direção, Lacomblez e Teiger (2007) apontam para um dilema histórico enfrentado pelos pioneiros da Ergonomia: agir sobre as condições de produção ou sobre os indivíduos? Lacomblez, Teiger e Vasconcelos (2014, p. 159) argumentam, no entanto, que este é um falso problema, pois não é possível concretizar um sem o outro, ou seja, “os dois aspectos – o desenvolvimento das pessoas em curso de formação e a ação sobre os elementos da situação – são, apesar de tudo, indissociáveis”.

É no cerne deste debate que emergiu, portanto, certo interesse no que diz respeito às potencialidades de uma intervenção formativa, que passa a ser entendida como “uma alavanca para a ação, uma passagem útil para uma difusão mais alargada do projeto da ergonomia” (LACOMBLEZ; VASCONCELOS, 2009, p. 54). Subjacente a este interesse está também o reconhecimento de que a melhoria das condições de trabalho não dependeria exclusivamente dos conhecimentos científicos e técnicos daqueles que conduzem a intervenção. Em vez disto, exigiria fundamentalmente a participação dos protagonistas do trabalho envolvidos no processo, questão que contribuiu para a abertura de uma nova via de abordagens, em que se destaca a proposição mais recentemente denominada de “paradigma da formação

*Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. E-mail: myale@uol.com.br, alvarez.dena@gmail.com, acbs79@gmail.com, thiago.moraes@ufes.br, leticiapessoa@yahoo.com.br

¹ Sempre que fizermos referência à Ergonomia neste texto, referimo-nos à Ergonomia da Atividade, de origem francófona, e posteriormente lusófona, mesmo que o termo “atividade” não apareça na expressão.



de atores na e pela análise do trabalho, para e pela ação” (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007; LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014).

A formação passa, então, a ser vista como instrumento de desenvolvimento e transformação para a ação. O que é diferente da visão de *forma-t-ação* vigente em grande parte dos programas de formação profissional (LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014), em que se colocam os trabalhadores frequentemente como “receptores” de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Conforme apresentamos a seguir, será descrita inicialmente a trajetória da interface entre Ergonomia e formação.² Posteriormente, identificaremos alguns dos princípios e bases conceituais, bem como as articulações teóricas que situam de modo mais preciso as relações entre a perspectiva da formação de atores, que se encontra ainda em consolidação no Brasil, e a contribuição para a ampliação e o fortalecimento da capacidade normativa dos trabalhadores. Entendemos que esta última dimensão é imprescindível para a transformação das situações de trabalho no sentido da conquista da saúde.

1. A emergência da relação Ergonomia e formação: as articulações entre análise do trabalho e ações formativas

Nos mundos do trabalho, no período do segundo pós-guerra, apresentam-se exigências de modernização e produtividade tidas como necessárias em função do esforço de reconstrução dos países europeus. O desafio era o de selecionar e formar o maior número possível de trabalhadores para as indústrias de produção em grande escala, elevando ao máximo a eficácia e reduzindo o tempo e o custo ao mínimo possível (DANIELLOU, 2004; LACOMBLEZ; TEIGER, 2007; TEIGER; LACOMBLEZ, 2005).

Nesse contexto, conforme sinalizam Teiger e Lacomblez (2005), configurou-se uma demanda por formação, cujos principais temas dos programas realizados remetiam à organização do trabalho – pautada pelos princípios tayloristas/fordistas –, à prevenção de acidentes e segurança no trabalho e ao desenvolvimento profissional. Tal demanda levou à criação de organismos voltados para o estudo da fisiologia humana, que tiveram um papel destacado no desenvolvimento da Ergonomia.

O interesse pela formação profissional de adultos, no âmbito da análise ergonômica do trabalho, situa-se, desse modo, desde os anos 1950, a partir dos trabalhos de Faverge (DELGOULET; VIDAL-GOMEL, 2016; FALZON; TEIGER, 2001; VIDAL, 2003; WISNER, 1994, 2004). De acordo com Teiger e Lacomblez (2005), os primeiros manuais francofônicos já sinalizavam para a elaboração de algumas noções e definição de conteúdos de base, tais como: análise do trabalho (OMBREDANE; FAVERGE, 1955), aporte da análise do trabalho em formação (LEPLAT, 1955) e adaptação da máquina ao homem (FAVERGE; LEPLAT; GUIGUET, 1958).

A obra de Ombredane e Faverge de 1955, intitulada *L'analyse du travail: facteur d'économie humaine et de productivité*, possuía um capítulo dedicado a problemas de formação profissional. Nele se colocava em relevo um julgamento favorável acerca do método destinado, em especial, a valorização do papel do contramestre – tido como um elemento estratégico para organizar e transmitir conhecimentos –, e os princípios de elaboração de uma ação de formação. Já os trabalhos pioneiros de Leplat (1955 apud TEIGER; LACOMBLEZ, 2005, p. 12) apontavam para os limites da formação calcada apenas nos estudos tayloristas dos tempos e movimentos das tarefas.

Pode-se afirmar, então, que a aproximação entre ergonomistas pioneiros e o campo da formação deu-se gradualmente, ancorada na preocupação em ultrapassar uma tendência clássica caracterizada pelo diagnóstico e recomendação e na necessidade de colaborar com ações de transformação das condições de trabalho baseadas em abordagens participativas, bem como na intenção de contribuir com a sustentabilidade das ações (DELGOULET; VIDAL-GOMEL, 2016), questão intrínseca ao paradigma fundador da Ergonomia (DANIELLOU, 2004; LACOMBLEZ; VASCONCELOS, 2009; WISNER, 2004).

Deve-se ter em conta que, principalmente a partir dos anos 1970, as organizações sindicais eram as principais representantes da ‘demanda social’ à época (DANIELLOU, 2004; LAVILLE, 1977; WISNER, 1994). A partir da experiência dos sindicatos e do Laboratório de Fisiologia do Trabalho do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM) na França, apostava-se que a formação na metodologia da análise ergonômica do trabalho (AET) permitiria a constituição de uma ferramenta para a ação dos trabalhadores, além da instauração de um diálogo continuado entre pesquisadores e sindicalistas (LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014). Essas experiências, que conciliam Ergonomia e ações formativas, expandiram-se posteriormente para além dos sindicatos, com o uso desta metodologia com atores de empresas (COSTA; SILVA, 2010; LACOMBLEZ; VASCONCELOS, 2009; PETIT, 2008).

Conforme Vasconcelos (2008), o engajamento nas modalidades formativas que se desenvolveram a partir daí exige a reflexão em torno de três tipos de conhecimentos: relacionados aos modelos teóricos da atividade e da relação entre saúde e trabalho; sobre os métodos de análise do trabalho; e sobre as condições de ação em organizações, e não somente no posto de trabalho. Balizada por estes conteúdos, a análise do trabalho nas intervenções formativas assume diferentes funções, conforme apresentamos a seguir.

Conexões possíveis entre análise do trabalho e formação

Marcada pela diversidade e dinamicidade, a trajetória da relação entre Ergonomia e ações de formação, tradicionalmente, engloba dois direcionamentos: um que adota a análise do trabalho como objeto de formação e

²Também encontrada em diversas outras contribuições (BERTHELETTE; LACOMBLEZ; TEIGER, 1998; LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014; LACOMBLEZ; VASCONCELOS, 2009; TEIGER; LACOMBLEZ, 2005, 2006).

outro que transforma a intervenção ergonômica em uma ação de formação, justificada e definida a partir da análise do trabalho (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007).

No primeiro direcionamento, trata-se da “formação em análise do trabalho” de trabalhadores implicados na concepção do trabalho e/ou em ações de saúde e segurança. Ora objetiva-se formá-los em análise do trabalho (via transmissão dos modelos teóricos da atividade), ora a formação pode acompanhar uma intervenção ergonômica numa ação de cooperação entre formandos e ergonomistas na transformação do trabalho.

A formação em análise do trabalho constitui-se uma maneira de facilitar a passagem da formação para a ação, ao possibilitar que trabalhadores com diferentes vinculações institucionais na organização modifiquem suas representações acerca do trabalho.

Champy-Remoussenard (2005) registra, a partir da década de 1970, a emergência de abordagens de formação baseadas em uma análise preliminar do trabalho, conferindo outro estatuto para a análise do trabalho em conexão com programas de formação. Circunscreve-se aí mais claramente o segundo direcionamento dado à relação entre Ergonomia e ações de formação: a “análise do trabalho como preliminar ao projeto de formação”.

Este movimento alimenta-se também do aumento da demanda das empresas europeias/francesas por formação nas décadas de 1980 e 1990, fruto das mudanças no trabalho que passaram a exigir mais flexibilidade, polivalência e capacidade de lidar com eventos inesperados por parte dos trabalhadores, cuja ênfase desloca-se da qualificação para as competências (SCHWARTZ, 2010).

Assim, a aposta na ‘análise do trabalho preliminar à formação’ dá-se pela oportunidade de acesso aos saberes convocados pelos trabalhadores, diferenciando-os dos saberes acadêmicos. Tal posicionamento é parcialmente congruente à noção de competências que, para Schwartz (1998, 2010), trata-se mais de um “agir em competência” em uma situação, do que o domínio de saberes ou modos de se comportar previamente incorporados.³ Esse encaminhamento permite o afastamento de uma concepção de transmissão de conhecimentos gerais, teóricos, padronizados e supostamente generalizáveis para uma diversidade de situações, bem como um afastamento de representações predefinidas acerca dos conhecimentos que os trabalhadores necessitariam. Além dos delegados sindicais ou profissionais da concepção, principais destinatários do primeiro direcionamento das formações para análise do trabalho, os programas de formação passam a se destinar também aos demais trabalhadores das empresas. É nesta perspectiva que o domínio da formação profissional que privilegia o ponto de vista da atividade tem se alimentado, constituindo

uma diversidade de projetos, entre os quais se destacam aqueles realizados notadamente em Portugal e em países francofônicos (TEIGER; LACOMBLEZ, 2013).

Para efeito deste texto, privilegiar-se-á a seguir uma incursão no “paradigma da formação de atores na e pela análise do trabalho, para e pela ação”, proposição conciliadora em relação aos dois direcionamentos acima citados, ancorada na interdependência entre formação e transformação das formas de organização e condições de trabalho.

2. Por um novo paradigma de produção de conhecimento e intervenção: a sinergia entre pesquisa-formação-ação

Pode-se situar como um dos disparadores da perspectiva de formação, que a pensa articulada à pesquisa e à ação voltadas aos mundos do trabalho, o método proposto por Teiger e Laville (1991) para a formação com sindicalistas na França, tendo se difundido posteriormente por vários países, como o Brasil. Tal método era pautado pela autoanálise do trabalho, onde a avaliação ergonômica seria realizada pelo próprio operador envolvido com a situação real de trabalho. Nessa direção, as experiências de formação com os sindicatos possibilitaram intervir no trabalho, mesmo nos casos em que não havia acesso autorizado pelas empresas, revelando-se uma maneira de assessorar os sindicatos em suas lutas pela formação dos seus quadros. Ademais, tais experiências contribuíram para transformações do/ no trabalho, inscrevendo-se numa tradição de diálogo entre pesquisadores do trabalho e organizações sindicais (TEIGER; LAVILLE; DURAFFOURG, 2004).

Paralelo a esse processo, na Itália, Oddone, Re e Briante (1981) experimentam o desenvolvimento de um novo paradigma de formação, estreitamente associado à pesquisa, por meio da proposta da constituição de uma “comunidade científica ampliada” (CCA), na qual pesquisadores e sindicalistas irão “formar-se”, com um propósito comum de potencializar o raio de ação para transformar o trabalho (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007; LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014; MUNIZ et al., 2013).

Assim, um novo paradigma de pesquisa se coloca progressivamente, ao associar pesquisa e formação recíproca de pesquisadores e sindicalistas. Entende-se, então, que o formador precisa estar atento para estabelecer uma relação de mediação com os atores neste percurso. Tal papel assumido pelo formador revela-se de enorme importância em todas as etapas da intervenção, trabalhando sempre em dois planos: a) o do desenvolvimento individual, intrinsecamente ligado à explicitação e formalização do saber-fazer; b) e o do reconhecimento social ao nível da empresa, a fim de manter o sentido e o alcance da experiência. De acordo com as referidas autoras para atender a esses dois planos o formador precisa ser experiente em análise ergonômica, revelando uma postura que seja simultaneamente, do tipo clínica (atenta às dinâmicas da palavra dos atores sobre

³ Este “agir em competência” refere-se menos a um conjunto de saberes e modos de se comportar e ser e mais a uma composição de diferentes “ingredientes” cujas relações dinâmicas entre si nunca são verdadeiramente antecipáveis e que se compõem de pelos menos três elementos, como enumera Schwartz (1998, p. 101): “O grau de apropriação de saberes conceitualizáveis, o grau de apreensão das dimensões propriamente históricas da situação e o debate de valores a que se vê convocado todo indivíduo num meio de trabalho particular”.

o trabalho) e do tipo estratégica (considera a pertinência dos atores nesta experiência social que é a intervenção) (LACOMBLEZ; TIGER, 2007, p. 598).

Trata-se de projetos que visam afirmar um espaço de intervenção que concede centralidade à dimensão participativa, apostando no diálogo e confrontação entre os conhecimentos dos especialistas e os conhecimentos dos trabalhadores como capaz de gerar outros processos de mudança, bem como de ampliar as possibilidades de ação destes últimos em seus próprios contextos de trabalho.

Nas intervenções, favorecem-se então dispositivos de participação das diversas categorias de atores que se constituem em espaços de aprendizagem recíproca, mesmo que a formação não seja em si o foco da intervenção. Entretanto, é preciso cuidado, alertam-nos Lacomblez e Teiger (2007), pois, por trás da noção de participação, há muitas maneiras de atuar: algumas intervenções favorecem apenas a constituição de pequenos espaços de restituição, enquanto outras envolvem o conjunto de atores em todas as etapas da análise e transformação das situações de trabalho, entre as quais o paradigma de formação que é objeto do presente artigo.

A autoanálise do trabalho contribui para o desenvolvimento de competências do trabalhador acerca da análise e formulação de propostas alternativas para a situação vivida por ele. Nessas práticas, também é fundamental cuidar das condições de acompanhamento das transformações esperadas, para não colocar os trabalhadores numa “situação isolada e desarmada perante obstáculos técnicos ou organizacionais que ultrapassam suas capacidades de ação” (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007, p. 593). As autoras chamam a atenção continuamente para a armadilha de se realizar uma formação em Ergonomia, com qualquer um dos atores, sem se criar condições para que eles possam atuar e participar da transformação, já que essa possibilidade não é um desdobramento automático do processo de formação e é preciso pensá-la com cautela, na perspectiva de fortalecer a dimensão coletiva da formação-ação e sua necessária multiplicação.

2.1. O “paradigma da formação de atores na e pela análise do trabalho, para e pela ação”: alguns princípios e bases conceituais

Tendo como base alguns dos princípios elencados anteriormente por Lacomblez, Teiger e Vasconcelos (2014), pode-se pensar em pontos norteadores para a transformação dos sistemas de produção de modo compatível com a saúde e a segurança dos trabalhadores. Dentre eles, destacam-se: o reconhecimento da especificidade dos saberes da experiência de cada um, a necessidade de criação de condições que garantam tanto a comunicação quanto o confronto de saberes e a importância da atividade de reflexão no processo que conduz à ação.

Para operacionalizá-los, ressalta-se a importância da criação de dispositivos de participação que abarquem as diversas categorias de trabalhadores das organizações, assim como a progressiva instalação de uma dinâmica de circulação linguageira que possibilite não só o

compartilhamento de uma linguagem comum sobre a atividade estudada, como também a possibilidade da emergência de controvérsias, que é uma ferramenta “desenvolvimental” importante. Essa construção, em conjunto com as observações do trabalho em curso e validações, permitirá a formalização e apropriação de múltiplas “regras para a ação”.

Outro aspecto, de igual importância e que se associa às duas características presentes na formação (seu caráter clínico e sua dimensão estratégica), é o caráter de aprendizagem mútua experimentada em práticas de intervenção que associavam formação, pesquisa e intervenção. A formação se anuncia então como uma prática de mudança, uma construção progressiva e desenvolvimental de “lugares mais comuns” e, portanto, do agir e da ação, ou seja, de uma reconfiguração dos cenários de intervenção formativa nos locais de trabalho (LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014; LACOMBLEZ; VASCONCELOS, 2009). Apesar do “desconforto intelectual” (SCHWARTZ, 1995) que pode suscitar – ao se ter os saberes disciplinares testados e validados (ou não) no decorrer da realidade sempre mutante das atividades –, a vigilância ética e metodológica faz parte integrante desse projeto e serve como uma espécie de “fio condutor” para salvaguardar um quadro analítico onde o desenvolvimento dos saberes profissionais nunca é dissociado da sua relação com os riscos para a saúde física e mental. Há, então, a necessidade de se instruir sobre as atividades de trabalho, seus recursos, suas potencialidades e suas reservas de alternativas (SCHWARTZ; ABDERRAHMAN; ADRIANO, 2008). Para Lacomblez e Vasconcelos (2009), a intenção é a de contaminar os espaços de trabalho e de pesquisa com um certo modelo de humanidade que nos faça ver o nosso semelhante, seja ele operador ou decisor, como alguém que está “em atividade”, isto é, alguém cuja atividade é lugar de gestão de debates de normas atravessado por um mundo de valores, lugar de resingularização permanente da situação (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

O encaminhamento assinalado acima se apoia, portanto, na premissa que o processo de compreensão do trabalho visa à sua transformação, assim como a do trabalhador. Assim, consoante aos fundamentos da Ergonomia da Atividade, está presente aí a ideia de que aprender a analisar o trabalho permite ao trabalhador refletir sobre a realidade de sua atividade e tornar-se mais confiante para envolver-se em uma ação. Nessa perspectiva, a relação entre pensamento e ação é pensada a partir de uma dupla tradição: da “filosofia da ação e da pedagogia construtivista” (TEIGER; MONTREUIL, 1996).

A “filosofia da ação” enfatiza em particular a ação de mudança, entendida como uma abertura para o projeto e concepção de outras possibilidades, que começa no momento em que nos tornamos capazes de conceber “outro estado das coisas”. Alguns autores (COUTAREL et al., 2009; PETIT, 2008; TEIGER; MONTREUIL, 1996) buscam em Sartre uma referência para este debate. Para o filósofo, a ação não resulta de um processo de sofrimento profundo que tornaria insustentável uma situação, mas, ao

contrário, resulta da percepção de que esse “outro estado” é possível e que, somente dessa forma, se poderia dar-se conta de que a situação é sofrida e insustentável.

Para Teiger e Montreuil (1996), o interesse particular da Ergonomia pelas mudanças no trabalho faz com que a concepção de “outro estado das coisas” seja o objeto da formação em discussão. Dessa forma, é “o aspecto dinâmico da transformação das representações de uma situação que proporciona o impulso para mudar os pontos de vista, permitindo, assim, ações que transformam situações” (TEIGER; MONTREUIL, 1996, p. 87). Nesse caso, a ação é entendida num sentido *lato*, já que o essencial é debater as representações iniciais acerca do trabalho, da saúde e da prevenção de acidentes e doenças, que são frequentemente redutoras, e transformá-las em representações para ação, fornecendo bases de análise das situações e enriquecendo a argumentação para as mudanças (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007).

A noção de representação é bastante polêmica, pois alguns campos de conhecimento atribuem-lhe um caráter predominantemente cognitivista, alinhado ao positivismo. Em Ergonomia, esse conceito relaciona-se à outra tradição.⁴ Conforme Lacomblez e Teiger (2007), as representações seriam mediadores entre cognição e ação, motores potenciais de uma ação de mudança da situação. Wisner (2004) relaciona o uso da noção de representação na Ergonomia francófona a uma das correntes da análise do trabalho (DE KEYSER, 1991; LEPLAT, 1996), que afirma a possibilidade da análise da atividade levar a explorar uma camada subjacente à cognição, denominada de representação.

Segundo essa corrente, a representação, também denominada por Weil Fassina, Rabardel e Dubois (1993), como “representação para a ação”, pode ser muito diferente de operador para operador. Pode também ser fortemente coerente ou assemelhar-se mais a uma espécie de “mosaico”. As representações se construiriam progressivamente, à medida que se desenvolvessem os cursos da ação e não se limitariam às dimensões materiais da tarefa, podendo ser construídas também em relação às pessoas com as quais se relacionam em seu meio de trabalho. Esse aspecto lhes configuraria uma espécie de pano de fundo das comunicações, trocas, acordos, sinergias que se darão nos diferentes cursos da ação. Segundo os autores, tal noção de representação tornou-se importante para a tentativa de compreensão do que se passa na atividade.

Para a “pedagogia construtivista”, o conhecimento não consiste apenas na capacidade de copiar o real, mas de agir sobre ele e transformá-lo. A aprendizagem resultaria da associação entre conhecimento e ação, não considerando um como cópia ou aplicação do outro, mas sim como a capacidade de agir sobre o real, transformando-o “em” e “pela” ação. A influência de tal orientação teórica na perspectiva de formação em foco revela-se pela atenção à criação de dispositivos de participação

de diversas categorias de trabalhadores engajadas tanto na análise das situações que emergem, quanto na formalização e apropriação de múltiplas alternativas para a ação. Distancia-se, portanto, da compreensão de que o aprendizado em análise do trabalho ocorreria por meio de uma formação que ensine a memorizar as suas etapas. Neste sentido, tratar-se-ia da realização de uma “formação ‘oportuna’, procurando, na medida em que se desenrola, provocar uma atividade reflexiva pela confrontação das representações e dos conhecimentos trazidos por todos” (LACOMBLEZ et al., 2016, p. 124).

Tais conhecimentos não são previamente determinados em um plano de formação. Para isso, é essencial refletir sobre a metodologia da formação, seus momentos e fases. As diferentes experiências, voltadas para agir tanto nas condições de trabalho, quanto na formação dos trabalhadores, organizam os momentos e fases da pesquisa-ação-formação à sua maneira. Apesar da diversidade, podem ser identificadas quatro etapas principais. A “expressão espontânea”, quando os trabalhadores expressam nos primeiros diálogos as representações iniciais que possuem sobre seu trabalho. A “expressão provocada”, sustentada por um questionamento de tipo maiêutico, quando o ergonomista-formador faz emergir “o que nem sempre se sabe que se sabe”, a complexidade e variabilidade do trabalho, as “competências desconhecidas”, os compromissos assumidos entre a produção e a segurança. Nessa etapa, pode-se gerar no participante um sentimento de que esta percepção é só sua. Torna-se necessário então, garantir na formação um “processo de objetivação-distanciamento” que permita desindividualizar a interpretação das consequências do trabalho e abrir caminhos para a ação coletiva. Em seguida, criam-se condições para que os participantes assumam o “protagonismo no quadro do exercício coletivo”, quando o grupo de formandos deve se apropriar das formas de compreender e transformar o trabalho por meio de exercícios práticos (LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014).

Para tanto, afirma-se a necessidade de não só se constituir um “espaço público” para a discussão sobre a atividade (DEJOURS, 2012), mas também de articularem-se diretamente os resultados daí provenientes às questões de promoção de saúde.

3. Ação ergonômica, promoção da saúde e segurança no trabalho e sua relação com as questões de formação

É importante sinalizar que a perspectiva de formação aqui apresentada e privilegiada é convergente, a nosso ver, com a linhagem que compreende saúde como criação e recriação de normas (CANGUILHEM, 2005), característica humana presente em qualquer situação de vida. Portanto, no contexto das atividades de trabalho, a luta pela saúde também se expressa pela atenção à capacidade normativa dos próprios trabalhadores mobilizada na transformação das condições de realização de seu trabalho, e seu fortalecimento. Assim, entendemos que há uma relação indissociável entre luta pela saúde, ação ergonômica e intervenção formativa; não apenas

⁴ Para uma discussão mais aprofundada acerca da noção de representação na Ergonomia, remetemos o leitor para o artigo intitulado “Revisitar a noção de representação em Ergonomia”, de Marianne Lacomblez, nesse Dossier.

com o intuito de contribuir para a prevenção de acidentes e doenças, mas, principalmente, em um sentido mais amplo, o que se refere à saúde como potência para lidar com a existência (CZERESNIA, 2013).

Deve-se chamar a atenção, entretanto, para que, ainda que tal relação seja indissociável, não foi senão muito recentemente que ela encontrou um terreno propício em dispositivos de formação que permitissem desenvolvê-la em sua maior potencialidade. Neste sentido, Lacomblez et al. (2016) ressaltam que a análise da atividade de trabalho e suas ligações com a saúde, além de permitir a construção de novos conhecimentos, no sentido amplo, propiciam um processo de tomada de consciência individual e coletiva, que deveria permitir a elaboração de ‘um outro possível’ no dia a dia de trabalho.

Outro aspecto a ressaltar no que tange à relação entre saúde, segurança e formação é que, para alguns autores (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007; VASCONCELOS, R.; LACOMBLEZ, 2004), o ponto de partida para construir um dispositivo de formação em/pela análise do trabalho para/pela ação capaz de superar a dicotomia transformação dos trabalhadores/do trabalho, se sustenta exatamente sobre a análise dos “saberes-fazer de prudência” (CRU; DEJOURS, 1987). Esses saberes, como expressão da criação de normas pelos trabalhadores são, de todo modo, indissociáveis dos saberes-fazer profissionais e mobilizam fortemente sua inteligência prática (DEJOURS, 2012).

Tais saberes-fazer de prudência são fundamentais para a constituição de condutas real e eficazmente seguras, embora, segundo Cru e Dejourns (1987), submetidos à ideologia defensiva,⁵ esses saberes não são vividos nem descritos espontaneamente como tais pelos trabalhadores. Dejourns (1995) destaca que estes saberes não são ensinados nem durante a formação dos operários, nem pela supervisão, mas são considerados (juntamente com os demais saberes-fazer) “artifícios do ofício”, transmitidos de geração a geração pela coletividade operária, sendo peças-chave não apenas para a manutenção da segurança, mas também para a otimização do processo produtivo, auxiliando na conquista/manutenção da saúde dos operadores (CRU; DEJOURS, 1987).

Neste sentido, os autores relacionam experiência e um certo saber-fazer sobre a saúde e a segurança que levam um tempo (não estritamente cronológico) para serem conquistados e estabilizados junto a um ofício ou uma profissão, como as estratégias para se evitar lombalgias, dores e acidentes, incorporadas na experiência profissional e nas profissões. Assim, ao se considerar a saúde como capacidade normativa (CANGUILHEM, 2005), os saberes de prudência – e seu desenvolvimento via formação que os incorpore - podem ser vistos

⁵As estratégias de defesa correspondem aos sistemas defensivos formulados estrategicamente e coletivamente pelos próprios trabalhadores e que funcionam como regras compartilhadas para lutar contra aquilo que os faz sofrer. Estes sistemas conduzem à modificação, transformação e, muitas vezes, à eufemização da percepção das contradições presentes na situação de trabalho. Expressam a inserção ativa dos trabalhadores. Por outro lado, quando a manutenção da defesa torna-se por si só o objetivo dos trabalhadores, estas estratégias convertem-se em ideologia e perdem sua capacidade propositiva de transformações efetivas na realidade do trabalho (DEJOURS, 2012)

como elementos importantes na conquista da recriação cotidiana das normas e, portanto, de transformações efetivas nos mundos do trabalho.

Dessa forma, entende-se que as estratégias de defesa e os saberes-fazer de prudência devem ser parte da formação ergonômica (TEIGER; LACOMBLEZ, 2006). A integração desses elementos à formação corresponde, pelo menos, a duas contribuições: tanto à reflexão sobre as estratégias de prevenção, aprimorando-as e indo no sentido de uma transformação mais efetiva dos riscos, a partir da ampliação da capacidade normativa dos trabalhadores; quanto para o desenvolvimento profissional dos coletivos de trabalho envolvidos na formação, que poderão dialogar sobre suas regras de ofício, mantendo-se em um movimento dinâmico de autocrítica e desenvolvimento, sem se estagnarem.

Vasconcelos e Lacomblez (2004) ressaltam ainda que, para que os saberes-fazer de prudência possam ser imbricados no processo de construção de uma prevenção real e verdadeiramente eficaz, é essencial buscar sua ascensão, conscientização, contextualização e compreensão. Os autores defendem essa ideia mesmo reconhecendo a dificuldade de verbalização e acesso às chamadas “competências incorporadas”. Indispensável a um trabalho seguro e de qualidade, a sabedoria do corpo, segundo eles, deve ser integrada junto com os conhecimentos formalizados em “atividades reflexivas – no trabalho, sobre o trabalho, pelo trabalho e para o trabalho” (LACOMBLEZ; TEIGER; VASCONCELOS, 2014, p. 168).

Deve-se lembrar, ainda, a tradição do Modelo Operário Italiano de luta pela saúde (ODDONE et al., 1981), que se mantém muito atual e instrumental ao afirmar que nenhum conhecimento especializado externo aos coletivos de trabalho pode decretar quais seriam os riscos aceitáveis (VOGEL, 2016). Não se trata, segundo Vogel (2016), de repetir nostalgicamente o que se passou na experiência dos anos 1960 e 1970, mas, não desconsiderando alguns de seus limites, pensar sobre a radicalidade desta experiência e as possibilidades de reativá-la em condições significativamente diferentes (MUNIZ et al., 2013; SCHWARTZ, 2000).

Nessa perspectiva de formação, deve-se partir dos riscos profissionais, mas ultrapassando-os, para se produzir outro olhar sobre a atividade, tendo como instrumento a análise da atividade. Visa-se assim ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a instauração ou ampliação de um olhar crítico sobre as situações de trabalho quer sobre seus aspectos técnicos e organizacionais, quer sobre as questões relacionadas à segurança e à saúde no trabalho (LACOMBLEZ; TEIGER, 2007).

Neste sentido e também no bojo desta perspectiva, Silva et al. (2009), indo de encontro a proposições estandardizadas, ressaltam a importância da construção de uma promoção da saúde que remete à apreensão, por parte de trabalhadores e pesquisadores profissionais, do real das situações de trabalho, compreendido em sua relação com o processo saúde-doença. Para tanto,

os autores designam esse processo de “promoção da saúde a ‘partir’ das situações de trabalho” (PSST), com o propósito de, tendo como ponto de partida os locais de trabalho, monitorar as formas de organização e condições de trabalho para agir, simultaneamente, de forma preventiva e propositiva nas fontes potencialmente nocivas à saúde, afirmando e validando as formas de luta eventualmente já em curso.

Pensamos que privilegiar tal perspectiva de formação, atravessada pelo projeto da Ergonomia (que busca conciliar critérios de eficácia e qualidade, saúde e segurança), colabora para a abertura de um diálogo com os modos predominantes de se pensar a formação (frequentemente denominados sob a rubrica de Treinamento & Desenvolvimento), especialmente presente em determinada vertente da Psicologia Organizacional e do Trabalho. (BORGES-ANDRADE; ABBAD; MOURÃO, 2006). Ao explicitar a indissociabilidade entre o desenvolvimento de competências em situação, transformação do trabalho e conquista da saúde, possibilita-se a abertura de novos encaminhamentos para as estratégias de formação de trabalhadores, notadamente direcionados para o fortalecimento de sua capacidade normativa. Assim, uma intervenção formativa potencializaria o engajamento na luta pela saúde e afirmação da vida, mesmo que tal questão não tenha sido formalmente formulada em demandas iniciais.

Considerações finais

Ao adotarmos como ponto de reflexão a relação entre formação e Ergonomia da Atividade, visamos nos beneficiar de algumas das contribuições desta última para a elaboração de ações formativas, entendendo-as como mais uma via para a expansão das possibilidades de transformação das situações de trabalho que contemplem e afirmem a saúde dos trabalhadores.

Diante do desafio de superar a visão de “forma-t-ação”, vigente principalmente em grande parte dos programas de formação profissional, e as dificuldades em garantir a sustentabilidade da ação ergonômica, as propostas de articulação entre formação e ação ergonômica destacam-se como um patrimônio importante para o desenvolvimento de abordagens, como o “paradigma de formação de atores na e pela análise do trabalho, para e pela ação”, conforme apresentado.

A partir de novos diálogos conceituais, notadamente inscritos nas contribuições da Ergonomia da Atividade, esse paradigma favorece o alargamento da discussão em torno da questão da participação dos trabalhadores em intervenções que almejam a (trans)formação do/no trabalho e a conquista da saúde.

O reconhecimento do protagonismo dos trabalhadores e sua capacidade de produção de saberes se coloca como um posicionamento ético e epistemológico, o que implica por conduzir os “formadores” a um lugar menos central nos dispositivos de formação, apresentando-se mais como mediadores e mobilizadores de análises do que como “transmissores” de conhecimento. Como

vimos, tem-se esta como uma questão chave, já que tal perspectiva de *formação* compreende o trabalhador como um sujeito competente, ativo e reflexivo, detentor de um ponto de vista, de um projeto e de uma especialização própria adquirida pela experiência individual e coletiva.

A ênfase recai, portanto, na exigência de a formação criar oportunidades para o desenvolvimento e debate dessas competências entre trabalhadores de diferentes categorias profissionais e formadores, num processo de coaprendizagem que pode conduzir de forma mais ampla à transformação da compreensão acerca do trabalho, irrigando diferentes relações e diferentes projetos de ação sobre as formas de organização e condições de trabalho.

Por fim, adotarmos o olhar atento e situado acerca da atividade de trabalho, a partir da interlocução com aqueles que protagonizam tais situações é considerar que o trabalho, assim como a vida, apresenta-se em constante mutação e que esse deve ser o fio condutor para orientar ações de formação, pesquisa e intervenção.

Referências

- BERTHELETTE, D.; LACOMBLEZ, M.; TEIGER, C. La conception de programmes de formation à et par l'analyse du travail: réflexions sur des travaux en cours em ergonomie, psychologie du travail et en recherche évaluative. *Deuxièmes Journées Recherche et Ergonomie*. Toulouse: Université Toulouse le Mirail, 1998. p. 123-130.
- BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G. S.; MOURÃO, L. (Org.). *Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho*: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CANGUILHEM, G. (Org.). A saúde: conceito vulgar e questão filosófica. In: _____. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 35-48.
- CHAMPY-REMOUSSENARD, P. Les théories de l'activité entre travail et formation. *Savoirs*, v. 2, n. 8, p. 9-50, 2005.
- COSTA, C.; SILVA, C. Análise do trabalho, formação contextualizada e ação de transformação das condições de trabalho no sector de saneamento de um serviço municipal. *Laboreal*, v. 6, n. 2, p. 27-46, 2010.
- COUTAREL, F. et al. Orientações para a avaliação das intervenções visando a prevenção dos problemas músculo-esqueléticos ligados ao trabalho. *Laboreal*, v. 5, n. 2, p. 95-108, 2009.
- CRU, D.; DEJOURS, C. Saberes de prudência nas profissões da construção civil: nova contribuição da Psicologia do Trabalho à análise da prevenção de acidentes na construção civil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 15, n. 59, p. 30-34, 1987.
- CZERESNIA, D. *Os sentidos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- DANIELLOU, F. (Org.). Introdução: questões epistemológicas acerca da Ergonomia. In: _____. *A Ergonomia em busca de seus princípios*: debates epistemológicos. São Paulo: Edgar Blucher, 2004. p. 1-18.
- DE KEYSER, V. Works analysis in French language ergonomics: origins and current research trends. *Ergonomics*, v. 34, n. 6, p. 653-669, 1991.

- DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, H. (Org.). *Sobre o 'modelo' japonês*. São Paulo: EdUSP, 1995. p. 281-309.
- DEJOURS, C. *Trabalho vivo*. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- DELGOULET, C.; VIDAL-GOMEL, C. O desenvolvimento das competências: uma condição para a construção da saúde e do desempenho no trabalho. In: FALZON, P. (Org.). *Ergonomia construtiva*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 35-54.
- FALZON, P. (Org.). *Ergonomia*. São Paulo: Edgar Blucher, 2007.
- FALZON, P. (Org.). *Ergonomia construtiva*. São Paulo: Blucher, 2016.
- FALZON, P.; TEIGER, C. Ergonomia e formação. In: CARRÉ, P.; CASPAR, P. (Org.). *Tratado das ciências e das técnicas da formação*. Lisboa: Piaget, 2001. p.161-178.
- FAVERGE, J.-M.; LEPLAT, J.; GUIQUET, B. *L'adaptation de la machine à l'homme*. Paris: PUF, 1958.
- GUÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgar Blücher, 2012.
- LACOMBLEZ, M. et al. Marianne Lacomblez e a construção de uma Psicologia da Atividade de Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 19, n. 1, p. 121-133, 2016.
- LACOMBLEZ, M.; TEIGER, C. Ergonomia, formações e transformações. In: FALZON, P. (Org.). *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007. p. 587-601.
- LACOMBLEZ, M.; TEIGER, C.; VASCONCELOS, R. A Ergonomia e o “paradigma da formação dos atores”: uma parceria formadora com os protagonistas do trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). *Métodos de pesquisa e intervenção em Psicologia do trabalho: clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014. p.159-183.
- LACOMBLEZ, M.; VASCONCELOS, R. Análise ergonômica da actividade, formação e transformação do trabalho: opções para um desenvolvimento durável. *Laboreal*, v. 5, n. 1, p. 53-60, 2009.
- LAVILLE, A. *Ergonomia*. São Paulo: EPU, 1977.
- LEPLAT, J. Analyse du travail et formation. *Bulletin du CERP*, v. 4, n. 4, p. 393-409, 1955.
- LEPLAT, J. Quelques aspects de la complexité en ergonomie. In: DANIELLOU, F. (Org.). *L'ergonomie en quête de ses principes*. Toulouse: Octarès, 1996. p. 57-76.
- MUNIZ, H. et al. Ivar Oddone e a sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 38, n. 128, p. 280-291, 2013.
- ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1981.
- OMBREDANE, A.; FAVERGE, J. *L'analyse du travail: facteur d'économie humaine et de productivité*. Paris: PUF, 1955.
- PETIT, J. A intervenção ergonômica como dinâmica de aprendizagem: estudo de caso. *Laboreal*, v. 4, n. 2, p. 37-46, 2008.
- SCHWARTZ, Y. De l'inconfort intellectuel, ou: comment penser les activités humaines? In: COURTS-SALIES, P. (Org.). *La liberté du travail*. Paris: Syllepse, 1995. p. 99-149.
- SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Educação & Sociedade*, v. 19, n. 65, p. 101-140, 1998.
- SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho e Educação*, n. 7, p. 38-46, jul/dez 2000.
- SCHWARTZ, Y. Anexo ao capítulo 7. Uso de si e competência: exposição de Yves Schwartz e comentários sobre os esquemas 5, 6 e 7. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 205-221.
- SCHWARTZ, Y.; ABDERRAHMAN, F.; ADRIANO, R. Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 10-22, 2008.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2010.
- SILVA, E. et al. A promoção da saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experiência com trabalhadores de escolas públicas. *Interface (Botucatu)*, v. 13, n. 30, p. 107-119, 2009.
- TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. L'ergonomie et la transformation du travail et/ou des personnes (1). *Education Permanente*, v. 165, p. 9-28, 2005.
- TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. L'ergonomie et la transformation du travail et/ou des personnes (2). *Education Permanente*, v. 166, p. 9-28, 2006.
- TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. (Org.). *(Se) Former pour transformer le travail: dynamiques de constructions d'une analyse critique du travail*. Laval: Presses de l'Université Laval, 2013. p. 764. Collection Santé et sécurité du travail.
- TEIGER, C.; LAVILLE, A. L'apprentissage de l'analyse ergonomique du travail, outil d'une formation pour l'action. *Travail et emploi*, v. 1, n. 47, p. 53-62, 1991.
- TEIGER, C.; LAVILLE, A.; DURAFFOURG, J. Trinta anos depois: reflexão sobre uma história das relações entre pesquisa em ergonomia e ação sindical na França (o caso das operárias do setor eletrônico entre 1965 e 1975). In: FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 135-160.
- TEIGER, C.; MONTREUIL, S. The foundations and contributions of ergonomic work analysis in training programmes. *Safety Science*, v. 23, n. 213, p. 81-95, 1996.
- VASCONCELOS, R. *O papel do psicólogo do trabalho e a tripolaridade dinâmica dos processos de transformação: contributo para a promoção da segurança e saúde no trabalho*. 2008. Tese (Doutorado)-Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2008.
- VASCONCELOS, R.; LACOMBLEZ, M. Entre a auto-análise do trabalho e o trabalho de auto-análise: desenvolvimento para a psicologia do trabalho a partir da promoção da segurança e saúde no trabalho. In: FIGUEIREDO, M., et al. (Org.). *Labirintos do trabalho*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.161-187.
- VIDAL, M. *Guia para análise ergonômica do trabalho (AET) na empresa: uma metodologia realista, ordenada e sistemática*. Rio de Janeiro: EVC, 2003.

VOGEL, L. A atualidade do modelo operário italiano nas lutas pela saúde no trabalho. *Laboreal*, v. 12, n. 2, p. 10-17, 2016.

WEILL-FASSINA, A.; RABARDEL, P.; DUBOIS, D. (Org.). *Représentations pour l'action*. Toulouse: Octarès, 1993.

WISNER, A. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro, 1994.

WISNER, A. Questões epistemológicas em Ergonomia e em análise do trabalho. In: DANIELLOU, F. (Org.). *A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004. p. 29-56.

Recebido em: 3 de junho de 2017

Aceito em: 23 de janeiro de 2018

Formação, saúde mental e trabalho: um patrimônio e uma estratégia*

Wladimir Ferreira Souza,^{Orcid, I. ★★} Jussara Cruz de Brito,^{Orcid, II} Milton Raimundo Cidreira de Athayde^{Orcid, I}

^I Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo propõe-se a tratar da formação no campo da Saúde do Trabalhador, com foco nas relações entre Saúde Mental e Trabalho, buscando colaborar para o desenvolvimento da orientação clínica do trabalho. Considera-se a pertinência de um processo de formação continuada que opere efetivamente de acordo com o patrimônio da Psicologia da Atividade de Trabalho e da démarche ergológica, envolvendo diferentes tipos de atores e organizações, a partir de questões que emergem das situações de trabalho. Apresenta-se uma estratégia empreendida, privilegiando as contribuições da abordagem Psicodinâmica do Trabalho (PdT), uma vez que se trata de uma referência incontornável para a análise das relações entre o trabalho, os processos de subjetivação e a saúde mental.

Palavras-chave: formação; saúde mental e trabalho; atividade; ergologia.

Training, mental health and work: a patrimony and a strategy

Abstract

This paper proposes to deal with training in the area of Worker's Health, focusing on the relationship between Mental Health and Work, seeking to collaborate in the development of the clinical orientation of work. It is considered the pertinence of a process of continuous training that operates effectively according to the patrimony of Psychology of Work Activity and the ergologic démarche, involving different types of actors and organizations, from issues that emerge from the work situations. We present an undertaken strategy, favoring the contributions of the approach Psychodynamics of Work (PdT), since it is an inexorably reference for the analysis of the relations among work, subjectivation processes and mental health.

Keywords: training; mental health and work; activity; ergology.

Introdução

Considerando o quadro alarmante que persevera no Brasil no que tange à saúde dos trabalhadores¹ e sua segurança no trabalho, o esforço de prevenção de adoecimentos e promoção da saúde coloca em destaque tanto a questão da formação de profissionais que atuam neste campo, quanto as ações de formação que esses desenvolvem, e que são dirigidas à população. O presente artigo busca colaborar para a discussão da questão da formação no campo da Saúde do Trabalhador, com foco nas relações entre Saúde Mental e Trabalho (SM&T). Inicia-se com um breve percurso histórico sobre a Formação Profissional. Depois, apresenta-se a questão principal e o campo de análise e intervenção em que esta se situa para, em seguida, empreender-se uma discussão teórico-metodológica com base no patrimônio da Psicologia da Atividade de Trabalho e da démarche ergológica (e abordagens clínicas do trabalho afins), afirmando-se sua relevância em um processo de formação continuada sobre o foco apontado. Nesse sentido, apresenta-se uma estratégia de formação que envolve diferentes tipos de atores (profissionais e estudantes) que vem sendo desenvolvida no âmbito da chamada “extensão universitária”. O artigo busca colaborar para o desenvolvimento da orientação clínica do trabalho (que explora pistas para além

da presença de indícios psicopatológicos) na proposição de ações de formação em SM&T no campo da Saúde do Trabalhador, privilegiando-se as contribuições da abordagem Psicodinâmica do Trabalho (PdT).

A formação profissional: breve percurso histórico

A Formação Profissional tem sua própria história, sendo fortemente relacionada com o movimento sócio-econômico e político. Lacomblez (2001) explora o tema, inicialmente registrando que, conforme Polanyi (1983), um duplo movimento pode ser visto, a partir do final do século XIX, na história dos países industrializados, configurando “dois tipos de orientação na gestão dos interesses do Estado” (LACOMBLEZ, 2001, p. 544). Um, subordinado aos interesses do mercado capitalista, entendendo o trabalho estreitamente limitado, como “capital humano”. O outro tem como meta limitar os efeitos do primeiro, promovendo os “interesses sociais vitais”.

Em seguida, a autora mobiliza a Teoria da Regulação (BOYER, 1986) para compreender os ciclos de expansão e crise do desenvolvimento capitalista, em suas relações com diferentes paradigmas de Formação. Segundo a teoria citada, três formas de relação salarial teriam ocorrido até o final do século XX, revelando no local de trabalho três diferentes modos de regulação: o primeiro, de tipo concorrencial; o segundo, marcado pelo Taylorismo, reforçando a divisão técnica e social do trabalho; e em seguida, o modo de regulação Fordista, que buscava gerar forte elevação da produção e consumo de massa.

A crise deste terceiro modo de regulação marcou a segunda metade do século XX, engendrando-se outro modo de regulação (“pós-fordista”, “neo-fordista”?),

* Este artigo foi elaborado durante o pós-doutoramento do primeiro autor, com supervisão da segunda autora, no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. O terceiro autor participou da experiência de Extensão e da elaboração do texto.

★★ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia Social e Institucional. Rua São Francisco Xavier, 524 - 10º andar - Instituto de Psicologia - Maracanã, Rio de Janeiro, RJ - Brasil. CEP: souzalandi@uol.com.br, jussara@ensp.fiocruz.br, athayde.milton@gmail.com.

¹ Apesar da relevância das questões referentes às relações sociais de sexo, elas não foram exploradas no presente texto.



com forte investimento em inovações tecnológicas e organizacionais (um novo “sistema de máquinas”), mais “flexíveis”. Tem-se então uma nova articulação entre Formação e atividades profissionais inovadas (exigidas pelas mudanças tecnológicas e organizacionais), exigentes de conhecimento e experiência, configurando-se um cenário que demandava formas de participação dos trabalhadores. Foi neste contexto que as contribuições da Análise Ergonômica do Trabalho (BÉGUIN, 1998) e da Psicologia da Cognição (SAVOYANT, 1996) foram sendo incorporadas e desenvolvidas, e em seguida (anos 1990) a Didática Profissional (PASTRÉ; MAYEN; VERGNAUD, 2006; PASTRÉ, 1997).

Por fim, para analisar os processos pelos quais vêm passando os diferentes modos de pensar e realizar a formação de adultos, Santos e Lacomblez (2001/2002) mobilizam a análise de Jobert (2000), na qual o autor faz uso de três metáforas. A primeira sinaliza o modo de pensar e realizar a formação que é ainda hegemônico – “saber como armazenamento”. Nele, entende-se o formando como memória armazenada e o profissional de formação como fornecedor de dados, paradigma considerado desencarnado e a-histórico. A segunda metáfora – “saber como ação” – remete ao que se estabelece a partir da provocação gerada pela distinção entre “trabalho prescrito” e “trabalho real”, estando seu foco na intervenção que visa à transformação do meio de trabalho, do profissional de formação se esperando que colabore para criar as condições que viabilizem o desenvolvimento de competência. De sua evolução emerge a terceira metáfora – “formação como desenvolvimento” – caracterizando um paradigma que não só busca mudanças nas situações de trabalho, como também a transformação dos protagonistas do trabalho (e dos profissionais de formação), tanto no sentido pessoal quanto profissional. Neste amplo e rico patrimônio, a experiência de formação encaminhada na extensão universitária que apresentaremos neste artigo situa-se, a nosso ver, no último paradigma.

O histórico desta processualidade encontra-se brilhantemente apresentado em livro coordenado por Teiger e Lacomblez (2013), para o qual remetemos os leitores. Nele tem destaque o paradigma (construído a partir dos anos 1960-70) que denominam “Formação dos atores na e pela análise do trabalho, pela e para a ação”, visando ao compartilhamento de saberes e à construção conjunta de conhecimentos úteis às necessárias e desejadas mudanças no trabalho. A experiência de formação aqui apresentada o tem como horizonte referencial, implementando-se apenas o que foi possível no momento atual, neste contexto específico.

Quanto às relações entre saúde mental e trabalho, a discussão atual no Brasil – seja no campo mais geral da Saúde do Trabalhador - ST (ATHAYDE, M.; SOUZA, 2015; MINAYO-GOMEZ; MACHADO; PENA; 2011), seja quando a ênfase encontra-se nas relações entre os processos de trabalho e subjetividade / saúde mental – vem sendo objeto de interesse dos autores do presente texto, em suas diferentes inserções e experiências profissionais

(RAMMINGER; ATHAYDE, M.; BRITO, 2013; SOUZA, 2013; MASSON; BRITO; ATHAYDE, M., 2011; ATHAYDE, M., 2011; ATHAYDE, M.; BRITO, 2011).

No interior do campo da ST diferentes denominações vêm sendo dadas quando o foco está nas referidas relações. Alguns autores (SELIGMANN-SILVA, 2011; PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011) a designam por “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”,² outros, “Saúde Mental e Trabalho” (ATHAYDE, M., 2011; LIMA, 2013). Optamos, no artigo, pelo uso da expressão Saúde Mental e Trabalho (SM&T).

A questão principal e seus delineamentos

Com base em nossas pesquisas (SUPRANI; ATHAYDE, V.; ATHAYDE, M., 2015; SOUZA, 2013; ATHAYDE, M., 2011; ATHAYDE, M. et al., 2010), consideramos que existem limites no espectro dos chamados “transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho”, dado seu caráter redutor ao psicopatológico e à ênfase exclusiva no impacto ao qual o trabalhador passivamente sofreria. Assim, perguntamos: como contribuir para a formação no campo da ST avançando em direção a uma lógica de compreensão mais dinâmica das relações entre saúde (mental) e trabalho, aquela que não se limita à (necessária, mas não suficiente) detecção e denúncia dos “impactos” nocivos, geradores de um quadro em que passivamente os trabalhadores atingidos experimentaríamos transtornos mentais graves? Como contribuir para incorporar e desenvolver, no campo da ST, uma concepção mais psicodinâmica dessas relações? Partimos da premissa de que um passo importante poderia ser dado por meio de uma estratégia que visasse à construção e à consolidação de um processo de formação continuada que operasse efetivamente de acordo com o patrimônio da Psicologia da Atividade de Trabalho (LACOMBLEZ et al., 2016; TEIGER; LACOMBLEZ, 2013) e da *démarche* ergológica (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010; SCHWARTZ, 2000; ATHAYDE, M.; SOUZA; BRITO, 2014), envolvendo diferentes tipos de atores e organismos, a partir das situações de trabalho e das questões que lhes são pertinentes (SILVA et al., 2009). Antes de apresentarmos a estratégia que elaboramos e implementamos, cabe destacar a perspectiva histórica, o patrimônio teórico e metodológico e alguns dos conceitos fundamentais que a balizam.

Discussão teórico-metodológica: patrimônio, caixa de ferramentas e conceitos fundamentais

De acordo com Athayde, M. e Souza (2015), a expressão “Saúde do Trabalhador” (ST) pode ser entendida como um conceito, mas também como um modelo de pensar-agir:

Designa, então, um campo de conhecimento e intervenção no âmbito das políticas públicas, envolvendo uma rede de relações entre diferentes posições em luta que se desenvolvem no interior da saúde coletiva e que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre o trabalho e a saúde. Seu foco está nas mudanças nos processos de trabalho,

²Concordamos com Seligmann-Silva (2011) quando afirma que a unicidade corpórea torna saúde geral e mental indissociáveis. Esta é também a posição de Athayde, M. (2011). Dessa forma, em alguns trechos o termo “mental” aparecerá entre aspas ou entre parênteses para denotar essa indissociabilidade.

contemplando as relações saúde-trabalho em toda sua complexidade, via atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersectorial (ATHAYDE, M.; SOUZA, 2015, p. 599).

Uma das conquistas neste campo foi que a execução das ações voltadas para a saúde dos trabalhadores tornou-se uma atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS), com prescrição na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988/2008).

Tais lutas e vitórias consolidaram-se em leis e portarias. A Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990) regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde e, em consonância com o artigo 200 da Constituição Federal, inclui no campo de atuação do SUS a execução de ações de saúde do trabalhador. As Portarias nº 2.728/2009 e nº 1.823/2012 (BRASIL, 2009, 2012) dispõem sobre a implantação dos Programas de Saúde do Trabalhador (PST), dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nos estados e municípios, e da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). Os CERESTs (dispositivos estratégicos para a consolidação da RENAST) podem ser de âmbito estadual, regional ou municipal. O CEREST com o qual mantemos interlocução é de abrangência regional, compreendendo quatro municípios.

Cabe a ele, entre outras atribuições, desempenhar as funções de suporte técnico, de educação permanente, de coordenação de projetos de promoção, vigilância e assistência à saúde dos trabalhadores, no âmbito de sua área de abrangência (BRASIL, 2012).

Contudo, no que se refere às relações entre saúde mental e trabalho encontram-se dificuldades específicas, tendo em vista que essa problemática geralmente não ganha efetiva visibilidade e reconhecimento (NEVES; BRITO; ATHAYDE, M., 2010). Já Souza, Rodrigues e Santos (2014) detectaram outro problema ao analisarem publicações do Conselho Federal de Psicologia (CREPOP/CFP, 2008; CFP, 2010). Nelas constata-se que a formação dos psicólogos (salvo exceções) não contempla de modo suficiente uma abordagem crítica que considere o vínculo entre os processos de trabalho e subjetivação, a gestão e formas de gerenciamento e a ocorrência de casos de sofrimento psíquico patogênico ou mesmo de adoecimento mental constatado. Assim, muitos profissionais negligenciam a presença desta problemática em suas práticas e, em muitos casos, a individualizam, pondo destaque na psicopatologia estrito senso, ou nos chamados “riscos psicossociais”, neste caso em seu limitado referencial, como entendem Dejours (2012) e Clot (2010).

No campo social mais amplo pode-se verificar que a minimização e até mesmo a negligência em torno da importância do que está em foco apontam não só para a necessidade e premência de formação mais específica na graduação em Psicologia, como de socialização, explanação e discussão dessa temática com diversos atores sociais, para além do âmbito acadêmico, o que impõe a investigação acerca dos fatores que contribuem para que

uma visão reducionista da saúde e do trabalho persista e esteja presente em grande parte das análises e propostas de formação e/ou de pesquisa↔intervenção.

Podemos tomar como exemplo o que traz Brito (2015), ao analisar um número significativo de monografias do Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Presencial e EAD) ministrado pela Escola Nacional de Saúde Pública (Fundação Oswaldo Cruz-RJ), apresentadas em 2012, 2013 e 2014. A autora buscou qualificar as 451 monografias analisadas no que tange a alguns de seus aspectos quantitativos e qualitativos. Entre outras constatações, seu estudo revelou que no conjunto das monografias que privilegiaram o olhar sobre Saúde Mental e Trabalho, os principais subtemas tratados foram: transtornos mentais; estresse e *burnout*; assédio moral. Enfim, a autora conclui:

Pode-se dizer que o conjunto dos trabalhos visou à notificação de casos e a comprovação de nexos causais. Merece registro o fato de que a categoria ‘sofrimento’ foi empregada de forma tangencial em poucos estudos. Na verdade, toda a complexa dinâmica trabalho-subjetividade não foi, em geral, considerada nessas monografias, diminuindo a capacidade de compreensão dos problemas vinculados (BRITO, 2015, p. 32, grifo da autora).

Entendemos que as constatações do estudo revelam o que ocorre em um quadro mais amplo em nosso país, no que tange à SM&T. Muito frequentemente põe-se a ênfase na necessidade do estabelecimento do nexo causal dos chamados “transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho”, conforme a denominação oficialmente reconhecida pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Previdência Social do Brasil. Contudo, ao se privilegiar esse necessário eixo de análise, muitas vezes deixa-se de destacar outros aspectos do trabalho que não levam ao adoecimento mental e sim à produção de sentido, ao prazer, ao desenvolvimento individual e coletivo, conforme assinalam Clot (2011) e Souza (2013), por exemplo. Decerto tem contribuído para esse quadro a persistente negligência de que o trabalhar envolve uma intensa mobilização subjetiva. Conforme a abordagem Psicodinâmica do Trabalho (PdT), nesse processo vivencia-se um sofrimento psíquico (DEJOURS, 1988) que pode sim tornar-se patogênico, mas não necessariamente. Pode ele ser capaz de tomar outro rumo, em direção à criatividade e prazer, colaborando para a realização de si (DEJOURS, 2012), na perspectiva da saúde. Entende-se então que “*o trabalhar*” – enquanto atividade individual e coletiva – é fundamental para a vida dos humanos (é constitutivo da espécie e estruturante de seu psiquismo) e jamais é neutro em relação à saúde.

Para Théry (2006) algumas abordagens têm contribuído para que se imponha uma representação fatalista do sofrimento no trabalho. Contrário a essa representação, o autor reconhece que os sofrimentos patogênicos e as patologias estão presentes nas histórias dos sujeitos no trabalho, sem dúvida, mas destaca que é necessário passar da constatação ao combate; da análise ao engajamento; da solidão à ação coletiva; de uma vitimização estéril à dignida-

de resgatada. Caso contrário, é grande o risco de confinar os sujeitos que trabalham a uma comunidade de vítimas passivas, ideia tão alienante quanto o sofrimento pode ser.

Na discussão aqui proposta, o conceito de sofrimento psíquico³ reveste-se de grande importância. Dado não haver consenso em seu uso na comunidade científica, o debate sobre seu reconhecimento no trabalho é complexo, não ocorrendo sem dificuldades e controvérsias, conforme será exposto adiante.

De acordo com Guérin et al. (2001), a atividade de trabalho é o elemento central que organiza e estrutura os componentes da situação de trabalho, representando a maneira como aqueles que trabalham alcançam os objetivos que lhes foram designados. Isto é, representa a maneira como os resultados do trabalho são obtidos e os meios utilizados.

No entanto, os autores – referências da Ergonomia da Atividade – destacam que existem, de fato, pontos de vista diferentes sobre as situações de trabalho em toda organização, e estes precisam ser contrastados. Da confrontação entre o ponto de vista da atividade e outros pontos de vista (como o dos resultados, o da comercialização, das condições de produção, e mesmo o sindical) resultará a evolução das situações de trabalho. O ponto de vista da atividade de trabalho não se traduz de forma estruturada nas organizações,⁴ embora seja a compreensão da atividade que permite a transformação do trabalho, no entender dos autores. Portanto, uma leitura crítica do funcionamento da organização tem como ponto de partida a maneira pela qual os operadores efetivamente realizam o trabalho que lhes foi prescrito.

Do ponto de vista epistemológico, Schwartz (2004, p. 142) propõe-se a investigar “em que medida a ergonomia seja hoje, talvez, uma propedêutica à epistemologia”. E em seguida (SCHWARTZ, 2004, p. 144), colocando em prática sua proposta de análise sinérgica entre saberes, entre disciplinas e mesmo entre abordagens em seu interior, afirma que “o conceito de ‘sofrimento no trabalho’ é uma verdadeira conquista [...] graças aos avanços da psicodinâmica do trabalho”. Conforme esta *démarche* ergológica, Brito e Athayde, M. (2003) afirmam ser preciso ir adiante em relação àquela descoberta da Ergonomia da Atividade, ampliando o conceito de atividade de trabalho, distinguindo realidade e real do trabalho (DEJOURS, 2012), ou atividade realizada e real da atividade (CLOT, 2010).

Conforme Athayde, M. (2011), é consensual que, na formação social brasileira, pululam as possibilidades e casos concretos de adoecimento e acidentes de trabalho, sendo absolutamente necessário denunciar tal nocividade. Não obstante, o perigo certamente persistirá, a seu ver, caso não se compreenda que a denúncia é sim uma ação necessária, mas não suficiente. A crítica pura e simples tem se revelado parcial e redutora, contendo o risco de

³ Registramos a não existência de consenso no uso deste vocábulo na comunidade científica. Alguns autores até mesmo o têm usado como uma noção do senso comum. Do ponto de vista conceitual, acompanhamos o sentido que tem dado Dejours (1988, 2004, 2012) em sua obra, no interior da abordagem Psicodinâmica do Trabalho, como capacidade de ser afetado pelas experiências vividas.

⁴ Com frequência ele está ausente, negado ou subordinado, mesmo pelo ponto de vista sindical. Ele tem que ser construído/constituído, para o que uma intervenção do psicólogo pode muito contribuir.

basear-se em um referencial que simplifica a questão, tornando-se um fardo que age na prática como obstáculo epistemológico na busca de melhor compreender↔transformar. Enfim, reitera a nobreza da experiência-trabalho, pois foi através dela que se constituiu a espécie humana e estruturou-se/estruturou-se/desestruturou-se a vida psíquica.

Nesse sentido, o referido autor vem propondo uma ampla e necessária discussão, focando seu texto na interrogação sobre o ‘mental’ presente no trabalhar, buscando também fazer considerações sobre a incorporação dos protagonistas do trabalho em análise no processo de pesquisa↔intervenção, por entender que persistem resistências a essa participação efetiva. Reiteramos aqui a relevância de uma “coanálise”, conforme a *démarche* ergológica (com o Dispositivo Dinâmico de Três Polos - DD3P e os Encontros sobre o Trabalho), na linhagem da Ergonomia da Atividade (formas de confrontação) e do Modelo Operário Italiano de produção de conhecimento e luta pela saúde - MOI, explorada pela PdT e pela Clínica da Atividade.

Em nosso entendimento, especialmente a abordagem Psicodinâmica do Trabalho (PdT) tem se apresentado como uma referência incontornável no que tange à análise das relações entre o trabalho, os processos de subjetivação e a saúde mental. Dejours (2004, p. 27) afirma que trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o que será objetivamente realizado, dando então relevo ao que conceitua por “real do trabalho”, considerando que este “sempre se manifesta afetivamente para o sujeito, aí se estabelece uma relação primordial de sofrimento, experimentada pelo sujeito, corporificada”.

O fato de o trabalho (como a vida) gerar uma experiência (“pática”), sempre singular – que conceitua usando o vocábulo sofrimento psíquico –, poder tomar um rumo seja patogênico ou criativo/prazeroso/estruturante, depende de uma (psico)dinâmica complexa, cujo resultado jamais é dado de antemão. Nesse sentido, o referido conceito busca dar conta da relação, do fenômeno de proteção da subjetividade com relação ao mundo, na busca de meios para sobre ele agir, visando a encontrar o melhor destino para o sofrimento vivido e a superação da resistência do real. Enfim, para Dejours (2004), o sofrimento – que antecede o trabalho na experiência humana, pois ele é primeiro, “não é o trabalho que causa sofrimento” (MOLINIER, 2013, p. 80) – está na origem da inteligência no trabalho, inteligência esta que parte em busca do mundo para se colocar à prova.

O sofrimento psíquico no trabalho vai se manifestar em um indivíduo/sujeito singular corporificado, mais precisamente no que Dejours (1991, 2004) chama de “segundo corpo” (para além do biológico), o corpo (subjetivo) que cada um de nós habita, que se experimenta afetivamente, que está engajado na relação com o outro.

Não obstante todo o referencial epistemológico e teórico-metodológico-técnico disponível, parcialmente aqui explorado, são grandes e diversos os desafios e as fragilidades persistentes. Entende-se que uma estratégia de Formação continuada de profissionais de saúde e de

futuros profissionais de Psicologia para cuidar de quem trabalha (como no caso explorado no referido projeto de extensão universitária), deve necessariamente incluir informações e gerar conhecimento para “cuidar do trabalho” (ATHAYDE, M.; SOUZA, 2015), na linha de uma Clínica do Trabalho (CLOT; LHUILIER, 2010), não se restringindo a um trabalhador específico. De forma que o sofrimento no trabalho, compreendido em sua esfera relacional, não tome o rumo patogênico, adoecedor. Deve-se desafiar a lógica perversa que conduz o trabalho a se tornar e/ou ser visto inexoravelmente como um fator desestruturante (para alguns, ao menos até que se elimine o capitalismo...) e não um fator de equilíbrio, ou um “operador de saúde” (CLOT, 2011).

Vamos agora apresentar o processo formativo que, enquanto extensão universitária, vem tendo a participação de diversos tipos de atores e organizações – não apenas os profissionais de saúde ligados à abrangência do referido CEREST. Com foco nas relações entre saúde (mental) e trabalho, ele é inspirado no patrimônio que envolve a Psicologia da Atividade de Trabalho e outras abordagens disciplinares – como a Ergonomia da Atividade, que alimenta essa Psicologia – e que tem também conformidade com a estratégia proposta pela Ergologia, na linha do que Durrive (2010a) denomina “ergoformação”.

Contribuições da Ergologia para a Formação em Saúde do Trabalhador: a “Ergoformação”

Vimos experimentando em nossas pesquisas↔intervenções um encaminhamento epistêmico e metodológico que tem o ponto de vista da atividade como operador transversal (BRITO, 2011), incorporando diferentes influências de métodos e técnicas de algumas outras ciências que têm o trabalho como objeto.

Souza e Christo (2015) assinalam que foi a partir das experimentações do Modelo Operário Italiano de luta pela saúde e produção de conhecimento (MOI) – onde se verifica a proposição de um dispositivo de coprodução de conhecimento sobre o trabalho envolvendo os protagonistas da atividade e os profissionais dos conceitos – que Schwartz (2004) propôs, a partir da década de 1990, um regime de produção de saberes e transformações que denominou “dispositivo dinâmico de três polos” (DD3P), como uma consequência direta da ideia de renormatização na atividade, cujo fundamento encontrou na filosofia da vida de Canguilhem (2000). O DD3P foi proposto buscando superar limites e contradições presentes no que se denominou “Comunidade Científica Ampliada” no MOI.

Considerando que o ponto de vista da atividade e o DD3P nos permitem refletir sobre as atividades (quaisquer que sejam, em quaisquer circunstâncias que se queira produzir ou difundir saberes sobre a atividade humana), temos caminhado no sentido da construção de um dispositivo de formação continuada, visando à criação de meios para, através do diálogo intersaberes, produzir conhecimento e promover/produzir saúde (mental), na perspectiva do compreender↔transformar o trabalho. A estratégia empregada tem forte afinidade com o “Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas” (BRI-

TO; ATHAYDE, M.; NEVES, 2003a, 2003b; NEVES; BRITO; ATHAYDE, M., 2010), outra configuração do DD3P já encaminhada no Brasil. Uma linhagem que tem os princípios presentes no paradigma rastreado por Teiger e Lacomblez (2013): (a) a formação é vista como um processo de construção de conhecimentos que pode assumir formas diversas, à diferença de uma simples transferência de conhecimentos de especialistas a leigos (não-especialistas); (b) a formação é entendida enquanto processo coletivo e recíproco (“formando, formamo-nos”); (c) ao empreender a análise crítica do trabalho cria-se a possibilidade de um outro olhar sobre o trabalho, percebendo aspectos desconhecidos e concebendo transformações potenciais; (d) os conhecimentos a construir em comum são de ordem teórica, metodológica e estratégica, eles provêm de fontes diversas e são mediatizados pela experiência de cada um, sendo colocados à prova da ação e são objetos de um processo progressivo de formalização; (e) a formação para a análise do trabalho deve possibilitar desenvolver os “saberes-fazer de prudência” e a capacidade de diagnóstico dos elementos nocivos a transformar no trabalho e em seu ambiente; (f) as intervenções conduzidas em meio de trabalho, segundo esses princípios, se inscrevem no campo das *démarches* indutivas e participativas articulando formação, pesquisa, ação.

Nesse caminhar fazemos nossa a indagação de Durrive (2002): o que muda ao conduzirmos um processo de formação em função de uma perspectiva ergológica? No entendimento do autor:

No fundo, um dispositivo com três polos é uma configuração que pode emergir de maneira muito diversa, desde que o encontro entre os saberes, aqueles saídos da experiência e aqueles que são mais formalizados, opere-se num espírito de respeito e de escuta recíproca, bem como com método. O método, segundo meu ponto de vista, consiste em ‘problematizar o mundo’, do mais ‘micro’ ao mais ‘macro’ da vida social (DURRIVE, 2002, p. 27-28).

Traços de uma estratégia de formação: pistas e desafios

Gomes (2014, p. 5) ressalta o necessário diálogo sobre os sentidos e os desafios que perpassam a chamada “extensão universitária”, e aponta um caminho a seguir: “a intensificação da interação dialógica entre saberes e do papel formativo-pedagógico da extensão para os sujeitos envolvidos no processo extensionista”. Destaca que a tendência apontada no Plano Nacional de Educação.

é que a extensão constitua-se como componente curricular obrigatório para todos os discentes o que por sua vez, dialogue com a concepção de que a extensão é essencial para uma formação consistente e referenciada socialmente pela interação dialógica envolvida no processo (GOMES, 2014, p. 5).

Este artigo tem como base empírica um Projeto de Extensão (que compõe o tripé com o ensino e a pesquisa) que vem sendo desenvolvido desde 2014, abordando as relações entre trabalho, gestão e saúde mental, na parceria entre uma Universidade pública e um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do estado do Rio de Janeiro.

A interlocução com o CEREST se deu inicialmente com a direção da Unidade e, posteriormente, em reuniões com o Conselho Gestor do CEREST, formado por profissionais de saúde e “usuários” (membros do Controle Social) do SUS dos quatro municípios da área de abrangência do CEREST, coordenações dos PSTs municipais e a direção do CEREST. Teve a mediação de um dos autores, dado que além de docente universitário (coordenador do Projeto de Extensão citado) é também psicólogo do Centro de Referência mencionado.

A partir de convocações mútuas (os saberes da prática convocando os saberes científicos e vice-versa) deu-se início ao diálogo que resultou na parceria com o referido CEREST. Já, em certa medida, constituía-se naquele momento um dos elementos da estratégia de formação proposta no Projeto, o que colaborou para o início de um processo formativo envolvendo a construção compartilhada de conhecimentos – úteis a transformações – acerca das relações entre SM&T, ampliando-se o número e as inserções profissionais dos trabalhadores interessados.

Nos diálogos estabelecidos com estes identificou-se um problema: por um lado, havia demanda crescente de informação, formação e ação em torno da temática “saúde mental e trabalho”; não obstante, na maioria das vezes que uma solicitação desse tipo era encaminhada a diferentes profissionais ou organismos especializados, ou a demanda ou a oferta (ou ambas) era formulada na lógica clássica da Pedagogia de viés comportamental e da Administração de Recursos Humanos, remetendo ao que tem sido denominado “treinamento” (ou “capacitação”) sobre saúde mental, assim referenciada: “assédio moral”; “estresse laboral”, “transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho”; “qualidade de vida no trabalho”. Tendo seu viés um cunho mais assistencial do que de *formação* (formação pela e para a ação) e de efetiva prevenção e “promoção da saúde a partir das situações de trabalho” (SILVA et al., 2009).

A estratégia definida tem como base o entendimento de que a abordagem das relações entre saúde (mental) e trabalho não deve se restringir às questões como antes nomeadas, tampouco deve ser operada segundo a lógica de transmissão de informação dos especialistas aos potenciais atingidos, “conscientizando-os” dos problemas e dos melhores encaminhamentos previamente estabelecidos.

Assim, optamos – segundo o patrimônio já indicado – por uma estratégia de formação dinâmica e interativa, considerando haver uma via de mão dupla, pois que os coordenadores do processo encontram-se também como “aprendentes” (FREIRE, 2000). Conforme a *démarche* ergológica buscou-se imprimir uma dupla confrontação entre os saberes, em sua mútua ignorância e sapiência, via de regra gerando desconforto intelectual, demandando o exercício de humildade epistemológica (SCHWARTZ, 2002). Por outro lado, segundo a mesma perspectiva, os profissionais de saúde da rede também auferem ganhos na interlocução com outros trabalhadores não especialistas.

Tratando-se de uma estratégia de Formação que respeite a vida e a atividade humana, os eventos programados tendem a fortalecer seu caráter sempre singular. Em alguma medida os eventos apresentam um ineditismo, haja vista que a forma como ocorrem jamais pode ser plenamente prevista, definida de antemão, conhecida antecipadamente. Enfim, considerando as características da Extensão Universitária, buscamos também contemplar na mesma dinâmica do processo os futuros profissionais de Psicologia atuantes como “estagiários”. Além de contemplar, simultaneamente, profissionais de saúde, trabalhadores com diferentes inserções nos mundos do trabalho e os “estagiários”, também participam profissionais em função de gerenciamento e representantes do Controle Social (membros da sociedade civil – sindicatos, associações, organizações não governamentais e outras – que integram os conselhos gestores de políticas públicas. Nesse caso, são os representantes dos Conselhos Municipais de Saúde e do conselho gestor do CEREST). Esse formato contribui para afirmar um princípio de nosso patrimônio epistemológico: as questões que envolvem trabalho e saúde (mental) podem e devem ser encaminhadas em conjunto, dentro do possível. Ao envolver uma rede de atores, a estratégia auxilia na visibilização e compreensão dos problemas e possibilita uma visão mais dinâmica das relações entre saúde mental e trabalho.

Previamente à execução das diferentes modalidades de formação pertinentes com a estratégia procedeu-se à análise da demanda e da sua pertinência, envolvendo parte dos atores citados, com vista à “validação consensual” para sua realização. Entendemos que assim demos mais um passo na ampliação do debate – e da “comunidade ampliada de pesquisa↔intervenção” – CAP-I (ATHAYDE, M.; SOUZA; BRITO, 2014).

Enfim, tal tipo de encaminhamento, na medida em que orientado pela Ergologia (DURRIVE, 2010b), exige a conquista das condições propícias à sinergia entre os dois primeiros polos do DD3P, o que se configura na construção de um terceiro polo (ético-epistêmico), exigindo uma espécie de disciplina intelectual, uma preocupação permanente:

A primeira exigência intelectual é a humildade diante dessa complexidade, para evitar que os saberes ocultos sejam eclipsados na atividade pelos saberes instituídos, os do ofício por exemplo. Em seguida – e é quase uma recíproca – deve-se adotar uma postura de *exigência intelectual, de rigor*, para socialmente dar corpo aos saberes ocultos da atividade (DURRIVE, 2010b, p. 311, grifo do autor).

Com tal orientação, desde 2014 vem sendo implementada uma série de modalidades de formação, como Oficinas, Cursos, Eventos, Encontros e Conversas sobre o Trabalho, assim como Ciclos de Debate. Os temas foram propostos após debates e deliberações com o Conselho Gestor do CEREST. Para garantir a divulgação desse conjunto de ações de formação, são enviadas mensagens por correio eletrônico (*e-mail*) e ofícios aos PSTs e outros setores pertinentes das Secretarias Municipais de Saúde; como também são feitos anúncios verbais em eventos e reuniões; e publicadas notícias no sítio Renast *On-Line* na Internet.

Um dos primeiros desafios com que lidamos foi reunir as condições propícias e os atores interessados para que houvesse desde o início um encontro de caráter dialógico (BAKHTIN, 2008; FREIRE, 2000). A tática inicialmente empregada foi propor uma Oficina (“Dialogando sobre as relações entre Saúde Mental e Trabalho”) que reunisse atores de diferentes inserções – profissionais de saúde, profissionais em função de gerência (ditos “gestores”) e “usuários” (representantes do Controle Social) – no SUS dos quatro municípios abrangidos pelo referido CEREST. Buscou-se empregar ferramentas mais coerentes com a proposta eleita (tanto na linguagem dos textos, nas formas de apresentação e dinâmicas grupais), melhor mobilizando a todos na construção do conhecimento compartilhado.

Na linha dialógica proposta, entendemos que o vivente humano é produtor de textos, tendo o linguagear nobreza para esse vivente, emergindo em destaque a produção de sentido. A atribuição de sentido a um objeto (a uma palavra, a uma informação) não se reduz a uma operação de etiquetagem, sendo o produto de uma relação que cada indivíduo (locutor/interlocutor), a seu modo, constitui.

Neste artigo, em razão do limite de páginas, vamos explorar mais extensamente os achados referentes à atividade mais recentemente realizada, sobretudo pela rica produção de textos que nela ocorreu e por sua importância para a análise da estratégia como um todo. Considerando o processo, entendemos que se tratava do momento oportuno para propor a modalidade de DD3P denominado “Encontro sobre o Trabalho”, envolvendo a análise coletiva sobre o processo de formação, buscando identificar lacunas, retomar conceitos e temas apresentados em atividades anteriores, fazer o levantamento de questões, dificuldades e temas de interesse dos participantes, a tratar naquele evento e em ações futuras. Com esse propósito, realizou-se um Ciclo de Debates denominado “Saúde Mental no Trabalho: o que nós temos a ver com isso?” Este evento destinou-se a profissionais de saúde, “usuários” (membros do Controle Social) e os chamados “gestores” do SUS atuantes nos municípios abrangidos pelo CEREST, e seus respectivos Programas de Saúde do Trabalhador, além de profissionais de outras organizações afins. Cabe ressaltar que desde o título propúnhamos uma convocação para o debate e o compartilhamento de conhecimentos e, ao mesmo tempo, uma provocação, incitamento à reflexão sobre as implicações que cada um tem com a questão da saúde (mental) no trabalho, a sua e a daqueles com quem convive, seja no trabalho, seja em outros ambientes. Buscou-se inicialmente retomar e fortalecer a compreensão sobre alguns temas e conceitos já tratados em atividades anteriores do Projeto, das quais alguns dos inscritos já haviam participado. Buscou-se também favorecer o relato de experiências e promover a produção de conhecimentos por intermédio de um debate sinérgico entre os saberes acadêmicos e os saberes da prática.

O evento ocorreu em duas manhãs, com intervalo de cerca de 40 dias entre o primeiro e o segundo Encontro. Vinte pessoas participaram do primeiro Encontro e onze do segundo (sete das quais estiveram no primeiro). A

maioria eram profissionais da Saúde, mas compareceram também profissionais de outras áreas, como Educação e Comércio. Além destes participaram todos os docentes e discentes, membros da equipe do Projeto. Não havia obrigatoriedade de ter participado do primeiro Encontro para realizar o estudo de campo proposto e comparecer ao segundo Encontro, pois as orientações sobre o método e procedimentos foram enviadas por *e-mail* para todos os possíveis interessados.

No primeiro, iniciou-se com uma curta exposição da Coordenação sobre a temática, explorando em especial o conceito de sofrimento psíquico. Também fez-se a crítica à vitimização do trabalhador, vista como tendência à redução do sujeito trabalhador a vítima passiva do processo produtivo.

A apresentação foi seguida por conversas sobre o assunto em pequenos grupos (acompanhadas por estagiárias que tinham como tarefa manter o foco da discussão, observar e registrar), concluindo-se com a apresentação para todos do que fora discutido, junto com comentários da Coordenação.

Sobre o que entendem por sofrimento, percebemos que alguns participantes revelavam uma recusa inicial para admitir que o conceito de sofrimento poderia ter um sentido para além do patológico. Mas já nas conversas que se seguiram, uma das falas registrou que o sofrimento emerge quando não conseguem realizar “seu” trabalho de forma digna. Ou seja, não seria nocivo o trabalho em si, mas a falta de condição para seu exercício, gerando um quadro em que o trabalhador “tem que se anular”, “frustrando-se”. Outros comentaram o quanto “fatores externos”, como a violência urbana, influenciam na geração de sofrimento.

Quanto às críticas por nós efetuadas à vitimização, alguns insistiram que os trabalhadores seriam sim vítimas dos processos produtivos, no que concerne às relações entre saúde mental e trabalho. Dada a forte assimetria das relações existentes, estariam efetivamente impossibilitados de modificar as condições de vida, trabalho e saúde e as situações que levam ao sofrimento psíquico patológico no trabalho.

Entendendo que viver e trabalhar trazem consigo a experiência de sofrimento, o desafio estaria em saber entender tal sofrimento e conseguir trabalhar da melhor maneira possível.

Quanto às estratégias para não sucumbir, o debate abordou a não separação do trabalho em relação à vida, assinalando-se a importância de diversas estratégias para conseguir relaxar no extra-trabalho (em especial o vínculo com a família). O que se revelava muito difícil, dada a instabilidade no emprego, as condições degradadas de trabalho e o grande atraso dos salários no caso dos servidores públicos no período em que os Encontros foram realizados.

Quanto à dinâmica das conversas, mesmo no pequeno grupo em que houve ciclicamente dispersão, uma forte atenção era retomada quando algum ponto da conversa assumia para eles maior relevância.

Na sequência do debate, identificamos que circulava na conversa a presença de uma lógica causal simples (se *a*, então *b*), binária, um dualismo que não contempla a dinâmica presente nessas situações, anulando o potencial crítico e transformador daquele que trabalha e de sua força enquanto classe social em luta.

Ao final, foi proposto que, para ser apresentado no Encontro seguinte, os participantes deveriam realizar o seguinte exercício: a partir da reflexão sobre o conceito de “sofrimento psíquico” apresentado no primeiro Encontro (quando sinalizamos não haver um consenso a respeito e expusemos como o entendemos), solicitamos que colocassem em análise o que ocorria em seu próprio ambiente de trabalho, se possível conversando com os colegas de trabalho a respeito.

No segundo Encontro os participantes apresentaram seus exercícios (feitos individualmente ou em duplas), entrecortados por comentários da Coordenação (buscando aprofundar o conteúdo dos relatos). A primeira exposição, extensa e muito rica, foi feita por um professor da rede municipal de ensino. Explorou sua experiência como professor e militante sindical, fazendo uma análise geral do que entende como sendo os elementos perturbadores da saúde do professor e como eles influenciam até mesmo na aparência e em seu cuidado pessoal. Sinalizou também a falta de espaço para o diálogo entre os professores e demais funcionários (tema que persistiu nas conversações ao longo do Encontro). Por fim, apontou para a banalização do adoecimento por parte de todos, exemplificando com a ideologia do “preciso trabalhar”. Concluiu essa parte informando uma novidade: diz existirem “pontos de encontro” com professores para troca de experiências, do qual participa, o que considera útil na redução dos danos na saúde dos profissionais.

Passando aos relatos dos estudos de campo de outros participantes, uma profissional de saúde, percebendo a demanda por um espaço de escuta (privilegiando-o em relação à fala), assim como a ignorância dos trabalhadores em relação ao trabalho dos colegas, afirmou ter ficado “perplexa”, ao detectar em uma conversa com duas pediatras do setor em que trabalha, o quanto cada profissional desconhece o trabalho da outra. Buscando ser propositiva a partir de sua perplexidade, ousou propor à chefia imediata que implantasse uma reunião mensal para esse tipo de diálogo.

Outra profissional de saúde, atuante na ST, primeiro leu um texto que encontrara na internet e em seguida privilegiou o “trocar forças, palavras e sentidos”, o ver a si próprio para poder ver o outro.

Aproveitando uma frase do texto que a participante anterior lera (“para qualquer lugar que você queira ir sempre haverá um caminho”), outra trabalhadora, que assim como a anterior, também atua na ST, chamou atenção de que em sua vida aprendera que existe sempre alguma saída frente aos imprevistos. Expôs, a seu modo, o que Clot (1997) conceitua por catacrese, dando como exemplo sua descoberta de um modo diferente de instalação de um botijão caseiro de gás, improvisando com uma

ferramenta da sua máquina de lavar roupa. Em seguida reiterou o que foi muito frequente no Encontro: evitar o isolamento e passarem a se reunir, em uma rede de apoio, buscando então melhor configuração de seu trabalho, como forma de adoecer menos.

Outra trabalhadora, também atuante na ST, considerando estarem os servidores com vários meses de atraso nos salários, mobilizou o que a PdT conceitua como psicodinâmica do reconhecimento, chamando atenção de que para alguns colegas seria estranha sua participação na Formação, na atual situação de precarização em que se encontravam. Contudo, ela afirmou que considerava esse tipo de atividade importante e prazerosa, pois eram situações como aquela que faziam valer a pena o seu trabalho. Ela relatou também, que em certo momento, devido ao “estresse” por que passava, teve momentos muito explosivos. Entretanto, a partir de alguns encontros e conversas que teve com colegas de profissão em situações aparentemente informais (durante o almoço, por exemplo) o quadro amenizou. Dando relevo ao que foi trazido por essa trabalhadora, a Coordenação apresentou uma questão, buscando explorar um dos enigmas do trabalho apontados pela PdT: o que os trabalhadores (em sua maioria) fazem para lidar com os desafios e adversidades do trabalho, conseguindo manter o “equilíbrio” e permanecer no campo da “normalidade”? Essa indagação adquiriu relevância na sequência do Encontro possibilitando chegar ao que entendemos como o seu principal resultado: a obtenção de um relativo consenso acerca da importância e da necessidade de espaços e Encontros para discussões e deliberações sobre o trabalho, para conhecer a atividade (sua e do outro) e poder contribuir para a construção de um trabalho saudável, prazeroso e emancipador, o que era inimaginável para alguns até então.

Considerações finais

Discutiu-se neste artigo o patrimônio teórico-metodológico que fundamentou a elaboração de uma proposta de Formação continuada que envolveu uma rede de atores, buscando contribuir para dar maior visibilidade e ampliar a compreensão dos problemas e possibilitar uma visão mais dinâmica das relações entre saúde mental e trabalho.

Ao apresentarmos a estratégia implementada apontamos as principais pistas e desafios detectados. Confirmamos a relevância da formação (pela e para a ação) em Saúde Mental e Trabalho no campo da Saúde do Trabalhador e a importância desta ocorrer por intermédio da constituição de espaços públicos de debates sinérgicos e de deliberações, de busca ativa de soluções com vistas à transformação, e não somente espaços e ocasiões para “treinamentos/capacitações” ou “troca de experiências”.

Entendemos que é no interior do próprio curso do real que estão contidas as possibilidades de engendrar alternativas afirmadoras da vida, especialmente no campo da relação saúde (mental) e trabalho. Neste caso o conceito de sofrimento operaria, a nosso ver, como ferramenta de detecção de vivências “sentinela” do seu possível destino patogênico. Assim como a capacidade coletiva de engen-

drar defesas coletivas de tipo estratégico alimentariam as possibilidades de promoção de saúde a partir das situações de trabalho.

Um dos desafios e pistas a desenvolver está no melhor modo de lidar com a atividade linguageira (e suas zonas de penumbra) em cada modalidade da Formação. O que percebemos requerer um manejo cuidadoso, sendo necessária a elaboração de métodos e técnicas ainda a serem desenvolvidos, agregando-se a colaboração de outros interlocutores. Tal enquadre deverá contribuir futuramente para tornar ainda mais propícias as condições para o exercício da Formação.

Por fim, sabe-se que a sinergia entre profissionais da ciência e trabalhadores da área de ST contribui para uma espiral ascendente de aprendizagem e desenvolvimento. Na estratégia que vimos desenvolvendo e que no artigo é o foco da análise, agregamos aos participantes outros trabalhadores, não especialistas no campo da ST. Verificamos que a sinergia de saberes toma uma nova riqueza, configurando-se a formação para todos os envolvidos, com força agregadora de descobertas mútuas.

Referências

- ATHAYDE, M. Saúde 'mental' e trabalho: questões para discussão no campo da Saúde do Trabalhador. In: MINAYO-GOMES, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Org.). *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 345-367.
- ATHAYDE, M.; BRITO, J. Ergologia e Clínica do Trabalho. In: BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Clínicas do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 258-281.
- ATHAYDE, M.; SOUZA, P. C. Z.; BRITO, J. Intervenção e pesquisa em Psicologia: uma postura ergológica. In: BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho*: Clínicas do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014. p. 129-158.
- ATHAYDE, M.; SOUZA, W. F. Saúde do Trabalhador. In: BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (Org.). *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 597-605.
- ATHAYDE, M. et al. A perspectiva da Ergologia e o campo da Saúde Mental e Trabalho. In: GLINA, D.; ROCHA, L. (Org.). *Saúde Mental no Trabalho*: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010, p. 229-247.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BÉGUIN, P. Stratégies de formation et de développement de l'ergonomie en entreprise: vers des modalités spécifiques de intervention. *Performances Humaines et Techniques*, n. especial: Analyse ergonomique du travail et changements dans les situations de travail, p. 69-72, 1998.
- BOYER, R. (Dir.). *La théorie de la regulation*: une analyse critique. Paris: La Découverte, 1986.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até a Emenda Constitucional nº 56, de 20/12/2007. São Paulo: Escala, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em 6 dez. 2017.
- BRASIL. *Portaria n. 2.728 de 11 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html. Acesso em: 6 dez. 2017.
- BRASIL. *Portaria n. 1.823 de 23 de agosto de 2012*. Institui a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 6 dez. 2017.
- BRITO, J. A. Ergologia como perspectiva de análise: a Saúde do Trabalhador e o trabalho em saúde. In: MINAYO-GOMES, C.; MACHADO, J. M.; PENA, P. G. (Org.). *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 479-494.
- BRITO, J. A. *Documento técnico contendo a caracterização geral dos produtos gerados no âmbito dos Cursos de Especialização em Saúde do Trabalhador, oferecidos pela ENSP/FIOCRUZ*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública-Fundação Oswaldo Cruz; Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGST)-MS/OPAS, 2015.
- BRITO, J. A.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Educação, Saúde e Trabalho*, v. 1, n. 2, p. 63-89, 2003.
- BRITO, J. A.; ATHAYDE, M.; NEVES, M. Y. (Org.). *Programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas*: Caderno de método e procedimentos. João Pessoa: UFPB, 2003a.
- BRITO, J. A.; ATHAYDE, M.; NEVES, M. Y. (Org.). *Programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas*: Caderno de textos. João Pessoa: UFPB, 2003b.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública*: referências para a atuação do psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2008.
- CLOT, Y. Le problème des catachrèses en psychologie du travail: un cadre d'analyse. *Le Travail Humain*, v. 60, n. 2, p. 113-129, 1997.
- CLOT, Y. *Le travail à coeur*: pour en finir avec les risques psychosociaux. Paris: La Découverte, 2010.
- CLOT, Y. Le métier comme opérateur de santé. *Bulletin de Psychologie*, n. 511, p. 31-38, 2011.
- CLOT, Y.; LHUILIER, D. (Dir.). *Agir en clinique du travail*. Paris: Érès, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA/CFP. *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

- DEJOURS, C. Note de travail sur a notion de souffrance. In: _____. (Dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail*. Séminaire interdisciplinaire de psychopathologie du travail. Orsay: AOCIP, 1988. p. 115-124. v. 1.
- DEJOURS, C. *Repressão e subversão em psicossomática*: pesquisas psicanalíticas sobre o corpo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.
- DEJOURS, C. *Trabalho vivo*. Brasília: Paralelo 15, 2012. v. 2.
- DURRIVE, L. Formação, trabalho, juventude: uma abordagem ergológica. *Pro-Posições*, v. 13, n. 3(39), p. 19-30, sept./dez. 2002.
- DURRIVE, L. O formador ergológico ou “Ergoformador”: uma introdução à ergoformação. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia*: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. ampliada. Niterói: EdUFF, 2010a. p. 295-307.
- DURRIVE, L. Pistas para o ergoformador animar os encontros sobre o trabalho. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia*: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. ampliada. Niterói: EdUFF, 2010b. p. 309-318.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GUÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo*: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.
- GOMES, G. C. Apresentação. *Em extensão*, v. 13, n. 2, p. 5-6, 2014.
- JOBERT, G. Dire, penser, faire. À propos de trois métaphores agissantes en formation des adultes. *Éducation Permanente*, n. 143, p. 7-28, 2000.
- LACOMBLEZ, M. Analyse du travail et élaboration des programmes de formation professionnelle. *Relations Industrielles/Industrial Relations*, v. 56, n. 3, p. 543-578, 2001.
- LACOMBLEZ, M. et al. Marianne Lacomblez e a construção de uma Psicologia da Atividade de Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 19, n. 1, p. 121-133, 2016.
- LIMA, M. E. Saúde Mental e Trabalho: limites, desafios, obstáculos e perspectivas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)*, São Paulo, v. 16, p. 91-98, 2013.
- MASSON, L. P.; BRITO, J.; ATHAYDE, M. Dimensão relacional da atividade de cuidado e condições de trabalho de auxiliares de enfermagem em uma Unidade Neonatal. *Physis, Revista de Saúde coletiva*, v. 21, p. 879-898, 2011. [CrossRef](#)
- MINAYO-GOMES, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Org.). *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- MOLINIER, P. *O trabalho e a psique*: uma introdução à psicopatologia do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.
- NEVES, M. Y.; BRITO, J.; ATHAYDE, M. Mobilização das professoras por saúde. In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. *Saúde mental no trabalho*: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010. p. 248-270.
- PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. A Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 118-127, 2011.
- PASTRÉ, P. Didactique Professionnelle et développement. *Psychologie Française*, v. 42, n. 1, p. 89-100, 1997.
- PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. La Didactique Professionnelle. *Revue française de pédagogie*, n. 154, p. 145-198, 2006.
- POLANYI, K. *La grande transformation*: aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983.
- RAMMINGER, T.; ATHAYDE, M.; BRITO, J. Ampliando o diálogo entre trabalhadores e profissionais de pesquisa: alguns métodos de pesquisa-intervenção para o campo da Saúde do Trabalhador. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 3191-3202, 2013.
- SANTOS, M.; LACOMBLEZ, M. Discutir o trabalho, fazer sabendo: Projeto de Formação Profissional de Adultos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, n. 17-18, p. 305-311, 2001/2002. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14782/2/81852.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- SAVOYANT, A. Une approche cognitive de l’alternance. *CEREQ bref*, n. 118, p. 1-4, 1996.
- SCHWARTZ, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.
- SCHWARTZ, Y. Disciplina Epistêmica, Disciplina Ergológica – Paideia e Politeia. *Pro-posições*. São Paulo, v. 13, n. 37, p. 126-149, 2002.
- SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, F. (Coord.). *A ergonomia em busca de seus princípios*: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. p. 141-180.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia*: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. ampliada. Niterói: EdUFF, 2010.
- SELIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental*: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, E. F. et al. A promoção da saúde a partir das situações de trabalho. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação*, v. 13, p. 20-30, 2009.
- SOUZA, W. F. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a Psicologia tem a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 1, p. 99-108, 2013. [CrossRef](#)
- SOUZA, W. F.; RODRIGUES, A. L.; SANTOS, T. A. Encontros com a atividade: a extensão do diálogo sobre trabalho, gestão e saúde mental. *Em extensão*, v. 13, n. 2, p. 49-60, 2014.
- SOUZA, W. F.; CHRISTO, C. Trabalho, vida e gestão: vias para um ergogerenciamento. In: TAVEIRA, I. M. R.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; FERREIRA, M. C. (Org.). *Qualidade de vida no trabalho*: estudos e metodologias brasileiras. Curitiba: CRV, 2015. p. 359-375.
- SUPRANI, B.; ATHAYDE, V.; ATHAYDE, M. Vida, saúde mental e trabalho: algumas pistas para compreender-transformar. *Advir (ASDUERJ)*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 86-98, 2015.
- TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. (Org.) *(Se) Former pour transformer le travail*: dynamiques des constructions d’une analyse critique du travail. Quebec: PUL, 2013.
- THÉRY, L. Introduction. In: _____. (Dir.) *Le travail intenable*: résister collectivement à l’intensification du travail. Paris: La Découverte, 2006. p. 5-16.

Recebido em: 2 de junho de 2017

Aceito em: 17 de janeiro de 2018

O princípio da autoconfrontação na abordagem da Clínica da Atividade★

Marcello Santos Rezende,^{Orcid, I, ★★} Cirlene de Souza Christo^{Orcid, II}

^I Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Na busca por instrumentos teórico-metodológicos compatíveis com a adoção do ponto de vista da atividade em pesquisa e intervenção no trabalho, discute-se o princípio da autoconfrontação como método indireto na abordagem da Clínica da Atividade visando a favorecer o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos e coletivos sobre si e sobre o meio de trabalho. Ressaltam-se as potencialidades do método em propiciar uma experiência formadora e impulsionar o desenvolvimento dos sujeitos em termos de ampliação de sua capacidade de agir, assim como o limite em relação à proposta de transformação das situações de trabalho.

Palavras-chave: autoconfrontação; métodos em Psicologia do Trabalho; Clínica da Atividade.

The Principle of Self-Confrontation in Clinic of Activity Approach

Abstract

In the search for theoretical and methodological tools compatible with the adoption of the activity point of view in research and intervention, the principle of self-confrontation is discussed as an indirect method in Clinic of Activity approach aiming to favor the development of the power to act of the individual and collectives on themselves and their work environment. The potential of the method is emphasized in providing a formative experience and boosting the workers development in terms of their capacity to act, as well as the limit in terms of the transformation of work situations.

Keywords: self-confrontation; methods in Work Psychology; Clinic of Activity.

Introdução

Estudar e intervir no trabalho não pode prescindir de considerar a sua complexidade, o que impede que se pretenda isolar esse objeto da situação concreta, do contexto e das dimensões históricas, sociais e subjetivas presentes nos meios e processos de trabalho. Com base nessa premissa, tem-se buscado no conceito transversal de atividade um ponto de vista que possibilite a articulação entre os saberes de diferentes disciplinas e abordagens pertinentes ao campo do trabalho, bem como entre esses e os saberes produzidos nas experiências das pessoas que trabalham.

Na proposta pluridisciplinar da Ergonomia da Atividade, o constructo atividade tem sido amplamente utilizado para designar aquilo que é especificamente humano no trabalho (BÉGUIN, 2006). De acordo com essa tradição, o trabalho nunca é pura execução. Ele se desdobra em inúmeras experiências e situações singulares e concretas, marcadas pela variabilidade e imprevisibilidade dos estados do processo e dos operadores humanos, frente às quais as prescrições são sempre insuficientes (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989). Insuficientes especialmente porque elas se apresentam como normas estabelecidas em experiências de duração diferente e com trabalhadores distintos daqueles que delas fariam uso nas situações específicas de trabalho.

É em função da constatação de que há essa distância permanente entre o que denominaram “trabalho prescrito” e “trabalho real” que os ergonomistas procuram

colocar em evidência o trabalho que se faz efetivamente, tendo em conta as exigências e constrangimentos na confrontação de cada pessoa, singular e variável, com situações também singulares e variáveis. Como trabalho prescrito, referem-se ao conjunto de objetivos a serem perseguidos, os métodos, as normas técnicas, os protocolos e procedimentos, as ordens e instruções a seguir, a forma de divisão do trabalho, os prazos estabelecidos, assim como os meios técnicos e as condições socioeconômicas disponíveis (GUÉRIN et al., 2005). Como trabalho real, referem-se à adaptação do prescrito às situações reais de trabalho (BRITO, 2006), isto é, àquilo que se mobiliza do sujeito para que o trabalho seja realizado frente às situações reais, caracterizadas por seu dinamismo, instabilidade e imprevisibilidade. A atividade (de trabalho) é reconhecida como o que torna possível compreender a natureza dos problemas da forma como são vividos pelos trabalhadores e não apenas por uma visão externa.

Nessa linhagem propõe-se uma modalidade de pesquisa-intervenção como coprodução dos profissionais de pesquisa e os do trabalho em questão, que articula a compreensão do existente com a ação sobre o futuro, contribuindo para a definição de uma situação de trabalho mais favorável (GUÉRIN et al., 2005). Essa modalidade caracteriza-se pela busca de dar visibilidade tanto às dificuldades quanto às táticas e estratégias desenvolvidas pelos protagonistas do trabalho para gerir a distância entre o prescrito e o real, engendrando-se as atividades de trabalho. No plano metodológico, desenvolve-se o método da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), no interior do qual se situa a análise psicológica do trabalho, cujos começos na França e Bélgica – de Pacaud a Favergé – forneceram bases para o desenvolvimento dessa tradição.

* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil.

** Endereço para correspondência: Fundação Oswaldo Cruz, Presidência da Fiocruz, Coordenação de Saúde do Trabalhador. Av. Brasil, 4365 – Pavilhão Carlos Augusto da Silva, Sala 114. Manguinhos – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 21040360. E-mail: marcellosantosr@gmail.com, cirlenechr@gmail.com



Encontra-se hoje um importante esforço de atribuir maior rigor à noção de atividade, buscando dar a ela um estatuto de conceito, sem abandonar o enfrentamento de sua complexidade e seu caráter sempre enigmático (SCHWARTZ, 2007; ATHAYDE; REZENDE, 2015). Essa noção vem sendo incorporada como conceito-chave em diferentes abordagens e perspectivas teórico-metodológicas, em algum grau herdeiras da tradição da Ergonomia da Atividade, que também têm como projeto compreender↔transformar o trabalho. Dentre elas, a Clínica da Atividade (CLOT, 2006), a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1997) e a Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Neste texto discutiremos o princípio da autoconfrontação em uma abordagem clínica de análise do trabalho e das atividades humanas, especialmente como vem sendo utilizado na abordagem da Clínica da Atividade, através das contribuições presentes em textos de Yves Clot e Daniel Faïta (2000; CLOT, LEPLAT, 2005; FAÏTA; MAGGI, 2007).

Abordagem da Clínica da Atividade

A Clínica da Atividade valoriza a ação dos coletivos e a transformação das situações de trabalho. Destacando a relevância da função psicológica do trabalho, essa abordagem explora as condições de “ampliação do poder de agir dos coletivos de trabalhadores no meio de trabalho e sobre eles próprios” (CLOT, 2001, p. 9), tendo como via privilegiada de transformação do trabalho o desenvolvimento de recursos para a ação que compõem o patrimônio coletivo dessas experiências.

A partir do reconhecimento de uma não linearidade do processo de desenvolvimento humano e da possibilidade do homem de transformar sua realidade e história, de criar novas condições para sua própria existência, Faïta e Clot ressaltam em contexto de pesquisa e intervenção no trabalho a importância da relação destacada por Vigotski entre pensamento e linguagem. Para Vigotski (1934/2001), assim como o trabalho, que mediado por instrumentos permite ao homem transformar a natureza, as funções psicológicas superiores são mediadas por sistemas de signos, os quais atuam como instrumentos psicológicos. Esses signos-instrumentos (especialmente a linguagem verbal), apesar de não serem capazes de modificar o objeto da operação psicológica, se dirigem para o controle e transformação do próprio indivíduo, de seu psiquismo, de seu comportamento.

É nesse sentido que para Faïta (2005, p. 19), no âmbito da perspectiva ergológica e da abordagem da Clínica da Atividade, “falar do trabalho, implica em trabalhar a fala”. Para ele, a linguagem, além de ser a única a autorizar a capitalização de nossas experiências, é quem permite agir sobre o outro e sobre nós mesmos.

O trabalho de reflexão e de formalização permite à pessoa tomar consciência de seu potencial, da maneira como se investe em sua atividade. Do mesmo modo, permite também descobrir e eventualmente modificar a relação que ele estabelece com o objeto de sua própria atividade e de seus modos operatórios (FAÏTA, 2010, p. 178).

Dessa forma, na abordagem da Clínica da Atividade, a proposta de colocar a experiência em palavras não tem como propósito seu desvelamento, mas o de compreender melhor o que se faz e, reconhecendo a complexidade da atividade, reformulá-la. Destacando a relevância da função psicológica do trabalho, a atividade de linguagem sobre a atividade de trabalho é considerada um recurso de desenvolvimento para o protagonista da atividade, assim como de evolução em suas relações como coletivo e, quiçá, de transformação de seu contexto. Isto pela revitalização do gênero profissional que pode se seguir da renovação dos estilos individuais da ação.

Gênero profissional e estilos individuais da ação

Para Clot e Faïta (2000) não há uma polarização entre a prescrição e a atividade como dois lados opostos. Entre a organização do trabalho e o próprio sujeito se configuraria um trabalho de (re)organização efetuado pelos coletivos profissionais. Trabalho este que, tomando emprestado de Bakhtin o conceito de gênero do discurso, denominam “gênero profissional”. Esse conceito ajuda a compreender que além da tarefa prescrita oficial há outro nível de prescrição: um referencial estabelecido em comum de normas da profissão e regras não escritas em uma situação profissional que, validadas por um coletivo de trabalho, “definem não somente a maneira como os membros do coletivo devem se comportar nas relações sociais, mas também os modos de trabalhar aceitáveis” (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 13, tradução nossa), fornecendo bases para a gestão efetuada pelos sujeitos na atividade entre motivos pessoais, cumprimento da tarefa e relacionamento com colegas. Os coletivos de trabalho mobilizam o gênero profissional como um mediador entre a tarefa prescrita e a atividade. Nesse sentido, o gênero assume uma função psicológica importante, pois além de colaborar do ponto de vista organizacional, vai também representar um recurso para a própria ação de cada trabalhador.

Todavia, segundo CLOT (1999), a vitalidade do gênero profissional depende da função criadora dos “estilos individuais da ação”, isto é, de um modo singular do sujeito tomar a memória coletiva do gênero, ajustando-a às exigências de cada situação de trabalho. Tal processo psicológico permitiria ao sujeito ajustar também o gênero, mantendo-o vivo, desenvolvendo-o. Em suma, os estilos podem tornar-se uma apropriação psicológica eficaz e um fator de desenvolvimento caso eles sejam submetidos ao corpo de avaliações comuns que constituem o gênero profissional. Em contrapartida, quanto mais forte for este, maior a capacidade de estilização da pessoa ou do coletivo e sua possibilidade de correr riscos e trabalhar de novos modos, abrindo outros possíveis para a atividade.

Como anteriormente indicado, no plano metodológico, a abordagem da Clínica da Atividade visa a instalar no seio dos coletivos debates em que o gênero profissional recupere as suas qualidades, explorando as condições de ampliação do “poder de agir” dos coletivos de trabalhadores no meio de trabalho e sobre eles próprios. Aos psicólogos do trabalho cabe, em um processo de coanáli-

se com os protagonistas das atividades, a tarefa de contribuir com um coletivo para a (re)construção, revitalização do gênero profissional.

A autoconfrontação como um método indireto

Com base na proposição de Vigotski de que “o comportamento é apenas um sistema de reações que vencem” (VIGOTSKI, 1927/1999, p. 67) dentre as diferentes ações possíveis em determinada situação, Clot (2010) enfatiza que o conceito de atividade de trabalho deve englobar, além das atividades de trabalho realizadas, aquilo “que não se faz, o que não podemos fazer, o que procuramos fazer sem conseguir – os fracassos –, o que gostaríamos ou poderíamos fazer, o que pensamos ou sonhamos poder fazer” (CLOT, 2006, p. 116), ao que denomina “real da atividade”. Propõe, assim, que a experimentação em análise/clínica da atividade se oriente também para a investigação dos movimentos internos não realizados, os quais, por esta ótica, são tão reais quanto os que se realizaram. Todavia, não sendo as possibilidades descartadas da atividade acessíveis por observação direta, Clot sugere, conforme Vigotski, que se usem métodos indiretos de análise, especialmente os que fazem uso do princípio metodológico da autoconfrontação.

Originário da Ergonomia (PINSKI; THEUREAU, 1982) e explorado por Pélegrin (2011), Faïta (FAÏTA; MAGGI, 2007) e Clot (2006, 2010), a autoconfrontação tem sido tomada por diversos profissionais de pesquisa-intervenção para delinear meios e espaços favoráveis a que se manifestem os conflitos vitais da atividade de trabalho (CLOT; LEPLAT, 2005; FAÏTA; MAGGI, 2007), inacessíveis por meio de observações diretas. Em uma de suas formas, consiste em um encontro entre a atividade de trabalho de um agente e ele mesmo, com o propósito de deflagração de um novo contexto no qual o sujeito se torna um observador de sua própria atividade. Segundo Faïta (FAÏTA; MAGGI, 2007), esse novo contexto é construído por meio da troca verbal dos sujeitos, tanto com o objeto de seu trabalho quanto com seus interlocutores presentes ou não no momento em que essa nova atividade se dá.

O ponto de partida dessa proposta metodológica está no deslocamento do plano da observação. À diferença de modelos tradicionais, destaca-se e tiram-se consequências do que, a partir de Henry Wallon, se denomina “estatuto psicológico da observação na investigação” (CLOT; LEPLAT, 2005, p. 302). O pressuposto é o de que toda observação do trabalho do outro implica em uma ação sobre esse que é observado, isto é, produz no mesmo uma atividade de observação sobre si. Dessa forma, no curso de uma atividade, a observação da atividade de alguém incita nessa pessoa uma atividade interior específica (um diálogo interior, uma reflexão sobre sua própria ação), que pode lhe fornecer uma via de desenvolvimento, especialmente se forem criadas condições para que seja dado a esse diálogo interior um destino dialógico no plano intersubjetivo. Como já dito, não como via de escuta da experiência com fins de desvelá-la, mas para conhecê-la em seu desenvolvimento possível.

Acompanhando Vigotski (1925/1998; 1927/1999) também na indicação de que o objeto do conhecimento não deve ser considerado em seu produto, mas em seu processo de mudança, Clot (CLOT; LEPLAT, 2005) indica que não se trata apenas de compreender a atividade para transformá-la – como sugere ser o proposto em Ergonomia da Atividade – mas igualmente de transformá-la para compreendê-la. Essa situação em que os sujeitos do trabalho se tornam os observadores e intérpretes de sua própria atividade, segundo ele, cria condições para que a atividade cotidiana se torne um meio do pensamento coletivo. Dessa maneira, a análise do trabalho pelo pesquisador não seria diretamente o recurso da ação, mas um recurso para secundar uma experiência de análise e modificação do trabalho por aqueles que o protagonizam. Nesse sentido, a proposta é por um processo de coanálise do trabalho, na qual os protagonistas das atividades de trabalho se engajam nas atividades de observação e análise de suas atividades de trabalho, dando-se ênfase à atividade linguageira verbal que incide sobre as mesmas. Nesse processo, a verbalização se configura não apenas como um meio de ter acesso às atividades de trabalho, mas como uma nova atividade do sujeito. Nele a ação de mediação do pesquisador é decisiva. Colocando-se como o organizador da situação de análise e, ao mesmo tempo, como um de seus personagens, ajuda os sujeitos a construírem uma representação linguageira e simbólica (FAÏTA; MAGGI, 2007) de sua atividade. Reconhecendo que a transparência da atividade é uma ilusão, mesmo nessas atividades linguageiras, Clot e Faïta recorrem a uma abordagem dialógica da situação, tendo em Bakhtin (2010) uma importante referência.

Enquanto método (ou técnica com base no princípio de autoconfrontação) utilizado pela abordagem da Clínica da Atividade, a autoconfrontação consiste em submeter ao exame de um trabalhador a imagem (normalmente em vídeo) de seu próprio trabalho, em forma de sequências, solicitando-lhe expressar em palavras (comentário) sua própria atividade (FAÏTA, 2010).¹ Nesse tipo de experimentação, a partir dos comentários que destina ao observador, o sujeito projeta sobre sua atividade passada um olhar que o transforma em interlocutor atual daquilo que ele fez no momento da ação (FAÏTA; MAGGI, 2007). Costuma-se referir a esse encaminhamento como uma autoconfrontação simples para distinguir de outro, normalmente realizado a posteriori, ao qual denominam autoconfrontação cruzada (CLOT, 2010), em que o olhar questionador do(s) par(es) de trabalho é incluído como forma de contribuir para reacender ou revelar ressonâncias, correlações e contradições nessa nova atividade do sujeito de análise de sua atividade de trabalho.

O esquema, nessas circunstâncias, é quase sistemático. Confrontado ao espetáculo de seu trabalho, o ator passa por graus na apreciação de sua própria atividade. Os componentes de sua ação o conduzem a dar inicialmente uma imagem de como ele vê a si mesmo. Depois abandona essa

¹ O autor chama a atenção para a questão ética do método, advertindo que a autoconfrontação só poderá ser realizada depois de uma séria negociação com os sujeitos, assegurando que os mesmos compreenderam as implicações de se submeterem ao exercício.

imagem para entrar no estágio de colocar em palavras aquilo que caracteriza a especificidade de sua ação, o que se atrela, em última instância, a outras constantes que são as do coletivo no qual ele se reconhece (FAÏTA, 2010, p. 183).

De uma posição deslocada ao olhar seu trabalho, e face às escolhas ou dilemas que redescobre em sua atividade, aquilo que estava como resposta automática torna-se questão para o sujeito (CLOT; LEPLAT, 2005). De objeto, a atividade de trabalho, revivida em uma situação transformada, se torna meio. Assim, apesar de não se negar a importância dos conteúdos do trabalho, Faïta (FAÏTA; MAGGI, 2007, p. 26) adverte que “este método não é um processo de coleta de dados e menos ainda um meio de fazer dizer o que as pessoas não têm como entender”, mas um dispositivo que visa à instauração de um conjunto de redes dialógicas, de atividades linguageiras sobre a atividade de trabalho, de forma a iniciar uma reconstrução do sujeito à sua ação passada, abrindo os possíveis à sua atividade futura.

Os registros em vídeo, nas autoconfrontações cruzadas, têm sido os mais investidos nos estudos franceses atuais. No Brasil também há estudos que fazem uso do vídeo (SANTORUM et al., 2008), no entanto o recurso da fotografia tem sido mais explorado como dispositivo da intervenção em Clínica da Atividade, sobretudo nos grupos de pesquisa NUTRAS/UFF (SILVA; SOUTO; MEMÓRIA-LIMA, 2015) e NEPEP/UFES (ROSEMBERG; RONCHI FILHO; BARROS, 2011).

A técnica Instruções ao Sósia

A técnica denominada Instruções ao Sósia foi desenvolvida por Oddone, Re e Briante (1981), dentro de uma proposta de análise-intervenção, conhecida no Brasil como Modelo Operário Italiano (MOI) de produção de conhecimento e luta pela saúde. Foram esses autores quem introduziram a ideia de uma Comunidade Científica Ampliada (CCA), privilegiando a confrontação entre os saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores na busca de novos critérios que permitam definir os índices de nocividade do trabalho e novas formas de participação operária.

Usada em contextos de seminários de pesquisa-formação (portanto em grupo), essa técnica era usada com o propósito de levar os trabalhadores participantes “a traduzir no plano de comportamentos reais as imagens da fábrica e dos homens que são ligados à sua experiência pessoal e à sua visão de mundo” (ODDONE; RE, BRIANTE, 1981, p. 57, tradução livre). O protocolo consistia em pedir que cada sujeito fornecesse instruções a um sósia imaginário (o pesquisador), a partir da formulação da seguinte solicitação:

Se houvesse outra pessoa perfeitamente idêntica a você do ponto de vista físico, como lhe diria para se comportar na fábrica em relação à sua tarefa, aos seus colegas de trabalho, à hierarquia e à organização sindical (ou outras organizações de trabalhadores), de modo que não se percebesse que é outro que não você? (ODDONE; RE, BRIANTE, 1981, p. 57, tradução livre).

Tal como fora posteriormente proposto no que se convencionou chamar método de autoconfrontação (CLOT; LEPLAT, 2005; FAÏTA; MAGGI, 2007), o objetivo não era apenas a formalização da experiência informal de modo que ela pudesse ser transmissível, mas também seu enriquecimento e renovação. Dar instruções a um sósia, para Oddone, Re e Briante (1981), significa reestruturar e ordenar os comportamentos particulares em um plano global, desenvolvendo a experiência dos trabalhadores. Da interação entre dois sujeitos ou grupos, produz-se, segundo eles, uma tomada de consciência, num processo dialético entre pessoas reais que permite, não apenas identificar os planos dos trabalhadores (no sentido cognitivo), como também enriquecê-los. Os autores advertem que esse processo de enriquecimento nunca poderá ser concluído e que essa experiência nunca será totalmente apreendida. No que se refere à questão desse texto, é justamente porque o retorno da experiência não é realizado sobre a atividade de trabalho, mas sobre a experiência de sua transmissão (uma atividade de linguagem), que se pode classificar a técnica Instruções ao Sósia como uma forma de operar um método indireto de análise da atividade.

A partir de um quadro específico de análise, Clot (2006) e colaboradores buscaram compreender os recursos psicológicos que dão sustentação a essa técnica, propondo alguns avanços nos planos metodológico e procedimental. Nos projetos de pesquisa realizados pelo grupo que esse autor faz parte a autoconfrontação se realiza em dois tempos: (1) durante a instrução, pela mediação da atividade do sósia; e (2) após a mesma, quando os materiais coletados são retomados pelo sujeito, que é solicitado a comentá-los por escrito. O autor chama atenção de que é em função da impossibilidade de uma substituição efetiva que o trabalhador que instrui reencontra as hesitações e alternativas de suas escolhas, facilitando o contato social do sujeito consigo mesmo mediante o deslocamento de suas atividades a um novo contexto. Explica que aquele posicionado como sósia, explorando a situação que antecipa como uma fonte para sua ação futura, busca todas as possibilidades e obstáculos que esta pode oferecer. Sua atividade, na medida em que reclama esses meios para agir na situação por si projetada, obriga o sujeito a se desprender de seus esquemas de ação usuais, recolocando-o frente às escolhas que fez, assim como às contradições que comportam essas escolhas. Em conformidade com o princípio metodológico da autoconfrontação, o sósia busca acessar o que compõe não apenas a ação vivida, mas também a não vivida (isto é, o real da atividade). Sua indeterminação acaba por operar uma ruptura no encadeamento habitual das operações do sujeito, o que pode contribuir para o processo de subjetivação. De outro lado, para que não seja reconhecido, o sósia busca uma conformidade operatória às instruções do outro e isto abre a possibilidade do sujeito experimentar essa busca como uma redução das possibilidades de sua atividade, levando-o a refletir não somente sobre o “como” (insistentemente reclamado pelo sósia), mas também sobre o “porquê” de sua ação.

A autoconfrontação do sujeito com traços materializados (transcrições das gravações de áudio da instrução) da troca verbal realizada na situação de instrução, somada à exigência de troca verbal escrita com outros, produz um diálogo consigo mesmo (SILVA, 2014) que pode ter um destino desenvolvimental para o sujeito do trabalho em análise, individual e coletivamente.

Potencialidades e limites da autoconfrontação na Clínica da Atividade

Ressalta-se o lugar ativo em que a abordagem da Clínica da Atividade situa os protagonistas do trabalho na análise da atividade e das situações de trabalho. Lugar esse, distinto de uma posição de informantes como não é incomum em abordagens clássicas da Psicologia do Trabalho. Todavia, algumas questões se colocam aos projetos de pesquisa-intervenção que se orientam por essa abordagem no que se refere aos propósitos de ampliação do poder de agir dos coletivos. Em uma intervenção clínica, a ação de mediação do pesquisador, baseada no princípio metodológico de autoconfrontação, tem como objetivo que os trabalhadores, individual e coletivamente, possam desenvolver recursos para a ação, contribuindo para a revitalização do gênero profissional e a transformação do trabalho. É sobre esse último aspecto que se coloca a questão dos limites e potencialidades dessa abordagem na transformação das situações de trabalho, para além da transformação dos sujeitos.

Reconhece-se a originalidade de Clot (2006, 2010) ao relacionar diretamente desenvolvimento individual, fortalecimento do gênero profissional e transformação das situações de trabalho. No entanto, aponta-se para o risco de misturar e confundir diferentes fenômenos ao unificá-los todos sob a expressão “desenvolvimento do poder de agir” (CLOT, 2010). Uma situação de coanálise pode propiciar uma experiência formadora e impulsionar o desenvolvimento dos sujeitos em termos de ampliação de sua capacidade de agir. Todavia, conforme Rabardel e Gouédard (2012), entende-se que a noção de poder de agir envolve, além de recursos individuais e coletivos – como a possibilidade do uso ampliado dos instrumentos e a capacidade de utilização de regras de ação mais complexas –, aquilo que concretamente é possível fazer, dadas as características singulares das situações de trabalho. Por essa ótica, só se poderia dizer que há ampliação do poder de agir se os resultados de uma intervenção ganhassem sustentação no curso da atividade de trabalho, isto é, se fosse possível mudar a situação de trabalho de forma que os trabalhadores pudessem exercer uma maior autonomia sobre aquilo que é importante para eles e para o coletivo do qual fazem parte.

Nessa linha de discussão, cabe fazer referência a uma pesquisa-intervenção (CHRISTO, 2013) com supervisores de equipes de produção em uma indústria de pneumáticos. Como metodologia, em um enquadramento clínico orientado pelo referencial da Clínica da Atividade, foi colocado em ação um dispositivo de autoconfrontação, inspirado na técnica Instrução ao Sósia. Os resultados indicaram que os profissionais de supervisão, pela análise

que fizeram de suas atividades de trabalho, tiveram oportunidade de reelaborar algumas de suas decisões e escolhas nas atividades de trabalho, assim como ressignificar alguns elementos de seu trabalho, possibilitando-lhes vislumbrar outros possíveis de ação nas situações e contexto de trabalho. Pode-se afirmar que houve indícios de desenvolvimento dos sujeitos. Entretanto, o mesmo não se pode dizer sobre as transformações concretas das situações de trabalho. Constatação que remete a alguns elementos de contextos da experimentação do dispositivo que teve por base esse referencial teórico-metodológico. Um deles refere-se à construção do contrato da pesquisa-intervenção com os dirigentes da empresa, o qual foi caracterizado por uma limitada autonomia na priorização das ações em relação ao objetivo de transformação das situações de trabalho, o que poderia ter sido fomentado se tivesse sido possível uma discussão mais ampliada em outros níveis hierárquicos e instâncias da empresa.

Os resultados contribuem para a afirmação de que a ampliação do poder de agir dos coletivos de trabalhadores na transformação do meio de trabalho não é garantida a priori. Conforme assinalam Teiger e Lacomblez (2006), é necessário que a pesquisa-intervenção trabalhe em dois planos: o do desenvolvimento individual e coletivo dos trabalhadores e o do reconhecimento, na empresa, do sentido e do porte da experiência construída. Para tal, deve-se buscar construir dispositivos-suporte às transformações necessárias. Isto porque a ancoragem das mesmas depende não apenas dos recursos desenvolvidos pelos sujeitos, mas também das condições externas que se reúnem em um dado momento e espaço.

Referências

- ATHAYDE, M.; REZENDE, M. S. Atividade. In: BENDASSOLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (Org.). *Dicionário de psicologia organizacional e do trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 101-108.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BÉGUIN, P. Arqueología del conocimiento: acerca de la evolución del concepto de actividad. *Laboreal*, Paris, v. 2, n. 1, p. 55-61, 2006. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/files/articles/2006_07/es/55-61es.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.
- BRITO, J. C. Trabalho prescrito e trabalho real. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 288-294.
- CHRISTO, C. *Análise da atividade de supervisão do trabalho: um olhar psico-social para o gerenciamento na indústria*. 2013. Tese (Doutorado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CLOT Y. Ivar Oddone: les instruments de l'action. *Les territoires du travail*, n. 3, p. 43-52, 1999.
- CLOT Y. Editorial. *Education Permanente*, v. 146, n. 1, p. 7-16, 2001.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CLOT, Y. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

- CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. *Travailler*, n. 4, p. 7-42, 2000. Disponível em: <http://psychanalyse.cnam.fr/medias/fichier/texteclot4_1306851012723.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.
- CLOT, Y.; LEPLAT, J. La méthode clinique en ergonomie et en psychologie du travail. *Le Travail Humain*, v. 68, n. 4, p. 289-316, 2005.
- DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 7-13, 1989.
- DEJOURS, C. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FAÏTA, D. *Análise dialógica da atividade profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2005.
- FAÏTA, D.; MAGGI, B. (Org.). *Un débat en analyse du travail: deux méthodes en synergie dans l'étude d'une situation d'enseignement*. Toulouse: Octarès, 2007.
- FAÏTA, D. A linguagem como atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EDUFF, 2010. p. 165-186.
- GUÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor, 1981.
- PÉLEGRIN, B. Sur l'autoconfrontation: vous avez dit « croisé »? *Ergologia*, n. 5, p. 107-145, 2011.
- PINSKY L.; THEUREAU J. *Activité cognitive et action dans le travail: éléments et événements du travail infirmier*. Paris: CNAM, 1982. Collection de Physiologie du travail et ergonomie, v. 73.
- RABARDEL, P.; GOUÉDARD C. *Pouvoir d'agir et capacités d'agir: une perspective méthodologique?* *Pistes*, v. 14, n. 2, 2012.
- ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. de. (Org.). *Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises*. Vitória: EDUFES, 2011.
- SANTORUM, K. et al. Análise coletiva da atividade de vigilância em saúde do trabalhador: a autoconfrontação cruzada como dispositivo de formação. *Revista Reflexão e Ação*, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 77-96, 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/697/517>>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- SCHWARTZ, Y. Um bref aperçu de l'histoire culturessse du concept d'activité. *Activités*, v. 4, n. 2, p. 122-133, 2007.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. *Trabalho e Ergologia*. Niterói: EDUFF, 2010.
- SILVA, C. O. Pesquisa e intervenção em clínica da atividade: a análise do trabalho em movimento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 81-99
- SILVA, C. O.; SOUTO, A. P.; MEMÓRIA-LIMA, K. M. N. A pesquisa-intervenção em Psicologia do Trabalho em um aporte que toma o desenvolvimento como método e objeto. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 27, n. 1, p. 12-15, abr. 2015. [CrossRef](#).
- TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. L'ergonomie et la transformation du travail et/ou des personnes: permanences et évolutions (2. De 1980 à nos jours). *Education Permanente*, n. 166, p. 9-28, 2006.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente* (1925). São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia* (1927). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem* (1934). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Recebido em: 2 de junho de 2017

Aceito em: 17 de janeiro de 2018

Contribuições do método de Eduardo Coutinho para a Psicologia do Trabalho e Organizacional

Julliana Diniz Peixoto,^{Orcid} Anísio José da Silva Araújo,^{Orcid} ★ Ivo Júnior Celestino Ferreira,^{Orcid} Paulo César Zambroni-de-Souza^{Orcid}

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Resumo

Esse artigo procura explorar possibilidades metodológicas para a Psicologia do Trabalho e das Organizações (PT&O) a partir da obra de Eduardo Coutinho. Nesse sentido, buscou-se confrontar posturas metodológicas desse cineasta com as de certa tradição da PT&O. Com tal objetivo, realizou-se um resgate da literatura sobre esse diretor e de sua filmografia, assim como do método que desenvolveu. Várias convergências foram identificadas: a valorização da vivência subjetiva dos sujeitos/personagens; o vídeo como meio para provocar a expressão e o diálogo; a palavra como via de apropriação da experiência. Espera-se que esse estudo avance para que a PT&O usufrua cada vez mais do patrimônio de Eduardo Coutinho.

Palavras-chaves: método; Eduardo Coutinho; Psicologia do Trabalho e das Organizações.

Contributions of Eduardo Coutinho's Method for Work and Organizational Psychology

Abstract

This article aims to explore the methodological possibilities for the Work and Organisational Psychology (WOP) based on the works of Eduardo Coutinho. To this end, we sought to confront the methodological positions of this filmmaker with the traditional methodologies of WOP. In order to achieve such objective, we performed a literature search about this director and his filmography, as well as of the method that developed. Several convergences were identified: the valuation of the subjective experience of the subjects/characters; the video as a means to provoke expression and dialogue; the word as a way for experience appropriation. It is expected that this research will evolve and that WOP benefits more and more from Eduardo Coutinho's patrimony.

Keywords: method; Eduardo Coutinho; Psychology of Work and Organizations.

1. Introdução

O uso do vídeo tem se revelado um meio importante no processo de análise do trabalho, na medida em que favorece a emergência da palavra sobre a atividade de trabalho, a externalização dos diversos pontos de vista em jogo, a visualização de condicionantes pouco evidentes das situações laborais, entre outros aspectos, produzindo assim novas perspectivas de análise por parte dos atores sociais envolvidos, que podem ser a base de uma transformação positiva do trabalho. Além disso, a produção cinematográfica tem sido utilizada também, segundo Ribeiro (2013), para realizar reflexões acerca das temáticas gerais do trabalho, das mutações pelas quais vem passando, dos modos como se sucederam no tempo os diferentes modelos de organização do trabalho e da produção, o que contribui certamente para a construção de uma crítica consistente da dinâmica laboral.

Foi seguindo essa trilha que nos deparamos com a produção do documentarista Eduardo Coutinho, diretor singular que inovou a forma de fazer documentário nos anos 1980, com o premiado *Cabra marcado para morrer* e que, por sua vez, constituiu um ponto de inflexão decisivo em sua carreira. O método que desenvolveu, que privilegia a palavra e o diálogo, possibilita, mesmo sem ter tal pretensão, um olhar sobre as grandes questões sociais, dentre as quais figura em destaque o trabalho. Eduardo Coutinho

acabou por dedicar quatro de suas produções filmicas às questões dos mundos do trabalho. O caminho que escolheu, de abertura ao inusitado, ao mesmo tempo em que produzia desconforto, porque o mantinha em permanência na incerteza, foi também a fonte de sua originalidade.

Desse modo, confrontando materiais de certa tradição da PT&O em torno da utilização do vídeo no processo de análise do trabalho e a produção cinematográfica de Eduardo Coutinho, verificamos que existiam posturas comuns em vários aspectos, tais como: a relevância concedida à palavra no processo de construção de sentido; a abertura ao acontecimento, como via relevante de aproximação à realidade; a conversa como forma preferencial de interação humana (inclusive na pesquisa), entre outras. Essa foi a motivação que nos levou a uma pesquisa sobre esse caminho de produção de conhecimento, com vistas a detectar convergências que possam ter desdobramentos na pesquisa/intervenção em PT&O, o que resultou no presente artigo.

O artigo está estruturado da seguinte forma. Inicialmente resgatamos a trajetória cinematográfica de Eduardo Coutinho, o que nos permite acessar a globalidade de sua produção. Na sequência, procuramos caracterizar o método que desenvolveu, detendo-nos em seguida no modo como certa tradição da PT&O tem utilizado o vídeo no processo de análise do trabalho. Finalizando, procuramos explorar algumas convergências entre a PT&O e o método de Eduardo Coutinho.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Campus I, Departamento de Psicologia. Cidade Universitária Campus I – Castelo Branco – João Pessoa, PB – Brasil. CEP: 58051970. E-mail: jullianadiniz@yahoo.com.br, anisiojsa@uol.com.br, ivojr_x@hotmail.com, paulozamsouza@yahoo.com.br



2. Trajetória de Eduardo Coutinho

Em 11 de maio de 1933, nasceu, em São Paulo, Eduardo Coutinho. Aos 19 anos, ingressou na Universidade de São Paulo para cursar direito, mas não chegou a concluí-lo. Teve seu primeiro contato com o cinema em 1954, em um seminário promovido pelo Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Também trabalhou como revisor e copidesque na revista *Visão*, função que exerceu de 1954 até 1957 (EDUARDO..., [ca. 2003]).

Coutinho mudou-se para Paris em 1957, a fim de estudar direção e montagem no Instituto de Altos Estudos Cinematográficos (IDHEC). Quando voltou ao Brasil em 1960, entrou em contato com cineastas do Cinema Novo e do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), quando então recebeu um convite para viajar com o UNE Volante para o Nordeste. Nessa viagem, Coutinho filmou o comício de Elizabeth Teixeira, viúva do líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira, na cidade de Sapé – PB. Esse material foi o embrião do que se tornaria o seu projeto mais importante: uma ficção baseada no assassinato de João Pedro Teixeira, com elenco formado por camponeses do Engenho Cananéia, localizado no interior de Pernambuco (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL [CPDOC], 2012).

A produção de *Cabra marcado para morrer* teve que ser interrompida após duas semanas de filmagens em decorrência do Golpe Militar de 1964. O filme só seria completado em 1984, depois que Coutinho recuperou os negativos guardados por um membro da equipe. Foi, então, que resolveu retomar o projeto, realizando dessa feita um documentário sobre o filme não realizado e sobre os personagens, atores do primeiro projeto (EDUARDO..., [ca. 2003]).

Entre 1966 e 1975, Coutinho atuou como roteirista de produções como *A Falecida* (1965), *Garota de Ipanema* (1967) e *Dona Flor e Seus Dois Maridos* (1976) e em 1975 passou a compor a equipe do “Globo Repórter”, onde permaneceu até 1984 (SACRAMENTO, 2008).

Na sequência, realizou vários documentários em vídeo, dos quais podemos destacar: *Santa Marta: Duas Semanas no Morro* (1987); *Volta Redonda - Memorial da Greve* (1989); *O Jogo da Dívida* (1990); *O Fio da Memória* (1991); *Boca do Lixo* (1992); *A Lei e a Vida* (1992) e *Os Romeiros do Padre Cícero* (1994).

Depois de *Cabra marcado para morrer*, Coutinho se firmou como o principal documentarista do país, com filmes que privilegiavam pessoas comuns e suas histórias, a exemplo do que ocorreu com *Santo Forte* (1999); *Babilônia 2000* (1999); *Edifício Master* (2002); *Peões* (2004); *O Fim e o Princípio* (2005); *Jogo de Cena* (2007); *Um dia na Vida* (2010); *As Canções* (2011) e *A Família de Elizabeth Teixeira* (2014).

Coutinho foi premiado três vezes no Festival de Gramado pelos filmes *Santo Forte* e *Edifício Master*. Além disso, recebeu um prêmio Kikito de Cristal pelo conjunto da obra. Foi também premiado duas vezes no Festival de Brasília pelos filmes *Santo Forte* e *Peões*, sem contar o reconhecimento da crítica como o maior documentarista

brasileiro em atividade. Em 2013, ao completar 80 anos, Coutinho foi homenageado na Festa Literária Internacional de Paraty e na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo (SACRAMENTO, 2008).

Em 2014, Eduardo Coutinho morreu assassinado pelo próprio filho, em surto psicótico. Deixou um documentário inacabado, que foi montado por Jordana Berg e lançado em 2015, intitulado *Últimas conversas*.

3. O Método de Eduardo Coutinho

O cinema de Eduardo Coutinho introduziu inovações originais em relação ao modo de fazer documentários no Brasil. A entrevista, ou conversa, como ele próprio preferia denominar, permitiu, de forma original, o acesso ao imaginário, à fabulação e ao poder narrativo de quem ele entrevistava. A entrevista, usada como método nos seus documentários, apresenta-nos histórias de pessoas, com suas singularidades e experiências, tudo isso feito em conjunto com o cineasta e sua equipe (que, inclusive, aparece nos filmes), o que desfaz uma separação, tão cristalizada na produção de documentários, entre o diretor, sua equipe e os personagens. O que se quer afirmar com essa exposição é que a busca de neutralidade não apenas é um esforço inútil, como bloqueia o acesso à matéria prima mais valiosa de um documentário que é a vida.

O método que ele nos propõe é centrado na palavra, na conversa, no “filmar o real”, expressão que sintetiza todo o seu esforço em aproximar-se o mais possível da condição concreta dos seus personagens, especialmente naquilo que ela contém de enigmático, desconcertante, revelador. É por intermédio da palavra de seus personagens que Coutinho discute em seus filmes temáticas de grande relevância social. Há uma ideia geral na origem de seus documentários, mas é de fato ao longo da concretização dessa ideia que os conteúdos vão se revelando efetivamente e provando que ali existe um material que justifica um documentário.

Para Eduardo Coutinho, conforme sinalizamos, a palavra é o meio por excelência para aproximar-se da realidade do outro. Em suas conversas com os personagens, ele sempre está interessado em conhecer as suas razões, sua lógica, sem julgamentos prévios ou rotulações, pois o que é essencial na relação que se constrói diante câmera é a explosão da palavra ou, como ele declarou em uma de suas inúmeras entrevistas, “o momento em que a coisa trinca”, ou seja, quando o comportamento planejado se desnorteia, quando a conversa é assim invadida pelo acontecimento (LINS, 2004a). Esse é o motivo pelo qual Coutinho não aposta em um plano muito detalhado, mas num esboço, algo impreciso, porque o que confere originalidade ao que faz é precisamente a surpresa, o “efeito câmera”, o momento em que as defesas falham e o personagem fica ao sabor de sua verdade. Esta é também a razão de uma insegurança que o acompanhava em todos os seus projetos, porque tudo era sempre uma incógnita, um enigma, podia ou não resultar em um documentário. Essa tensão, que podia ser encarada como pessimismo ou descrença, é a tradução de um estado permanente de busca em encontrar algo que faça sentido existir e compartilhar.

O método por ele empregado, de olhar bem de perto as situações sociais, desprezando categorias genéricas, mas vendo cada sujeito em sua singularidade, interessa muito a certa tradição da PT&O, especialmente porque se propõe a, partindo de uma escuta ativa, fazer emergir, através do diálogo, o que cada personagem tem a dizer sobre os fenômenos em análise. É um jeito particular de fazer cinema, interessado no outro, respeitoso com a sua condição, que prioriza a leitura que cada um realiza do que acontece ao seu redor.

As filmagens de Coutinho tinham como premissa conhecer uma determinada realidade, sendo o documentário uma representação desse real. Em uma das numerosas entrevistas que concedeu, Eduardo Coutinho afirma que, adotando a forma de um cinema de “conversação”, ele se interessava pela fala-olhar de acontecimentos e pessoas singulares, mergulhadas nas contingências da vida (BRAGANÇA, 2008).

Ele se interessava principalmente pela palavra do outro, pelo encontro, pelo diálogo e pela maneira como seus personagens se transformavam diante das câmeras. Coutinho filmava num espaço circunscrito, do qual extraía uma visão que, embora remetesse a um geral, não o representava nem pretendia fazê-lo (LINS; MESQUITA, 2011). A sua obra inovou na forma de fazer cinema que era hegemônica nas décadas de 1960 e 1970: os filmes desse período caracterizavam-se pela locução de um narrador invisível, considerado o dono da voz (BERNARDET, 2003). Segundo Frochtengarten (2009, p. 126),

Em terceira pessoa, ele fala sobre personagens que só comparecem quando chamados, a fim de servirem como exemplos que confirmem as teses apresentadas pela narração. A diluição dos personagens em uma catalogação de tipos sociológicos facilita os encadeamentos que os filmes querem fazer soar naturais ao espectador. O documentário quer coincidir com o real: o dono da voz quer ser também o ‘dono do mundo’.

“A recusa do que é ‘representativo’ e o privilégio concedido a sujeitos singulares são traços que marcam o documentário contemporâneo brasileiro” (LINS; MESQUITA, 2011). Coutinho se distingue do “modelo sociológico” quando opta por filmar de dentro para fora, enquanto outros filmes traziam uma visão de fora para dentro. O objetivo era mostrar as relações entre os sujeitos (personagens) e o cineasta. O seu compromisso era com a palavra do outro e não com imagens, como era corrente em outros documentários, que apresentavam, por exemplo, imagens da favela enquanto ou após o personagem falar sobre esse tema (SALLES, 2004).

Um filme de Coutinho que confirma essa relação peculiar que mantém com o personagem e que ele integra ao seu estilo de fazer cinema é *Jogo de Cena*, no qual ele convida um grupo de mulheres para contarem suas experiências. Em seguida, convida atrizes para interpretar as histórias dessas mulheres, combinando de maneira surpreendente esses depoimentos. Não se conhece o que é encenado e o que é real, razão pela qual se torna um filme sobre histórias e não sobre personagens. O que realmente

importa são as histórias, as narrativas e não a veracidade dos fatos. Ele apenas mostra pessoas, rostos e vozes que “são livres para não caber nos limites das sínteses” (SALLES, 2004, p. 9).

Dentre os filmes de Coutinho, *Cabra marcado para morrer* assume um lugar à parte, pois teve grande importância no cinema brasileiro e na sua trajetória de cineasta. Nesse filme, diversas inovações são introduzidas estabelecendo uma diferença quanto ao modo tradicional de fazer documentário, a exemplo da clássica separação entre cineasta e personagens. Coutinho é também personagem do filme, o que dá uma dimensão de subjetividade do diretor na própria imagem (LINS, 2004a).

A partir dessa produção, o método de Eduardo Coutinho foi se desenhando e adquirindo contornos cada vez mais nítidos. A relação do sujeito com a câmera era uma questão importante para Coutinho, pois acreditava que ninguém contaria, na frente da câmera, o que já havia contado fora, pelo menos não da mesma maneira. Por essa razão ele só conhecia as pessoas na hora de gravar e com a câmera ligada. É verdade que sua equipe procurava conhecer previamente a pessoa a ser entrevistada, repassando ao diretor algumas informações básicas, mas o substantivo do diálogo e seus desdobramentos decorriam da espontaneidade que marcava o encontro entre Coutinho e a pessoa que se propunha a dizer algo de si (sob diversas formas) e que não podia ser previamente planejado nem repetido. Outra questão envolvia a relação primordial que se estabelecia entre quem conta e quem ouve.

Segundo Lins (2004b, p. 190),

De fato, algo se constrói entre a palavra e a escuta que não pertence ao entrevistado, nem ao entrevistador. É um contar em que o real se transforma num componente de uma espécie de fabulação, onde os personagens formulam algumas ideias, fabulam, se inventam, e assim como nós aprendemos sobre eles, eles também aprendem algo sobre suas próprias vidas. É um processo onde há um curto-circuito no ato de falar.

Outra obra de Coutinho de grande repercussão foi *Edifício Master*, lançado em novembro de 2002, que conta histórias de moradores de um edifício de Copacabana. O objetivo era fazer um filme sobre indivíduos concretos, razão pela qual foi realizado em um único prédio. O que se tornou singular em *Edifício Master* foi a junção de várias histórias diferentes, como se cada quarto-sala constituísse um mundo próprio, autônomo, com valores, hábitos e moral peculiares.

Coutinho fazia filmes com os outros e não sobre os outros, sem pré-julgamentos ou objetivações dos entrevistados.

Segundo Bragança (2008, p. 9), o cinema de Eduardo Coutinho

[...] parece partir antes de tudo da busca de um dispositivo catalisador, de uma forma de operação cinematográfica que convida a fabulação, ao imaginário, ao mistério das palavras. Se a linguagem oral é um enigma porque efêmera, o cinema de Coutinho parece buscar não a solução do enigma, mas seus rastros, suas parencas superficiais, seus momentos em que algo se instaura no mundo a partir do corpo que fala.

Vamos destacar a seguir três de suas produções nas quais o tema do trabalho se faz presente, procurando detectar o método que se desenha a partir deles.

Cabra marcado para morrer é um documentário bastante significativo para entender a novidade do modo de fazer cinema de Eduardo Coutinho. O projeto original, de uma ficção sobre a vida e a morte de João Pedro Teixeira, se transforma em algo bem diferente quando foi retomado 17 anos depois. Coutinho também já não é mais o mesmo.

Como bem observa Schwarz (1987, p. 74-75), no projeto original “[...] tratava-se do encontro entre os movimentos estudantil e camponês através do cinema, num momento de radicalização política nacional. O que estava em jogo era o futuro do país, e as pessoas só mediamente seriam o problema”. No reencontro nos anos 1980, eram as pessoas o maior interesse de Coutinho. O foco central de seu trabalho havia mudado nesse intervalo de tempo. Não que o interesse pelas lutas sociais ou pelos que estão na base da pirâmide social tivesse desaparecido de *Cabra marcado para morrer* e de seus trabalhos seguintes. Continuam lá, mas aparecem sob outras formas. O foco dos documentários de Coutinho são as pessoas, os encontros, as conversas e o acaso. É exatamente isso o que nutre e sustenta sua obra.

Numa entrevista que concedeu (FROCHTENGARTEN, 2009, p. 130), Coutinho afirma o seguinte:

O acaso, a surpresa e a incerteza do resultado é que me interessam. Eu acho que as relações dão certo quando não são pergunta e resposta, mas um ato colaborativo. O ato de filmagem é assim: a pessoa me diz alguma coisa que nunca vai repetir, nunca disse antes ou dirá depois. Surge naquele momento. E isso não é pingue-pongue. As pessoas interagem comigo.

Coutinho não tem controle sobre o que vai surgir nessas conversas e é exatamente isso que ele busca, o acaso. Cada conversa é, nesse sentido, um desafio, uma aposta, como ele diz:

Em toda minha experiência de vida e de filmagem eu vi que, não importa se há pesquisa anterior e se eu conheço alguns fatos, o acaso está sempre presente. E que há um problema que é saber quando perguntar, o quê perguntar, quando romper o silêncio e quando não romper. Eu estou a toda hora errando. Porque o documentário é baseado na possibilidade de erro humano. Até hoje acontece de eu perguntar na hora em que eu não devia e o silêncio acaba. Ou eu faço a pergunta errada. Às vezes eu consigo fazer a pergunta certa. Tudo porque a voz em um filme ou na história oral é imediata (FROCHTENGARTEN, 2009, p. 129).

Em *Boca do Lixo*, o que Coutinho procura é registrar como vivem as pessoas que ganham a vida catando lixo no vazadouro de Itaoca, em São Gonçalo – RJ. Se num primeiro momento é enorme a resistência das pessoas, que escondem seus rostos e dão respostas ríspidas (um jovem garoto chega a questionar o entrevistador sobre o que ele ganha “para ficar botando esse negócio na nossa cara”, referindo-se à câmera), num segundo momento, conforme Coutinho vai perguntando e demonstrando interesse pela vida dessas pessoas, elas vão se abrindo e

contando suas histórias, inclusive recebendo a equipe nas suas próprias casas. Coutinho demonstra aqui toda a sua competência como entrevistador.

Referindo-se a *Boca do Lixo* numa entrevista, Coutinho afirma:

[...] dos intelectuais que vão a um lixão, noventa por cento vão para pegar gente que fala mal do governo, que isso é uma vergonha, etc. E eu fui fazer o filme em um lixão e usei uma pergunta absolutamente obscena: ‘Aqui é bom ou mau?’ Tem gente que ficou maluca. Mas no filme tem pessoas que dizem que é melhor do que trabalhar em casa de madame. Porque no momento em que você tipifica e desqualifica o outro, que você diz ‘o lixo é um inferno e esse cara é um abutre’, ele não tem como se doar com um certo nível de igualdade utópica (FROCHTENGARTEN, 2009, p. 130).

Nas entrevistas/conversas que Coutinho realiza não há espaço para censuras nem direcionamentos. Ele está aberto ao acontecimento e procura se doar de forma sincera. Coutinho não foge as ambiguidades e contradições que fazem parte do real, mas procura capturá-las. Foram essas premissas que guiaram Coutinho nas suas conversas/entrevistas, base do método que desenvolveu e buscou aperfeiçoar até sua morte.

A próxima seção desse artigo é dedicada a cotejar a obra de Coutinho e os usos que são feitos dos métodos visuais em PT&O, especialmente em uma das abordagens clínicas do trabalho, a clínica da atividade.

O campo das Clínicas do Trabalho carece de consenso e melhor definição, pois, como apresentam Molinier e Flotes (2012, p. 51), “as abordagens clínicas do trabalho agrupam, na França, muitas correntes: a psicopatologia do trabalho, a psicodinâmica do trabalho, a clínica da atividade, a psicologia social clínica do trabalho”. Nesta mesma linha, para Lhuillier (2011) ao falar da clínica do trabalho, a autora contempla a psicologia social clínica, a psicopatologia do trabalho, a psicodinâmica do trabalho e a clínica da atividade.

Por outro lado, os livros lançados no Brasil sobre o tema, organizados por Bendassolli e Soboll (2011; 2014) consideram, em seu primeiro volume, a Psicossociologia, Psicodinâmica do Trabalho, Clínica da Atividade e a Ergologia como parte daquelas clínicas, enquanto que, no segundo volume, além daquelas, incorpora ainda a Ergonomia (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2014).

Cabe pontuar, por hora, que nas clínicas do trabalho encontramos o interesse central pela atividade de trabalho, tomando como ponto de partida a distinção estabelecida pela Ergonomia entre tarefa e atividade (GUÉRIN et al., 2001) e que a Clínica da Atividade, ao lado da própria Ergonomia, constituem as abordagens que melhor se valem do vídeo como ferramenta de pesquisa e intervenção.

4. O uso do vídeo na análise do trabalho em Pt&O

Na análise do trabalho eis uma situação muito corriqueira que os pesquisadores enfrentam: quando se pede a um trabalhador que descreva em detalhes sua atividade de trabalho (um dia de trabalho, por exemplo), este geralmente responde que há pouco o que dizer, que o seu

trabalho é simples, que a sua descrição acabará logo, que não possui material para caber numa entrevista. Não obstante, quando o pesquisador persiste e o trabalhador começa a falar de seu trabalho, sobre o que realiza no seu cotidiano, suas atividades, acontece, em geral, algo surpreendente. Tal como ocorre com um novelo de lã que, quando mais se desenrola, mais fio se encontra (como se interminável fosse), o trabalhador, quando é provocado a falar, começa a tomar consciência do seu fazer, a apropriar-se efetivamente de sua atividade e o resultado é que sempre se impressiona com o volume de atividades que desenvolve, com os problemas que corriqueiramente enfrenta e consegue superar, enfim ele se dá conta da amplitude do que realiza. Esse é um efeito previsível quando se participa de um ambiente (de trabalho, de investigação) que favorece o exercício da palavra, onde se tem a possibilidade de discutir o trabalho, de confrontar com outros (pesquisadores ou pares) os modos de fazer e de enfrentar as dificuldades e imprevistos. O fazer, por esse ângulo, está sempre à frente da consciência que dele se tem e só o exercício da palavra pode reduzir essa distância, permitindo ao trabalhador não apenas conhecer o alcance de sua contribuição, mas também enxergar onde poderia evoluir e qualificar melhor sua contribuição. O vídeo se insere nessa trama como um recurso que provoca a palavra, a expressão, produzindo tomada de consciência e impulso à ação transformadora. Nas palavras de Baratta (2013, p. 492):

A utilização do vídeo para registrar as ações características da atividade constitui um enriquecimento metodológico, na medida em que esse modo de observação permite ‘retomar’ com os operadores a maneira pela qual eles realizam concretamente seu trabalho e assim tantas vezes quantas for necessário. Eles podem assim melhor elucidar a conduta de suas ações, isto é, declarar motivos, razões, escolhas e renúncias as quais são confrontados nas suas situações de trabalho.

Essa citação revela as possibilidades que a imagem (do vídeo em particular) pode apresentar no sentido de dar inteligibilidade ao que acontece nas situações de trabalho. Ou seja, por meio do vídeo (do registro em imagem e som) é possível enxergar em sua globalidade e nos detalhes os elementos que estruturam uma situação de trabalho: a atividade em processo, as relações que se estabelecem com os objetos técnicos (instrumentos, equipamentos, ferramentas, tecnologias), com os pares (na busca de entendimento e resolução de problemas), com a hierarquia (na discussão sobre os equívocos de certas prescrições, na negociação de formas alternativas de enfrentamento dos problemas), com os clientes (na captação do modo como enxergam o produto ou serviço prestado e se efetivamente produzem as transformações prometidas em suas vidas). A imagem, mediada pela conversa entre pesquisadores e trabalhadores, permite ver-nos em ação, comunicando-nos, interagindo, fazendo escolhas; permite reconstituir o curso da ação, quase sempre tortuoso, discrepante em relação ao planejado, pontuado de imprevistos que perturbam o fluxo do trabalho, ainda que em seguida o equilíbrio seja recuperado graças à intervenção inteligente dos trabalhadores para, na sequência, ser

surpreendido por nova perturbação. Em outros termos, a imagem, quando processada num coletivo de pesquisa, pode dar visibilidade ao que está oculto, fazendo emergir conteúdos latentes, revelando pôr fim a complexidade das situações de trabalho.

“Filmar para fazer dizer”, para permitir a expressão: a imagem como veículo para fazer emergir a significação do trabalho. “No caso, graças à imagem, mostra-se a atividade, mostra-se melhor que a olho nu, com mais detalhes e, além disso, permite estabilizar a imagem a fim de melhor analisar” (LACOSTE, 1997, p. 11).

De acordo com Lacoste (1997), o vídeo se revela essencial na abordagem de algumas temáticas. A primeira delas é o “curso da atividade”, ou seja, é possível seguir o trajeto que realizamos ao buscar atender os objetivos da tarefa. Nesse processo podemos perceber que o caminho seguido não é exatamente igual àquele que foi previsto, precisamente porque no processo várias coisas aconteceram que não foram antecipadas e que exigem uma gestão *in loco*, situada. Outro tema que o vídeo permite abordar são as interações no trabalho ou a “sincronização interacional” como se refere o autor (LACOSTE, 1997, p. 15). Esse tipo de abordagem permite-nos ver que grande parte de nossas atividades de trabalho são de natureza comunicativa, ainda mais quando se está no domínio da relação de serviço, das relações entre os trabalhadores e os usuários ou clientes. Os “coletivos de trabalho” são o terceiro tema passível de ser abordado por intermédio do vídeo, ou seja, é possível acompanhar operadores agindo em simultâneo para realizar uma tarefa, uma obra, uma missão, com tudo o que essa operação comporta: comunicações, operações, ações, deslocamentos, etc. Os “objetos técnicos” (artefatos, ferramentas, instrumentos, objetos simples de trabalho) são outro tema de interesse. A relação com a máquina (o meio de trabalho) é nesse caso privilegiada. Enxergar como o instrumento se incorpora à atividade desenvolvida, que tipo de relação se estabelece entre o produtor e seu instrumento de trabalho, a qual pode auxiliar ou gerar dificuldades à execução do trabalho. Por fim a palavra dos “atores-operadores”.

A autoconfrontação, recurso metodológico originário da Ergonomia da Atividade (GUÉRIN et al., 2001) (quando o trabalhador é filmado no seu trabalho e essa filmagem é objeto de discussão com pesquisadores ou pares), é um meio para provocar a expressão, para construir uma representação do trabalho. De acordo com Baratta (2013, p. 493), “[...] através das autoconfrontações, trata-se de compreender o que guia a ação e o discurso dos operadores [...]. O objetivo é fazer emergir progressivamente uma palavra coletiva que permita ultrapassar a soma dos pontos da vida individuais”. Situada no quadro das verbalizações provocadas, a autoconfrontação consiste em

[...] apresentar aos diferentes operadores concernidos, individualmente ou em grupo, dados os mais ricos possíveis sobre seu comportamento físico e verbal durante o desenvolvimento de sua atividade e de demandar-lhe comentá-lo, buscando ser o mais fielmente possível (MONTMOLLIN, 1997, p. 278).

A Clínica da Atividade, abordagem que tem em Yves Clot seu principal representante, tem procurado, nas suas pesquisas, utilizar-se do vídeo no quadro do método da autoconfrontação cruzada (FÉRNANDEZ; CLOT, 2010; PÈLEGRIN, 2011). O objetivo é possibilitar uma troca verbal entre trabalhadores tendo como foco uma situação problema comum com o fim de, por intermédio da confrontação de visões, favorecer uma apreensão aprofundada dessa situação, de modo a encontrar elementos para aperfeiçoar suas formas de fazer. De acordo com Kostulski (2013, p. 65) “[...] a filmagem nos dá os detalhes do trabalho realizado, os caminhos que o profissional tomou em sua atividade e aqueles que, querendo ou não, abandonou”. Desse modo, o interpsicológico, que se vale de vias “[...] dialógicas, linguageiras e interacionais que participam das transformações do pensamento sobre o trabalho [...]” (KOSTULSKI, 2013, p. 67) se transforma em fonte de desenvolvimento do intrapsicológico.

Para Clot e Faïta (2016) a intenção subjacente ao método é ampliar o poder de ação do trabalhador, é permitir com que se sirva da sua experiência para vivenciar outras experiências. Para esses autores “tomar consciência não consiste em reencontrar um passado intacto pelo pensamento, mas [...] fazê-lo reviver na ação presente” (CLOT; FAÏTA, 2016, p. 54) tendo em vista uma ação futura transformada.

De acordo com MONTMOLLIN (1997, p. 278), a qualidade das verbalizações depende de inúmeros fatores, tais como: “[...] a qualidade dos dados submetidos ao comentário; as condições situacionais desse comentário; a competência de questionamento dos observadores-interlocutores, a distância temporal entre o momento do comentário e o momento das ações, a natureza das atividades”.

Finalizando, poderíamos perguntar, anunciando o próximo tópico, que convergências podemos identificar entre o legado de utilização da imagem no processo de análise, formação e transformação do trabalho da PT&O e o método desenvolvido por Eduardo Coutinho. Adiante algumas pistas.

5. Convergências entre Eduardo Coutinho e a Pt&O

Um primeiro aspecto que chama atenção no método de Eduardo Coutinho e que se consolida a partir de suas experimentações é a sua aposta incondicional no “efeito câmera”. A libertação da palavra, a emergência de uma narrativa atraente, as performances que a acompanham, só seriam possíveis com essa condição atendida. Certas facetas do personagem só se dariam a conhecer a partir de um certo *set* de filmagem no qual a câmera ligada é fator crucial. É essa a razão pela qual Coutinho procurou sempre esquivar-se de um conhecimento profundo de quem vai entrevistar. Contenta-se com informações básicas e, ainda assim, garimpadas por sua equipe de filmagem, sem sua participação. Tal conhecimento anularia, no seu entender, a potência que poderia advir do efeito câmera, que constitui o núcleo de seu método, e de onde se pode efetivamente esperar que um filme-documentário passe a existir.

O efeito câmera não poderia existir se não se conjugasse a uma escuta ativa por parte do diretor-entrevistador, que assim manifesta um interesse genuíno no outro. Eduardo Coutinho dá provas, em todos os seus documentários, de uma grande habilidade em iniciar e manter conversas, colocando questões que abrem novas janelas de compreensão e que permitem aproximar-se da complexidade dos fenômenos em análise. Isso o transforma, inclusive, em referência de como conduzir entrevistas. A tentativa de acessar a perspectiva do outro por meio de um dispositivo metodológico menos enquadrado, mais livre, mas nem por isso menos rigoroso, tem sido experimentado, por exemplo, na perspectiva ergológica. Encontramos aí um campo fértil de diálogo entre o método desenhado por Eduardo Coutinho e essas experimentações observadas na Ergologia e em outras Clínicas do trabalho.

Tais considerações nos ligam ao modo como o vídeo é apropriado pela Ergonomia e particularmente pela Clínica da atividade. Ver-se trabalhando, em atividade, na presença de um interlocutor (um pesquisador, no caso da autoconfrontação simples), ou então na presença de um interlocutor e de outro trabalhador (no caso da autoconfrontação cruzada) permite enxergar aspectos que normalmente não vemos, seja porque funcionamos em parte no automático, seja porque estamos mergulhados em um universo de atividades que ofuscam nossa visão e nos impedem de dimensionar o alcance de nossa contribuição. Mas, sobretudo, porque a experiência está sempre à frente de nossa capacidade de simbolização. A partir do momento em que temos a possibilidade de nos assistir em atividade e, mais que isso, temos a chance de confrontar o que fazemos, registrado no vídeo, com um interlocutor ou colega, chegamos a um efeito parecido com o do efeito câmera de Eduardo Coutinho. É como se o vídeo e a troca linguística que provocasse produzissem um efeito de libertação da palavra, de tomada de consciência de si, o que, na visão da Clínica da atividade, é a ampliação do poder de agir do trabalhador.

Utilizando-se da conversação, Coutinho vai montando seus documentários com base nos relatos dos seus personagens, mergulhados, por sua vez, nas contingências da vida. A singularidade de cada um deles, que se apresenta sob o impulso do efeito câmera, especialmente quando sobrevém o imprevisto, é o que de fato pode cancelar o nascimento de um documentário. Nessa perspectiva, Coutinho procurava não se apoiar em roteiros, mas em esboços, porque queria e tinha consciência do valor de estar disponível ao acontecimento. Sem esse componente, sem uma narrativa convincente, o documentário jamais existiria. Nesse sentido, notam-se convergências entre o método de Eduardo Coutinho e a Ergonomia, uma das abordagens clínicas da PT&O. A Ergonomia é uma disciplina que se propõe, alimentando-se de conhecimentos de outras disciplinas científicas (engenharia, medicina, economia, sociologia, entre outras), a adaptar o trabalho aos humanos, em suas características e peculiaridades. As concepções acerca do trabalho se constroem a partir da confrontação entre a prescrição e a ação efetiva do trabalhador (ou trabalho prescrito e real). Essa

distância recebe o nome de Variabilidade, ou seja, variações que ocorrem no ambiente, na equipe, no produto, na matéria prima e no próprio trabalhador e que perturbam o fluxo normal de produção, exigindo regulações da parte do operador para reestabelecer o equilíbrio da produção. A variabilidade para a ergonomia é um conceito fundamental, pois permite, através de sua análise, acessar a aspectos cruciais da atividade de trabalho.

A presença da variabilidade ou do acontecimento é na prática uma condição para a existência de um documentário na visão de Eduardo Coutinho. Pode-se afirmar que ele busca incessantemente essa ruptura (aquilo que trinca) nos seus personagens e somente quando isso acontece, ele pode dizer, com alguma segurança, que ali nasceu um documentário. Temos assim, um ponto de convergência importante: a valorização do acontecimento, da variabilidade, do aleatório, do evento, como via privilegiada de aproximação à realidade de trabalho. Por outro lado, a ênfase na palavra falada possibilita um acesso ao real, ou pelo menos a camadas desse real, ou seja, os personagens, ao relatarem suas experiências de vida, buscam afirmar-se como sujeitos, com protagonistas de sua atividade. Nas abordagens clínicas, o que buscamos é precisamente a palavra que provê de sentido às ações, que nos explica o gesto, o deslocamento, a postura, a comunicação codificada.

O efeito câmera revelou-se de forma muito evidente em *Santo Forte*, no qual Coutinho filma as falas e as experiências religiosas de 11 moradores de Vila Parque da Cidade (favela da Zona Sul do Rio de Janeiro). Ao trazer o tema da religiosidade, cada personagem incrementa sua fala, revelando o poder individual de narrativa. Coutinho procurava abster-se de qualquer forma de julgamento, diante do que as pessoas falavam, mantendo sempre uma escuta ativa (LINS; MESQUITA, 2011).

Nesse momento o diretor percebe a importância de designar um sítio, um espaço restrito para realizar as filmagens. Lins e Mesquita (2011) afirmam que Coutinho em *Santo Forte* procura filmar em um espaço delimitado para daí prospectar uma visão que, apesar de evocar um geral, não o exemplifica. A ergonomia e outras clínicas do trabalho colocam-se nessa trilha ao buscar em um sítio, em uma situação (daí porque situada) enxergar o que está em jogo e que escapa a visão a olho nu.

Outro aspecto dos filmes de Coutinho diz respeito a singularidade dos personagens, particularmente em *Boca de Lixo*, que retrata a vida e experiências de um grupo de catadores de lixo no Lixão de São Gonçalo, em Niterói – RJ. Cada relato, cada personagem, cada experiência portava uma singularidade que, muitas vezes, entrava em colisão com os estereótipos que enquadram aquele grupo de moradores.

Muitos dos aspectos presentes nos filmes de Eduardo Coutinho, também são notados em uma abordagem da PT&O, a Clínica da Atividade. Nessa abordagem, a palavra é um elemento fundamental para que o trabalhador possa ampliar suas reflexões acerca de suas atividades nos ambientes de trabalho. O uso de técnicas

como a autoconfrontação, simples e cruzada, na qual o trabalhador é filmado desempenhando suas atividades e depois reflete sobre o que vê nas filmagens com um parceiro, é um dos exemplos de como a palavra, os relatos e a reflexão que se fazem sobre a atividade é importante para compreender a lacuna existente entre as prescrições e o contexto real do trabalho.

Um último aspecto a destacar é o que poderíamos chamar de devolução. Coutinho estabeleceu como prática exibir o documentário para a população que participou do filme antes de sua difusão mais ampla. Essa é também uma prática comum em várias abordagens clínicas do trabalho. A devolução é não apenas uma apresentação do que foi produzido sobre pessoas de um determinado sítio, mas uma possibilidade adicional de confirmar ou infirmar os achados obtidos. Portanto, aí também encontramos convergências.

6. Conclusões

É possível perceber, examinando a obra de Eduardo Coutinho, um bom número de convergências com as práticas de várias abordagens Clínicas do trabalho. A valorização da palavra como meio de acesso ao sentido da ação do outro; o respeito ao outro, traduzido na consideração de sua identidade cultural, seus costumes, sua visão de mundo, são marcas do trabalho de Coutinho, entre outras. Por outro lado, o efeito câmera guarda semelhanças, quanto aos efeitos, com o uso do vídeo para fins de autoconfrontação (simples ou cruzada), pelo poder transformador que daí pode advir. Outro aspecto remete ao desenvolvimento do dispositivo Conversa. É algo que Coutinho gradativamente vai sofisticando no seu processo de trabalho. Para ele, o ato de falar é sempre um gesto vivo e nele é possível perceber pausas, silêncios, expressões faciais, os tons das vozes. Enfim, vemos que as apostas que fizemos no início desse projeto se confirmaram. Em suma, a obra de Eduardo Coutinho tem muito a dizer à PT&O tanto em conteúdo, por meio dos temas que aborda em seus documentários, quanto especialmente no método, que pode nos ser útil no desvelamento dos enigmas do trabalho.

Referências

- A FALECIDA. Direção: Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Herbert Richers Produções Cinematográficas, 1965. 1 DVD (90 min).
- A FAMÍLIA de Elizabeth Teixeira. Direção: Eduardo Coutinho. [S.l.: s.n.], 2014. 1 DVD (64 min).
- A LEI e a vida. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992. 1 DVD (35 min). Disponível em: <https://youtu.be/FuxH2X6W9bo>. Acesso em: 21 maio 2017.
- AS CANÇÕES. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2011. 1 DVD (90 min).
- BABILÔNIA 2000. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: CECIP, 1999. 1 DVD (80 min).
- BARATTA, R. La video comme outil d'intervention pour l'analyse du travail. In: TEIGER, C.; LACOMBLEZ, M. (Coord.) (*Se Former pour transformer le travail?*) Dynamiques de constructions d'une analyse critique du travail. Laval: PUL, 2013. p. 492-494.

- BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011.
- BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L. A. (Org.). *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2014.
- BERNARDET, J. C. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOCA do lixo. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992. 1 DVD (50 min).
- BRAGANÇA, F. (Org.). *Eduardo Coutinho: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.
- CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Mapa Filmes e Eduardo Coutinho Produções Cinematográficas, 1984. 1 DVD (119 min).
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Memória do Cinema Documentário Brasileiro: histórias de vida. *Eduardo Coutinho*. 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/memoria-documentario/eduardo-coutinho>. Acesso em: 13 de maio 2016.
- CLOT, Y.; FAÏTA, D. Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 33-60, maio/ago. 2016.
- DONA Flor e seus dois maridos. Direção: Bruno Barreto. [S.l.]: Carnaval Unifilm, 1976. 1 DVD (110 min).
- EDIFÍCIO Master. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2002. 2 DVDs (110 min).
- EDUARDO Coutinho. In: MNEMOCINE. *Aruanda*. [ca. 2003]. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/aruanda/coutinho.htm>. Acesso em: 13 maio 2016.
- FÉRNANDEZ, G.; CLOT, Y. *Entrevistas en auto-confrontación: un método en clínica de la actividad*. *Informática na Educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v.13, n. 1, p. 11-16, jan./jun. 2010.
- FROCHTENGARTEN, F. A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 125-138, jan./mar. 2009.
- GAROTA de Ipanema. Direção: Leon Hirszman. Rio de Janeiro: Saga Filmes, 1967. 1 DVD (90 min).
- GUÉRIN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da Ergonomia*. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.
- JOGO de cena. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2007. 1 DVD (100 min).
- KOSTULSKI, K. A linguagem na análise da atividade: formas de realização e funções psicológicas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 6, n. especial, p. 59-68, 2013.
- LACOSTE, M. Filmer pour analyser: l'importance du voir dans les micro-analyses du travail. Filmer le travail: recherche et réalisation. *Champ Visuels. Revue Interdisciplinaire de recherches sur l'image*, n. 6, p. 10-17, sept. 1997.
- LHUILIER, D. Cliniques du travail. *Nouvelle revue de psychosociologie*, v. 1, n. 1, p. 179-193, 2006. [CrossRef](#).
- LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22-58.
- LINS, C. *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004a.
- LINS, C. O cinema de Eduardo Coutinho: uma arte do presente. In: TEIXEIRA, F. (Org.). *Documentário no Brasil: tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004b. p. 179-198.
- LINS, C.; MESQUITA, C. *Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.
- MOLINIER, P.; FLOTTES, A. Travail et santé mentale: approches cliniques. *Travail et emploi*, n. 129, p. 51-66, 2012.
- MONTMOLLIN, M. (Dir.). Verbalisations provoquées. In: _____. *Vocabulaire de l'Ergonomie*. 2. ed. Toulouse: Octarès, 1997.
- O FIM e o princípio. Direção: Eduardo Coutinho. [S.l. : s.n.], 2005. 1 DVD (110 min).
- O FIO da memória. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: [s.n.], 1991. 1 DVD (115 min).
- O JOGO da dívida. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Cecip, 1990. 1 DVD (58 min).
- OS ROMEIROS do Padre Cícero. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994. 1 DVD (37 min).
- PÈLEGRIN, B. Sur l'autoconfrontation: vous avez dit «croisee ?». *Ergologia*, n. 5, p. 107-145, mar. 2011.
- PEÕES. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2004. 1 DVD (85 min).
- RIBEIRO, B. C. Trabalho e gestão através do cinema. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- SACRAMENTO, I. Depois da revolução, a televisão: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970. 2008. 318 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)–Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- SALLES, J. M. Prefácio. In: LINS, C. *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. p. 7-10.
- SANTA Marta: duas semanas no morro. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Frederico Moraes. Rio de Janeiro: [s.n.], 1987. 1 DVD (54 min).
- SANTO forte. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: CECIP, 1999. 1 DVD (80 min).
- SCHWARZ, R. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ÚLTIMAS conversas. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2015. 1 DVD (87 min).
- UM dia na vida. Direção: Eduardo Coutinho. [S.l.: s.n.], 2010. 1 DVD (94 min).
- VOLTA Redonda – Memorial da greve. Direção: Eduardo Coutinho. 1989. Rio de Janeiro: [s.n.], 1989. 1 DVD (39 min).

Recebido em: 4 de junho de 2017

Aceito em: 17 de janeiro de 2018

O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho

Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha^{Orcid. I} ★ Francinaldo do Monte Pinto^{Orcid. II}

^I Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

^{II} Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil

Resumo

Discute-se, neste artigo, o patrimônio conceitual da Psicologia do Trabalho à análise do trabalho reprodutivo (doméstico). Através dos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho, da Ergonomia e da Teoria da Divisão Sexual do Trabalho, evidencia-se a realização de um trabalho com prescrições informais, imprecisas, subentendidas e com enorme variabilidade. O trabalho é mobilizado por uma inteligência da prática, pelo uso dos saberes e sagacidades do corpo no cumprimento das tarefas designadas diariamente às empregadas domésticas. Ressalta-se, aqui, a premência da sistematização e da normatização das condições de trabalho, especialmente sobre os níveis de riscos e instrumental de trabalho e de proteção.

Palavras-chave: psicologia do trabalho; trabalho doméstico; trabalho reprodutivo; empregadas domésticas.

The conceptual challenge of domestic work to work psychology

Abstract

This article discusses the conceptual heritage of work psychology through the analysis of domestic work. Through the concept of work psychodynamics, ergonomics and the theory of work sexual division, it can be shown that work is carried out with informal, inaccurate, implied prescriptions and enormous variability. Work is marshalled by intelligent practice, by knowledge and the body's sagacity while carrying out daily tasks assigned to domestic servants. It is worth noting the urgency for systemization and normalization of working conditions especially regarding risk levels, instrumentation and health and safety.

Keywords: work psychology; domestic work; reproductive work; domestic servants

A Situação Social do Trabalho Doméstico no Brasil

A divisão sexual do trabalho e a tradição cultural no reconhecimento do espaço privado como o universo “natural” das mulheres; assim como o âmbito público e racional como o legítimo lugar dos homens, tem refletido nos espaços de mulheres e homens no trabalho e na dinâmica da vida cotidiana.

Apesar do movimento emancipatório das mulheres já ter conseguido muitos avanços – com a mulher assumindo lugares de trabalho importantes, definindo com mais autonomia sua vida reprodutiva, e elevando sua escolaridade – ainda se delega às mulheres, no mundo do trabalho, o papel da força de trabalho acessória ou menos importante. Neste sentido, já que a esfera pública é “destinada” aos homens, tal aspecto acessório reputado ao trabalho das mulheres tende a ser um divisor de águas: trabalho de homens, valorizado, bem pago; trabalho de mulheres, desvalorizado, mal pago (nuances dessa realidade existem, exceções também) (KERGOAT, 2003; HIRATA, 2010; ÁVILA, 2009).

O maior representante desse trabalho desvalorizado e mal ou não remunerado é o trabalho doméstico. Este termo – “trabalho doméstico”¹ – remete a dois tipos de trabalho: aquele realizado gratuitamente e que é considerado aptidão e dever “naturais” de toda e qualquer mulher; e o trabalho doméstico referente à ocupação denominada “empregada doméstica”, exercida mediante

contratação (formal ou não) e remuneração, no domicílio de terceiros. Trata-se de uma atividade considerada de baixo valor econômico e social e de certa invisibilidade no mundo do trabalho.

Os dois tipos de trabalho doméstico mencionados – o não remunerado e o remunerado – compõem o que se tem designado como “trabalho reprodutivo”, em oposição ao “trabalho produtivo”, aquele do mercado de trabalho, gerador de valor econômico. Designa-se “reprodutivo” porque o modo de produção capitalista, segundo Christine Delphy (2011), coexiste com outro modo de produção, que é o modo de produção doméstico. É nele que a força de trabalho se reproduz e se disponibiliza ao mercado. Para esta autora, as relações sociais que definem o trabalho assalariado, também define o trabalho doméstico. Este, neutralizado na aparência do “natural” permanece invisível e sem as tensões necessárias nessas relações, recaindo sua sustentação na subordinação das mulheres.

O trabalho reprodutivo, a partir da perspectiva aqui adotada, funciona como sustentador do trabalho produtivo, uma vez que não há reprodução da vida fora do doméstico, na configuração cultural habitual de capital & trabalho, propriedade privada, família nuclear, matrimônio etc. Relações sociais que impelem o trabalho reprodutivo a ser historicamente desconsiderado como trabalho em si, relegado às relações “naturais” e à gratuidade.

A “naturalização” do trabalho doméstico como uma habilidade intrínseca feminina, além da pertinência econômica no barateamento da força de trabalho das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas, coloca o trabalho doméstico entre os piores índices das desigualdades e desvantagens sociais, como veremos adiante. Um trabalho que, embora seja fundamental para o funciona-

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n – 9º andar – Cidade Universitária – Recife, PE – Brasil. CEP: 50670901. E-mail: kalianirocha@gmail.com, dumontepinto@uol.com.br

¹ Heleieth Saffioti e Betânia Ávila são duas estudiosas brasileiras importantes na análise das questões do trabalho doméstico; assim como Christine Delphy, Françoise Sonthonax, Danielle Chabaud-Rychter e Dominique Fougeyrolla-Schwbel são precursoras francôfonas desse debate e que fundamenta os atuais estudos.



mento e manutenção da vida e do mercado de trabalho, é invisibilizado e considerado de pouco ou nenhum valor associado à cadeia produtiva.

Mesmo que de um modo geral se fale em “trabalhadoras domésticas”, as situações de trabalho são bastante heterogêneas, partindo desde o ainda existente trabalho sem nenhuma remuneração (muitas vezes infantil),² passando pela mensalista residente (a que dorme no domicílio de trabalho), ou mensalista não residente, chegando às chamadas “diaristas” (que trabalham autonomamente em mais de um domicílio).

O trabalho doméstico é uma nítida experiência para se falar de “divisão sexual do trabalho”, porém, o trabalho doméstico possui a peculiaridade de ser outra divisão do trabalho que se estabelece entre mulheres de diferentes classes (ÁVILA, 2009). Em nossa realidade social, quando uma mulher exerce trabalho “fora de casa”, no mercado de trabalho produtivo, outra ou outras mulheres permanecem em suas residências para exercerem o trabalho doméstico. Pesquisas sobre o uso do tempo de mulheres e homens têm demonstrado que o compartilhar do trabalho reprodutivo na família tem se modificado, com uma maior participação dos homens nas tarefas do cotidiano. Porém, trata-se de uma transformação germinal, necessitando de tempo e consciência das famílias e da sociedade como um todo para uma transformação substancial que resulte numa liberação da vida e do tempo das mulheres.

Apenas como exemplo, em 2014, segundo estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), a dedicação semanal de tempo, entre mulheres e homens aos trabalhos domésticos era de 25,3 horas semanais para elas e 10,9 horas para eles. A pesquisa informa que em 10 anos, as horas femininas reduziram de 27,1 para 25,3 horas por semana e o tempo masculino ficou inalterado (vale ressaltar que esses dados são de pessoas “economicamente ativas”).

Isto indica que o compartilhar do trabalho doméstico ainda precisa ser absorvido e considerado responsabilidade de todos e de todas que compõem o grupo familiar, potencializando, assim, a transformação da cultura que se apropria da vida das mulheres, sobrecarregadas e responsáveis únicas por todo o trabalho doméstico.

Em relação ao trabalho doméstico remunerado, os números revelam uma das piores situações profissionais. As estatísticas sobre o tema indicam que existem imbricações de relações no trabalho doméstico entre sexo, classe e raça.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013), em 2011, cerca de 6,6 milhões de pessoas encontravam-se em ocupação nos “serviços domésticos” no Brasil. Essa ocupação se caracteriza por ser “essencialmente feminina”, abrigando naquele ano, um contingente de 6,1 milhões de mulheres (92,6%). Em 2017, o quantitativo é de 6,3% segundo a Pnad/IBGE, apontando uma proporcionalidade inversa desta diminuição com o aumento da informalidade (SARAIVA, 2017).

² Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007), as meninas com idades entre cinco e 13 anos perfazem 17,3% das que exercem trabalho doméstico, e 60% delas, sem receber nenhum tipo de remuneração.

Concernente à faixa etária das empregadas domésticas, o maior percentual, em 2004, esteve entre as idades de 30 a 39 anos de idade (27,2%), modificando em 2011 para as idades entre 40 a 49 anos (28,5%). Dado interessante é que a faixa etária acima dos 50 anos passou de 13,7%, em 2004, para 21,9%, em 2011 (DIEESE, 2013). Isto indica que há uma permanência dessas mulheres que já trabalham nessa ocupação, em detrimento da não entrada de mulheres mais jovens, que possivelmente, conseguiram entre esses anos analisados, inserção em outras ocupações no mercado de trabalho. Em 2006, a maioria do contingente de mulheres trabalhadoras domésticas estava na faixa entre 35 e 44 anos de idade, compondo aproximados 30%; seguida da faixa entre 25 e 34 anos, com 26% (IBGE, 2007). Isso demonstra o contingente de mulheres em idade produtiva inserida no tipo de trabalho com as desvantagens já comentadas.

Sobre a escolaridade, em 2011, 49% apresentavam ensino fundamental incompleto ou equivalente (alfabetizadas não escolarizadas) e 23% apresentavam fundamental completo ou ensino médio incompleto (em 2004 era 20,4%). Como mostram os dados, a escolaridade ainda é baixa, embora apresente pequena alteração no sentido da elevação.

Em termos de rendimentos, ainda no ano de 2011, essa ocupação se caracterizava por representar o menor rendimento médio mensal, cerca de R\$ 509,00 (à época, o salário mínimo era de R\$ 545,00), comparada a outros segmentos. Isso computa 39% da média nacional de “ocupados” – apesar de ter havido entre 2004 e 2011 um aumento no rendimento de 46%.

O fator raça/cor, no caso do Brasil, ressalta-se pela concentração de pessoas negras: 61,8% pretas/pardas e 38% brancas (com 0,2% de “outros”) (IBGE, 2007). A relação inversa também é alta: das mulheres negras no Brasil, 21% são empregadas domésticas, e dessas, apenas 23% possuem a carteira de trabalho assinada. Das mulheres brancas, essa relação é de 12,5% e 26% (IBGE, 2007). Betânia Ávila (2009, p. 149) realça a relação “inextricável com o regime escravista que se manteve até o final do século XIX” com a profissão, no Brasil. As mulheres negras, com a abolição da escravidão passaram a trabalhar como empregadas domésticas: “até hoje, as mulheres negras constituem a maioria dessa categoria” (ÁVILA, 2009, p. 110). A autora ainda se refere ao sentido de “servidão” que socialmente “impregna” a profissão, dando-lhe uma conotação de discriminação social e preconceito.

Trata-se, assim, de uma profissão pouco prestigiada na divisão social e moral do trabalho e, por essa razão, nomeada como “trabalho sujo” (HUGHES, 1996). Pesa sobre ela uma conotação do negativo psicossocial, como em outras profissões consideradas ingratas ou indesejáveis que lidam diretamente com o lixo, com a velhice, com a violência e com a marginalidade (LHUILIER, 2014). Segundo o DIEESE (2018), apesar da PEC das domésticas ter em muito contribuído com a limitação da jornada de trabalho em empregadas mensalistas, ainda existem regiões em que a jornada prolongada é expressiva, como em Salvador, campeão neste item, com 44 horas semanais. Para as diaristas, a jornada é menor, porém, mais intensa.

Considerando as que residem no local de trabalho, essas horas aumentam ainda mais, sendo difícil de computá-las. Utilizando os termos de Betânia Ávila (2009), a jornada do trabalho doméstico pode ser caracterizada como *extensiva* – de longa duração, atravessando o dia e entrando pela noite; *intensiva* – com ritmo constante e incessante de trabalho; e *intermitente* – de forma circular entre trabalho doméstico gratuito/trabalho doméstico remunerado/trabalho doméstico gratuito. Essas características se referem também ao trabalho doméstico não remunerado, das “donas-de-casa” ou “do lar”, que exercem o trabalho gratuitamente e sem reconhecimento social.

O trabalho doméstico – remunerado ou não – está longe do reconhecimento merecido por sua importância para o funcionamento da sociedade como um todo. Os dados divulgados até aqui mostram as desvantagens em termos de rendimentos, de jornada de trabalho, de acúmulo de jornadas, de direitos, do sectarismo por “raça/cor”. Por outro lado, é possível apontar que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho de forma mais abrangente tem levado a mudanças, que mesmo lentas, estão modificando os arranjos familiares. Isto implica em sinais de mudanças também no modelo tradicional do “ser homem” e do “ser mulher”, mesmo com as resistências operadas não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres. Contudo, a divisão sexual do trabalho doméstico ainda permanece como “um dos aspectos menos permeáveis às mudanças que marcam a sociedade contemporânea” (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 57).

A PEC das domésticas

A aprovação da “PEC das domésticas”, como ficou conhecida a PEC 72/2013, no Brasil (2013), é um primeiro passo para a valorização da profissão, na garantia de direitos básicos já conquistados há décadas por outras categorias, como a proibição de diferença salarial, de critérios de admissão e exercício de funções dependendo de sexo, idade, estado civil ou raça/cor ou deficiência física, por exemplo. Além disso, a PEC aponta para um horizonte de valorização e profissionalização da categoria.

Esse momento histórico exige grande dedicação por parte das diferentes instâncias sociais para a proposição e implementação de uma legislação específica, justa e eficaz na garantia dessa conquista da classe trabalhadora. Diferente de outras profissões, a regulação da profissão tem se dado aos poucos e timidamente no Brasil. A Constituição de 1988, apesar de garantir alguns direitos às trabalhadoras domésticas, as excluiu de 25 dos 34 incisos previstos no artigo 7º, envolvendo as trabalhadoras domésticas em apenas nove deles (DELGADO, M.; DELGADO, N., 2016).

Anterior à PEC 72/2013, temos as coberturas abaixo, como as garantias da categoria:

- Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973 - direito a férias anuais remuneradas de 20 dias úteis;

- Lei nº 7619, de 1987 – vale-transporte; Constituição Federal de 1988 – salário-mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença paternidade; aviso-prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social.

Percebe-se, a partir dos pontos acima, que os direitos das trabalhadoras domésticas foram disponibilizados em “conta-gotas”, numa tentativa de minimizar os grandes ônus, mas sem incluí-las de fato na isonomia com as outras profissões. O problema que temos em relação à cobertura social do emprego doméstico é a ausência de isonomia com as outras profissões, não garantida pela Constituição de 1988 e apenas retornando à discussão na cena nacional em 2013. É nesse ano que tal debate volta fortemente no Brasil, por conta da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, em abril de 2013 (BRASIL, 2013) – após décadas de luta das trabalhadoras domésticas principalmente através dos sindicatos e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

Veio à tona, através da “PEC das Domésticas”, o que se considerou o atraso histórico na reparação da injustiça que configurou a exclusão dessas trabalhadoras dos direitos juridicamente não assegurados. Os noticiários, revistas, jornais, conversas e debates passaram a pautar o assunto, em sua maior parte mais com o “temor” do que isso significaria para a “classe média” brasileira do que a própria discussão da justa reparação na garantia de seus direitos. A comoção e o receio de “ter que agora pagar os direitos” foi responsável, naquele ano, por uma massiva demissão de empregadas domésticas que retornaram ao mesmo domicílio de trabalho, agora como diaristas, apenas dois dias semanais (para não configurar vínculos). As famílias se rearranjaram, contratando duas ou três diaristas na semana, em sistema de revezamento, para não arcar com os custos “exagerados” trazidos pela PEC.

Isso nos diz sobre o lugar desse trabalho e o porquê de tantas décadas em reconhecer e garantir os direitos de trabalhadoras que tiveram suas vidas historicamente apropriadas e exploradas na servidão nos lares brasileiros.

A partir de abril de 2013, a aprovação da PEC foi uma vitória, mas ela não poderia ser comemorada imediatamente porque as tensões e resistências na Câmara dos Deputados e no Senado Brasileiro atrasaram a implementação da regulamentação. Entre muitas idas e vindas, dois marcos temporais fizeram parte do estabelecimento dos direitos às trabalhadoras domésticas: o ano de 2013 com a PEC 72; e o ano de 2015 com a Lei Complementar 150. Abaixo as garantias trazidas por cada uma:

Até abril de 2013: pagamento de, ao menos, um salário mínimo ao mês; integração à Previdência Social (por meio do recolhimento do INSS); um dia de repouso remunerado (folga) por semana, preferencialmente aos domingos; férias anuais remuneradas; 13º salário; aposentadoria; irredutibilidade dos salários (o salário não pode ser redu-

zido, a não ser que isso seja acordado em convenções ou acordos coletivos); licença gestante e licença-paternidade; aviso prévio; carteira de trabalho (CTPS) assinada.

PEC 72 (imediatamente a promulgação): recebimento de um salário mínimo ao mês inclusive a quem recebe remuneração variável; pagamento garantido por lei (o patrão não poderá deixar de pagar o salário em hipótese alguma); jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais; hora extra; respeito às normas de segurança de higiene, saúde e segurança no trabalho; reconhecimento de acordos e convenções coletivas dos trabalhadores; proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil ou para portador de deficiência e proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao trabalhador menor de 16 anos.

Lei Complementar 150: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; seguro contra acidentes de trabalho; auxílio-creche e pré-escola; indenização em caso de despedida sem justa causa.

A importância do atual momento da regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, apesar de ser tardia, configura-se como o mais expressivo progresso para a profissão na história do país, apesar das lacunas da lei sancionada, como assinalado acima.

O desafio do trabalho doméstico ao patrimônio conceitual

A discussão que trazemos se pretende inicial, no intuito de um debate a ser construído sobre o desafio que o trabalho doméstico traz aos estudos científicos sobre o mundo do trabalho. Sabemos que os construtos teóricos nos diversos campos do saber, em muito foi conformado através do trabalho formalizado numa pressuposição da presença de gestão e de organização do trabalho.

O trabalho reprodutivo nos impulsiona à reflexão teórica sobre sua peculiaridade, em que apresenta, a partir da regulamentação em curso, características semelhantes ao trabalho produtivo, mas que em forma e em execução se afasta consideravelmente do mesmo. Assim, nos questionamos: como entender o trabalho doméstico a partir do nosso patrimônio conceitual, uma vez que precisaremos nos debruçar sobre ele na busca de entendimento das relações, das tarefas, da atividade?

Intencionamos levantar a reflexão para que possamos, a partir dos diferentes fóruns e pesquisas, progredir no entendimento conceitual do trabalho doméstico, delineado por suas características particulares: é realizado na solidão; o ambiente de trabalho é um domicílio de terceiros; pode-se dormir/habitar o local de trabalho; os instrumentos e proteções de trabalho não são especializados; os riscos ainda não foram estabelecidos; dentre outras.

Para tanto, colocaremos em discussão alguns conceitos-chave importantes tanto para a afirmação do trabalho doméstico enquanto objeto de estudo quanto para posicionar em análise um patrimônio de conceitos advindos das clínicas do trabalho. Não por acaso, nomeamos conceitos centrais da Psicodinâmica do Trabalho e da Ergonomia

da Atividade, na tentativa de explorar, ainda que parcialmente, a complexidade situada no trabalho doméstico e suas especificidades em detrimento de outras atividades de trabalho. Em particular, no contexto da organização e das condições do trabalho doméstico, da relação entre o trabalho prescrito e o realizado e da questão dos riscos de acidentes no trabalho. A escolha por tais conceitos (e não outros) à discussão do trabalho doméstico no contexto da Psicologia do Trabalho, a partir do ponto de vista da atividade, emergiu da necessidade de compreender amiúde as questões que mobilizam e que são mobilizadas nessa atividade de trabalho, desde já evidenciadas em pesquisas recentes (PEREIRA, 2017; FERREIRA, 2016).

Organização e condições de trabalho: possíveis articulações com o trabalho doméstico

Falar do conceito de organização de trabalho remonta à questão reposicionada, por Christophe Dejours, na década de 1980, acerca dos estudos da Psicopatologia do Trabalho (PT) na França, sobre como os trabalhadores conseguem enfrentar situações penosas de trabalho e permanecer na “normalidade”.³ A partir dessa redefinição da PT, ele propõe uma conciliação conceitual entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho (DEJOURS, 1999). Cabe ressaltar que a preocupação inicial esteve voltada aos impactos da organização de trabalho, definida como a divisão do trabalho em termos de tarefas entre os trabalhadores, repartição, ritmos, isto é, o modo operatório prescrito convivendo com a divisão das pessoas: repartição de responsabilidades, hierarquia, comando, pressões e controles (DEJOURS, 1991, 1993a).

Para este autor a organização de trabalho seria a responsável direta pelo sofrimento psíquico (concebido de forma negativa e causadora de adoecimento), entendido como uma vivência subjetiva intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto ou bem-estar psíquico. Posteriormente, muda-se o foco de análise para a chamada Psicodinâmica do Trabalho (PDT). Nesta nova denominação, renomeada por Dejours no início dos anos 1990 no campo da saúde mental e trabalho, ganha espaço central de análise as relações intersubjetivas e sociais no trabalho, resultante de vivências dos trabalhadores nos modos de organização prescrita e real.

A despeito do caráter impactológico na relação entre trabalho e sofrimento patológico, estudos realizados com diferentes categorias profissionais (indústria petroquímica, telecomunicações, aviação de caça e trabalhadores de escritório) apontaram o que então se entendia por sofrimento psíquico como consequência do tipo de organização de trabalho. Em outros termos, quanto maior a rigidez da organização prescrita do trabalho, maior a incidência de sofrimento/adoecimento no trabalho (DEJOURS, 1991). Com isso, não se descarta totalmente o poder da organização quanto ao nível de domínio da pres-

³Normalidade no sentido da capacidade do ser humano em criar novas normas de vida frente às questões impostas pelo meio (CANGUILHEM, 1995). Assim como afirma Dejours (2012a, p. 155): “Em psiquiatria, a preocupação primeira está direcionada para a doença mental. Com o desenvolvimento da psicodinâmica do trabalho, essa preocupação inicial desloca-se progressivamente rumo às condições de possibilidade da “normalidade”, em outras palavras, rumo às condições de luta contra a doença”.

criação do trabalho. Todavia, é necessário ir mais adiante para perceber os meandros que circundam esse modo de determinação do trabalho. Essa compreensão visa facilitar, sobretudo, o feixe de relações que caracteriza uma dada tarefa e a forma como ela se torna atividade. No contexto doméstico, percebemos uma gama de indeterminações sobre o modo peculiar de organização do trabalho, instaurado em diferentes residências familiares, e seus efeitos sobre a saúde das trabalhadoras.

Por outro lado, as condições de trabalho abrangem todos os aspectos materiais relacionados ao trabalho, desde os materiais elementares para realização das tarefas até o espaço físico onde ocorrem as atividades. Compreendem os insumos, as ferramentas, o maquinário, o mobiliário, os equipamentos de proteção individual e coletivos (EPI e EPC), os aspectos de temperatura, vibração, radiação, agentes químicos e biológicos, entre outros. Para além desses aspectos, as condições de trabalho incluem, também, as condições socialmente construídas num espaço e tempo delimitados, resultantes de processos sociais complexos, pouco palpáveis e de difícil definição (GOLLAC; VOLKOFF, 2000).

Organização do trabalho e condições de trabalho são dois conceitos que estão na base das discussões a respeito da influência do trabalho na saúde. A conceituação de organização do trabalho varia de acordo com o lugar de onde parte a análise, indo desde o desenho industrial e divisão das tarefas à gestão de conhecimento (FLEURY, 1980). Ou seja, envolve as decisões referentes ao gerenciamento do trabalho, desde a divisão de tarefas e organização de cargos, até o estabelecimento de metas e decisões sobre flexibilidades que atingem trabalhadores e trabalhadoras. A organização do trabalho reúne as atividades gerenciais e decisórias em relação aos tempos, espaços e resultados exigidos e que não dependem da vontade de trabalhadoras e trabalhadores. Abrange as decisões sobre: jornada; remuneração; folgas; turnos; desenhos de cargos; prescrição das tarefas; fardamentos; metas; formas de participações; sistema de informação; tipo de maquinário, de instrumentos e de ferramentas; segurança no trabalho; entre outras.

Dessa maneira, temos duas importantes dimensões do trabalho que são fundamentais quando da investigação de um trabalho, de uma profissão, de uma tarefa: os aspectos decisórios organizacionais e as disposições materiais. Ambas são importantes tanto para organizar o fluxo de trabalho, gerando assim os resultados esperados; como para entendermos, do ponto de vista da atividade, a dinâmica gerada por uma e por outra na relação do ser humano no/com o trabalho.

Quando nos ocupamos dessas concepções analíticas do trabalho e nos debruçamos sobre o trabalho reprodutivo, duas questões em princípio se apresentam: 1) no trabalho reprodutivo, o que se configura como organização do trabalho?; 2) como definir o que são condições de trabalho quando o espaço é um domicílio? Essas questões são importantes pontos de partida para análise do trabalho doméstico.

É necessário, também, entender como se configuram os acordos, os arranjos, as negociações entre patrões e trabalhadora doméstica para compreendermos em que essa organização doméstica se aproxima de uma organização do trabalho. São os acordos verbais? É o desejo dos patrões? Prosseguindo nessa discussão, pesquisas indicam que a variedade e a variabilidade de situações de trabalho são diversas e que dependem do dia a dia de cada família (pesquisa atualmente em andamento sobre o tema e outras) (PEREIRA, 2017; FERREIRA, 2016).

Apesar dos acordos legais serem estabelecidos entre as famílias contratantes e as trabalhadoras domésticas, situações que deles escapam ocorrem no cotidiano. Por exemplo, a respeito da jornada de trabalho diária, quando o acordo de finalização da jornada aos sábados é ao meio-dia, porém, na prática, a trabalhadora só pode encerrar suas atividades após os patrões almoçarem e ela deixar a louça do almoço limpa e organizada e o jantar pronto com a mesa posta. Esse tempo a mais não é considerado como horário além da jornada, não é computado como hora-extra. Para a trabalhadora, o turno foi perdido.

Outro exemplo é quando se estabelece o acordo de remuneração prevista na carteira de trabalho, mas na prática os patrões fracionam essa remuneração com objetos e presentes. O vínculo que se estabelece a partir dessa dinâmica fragiliza o poder de negociação da empregada e borra as fronteiras entre tarefa e afeto. Daí se desencadeiam situações adversas, como a comunicação embaraçada, as mágoas e os ressentimentos não tratados.

Porém, observando mais de perto, os acordos verbais, o modo de fazer que os patrões exigem, o uso do tempo e dos processos a partir da exigência e não do seu saber, seria uma prescrição? Por exemplo, quando entra em oposição o saber-fazer da trabalhadora doméstica com a exigência da patroa sobre o que seria mais eficiente na lavagem de roupas: deixá-las de molho no sabão, antes de “esfregar”, para remover a sujeira com mais facilidade ou esfregar primeiro com sabão em barra todas as roupas, para depois deixá-las de molho? Outra situação semelhante é uma contratante que exige que todas as roupas sejam “esfregadas” com sabão em barra antes de colocá-las na máquina de lavar. Estes exemplos flagram o impedimento do que seria uma “ordem organizativa do processo” para o desenrolar livre e mais eficaz da ação da trabalhadora.

A tarefa e a atividade enquanto dimensões de um mesmo trabalho, na perspectiva aqui avocada, suscitam uma reflexão importante sobre a prescrição e a atividade do trabalho reprodutivo. Se de um lado, esse tipo de trabalho não permite (ou não permitiu até o momento) uma prescrição de tarefas, por outro, as prescrições que são o modo de operar, exigido pelas famílias contratantes, existem em acordos ou exigências verbais, passíveis de sansões quando não cumpridos. Entre a exigência e o saber-fazer das empregadas, há a atividade que se realiza na negociação entre as duas esferas do trabalho. Essa negociação, inclusive, depende das condições em que esse trabalho se realiza.

Em relação às condições de trabalho, como analisar o trabalho realizado em âmbito doméstico a partir desta perspectiva? Quais são os instrumentos de trabalho? Quais são os níveis de risco? Que equipamentos de proteção são imprescindíveis para a realização das tarefas? Essas questões não parecem ser observadas com a importância que merecem. Nos últimos cinco anos (desde o momento da regulamentação), pouco se tem tocado nessa discussão. E mesmo sendo necessária e urgente, a mesma ainda é escassa nos fóruns em que se faz pertinente.

Exemplos oriundos de pesquisa (SANTANA et. al, 2003; IRIAT et. al., 2008) nos informam que a prevenção e o cuidado não fazem parte (ainda) da rotina de trabalho nos domicílios. Alguns domissanitários⁴ são utilizados por predileção dos patrões e causam, vez por outra, sintomas nas trabalhadoras, tais como: irritação e inflamação nos olhos e nas vias aéreas; cortes, descamação e rachadura na pele das mãos; rinite alérgica; queimaduras químicas, entre outras. As providências, apesar de simples, ainda são negligenciadas, tais como, por exemplo, a disponibilização de luvas (para higienizar banheiros e outros lugares passíveis de contaminação), de avental (para a proteção de respingos), de máscara respiratória simples (de TNT), assim como sandálias de borracha (para evitar escorregões na lavagem de chão de cozinhas e de banheiros).

As condições de trabalho no âmbito domiciliar precisam ser analisadas no intuito de conformar um conjunto de informações a ser utilizado com o objetivo de: 1) dimensionar o nível e os fatores de risco da profissão; 2) eleger os EPI; 3) determinar que substâncias e instrumentos podem ser utilizados sem riscos à saúde; 4) definir quais são as tarefas cabíveis à profissão; 5) incluir nas normas regulamentadoras (NR) o caso do trabalho doméstico (ou definir NR específica).

Essa questão sobre riscos traz em seu cerne a discussão sobre acidente de trabalho. Mesmo que brevemente, pela importância do tema, teceremos algumas considerações a partir do artigo 19 da Lei 8.213 (BRASIL, 1991):

acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos [...], provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Na situação do trabalho doméstico, como se define o acidente de trabalho? O que difere de um acidente doméstico? Que benefícios são posteriores à sua notificação? Auxílio acidente, auxílio doença e reabilitação são direitos a serem assegurados às trabalhadoras, uma vez que a história tem nos mostrados que elas estão, na maior parte das vezes, desprovidas deles (SANTANA et. al, 2003; IRIAT et. al., 2008). Os estudos, apesar de ainda incipientes a respeito do assunto, evidenciam que os acidentes são tidos como descuido das empregadas, caben-

do a elas darem conta de se reestabelecerem e retornar ao trabalho com a advertência que terão os dias descontados. Não se configurando, dessa maneira, em acidente de trabalho. Muitas vezes nem mesmo por elas, quando entendem que “se tivesse em casa teria acontecido igual”. Estabelecer procedimento é mais uma das premissas. O sentido da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), diante da realidade para a qual foi planejada, cabe na efetividade do trabalho doméstico? Ou teríamos que encontrar outros procedimentos de notificação? Essas e outras questões são importantes, quando das análises do trabalho doméstico, e que urge diante das novas configurações regulamentadoras da profissão.

O trabalho doméstico colocado à prova do real ou a in-determinação do prescrito?

É no contexto de fragilidade e de instabilidade da organização e das condições do trabalho doméstico que se evidencia um déficit de prescrição em relação a um trabalho real cotidianamente posto à prova pelas trabalhadoras domésticas, “[...] onde há necessidade de que os próprios trabalhadores inventem objetivos e meios para atendê-los” (TELLES; ALVAREZ, 2004, p. 69). Além disso, observa-se a presença de uma prescrição implícita, quando os procedimentos para realização do trabalho não se mostram com clareza, dando a entender que o trabalho se realiza sem imposições (BRITO, 2006).

A análise da atividade como ponto central deste ensaio teórico, permite lançar luzes sobre a realidade (sempre parcial) do trabalho doméstico numa ótica desnudada dos equívocos causados pela prescrição (tarefa) frente ao olhar da atividade (trabalho realizado).

O conceito de trabalho prescrito (ou tarefa), segundo Brito (2006), pode ser melhor compreendido a partir de duas vinculações: a primeira relacionada às regras e aos objetivos fixados pela organização do trabalho; a outra, às condições dadas. De modo abreviado, designa o que se deve fazer em um processo de trabalho específico. Já o trabalho real se exprime em termos de performances realizadas ou não, (frente aos objetivos quantitativos e qualitativos impostos à prescrição) e ações ou modos operatórios mediante os procedimentos prescritos (DARSES; MONTMOLLIN, 2006).

Christophe Dejours menciona que “o trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o efetivo” (DEJOURS, 2012b, p. 38). Dessa maneira, o trabalho é aquilo que o sujeito acrescenta às prescrições para cumprir os objetivos a ele confiados. Ou seja, na realização da tarefa, o/a trabalhador/a - individual e coletivamente - se depara com equívocos e limites de qualquer prescrição; com o acaso; e com inúmeras formas de variabilidades: panes, dificuldades de previsão, disfuncionamentos, diferenças de ritmo, efeitos da idade, experiência acumulada etc. Mesmo nas atividades ditas mais simples e/ou pretensamente automatizadas, pressupõe-se uma exigência mental (constante e inelutável), sem a qual nenhum sistema produtivo poderia funcionar (TEIGER, 1993).

⁴Domissanitário é um termo utilizado para identificar os saneantes destinados a uso domiciliar. Os saneantes são substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar. São exemplos de saneantes os detergentes, alvejantes, amaciante de tecido, ceras, limpa móveis, limpa vidros, polidores de sapatos, removedores, sabões, saponáceos, desinfetantes, produtos para tratamento de água para piscina, água sanitária, inseticidas, raticidas, repelentes, entre outros (FUNDAÇÃO PROCON-SP, 2016).

Se o trabalhar é preencher lacunas entre o prescrito e o efetivo, o trabalhar também é resistência, pois “o caminho a ser percorrido deve ser a cada momento inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha” (DEJOURS, 2012b, p. 25). Resistência esta que se permite a partir da atividade. O caráter da solidão, referente à experiência do trabalho doméstico remunerado, abre-nos possibilidades de análise a partir deste lugar. Será que os contatos com outros agentes (trabalhadoras/es domésticas/as) não necessariamente envolvidas/os na tarefa funcionam como “coletivos”? Tais como porteiros, babás, motoristas, outras empregadas domésticas de domicílios diferentes? Esta é uma questão a ser mais aprofundada, quando investigamos o trabalho real a partir desta perspectiva.

No dizer de Athayde (1996), foi com a aproximação do trabalho real que se abriu um cenário marcado pela variabilidade das condições de trabalho e pelo esforço de redução desta variabilidade, revelando-se toda a engenhosidade do/a trabalhador/a, operada à margem da organização prescrita. Esse esforço mobilizado pelo trabalho, dependendo do tipo de organização, tanto pode favorecer quando prejudicar a relação entre o trabalho e a saúde. Nesse contexto, a relevante contribuição da ergonomia à psicologia do trabalho advém da riqueza contida no conceito de atividade, de modo que possibilita uma análise integralizada dos processos de cognição, atenção, memória, inteligência e afetos produzidos a partir do trabalho real.

Desses processos, nos deteremos um pouco na abordagem dejouriana de inteligência, uma vez que sua compreensão de inteligência astuciosa nos auxilia a analisar o trabalho doméstico.⁵ A primordial importância desse conceito está no que o autor nos traz em relação à inteligência enquanto *métis*. Aquela inteligência surgida no e pelo próprio corpo no seu enfrentamento com determinado problema sobre o qual ainda não se tem uma solução (DEJOURS, 2012a).

A *métis* na (in)corporação do real

O trabalho doméstico, desprovido de uma sistemática formal de prescrição, parece revestir-se de uma inteligência que tem raiz no corpo, nas percepções e na intuição sensível: uma inteligência astuciosa. Esta leva em conta que a atividade exige ajustamentos das relações entre as prescrições das tarefas e os empecilhos impostos pela organização do trabalho e a inteligência originada da experiência real do trabalhador e a sua concepção sobre a atividade (DEJOURS, 1993b; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

O modelo dessa inteligência da prática, assim designada e estudada em psicodinâmica do trabalho, é inspirado numa divindade da Grécia Antiga chamada *mêtis*. Esta tem por objetivo alcançar a eficácia prática na relação da pessoa com a realidade.

Age com eficácia e liberdade, utiliza-se dos instrumentos possíveis em cada situação, analisando o contexto, enga-

nando a percepção, utilizando-se da física, utilizando-se dos dribles e blefes necessários para chegar ao seu objetivo. Ou seja, é a inteligência do improviso, da inventividade, da busca de soluções. Embrenha-se por caminhos insólitos, em situações inéditas. Trata-se de ‘uma inteligência astuciosa’ (DEJOURS, 2012a, p. 42).

Tendo a inteligência como foco de análise para a clínica do trabalho, Dejours se debruça sobre a capacidade humana no entendimento da relação do sujeito com o trabalho (DEJOURS, 2012a). Porém, nessa relação, o que interessa para o autor é a “propriedade emergente” que resulta da interação entre a habilidade técnica e a superação dos obstáculos que se apresentam à tarefa. Dessa maneira, não se trata apenas de uma inteligência puramente cognitiva, mas de uma inteligência também do corpo.

Há um saber-fazer informal onde se situa o trabalho doméstico, no modo de fazer de cada uma das trabalhadoras domésticas: como tirar manchas diversas de tecidos, como retirar as escamas dos mais variados tipos de peixes, como retirar o mofo de guarda-roupas, como passar a ferro os mais variados tipos de tecidos, as diversas limpezas, os esquemas de faxina, o controle do pó, o brilho no chão e nos móveis etc. Esse saber investido na atividade cotidiana das domésticas pouco é estudado como um conhecimento autêntico, uma vez que o mesmo não se sustenta em parâmetros técnicos ou científicos. Permanece como um conhecimento suposto, impreciso, pessoal e irrelevante.

Parte dessa frivolidade como é considerado esse conhecimento parece vir do fato de que a experiência por si só não traz valorização a eles, e também porque ele emerge de uma atividade desprestigiada socialmente. Segundo Dejours, “a *métis* só se revela plenamente em um jogo sutil de subversão das prescrições” (2012a, p. 55). Ousamos dizer que no trabalho doméstico, a *métis* é o trabalho por excelência, é a competência realizando-se. Competência esta “indissociável ao contexto de sua realização” (Dejours, 2012a, p. 55), porque se impõe a todo momento do trabalho, principalmente do trabalho sem prescrição formal.

Considerações finais

Este estudo teórico tem um caráter inicial, provisório e parcial sobre o trabalho doméstico. Com o objetivo de discutir o patrimônio conceitual da Psicologia do Trabalho no tocante à análise do trabalho doméstico remunerado, agregamos para análise, conceitos da Psicodinâmica do Trabalho e da Ergonomia. Assim, foi possível adentrar, parcialmente, nos obstáculos da atividade de trabalhadoras domésticas, desde o ponto de vista da divisão social e sexual do trabalho, incluindo as mudanças na legislação do trabalho, até os dilemas confrontados à prova do real desse segmento de trabalhadoras.

Do ponto de vista das condições e organização do trabalho, o desafio principal situa-se na ausência de fiscalização do trabalho. A particularidade de um ambiente ser ao mesmo tempo lar de uns e trabalho de outra, nos instiga a buscar meios de repensar esses e outros conceitos, em princípio elaborados para um tipo de trabalho

⁵Diante do desafio conceitual aqui proposto, optamos por delinear, pela própria coerência com as teorias abordadas, este sentido de inteligência. Porém, reconhecemos a importância do debate sobre a inteligência do ponto de vista do arcabouço cognitivo, quando nos traz os questionamentos sobre inteligência fluida, cristalizada, individual, coletiva. A noção de *métis* vai além e nos é bastante instrumental, quando revela o modo de operar saber-prático não necessariamente observado em debates sobre inteligência de um ponto de vista mais tradicional.

dito “produtivo”, realizado muitas vezes, em coletivo de trabalhadores.⁶ Pautar essas relações contribuirá para a ampliação dos debates sobre os estudos do trabalho e a visibilização do trabalho reprodutivo remunerado.

Numa situação de trabalho sem prescrição formalizada, técnicas reconhecidas, sem proteção específica, a subjetividade mobilizada nos arranjos e rearranjos na luta contra o sofrimento, as trabalhadoras, fazendo uso de uma inteligência enraizada no corpo ou uma inteligência da prática, criam suas estratégias individuais para lidar com o real.

Essas e outras questões surgem e surgirão ao nos debruçarmos analiticamente sobre o trabalho doméstico remunerado. Ponderamentos conceituais e práticos são importantes de serem levantados, visto o profuso contingente de trabalhadoras desprovidas de elementos importantes tanto da compreensão adequada no que diz respeito aos estudos do trabalho, quanto da elaboração de políticas e práticas sociais que resultem no asseguramento de direitos não apenas como trabalhadoras, mas também e principalmente enquanto cidadãs.

O momento atual no Brasil, de desproteção dos direitos trabalhistas a partir da “reforma” aprovada e inaugurada ao final do ano de 2017 nos lança mais desafios no que concerne às relações entre o trabalho, os direitos, a seguridade social e a saúde. O trabalho doméstico, como relatado neste artigo, tem um histórico de negação de direitos e cidadania. As conquistas nos últimos anos são meritosas da luta histórica do movimento das trabalhadoras domésticas (impulsionada e integrada pelo movimento feminista) que, a partir da sindicalização e dos trabalhos de base nas comunidades, têm conseguido minimamente garantir proteções e reconhecimento.

A atual alteração nas leis trabalhista no Brasil prejudicará, certamente, toda a classe trabalhadora. A categoria das trabalhadoras domésticas será atingida fortemente por estar ainda em momento de solidificar e fortalecer seus direitos e seu reconhecimento.

Referências

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 46-163, 2006.

ATHAYDE, M. R. C. *Gestão de coletivos de trabalho e modernidade*: questões para a engenharia de produção. 1996. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ÁVILA, M. B de M. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas*: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: UFPE, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 8.213 de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 26 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013*. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 26 maio 2017.

BRITO, J. Trabalho prescrito e trabalho real (verbetes). In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (Org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006. p. 282-294.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DARSES, F.; MONTMOLLIN, M. *L'ergonomie*. Paris: La Découverte, 2006.

DEJOURS, C. *A Loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez/Oboré, 1991.

DEJOURS, C. Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, v. 33, n. 3, p. 98-104, 1993a

DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês. In: HIRATA, H. (Org.). *Sobre o modelo Japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993b. p. 281-309.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo*: sexualidade e saúde. Brasília: Paralelo 15, 2012a. t. 1.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo*: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012b. t. 2.

DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C. et al. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DELGADO, M. G.; DELGADO, G. N. *O novo manual do trabalho doméstico*. São Paulo: LTr, 2016.

DELPHY, C. Teoria do patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 173-178.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O emprego doméstico no Brasil. *Estudos e Pesquisas*, n. 68, p. 1-27, ago. 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 17 maio 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Trabalho Doméstico Remunerado. Síntese de resultados apurados em 2017. abr. 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2018/2018empreDomSINTMET.html>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FERREIRA, S. L. N. G. *Sobre o afeto e o direito*: o impacto da “Lei das Domésticas” nas práticas cotidianas do trabalho doméstico de patroas e empregadas. 2016. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FLEURY, A. Produtividade e organização do trabalho na indústria. *RAE*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 19-28, jul./set. 1980. [CrossRef](#).

⁶O Ministério do Trabalho em Pernambuco propôs o “Grupo de Trabalho Multidisciplinar pelo Trabalho Doméstico Decente” composto por diversas instituições interessadas na temática do trabalho doméstico. Um dos nossos desafios é lidar com a necessidade de reconceituação e criação de novos procedimentos.

FUNDAÇÃO PROCON-SP. Orientação de Consumo. Domissanitários. [2016]. Disponível em <http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=412>. Acesso: 21 jun. 2018.

GOLLAC, M.; VOLKOF, S. *Les conditions de travail*. Paris: la Découverte, 2000.

HIRATA, H. Travail domestique et servitude volontaire. In: DUNEZAT, X. et al. *Travail et rapports sociaux de sexe: rencontre autour de Danièle Kergoat*. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 97-102.

HUGHES, E. Le drame social du travail. *Actes de la recherche en sciences sociales: les nouvelles formes de domination dans le travail* (2), v. 115, p. 94-99, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1996_num_115_1_3207. Acesso em: 4 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2007*. 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf. Acesso em: 4 ago. 2007.

IRIAT, J. et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 165-174, 2008.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria da Mulher, 2003. p. 55-63.

LHUILIER, D. Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 5-19, 2014.

PEREIRA, V. A. *A nova lei das domésticas e a "saudades" dos velhos tempos: contribuições antropológicas sobre o trabalho doméstico em Recife e em Porto Alegre*. 2017. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTANA, V. et al. Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. *Revista de Saúde Pública*, v. 37, p. 65-74, 2003.

SARAIVA, A. Trabalho doméstico reduz desocupação, mas reforça informalidade. *Agência IBGE Notícias*, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/18435-trabalho-domestico-reduz-desocupacao-mas-reforca-informalidade.html>. Acesso em: 21 jun. 2018.

TEIGER, C. L'approche ergonomique: du travail humain à l'activité des hommes et des femmes au travail. *Education Permanente*, v. 116, p. 71-96, 1993.

TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M. et al. *Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 63-90.

Recebido em: 3 de junho de 2017

Aceito em: 17 de janeiro de 2018

Relações Sociais de Sexo e Psicodinâmica do Trabalho: a sexuação das defesas no trabalho de *care*

Livia Borges Hoffmann Dorna, ^{Orcid}, ★ Hélder Pordeus Muniz ^{Orcid}

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo se propõe a apresentar algumas pesquisas analisadas por Pascale Molinier acerca dos sistemas defensivos contra o sofrimento no trabalho de care. Para ela, se as situações de trabalho que produzem sofrimento não são as mesmas para homens e mulheres, os sofrimentos e, conseqüentemente os sistemas defensivos para lidar com eles, serão sexuados – alguns são masculinos, outros femininos. Sob o ângulo combinado da Psicodinâmica do Trabalho e das Relações Sociais de Sexo, as pesquisas de Molinier permitem demonstrar que esta tendência à “sexuação” das defesas se dá não em função da “natureza” dos homens e das mulheres, e sim em decorrência da divisão sexual do trabalho. Estas pesquisas evidenciam ainda que certas modalidades da subjetividade classicamente atribuídas à constelação psíquica da feminilidade são, em grande parte, diferenciações contingentes e secundárias à experiência do trabalho. Palavras-chave: Relações Sociais de Sexo; Psicodinâmica do Trabalho; sistemas defensivos; trabalho de care.

Palavras-chave: Relações Sociais de Sexo; Psicodinâmica do Trabalho; sistemas defensivos; trabalho de care.

Sex Social Relationships and Psychodynamics of Work: the sexuation of the defenses in caring labour

Abstract

This article aims to present some research analyzed by Pascale Molinier on defense strategies against suffering at caring labor. Under her perspective, if the work situations that produce suffering are not the same for men and women, the sufferings and consequently the defense systems to deal with them will be distinct regarding sex - some are masculine, some feminine. Under the combined perspective of Psychodynamics of Work and Sex Social Relationships, these researches allow to demonstrate a tendency to the “sexuation” of the defenses, not because of the “nature” of men and women, but because of the sexual division of work. These studies provided evidence that the modalities of subjectivation classically attributed to the psychic constellation of femininity are mostly contingent differentiations and secondary to the experience of work.

Keywords: Sex Social Relationships; Psychodynamics of Work; defensive systems; caring labor.

Introdução

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) edificou-se a partir das ideias e pesquisas de Christophe Dejours acerca das relações entre saúde mental e trabalho, iniciadas nos anos 1970. Inicialmente enquadrado na tradição da Psicopatologia do Trabalho, Dejours centrava seu interesse em pesquisas, observações e descrições dos distúrbios psicopatológicos provocados pelas vicissitudes do trabalho.

Os estudos de situações concretas de trabalho o levaram, no entanto, a questionar o modelo psicopatológico causal: os trabalhadores não eram passivos ante os constrangimentos organizacionais, conseguindo, em sua maioria, esconjurar a loucura. A problemática de Dejours é então submetida a uma reviravolta epistemológica: o interesse se desloca para a normalidade, tida como um enigma – como os trabalhadores resistem às pressões psíquicas do trabalho e, apesar delas, não enlouquecem?

Ao operar a passagem da patologia à normalidade, Dejours amplia a perspectiva deste campo de atuação, que passa a ocupar-se da “análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho” (DEJOURS, 2008, p. 51), e, em conseqüência, recebe uma nova nomenclatura: Psicodinâmica do Trabalho.

A escola dejouriana, desde o início, constituiu-se a partir de articulações entre diversos especialistas, mantendo sempre o diálogo com as ciências da saúde (incluindo aí a psicanálise) e com as ciências do trabalho, com a incorporação, em especial, das contribuições da Ergonomia (DEJOURS, 2008).

A partir de 1988, ocasião em que ocorreu o seminário *Plaisir et souffrance dans le travail*, iniciou-se um importante trabalho interdisciplinar entre a Psicodinâmica do Trabalho e as sociologias do trabalho. Na origem da articulação entre estes dois campos está o questionamento de Danièle Kergoat e Helena Hirata endereçado à Dejours: considerando que os fundamentos teóricos e as primeiras descobertas empíricas da PDT foram estabelecidas em um quadro de referência ao masculino-neutro, esta abordagem seria adequada para compreender também a relação saúde mental-trabalho nas situações vividas pelas mulheres? “As relações sociais de sexo representavam o nó cego da psicodinâmica do trabalho” (MOLINIER, 2004, p. 16).

Ao considerarmos a problemática das relações sociais de sexo como transversal ao conjunto do campo social, e, portanto, ao conjunto dos campos disciplinares (HIRATA; KERGOAT, 1988), a divisão sexual do trabalho passa a ocupar um lugar central na pesquisa clínica, na teoria e na metodologia em psicodinâmica do trabalho.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n°, Bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. E-mail: liviahoffmann@gmail.com, heldermuniz@uol.com.br



A partir da categorização de classe e sexo, os sociólogos do trabalho colocam em questão todo um arcabouço teórico da psicanálise que considerava que as diferenças psíquicas entre homens e mulheres tinham sua origem na idade precoce da psicosexualidade, bem antes do encontro com o trabalho (MOLINIER, 2004). “As relações entre a economia erótica (o sexual) e as determinações sociais da diferença dos sexos (o sexuado) são dinâmicas” (MOLINIER, 2002, p. 2, tradução nossa).

Assim, a problemática do prazer e do sofrimento no trabalho vem sendo construída em proveito de uma concepção dinâmica das relações entre sujeito e sociedade (MOLINIER, 2004). Isto requer, ao mesmo tempo: recusar o “impasse sobre o peso dos determinismos sociais e seu heteronômio com relação à psicologia individual” (MOLINIER, 2004, p. 17); não ceder à tentação de uma ciência do homem sem subjetividade, um sujeito reduzido a “um simples reflexo do social, uma marionete sem espessura psíquica” (MOLINIER, 2004, p. 17).

O trabalho, desafio central da PDT e das sociologias do trabalho, e a doutrina comum das relações entre determinismos e liberdade, tornaram possível um trabalho interdisciplinar fecundo.

Cabe lembrar, no entanto, que o campo aberto pela discussão entre a psicodinâmica do trabalho e a sociologia das relações sociais de sexo não é homogêneo do ponto de vista teórico. Entre a aparelhagem conceitual da PDT e aquela das ciências sociais, existem recobrimentos semânticos que podem levar à confusão (MOLINIER, 2002). O conceito de identidade é um exemplo disto.

Identidade, Trabalho e Relações Sociais de Sexo

Para as ciências sociais, as identidades são coletivas. O termo “identidade sexuada” vai assim designar o pertencimento a um grupo definido pelo seu gênero (masculinidade e feminilidade), enquanto que o termo “identidade sexual” designa o pertencimento a um grupo em função da sua orientação sexual (MOLINIER, 2002).

Para a PDT, a identidade, ao contrário, é singular e pode ser definida como uma busca do sentimento de unidade da personalidade e como sentimento de continuidade desta unidade.

O termo identidade sexual também tem um significado diferente daquele da sociologia, fazendo referência à sexualidade psíquica e ao corpo erótico. Esboçada na infância, a identidade sexual não é entendida como um dado invariante, estável, e não conflitante – ela será colocada em questão pelas primeiras experiências amorosas e também, de maneira decisiva, pela experiência de trabalho (MOLINIER, 2004). Assim, a identidade é uma luta, uma conquista – ela precisa ser reconfirmada sem cessar, essencialmente pelo olhar do outro, através de duas dinâmicas distintas: a dinâmica da realização de si mesmo na esfera erótica (com destaque para o amor) e a dinâmica de realização de si mesmo na esfera social (com destaque para o trabalho de produção). É nesse sentido que Dejours (2012) vai postular uma dupla centralidade – da sexualidade e do trabalho – na construção da identidade.

Por se indexar no olhar do outro, a identidade precisa passar por formas de objetivação – e a obra é a forma mais poderosa de objetivação da identidade. Mas nós não temos os mesmos talentos, nem as mesmas condições sociais de acesso à realização de obras. A conquista da identidade remete, portanto, às relações sociais – é preciso considerar na sua construção a dinâmica da contradição, do antagonismo entre os grupos sociais, sem perder de vista que se trata de “uma contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação” (KERGOAT, 1986, p. 82).

No que tange especificamente às relações sociais de sexo, Kergoat (2009) nos ensina que elas têm características singulares: se encontram em todas as sociedades conhecidas e são estruturantes para o conjunto do campo social e transversais à totalidade deste campo.

Como todas as relações sociais, as relações sociais de sexo têm uma base material, e não apenas ideológica: o trabalho. O grupo social de homens e o grupo social de mulheres estão em tensão permanente em torno do trabalho e suas divisões. Existe, portanto, uma divisão sexual do trabalho, que opera a partir de dois princípios organizadores: o princípio de separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio de hierarquização – um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2009).

Estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuados, que por sua vez remetem a um destino natural da espécie (KERGOAT, 2009).

O cuidado e a preocupação com os outros e tudo aquilo que remete às necessidades e ao padecimento dos corpos, às doenças e ao envelhecimento são assim designados prioritariamente às mulheres e confundidos com a feminilidade no sentido social do termo. Submersas na “essência feminina”, essas obras são pouco visíveis e pouco valorizadas.

Para Dejours (2012), esse trabalho de desvelo remete ao confronto afetivo com as falências do corpo – e tudo que ele pode produzir em termos de receios, angústias, aversões e desgostos pelo sofrimento, pelas dores, pelas feiuras, dejeções, odores – e provoca, portanto, “a angústia ante a perenidade do próprio corpo” (DEJOURS, 2012, p. 170). Os homens, segundo ele, atribuem às mulheres o trabalho de desvelo como forma de não enfrentarem a dolorosa percepção que o confronto afetivo com o corpo do outro provoca.

Pelo mesmo movimento, negam as competências da disponibilidade, do tato, da compaixão necessária para enfrentar a situação, pois pressupõem o reconhecimento do real e a insuficiência da ciência. Completam este ato de negação pela naturalização dessas competências, que declaram absolutamente femininas, como bem o mostraram Danièle Kergoat e Helena Hirata (DEJOURS, 2012, p. 170).

Trata-se daquilo que Molinier (2004) define como “naturalização do trabalho compassivo na feminilidade social”. Assim, as mulheres, em geral, em função de suas atividades, podem menos facilmente ignorar o real da vulnerabilidade dos corpos (MOLINIER, 2002).

Sofrimento e sistemas defensivos

Para a Psicodinâmica do Trabalho o sofrimento é inevitável e compatível com a normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio psíquico, mas implica uma série de mecanismos de regulação. Trata-se assim de uma concepção dinâmica do sofrimento: entre as pressões do trabalho e a doença mental encontra-se um indivíduo capaz de compreender, reagir e se defender de determinada situação.

Ainda que o sofrimento seja uma vivência subjetiva e remeta, portanto, a um sujeito singular, as pesquisas em PDT têm demonstrado como a dimensão coletiva do trabalho é particularmente importante para a construção da saúde no trabalho. A análise dos processos psíquicos mobilizados pelo encontro entre o trabalhador e os constrangimentos da organização do trabalho tem demonstrado que existem formas de cooperação defensiva que permitem lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho, e que são construídas, organizadas e gerenciadas coletivamente (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

A diferença fundamental entre uma estratégia coletiva de defesa e os mecanismos de defesa individual é que a primeira se estrutura em torno da construção de um consenso, a ser sustentado por todos. Assim, quando se integra um coletivo, aprende-se rápido que existem coisas sobre as quais não se deve falar, condutas que devem ser evitadas e outras que, ao contrário, são recomendadas: “integrar-se a uma equipe de trabalho implica poder aderir às suas estratégias coletivas de defesa” (MOLINIER, 2002, p. 4, tradução nossa).

As pesquisas de Pascale Molinier irão analisar as incidências da divisão sexual do trabalho sobre a subjetividade, e sobre a construção desses sistemas defensivos. Para ela, se as situações de trabalho que produzem sofrimento não são as mesmas para homens e mulheres, os sofrimentos e, conseqüentemente os sistemas defensivos para lidar com eles, serão, portanto, sexuados – alguns são masculinos, outros femininos (MOLINIER, 2004). Apresentaremos a seguir algumas pesquisas sobre os sistemas defensivos engendrados por homens e mulheres para lidar com o sofrimento no trabalho de *care*.¹

Virilidade e Masculinidade

Em um coletivo de homens que exerce um trabalho arriscado, não é recomendado dizer ou mostrar que se tem medo. Ao contrário: é preciso dar aos outros provas de coragem e bravura. Trata-se, na realidade, de “lutar contra o medo gerado pelo trabalho opondo coletivamente uma recusa de sua percepção” (MOLINIER, 2004, p.

17). A negação do sofrimento masculino repousa no consenso segundo o qual os homens não devem exprimir o sofrimento (MOLINIER, 1996).

Na construção desta recusa, a virilidade social é fundamental. É importante ressaltar que virilidade e masculinidade não são sinônimos. A masculinidade seria a identidade sexual, enquanto a virilidade designa um conjunto de condutas, estereótipos e valores a partir dos quais um indivíduo é reconhecido como pertencente ao grupo dos homens.

Um verdadeiro homem deve dominar e desprezar o medo. Aquele que não tem sucesso em fazê-lo é um fraco, um afeminado, uma mulher, já que a vulnerabilidade, a passividade, o medo, a sensibilidade são versados socialmente no registro do feminino. O homem que sofre deve se calar ou partir, do contrário está exposto à provocações, humilhações e até mesmo à violência física.

A adesão à estratégia defensiva é, então, vetorizada pelo desejo de se integrar à equipe e, conjuntamente, ser reconhecido e apreciado pelos outros homens como um deles, se beneficiando assim da proteção conferida pelas defesas contra os sofrimentos do trabalho. O sistema viril é necessário à auto conservação, mas repousa sobre o conformismo/ submissão ao sistema de valores da virilidade: a periculosidade e a penosidade da tarefa passam a ser valorizadas e não questionadas com vistas à transformação (MOLINIER, 1996).

Além disso, Dejours demonstrou que a virilidade não anestesia apenas a percepção do medo, mas também o sentido moral e é usada pelos homens para justificar a sua participação na injustiça social. “Em nome da coragem viril, o mal feito pelos homens é mais facilmente justificado que aquele cometido pelas mulheres” (MOLINIER, 2004, p. 18). Nesse sentido, a virilidade contraria o exercício da autonomia moral subjetiva: trabalhar pode implicar realizar atos que constituem prejuízos à dignidade das pessoas e as transgressões podem ser valorizadas como condutas viris.

Considerando que, quando se inicia no mundo do trabalho é comum que o sujeito não esteja suficiente maduro e seguro de sua identidade sexual, no encontro com os constrangimentos deletérios das situações de trabalho, o risco de captura da identidade masculina pela virilidade defensiva é real (MOLINIER, 2004). Nesse sentido, a virilidade social pode funcionar como uma identidade de empréstimo naquilo que ela promete de valorização (MOLINIER, 1996).

Mulhebridade e Feminilidade

Do lado das mulheres, Dejours criou o neologismo mulhebridade ou mulhebridade para designar o estatuto de submissão conferido às mulheres nas relações sociais de sexo. A mulhebridade traduz-se na prática por um conjunto de condutas através das quais uma mulher comporta-se de acordo com este estatuto de submissão para evitar represálias (MOLINIER, 2002).

¹ Algumas autoras francesas preferem utilizar o termo inglês *care*, por acreditarem que o termo *soin* (cuidado em francês) possui uma excessiva conotação terapêutica. Para Molinier, os termos *solicitude* ou *devotement* seriam igualmente inadequados porque esconderiam a ideia fundamental de que a preocupação pelo outro implica trabalho. O termo *care*, segundo ela, inclui a ideia de um trabalho social. Manteremos nesse artigo o termo em inglês utilizado por esta autora.

Assim como a virilidade, a mulhebridade é uma identidade defensiva de sexo. Mas ao contrário do que ocorre com a virilidade, ela não serve bem como identidade de empréstimo porque não é valorizada – só leva à depreciação de si. Nesse sentido, trata-se de uma estratégia de defesa menos promissora do que a virilidade. A única exceção à pejoração do feminino é a maternidade: a abnegação e o sacrifício materno participam da construção social de dominação das mulheres. Transposta ao mundo do trabalho remunerado, a maternidade social transforma-se em uma prescrição à compaixão: a mulher seria, por natureza, uma mãe para todos os seres humanos (MOLINIER, 1996).

A mulhebridade é ainda conservadora da hierarquia entre os sexos e serve aos interesses defensivos da virilidade.

Se as condutas e atitudes das mulheres são decretadas, em grande parte e de maneira decisiva, a partir do mundo dos homens em função do interesse destes, a conformação do sujeito-mulher às posturas da mulhebridade se opera também pela mediação do grupo de mulheres (MOLINIER, 2002, p. 5).

Quando engendrada por um grupo de mulheres, a mulhebridade consiste em punir por exclusão ou ostracismo aquelas que não se satisfazem com a condição de dominadas. Estas “rebeldes” representam para as demais o risco de revelar o sofrimento gerado pela opressão e a tomada de consciência do esforço que elas mobilizam para lidar a opressão de forma a sofrer o menos possível.

Sofrimento em coletivos masculinos e sofrimento em coletivos femininos: algumas pesquisas

As pesquisas realizadas por Joan Cassel (apud MOLINIER, 2002) sugerem como os sistemas defensivos dos cirurgiões estão ancoradas na ideologia viril. Os homens, diferentemente das mulheres, têm acesso fácil aos dispositivos sociais que lhe permitem mobilizar a agressividade necessária ao gesto cirúrgico intrusivo de cortar o corpo de alguém que está vivo. Segundo ela, as cirurgiãs que não conseguirem mobilizar a sua agressividade e sadismo não poderão operar. Ao mesmo tempo, elas precisam adotar aquilo que Cassel definiu como “comportamentos adequados de gênero”² para tranquilizar os homens quanto à bipolarização do mundo. Do contrário, correm o risco de serem excluídas da sala de operações. É preciso assim dar provas de sua fidelidade à feminilidade, como usar batom não pelo prazer de fazê-lo, e sim como forma de se pouparem do sofrimento de serem desprezadas como uma não-mulher.

Nesse mesmo sentido, Molinier (2002) apresenta o artigo da psicanalista Joan Rivière intitulado “A feminilidade como uma farsa”,³ onde ela relata casos de mulheres que exercem atividades ditas masculinas. Dentre eles, cita o exemplo de uma “faz tudo” que se sente obrigada a dissimular seus conhecimentos técnicos e se fazer de tola e inocente na frente de empreiteiros ou tapeceiros, como forma de colocar suas sugestões e conseguir o que quer.

Segundo Molinier, os trabalhos de Cassel nos ajudam a compreender que o subterfúgio da feminilidade como uma farsa não seria apenas um movimento psíquico endógeno decorrente da ressonância simbólica com o pai da história infantil, mas também mobilizado pelas imposições que os homens endereçam às mulheres que transgridem as normas de gênero. Assim, estas mulheres consentiriam em reiterar em parte essas normas, aceitando se passar por “femininas”, tal como acontece no caso das cirurgiãs.

Poderíamos esperar que estas cirurgiãs, em aderência aos sistemas defensivos dos cirurgiões, se virilizassem. As pesquisas em questão demonstraram que isso não ocorre porque, ainda que sejam minoritárias na atividade de cirurgia, elas exercem seu trabalho em um meio onde as mulheres são a maioria dentre os subordinados. Nesse sentido, as cirurgiãs devem cumprir requisitos diferentes daqueles impostos aos cirurgiões: espera-se que elas deem provas de firmeza como os homens, mas que também estejam mais disponíveis à escuta dos outros. Isso porque, segundo Molinier (2002), as enfermeiras aceitam menos o autoritarismo vindo de outra mulher e tendem a fazer greve de zelo nessas circunstâncias.

Nesse sentido, ela vai afirmar que “mesmo que nas atividades ‘masculinas’ as mulheres trabalhem em parte diferentemente dos homens, não é sempre a primeira intenção. Mas sobretudo porque as mulheres que tentam empregar os métodos viris, aqueles que funcionam para os homens, são frequentemente a seu prejuízo e insucesso” (MOLINIER, 2004, p. 21).

Assim, para fazerem o trabalho acontecer – e para fazê-lo gerando menos sofrimento possível – estas cirurgiãs dão preferência por um tipo de gestão compreensiva ao invés de um tipo autoritário. Esta escolha não se explicaria, assim, em função de um componente intrínseco à psique feminina e sim por uma questão pragmática.

Ainda que estas formas de gestão possam ser entendidas como mais interessantes por serem respeitadas com as subordinadas, para as cirurgiãs elas são mais caras do ponto de vista psíquico, uma vez que requerem o preocupar-se com o outro. “Isso implica uma outra relação com o medo e a vulnerabilidade dos corpos. Logo, a construção de defesas sensivelmente diferentes daquelas dos homens” (MOLINIER, 2002, p. 7).

As defesas mobilizadas pelos cirurgiões para suportar e ter êxito são sustentadas, por sua vez, pelo trabalho e pelos corpos das mulheres: as enfermeiras descarregam as tensões deles ao se ajustarem às suas necessidades e magnificarem os gestos dos cirurgiões. Mas a que preço para as enfermeiras? (MOLINIER, 2004)

Nesse sentido, Molinier questiona se poderíamos supor que o trabalho das enfermeiras mobilizaria defensivamente o masoquismo e se a erotização do sofrimento seria necessária para conseguir suportar as situações de trabalho.

Em uma pesquisa com enfermeiras que trabalhavam em centros cirúrgicos, Molinier (2002) relata como elas, nas falas iniciais, menosprezavam o próprio trabalho, como algo besta, banal. À medida em que avançavam, no entanto, a complexidade do seu trabalho aparecia aos

²Tradução nossa. Expressão original: *les justes comportements de genre*.

³Tradução nossa. Título original: *La féminité en tant que mascarade*.

poucos. Elas estavam longe de serem meras executantes, responsáveis “apenas” por passar os instrumentos: eram capazes de decifrar, através da observação fina do agir expressivo dos cirurgiões, sinais precursores de sua irritação, cansaço e menor vigilância, e de ajudá-los a descontraí-los.

O trabalho dessas enfermeiras consistia, frequentemente, em antecipar o gesto operatório do cirurgião, dando-lhe os instrumentos antes que ele os demande. Estas antecipações dos gestos eram, inclusive, um modo de transmitir discretamente aos cirurgiões menos experientes os saberes-fazer por elas observados nas intervenções realizadas por outros cirurgiões. Nesse sentido, os saberes-fazer discretos destas enfermeiras respeitavam o não-dito da virilidade (MOLINIER, 2002).

Esta acuidade perceptiva das enfermeiras era mobilizada sob o efeito do medo da cólera dos cirurgiões (trata-se de se poupar do sofrimento gerado pelas humilhações e insultos) e sobretudo, do temor dos erros que os cirurgiões pudessem cometer.

Nestas pesquisas, o coletivo de enfermagem desempenhou um papel determinante na socialização da relação entre enfermeiras e cirurgiões e do sofrimento que as aflige. Através de paródias, onde as enfermeiras imitavam os cirurgiões de forma caricatural, elas demonstravam o seu conhecimento pelo corpo, saberes indizíveis e invisíveis, que apenas o agir expressivo pode fazer aparecer: “a função catártica da paródia não pode ser reduzida somente à sua função dialógica. Nesse caso, o dito importa menos do que a paixão dos corpos” (MOLINIER, 2002, p. 10, tradução nossa).

Estas paródias colocavam também em cena as fraquezas dos cirurgiões, permitindo que eles se humanizassem e se tornassem amáveis. A relação das enfermeiras para com os cirurgiões era, assim, tingida de ambivalências. Compaixão e ternura podiam ser exprimidos a partir do momento em que as enfermeiras concordavam em “perdoar” o machismo dos cirurgiões em nome do seu saber-fazer – e desta forma transformar o ressentimento em admiração. A humanização dos cirurgiões pelo coletivo de enfermagem implicava assim um julgamento de beleza, um reconhecimento pelo trabalho cumprido.

Em acordo sobre a qualidade do trabalho dos cirurgiões, as enfermeiras se precaveem em parte do risco de serem seduzidas individualmente e, ao permitirem a admiração, a despeito do mau tratamento infligido pelos cirurgiões, elas constroem regras comuns, que definindo os limites sobre o que é tolerável em nome da eficácia, permitem estabelecer uma diferenciação entre ‘a mulher’ e ‘a profissional’ (MOLINIER, 2002, p. 10, tradução nossa).

Assim, se em um primeiro momento as enfermeiras procuravam se defender do sofrimento infligido pelos cirurgiões individualmente, buscando conter a agressividade no jogo da sedução, num segundo momento, o faziam coletivamente, através de racionalizações partilhadas que consistiam em naturalizar os excessos dos cirurgiões: eles são assim porque são homens. Na sequência, e a partir das paródias, os desculpavam e os admiravam em nome da eficácia do trabalho. Esses “privilégios” não podiam ser con-

cedidos pelas enfermeiras aos cirurgiões sem, no entanto, colocar em questão os seus sistemas defensivos. Por isso a importância de elaborarem coletivamente as perturbações e embaraços que as ambivalências suscitaram.

No que diz respeito à relação entre enfermeiras e pacientes, as pesquisas de Molinier (2004) demonstram que se espera que elas sofram – seu sofrimento testemunharia a qualidade da sua presença “maternal” junto aos doentes.

A organização do trabalho hospitalar, no entanto, ancorada na virilidade social, coloca as enfermeiras diante de uma forte contradição: entre a prescrição da compaixão universal e os constrangimentos temporais, que as conduzem a deixar em segundo plano a humanização dos cuidados em relação às dimensões técnicas do trabalho. Assim, “trabalhar bem é construir o melhor compromisso entre eficácia técnica e compaixão” (MOLINIER, 2004, p. 19).

Diferentemente dos sistemas defensivos viris de negação da realidade, negar a sua própria vulnerabilidade deixaria as enfermeiras insensíveis ao sofrimento, o que colocaria em xeque a eficiência e mesmo o sentido do trabalho. Assim, a fim de manter a qualidade do trabalho e a sua própria saúde mental, as enfermeiras consagram um tempo significativo às discussões entre elas, que visam elaborar o sofrimento gerado pelo trabalho sem contrapor uma negação. Esses momentos de elaboração compõem, na realidade, estratégias coletivas de defesa das enfermeiras, mas muitas vezes são rotulados sob o estereótipo sexual da fofoca: as mulheres são fofoqueiras.

Para quem ouve de fora, o tom dessas conversas podia parecer insolente: as enfermeiras, muitas vezes, zombam dos doentes, dos chefes, dos médicos e de si mesmas, como “frágeis mulheres”. “A dimensão da autoironia frente à própria vulnerabilidade é o componente essencial das defesas ‘femininas’” (MOLINIER, 2004, p. 20). Se zombar da sua própria vulnerabilidade é inconcebível na perspectiva viril, ela é congruente com a feminilidade.

Trata-se de estratégias de “domesticação” do real, que tendem, no entanto, a desaparecer à medida que o trabalho se intensifica e que a avaliação do trabalho se centra, não na qualidade do cuidado, e sim na prontidão em “esvaziar as camas” ou as “rentabilizar” (MOLINIER, 2004, p. 20). Nessas circunstâncias as enfermeiras têm o sentimento de realizar um trabalho indigno, vergonhoso, nefasto para o outro e incoerente com seus valores. É nesse sentido que Molinier (2004, p. 20) vai afirmar que “não é a compaixão que é patogênica, mas a impossibilidade crônica de lhe dar uma saída criativa”. Entre o drama da doença e a subversão coletiva do sofrimento, são bastante comuns a “mudança” e o “ativismo” como mecanismos de defesa individuais.

Os mecanismos de mudança consistem em solicitar a troca de cargo ou de setor ou até pedir demissão, após tentativas frustradas de resistir ou modificar a situação de trabalho. Partir seria uma recusa a se tornar cúmplice do sistema. Este tipo de mecanismo frequentemente se sucede a uma fase de ativismo, que consiste em querer concluir sua tarefa integralmente, em prejuízo da sua vida pessoal e com grande esgotamento profissional.

Explorado pela organização de trabalho, o ativismo não é reconhecido nem recompensado. Além disso, é fonte de conflito entre aquelas que trabalham sem contar suas horas, sem descanso, e aquelas que tentam resguardar sua vida privada, fazendo respeitar seus direitos. Assim, dificilmente é uma estratégia coletiva. As dificuldades e os sofrimentos relativos à “conciliação” do trabalho produtivo com o reprodutivo não são remetidos à organização do trabalho e sim às próprias enfermeiras, que não dariam conta por serem “más profissionais” e “más mães” (MOLINIER, 2004).

Cabe ainda ressaltar que as mulheres que exercem atividades ditas femininas não estão sempre na medida de reconhecer o real – há casos em que é preciso se defender de perceber o seu trabalho como degradante para a própria dignidade. É possível assim identificar, por exemplo, em certos coletivos de auxiliares de enfermagem responsáveis pela gestão dos dejetos corporais e da sujeira, ideologias defensivas da profissão denominadas *Kaporalisme* (MOLINIER, 1996, 2004). As ideologias defensivas são estratégias coletivas de defesa radicalizadas, que ocorrem quando não é possível construir compromissos satisfatórios com a organização do trabalho, quando a luta contra o sofrimento corrói o sentido e mesmo a eficácia do trabalho.

O *Kaporalisme* se baseia em uma filosofia construída sobre um duplo modelo do homem: os merecedores e os não merecedores da compaixão. Na prática, consiste em fazer uma triagem entre: os doentes que cooperam ativamente e demonstram gratidão – para estes a doença é uma injustiça e, por isso, serão tratados como pessoas sem restrições; aqueles que não manifestam gratidão e tornam as tarefas mais penosas – estes têm o que merecem e serão tratados como subprodutos da espécie humana.

Para Molinier (1996), o *Kaporalisme* poderia ser interpretado como uma reviravolta sobre o corpo dos pacientes das ofensas e humilhações sofridas no próprio corpo das auxiliares de enfermagem, em função dos constrangimentos do trabalho.

Esta manobra contra a perda da autoestima é devastadora para os doentes que lhe são alvo e arriscadas para aquelas que a praticam, podendo levá-las a uma dupla estigmatização: malvadas como profissionais e como mulheres (já que a indiferença e a violência seriam incompatíveis como a feminilidade).

Considerações finais

Fiéis às opções metodológicas da PDT, as pesquisas de Pascale Molinier sobre o trabalho de cuidar têm como eixo de análise o conflito entre o sujeito e os constrangimentos da organização do trabalho. Este conflito, no entanto, tem sido por ela redefinido no contexto de uma problemática que integra a divisão sexual do trabalho, considerando-a como “uma dimensão estrutural e central na relação subjetividade-trabalho” (MOLINIER, 2004).

Pensar as relações saúde e trabalho sob o ângulo combinado da psicodinâmica do trabalho e das relações sociais de sexo tem permitido compreender que, diante das vicissitudes do trabalho, existe uma “sexuação” das defesas.

Os sistemas defensivos engendrados pelos homens na luta contra o sofrimento no trabalho são organizados, tendencialmente, em torno da negação do real e da experiência dolorosa da perda do domínio, do fracasso, da humilhação. Tratam-se, assim, de estratégias centradas na comprovação da sua virilidade. Já os sistemas defensivos das mulheres se fundam no reconhecimento do real e da experiência afetiva de fracasso a ele associada (DEJOURS, 2012).

Assim, o sistema defensivo viril não seria eficaz para certos coletivos femininos de trabalho, conforme aponta a pesquisa com cirurgiãs citada neste artigo. Para evitarem o sofrimento e fazerem o trabalho acontecer, estas mulheres preferem assumir os “comportamentos adequados de gênero” que, por sua vez, ajudam a sustentar os sistemas defensivos mobilizados pelos homens.

Importante não perdermos de vista, no entanto, que, ainda que a distância entre os grupos de sexo tenha permanecido estável, a divisão sexual do trabalho apresenta uma incrível plasticidade (HIRATA; KERGOAT, 2007). Se ela é uma dimensão estrutural e central na relação subjetividade-trabalho, há que estar atento às variações nas suas modalidades concretas e suas possíveis repercussões nos sistemas defensivos engendrados.

Acreditamos que não por acaso Dejours tenha utilizado o termo “tendencialmente” ao referir-se à organização dos sistemas defensivos masculinos e femininos. Como ressaltamos acima, não podemos desconsiderar a complexidade e as possibilidades de mudança no jogo das relações sociais – homens e mulheres sofrem a ação dessas relações, mas também agem sobre elas. Assim, as relações entre saúde mental-trabalho e a divisão sexual do trabalho não podem ser pensadas de maneira determinista – existem possibilidades de rupturas.

As pesquisas apontadas por Molinier são, entretanto, fundamentais para o entendimento de que a sexuação das defesas não ocorre em função da “natureza” dos homens e das mulheres – é preciso considerar a divisão sexual do trabalho em suas análises. Da mesma forma, estas pesquisas permitem demonstrar que certas modalidades da subjetividade, como a paciência, a receptividade e a sensibilidade à vulnerabilidade do outro (classicamente consideradas pela psicologia clínica como pertencentes à constelação psíquica da feminilidade e do “eu relacional” das mulheres) são, em grande parte, diferenciações contingentes e secundárias à experiência do trabalho (MOLINIER, 2004).

A compaixão das enfermeiras, por exemplo, comumente naturalizada e confundida com a feminilidade, é na realidade decorrente de um processo psíquico desencadeado pelo confronto com o sofrimento do outro. A confrontação com o real da vulnerabilidade humana solicita o engajamento do corpo erótico em modalidades expressivas e afetivas, alterando-o. Nesse sentido, a compaixão deveria ser reconhecida como um trabalho. Mas, confundido com o corpo e com a afetividade, este trabalho desaparece (MOLINIER, 2002). Fortalecida pelas contribuições da sociologia das relações de sexo, a análise das situações de trabalho pela abordagem da psicodinâmica possibilita assumir uma postura crítica contrária à

ocultação do trabalho das mulheres e, em consequência, contribuir para minimizar o déficit crônico de reconhecimento que elas sofrem.

Referências

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DEJOURS, C. Addendum - Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 127-139.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo (tomo I): sexualidade e trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2012.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Rapports sociaux de sexe e psychopathologie du travail. *Travailler*, v. 37, n. 1, p. 163-203, 2017/1. [CrossRef](#).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. [CrossRef](#).

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, A. et al. (Colab.) *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

MOLINIER, P. Autonomie morale subjective et construction de l'identité sexuelle: l'apport de la psychodynamique du travail. *Revue Internationale de Psychosociologie*, v. 3, n. 5, p. 53-62, 1996.

MOLINIER, P. Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar (1988-2002). *Production*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 14-26, set./dez. 2004. [CrossRef](#).

MOLINIER, P. Féminité sociale et construction de l'identité sexuelle: perspectives théoriques et cliniques en psychodynamique du travail. *L'orientation scolaire et professionnelle*, v. 31, n. 4, p. 565-580, 2002. [CrossRef](#).

Recebido em: 2 de junho de 2017

Aceito em: 15 de dezembro de 2017

Oskar Pfister e a crítica à concepção freudiana de religião

Fabiano Veliq^{Orcid}★

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

A crítica que Freud faz à religião permeia toda a sua obra de forma que podemos afirmar que a questão religiosa se mostra uma grande questão para ele. No entanto, percebe-se que a visão que Freud tem da religião é bastante reducionista e isso fica bastante claro em diversos textos desse autor. Oskar Pfister se coloca como um grande debatedor da questão religiosa no início do movimento psicanalítico evidenciando as diversas lacunas na visão freudiana da Religião. Esse artigo se propõe a mostrar a crítica feita por Pfister à concepção freudiana de Religião visando com isso trazer elementos para o debate entre psicanálise e religião.

Palavras-chave: religião; psicanálise; fé; racionalidade.

Oskar Pfister and criticism of the freudian conception of religion

Abstract

The criticism that Freud makes to religion permeates all his work so that we can say that the religious question shown a big issue for him. However, it is clear that the vision that Freud has of religion is rather reductive and it is quite clear in many texts of this author. Oskar Pfister stands as a great debater of the religious question at the beginning of psychoanalytic movement showing the various gaps in Freud's view of religion. This article aims to explain the criticism made by Pfister to Freud's conception of religion in order to bring this element to the debate between psychoanalysis and religion.

Keywords: religion; psychoanalysis; faith; rationality.

Introdução

É bastante conhecida a forma como Freud procura tratar a questão religiosa vinculada às noções psicanalíticas, mostrando que a Religião estaria apoiada na relação ambivalente entre o pai e o filho derivada do Complexo de Édipo e como a Religião funciona como uma ilusão para que o homem lide com a realidade que o circunda (FREUD, 1913, 1927, 1930, 1939).

Essas explicações de Freud nos mostram uma forma de ver a Religião sob um aspecto nunca antes investigado antes do advento da Psicanálise. O que Freud nos aponta é que a Religião, por ter sua base em uma dinâmica pulsional, poderia ser substituída pela racionalidade, bastando para isso o empenho do homem em direção à razão. A grande aposta de Freud é a “educação para a realidade” proposta no final de *O futuro de uma ilusão* (1927) aposta esta que, como sabemos, não rendeu vitória ao seu apostador.

A crítica freudiana à Religião tem seus limites, e vários destes limites já foram apontados por diversos autores. É bastante claro o enorme reducionismo presente nos textos de Freud ao tratar da Religião. Uma coisa é mostrar as raízes ambivalentes da Religião a partir da relação pai e filho, mostrar a relação entre o Complexo de Édipo e a criação de uma Religião etc., outra coisa é dizer que a Religião possa ser resumida a apenas essas facetas. Freud, preso ao Iluminismo de sua época, não deu muito espaço em seus textos para pensarmos os aspectos positivos da

Religião. Tal apontamento lhe foi feito já no início do movimento psicanalítico pelo seu amigo, pastor suíço, Oskar Pfister.¹

O início do debate entre Psicanálise e Religião

Um dos grandes textos para pensar o diálogo entre a fé cristã e a Psicanálise são as cartas trocadas entre Freud e Pfister entre os anos de 1909 e 1939, nas quais os dois amigos debatem, em clima às vezes amistoso, às vezes mais encalorado, temas pertinentes aos dois domínios. Nessas cartas, Pfister tenta mostrar a Freud uma faceta da Religião que o pai da Psicanálise deixou de lado, i.e., a faceta positiva da Religião.

Desde as primeiras cartas entre os dois, a questão da fé já aparece ressaltada. Freud (2009), em uma carta de 18/01/1909, já exalta o fato de as pesquisas psiquiátricas desenvolvidas por ele terem encontrado guarida em uma “cura de almas espiritual”.² Essa aproximação da Psicanálise a outros setores que não o da psiquiatria muito agrada a Freud, que vê aí uma espécie de avanço da Psicanálise a outros meios.

No entanto, Freud sempre via com ressalvas essa aproximação da Psicanálise com outros meios por medo de que isso pudesse comprometer o futuro dessa ciência, por isso uma tentativa sempre muito veemente de definir

¹Oskar Pfister nasceu em Wiedikon, subúrbio de Zurique, em 23 de fevereiro de 1873. Seu pai era um pastor de caráter liberal, e sua mãe, uma mulher simples e puritana. Pfister estudou Teologia em Zurique, sob influência de Hegel, Strauss, Schleiermacher, e Teologia Crítica com pensadores como Hermann Kutter e Leonardo Ragaz, introdutores de ideias socialistas no campo da Teologia e Pastoral. Depois de sua formação em Teologia, Pfister obteve o doutorado em filosofia, no qual defendeu uma tese relacionando problemas da Filosofia de sua época à psicologia das religiões a partir da obra do teólogo suíço Bierdermann, que tinha como principal foco aproximar a Religião com a razão. Pfister se envolveu com a Psicanálise a partir do seu contato com Jung, que lhe apresentou a Freud em 1909. Deste primeiro contato, desenvolveu-se uma grande amizade entre Pfister e Freud que perdurou até a morte do último.

²O termo utilizado por Freud é o termo *seelsorger*, que significa “o religioso que cuida das pessoas de uma igreja e as dirige para Deus” (seele = alma; sorgen = cuidar, prover, preocupar-se por).

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais, CAD 2 – Centro de Atividades Didáticas, Ciências Humanas. Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: veliqs@gmail.com



o escopo psicanalítico. Segundo Freud, “em termos terapêuticos, só posso invejá-lo quanto à possibilidade de sublimação em direção à Religião. Mas a beleza da Religião certamente não pertence à Psicanálise” (FREUD, 2009, carta de 09/10/1918).

O que Freud sempre faz questão de ressaltar é que a Psicanálise procura evidenciar como a Religião está ancorada em processos infantis, mas ao mesmo tempo mostrar que existem aspectos da Religião que não pertencem ao escopo da Psicanálise. Pfister, no entanto, insiste em afirmar que o trabalho de Freud e o seu trabalho visam a um mesmo objetivo, que é o da cura de almas, mesmo que por caminhos diferentes, e daí não teme em afirmar de Freud que “jamais houve cristão melhor”, pois “quem vive para a verdade vive em Deus, e quem luta pela libertação do amor, segundo 1 João 4.16, permanece em Deus” (FREUD, 2009, carta de 29/10/1918).

A crítica de Pfister

A discussão entre ambos sobre a questão religiosa fica um pouco mais veemente depois do lançamento do livro *O futuro de uma ilusão* (FREUD, 1927/1976). Freud, pouco tempo antes do lançamento do livro, envia uma carta a Pfister afirmando que a obra seria lançada em breve, e que o motivo do adiamento até o presente momento se daria em consideração ao próprio Pfister. Segundo Freud (2009, carta de 16/10/1927),

Nas próximas semanas sairá uma brochura da minha autoria, que tem muito a ver com o senhor. Eu já a teria escrito há tempo, mas adiei-a em consideração ao senhor, até que a pressão ficou forte demais. Ela trata – fácil de adivinhar – da minha posição totalmente contrária à Religião – em todas as formas e diluições, e mesmo que isto não seja novidade para o senhor, eu temia e ainda temo que uma declaração pública lhe seja constrangedora. O senhor me fará saber, então, que medida de compreensão e tolerância ainda consegue ter para com este herege incurável.

A resposta de Pfister se dá brevemente e de forma bastante cordial, apenas cinco dias depois.

No tocante à sua brochura contra a Religião, sua rejeição à Religião não me traz nada de novo. Eu a aguardo com alegre interesse. Um adversário de grande capacidade intelectual é mais útil à Religião que mil adeptos inúteis. Enfim, na Música, Filosofia e Religião eu sigo por caminhos diferentes dos do senhor. Não poderia imaginar que uma declaração pública sua me pudesse melindrar; sempre achei que cada um deve dizer sua opinião honesta de modo claro e audível. O senhor sempre foi paciente comigo, e eu não o seria com o seu ateísmo? Certamente o senhor também não vai levar a mal se eu oportunamente expressar com franqueza minha posição divergente. Por enquanto fico na posição de alegre aprendiz (FREUD, 2009, carta de 21/10/1927).

A postura de Pfister em relação ao texto muito agradou a Freud, que achou bem interessante a proposta de uma resposta pública de Pfister à “declaração de guerra” que Freud havia feito. Segundo Freud (2009, carta de 22/10/1927),

Da sua magnanimidade eu não esperava outra resposta à minha ‘declaração de guerra’. Alegro-me diretamente pelo

seu posicionamento público contra minha brochura; será um refrigerio em meio ao coro desafinado de críticas, para o qual estou preparado. Nós sabemos que, por caminhos diferentes, lutamos pelas mesmas coisas para os pobres homenzinhos.

A resposta de Pfister foi publicada em 1928, um ano após o texto de Freud (*O futuro de uma ilusão*), na revista *Imago*, volume XIV, caderno 2/3, sob o título *A ilusão de um futuro*.³ O texto vem precedido de uma carta a Freud sob o título de “Honrável Professor!”, repleta de elogios a Freud. O objetivo do texto, já pelo título, mostra-se de forma bem clara. Nesse texto, Pfister procura responder às críticas freudianas acerca da Religião, mostrando os limites de tal postura.

Já na carta que precede o texto, Pfister deixa clara a sua posição de como compreende a relação entre Psicanálise e Religião. Para ele, a Psicanálise é um magnífico instrumento de purificação da fé e pode contribuir para o amadurecimento e desenvolvimento da Religião. Para Pfister, Freud combate a Religião a partir da própria Religião, pois luta pela verdade, pela libertação e pelo amor. Quem trabalha para aliviar os sofrimentos humanos trabalha em favor do reino de Deus, segundo ele. Conforme Pfister (2003, p. 18),

Afinal, quem lutou de modo tão gigantesco pela verdade e brigou tão heroicamente pela redenção do amor, este é, quer queria sê-lo ou não, segundo os parâmetros do evangelho, um fiel servo de Deus. E não está longe do reino de Deus quem, pela criação da Psicanálise, elaborou o instrumento pelo qual são serradas as cadeias das almas sofredoras e são abertas as portas do cárcere.

Há no início da carta uma tentativa de Pfister de mitigar o debate entre Psicanálise e Religião de forma a fazer coincidir os propósitos de ambos os domínios, aproximando-os em nome da libertação dos sofrimentos humanos.

Pfister finaliza a carta introdutória expressando o desejo de que a Psicanálise e a Religião abandonem a rixa entre elas e que uma sirva para complementar a outra. Segundo Pfister (2003, p. 19),

Volto-me com toda a determinação contra sua apreciação da Religião [...]. Contudo, faço-o também na esperança de que alguns, que ficaram refratários à Psicanálise com a rejeição da fé religiosa pelo senhor, voltem a contrair amizade com essa ciência, como método e síntese de reconhecimentos empíricos.

A primeira parte do ensaio de Pfister está centrada na crítica freudiana da Religião, principalmente no conceito de ilusão utilizado por Freud. Pfister procurará dar um valor positivo ao conceito de ilusão, mostrando que ela pode coexistir com pensamentos adaptados à realidade. Segundo Pfister (2003, p. 20), “na ilusão pode estar investido muito raciocínio realista existente”. Dessa forma, a relação entre ilusão e realidade se afasta daquela proposta por Freud (1927) em *O futuro de uma ilusão*.

O segundo aspecto abordado por Pfister é a Religião como obsessão neurótica defendida por Freud. Pfister não nega que, em várias manifestações religiosas, haja

³O texto de Pfister foi traduzido para o português por Kdarin Hellen Kepler Wondracek e Ditmar Junge e publicado pela Editora Vozes em 2003. As citações do texto de Pfister se referem a essa tradução.

uma semelhança grande com as neuroses obsessivas, mas isso apenas aconteceria nas primeiras etapas do desenvolvimento religioso, quando a ortodoxia religiosa se faz presente de forma muito forte na vida dos indivíduos. Segundo Pfister (2003, p. 21), “as obsessões são inconfundíveis em várias religiões primitivas, que ainda não conhecem nenhuma constituição eclesiástica, e também em todas as ortodoxias”.

Esse caráter opressor não caracteriza a essência da Religião para Pfister, que vê a Religião também de forma evolutiva. À medida que a Religião fosse amadurecendo, ela iria se despojando de seus elementos imaturos. Em uma religiosidade evoluída, o amor supera a culpa. Segundo Pfister (2003, p. 23), “creio que, pelo contrário, as mais sublimes elaborações religiosas justamente suspendem a obsessão”.

A figura de Jesus é tomada como exemplo de alguém que supera a neurose coletiva de seu povo e apresenta uma nova proposta religiosa não mais focada na culpa, mas no amor. Segundo Pfister (2003, p. 23), “Jesus contrapõe seu ‘mandamento’ do amor ao monismo neurótico obsessivo-compulsivo, que impõe um pesado jugo através das crenças ao pé da letra e do meticuloso cerimonialismo”.

A representação paterna em Jesus se torna livre de toda fixação edípica⁴ por meio de uma proposta que supera todo tipo de heteronomia. Segundo Pfister (2003, p. 23-24),

Jesus venceu a neurose coletiva de seu povo introduzindo no centro da vida o amor que, na verdade, é moralmente purificado. Na sua concepção de pai, totalmente purificada das toxinas da ligação edípica, constatamos que foram totalmente vencidos a heteronomia e todo o constrangimento das amarras. O que se exige das pessoas não é outra coisa senão aquilo que corresponde à sua essência e sua vocação verdadeira, o que favorece o bem comum e – para também dar lugar ao ponto de vista biológico – uma saúde máxima do indivíduo e da coletividade.

Dessa forma, a Lei do amor supera o peso da Lei mosaica e abre espaço para a liberdade, o que leva a uma superação da representação de Deus determinada pelas fixações edípicas. Segundo Pfister (2003, p. 24-25), em Jesus “poderíamos provar como sua ideia de Pai é livre de todos os sintomas relativos ao ódio edípico – Deus não deve ser aplacado com sacrifícios, mas amado no irmão”.

Pfister deixa claro que o desenvolvimento religioso, e particularmente o judaico-cristão, conduz a um processo de humanização em um combate contra as formas primitivas de representações obsessivas, e lamenta que Freud tenha deixado de lado as mais sublimes expressões da Religião. Para Pfister, o que cria as compulsões e prende as pessoas na neurose é a vida “pré-religiosa”. O cristianismo israelita-cristão seria um desenvolvimento

da Religião que busca anular a compulsão e criar a libertação, e é exatamente isso que caracteriza a humanização proposta pelo cristianismo.

Na terceira seção da primeira parte do livro, Pfister procurará trabalhar o problema da Religião como criação imaginária do desejo. Ele deixa claro, já no início dessa parte, que concorda com Freud no ponto de que a Religião é permeada pelo desejo. Segundo Pfister (2003, p. 27), “eu já sabia havia tempo que as representações de Deus e do além muitas vezes são pintadas com as cores da paleta do desejo”. Mas isso não seria algo caro apenas à Religião, e sim estaria presente também na própria ciência, assim como o desejo também permearia o próprio ateísmo. O desejo, portanto, circula em todo tipo de criação humana e tenderia a uma evolução que parte de desejos egoístas para aqueles que visam se afastar do seu caráter egocêntrico à medida que o ser humano evolui. Pfister traz novamente o exemplo de Jesus como aquele que teria realizado um combate contra o egoísmo mais primário. Na ideia de reino de Deus proposta por Jesus, haveria a correspondência a uma concepção mais elevada da natureza humana, na qual reinam os ideais éticos universais e, acima de tudo, uma sujeição à vontade divina. Isso, no entanto, não seria uma ausência de desejo como no budismo, nem mesmo uma introversão patogênica. Segundo Morano (2008, p. 160),

Na imagem que nos apresenta de seu ideal supremo, isto é, do reino de Deus, os valores religiosos e morais não aparecem como um substituto camuflado e regressivo de desejos sexuais e agressivos insatisfeitos [...], menos ainda como acontece na alucinação, na qual o desejo emerge à margem e em oposição à realidade. Entretanto, ninguém pretenderá que o desejo deva ser proscrito e condenado sempre como algo, por natureza, ilegítimo.

Pfister deixa claro que desejo e realidade não estão em oposição. Segundo ele, “é possível buscar a satisfação dos desejos de um modo muito condizente com a realidade” (PFISTER, 2003, p. 29), e isso seria sinal de maturidade pessoal. Novamente, Pfister traz a figura de Jesus como aquele que articula os “imperativos do amor” com os “mandamentos mosaicos”, isto é, a demanda interna com a demanda externa. No entanto, segundo Pfister (2003, p. 29), “o mandamento interno tinha de derrubar o externo”. Nesse caso, a necessidade moral interna tinha de se originar diretamente de Deus, e como essa necessidade visava ao amor, Deus tinha que se manifestar como amoroso e não mais como o Deus severo do Antigo Testamento. Segundo Morano (2008, p. 161),

Se Jesus rompe com a imagem do Deus severo e ciumento do Antigo Testamento para evitar todo tipo de religiosidade obsessiva e a substitui pela imagem do Deus-amor, não será tampouco para encontrar aí uma desculpa para uma mera realização de desejos. O dogma cristão – verifica Pfister numa curiosa consideração dele – não pode ser entendido como uma realização de desejos que se tornam realidade, mas como resultado da constatação de uma série de realidades que exigem ser reconhecidas como tais. Tudo parte de uma particularidade propriamente humana, de uma vocação de amor ao próximo, que acaba concluindo pela

⁴Pfister aqui está entendendo a figura de Édipo do ponto de vista daquilo que Lacan chamará posteriormente de registro imaginário, ou seja, a partir da ideia de que o filho odeia o pai e deseja a mãe. O pai aparece como um rival para a criança. O registro simbólico do Édipo não aponta nessa direção da rivalidade, mas tem em vista o pai como uma função que trataria mais do ponto de vista da estrutura da constituição do desejo.

existência de um absoluto, fonte original do ser, do dever e de todos os valores. O dogma cristão, em suma, não é senão o dogma do amor.

No entanto, esse mesmo processo de uma demanda interna não estaria presente na ciência, movendo o seu desenvolvimento? Pfister afirma que vários conceitos tais como “força”, “causa”, “ação” estariam permeados de certo antropomorfismo. Se realmente fosse assim para toda a ciência, por que a Teologia deveria se constituir como exceção a esta regra? Segundo Pfister (apud MORANO, 2008, p. 161), “a história das ciências é uma luta incessante com antropomorfismos e outras projeções não autorizadas de fatos conhecidos sobre desconhecidos. Por que a Religião e a Teologia constituiriam uma exceção?”.

A ciência, que seria o juiz imparcial para Freud, também é permeada de diversos antropomorfismos, e isso a torna não tão bom juiz em relação a diversas questões da vida. Ela (a ciência) também estaria repleta de contradições e, por isso, não seria um bom critério para julgar todos os âmbitos da vida, inclusive aqueles que não competem a ela.

Pfister termina essa parte com uma pequena admoestação. Segundo ele,

E não nos esqueçamos: hipóteses científicas podem ser recusadas. Nas questões práticas, de cuja resposta depende a construção da vida, precisamos tomar posição, mesmo quando faltam comprovações irrefutáveis. Do contrário, como se fundaria uma família, se abraçaria uma profissão etc.? Do mesmo modo reside também na Religião uma confiança. Contudo, ai daquele que só se casa por desejo, que escolhe uma profissão e assume uma fé religiosa sem levar em conta cuidadosamente a realidade (PFISTER, 2003, p. 35).

Outro ponto da argumentação de Pfister vai contra a acusação de Freud de que a Religião seria oposta ao pensamento. Pfister afirmará que a Teologia protestante não se encaixa nesse tipo de caracterização que Freud propõe, mas exige um grande pensamento crítico e livre, ou seja, uma “religiosidade adulta”. Afirma que os protestantes (nos quais ele se encaixa) criticam a Bíblia e os dogmas com a mesma radicalidade que a Homero e a Aristóteles, de forma que há inúmeros pensadores sérios que não encontraram incompatibilidade entre sua fé e a filosofia ou a ciência. Pfister (2003, p. 37) afirma de si mesmo que “meu próprio pensamento foi ricamente fertilizado pela Religião”.

A proposta de Freud de uma “educação sem Religião”, segundo Pfister, já foi tentada várias vezes em vários círculos comunistas, mas em nada parece ser melhor que uma educação em que o elemento religioso se faça presente.

A Religião tomada como defesa cultural encerra a última seção da primeira parte do livro. Pfister não atribui à Religião uma função de polícia cultural como queria Freud. Segundo ele, “a Religião tem coisas mais importantes a fazer que proteger a mistura de sublimidades e atrocidades que hoje se chama cultura” (PFISTER, 2003, p. 39). A Religião visa consagrar-se a uma transformação dos seres humanos e a uma sensibilização

destes para o fato de que uma determinada civilização se encontra em decadência. Segundo Pfister (2003, p. 40), “a Religião não deveria tornar-se para nós uma polícia conservadora, mas guia e luz para a verdadeira cultura, retirando-nos da nossa cultura de aparências”.

A Religião deve ser o fundamento de uma crítica da cultura visando a uma modificação radical da sociedade. Ela exerceria uma função de ideal social e não de controle cultural. Pfister nega a ideia de que o céu seria o substituto das frustrações terrenas, e o reino de Deus tampouco seria algo relativo à outra vida. Muito pelo contrário, a Religião se compromete a trazer o reino de Deus para o mundo de forma a humanizar o mundo.

Na segunda parte do livro, intitulada “O cientificismo de Freud”, Pfister critica a concepção de ciência como salvadora do mundo proposta por Freud, acusando-o de uma espécie de “novo messianismo”, em que o mais importante seria apenas uma troca de ilusão. Em vez da ilusão religiosa, a ilusão científica. O *logos* divinizado destrona Deus e governa em seu lugar (PFISTER, 2003, p. 43).

Pfister (2003, p. 45) critica o Iluminismo exacerbado freudiano e sua pretensa crença em uma espécie de “experiência pura”, que, segundo Pfister, é impossível de existir, pois “não há ciência natural sem metafísica, nunca houve nem haverá”, e, ao mesmo tempo, demonstra um grande ceticismo em relação aos progressos da ciência como forma de aliviar os sofrimentos humanos.⁵

Na visão de Pfister, a última frase de *O futuro de uma ilusão*, “Não, nossa ciência não é uma ilusão. Ilusão seria imaginar que aquilo que a ciência não nos pode dar, podemos conseguir em outro lugar” (FREUD, 1927/1976, p. 71), demonstra uma crença de Freud. Todo o texto de Freud, aos olhos de Pfister, procura tratar a ciência como substituta da Religião, e como Pfister não compartilha com Freud esse otimismo com a ciência, fica extremamente difícil para ele ver como possível tal substituição. Pfister valoriza elementos que aparentemente para Freud não são tão relevantes, tais como a música, a arte etc., e isso acaba por fazer com que ele pense que a visão de Freud sobre a Religião se dá de forma bastante reducionista.

Pfister conclui sua obra retomando a ideia fundamental de que a ilusão pode ser muito válida. A questão que se coloca à Religião é o libertar-se de suas configurações neurótico-compulsivas rumo a uma religiosidade adulta, que tem no amor o seu princípio fundamental. A própria Bíblia deverá ser compreendida de outra forma, não mais como uma espécie de “oráculo infalível”, mas examinada criticamente (aqui percebemos fortemente o liberalismo teológico de Pfister). A moral não deve ser concebida heteronomicamente, mas fruto da autonomia do indivíduo.

⁵ Esse tema da relação entre ciência e metafísica foi o centro do debate do Círculo de Viena. As obras de Reichenbach, Carnap, Neurath, todas procuram tratar desse problema, e todo o círculo de Viena se mostra extremamente crítico a toda possível validade do discurso metafísico. A ciência, para o Círculo de Viena, caminharia no sentido oposto a toda metafísica, e pensar em uma “ciência metafísica” seria uma espécie de contradição de termos, pois toda ciência é em última instância experimental. Para uma análise pormenorizada sobre o círculo de Viena, sobre o tema cf. Quelbani (2009).

O objetivo da razão não deve ser o de matar o desejo, mas, segundo Pfister (2003, p. 55), “a verdadeira vida floresce a partir do casamento entre pensar e desejar”.

Pfister termina seu texto visando a uma espécie de reconciliação com Freud, afirmando que o *logos* freudiano também impele ao amor humano e à diminuição do sofrimento da mesma forma que a sua proposta também conduz aos mesmos objetivos, só que compreendendo isso como sabedoria e amor divinos. Afirma que “Freud, com sua concepção e obra de vida, está à frente de muitos cristãos frequentadores de igrejas” (PFISTER, 2003, p. 56), e que ambos os textos, *O futuro de uma ilusão* e *A ilusão de um futuro*, unem-se em torno de uma mesma fé sólida, cujo credo é “A verdade os libertará” (João 8, 32).

Conclusão

Podemos perceber uma preocupação muito grande de Pfister em, de alguma forma, conciliar os objetivos da Psicanálise aos objetivos da fé cristã. Esse tipo de vertente será bastante corriqueiro no desenvolver do debate entre Religião e Psicanálise, e nomes como Erich Fromm (1966) se destacarão nesse tipo de vinculação entre as duas áreas.

Essa tentativa de conciliação de Pfister entre os dois ramos do conhecimento pode gerar algumas incongruências entre as duas áreas. A nosso ver, na tentativa de conciliar os dois discursos Pfister acaba por mitigar as diferenças de cunho estruturais na relação entre Psicanálise e Religião. A própria tentativa de Pfister de tornar Freud um “cristão comprometido” por tentar libertar os homens por caminhos diferentes se mostra uma grande tentativa de “salvar Freud” perante os círculos cristãos mostrando como que a Psicanálise poderia ser uma ferramenta para uma purificação da fé.

Freud, por outro lado, nunca reclamou para si nenhum tipo de pertença religiosa e, como foi dito no decorrer desse artigo, sua crítica à religião é bastante incisiva e mesmo que em vários sentidos ela possa ser entendida como reducionista, abre um excelente caminho para o diálogo.

No entanto é bastante visível que há um deslocamento do diálogo entre Psicanálise e Religião para um terreno não propriamente psicanalítico. O debate se torna muito centrado em torno do conceito de ilusão deixando de lado temas mais caros à doutrina psicanalítica tais como os conceitos de culpabilidade e ambivalência. Pouquíssima atenção é dada a livros como *Totem e Tabu* (FREUD, 1913) e *Moisés e o monoteísmo* (FREUD, 1939).

A tentativa conciliatória de Pfister em torno da questão do amor que tem em Jesus o grande paradigma acaba por deixar de lado que a versão psicanalítica do amor é centrada na análise das raízes mais profundas desse sentimento, mais ligado à agressividade, ao ódio e à pulsão de morte. Dessa forma podemos notar que faltou a Pfister uma atitude mais crítica que deveria se sobrepor ao seu desejo conciliatório entre as áreas. Tudo isso acaba fazendo com que Pfister fosse obrigado a fazer certa violência aos conceitos psicanalíticos em nome do caráter conciliatório buscado. Ao mesmo tempo a

focalização da questão em torno do conceito de ilusão faz tal debate se assemelhar mais a um debate filosófico do que propriamente psicanalítico-religioso.

Se por um lado houve em Freud demasiado positivismo, em Pfister há um demasiado otimismo na conciliação entre as duas áreas e na aposta de um certo evangelho social fruto de um cristianismo reduzido e de uma psicanálise reduzida.

A crítica de Pfister à concepção de Freud sobre a Religião foi o primeiro trabalho nessa direção e demonstra um diálogo bastante honesto e profícuo que abre um grande caminho para o debate entre Psicanálise e Religião. Permanecem pendentes várias questões abordadas por ambos pensadores e cabe a nós enquanto estudiosos dessas áreas seguir o caminho inaugurado por eles.

Referências

- BÍBLIA SAGRADA. Tradução de King James. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/kjv>. Acesso em: 21 maio 2015.
- FREUD, S. *Totem e Tabu* (1913). Rio de Janeiro: Imago, 2006. Obras Completas, v. 13.
- FREUD, S. *O futuro de uma ilusão* (1927). Rio de Janeiro: Imago, 1976. Obras Completas, v. 21.
- FREUD, S. *O mal-estar da civilização* (1930). Rio de Janeiro: Imago, 1976. Obras Completas, v. 21.
- FREUD, S. *Moisés e o Monoteísmo* (1939). Rio de Janeiro: Imago, 1976. Obras Completas, v. 23.
- FREUD, S. *Cartas entre Freud e Pfister* (1909-1939): um diálogo entre a Psicanálise e a fé cristã. Belo Horizonte: Ultimato, 2009.
- FROMM, E. *Psicanálise e Religião*. Tradução e prefácio de Tracy Doyle. 3. ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1966.
- MORANO, C. D. *Psicanálise e Religião: um diálogo interminável – Sigmund Freud e Oskar Pfister*. Tradução de Eduardo Dias Gontijo. São Paulo: Loyola, 2008.
- PFISTER, O. A ilusão de um futuro. In: WONDRACEK, K. H. K. (Org.). *O futuro e a ilusão: um embate com Freud sobre Psicanálise e Religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 17-56.
- QUELBANI, M. *O círculo de Viena*. São Paulo: Parábola, 2009. Coleção Episteme, v. 3.

Recebido em: 25 de maio de 2015

Aceito em: 16 de junho de 2017

Mulheres e Espelhos: a Devastação e o irrepresentável no corpo feminino

Danusa Effegem de Souza,^{Orcid}★ Giselle Falbo Kosovski^{Orcid}

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo situa a Devastação como operação lógica que remete e contrasta, quanto à incidência e consequências psíquicas, com a operação instauradora do narcisismo no primeiro tempo da constituição subjetiva. Observando a necessidade de reafirmação da imagem no embate arrebatador com o espelho, o trabalho ressalta, com o conto Branca de Neve, algo de estrutural no mal-estar das mulheres em relação à imagem, analisando a delicada relação da madrasta com sua imagem própria refletida pelo espelho falante. Para tanto, relemos Freud, Sobre o narcisismo: uma introdução, e Lacan, O estágio do espelho como formador da função do eu, recorrendo às reflexões psicanalíticas acerca da edificação do corpo para elucidar o processo contínuo de sua construção, que no feminino é reiteradamente confrontado com a falta de um significante (simétrico ao falo) que pudesse alienar o gozo e encerrar a busca por uma representação última para o ser da mulher.

Palavras-chave: Psicanálise; Devastação; beleza; corpo; narcisismo.

Women and mirrors: Devastation and the irrepresentable in the female body

Abstract

This article places Devastation as a logical process that highly contrasts, considering occurrence and psychological effects, with the one process which sets narcissism in the first time of Subject Constitution, as described by Freud in Introduction to Narcissism and Lacan in the Mirror Stage. Considering women's necessity to have their image recast, this essay brings the old tale Snow White as a sample of the struggle women have with mirror image to show the structural origin of such discomfort by analyzing the relationship the stepmother has with her own image reflected by the talking mirror. Thus, we have based on psychoanalytical impressions concerning the process of constitution to enlighten the continuous effort of women in assimilating their own image, which, by structure, lacks a name (ideally symmetrical to the phallus) to house female satisfaction and a last word to represent the eventual identity of being a woman.

Keywords: Psychoanalysis; Devastation; beauty; body; narcissism.

*Espelho, espelho meu,
Há no mundo mulher mais bela do que eu?
(GRIMM, 2011)*

Introdução

Este artigo sobre a Devastação feminina articula psicanálise e literatura para abordar a relação singular que as mulheres mantêm com a imagem corporal, da qual elas esperam depreender certa afirmação. Colocamos em destaque a vacilação advinda de uma falha na afirmação da imagem devolvida pelo Outro que pode desvelar um ponto jamais recoberto por identificações. Para isso tomamos como referente a madrasta da jovem personagem protagonista do conto *Branca de Neve*, deslocando-a do papel fixo de algoz para olharmos também seus tormentos. A madrasta, antagonista, dirige ao espelho um grito de apelo. Será sua imagem ou seu ser que ela necessita ratificar? Uma outra, alhures, representa para ela um perigo: será a mais bela também aquela que encarnará a exceção, dando consistência ao conjunto das mulheres? Mas, que mulher é a mais bela se essa beleza, atributo fugaz, não pode ser possuída em si, mas permanece atrelada a Outro que, movido por seu desejo, faça sua escolha por uma, a mais bela, a eleita? Que lugar resta para ela quando perde a condição de eleita?

O conto *Branca de Neve*, pertencendo ao domínio público, nos fornece uma versão da mulher atormentada pela própria vaidade, ameaçada em sua existência pela beleza exuberante da enteada que, ao adolecer, passa a encarnar o lugar da rival, da outra mulher. A angústia da madrasta, cristalizada na figura má e cruel, não é, todavia, de todo alheia às mulheres, e está estreitamente ligada ao esforço feminino de construção do corpo tomando o recurso à mascarada. Como nos ensina Fuentes sobre a mascarada:

[...] Joan Rivière soube precisar que a feminilidade não passa de uma máscara, cujo fundamento não repousa no real nem é dado por nenhum instinto. Assim, não há meios de ser mulher senão assumindo um parecer, como revestindo o corpo com um tecido imaginário e simbólico que seja atrativo ao desejo masculino, dando forma à mulher que não existe (FUENTES, 2012, p. 112).

De inúmeras formas, em diferentes culturas, as mulheres frequentemente cobrem-se com adornos, brilhos e ornamentos que justapostos ao corpo pretendem criar uma imagem culturalmente reconhecida como feminina. No Ocidente vemos essas máscaras se multiplicarem, apropriadas pela lógica do mercado e pela sede, por este produzida, de atingir o corpo feminino perfeito. Os contornos dados pela anatomia não resumem em si as insígnias desejadas dentro de cada contexto social: busca-se certo volume, uma textura, alguma exata proporção de medidas. A ciência, não destacada do mercado, também acompanha os investimentos cada vez mais sofisticados em cirurgias plásticas, tratamentos estéticos e fórmulas

*Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Campus do Gragoatá. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco N, 4º andar. São Domingos – Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210-201. E-mail: danuzaeffegem@ig.com.br, gifalbo@centroin.com.br



embelezadoras e rejuvenescedoras que visam adequar o corpo a elevados padrões de exigência. Sem negar as influências coercitivas do Capitalismo que há muito nos constitui como seres sociais, neste texto propomos pensar a relação que algumas mulheres tem com a imagem corporal e o que as move na direção dessa busca de afirmação num apelo a outrem.

Ademais, tomando como referência os estudos sobre a Devastação,¹ pretendemos abordar o sentimento de si experimentado por uma mulher diante do enigma do feminino que a beleza pode vir a contornar e, em contrapartida, os efeitos de sofrimento e desamparo em que a ausência deste suporte imaginário a deixa. Pretendemos também destacar os prejuízos que a excessiva crença nesse recurso imaginário e especular com apelo totalizante pode provocar. Com este objetivo, tomaremos como referências principais os textos *Sobre o narcisismo: uma introdução* (FREUD, 1914/1996) e *O estágio do espelho como formador da função do eu* (LACAN, 1949/1998), nos quais respectivamente, Freud e Lacan, cada um em um tempo da psicanálise, discutem a construção do corpo próprio.

Para a formulação desta linha de pensamento tomaremos como balizas duas noções essenciais para a psicanálise, no que se refere ao corpo. A primeira consiste no entendimento de que o corpo não nos é dado naturalmente e não equivale ao organismo. Seus contornos se constituem na relação com o semelhante, em experiências precoces de prazer e desprazer, mediadas pela linguagem. Esta funciona como um tecido significante que vai recobrindo o organismo, humanizando a carne e livrando o sujeito em constituição do desamparo e do despedaçamento, que são experiências originais, erguendo-o da existência real à dimensão simbólica. A segunda é a constituição sexual do sujeito, inicialmente descrita por Freud a partir de uma analogia ao mito de Édipo; nota-se que o próprio Freud reconheceu não conseguir esclarecer o desenvolvimento sexual da menina em mulher satisfatoriamente, ponto de investigação remanescente em seus estudos.

O corpo feminino em questão, ainda

Desde os primeiros estudos de Freud, esteve em questão o corpo das mulheres histéricas que intrigavam a ciência pelo modo nômade de abrigar sintomas conversivos, metáforas significantes. Da catarse à psicanálise, a concepção de corpo foi sendo desenhada e, desde então, sobre sua plasticidade e subordinação às causas psíquicas muito foi dito. Entretanto, ainda hoje repousa sobre o corpo feminino um enigma quanto a forma de ascender à sexualidade. Tornar-se mulher é um esforço de construção que ficou eternizado nesta fórmula de Simone de Beauvoir (1967), da qual a psicanálise se serve para afirmar que não há natureza feminina: não se nasce mulher, torna-se mulher. Sobre este tema, Brousse (1986) sintetiza em duas vias a orientação que dividia a abordagem da feminilidade para Freud: o filão da castração - do primado do falo e o

filão do real - do não reconhecível. Este último, não recoberto pela linguagem permanece no feminino como um ponto impossível de se fazer representar.

Destacamos que tal impossibilidade de representação se deve ao fato de que há um único significante inscrito no inconsciente no que diz respeito à posição sexual. O falo é o significante da diferença sexual, diferença que em última instância não pode ser plenamente simbolizada. Para as mulheres, fica posto um problema que é a não correspondência do falo a um órgão no corpo, o que não é sem consequências para sua constituição e posicionamento na partilha sexual. Segundo Jeferson Machado Pinto (2008), o inconsciente é fático e reconhece apenas o sexo fático, ignorando, portanto, a diferença sexual. Seguindo Lacan (2008b) em suas formulações sobre o tema em *O Seminário: mais, ainda*, o autor comenta: “Esse campo, o da mulher, estaria em um mais além e indicaria a posição subjetiva daqueles que operam com o não representável, já que estariam não-totalmente submetidos à inscrição fática” (PINTO, 2008, p. 96).

Portanto, não há um órgão feminino que corresponda simetricamente ao que o pênis representa para o homem, posto que os órgãos que na mulher se distinguem dos masculinos são os que estão inicialmente referidos à mãe que ela poderá vir a ser (LACAN, 1972-1973/2008). Desde cedo as crianças deduzem e interpretam da observação da genitália feminina a ausência do pênis ou a inferioridade do clitóris, o que tem consequências psíquicas e culturais particulares na forma como as sociedades e os sujeitos percebem e distribuem as funções entre os dois gêneros. Com Lacan (1972-1973/2008, p. 14), vimos que “nada distingue a mulher como ser sexuado senão justamente o sexo” e não obstante, “o sexo da mulher não lhe diz nada, a não ser pelo gozo do corpo”.

O texto freudiano de 1925, intitulado *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, contém um resumo e uma revisão do pensamento de Freud sobre as diferenças encontradas na constituição subjetiva de meninos e meninas. Nele, Freud reavalia suas primeiras formulações acerca do desenvolvimento psicológico das mulheres, abandonando a tentativa de estabelecer uma analogia exata para elas com o que se passa com os homens. O editor, em nota introdutória, ressalta a obscuridade em que esteve a vida sexual das mulheres para Freud que, segundo ele, constituiria um *dark continent* (FREUD, 1932/1996).

Ainda neste artigo, Freud aborda as duas mudanças exigidas à menina, que não encontram paralelo no desenvolvimento do menino: a mudança de seu órgão sexual do clitóris para a vagina e a tomada do pai enquanto objeto de amor em detrimento da mãe, sempre o objeto original. Entretanto, ele traz para o cerne da questão os efeitos distintos da percepção da diferença entre os órgãos sexuais para meninos e meninas. Contrariamente à falta de interesse que a observação da genitália da menina provoca no menino, uma menina, quando vê o pênis, imediatamente se dá conta de que não o tem e quer tê-lo. De acordo com Freud a “inveja do pênis” (FREUD 1932/1996, p. 124) terá consequências de grande abrangência, passando pelo

¹Devastação, conforme desenvolveremos mais adiante, é o nome dado por Lacan a essa forma de gozo referido ao feminino, formulação que aparece no contexto de seu último ensino e do questionamento sobre o gozo feminino. Os múltiplos sentidos desta palavra, que vão do arrebatamento ao deslumbramento, comunicam a natureza complexa e contraditória, própria do gozo que, enquanto tal, é sofrimento, mas é também satisfação à qual o sujeito adere.

sentido de um dano narcísico sofrido, deslocando-se para o ciúme e culminando num afrouxamento da relação afetiva da menina com seu objeto materno – sendo a mãe responsabilizada pela falta de pênis da filha. Esta decepção com a mãe seria motor da transferência de amor ao pai, levando a menina, para quem a castração é a posição inicial, ao complexo de Édipo.

Freud acrescenta que o mais importante efeito da inveja do pênis, que equivale à descoberta da inferioridade do clitóris é “a pouca tolerância das mulheres à masturbação, o que as faz incapazes de usá-la em circunstâncias nas quais um homem se valeria dela como via de escape, sem qualquer hesitação” (FREUD, 1925/1996, p. 283). A explicação para o fato é que o abandono da sexualidade clitoriana seria condição para o desenvolvimento da feminilidade. A inveja é uma posição da qual a mulher não consegue declinar facilmente e parece penetrar “através de todos os estratos psicológicos” (FREUD, 1937/1996, p. 270). Paralelamente ao “repúdio da feminilidade” (FREUD, 1937/1996, p. 268), comum aos homens, a inveja do pênis, considerada um resto de masculinidade proveniente da fase fálica, pode vir a contribuir para a construção da feminilidade, quando “o desejo apaziguado de um pênis destina-se a ser convertido no desejo de um bebê e de um marido, que possui um pênis” (FREUD, 1937/1996, p. 268). Nota-se que, em Freud, a feminilidade permanece, de certo modo, elidida pela equivalência fálica: um bebê, um marido.

No conto que estamos tomando como referência, a inveja, enquanto estrutural, aparece voltada à beleza da jovem enteada, que, portanto, estaria ocupando o lugar de filha, evidenciando uma das questões intrínsecas ao acidentado percurso de uma mulher na construção da identidade feminina: a relação mãe-filha. A mãe é primeiro o polo de identificações e, depois, da frustração incontestável e necessária, como nos lembram Diana Corso e Mario Corso:

É importante que a filha possa recolher elementos de identificação com a mãe. Ser como ela em alguns aspectos, mas como um ponto de partida, não de chegada. Perceber a limitação do modelo materno empurra ao trabalho de buscar referenciais e vivências que ampliam o horizonte da vida da filha (CORSO, D.; CORSO, M., 2006, p. 81).

O sentimento antigo de inveja, correlato da inveja do pênis cunhada por Freud, terá muitos efeitos e incursões diferentes, tanto na relação inaugural mãe-filha, como nas formas subsequentes das relações amorosas. Em outros termos, está em jogo a busca por um atributo fálico, que pode assumir inúmeras formas, entre elas a beleza com seu potencial constitutivo e organizador.

Soler (2005) contrapõe a atitude de homens e mulheres em relação ao gozo fálico; identitário e constitutivo para o homem, apenas. Ela sustenta que diante de uma situação de impotência ou fracasso, os homens facilmente recorrem ao exercício do órgão, seja com algum parceiro ou através da masturbação, e esse exercício vale como reafirmação de sua potência e valor. Para uma mulher, em contrapartida, o recurso mais frequente é a sedução, sempre falicizante, via na qual a beleza facilmente ganha lugar central.

As formas como as mulheres – numa posição feminina – cuidam do corpo, valorizando-o, falicizando-o, e, por meio dele, valorizando a si mesmas estão relacionadas a uma tentativa de fazer suplência ao que elas de fato não têm. Soler (2005) em *O que Lacan dizia das mulheres* caracteriza a posição feminina a partir desta lógica de ser o falo para o Outro. Uma mulher nunca é o falo em si mesma, o que em outras palavras significa consentir em ser tomada como objeto do desejo do outro. Esse modo de tratar o corpo próprio encontra correspondência com a descrição do conceito de narcisismo – o termo foi usado inicialmente por Paul Näcke em 1899 para denotar a atitude de uma pessoa que trata o próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é tratado. A este respeito, Freud afirma que “o narcisismo neste sentido não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação, que em certa medida, pode justificavelmente ser atribuído a toda criatura viva” (FREUD, 1914/1996, p. 81).

Neste mesmo texto há uma importante referência às mulheres, que desenvolveriam na adolescência um autocontentamento compensatório às restrições sociais impostas (FREUD, 1914/1996). O autor observa que tais mulheres necessitam mais serem amadas do que propriamente amar e que ser amada cumpre a função de aumentar sua autoestima.

A partir dessas referências, podemos pensar que à ausência de um órgão erógeno propriamente dito, as mulheres respondem tomando a própria imagem: o próprio corpo como erógeno. Em *O estágio do espelho*, Lacan (1949/1998) comenta os efeitos formadores de uma *Gestalt* sobre o organismo e afirma que eles “se inscrevem numa ordem de identificação homeomórfica que seria abarcada pela questão do sentido da beleza como formadora e como erógena”. A beleza, aqui, faz suplência a algo inexistente no corpo, acrescentando ao feminino nu uma espécie de véu. Vestido e nomeado, o objeto feminino ganha existência pelo contorno que o belo provê, arrefecendo o status de Coisa, conforme nos diz Lacan: “O objeto é instaurado numa certa relação com a Coisa que é feita simultaneamente para cingir, para presentificar e para ausentificar” (LACAN, 1960/2008, p. 172).

A sedução alcançada com a arma da beleza faz a atitude feminina oscilar do encantamento à persuasão. Não obstante o caráter ativo envolvido, e muitas vezes elidido, a sedução feminina engendra certa passividade: ser amada. Seus artifícios e máscaras são uma forma ativa de fazer-se tomar como objeto de desejo, objeto a ser escolhido pelo outro sempre outra vez, pois não se trata de uma escolha irrevogável; ao seduzir, uma mulher pretende provocar que outro a cubra com seu desejo, situando-a no lugar de objeto fálico.

Ainda quanto à atitude narcísica das mulheres – tomada por Freud como uma forma de compensação – poderíamos questionar se, com o culto ao corpo, as mulheres não estariam se protegendo do real do qual estão mais próximas e, deste modo, recuperando o sentido de autopreservação que o narcisismo comporta. O feminino, enigmático, escapa a apreensões significantes, furtando-

-se a representações. Embora as máscaras e adornos pareçam reproduzir e imitar um modelo, o que uma mulher faz do próprio corpo está mais próximo da criação uma vez que inexistente a essência do que seja A Mulher (LACAN, 1973/1993) e, tampouco, a presença de qualquer referência biológica conclusiva.

Lembramos aqui que, para Lacan, todas as coisas criadas pelo homem são da ordem da sublimação (LACAN, 1960/2008), e é no bojo de seu extenso estudo sobre o tema, no Seminário da Ética, que encontramos uma referência preciosa para pensar a constituição do objeto feminino e sua relação com a função narcísica. Neste momento de seu ensino, Lacan (1960/2008) discorre sobre a abordagem do objeto feminino, resgatando o amor cortês para elaborar seu pensamento sobre a sublimação. Esta operação é considerada, por ele, análoga à anamorfose, como um ponto de virada na criação artística. Tal reversão concerne justamente à acessibilidade do feminino. Em outras palavras, “Amor cortês em anamorfose” (LACAN, 1960/2008) nos ajuda a pensar a “Coisa” que no feminino escapa à apreensão, bem como a função de anteparo ao real, desempenhada pela beleza, cingindo ou circunscrevendo a substância primitiva que, segundo Lacan, é um ponto de lesão no nível da imagem.

O amor cortês: a inacessibilidade do feminino

Na versão de Lacan, nos primórdios de sua história, a poesia inaugurou uma forma de amor que alterou definitivamente o modo de abordagem do feminino: o amor cortês. Este, que fez emergir a Dama, pode ser lido como um artifício que possibilitou uma espécie de sublimação, esvaziando o objeto feminino da substância real. Lacan chama atenção para os efeitos culturais decisivos que tal poesia produziu pelo modo particular como instaurou a idealização do objeto feminino representado pela Dama, vestida pela beleza. Somente a partir dessa subversão introduzida pelas canções de amor é que se pode dizer, com Lacan, que “Não há possibilidade de cantar a Dama, em sua posição poética, sem o pressuposto de uma barreira que a cerque e isole” (LACAN, 1960/2008, p. 181).

A aura de beleza que adorna o feminino não é equivalente à essência de uma mulher; entretanto, por ser “da natureza do belo permanecer insensível ao ultraje” (LACAN, 1960/2008, p. 284), é que ele pode oferecer-se como anteparo e permitir algum acesso ao real, intangível. Ao mesmo tempo em que permite velar, possibilita certa abordagem do objeto, como explica Lacan (1960/2008, p. 181): “O objeto, nomeadamente aqui o objeto feminino, se introduz pela porta mui singular da privação, da inacessibilidade”.

Quanto à função narcísica, Lacan reconhece que permanecera vaga ao longo de sua apresentação sobre a construção cortês e a anamorfose que dera origem ao objeto feminino. Ele explica que a função do espelho, exemplar da estrutura imaginária, se qualifica na relação narcísica, evidenciando que a ideologia do amor cortês possui um caráter profundamente narcísico. Nas palavras de Lacan (1960/2008, p. 183):

O espelho, num dado momento, pode implicar os mecanismos do narcisismo, e nomeadamente, a diminuição destrutiva, agressiva, que reencontraremos em seguida. Mas ele desempenha outro papel _ um papel de limite. Ele é aquilo que não se pode transpor. E a organização da inacessibilidade do objeto é justamente a única coisa da qual ele participa. Mas ele não é o único que participa disso.

Na arte e na feminilidade o que vislumbramos, com o apoio dos estudos recolhidos, são formas criativas e originais de dar tratamento ao real. Formas de desenvolvê-lo e emoldurá-lo de maneira singular, que ao mesmo tempo velam e revelam algo da coisa cingida no processo de criação e parcialmente preservada no feminino como núcleo de um gozo inassimilável pelo significante, ou seja, um gozo não recoberto pelas palavras.

Neste sentido, podemos pensar a moldura do espelho como uma margem possível, mas precária, à dispersão intrínseca ao feminino. A imagem especular, que “parece ser o limiar do mundo visível” (LACAN 1949/1998 p. 98) pode ser dotada de eficácia simbólica, estabilizando o corpo numa *Gestalt*. O que nos permite estabelecer certa analogia entre o *infans* e uma mulher diante do espelho: enquanto o *infans* encontra júbilo na edificação da imagem especular e acessa, através dela, uma organização corporal que consiste numa “matriz simbólica” da instância psíquica (eu) que ainda não está formada; uma mulher pode obter satisfação na reafirmação da imagem corporal sustentada em identificações através da imagem que lhe retorna do espelho. Mais adiante, com o estudo da devastação, tal aproximação nos levará, em verdade, a um contraste entre estes dois momentos.

Ainda em relação às identificações em jogo na composição do corpo pela mulher, destacamos que elas podem encontrar apoio nos modelos ofertados pela cultura, pelo mercado, ou ainda ser fruto de criações singulares. Tais modelos podem ser lidos como modos de sustentar a integridade do corpo próprio, de um corpo que se quer inteiro, na tentativa de afastar a ameaça do despedaçamento que arrebataria uma mulher se esta se deixasse capturar pela pura ausência de representação para o seu sexo. Lacan explica: “Pois a forma total do corpo pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência só lhe é dada como *Gestalt*, isto é numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída” (LACAN, 1949/1998, p. 95).

Por se tratar de um limiar no campo da representação, é que a imagem interessa sobremaneira aos estudos sobre o feminino. A importância do acesso a uma *Gestalt* de seu corpo assegura ao sujeito em constituição dois aspectos: a permanência mental do eu e do outro, como nos diz Lacan (1949/1998). Para uma mulher, que não conta sequer com uma indicação da anatomia onde possa ancorar seu gozo feminino, essa *Gestalt* necessita ser reafirmada, em alguma medida, e assim como no instante formador em que o *infans* depende de um Outro que o diga e o nomeie, uma mulher também requer do Outro um nome:

[...] por habitar o lado da subjetividade mais exposto ao trato com o real, ela quer encore o traço que a margeie e o

vêu que a vista. Assim, a partir desse trato cotidiano com o impossível, terá mais chances de gozar com o já célebre gozo feminino do que de ser apanhada num horror cujas consequências de estrago podem testemunhar elas mesmas com sua “miséria neurótica” e aqueles que, por uma outra razão, dela dependam ou com ela compartilhem um trecho da viagem da vida (AMIGO, 2007, p. 214).

A feminilidade, segundo Amigo (2007, p. 206), “re-corda à estrutura que o império do simbólico do falicismo é não todo” e é por isso que o último ensino de Lacan, menos ligado ao significante e mais afinado com o real, possibilitou avançar sobre este tema.

Devastação: quando o espelho reflete a nudez do irrepresentável

O apelo da mulher diante do espelho ao qual aludimos no início do texto, portanto, evidencia muito mais a angústia de perder um lugar, do que o júbilo da criança que acessa sua imagem unificada. Antes, o que a assombra é o fantasma do despedaçamento de sua imagem pelo dizer do Outro, ou ainda, pela ausência deste dizer. Analisando contos infantis, Corso, D. e Corso, M. (2006) leem *Branca de Neve* à luz da psicanálise e em sua relação com os estudos sobre a feminilidade. Eles entendem que “a madrasta convive com uma eterna insegurança a respeito de seus atrativos, não lhe bastava ser bela, sua formosura tinha de ser insuperável” (CORSO, D.; CORSO, M., 2006, p. 80). Em seguida afirmam:

A verdade é que a beleza só existe para um olhar, sem esse reconhecimento ela não faz sentido, por isso o espelho é o complemento necessário da imagem. O olhar no espelho traz sempre uma pergunta e uma resposta. Cada um o contempla tentando se ver “de fora”, buscando decifrar o impacto de sua imagem nos olhos dos outros, interrogando como somos vistos” (CORSO, D.; CORSO, M., 2006, p. 80).

Em *Sobre o Narcisismo: uma Introdução*, Freud (1914/1996) descreve uma fase de autoerotismo em que o bebê toma seu próprio corpo como objeto, desfruta dele de forma prazerosa, mas ainda não se percebe diferenciado do mundo. O momento ulterior, chamado narcisismo, caracteriza-se pela autopercepção de si como uno, dono de um nome, de um corpo unificado e de uma instância psíquica discriminada: o eu. Ele destaca que entre o autoerotismo e o narcisismo faz-se necessária a presença de um Outro que outorgue, ao sujeito em constituição, sua unidade corporal. Tal unidade se aproxima da *Gestalt* que suplanta a forma (LACAN, 1949/1998, p. 95) em lugar da percepção inicial de uma dispersão corporal e que se faz a partir de uma imprescindível “nova ação psíquica”: a identificação à imagem de si como corpo unificado.

O corpo, em sua dimensão real e sede do gozo, precisa ser reiteradamente apropriado pelo psiquismo do sujeito, inclusive em sua dimensão sexual ao longo da vida e com as transformações do crescimento e envelhecimento, entre outras intercorrências, quer sejam inevitáveis ou eletivas. A experiência princeps, com seu valor de metáfora, será a matriz para as identificações secundárias subsequentes que cumprem a função de normalização libidinal (LACAN, 1949/1998). O impasse que quere-

mos destacar neste ensaio é que o corpo feminino, por estrutura, vacila mais facilmente em atingir uma *Gestalt*, por não encontrar possibilidade de ancoragem em uma identificação satisfatoriamente completa. Assim, a busca indeclinável por um modelo ou traço identificatório pode ser vivida como um tormento, um abismo de sentido.

Em *O estágio do espelho* (LACAN, 1949/1998) fica demarcada a importância crucial do registro imaginário como mediador entre o corpo orgânico, “real”, e a instância corporal simbólica que pela identificação pode se constituir. Retomando o início deste escrito, concluímos que a situação da mulher moderna, pensada no nível da estrutura, de certo modo, já se encontra descrita nas tradicionais histórias orais que nos chegaram através de contos infantis, clamando diante do espelho por uma espécie de validação, ainda que imaginária; e, hoje em dia, buscando e comprando referências, copiando modelos, comprando estilos e marcas.

O espelho pode ser considerado metáfora do olhar do Outro. Para que uma mulher encontre uma forma de se colocar numa posição feminina, é por vezes necessário que ela se sinta abrigada, olhada e margeada pelo desejo de um outro que a singularize, numa relação que se revela constitutiva. Lacan questiona esse enlace amoroso que opera função tão essencial: “o que acontece com o amor, ou seja, com essa imagem de si de que o outro reveste você e que a veste, e que quando desta é desinvestida a deixa?” (LACAN, 1965/2003a, p. 201).

A partir do romance de Marguerite Duras, Lacan descreve o arrebatamento tomando a experiência da personagem Lol V. Stein quando seu corpo deixa de ser continente do olhar do noivo. A este respeito, Fuentes comenta:

A letra do arrebatamento, puro sem sentido, mas plena em sua função de engendrar a passagem da beleza ao corpo da mulher, é o transporte da pura vacuidade de Lol ao corpo da outra mulher, onde um gozo transbordante é então nela localizado (FUENTES, 2012, p. 276).

Do corpo à vacuidade, da beleza à mancha, o arrebatamento ou devastação é uma espécie de desnudamento. É um momento em que o enunciado introjetado no estágio do espelho, que poderia ser traduzido pela expressão “Eu sou isso”, sofre uma ameaça ou abalo profundo. E, nessas condições, uma mulher em decorrência das características inerentes ao feminino, pode não dispor de muitos recursos para reestabelecer uma ordenação simbólica ao corpo. Como afirma Marie-Helene Brousse (2004, p. 65): “O arrebatamento é [...] uma perda corporal não simbolizável pelo significante fálico, uma não redução das imagens cativantes à imagem central do corpo, uma não inscrição do corpo no desejo do Outro”.

Fuentes relembra o paralelismo de Lacan: ao lado da dor de existir que seria o mal-estar que acomete um sujeito quando o desejo dá lugar à pulsão de morte, haveria o impasse feminino da “dor de inexistir”, firmando o sentimento da perda não localizada experimentada por uma mulher que, ao perder o envoltório do amor, perde-se a si mesma, perde o “lastro de sua existência” (FUENTES, 2012, p. 41).

O termo devastação, tradução para o português do vocábulo francês *ravage*, aparece pela primeira vez em *O Aturdido* (LACAN, 1972/2003b), e, conforme a pesquisa de Drummond (2011), é uma palavra ligada ao solo, ao território, à terra. À ela relacionam-se ainda estrago, dano profundo, prejuízo, arrebatamento. Uma terra devastada é uma terra em ruínas, deserta, sem forças, perdida, assolada. Um solo pobre, danificado, impedido de dar frutos, sustentar ou sediar algo.

Uma mulher devastada, portanto, está tomada por um gozo que não pertence ao registro fálico, uma dor que a leva a uma perda de si mesma, uma espécie de apagamento subjetivo, e que, não obstante, satisfaz. Colette Soler (2005) afirma que os efeitos deste eclipse vão da mais leve desorientação até a angústia profunda, passando pela frigidez e todos os graus de extravio e evitação, até o extremo de abolir-se no outro, enquanto sujeito.

A Mulher, sempre outra, não coincide com o corpo feminino, parece estar sempre num outro corpo. Oscilando entre duas posições opostas, pode encarnar a guardiã de um segredo a ser revelado, oferecendo modelos, estereótipos e máscaras a serem copiadas; assim, supostamente, ela seria alvo de amor e devoção. Pode ainda, num extremo oposto, ser colocada como a vilã sem limites que toma para si somente, o brilho desejado por todas, encarnação da madrasta do conto *Branca de neve*. Neste caso, o ódio lhe é endereçado por ocupar uma posição de extremo poder, tal como o pai da horda primeva, descrito por Freud (1912-1913/1996). Nas duas posições extremas persiste a crença, devastadora, na consistência ou existência de um significante que, entretanto, precisa sempre ser novamente inventado.

Assim, demandando um significante inexistente no Outro – desamparada pelo simbólico e frustrada em sua demanda de identificação; e, desabrigada pelo recobrimento imaginário, uma mulher se acha confrontada com o real. Nessas condições, ela se aniquila numa devastação, deparando-se com a ausência de substância e, por isso, recobra a angústia da relação mãe e filha não suficientemente mediada pelo falo, correlativa a um momento anterior ao Édipo.

A este sofrimento que se caracteriza pelo transbordar do gozo, contrapõe-se o seu ciframento, operação que impõe recuperações da satisfação sempre parciais. Enquanto o ciframento introduz o sujeito numa vida de relação disposta pela civilização do gozo e, conseqüentemente, pela possibilidade do acesso ao desejo, o arrebatamento é um instante de desnudamento, que segundo Lacan (1965/2003a, p. 201) estende-se até o indizível da nudez que se insinua ameaçando substituir o próprio corpo. Definido pelo autor como o “lugar do infortúnio” e “limiar entre-duas-mortes”, este é um instante em que o feminino como relativamente o concebemos a partir do amor cortês desmorona, e surge em estado de objeto puro (LACAN, 1965/2003a, p. 201; 202). Lacan (1965/2003a, p. 202) afirma que a função de mancha pertinente a este objeto é “incompatível com a manutenção da imagem narcísica”.

Lembrando Freud que indicara que o artista o precedia em sua matéria, Lacan recorre à obra literária de Marguerite Duras, explorando ainda seu processo de criação, para tentar desvendar o enigma do arrebatamento (LACAN, 1965/2003a), como apresentamos anteriormente. A esse respeito Fuentes (2012, p. 279) nos esclarece que:

[...] a figura do arrebatamento em Lol elucida uma relação que as mulheres estabelecem com o real do corpo, que não se esgota na identificação com a imagem própria dada pelo traço unário. Verifica-se que, a impossibilidade de a identificação narcisista recobrir todo o campo do real do corpo revela-se como fato de estrutura.

Ainda de acordo com a autora, “Lacan faz do arrebatamento uma operação lógica subjetiva que estabelece uma relação do sujeito com o corpo, distinta daquela do estágio do espelho que fundamenta a identificação narcisista” (FUENTES, 2012, p. 275). A partir dessas marcações atentamos para o caráter contrário dessas duas operações: Enquanto o *infans* na situação do espelho passa a reconhecer-se como acolhido no desejo no Outro e pode se apropriar de seu corpo e de sua existência, dando consistência ao Eu; na devastação, inversamente, trata-se da “expulsão do sujeito de seu corpo” (FUENTES, 2012, p. 275), o que se relaciona com o sentimento de inexistência, de vacuidade que caracteriza esta forma particular de apresentação do mal-estar nas mulheres.

A desorganização em que fica mergulhada uma mulher devastada revela como os semblantes e a gravidez do imaginário são estruturantes e denuncia a importância da alienação ao significante e ao Outro na construção do feminino. A ameaça de inexistir é o que impulsiona essa mulher a tomar o corpo, dotado de uma falta, como objeto investido em seu narcisismo, conforme observamos mais frequentemente entre as histéricas. Esse mesmo risco a leva a oferecer o corpo, caracterizando certa passividade, num laço com o outro cuja falta ela anseia suprir.

O apego à imagem e, conseqüentemente, ao imaginário – se não o tomarmos apenas como uma defesa – pode ser lido como um trato necessário, um uso do imaginário e de seus semblantes para fazer face ao vazio em que o simbólico deixa uma mulher. Todavia, por trata-se de um semblante, é preciso que uma mulher não esteja totalmente entregue, não tomando o imaginário como referência única para seu ser.

Assim finalizamos esta contribuição preliminar para o estudo da devastação no feminino sob a perspectiva da construção do corpo e suas implicações no que concerne à relação tão comum às mulheres com o espelho; e indicamos que a operação de edificação do corpo em sua articulação com a constituição subjetiva, por suas características formadoras, contrasta com o desnudamento experimentado na devastação. Aqui, resgatamos um pouco do que a experiência psicanalítica já deslindou sobre a constituição do corpo para pensar o sofrimento feminino como um paradigma para se compreender a constituição subjetiva e sexual de uma mulher. Enfatizamos algumas premissas da experiência *princeps* da constituição do sujeito permeando e desenhando o processo de constituição feminina. Quando

afirmamos, com a psicanálise, que uma mulher não nasce mulher, mas continuamente se torna mulher, nos interessa indicar, portanto, as múltiplas operações constituintes que possibilitam a invenção e as recriações do corpo admitidas no percurso de um sujeito feminino.

REFERÊNCIAS

AMIGO, S. *Clínica dos fracassos da fantasia*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência da vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BROUSSE, M. H. L'énigme de la femme. *L'âne*: Pierre Klossowski, la mutation, v. 28, n. 1, 1986.

BROUSSE, M. H. *Uma dificuldade na análise das mulheres: a devastação da relação com a mãe*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

CORSO, D. L.; CORSO, M. C. *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DRUMMOND, C. Devastação. *Opção Lacaniana*, v. 2, n. 6, p. 1-14, 2011. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_6/Devastacao.pdf. Acesso em: 14 dez. 2014.

FREUD, S. *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925). Rio de Janeiro: Imago, 1996a. Obras Completas, v. 19.

FREUD, S. *Análise terminável e interminável* (1937). Rio de Janeiro: Imago, 1996b. Obras completas, v. 23.

FREUD, S. *Feminilidade: novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (1932). Rio de Janeiro: Imago, 1996c. Obras completas, v. 22.

FREUD, S. *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914). Rio de Janeiro: Imago, 1996d. Obras completas, v. 14.

FREUD, S. *Totem e tabu* (1912-1913). Rio de Janeiro: Imago, 1996e. Obras completas, v. 8.

FUENTES, M. J. S. *As mulheres e seus nomes: Lacan e o feminino*. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

GRIMM. *Snow white the fairy tales of the brothers Grimm*. Cologne: Taschen, 2011.

LACAN, J. *Televisão* (1973). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu (1949). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 96-103.

LACAN, J. Homenagem a Marguerite Duras (1965). In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003a. p. 198-205.

LACAN, J. O aturdido (1972). In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003b. p. 448-497.

LACAN, J. *O seminário: a ética da psicanálise* (1960). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008a. livro 7.

LACAN, J. *O seminário: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008b. livro 20.

PINTO, J. M. *Psicanálise, feminino, singular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOLER, C. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

Recebido em: 18 de maio de 2015

Aceito em: 1 de dezembro de 2017

Deleuze e a constituição do diagrama de controle

Domenico Uhg Hur^{Orcid}, ★

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Resumo

Este estudo teórico tem como objetivo investigar o desenvolvimento da noção de diagrama de controle no pensamento do filósofo francês Gilles Deleuze, para discutir sua emergência e elaboração. Este diagrama tornou-se conhecido pelo texto intitulado “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. Realizamos uma revisão bibliográfica em toda a obra de Deleuze para mapear o desenvolvimento desse conceito. Constatamos que foram necessárias quatro linhas para que o filósofo francês chegasse à elaboração do diagrama de controle: o pensamento pós-moderno, a mutação das máquinas técnicas, a modificação das formas jurídicas na história da filosofia e o recurso à literatura beatnik norte-americana. Também discutimos a relação entre este diagrama e a emergência do fascismo.

Palavras-chave: poder; sociedade de controle; diagrama; Deleuze; Foucault.

Deleuze and the constitution of the control diagram

Abstract

The purpose of this study is to investigate the development of the notion of diagram of control in the thought of the French philosopher Gilles Deleuze, to discuss its emergence and elaboration. This diagram became known by the article entitled “Post-script on the societies of control”. We conducted a literature review in the whole work of Deleuze, to map the development of this concept. We conclude that the French philosopher created this concept from four different lines: the postmodern thought, the transformation of the technical machines, the changing of the legal forms in the history of philosophy and the resource to American beatnik literature. We also discuss the relationship between this diagram and the emergence of the fascism.

Keywords: Power; society of control; diagram; Deleuze; Foucault.

Um pequeno texto de Gilles Deleuze datado de 1990 e intitulado como “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” tornou-se leitura obrigatória para os teóricos sobre a sociedade. Nele, a partir de uma distensão de uma discussão iniciada com Michel Foucault sobre a biopolítica, instaura um debate sobre como funciona a maquinaria de poder na atualidade, considerando que estamos num novo momento, que denomina de sociedades de controle.

Variadas análises e comentários já foram realizados sobre o funcionamento das sociedades de controle (cf. LAZZARATO, 2006; HARDT; NEGRI, 2005; TIRADO; DOMÈNECH, 2006; HUR, 2013). De forma geral, Deleuze enuncia que há uma terceira maquinação que não aparece de forma tão explícita na obra foucaultiana, mas que já está lá. Primeiramente afirma que no trabalho de Foucault há um desenvolvimento demarcado entre os regimes de soberania e disciplinar. Entretanto, constata que na própria teorização de Foucault já havia a constituição de um outro tipo de funcionamento, dando pistas ao surgimento de um novo diagrama. Mas o que nos chama atenção é que o próprio desenvolvimento do diagrama de controle por Deleuze também é envolto de dúvidas e hesitações.

Foucault trabalhou as questões referentes à disciplina e à biopolítica principalmente nos livros *Vigiar e Punir*, de 1975 (FOUCAULT, 1984), e a *Vontade de saber*, de 1976 (FOUCAULT, 2006). A denominada “trilogia do biopoder” (FOUCAULT, 1999, 2008a, 2008b), transcrição das aulas de Foucault em Collège de France entre 1975 e 1979, também apreende de forma bastante desenvolvida estas questões. Deleuze dedica seu penúltimo cur-

so a Foucault, um ano após sua morte, no período letivo de 1985 e 1986 (DOSSE, 2010). Nos três módulos do curso – respectivamente “saber”, “poder” e “subjetivação”, publicados pela Cactus Editorial, Argentina (DELEUZE, 2013, 2014, 2015) –, entre variadas questões acerca do trabalho foucaultiano, Deleuze questiona se há a emergência de uma terceira mecânica de poder. A princípio discorda, mas posteriormente passa a elaborá-la associando distintos elementos, até dizer que o regime disciplinar acabou e que estamos num novo diagrama (DELEUZE, 1986/2014). Entretanto, no livro publicado sobre Foucault (DELEUZE, 1988), lançado após seu curso, não há nenhuma referência ao diagrama de controle. Não sabemos se o livro foi enviado para impressão antes da realização do curso, ou se Deleuze preferiu não colocar essas novas reflexões na obra, por não estar tão seguro delas. Mas o fato é que apenas quatro anos após a realização do seu curso e do seu livro sobre Foucault é que Deleuze publica sua reflexão sobre as sociedades de controle.

Dessa forma, o objetivo deste estudo teórico é conhecer as reflexões empreendidas por Deleuze sobre o diagrama de controle, para discutir como se deu sua emergência e elaboração. Não buscamos apenas comentar o conteúdo presente no texto citado de Deleuze (1990/1992), mas sim realizar uma análise do desenvolvimento de suas idéias filosóficas relacionadas a esta temática, para entender como o pensador chegou a esta elaboração conceitual.

Para tanto realizamos uma revisão bibliográfica (CRESWELL, 2010) em toda sua obra, ou melhor, uma cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), que pode ser denominada como uma cartografia bibliográfica (HUR, 2016). Nela, atuamos tal como um

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. R. 235, s/nº, Setor Leste Universitário – Goiânia, GO – Brasil. CEP: 74605050. E-mail: domenicohur@hotmail.com



agrimensor em um novo território a ser demarcado. Buscamos mapear e rastrear os principais textos nos quais aparece a temática, ou seu gérmen, sobre as sociedades de controle. Visamos construir regimes de sentidos a partir do mapeamento dos rastros e pistas no sobrevôo sobre o território da literatura consultada. Deste mapeamento encontramos três principais fontes de análise. Primeiro, a transcrição de suas aulas sobre Foucault: “*El Poder: curso sobre Foucault*” (DELEUZE, 1986/2014). Segundo, o livro intitulado *Foucault* (DELEUZE, 1988) e, finalmente, a obra *Conversações* (DELEUZE, 1990/1992).

Destes três livros, nossa principal fonte para discutir o desenvolvimento da proposição das sociedades de controle é o módulo sobre o poder do curso de Deleuze sobre Foucault. Vale ressaltar que compreendemos que livro e aula são dois agenciamentos bastante distintos, em que a forma de conteúdo e de expressão do conhecimento aparecem sob diferentes disposições. Um livro é um trabalho que parte de uma expressão escrita, que pode ser lido, relido e reescrito várias vezes, até adquirir sua forma final aprovada e revisada pelo autor. Uma aula, mesmo que seja a leitura de um texto previamente escrito, é uma produção resultante da expressão oral, em que pode haver associação de idéias novas e diferentes relacionadas ao plano inicial. Com o conteúdo transmitido mesclam-se hesitações, incertezas, inseguranças, piadas e novas associações. A partir da participação e perguntas do público há um agenciamento que convoca o professor a trabalhar seu pensamento a limites impensados. Mesmo que um professor permita a gravação e o registro da aula, ele provavelmente não a escuta e nem relê a transcrição, caso seja registrada em texto escrito por um terceiro. Então a aula transcrita é um material textual que provavelmente não é revisado pelo autor para publicação, principalmente se é póstuma. É um material bruto, cheio de arestas, que ainda não foi lapidado. Para nós, pesquisadores da esquizoanálise,¹ este é um material privilegiado, pois é nele que podemos constatar as variações e desenvolvimentos de ideias, hipotetizações e reflexões.

Deleuze utiliza como método de análise o foco nos movimentos, os fluxos, as forças, em vez de se ater às formas estratificadas. Tal modo de operação está presente em toda sua obra. Pode-se dizer que o método de análise deleuzeano sobre o funcionamento social está baseado na leitura dos maquinismos, de como funcionam as máquinas desejantes, técnicas e sociais. Então ele está muito mais focado em como determinado aspecto funciona, ao invés de abordar o que é, ou sua substância.

Desenvolvimento do diagrama de controle

Para a elaboração da reflexão do conceito de diagrama, Deleuze mantém o mesmo método utilizado na análise dos maquinismos. Mas nessa empreitada não segue a mesma trindade estabelecida com Guattari, dos selva-

gens-bárbaros-civilizados, sobre a História Universal (DELEUZE; GUATTARI, 1972/2010); utiliza outros diagramas de poder. O filósofo afirma que Foucault cunhou o termo de diagrama, mas pouco o utilizou ao abordar os mecanismos disciplinares e biopolíticos.

Para Deleuze, o diagrama é o plano em que operam as distintas forças, sempre em relação. É uma máquina abstrata, virtual, que se diferencia de suas formações atualizadas, como as máquinas concretas, os dispositivos, estratos e estrutura. O diagrama é “a apresentação das relações de força que caracterizam uma formação; é a repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetado; é a mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas” (DELEUZE, 1988, p. 80). É um mapa, uma cartografia, das relações de poder, sempre instável e em variação (DELEUZE, 1986/2014). Caracteriza-se por uma configuração de esquemas de forças, que são extremamente variáveis e mutantes. Neste mapa as forças podem se compor de distintos modos, configurando-se assim diferentes diagramas. O diagrama é uma máquina abstrata que agencia distintas relações de forças e que tem em sua outra polaridade, sua atualização em máquinas concretas. É a configuração de vetores de forças que precedem suas formações concretas. Então, cada diagrama se correlaciona com distintas formações sociais, que são os estratos atualizados desse agenciamento de forças. Portanto, os estratos sociais são os resultantes dos diagramas de poder, são a matéria formada e atualizada do virtual informe. Deleuze (1988) inicialmente discrimina dois diagramas de forças na obra foucaultiana: soberania e disciplina. Estes dois diagramas têm como formações sociais correlatas as sociedades de soberania e sociedades disciplinares. Abaixo citamos a distinção que realiza entre as duas formações.

Nossas sociedades disciplinares passam por categorias de poder (ações sobre ações) que podem ser definidas assim: impor uma tarefa qualquer ou produzir um efeito útil, controlar uma população qualquer ou gerir a vida. Mas as antigas sociedades de soberania se definiam por outras categorias igualmente diagramáticas: confiscar (ação de se apropriar de ações ou produtos, força de confiscar forças) e decidir a morte (“causar a morte ou deixar viver”, o que é bem diferente de gerir a vida) (DELEUZE, 1988, p. 91).

Deleuze (1988) entende que havia o diagrama antigo, da soberania, relacionado às formações sociais imperiais, enquanto atualmente há o diagrama disciplinar, que expressa o surgimento de uma outra mecânica de poder que atua pelo primado das disciplinas e das tecnologias do saber. As sociedades de soberania estão articuladas a um diagrama de extração, confisco, do decidir a morte e do fazer morrer, enquanto as sociedades disciplinares referem-se a um diagrama de composição de forças, da constituição de disciplinas para gerir a vida. A partir de sua cartografia das relações de forças, Deleuze afirma que na História também houve uma infinidade de outros diagramas. Houve o diagrama da cidade grega, que se pautava pela rivalidade dos homens livres; o diagrama das sociedades primitivas, que operava pelas redes de alianças; o diagrama do poder pastoral, que opera pelo governo dos outros como se fosse

¹ A esquizoanálise é um campo de saberes plural e difuso criado por Gilles Deleuze e Félix Guattari na década de 1970 e que se pauta na Filosofia da diferença e das multiplicidades. Porta leitura original sobre os processos psíquicos articulados aos agenciamentos sociopolíticos e instaura uma série de novos conceitos e proposições nos campos da Filosofia, Artes, Política, Clínica etc. Como leitura introdutória sugerimos os livros *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995) e *Introdução à Esquizoanálise* (BAREMBLITT, 1998).

um rebanho etc. Mas nos chama atenção que no livro sobre Foucault, Deleuze (1988) não aborda em nenhum momento a constituição do diagrama de controle.

É apenas no curso sobre Foucault que Deleuze (1986/2014) começa a supor que estaríamos vivendo em um outro diagrama, após o diagrama disciplinar (aula de 14/01/1986). É o primeiro momento em que se questiona se há uma outra mecânica de poder, quando faz uma observação que chama de exercícios de imaginação. Nesse exercício especulativo, pergunta se ainda vivemos sob o diagrama da disciplina:

Hoje ainda estamos sob um diagrama disciplinário? Seguindo, por exemplo, os partidários do pós-moderno, poderia se afirmar que a informática e as disciplinas conexas representam uma mutação do diagrama e nos fazem passar a outro tipo de sociedade que já não é disciplinária, não menos cruel e dura, mas uma sociedade onde as relações de forças já não passam pelo diagrama disciplinário? Para mim não me parece muito, muito interessante, mas enfim... Haveria que se ver se os métodos atuais de controle tomam ainda o velho modelo das disciplinas, ou se tomam modelos novos, e que modelos novos² (DELEUZE, 1986/2014, p. 87).

Este trecho nos é importante, pois mostra o pensamento de Deleuze em operação, pelo qual se questiona sobre a possibilidade de um novo diagrama – por mais que o autor pareça não concordar a princípio, por não achar tal discussão interessante. Incitado pelos pensadores pós-modernos, reflete se as reconfigurações trazidas pela informática e pelas máquinas cibernéticas portam ou não uma mudança do diagrama. E ressalta que deveria ser analisado se os novos métodos de controle ainda estão relacionados ao diagrama disciplinar, ou a algum outro. Talvez Deleuze refutasse um pouco essa ideia por vir do pensamento pós-moderno, bastante criticado por ele e principalmente por seu companheiro Guattari (2000). Além do pós-moderno manter-se na matriz estruturalista do pensamento e adotar perspectiva relativista, Guattari (2000, p. 55) considera-o como um pensamento bastante despolitizado, entendendo-o como “o paradigma de todas as submissões, de todos os compromissos com o status quo existente”.

Na aula da semana seguinte (21/01/1986), Deleuze retoma essa questão, sobre se entramos num novo diagrama, ou não. Cita que para os partidários do pensamento pós-moderno, entramos numa nova era, portanto “segundo eles o diagrama já mudou” (DELEUZE, 1986/2014, p. 107). O filósofo não desenvolve essa temática, pois em seguida passa a refletir sobre o diagrama de diferentes sociedades e seu funcionamento. Mas obviamente foi inspirado pelas proposições de J. F. Lyotard (1979/2006) sobre uma condição pós-moderna, e principalmente por Paul Virilio (1977/1996), com suas discussões acerca do movimento, dos *dromomanes*³ e do policiamento sobre as fronteiras e a circulação. Obras que o levam a conjecturar

a possibilidade da constituição de um novo diagrama de poder e de controle a céu aberto, e não mais no espaço totalizado das instituições disciplinares.

No entanto, nas aulas seguintes Deleuze continua a entender que estamos no diagrama disciplinar. Mas ao longo do seu curso, ao discutir a História da Filosofia, a obra “As palavras e as coisas” (FOUCAULT, 1966/1990) e a transição da morte do homem para a constituição do super-homem (aula de 04/03/1986), anima-se a pensar novamente na mudança do diagrama. Também discute a transição da segunda geração de máquinas técnicas para uma terceira, discorrendo sobre a substituição de um elemento químico por outro: o carbono pelo silício.

Deleuze define que o “super-homem” caracteriza-se por ser um “ser finito”, mas com um ilimitado número de combinações, agenciando-se com distintos elementos e forças, sejam técnicos, ou referentes ao vivo de uma forma geral. E a nova força que o homem defronta-se é o computador, com todas as inovações e mudanças que esta máquina pode trazer. O filósofo recapitula assim as três gerações de máquinas técnicas, referentes a três diferentes períodos. A polia e os mecanismos de relojoaria, que se referem às máquinas de primeira geração, da Idade Clássica. As máquinas de vapor, de combustão e energéticas, de segunda geração, referentes ao século XIX. E as máquinas informáticas e de calcular, de terceira geração, de nossos tempos atuais.

O sujeito, ou o composto, é o sistema chamado homem-máquina. A máquina energética não formava com o homem um sistema homem-máquina. O que forma com o homem um sistema homem-máquina são as máquinas de terceira geração, nossas máquinas, as máquinas de nossa idade, a idade do silício (DELEUZE, 1986/2014, p. 236).

Dentro da discussão das máquinas técnicas, Deleuze (1986/2014, p. 236) privilegia a transição de um elemento químico a outro: “O silício ultrapassa o carbono com as máquinas de terceira geração”. Então se as máquinas técnicas e energéticas da segunda geração se pautavam na combustão do elemento carbono, as máquinas técnicas da terceira se pautam no constituinte do hardware dos computadores: o silício. Deste modo há uma nova configuração do trabalho, a partir de outro elemento químico. No primeiro momento temos máquinas de tração, mecânicas; no segundo, máquinas energéticas e no terceiro, máquinas cibernéticas. O primeiro, baseado na potência animal, humana, ou de elementos ambientais, como a força dos ventos e da água; o segundo na combustão do carbono e o terceiro, nas operações que se fazem a partir do silício.

Na aula da semana seguinte (11/03/1986) Deleuze recapitula esta questão com grande animação. Afirma que o trabalho contemporâneo se agrupa em torno às máquinas de terceira geração. Hoje no silício:

O que hoje há de interessante nas histórias das novas máquinas? As novas máquinas são a revanche do silício. É estupefante! O silício volta para nós. Havíamos preferido o carbono, e então pum! Por uma volta, um rodeio tecnológico se dá a grande revanche do silício. Não se fazem memórias com

²Todas as citações da obra de Deleuze (1986/2014) neste artigo foram traduzidas por nós do castelhano para o português.

³Virilio entende que o movimento paradigmático da contemporaneidade é o deslocamento contínuo. Então é como se os indivíduos portassem uma compulsão (mania) pelo deslocamento e velocidade (dromos), constituindo-se como dromomanes.

carbono, se fazem memórias com silício. [...] A vida é carbono, há revanche do silício (DELEUZE, 1986/2014, p. 272).

Portanto na reestruturação das máquinas técnicas e de seus elementos primordiais há uma reconfiguração das forças e do trabalho, na qual o silício ocupa lugar fundamental. O silício torna-se emblema desse terceiro momento no discurso deleuzeano. As máquinas de terceira geração passam a possuir “memória”, isto é, agenciam processos informacionais que vão muito além da combustão do carbono. É como se o silício levasse a vida a outro patamar. A discussão de características referentes a esse terceiro momento filosófico, do super-homem, traz elementos fundamentais para que Deleuze pense na constituição de um novo diagrama, em substituição ao disciplinar. Vale ressaltar que no pensamento do filósofo francês há uma convergência entre as três formas jurídicas que estipula na história da filosofia, Deus, homem e super-homem, com os três diagramas discutidos, soberania, disciplina e controle, o último ainda em elaboração. Então a atualização da transmutação das relações de forças se dá nos mais diferentes âmbitos. Se no campo do trabalho Deleuze ressalta a transição das máquinas energéticas às máquinas cibernéticas, no campo da Biologia há o deslocamento para a Biologia Molecular, no qual o código genético surge como uma nova leitura da vida. E no campo da Linguagem, a literatura ultrapassa a filologia, pois emerge como forma possível de ir além da finitude da linguística. Deleuze (1986/2014, p. 337) nos ensina que: “A literatura devém a partir de então uma força real”. Pois a literatura, tal como a arte, não é mera representação da realidade, mas sim sua dramatização, seu agenciamento e performatização.

Consideramos que é o próprio recurso à literatura que é o arremate para Deleuze se convencer da existência de um novo diagrama. Em alguns momentos de sua extensa obra, cita e elogia o método literário dadaísta do *cut-up* do escritor beatnik William Burroughs (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995), como uma forma de escapar das totalizações e realizar outras dobras de possível. Deleuze (1986/2014, p. 305) considera que: “A obra de Burroughs se apresenta como um agrupamento da linguagem para libertar a linguagem”. E que “é feita em nome de uma luta contra os terríveis novos poderes de controle” do período pós-guerra (DELEUZE, 1986/2014, p. 306). Então o filósofo transversaliza o campo da Filosofia e das máquinas técnicas para o campo da literatura, para a aquisição de novos saberes e perspectivas. Burroughs, o escritor norte-americano que assassinou sua esposa, drogado no espaço urbano (1956/2009) e nas selvas sul-americanas (BURROUGHS; GINSBERG, 1963/2008), nômade e marginal em Tanager (BURROUGHS, 1959/2005), cartografou com sua escrita os novos mecanismos de poder e de controle que estavam se constituindo. Burroughs, sem saber, batizou o terceiro diagrama de poder: o diagrama de controle.

A partir daí, Deleuze se convence da existência de um terceiro diagrama. Na penúltima aula do módulo de poder (08/04/1986), finalmente considera que o auge da biopolítica das populações se encontra num momento posterior ao do disciplinamento do corpo:

Não poderíamos formar a partir dos textos de Foucault a seguinte hipótese de três formações jurídicas e não de duas? Em primeiro lugar, formação de soberania, que termina com a Revolução Francesa, que corresponde a grandes traços em parte à Idade média e em parte à Idade clássica, monarquia absoluta. Em segundo lugar, formação disciplinária, o período posterior à Revolução, Napoleão e o século XIX. E já começando neste período, obviamente, aparição de uma terceira formação, fundada por sua vez sobre uma biopolítica das populações, que se esboça no século XIX e explode no século XX. Vejam aonde quero chegar com isto: conforme estas três formações haveria três sujeitos de direito muito diferentes, três formas jurídicas muito diferentes (DELEUZE, 1986/2014, p. 364).

Se no Deleuze (1988) do livro *Foucault*, anatomopolítica e biopolítica estão dentro do diagrama disciplinar, naquele do curso sobre o poder (DELEUZE, 1986/2014) anatomopolítica está na disciplina e biopolítica neste novo diagrama. Deleuze chama essa terceira mecânica de “poder de controle”, numa alusão direta à Burroughs.

As sociedades de controle

Neste tópico desenvolvemos algumas características desta terceira mecânica de poder corporificada no que Deleuze denominou de sociedades de controle. Primeiramente citamos passagens do curso sobre Foucault (DELEUZE, 1986/2014) sobre este diagrama e posteriormente do texto que popularizou esse termo (DELEUZE, 1990/1992).

Se no diagrama de soberania trata-se de extrair e liberar pela morte, e na disciplina trata-se de traçar uma anatomopolítica para a composição de forças e o adestramento dos corpos, no controle trata-se de gerir e administrar a vida de multiplicidades quaisquer no campo aberto. As forças imperantes não são de extração, nem de composição, mas sim da administração e gestão. Então neste diagrama há a presença do espaço aberto e de multiplicidades em que os limites são infinitos, por isso são geridas pelo cálculo das probabilidades.

Deste modo, o desenvolvimento do cálculo das probabilidades no sentido social, e no sentido de controle social das probabilidades: probabilidades de casamentos em uma nação, probabilidade de mortalidade, probabilidade de natalidade. Planificação: expansão dos cultivos de cereais, colheita dos vinhedos, etc. Vinhedos e cereais também são populações. Não apenas os homens são populações. Trata-se verdadeiramente de administrar as populações em espaços abertos (DELEUZE, 1986/2014, p. 366).

Então, Deleuze convence-se que é um diagrama distinto do anterior, do disciplinar. Há o governo e administração de populações humanas e não humanas em espaços não delimitados: a gestão do vivo. Como não se trata mais de instituições fechadas com limites demarcados, mas sim do campo aberto, a operação de gestão da vida passa pelas escalas probabilísticas, ou seja, zonas de probabilidades. Entretanto esta gestão no espaço aberto apresenta mecanismos mais mordazes e complexos de domínio:

A terceira época já não se trata do encerro, o encerro já não tem nada o que fazer aí, tendo em vista que os limites demarcados são substituídos pelas zonas de freqüência. Qual é a

necessidade de encerrar as pessoas se a probabilidade assegura que se encontre a todos sobre a estrada tal dia a tal hora? (risos) É óbvio que o encerro é absolutamente inútil. Inclusive neste aspecto se torna caro, estúpido, socialmente irracional. O cálculo das probabilidades é aí muito melhor que os muros de uma prisão (DELEUZE, 1986/2014, p. 367).

Para Deleuze o diagrama disciplinar já não é eficaz na gestão das multiplicidades. Faz tal afirmação a partir de várias evidências que mostram a ineficácia das instituições sociais em relação às suas tarefas. Exemplifica que a prisão não é mais adaptável ao castigo, a fábrica ao trabalho e a escola ao ensino. “Portanto, é o fim dos meios disciplinares, que eram meios de encerro para multiplicidades aritméticas. Faltam meios de controle abertos sobre multiplicidades probabilísticas” (DELEUZE, 1986/2014, p. 368). Por tais razões o filósofo afirma taxativamente: “Acabou-se a idade da disciplina, acabou-se” (DELEUZE, 1986/2014, p. 368).

Então há a propagação de uma série de mecanismos de controle no espaço aberto, como a utilização do cartão magnético, ou mesmo de controles a domicílio, via hospitais-dia ou moradias assistidas. Deleuze retoma novamente as proposições de Virilio sobre a questão da circulação e o controle das vias e da velocidade. A polícia ocupa lugar central nesse mecanismo pelos seus deslocamentos pelas ruas.

Muitos desses mecanismos de controle tornam-se bem mais visíveis após os escritos de Deleuze. Os drones, por exemplo, são pequenos dispositivos mecânicos voadores, que são guiados à distância por controle remoto e tem acoplado em si instrumentos de vigilância, como uma câmera portátil. Podem percorrer e alcançar lugares de difícil acesso, sendo um instrumento de controle a céu aberto, que está em constante movimento. Se um drone é alvejado e destruído, não se tem acesso a quem o controla. Seguem assim a mesma lógica de controle no espaço aberto enunciada por Deleuze e Virilio. Barembliitt (2014, p. 40) cita também outros dispositivos móveis que têm funções militares e de controle: mísseis teleguiados, os aviões de reconhecimento em vôo contínuo, a rede de satélites, porta-aviões e submarinos, que são parte de uma maquinaria de controle característica deste diagrama de poder. E a estratégia nuclear contraditoriamente é o dispositivo mortífero que tenta assegurar uma ordem mundial, para que uma nação não aniquile a outra.

As sociedades de controle gestionam e administram o vivo, as populações humanas e não humanas. Deleuze afirma que nessa gestão do vivo passa a haver uma administração da vida em que não é mais permitida a pena de morte. Mas ao mesmo tempo em que há a abolição da pena capital, há a ocorrência do extermínio de coletividades, conhecido como genocídio. Para o filósofo o fascismo é uma das primeiras expressões do surgimento do diagrama de controle:

É o fascismo, que responde exatamente à definição de Foucault: biopolítica das populações. E aqui, parece-me, a trindade do fascismo: biopolítica racial; reclamação do espaço vital, isto é, do espaço aberto, de um espaço de expansão; e denúncia do inimigo, não como outra pessoa, mas como

agente biológico perigoso, como agente infeccioso, ou seja, capaz de contaminar a raça ou a civilização, a cultura, etc. Portanto, o genocídio se faz em função das condições de sobrevivência da população que o comete. Trata-se de libertar-se dos agentes infecciosos. E é em nome da vida no homem e da sobrevivência no homem que se efetua o genocídio (DELEUZE, 1986/2014, p. 376).

Para o filósofo, o fascismo foi uma das formas iniciais de governo das coletividades em espaço aberto neste novo diagrama. E o fascismo concebeu que para a sua própria sobrevivência, o inimigo deveria ser aniquilado, como se fosse um corpo infeccioso. Da mesma forma que Deleuze afirma que Napoleão expressou a transição das sociedades de soberania às sociedades disciplinares, enuncia Hitler como a dobradiça, como quem expressou a transição da disciplina ao controle. Deleuze considera que o fascismo foi a pré-figuração desse poder de controle, mecânica de poder que atinge seu ápice na atualidade.

Poucos meses após seu curso, Deleuze publica seu livro sobre Foucault, mas como já citado acima, sem a referência ao diagrama de controle. No final do curso estava convencido de seu surgimento, mas no livro nada aparece. Apenas quatro anos depois, no primeiro de maio de 1990, um pequeno texto é publicado em um jornal, em comemoração ao Dia do trabalho, trazendo uma síntese atualizada sobre essa discussão. O ensaio é estruturado em três partes: histórico, lógica e programa. A primeira parte traça rapidamente o contexto em que surgiu, após as sociedades de soberania e disciplinares. Enquanto na segunda e terceira, apresenta uma análise de como funciona a lógica do controle, diferenciando-a da lógica disciplinar. Se o confinamento, um dos aspectos da disciplina, é um molde, o controle é uma modulação das condutas, uma moldagem autodeformante que muda a cada instante, como uma peneira cujas malhas mudam de um ponto a outro (DELEUZE, 1990/1992, p. 221). A comparação entre as duas lógicas é feita de uma forma mais concreta, abordando as mutações das formações sociais e dos estratos, exemplificadas na transição da fábrica à empresa, da escola à formação permanente, do hospital ao hospital-dia, da prisão às penas alternativas, da vigilância ao controle do marketing, enfim, nesse processo que é denominado “crise das instituições”.

Deixa de haver assim o domínio da fixidez das condutas, da codificação, pois estas passam a ser marcadas pela variação contínua. A prática do exame, comum à disciplina, é substituída pelo controle contínuo. O modelo do panóptico, como diagrama de poder, passa a ser substituído pelo modelo de rede, que se situa além das fronteiras institucionais e é marcado pelas contínuas conexões e desconexões (HUR, 2013, p. 209).

Neste pequeno texto Deleuze articula a emergência das sociedades de controle com as próprias mutações do capitalismo e do mercado, embora não desenvolva tão explicitamente essa relação. Compreendemos que este terceiro diagrama está relacionado à intensificação da axiomática do capital, na qual há uma prevalência dos fluxos capitalistas de financiamento sobre os fluxos de renda/pagamento (DELEUZE, 1971-1972/2005). Não se trata mais da mera produção e concentração de merca-

dorias, em que se compra matéria-prima e vende-se o produto. O capitalismo, agora, é de sobreprodução: vendem-se serviços e compram-se ações, opera-se eminentemente sobre os fluxos de investimento e especulação, tornando-se assim mais imaterial e difuso. Ressalta-se que esta reflexão de articulação do controle ao capitalismo não estava presente no curso sobre Foucault (DELEUZE, 1986/2014). Por outro lado, toda a discussão de uma biopolítica racial, do fascismo e do genocídio relacionada a este terceiro diagrama e que foi desenvolvida no curso, não apareceu neste texto mais recente. Seguramente em tempos de cruzadas anti-islâmicas, da adoção européia de estratégias militaristas para conter o fluxo de imigrantes e dos processos independentistas étnicos que beiram ao fascismo, é um tema de pesquisa que merece ser multiplicado e mais desenvolvido.

Considerações finais

Neste estudo buscamos cartografar passagens no pensamento deleuzeano referentes à constituição do que denominou como sociedades de controle. Visamos mostrar que inicialmente não estava tão propenso a essa proposição, ficando na dupla polaridade enunciada por Foucault. Tanto que no seu livro sobre Foucault, Deleuze (1988) enuncia apenas o regime de soberania e o regime disciplinar, em que a biopolítica fazia parte deste.

Posteriormente, a partir de análise sobre as próprias pistas deixadas por Foucault e de outras referências, desenvolve uma terceira mecânica do poder: biopolítica das populações, sociedades de controle, diagrama de controle. Resolve separar a anatomopolítica e a biopolítica, ficando a primeira no diagrama disciplinar e a segunda no novo diagrama de controle. Mas consideramos que não foi uma trajetória simples. Além das discussões foucaultianas sobre o poder, constatamos que foram necessárias quatro linhas para que Deleuze chegasse à elaboração do diagrama de controle: o pensamento pós-moderno, a mutação das máquinas técnicas, a mutação das formas jurídicas na história da filosofia e o recurso à literatura beatnik norte-americana.

As proposições do pensamento pós-moderno sobre um novo diagrama instaurado pela existência das máquinas informáticas e sobre o controle do movimento e das velocidades no espaço aberto foram a linha de partida para sua hipotetização. Consideramos que foram colocações fundantes, mas não suficientes para a elaboração do diagrama de controle. A segunda linha foi uma reflexão sobre a mutação no trabalho, em que as máquinas de terceira geração acarretam uma grande transformação nas relações de trabalho e na própria relação entre homem-máquina. O advento das máquinas cibernéticas e computadores fizeram com que houvesse um novo agenciamento homem-máquina e novas produções. Acompanhando essa transformação, no âmbito da Química, Deleuze afirma que houve a substituição do carbono pelo silício. O filósofo dedica-se a dissertar longamente sobre as implicações da substituição de um elemento pelo outro, em que o silício aparece como emblema deste novo momento. A terceira linha refere-se à sua reflexão

sobre a história da filosofia, em que discute as três formas jurídicas de três momentos distintos, especificados por Deus, o homem e o super-homem. Deleuze concatena a emergência do super-homem com elementos característicos do diagrama de controle. A linha final, que pareceu definir o pensamento de Deleuze, veio do campo da arte, da literatura, a partir dos escritos de Burroughs sobre os novos mecanismos de controle pelos quais a existência cotidiana está marcada. Burroughs descreveu de forma inédita esse diagrama, passando a criar um novo regime de enunciados que nos permitiu compreender melhor a sociedade contemporânea. Serviu de inspiração direta a Deleuze, e talvez para Foucault (DELEUZE, 1986/2014), razão pela qual o filósofo utilizou o termo cunhado pelo escritor para denominar este diagrama e sua formação social correlata. A partir de tais movimentos, Deleuze criou este terceiro diagrama, e sua forma social atualizada, as sociedades de controle. Deleuze afirma que a mecânica do controle não é melhor que as outras duas: devemos encontrar novas formas de luta contra ela.

Referências

- BAREMBLITT, G. F. *Introdução à esquizoanálise*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1998.
- BAREMBLITT, G. F. Dilemas de los aprendices de hechiceros (dudas en la pragmática auto-inventiva de los jóvenes esquizoanalistas y esquizodramatistas). *Teoría y crítica de la Psicología*, v. 4, p. 24-50, 2014. Disponível em: <http://teocripsi.com/documents/4BAREMBLITT2.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2014.
- BURROUGHS, W. S. *O almoço nu* (1959). Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- BURROUGHS, W. S. *Junky* (1956). Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- BURROUGHS, W. S.; GINSBERG, A. *Cartas do yage* (1963). Porto Alegre: L&PM, 2008.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle (1990). In: _____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.
- DELEUZE, G. *Derrames: entre el capitalismo y la esquizofrenia* (1971-1972). Buenos Aires: Cactus, 2005.
- DELEUZE, G. *El saber: curso sobre Foucault*. (1985). Buenos Aires: Cactus, 2013. t. 1.
- DELEUZE, G. *El poder: curso sobre Foucault*. (1986). Buenos Aires: Cactus, 2014. t. 2.
- DELEUZE, G. *La subjetivación: curso sobre Foucault* (1986). Buenos Aires: Cactus, 2015. Tomo 3.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platós: capitalismo e esquizofrenia* (1980). São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1-5.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo* (1972). São Paulo: Editora 34, 2010.
- DOSSE, F. *Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir* (1975). Petrópolis: Vozes, 1984.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966). 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976). Rio de Janeiro: Graal, 2006. v. 1.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GUATTARI, F. *Cartografias esquizoanalíticas*. Buenos Aires: Manatíal, 2000.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Imperio*. Barcelona: Paidós/Surcos, 2005.
- HUR, D. U. Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze. *Lugar comum*, n. 40, p. 201-215, 2013. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111012130335Da%20biopol%C3%ADtica%20%C3%A0%20noopol%C3%ADtica%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Deleuze%20-Domenico%20Hur.PDF. Acesso em: 8 ago. 2014.
- HUR, D. U. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. *Mnemosine*, v. 12, n. 1, p. 210-232. Disponível em: <http://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/490>. Acesso em: 8 ago. 2016.
- LAZZARATO, M. *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna* (1979). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- TIRADO, F. J.; DOMÈNECH, M. Extituciones: del poder y sus anatomías. *Política y sociedad*, v. 36, p. 183-196, 2006.
- VIRILIO, P. *Velocidade e política* (1977). São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Recebido em: 12 de junho de 2015

Aceito em: 14 de julho de 2017

O cotidiano frente à experiência liminar

Tânia Mara Galli Fonseca,^{Orcid}★ Alana Soares Albuquerque,^{Orcid}
Carlos Antônio Cardoso Filho,^{Orcid} Christiane Siegmann^{Orcid}

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

O presente artigo discute o resgate das experiências liminares no cotidiano, entendendo esse tipo de experiência como zona de passagem entre um estado e outro, de acordo com Walter Benjamin. Voltamos a pensar sobre o que resta desses momentos de passagem para o sujeito da multidão, o qual quer um que devém todo mundo, nas palavras de Deleuze e Guattari. Lançamos, a partir disso, a possibilidade de um olhar mais aguçado ao cotidiano e uma forma de pensar que tome como modelo a temporalidade própria do limiar: um pensar devagar e por desvio, envolvido pelo tempo da espera e da infância.

Palavras-chave: cotidiano; multidão; experiência; limiar; passagem.

The everyday life in the face of the threshold experience

Abstract

This article discusses the reclaiming of the threshold experiences in daily life, understanding this kind of experience as a zone of transition between one state and another; according to Walter Benjamin. We turn to think about what is left of those moments of passage for the subject of the crowd, that anybody who becomes everybody, to use the words of Deleuze and Guattari. From that, we consider the possibility of a sharper look at the everyday life and a way of thinking that takes the temporality of the threshold as a model: to think slowly and through detours, a thinking involved by a time of waiting and of childhood.

Keywords: everyday life; crowd; experience; threshold; passage.

“Um pouco de realidade, senão sufocamos”

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado *O interminável limiar da experiência: o cotidiano a contrapelo*, ainda em fase inicial, momento próprio para a germinação das ideias e o lançamento de questões. A partir deste escrito, fruto de nossas inquietações que culminaram na criação do projeto de pesquisa mencionado, desejamos problematizar a experimentação da experiência: fazê-la retornar não como um passado nostálgico e distante, mas como potência de aprender, potência de esperar em compasso ritmado com o próprio tempo dos acontecimentos. Como cuidar da experiência? Como alçá-la ao plano temporal e impessoal de modo a que converta suas originárias potências em estilo de vida capaz de suportar e recriar o cotidiano que nos assedia e obseda? Como converter as origens da experiência em potências para reinventar o tempo presente?

Mais do que a estabilidade dos estados, voltamos-nos para as zonas pulsantes dos limiares, dos despertares e dos adormeceres, das decomposições e das composições. Viver tais passagens pode nos soar como incômodo, pois elas podem ser representadas como uma morte fora de hora por terem privado nosso desejo de realizar-se plenamente, por terem nos deixado conscientes de nossas insuficiências para obter resoluções finais e acabadas, como um ponto final que se venha colocar diante das perguntas feitas. Frases interrompidas, perguntas por fazer, coisas para contar seriam heranças, um tipo de mobília que levaríamos para equipar a nova morada de nosso pensamento.

O limiar, ponto que reputamos aqui como problemático, constituindo-se como um grau zero da experiência, apresenta-se como alavanca para novos direcionamentos espaço-temporais. Ponto zero, umbral ou ponte, nem aqui, nem ali, apenas um ponto de possíveis que abre direções de desvio do presente daquilo que lhe é insuportável e enclausurante. Limiares e passagens na vida cotidiana, na vida de qualquer um, um ninho de promessas e um traçado de desejos, um embate entre o que um corpo almeja e o que ele pode quando inserido nas malhas refinadas da biopolítica do controle atual. Se Deleuze (1992, p. 131) já nos dizia, “um pouco de possível, senão sufoco”, agora também dizemos: “um pouco de realidade, senão sufocamos”.

No presente escrito, lançamos as seguintes questões: como suportar experiências liminares e mesmo incitá-las, favorecendo e convertendo as indeterminações não como peso do negativo sobre a experiência, mas sim como sua abertura ao longínquo, ao vir-a-ser essencial à vitalidade do tempo presente? Como ir a contrapelo do que nos pedem os ritmos enlouquecidos da contemporaneidade, a esmagadora força das conclusões apressadas e o aplainamento do sentido?

Ressaltamos, aqui, o ponto problemático das passagens, dos saltos propiciados pelos momentos em que a vida se vê suspensa em uma ponte, em que ela se surpreende com seu próprio indiscernimento, em que nela fervilham questões de direcionamento urgente. Vida em *kairós*, vida no limiar, suspensa pelos choques que já a retiraram da zona pacificada, vida-em-trampolim e em tensão antes de saltar para o espaço das águas profundas de seus dias e de seus devires.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Sala 300j – Santana, Porto Alegre, RS – Brasil. CEP: 90035-003. E-mail: tgallifonseca@gmail.com, alana_albuquerque@hotmail.com, carloscardosof@gmail.com, siegmann@ufpr.br



Acreditamos que o conceito de experiência liminar,¹ colocado por Walter Benjamin (2006) em seu livro das *Passagens*, nos permite explorar outros conceitos afins que adensam e conferem consistência ao que consideramos experiência. Configurada como um acontecimento real, localizado em tempo real e com pessoas reais, a experiência subjetiva abarca domínios que ultrapassam o nível verbal, consciente, representável e mesmo psicológico, dos domínios de um ego. Experiência dos afetos, singular e intransmissível, que não é redutível aos atos programados pela inteligência e pelo *savoir-faire*.

Entendemos que as experiências liminares correspondem àquelas que pertencem a zonas menos definidas que as fronteiriças. Lembram fluxos e contrafluxos que, em nossa atual sociedade, são como que apagados pela diminuição da nossa percepção aos ritmos e tempos diferenciados de transição. As transições, nos dias de hoje, encurtaram. Não podemos perder tempo, abolimos o tempo das passagens e seus ritos, já não experienciamos momentos de indecisão, de indecidibilidade com afago e acolhimento para uma outra experiência do tempo e da memória. O encurtamento das experiências liminares em nosso atual contexto social e individual manifesta-se como um diagnóstico de nosso intolerável presente: já não podemos sair do mesmo lugar, os limiões tornaram-se tão espessos que viraram lugares de detenção que não levam a lugar nenhum. Foram vampirizados pela biopolítica² do capital. Diante disso, questionamo-nos: como podemos acessar a experiência liminar para produzirmos um cotidiano a contrapelo das tendências biopolíticas, massificantes e formalizadas do contemporâneo?

Para falar sobre o conceito de experiência percorreremos autores como Walter Benjamin e Georges Didi-Huberman. Quando escolhemos interlocutores de tal porte conceitual e histórico, somos levados a nos rebelar contra a concepção de experiência que se mostra como instância do estabelecido, isso é, como discurso dos adultos em geral na intenção de emascular as forças rebeldes da juventude e da infância. Benjamin e Didi-Huberman reclamam por outra compreensão da experiência, cujo conteúdo não depende da vida banal e inferior. Trataremos, enfim, da experiência perdida, plano imemorial que habita a cada um de nós, a qualquer um, não importando sua pertença ou filiação, experiência primordial e amodal (STERN, 1992) de qualquer sujeito e de qualquer cotidiano. Neste quadro, o contemporâneo nos atíça a estender nosso olhar para as cidades, para o cotidiano e para qualquer um, em qualquer instante.

Cidade, cotidiano e corpos, um campo de tensões e conflitos, de forças que constituem e destituem labirintos, suas portas, fronteiras e poros, limites e limiões. Para além da regularidade da vida social e das automatizações da vida cotidiana “rotinizada”, perambular como um *flâ-*

neur pelos elementos paradoxais que compõem o cotidiano, percorrer desvios, lapsos, fissuras, habitar os hiatos de indeterminação e transitoriedade. Intentamos, enfim, compreender o cotidiano como práticas, como o fazem Certeau (1996) e Leite (2010, p. 747), subvertendo “os parâmetros conceituais que o entendem como rotinas ou regularidades, para enfatizar o caráter inerente de disputas e rupturas [...] um campo de batalhas, cujas táticas precisam encontrar modos inventivos de escape e confrontação em cada situação”.

Sobre as experiências liminares

Walter Benjamin, em meados dos anos 30, escrevia sobre o declínio da experiência e sua transmissibilidade através da narrativa, focando-se principalmente na miséria existencial deixada pela guerra e na progressiva extinção do hábito de contar histórias, prática dos antigos narradores. Em *Experiência e pobreza*, texto escrito por Benjamin (2012a) em 1933, logo após a primeira guerra mundial, o autor fala da devastação da experiência no cenário da guerra, que encolhe o ser humano a um frágil e minúsculo corpo em meio a explosões destruidoras que não reduzem o seu alcance apenas ao campo de batalha, mas se espalham por várias esferas da vida, criando uma generalizada miséria de experiências.

O homem vive uma espécie diferenciada de barbárie, que surge após a Grande Guerra e permanece até hoje em meio às profundas evoluções tecnológicas que se seguiram. Os corpos silenciados que retornam dos violentos campos de batalha andejam para o futuro, como andariços sem rumo. Sua memória esvaziada de experiências comunicáveis conduz a um contentar-se com pouco. Depois das guerras, vieram as transformações radicais nos modos de vida decorrentes das crises, da fome, do desemprego, das mudanças tecnológicas, da sobrelevação da técnica ao homem. Esse homem do século XXI, agora fatigado com o mundo que o cerca, paradoxalmente, passa a ajustar-se a este meio vitrificado, liso, endurecido em que nada se fixa. Um modo de existir que soterra o passado, desprezando a narrativa como possibilidade de experiência coletiva e de transmissão entre as gerações. Nesse processo, os rastros da humanidade, dos cidadãos e sua cotidianidade, tendem a apagar-se. O homem contemporâneo aspira “libertar-se de toda a experiência” (BENJAMIN, 2012a, p. 127), pois está extenuado por um cotidiano complicado e cansativo, aliado desde sempre a uma eterna crise econômica.

No texto *O narrador*, de 1936, Benjamin (2012b) dá continuidade a seus escritos sobre a pobreza de experiências do homem contemporâneo. Para o autor, perdemos nossa capacidade de contar histórias porque as próprias experiências perderam o seu valor e a sua comunicabilidade. O antigo narrador conseguia transformar a vida humana, composta por experiências suas e dos outros, em um produto sólido, útil e único, transmissível pela linguagem. Dessa maneira, este contador de histórias podia dar conselhos para muitos casos, assim como um sábio, pois tinha a possibilidade de recorrer ao acervo de toda uma vida (que incluía em grande parte a experiência

¹ Usualmente, no Brasil, os vocábulos alemães *Schwelle* e *Schwellerfahrungen* são traduzidos na língua portuguesa, respectivamente, por limiar e experiência liminar. Ambos os conceitos estão presentes na obra benjaminiana. (GAGNEBIN, 2010).

² O termo biopolítica refere-se tanto ao conceito desenvolvido na obra de Foucault, entendida como uma forma de poder que toma a vida como objeto, quanto à sua variação tal como aparece no pensamento de Deleuze (2005), onde o poder aprisiona e limita a vida, em oposição a uma biopotência, que daria vazão à resistência e ao devir que seria próprio à vida.

alheia). Benjamin (2012b) observa que, desfazendo-se a relação entre o ouvinte e o narrador, outrora dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado, as experiências também se perdem.

Outro fator que Benjamin (2012b) também constata como contribuindo para a morte da narrativa é a primazia da informação. Hoje em dia somente a informação é desejada e valorizada, em detrimento da arte de contar histórias. A informação tem como característica a verossimilhança, e seu mérito reside no fato de ser nova e desconhecida. Ao mesmo tempo, a informação vive somente para o momento da sua revelação, entrega-se a ele e depende inteiramente desse momento.

Talvez nunca antes tenhamos sido tão soterrados por informações de todos os tipos. As notícias viajam na velocidade da luz entre as telas da TV, dos computadores ou dos dispositivos móveis de comunicação. Por esses meios, as informações são cada vez mais abreviadas e surgem em uma quantidade estonteante. Justamente ao contrário desse ritmo de vida, a forma artesanal como era contada a história na narrativa exigia certo tempo e dedicação, um tipo de atenção que não é dispersa, como a daquele que, concentrando-se em muitas coisas ao mesmo tempo, não se concentra em nada, mas sim distraída, como aquele que, por estar com o pensamento em silêncio, esquecendo-se de si, deixa-se imergir na audição de uma história. É preciso permitir-se o tédio para poder contar e ouvir histórias. Para Benjamin (2012b, p. 221), “o tédio é o pássaro onírico que choca os ovos da experiência”, seus ninhos estão escassos nas grandes cidades, e com eles a nossa capacidade de ouvir.

Em *Experiência e pobreza*, Benjamin (2012a) já deixava claro que a pobreza de experiências não queria dizer exatamente que os homens são inexperientes; na verdade, poder-se-ia até afirmar o oposto: é como se esses homens tivessem devorado tudo, a cultura e o ser humano, até ficarem saciados e exaustos. Scheerbart (apud BENJAMIN, 2012a, p. 127) escreve o seguinte recado: “você estão todos tão cansados – e tudo porque não concentraram todos os seus pensamentos num plano totalmente simples mas absolutamente grandioso”. Podemos constatar que essa exaustão do homem já apontada por Scheerbart chega ao seu limite nos dias atuais, em que somos sobrecarregados de informações, propagandas, telas, outdoors, anúncios, uma infinidade de estímulos que pode ser experimentada por qualquer um que ande pelas ruas de uma grande cidade, tornando o homem exausto em várias esferas da vida.

Também podemos compreender o que Benjamin (2012c) concebe como experiência através dos pequenos textos nos quais o autor nos fala sobre suas experiências de infância, como nos fragmentos de “Infância em Berlim por volta de 1900”. Nesses escritos, uma simples brincadeira de criança impressa na memória transforma-se em uma pequena fábula ensaística e filosófica, na qual um detalhe percebido, um certo olhar, um certo cheiro, adensa-se e dá ao vivido o estatuto de experiência, transmissível através da linguagem pelo ato de contar histórias. Agamben (2005, p. 22) usa a metáfora de uma

pérola dentro de uma ostra para compreender a noção de experiência em Benjamin, ressaltando que o seu acontecimento se dá no simples e no banal do cotidiano:

[era] o cotidiano – e não o extraordinário – [que] constituía a matéria-prima da experiência que cada geração transmitia à sucessiva [...], todo evento, por mais comum e insignificante, tornava-se a partícula de impureza em torno da qual a experiência adensava, como uma pérola, a própria autoridade.

Esse tipo de experiência que se tem em meio às sutilezas do cotidiano acaba sendo impossibilitado por um ritmo de vida que nos faz sentir o tempo e o espaço de forma muito diferente daquela experimentada pelos velhos contadores de histórias. Em um cotidiano acelerado, as vivências que se acumulam, uma após a outra, não deixam sobrar tempo para a elaboração necessária para que algo que solidifique em nossa memória como experiência, para que um fragmento se transforme em pérola. Para Certeau (1996, p. 31), o cotidiano

nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. [...] É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória de lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres.

É a partir das experiências de infância de Benjamin que podemos aproximar o conceito de cotidiano à ideia de limiar que nos interessa aqui apresentar. Benjamin busca em sua infância vestígios e rastros de experiências liminares, cuja importância não está no “término de uma experiência passada ou na transição necessária para uma realização futura, mas no momento da presença total consigo mesmo” (COLLOMB, 2010, p. 120). Um momento de hesitação onde tudo pode vir a ser. No entanto, não se trata de hesitar porque há uma barreira, uma fronteira. Fronteira representa uma forma, uma delimitação de algo que pode ou não ser atravessado, um limite. Limite e limiar têm significados distintos e precisam ser esclarecidos de modo a compreender que tipo de experiência estamos buscando resgatar.

Gagnebin (2010) traz essa importante e difícil distinção entre os vocábulos *Grenze* (limite) e *Schwelle* (limiar), apontados por Benjamin, quando se processa a tradução do alemão para as línguas francesa e portuguesa. Enquanto o primeiro vem do latim *limes*, *limitis*, de onde derivam as palavras limitação, delimitação, fronteira; o segundo vocábulo, etimologicamente, vem de *limen*, *liminis*, que significa a viga que sustenta a porta. Isto é, um lugar de transição, de passagem, de ir e vir, e, também, de paragem, de indeterminação, como quando nos dispomos na soleira de uma porta. Esta dificuldade na tradução provoca uma espécie de anulação, de descuido no entendimento de que o “limiar não significa somente separação, mas também aponta para um lugar e um tempo intermediários e, nesse sentido, indeterminado, que podem, portanto, ter uma extensão variável, mesmo indefinidas” (GAGNEBIN, 2010, p. 15).

Para além da função espacial, há também um significado temporal no conceito de limiar em Benjamin (2006). A experiência liminar pode ser percebida naquelas frações de segundos em que há um torpor e, simultaneamente, vivenciamos uma intensidade, a duração. Um espaço-tempo em que a lembrança e as possibilidades futuras se contraem junto com o presente, com tamanha intensidade que afeta nossos corpos de forma irreversível. É um instante já que não pode mais retornar ao mesmo, pois singular e único, com múltiplas sensações.

No entanto, como nos adverte Benjamin (2006, p. 535), “na vida moderna essas transições tornam-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. Tornamo-nos muito pobres de experiências liminares (*schwellererfahrungen*). O adormecer talvez seja a única delas que nos restou (e com isso também o despertar)”. O espaço-tempo das transições na contemporaneidade deve ser cada vez mais encurtado ou mesmo ultrapassado, de modo a não se perder tempo entre um lugar e outro, entre uma atividade e outra. Este aspecto, que pode ser positivo em alguns pontos, de certo modo afasta a humanidade dos ritos de passagem, do momento em que se deixa um terreno estável para adentrar no desconhecido (GAGNEBIN, 2010).

Ainda sobre a experiência liminar, Didi-Huberman (2010), com base em Benjamin, também nos fala da metáfora do despertar para tentar entender esse conceito. Quando Benjamin trata sobre a importância do momento do despertar, não está afirmando um despertar que nos tire abruptamente do sonho e nos coloque em face à realidade, como um despertar da alienação, no sentido marxista do termo, mas sim está falando da necessidade de mantermos esse momento do despertar em suspensão. Assim como a hesitação diante de uma porta – imagem ambígua de abertura condicional, que, ao mesmo tempo em que nos convida a ir além, também é lugar para não poder passar –, o limiar carrega consigo um aspecto de indecidibilidade. Para Didi-Huberman (2010), manter o limiar da experiência em suspensão é inquietar-se com a fissura que se abre no ato de ver, fissura essa a partir da qual o que vemos nos olha de volta na experiência aurática. Inquietar-se com esse “entre” é criar uma dialética em suspensão, momento em que o pensamento se abre para outras imagens e outras temporalidades.

Manter em suspensão o limiar da experiência é uma tarefa difícil em um cotidiano marcado pela temporalidade imediatista e pela superficialidade das vivências. Apesar dessa constatação, acreditamos que não devemos assumir uma postura pessimista que acredita na impossibilidade de salvação da experiência. Ainda com Didi-Huberman (2011), preferimos pensar que não vivemos exatamente a destruição efetiva da experiência, mas o seu declínio. O autor parte da constatação de Benjamin de que o valor de cotação da experiência está em baixa, para pensar, por outro lado, no que sobrevive apesar de tudo. Falando-nos do desaparecimento dos vaga-lumes diante das grandes luzes ofuscantes dos holofotes, que ora normatizam os corpos e as almas, como no fascismo, ora espetacularizam os poucos que aparecem nas milhares de telas e *outdoors* à nossa volta, Didi-Huberman (2011) procura pelas pequenas lu-

zes sobreviventes que resistem a essa grande luz, e é com esse otimismo apesar de tudo que também busca o que pode restar da experiência no mundo de hoje.

Para o autor, não podemos falar de uma perda definitiva da experiência porque a temporalidade de nossa vida histórica é impura, não se compromete nem com a destruição acabada e nem com o início de uma suposta redenção que nos salvaria do cenário desolador em que nos encontramos. Didi-Huberman (2011) ressalta que Benjamin nos fala de uma destruição da experiência não efetuada, perpetuamente inacabada, com seu horizonte jamais fechado. “O declínio [da experiência] deve ser entendido em todas as suas harmonias, em todas as suas ressurgências, que supõem a declinação, a inflexão, a persistência das coisas decaídas” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 122).

Enfim, na leitura que Didi-Huberman (2011, p. 148) faz da obra de Benjamin, “a experiência é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos na noite”, ou seja, mesmo que façamos justamente da ausência de experiências uma nova experiência, como o fazem, na visão de Benjamin, escritores como Baudelaire e Kafka. O autor nos fala que o principal a fazer nessa situação é dar-nos os meios de ver aparecerem os vaga-lumes, de ver o que sobrevive da experiência. Façamos, enfim, como Benjamin, que, segundo o autor, respondeu ao declínio da experiência com imagens de pensamento e com experiências de imagem, imagens essas que nos ajudam a buscar e problematizar a sobrevivência da experiência na contemporaneidade, assim como Didi-Huberman procurou pelos frágeis vaga-lumes os quais as grandes luzes, ao os ofuscarem, nos fizeram acreditar que haviam desaparecido.

A multidão, os ninguéns e o devir todo-mundo

Em *O pintor da vida moderna*, Charles Baudelaire (2010) se dedica a examinar a obra de Constantin Guys, pintor anônimo de sua época que é qualificado como testemunha da multidão, como tradutor permanente da realidade. Curioso e atento a tudo, Guys presente o acontecimento, seja um movimento social, seja um instante fugaz. Para ele, constitui-se em satisfação constante ser surpreendido e sonhar na multidão. Praticando uma arte nova ao seu tempo, o pintor da vida representa, em suas pinturas, a sociedade transformada, dando testemunhos ideais de uma realidade reconstruída. Por sua vez, Baudelaire é capaz de assinalar, em suas análises de observador sensível, a fusão que se dá entre o olhar e a tradução. Moral, múltiplo, velocidade, luz, movimento e memória conjugam-se imediatamente no espírito. Capaz de enxergar o novo na sociedade, de extraí-lo com uma alegria constante, Guys permite que a beleza da multidão anônima seja contemplada.

Na arte de Guys, Baudelaire encontra a moral e a estética de uma época. Não se trata, contudo, de uma visão impregnada do desejo de que tudo se perdeu e que deveria, por nostalgia, vir a ser restabelecido, pois, “o passado, sem deixar de conservar o atrativo de fantasma, retomará a luz e o movimento da vida e se tornará presente” (BAUDELAIRE, 2010, p. 14). Ver-se-ia, segundo o

autor, que uma profunda harmonia rege os elementos da história e que o imortal apetite pelo belo sempre encontrou sua satisfação. Trata-se, pois, de mostrar que o belo é, sempre e inevitavelmente, uma composição dupla, embora a impressão que produz seja única.

Se se trata de extrair do transitório aquilo que é eterno, torna-se importante ressaltarmos a problemática da percepção, do olhar e de sua qualidade. Olhares apressados, que apenas apreendem aspectos aparentes das coisas, dos seres e das situações, olhares que não veem e que se situam apenas no plano sensório-motor do corpo, olhares que não fixam o elemento eterno do devir-caos que reside como espectro nos corpos implicam em imagens que não sobrevivem no espírito, que não se incorporam ao presente, desprovidas que estão de aura e de memória. Já não tornam possíveis as transposições daquilo que está atualizado para o virtual, o horizonte se mostra encurtado, o tempo presente nunca se ausenta em forma de imaginação de um poderia ser. Tempos neuróticos, vidas encarceradas na repetição do mesmo, na reprodução pobre do passado no presente. Poder-se-ia dizer, em termos mais radicais, vidas desprovidas de futuro, enraizadas demais e enterradas em um presente feito de instantes que somente passam céleres, tempo apenas automatizado, em que pensar já se encontra dissociado do respirar, em que o perder e retomar o fôlego se reduzem a funções biológicas, em que o recomeçar incessante não carrega transposições, mas serve, apenas, para manter as coisas todas em seus devidos lugares.

Vivemos uma época de um individualismo crescente, marcado por demandas narcísicas que situam cada indivíduo como um centro privilegiado. Tempos de um cultivo exacerbado da aparência, definida por modelos massificados que ditam as formas desejadas e aceitáveis de aparecer e de ser. Nesse cenário, o “pequeno eu” reveste-se de uma importância infeliz, tornando-se a consciência e a vontade determinantes dos resultados obtidos, sejam eles bons ou não do ponto de vista social e individual. Como desdobramento desse sujeito auto-centrado, a meritocracia, operando como um dispositivo de individualização, talvez nunca tenha chegado tão longe com seu longo dedo apontando os sujeitos como culpados e exclusivos responsáveis pela qualidade de suas existências, criando, em consequência disso, novos jogos de visibilidade, em que todas as conquistas e derrotas são atribuídas exclusivamente ao indivíduo em detrimento de todo um contexto histórico e social tacitamente esquecido.

Partindo desse cenário, vemo-nos levados a tentar traçar algumas ideias a respeito da evolução social articulada aos efeitos de visibilização dos sujeitos, ou seja, aos graus de sua aparição ou desaparecimento no contexto coletivo. Buscamos, dessa forma, chegar ao ponto do devir todo-mundo, formulado por Deleuze e Guattari (1997), ponto paradoxal, como veremos, uma vez que o mesmo não significa mimese ou cópia em direção a uma uniformização subjetiva, e sim, ao contrário, implica em um grave esforço para fugir dos constantes olhares vigilantes que cintilam, mesmo que eletronicamente, em todos os ambientes em que se transita.

Nosso esforço para seguir uma linha histórico-evolutiva da questão nos remete ao exame das políticas próprias a cada forma de sociedade. Em uma sociedade, a passagem do modelo soberano ao disciplinar implica na mudança do vetor de subjetivação, invertendo a relação estabelecida entre subjetividade, visibilidade e individualidade. Em outras palavras, o soberano era considerado o sujeito individualizado por excelência, aquele que se encontrava no topo e no centro do corpo social, ocupando um local singular ao qual se voltavam todos os olhares. Na medida em que é atravessada a hierarquia social, de cima para baixo, as subjetividades iam tornando-se cada vez menos individualizadas, do mesmo modo em que eram menos visíveis e escrutinadas. Aristocratas e sacerdotes gozavam de posições subjetivas extremamente individualizadas, enquanto nas classes mais baixas, como a dos camponeses, o sujeito era mais da ordem do grupo, como a família, do que do indivíduo (FOUCAULT, 1987).

Nas sociedades disciplinares, a visibilidade volta-se aos indivíduos ao colocá-los sob os mais diversos tipos de confinamento espacial, permitindo que cada corpo seja visto e analisado sob uma divisão ao mesmo tempo espacial e temporal. Os centros de poder deixam de ser o foco da atenção e tornam-se cada vez mais anônimos, despersonalizados e invisíveis, sendo o Panóptico o diagrama de funcionamento desta sociedade: cada sujeito individualizado em sua célula sob um olhar absoluto e constante que vem de uma torre central de onde é impossível ver quem nos olha.

O processo de individualização da subjetividade tem uma longa história e não se reduz à disciplina, uma vez que incorpora o dispositivo confessional católico e suas práticas pastorais, culminando em uma biopolítica (FOUCAULT, 1988). Porém, na mesma medida em que o poder disciplinar sonha com um mundo completamente individualizado e identificado ao nível dos corpos – sob um controle preciso dos fluxos que evitaria todo desperdício de energia útil, aumentando a potência dos corpos e docilizando as almas –, a disciplina só é possível a partir da existência das grandes cidades e de seu acúmulo e passagem incessante de pessoas e coisas (FOUCAULT, 1987).

A cidade da modernidade, contudo, é o próprio paradoxo da disciplina, pois cada vez mais se torna a cidade de anônimos, de sujeitos sem identidade que vagam com ou sem rumo em meio à multidão. Não é mais o espaço da vila ou da cidade de interior em que todos se conheciam e sabiam tudo das vidas alheias. Na metrópole, a grande cidade da modernidade, esse laço de conhecimento e proximidade quebra-se e, junto com ele, é desfeito também o mundo mítico da tradição que unia todos sob uma mesma ordem cósmica e dava a cada um seu papel pré-determinado ou destinado.

Pode-se mesmo dizer que a disciplina surge como uma reação à composição dessas grandes massas indiferenciadas e caóticas de pessoas que vão à cidade em busca de trabalho na nascente indústria. A disciplina tem horror à mistura. Antes da expansão e crescimento das cidades medievais, a disciplina constituía-se em um domínio eminentemente monástico, sendo praticada em locais

especiais fora do cotidiano e das aglomerações de pessoas. Com a modernidade e o problema urbano suscitado, a disciplina insere-se no cerne das novas distribuições humanas. O primeiro modo de separação e normalização disciplinar se dá pelo espaço das fábricas, quartéis e escolas. A disciplina ocupa, ao mesmo tempo, um papel regulador e formativo, que deve controlar os excessos e criar sujeitos aptos a serem adestrados e reproduzir o bom funcionamento do trabalho, compondo-se perfeitamente com as novas exigências do capital (FOUCAULT, 2006).

Com o surgimento do que Deleuze (1992) chama de “sociedade de controle”, o sujeito deixa de ser um indivíduo e torna-se um “divíduo”. Em outras palavras, não é mais necessário disciplinar almas e corpos para que aprendam a forma correta de utilizar máquinas e se comportar em sociedade, basta apenas que cada sujeito possua uma senha ou um cartão de acesso. O que faz ou deixa de fazer será determinado simplesmente por sua inscrição no sistema e não pela necessidade de ter sido devidamente disciplinado. Desfaz-se também a necessidade disciplinar de confinar sujeitos em espaços que serão esquadrihados e organizados. A sociedade de controle opera sob fluxos e o controle se dá no e pelo movimento.

O problema da identificação adquire outro sentido na sociedade de controle, pois esta não se dá mais ao nível da interioridade de um sujeito, mas em sua interface com dispositivos técnicos e sociais. A identificação vai desde a utilização de cartões, documentos e registros digitais, até o uso de dados biométricos. Uma vez inserido no sistema, a reconhecimento do sujeito é imediata. Mas dada a arquitetura de tais sistemas técnicos, digitais, econômicos e sociais, nem sempre é possível identificar e cadastrar todos aqueles que dele participam. Um mesmo sujeito pode possuir inúmeros cadastros, que não correspondem à sua identidade legal. O anonimato se dá pela ambiguidade e multiplicação de identidades, facilitada pelas tecnologias digitais, ou pela própria presença de modos de uso anônimos no sistema.

Vivemos, então, em uma mescla de disciplina e controle em um mundo que nos confina, marca e vigia, e que, ao mesmo tempo, nos faz circular, controla e agencia. Ao fazer parte da multidão nos tornamos invisíveis ou somos multiplicados. Abandonamos tanto a exigência de ter uma experiência, de fazer parte de uma ordem mítica maior, quanto de ter um nome e uma identidade, perdendo-nos na interioridade de uma subjetividade individualizada, ou em registros de controle. Deste modo, “ser como todo mundo” torna-se uma forma efetiva de resistência através do que Deleuze e Guattari (1997) chamam de “devir todo-mundo”.

Um devir é sempre minoritário, pois se dá apenas pela desarticulação de estratos molares, isto é, daquilo que é considerado como universal, natural e necessário, como o homem, o cristão, o homossexual, o branco, o ocidental e o adulto. São muitos os devires: devir-animal, devir-criança, devir-mulher, devir-molécula e tantos outros. O devir não é uma imitação, mas uma evolução a-paralela, um roubo ou dupla traição. O homem toma elementos do animal para não ser nem homem, nem animal, mas uma passagem incessante entre um e outro, que foge aos binarismos que nos obrigam a escolher uma po-

sição. O mesmo se aplica à mulher enquanto é concebida de forma molar, como um derivado negativo do homem que, neste caso, constitui um devir-mulher ao abandonar a referência ao homem e a qualquer sexo, constituindo-se no espaço entre os sexos, não sendo nem uma coisa nem outra (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

O devir é uma passagem que não pode ser fechada sobre uma identidade única ou sob um bom senso que determinaria uma ordem de divisão dos elementos e acontecimentos e, por isso, o devir é necessariamente paradoxal (DELEUZE, 1974). Mas na medida em que escapa a tudo aquilo que é universal e necessário, isto é, à identidade, como é possível que haja um “devir todo-mundo”? Pois o todo mundo não define justamente a identidade de um grupo, ou de todos? Se não há um “devir-homem”, como poderia haver um devir todo-mundo?

Nessa ideia de Deleuze e Guattari, o que está em jogo é a possibilidade de ser como todo mundo para poder ser qualquer um. Em outras palavras, ao tomar elementos de “todo mundo”, é possível misturar-se a esse todo mundo, tornando-se indiscernível e imperceptível, fazendo com que os mais diversos fluxos e acontecimentos passem nesse espaço ambíguo entre todo mundo e ninguém.

E não é nada fácil, não se fazer notar. Ser desconhecido, mesmo para sua zeladora e seus vizinhos. Se é tão difícil ser ‘como’ todo mundo, é porque há uma questão de devir. Não é todo mundo que se torna como todo mundo, que faz de todo mundo um devir. [...] Devir todo mundo é fazer mundo, fazer um mundo (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 73).

Agir como todo mundo não é imitar o mundo, não é nem cópia nem mimese, pois o devir desloca todos os termos que coloca em jogo, sendo, por isso, uma dupla traição. Em um devir-animal ou devir-mulher, tanto o homem, quanto o animal e a mulher são deslocados. O devir todo mundo só é possível na medida em que o “todo mundo” é tomado, reapropriado e deslocado, ou seja, apenas quando se faz um mundo. É na existência de um sujeito dividido pelas forças de controle e desconectado da grande continuidade da tradição que o devir mundo torna-se possível, dado que agora não estamos mais presos a “um mundo”.

Nossa apresentação se dá, assim, de uma forma acolhedora ao anonimato, situando nossa atenção a qualquer um, que ao se tornar todo mundo, ou seja, ao se desapegar de si e dos imperativos egóicos demasiadamente cultivados, também produz, em correlato, um outro do mundo, podendo-se dizer que vai a contrapelo, na contramão da história da subjetivação massificante. Para Blanchot (2007), o homem se mantém no anonimato pelo movimento do cotidiano, um cotidiano no qual não temos nome nem figura, assim como não temos uma determinação social para encerrar-nos, já que, em seu movimento constante, estruturas e formas são dissolvidas.

Como se vê, devir todo mundo requer recato de si, tornar-se multidão que não se deixa ler facilmente, como os enigmáticos personagens anônimos que habitam as pinturas de Guys. Ao devir todo mundo recua-se da espetacularização e dos constantes *flashes* disparados para todos os lados, como atestados de que “Eu existo, porque

apareço"! Desaparecer, aqui, virar qualquer um, significa antes do que uma abolição de si, uma atenção especial à liberdade e à resistência, implica em um modo de sustentar-se pelo desvio, pelo caminho torto e experimental, tateante mas, de todo o modo, possuidor de um horizonte convocativo à auratização da existência.

Ao invés de nos vermos rodeados de portas fechadas e embretados como gado, talvez se possa, nessa estratégia, abrir possíveis, voltar a pensar tal como se respira, perdendo e retomando o fôlego, tendo em vista não somente a salvação dos fenômenos como abordamos acima, mas, agora, a nossa própria salvação. Os limiares que propiciam passagens de um estado a outro precisam ser objeto de descoberta e mesmo de um trabalho a ser feito. Eles não se oferecem tão evidentes e claros à nossa visão. No mundo do todo-mundo e de qualquer um não pode faltar essa crença, pois como as plantas e os animais, também nós produzimos a perseverança de nosso ser através de variadas estratégias acopladas ao meio. Agora, é o meio que também temos de fabricar nesses tempos de secura de água e de rarefação de ar. Construir limiares para as passagens, fazer da experiência Uma vida e da vida uma obra de arte.

Por um cotidiano a contrapelo

Tratamos, então, de perguntar: como podemos olhar para a experiência liminar quando nossa visão se encontra submetida a uma determinada organização sócio-sensorial que obriga os indivíduos a uma visão constante de seus semelhantes, sem que seja possível esperar por uma reciprocidade feliz? Tal excesso de visão sem possibilidade de revezamento discursivo e comunicativo vem reforçar o sentimento de desorientação no meio da vida coletiva, o isolamento e a sensação de estar rodeado de todos os lados por portas fechadas. A desaturação da vida contemporânea nos remete a um modo de visão saturada, sempre ameaçada e à espreita. *Perte d'auréole*, mas também um outro movimento: o da expectativa de um horizonte onde os encontros permitam pequenas eternidades de uma comunhão feliz. Auratizar o mundo pelo olhar possibilitaria à perceptibilidade uma abertura para uma outra dimensão que não aquela da simples superfície habitual das percepções cotidianas; traduzir-se-ia como a possibilidade de um destaque do objeto de um fundo insondável, sua retirada de um espaço sem nenhuma profundidade.

É em Benjamin (apud MOLDER, 2010) que encontramos a distinção entre dois tipos de olhar e de visão: a primeira visão, aquela de um observador que quer estabelecer distinções, trata do distante como se fosse algo próximo; a segunda pertence ao espectador que contempla até mesmo o objeto mais próximo numa imersão desprovida de fim, porque está fascinado pela imagem do objeto e pelas imagens vizinhas que a cercam. A primeira visão transforma tudo em objetos próximos, a segunda confere até aos mais próximos objetos a imagem do caráter do longínquo. É a esse longínquo que se apegamos aos objetos como imagens originárias que se pode chamar de aura.

Em nossa contemporaneidade, o longínquo, porém, tende cada vez mais a desaparecer, devido tanto à redução da temporalidade a uma sucessão cada vez mais

acelerada de momentos semelhantes, quanto, no que diz respeito ao espaço, às técnicas cada vez mais rápidas de aproximação do distante. Podemos considerar, ainda, que a desaturação refere-se a um fenômeno estético no sentido etimológico amplo de uma transformação da percepção humana, isto é, da percepção do mundo, do(s) outro(s) e de si mesmo. O esforço de superação requerido diante de tal situação exige uma luta política e conjuntamente estética, pois não se trata de reivindicar uma transcendência soberana e distante, mas de desconstruir a aparência lisa e bem-comportada do real, para nele abrir rachaduras e fissuras que permitam o vislumbre de um "longínquo" tão desconhecido como imanente. Como nos indica Blanchot (2007), é realizar a operação de descobrir o que é mais difícil: o cotidiano, sua banalidade, a existência em sua espontaneidade, aquilo que nos escapa. Abrir, assim, o cotidiano à revolução.

Em *O que são as luzes?* Foucault (2005) nos alerta para a importância do devir revolucionário, antes de qualquer resultado das revoluções. O autor aponta, neste texto, para o fogo eterno que move as multidões em seu desejo de ir a contrapelo do tempo presente. Para Foucault, seria este o elemento permanente que, quando unido às contingências de um presente saturado e talvez intolerável, produz a configuração acontecimental das novas convulsões no plano da vida social. Em nosso ponto de vista, tal dinâmica igualmente seria válida para a produção de subjetividades, dizendo respeito aos indivíduos em suas existências singulares. O movimento histórico tem algo de eterno e algo de circunstancial, processa-se no coração da multidão anônima que lhe dá o combustível e o consentimento tácito. Fomenta a cada um e a todos a adesão a um regime de visibilidade e de verdade, situando os indivíduos como efeitos do mesmo, terminais de consumo de modos de ser.

Entendemos, dessa forma, que a multidão é ao mesmo tempo criadora e criatura de um fervilhar de paixões e valores que a torna, quando observada em bloco, um imenso espelho. Através da presença sensível dos sujeitos, vê-se, por seus modos, que tudo está passando e mudando e, ao mesmo tempo, que tudo é suportado pelos ímpetus do devir do ainda não. As transições provêm de uma certa saturação com o tempo vivido como "agoridade", entretanto, são impulsionadas pelo peculiar desejo de transposição e mutação que habita o coração dos homens e das sociedades organizadas. Algo de caótico e primordial, como um fundo obscuro, tende a elevar-se em direção às passagens. Feita de limiares, a história se movimenta por motivos nem sempre apreensíveis em seu todo, impõe-se, outras vezes como detenção e exaustão, quando seus umbrais e soleiras encontram-se demasiadamente inchados e entumecidos e já se tornam obstáculos às transposições espaciais e temporais. O tempo *kairós*, momento das oportunidades, socorre a humanidade, entretanto, sua aparição inconstante e incerta precisa vir a ser captada e apropriada. Deixar passar a oportunidade, permanecer em hesitação e detenção nos umbrais, não atravessar as pontes que se vislumbram uma ou outra vez como braços

estendidos do anjo da história para amparar o caminho da nova transição, pode significar corações amedrontados e inseguros diante de coações poderosas demais.

Como se vê, não se trata de registrar apenas fluxos que escorrem sem parar. Trata-se de levantar o véu aquoso que os envolve, como se pudéssemos levantar as águas de um rio caudaloso para ver-lhe o leito arenoso e terroso, suas pedras, reentrâncias e cavernas sugadoras. Se há passagem, também há uma permanência dos elementos que a fazem acontecer ou a impedem. Entretanto, tais elementos não se encontram puros e soltos, como pepitas que podem ser recolhidas. Eles se associam entre si de diversas maneiras, agenciam-se em configurações variáveis produzidas pelo próprio mover-se que os faz entrar em agitação, dispersão para uma nova reunião e síntese. Uma nova aglomeração elemental toma forma e reveste-se de novas potências e atributos. Seus efeitos serão outros, a aparência que a reveste, entretanto, faz-se de uma repetição que, ao restaurar-se em seus elementos singulares, produz diferenciações e efeitos transicionais. Em tudo o que passa, algo permanece, algo de um eterno caos convulsivo e ancestral do qual se erguem as novas formas que se apresentam como novidades dos tempos.

Se nossos tempos se mostram céleres e as variações efetuadas não se conservam, apenas mudam e transitam no terreno da dispersão e do fugidio, ser-nos-ia relevante desenvolver a problemática da tensão entre os conceitos de atenção e dispersão tidos como em uma fechadura de duas abas, colocados em um duplo movimento: movimento de concentração, de recolhimento, de tensão/atenção, de cuidado – e movimento de entrega, de distração, de disseminação. Atividades do lembrar e do esquecer. Para Gagnebin (2014), a partir de Nietzsche, a filosofia contemporânea vai questionar a exclusividade da atividade recolhedora para definir o pensamento. Haverá uma crescente valorização de um segundo conjunto de fenômenos psíquicos como esquecimento, dispersão, distração, disseminação, lapso ou falha que tanto Nietzsche, quanto Freud e Proust, abordam cada qual à sua maneira. Nesse enfoque, como não cabe restringir o conceito de sujeito e o de liberdade subjetiva à clausura do indivíduo burguês, também a atividade espiritual e intelectual do pensamento não pode ser restrita ao movimento psíquico do recolher e do lembrar, mas deve incluir movimentos opostos, como os da perda, do esquecimento, da dispersão, da distração.

Embora o cotidiano que presenciamos possa às vezes desenhar um quadro desolador e pessimista, é justamente desses aprisionamentos que podem emergir linhas de fuga como resistência aos modos homogeneizantes de viver e de pensar. Como nos sugere Gagnebin (2010, p. 17), trata-se de “ousar pensar devagar, por desvios, sem pressupor a necessidade de um resultado ao qual levaria uma linha reta”. Consideramos necessário abordar a noção de cotidiano na perspectiva da micropolítica, apontar para as práticas microbianas que o alteram, para o acontecimento e o cotidiano, ou seja, para a ruptura, para o que passa mesmo quando parece que nada passa, para então chegarmos à questão da experiência liminar ou seja, aquele momento *kairós*, da oportunidade de fazer passagens.

A partir disso, intuímos que é preciso discutir não apenas o método de acessar essa realidade, mas a questão de como cuidar da experiência no contexto de nosso dia-a-dia, sem que nos transformemos em espécies de robôs insensíveis, que vivem apenas no rasante do que acontece. Acreditamos que caberia à clínica e à pesquisa, enfim, consistirem-se em possibilidades de construção destes terrenos de infância, entendida aqui como os virtuais de um tempo de promessa e espera, espaço-tempo de descoberta, de magia, de experiências liminares e de futuros por vir, construção essa realizada a partir de uma maior atenção aos ruídos, às hesitações e aos respiros.

Quando, por exemplo, Stern (1992) se refere a um fluxo de experiência amodal, aponta-nos para a necessidade de outras semióticas a-significantes, não representacionais, afim de que se possa acessar esse outro plano da experiência que conjuga vários modos de apreensão sensorial. Deslocando essa consideração também para a pesquisa e seus modos de fazer-se, expandimos os conceitos de sintonia afetiva e de percepção amodal para o território científico, no qual os mesmos poderão operar como dispositivos para o acesso a uma pesquisa que, em seu caráter conceitual, confere suportes a uma prática interventiva, uma vez que manifesta efeitos tanto no objeto quanto no sujeito enredados no ato de pesquisar. O caráter de nossa proposta circunscreve-se, dessa maneira, nos âmbitos epistêmico e ontológico da ciência, no sentido de poder vir a intensificar a própria experiência do pesquisar como limiar ou como passagem.

Referências

- AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BAUDELAIRE, C. *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012a. Obras Escolhidas, v. 1, p. 123-128.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012b. Obras Escolhidas, v. 1, p. 213-240.
- BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 2012c. v. 2.
- BLANCHOT, M. *A conversa infinita: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007. v. 2.
- CERTEAU, M. Anais do Cotidiano. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 31-33.
- COLLOMB, M. Limiares, aprendizagem e promessa em ‘Infância em Berlim por volta de 1900’. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 113-126.

- DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Coleção Ditos & Escritos, v. 2, p. 335-351.
- FOUCAULT, M. *O Poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GAGNEBIN, J. M. Entre a vida e a morte. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 12-26.
- GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014.
- LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010. [CrossRef](#)
- MOLDER, M. F. Método é desvio. Uma experiência de limiar. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 27-75.
- STERN, D. *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Recebido em: 5 de outubro de 2015

Aceito em: 20 de outubro de 2017

O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo

Marcel Maia Gomes,^{Orcid}★ Marcelo Ferreri,^{Orcid} Flávia Lemos^{Orcid}

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir a noção do cuidado de si apresentada por Michel Foucault em seus estudos acerca da civilização greco-romana, analisando como as práticas do cuidado para consigo e para com os outros – quando articuladas à dimensão ética e às práticas de liberdade – conduzem a uma problematização do político, naquilo que incide sobre o governo dos outros. Por outro lado, os escritos foucaultianos também relacionam o cuidado de si a uma postura ativa (ético-política) do sujeito, caracterizando, assim, uma possibilidade de resistência ao biopoder – comumente atrelado às tecnologias de controle e vigilância dos corpos. Como referencial bibliográfico este artigo utiliza tomos da *História da sexualidade*, interligando-os aos cursos *A hermenêutica do sujeito* e *O governo de si e dos outros*, ministrados por Foucault no Collège de France, bem como a algumas de suas relevantes entrevistas e análises de comentadores.

Palavras-chave: cuidado de si; política; ética.

Care oneself by Michel Foucault: a device problematization of political in contemporary

Abstract

This article aims to discuss care oneself by Michel Foucault in his studies about the greco-roman civilization, analyzing how care practices to oneself and to others – when articulated the ethics dimension and practices of freedom – conduct to a questioning politics, in what concern about government of others. On the other hand, Foucault's writings also relate care oneself to an active stance (ethical-political) the subject, consisting, therefore, a possibility of resistance to biopower – commonly linked to control technologies and monitoring of subjects. As bibliographic references this article uses of volumes the *History of Sexuality*, linking them to courses *The hermeneutics of the subject* and *The government of self and others*, taught by Foucault at the Collège de France, as well as some his relevant interviews and analysis from commenters.

Keywords: care oneself; politics; ethics.

Introdução

Os últimos livros de Michel Foucault, a partir da publicação dos volumes da *História da sexualidade* e, posteriormente, os cursos apresentados no *Collège de France*, no início dos anos oitenta, trazem uma discussão um tanto diferenciada daquilo que se conhecia das obras deste escritor francês, geralmente enfatizadas pela *História da loucura*, as epistemes da arqueologia, as tecnologias políticas de regulação de corpos, bem como as relações microfísicas de saber-poder.

Com *A vontade de saber*, Foucault (2009a), ao elaborar a discussão do dispositivo de sexualidade, prepara um terreno de estudos em torno do que nomeia biopoder – entendido como um conjunto de tecnologias de poder cuja preocupação se pauta em regular e gerir a multiplicidade de práticas que se fazem vitais aos homens (FOUCAULT, 2009a). Em *O uso dos prazeres* (FOUCAULT, 2009b), o dispositivo de sexualidade passa a ser apresentado através da contextualização da ética sexual dos gregos antigos, a qual era problematizada por meio de um exercício do pensamento, como uma relação entre o exercício da liberdade do sujeito, as formas de seu poder e seu acesso à verdade. Já no terceiro tomo da *História da sexualidade: o cuidado de si*, Foucault (1984) destina atenção aos dois primeiros

séculos da era cristã (período helenístico e românico), e a uma nova perspectiva de atuação dos casais, dos papéis políticos e deveres cívicos dos sujeitos.

A discussão em torno da noção do cuidado de si, trazida por Foucault, é então atravessada por práticas que circunstanciam uma estética da existência, e a vida do homem percebida como uma obra de arte. Na Antiguidade, os gregos pretendiam estilo às suas vidas, utilizavam técnicas para estilizar sua conduta, realizavam constantes trabalhos sobre si mesmos e uma constante reflexão sobre esses mesmos trabalhos, os quais incidiam no envolvimento de relações para com os outros, para com a prática da verdade e do franco falar. Entretanto, todo um plano de constituição do sujeito, suas escolhas de modos de viver, se realizava dentro um marco regido por princípios e cercado por limites que se impunham como condições.

A estilização das condutas, norteadas pela noção do cuidado de si dos antigos, permitia uma reflexão moral e ética, na qual os sujeitos se encarregariam de estar cientes de suas práticas e exercícios de liberdade, além de uma constante atenção e prudência para lidar com funções políticas. Nesse sentido, o cuidado de si oferece subsídios de análises quanto às práticas políticas dentre os governos dos homens, naquilo que repercute, ao mesmo tempo, em um governo de si e/ou governo dos outros.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. Avenida Mal. Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze – São Cristóvão, SE – Brasil. CEP: 49100000. E-mail: marcelmog@gmail.com, marceloferreri@uol.com.br, flavialesmos@gmail.com



Seguindo estas formulações de pensamento, o presente artigo¹ busca entrelaçar características dessa noção do cuidado de si, enquanto potencial de problematização política no contemporâneo. Ponderadas suas diferenças para com o cenário atual, o cuidado de si, quando articulado a questões éticas e de liberdade dos sujeitos, pode tornar-se ferramenta de enfrentamento a práticas e discursos políticos que recheiam nosso cotidiano de dispositivos de verdade e de biopoder, e têm como principal objetivo manter controladas as práticas dos sujeitos, restringindo suas vidas a escolhas (ou falsas liberdades) “previamente demarcadas”, minando passo a passo suas vontades de sentirem-se livres – o que caracteriza, assim, um processo engessador de práticas e saberes, e normalizador da vida subjetiva dos indivíduos (GOMES, 2013).

Portanto, este artigo propõe analisar a noção do cuidado de si, desenvolvida por Foucault, como um dispositivo capaz de colocar sobre questão as práticas políticas contemporâneas, à medida que se percebe um sujeito ético-político de postura ativa para consigo e os outros.

Cuidado de si em Michel Foucault

Em seus estudos² acerca da cultura greco-latina – do século V a.C. aos séculos IV-V d.C. – Michel Foucault se depara com temáticas inovadoras, se comparadas às suas pesquisas anteriores, o que marca uma passagem entre seus escritos de cunho arqueogenalógico para os estudos de questões éticas, atravessadas pelas temáticas do cuidado de si, das práticas de si, das técnicas de subjetivação, bem como o vínculo histórico entre subjetividade e verdade.

No curso de 1982, no *Collège de France*, intitulado *A hermenêutica do sujeito*, Foucault (2010a) tem a preocupação de organizar sua aula inicial em duas grandes discussões que suas pesquisas evocavam. Em primeiro, apresentar um paralelo de diferenciações construídas acerca do princípio do cuidado de si (*epiméleia heautoû*) e do conhece-te a ti mesmo (*gnôthi seautôn*), no esforço de demonstrar como, ao longo da história do pensamento filosófico, o conhecimento de si mesmo ganhava respaldo e privilégio, ao passo que marginalizava a noção greco-romana do cuidado de si, geralmente desconsiderada e esquecida na história tradicional dos grandes feitos da humanidade.

Em seguida, Foucault chama atenção para a problemática do cuidado de si na experiência ética grega, entre os séculos IV e II a.C., a qual se configurava em aproximação com o campo filosófico, associado a algumas práticas realizadas no sujeito e para consigo mesmo: como ritos de purificação, concentração da alma, práticas de resistência etc.

O cuidado de si estaria ligado a uma prática da espiritualidade, apresentando minimamente três princípios básicos: 1) entendia que a verdade jamais seria dada de pleno direito ao sujeito, por um simples ato de conheci-

mento; 2) demandaria a necessidade do sujeito se transformar, se modificar, tornar-se até certo ponto, outro que não ele mesmo, para que tivesse acesso à verdade; 3) a verdade apenas seria dada ao sujeito por certo preço, que pusesse em jogo o ser mesmo do sujeito, que afetasse esse mesmo sujeito. Doravante, era entendido que não poderia haver verdade sem uma “conversão” a si mesmo, ou transformação do sujeito, por meio de duas direções: a primeira seria um movimento de éros (amor), no qual a verdade viria até o sujeito e o iluminaria; a segunda estaria pautada num movimento de áskesis, entendido como um labor, um trabalho de si para consigo; em que se é o próprio responsável por seus pensamentos e ações (FOUCAULT, 2010a).

Era fundamental ao cuidado de si a constituição do indivíduo como sujeito, e para tanto, tais trabalhos eram balizados por princípios que se impunham como condições. Princípios e limites que, ainda que não fossem eternos, também não poderiam ser mudados de qualquer forma ou a qualquer momento. Ou seja, a reconstrução da moral greco-romana que Foucault (2009a, 2009b) propõe nos livros *O uso dos prazeres* (1984) e *O cuidado de si* (1985), mostra um tipo de relação do homem consigo mesmo que não se baseava nem na universalidade de um fundamento, tampouco numa reflexão sistemática sobre o sujeito como algo preexistente, como um dado prévio à experiência e à ação.

Nesse sentido, é preciso entender que a moral grega respeitava o caráter individual da conduta: a escolha do modo de vida era uma questão pessoal e a elaboração, o trabalho sobre a própria vida, apoiava-se em uma série de técnicas (*techne tou biou*) que não tinham caráter normativo, tampouco pretendiam se organizar em formato de códigos a serem seguidos. O elemento sobre o qual descansava a moral antiga era o trabalho sobre si, a ascética elevada à categoria de matriz constitutiva do êthos – a qual implicava relação do indivíduo consigo mesmo, relação com os outros e a relação com a verdade (GOMES, 2013).

Esta constatação converte a estética da existência em um modo de ver a ética, que tem como características a crítica e a experimentação: os sujeitos refletiam sobre suas práticas e condutas, associavam essas reflexões às suas atividades realizadas diariamente e, além disso, buscavam uma transformação de si mesmo. Ou seja, o trabalho estético era atravessado pelo exercício de buscar relações do sujeito consigo mesmo, o que tornava o princípio do cuidado de si fundamental para um conhecimento de si: o indivíduo não poderia mudar seu modo de ser no mundo sem alterar seu êthos (FOUCAULT, 2009b).

Alguns séculos depois, no período helenístico-romano (I-II d.C.), Foucault destaca que a noção do cuidado de si passou a assumir uma espécie de “acontecimento no pensamento”, uma cultura de si:

Temos, pois, com o tema do cuidado de si, uma formulação filosófica precoce, por assim dizer, que aparece claramente desde o século V a.C. e que até os séculos IV-V d.C. percorre toda a filosofia grega, helenística e romana, assim como a espiritualidade cristã. Enfim, com a noção de *epiméleia*

¹ Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado “O cuidado de si na redução de danos: uma análise histórica, política e ética, a partir de Michel Foucault”, defendida em 2013 e vinculada ao Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. Em face ao pensamento de Foucault, esta pesquisa de mestrado propôs questionar se o discurso do cuidado de si presente nas propostas de redução de danos, direcionadas a usuários de drogas, seria condizente a uma dimensão ético-libertadora para com o usuário, ou a um imperativo moral do cuide-se no campo das práticas de saúde.

² Referem-se às publicações dos três volumes iniciais da *História da sexualidade*, bem como os últimos cursos no *Collège de France*, a partir de *A hermenêutica do sujeito*.

heautoû, temos todo um *corpus* definindo uma maneira de ser, uma atitude, formas de reflexão, práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das representações, nem somente na história das noções ou das teorias, mas na própria história da subjetividade ou, se quisermos, na história das práticas da subjetividade (FOUCAULT, 2010a, p. 12).

Por conseguinte, uma cultura de si deveria atender a um conjunto de valores que tivessem, entre si, coordenação, subordinação e hierarquia. Valores que fossem universais, mas não acessíveis a qualquer um; para atingir esses valores, os indivíduos deveriam realizar certas condutas, precisas e regradas. Por fim, era preciso que o acesso a esses valores fosse condicionado por técnicas e procedimentos regrados, que tivessem sido elaborados, validados, transmitidos e associados a um conjunto de noções, conceitos e teorias, a todo um campo de saber.

Muitas características desse acontecimento no pensamento nos são apresentadas à medida que os escritos foucaultianos mergulham em textos antigos. A primeira delas se baseia na presença marcante da noção de *epiméleia heautoû* em doutrinas filosóficas antigas. Textos de Epicuro, como *Carta a Meneceu*, interligavam o cuidado de si ao cuidado com a própria alma, à atividade de filosofar e a busca da felicidade: um cuidado que ninguém, sendo jovem ou velho, deveria desconsiderar – aqueles que quisessem salvar suas almas e alcançar a felicidade, deveriam viver cuidando-se sem cessar (FOUCAULT, 2009c).

Entretanto, essa atividade de ter cuidado com a própria alma, em todos os momentos da vida, apresentava uma particularidade: quando se era jovem tratava-se de preparar-se para a vida, equiparar-se para a existência – configurando o que os antigos entendiam por *paraskheúe*;³ e no caso da velhice, filosofar era rejuvenescer, voltar ao tempo ou desprender-se dele através de atividades de memorização.

Havia ainda os exames de consciência que faziam parte dos ensinamentos pitagóricos, caracterizados por exercícios de memorização. Destacam-se dentre esses exames, os exames da manhã (nos quais o sujeito elencava em sua mente as tarefas que deveriam ser realizadas ao longo do dia) e os exames da noite (baseado num exercício de memorização daquilo que ocorreu e o que poderia ter acontecido durante o dia transcorrido).

Em Sêneca, Foucault destaca uma amplitude tomada pelo tema da aplicação a si próprio: para consagrar o cuidado de si era preciso renunciar às outras ocupações. Considera ainda que Sêneca dispunha de todo um vocabulário para designar as diferentes formas que o cuidado de si deveria tomar, de modo que não houvesse perda de tempo, e que esforços não fossem poupados a fim do sujeito formar-se, transformar-se, voltar a si mesmo. Em Marco Aurélio, sinaliza essa mesma pressa do sujeito em ocupar-se

consigo, ao passo que nem a escrita nem a leitura deveriam afastar as pessoas dos cuidados diretos que deveriam ter para com suas próprias existências (FOUCAULT, 2009c).

Em Epicteto, Foucault assegura encontrar a mais alta elaboração filosófica sobre o cuidado de si, uma vez que nos seus Diálogos o ser humano aparece como o ser a quem foi confiado o cuidado de si, marcando uma diferença em relação aos outros seres vivos: os outros animais têm tudo pronto no que concerne ao que lhes é necessário para sobreviver; já o homem deve velar por si mesmo, porque Zeus quis que o mesmo pudesse, livremente, fazer uso de si próprio. Assim sendo: “O cuidado de si, para Epicteto, é um privilégio-poder, um dom-obrigação que nos assegura a liberdade obrigando-nos a tomar-nos nós próprios como objeto de toda a nossa aplicação” (FOUCAULT, 2009c, p. 53).

A pesquisa histórica que Foucault (2010a) apresenta no curso de 1982 (*A hermenêutica do sujeito*) nos faz entender ainda que os princípios do cuidado de si serviam para medir e confirmar a independência do que se era capaz a respeito de tudo o que não fosse indispensável e essencial à vida: serviam, àqueles que os seguissem, a familiarizar-se com o mínimo.

Outro aspecto, não menos importante, do cuidado de si consistia numa certa forma de atenção, de olhar, de converter o olhar do exterior para si mesmo – implicando certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento. Ademais, *epiméleia heautoû* poderia ser considerado um labor em meio a um conjunto de ocupações: sejam as atividades como dono de casa, as tarefas do príncipe que vela seus súditos, os cuidados destinados aos enfermos, ou mesmo, as obrigações para com os deuses. Para Foucault (2009c, p. 56-57):

Ocupar-se de si não é uma sinecura. Existem os cuidados com o corpo, os regimes de saúde, os exercícios físicos sem excesso, a satisfação, tão medida quanto possível, das necessidades. Existem as meditações, as leituras, as anotações que se toma sobre livros ou conversações ouvidas, e que mais tarde serão relidas, a rememoração das verdades que já se sabe, mas de que convém apropriar-se ainda melhor. [...] Em torno dos cuidados consigo toda uma atividade de palavra e de escrita se desenvolveu, na qual se ligam o trabalho para consigo e a comunicação para com outrem.

Essas provações, exercícios e exames preconizavam um cuidado de si balizado por certo modo de estar no mundo, uma atitude para consigo, para com os outros, para o mundo: *epiméleia heautoû* como ações exercidas de si para consigo, pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos transfiguramos.

Ética e liberdade no cuidado de si

Além das práticas de si que implicavam numa constituição estética da existência, Foucault ressalta que uma das principais preocupações na Antiguidade grega eram as técnicas de subjetivação – entendidas a partir do modo em que se dariam a formação dos jovens, a construção de si, bem como a busca de uma vida temperante⁴ e digna de ser vivida.

⁴Na busca por uma vida temperante, colocava-se em questão o equilíbrio que cada indivíduo deveria ter em relação ao uso dos prazeres, jamais sendo entendida como qualquer espécie de renúncia àquilo que se deseja. A ideia de renúncia

³Trata-se de montar um mecanismo de segurança, não de inculcar um saber técnico e profissional ligado a um determinado tipo. Essa formação, essa armadura se quisermos, armadura protetora em relação ao resto do mundo, a todos os acidentes ou acontecimentos que possam produzir-se, é o que os gregos chamavam de *paraskheúe* (FOUCAULT, 2010a, p. 86).

A partir da problematização dessas técnicas, Foucault elabora um pensar sobre certa noção de moral que desconhecia o sujeito, uma moral que não quisesse proporcionar um assujeitamento: uma experiência moral que não estivesse centrada na figura do sujeito, bem como na relação específica que ele estabelece com a verdade. Porém, o levante dessa problemática não implicava em vislumbrar na moral antiga um modelo a ser seguido, mas apenas perceber como foi possível uma configuração de pensamento moral tão distanciado daquilo que vivemos na contemporaneidade:

Ora, creio que uma experiência moral essencialmente centrada no sujeito não é mais satisfatória atualmente. E, por isso mesmo, um certo número de questões se coloca hoje para nós nos mesmos termos em que elas se colocavam na Antiguidade. A busca de estilos de vida, tão diferentes quanto possíveis uns dos outros, me parece um dos pontos pelos quais a busca contemporânea pôde se inaugurar antigamente em grupos singulares. A busca de uma forma de moral que seria aceitável por todo mundo – no sentido de que todo mundo deveria submeter-se a ela – me parece catastrófica (FOUCAULT, 2006, p. 262-263).

Vale lembrar que, para Foucault, a noção de “sujeito” remete à ideia moderna de assujeitamento: a produção do sujeito por meio das práticas de dominação e normatização. Por outro lado, nas civilizações greco-romanas antigas, o que se tinha era produção de subjetividade, enquanto modos de constituição de si. Em entrevista a Alessandro Fontana, em julho de 1984 ao jornal *Le Monde*, Foucault (2006, p. 291) nos diz:

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, pelo contrário que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

Entre os séculos IV e II a.C., no berço das noções de autonomia e democracia ateniense, as práticas de construção da subjetividade entendiam que cada sujeito era capaz de produzir suas próprias verdades, uma vez que estas eram provenientes da relação de si para consigo, mediadas pela temperança e pela justa medida. O exercício cívico, ético e político em questão era o conhecer-se, converter o olhar para si mesmo, reconhecer seus limites, transformar-se e sentir-se livre por não ser dominado nem pelos outros e nem por si próprio. Em meio a esse movimento ético e político de postar-se consigo e com os outros, o cuidado de si articula-se ao exercício político e às práticas cotidianas de liberdade, proporcionando aos sujeitos possibilidades de compor para si mesmos determinados modos de vida, experienciar (transformando o sujeito) e regrar suas condutas (GOMES, 2013).

aos usos dos prazeres será uma das marcas da absorção feita pelo cristianismo perante a experiência ética greco-romana.

Nesse passeio pela Antiguidade, ao mesmo tempo em que a tessitura dos escritos foucaultianos nos leva a pensar em modos de vida como uma obra de arte, numa ética atrelada à estética da existência, também atravessa um campo de problematizações e enunciados de ordem moral, construído por meio de interdições e códigos de conduta. Como exemplo, têm-se as apropriações morais da ascese cristã pelos códigos morais da ascese antiga, as quais se configurariam, a partir do século VI da nossa era, em morais integradas aos saberes pedagógico, médico, psicológico:

[...] na Antiguidade, a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar a sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo. [...] Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras (FOUCAULT, 2006, p. 289-290).

Em algumas passagens do segundo tomo da *História da sexualidade*, o termo “moral” faz menção tanto a um conjunto de valores e regras de ações propostas aos indivíduos ou grupos por aparelhos prescritivos, quanto ao modo pelo qual os indivíduos podiam se submeter, obedecer ou resistir, respeitar ou negligenciar esse mesmo conjunto de regras prescritivas. A cultura de si grega não era uma moral da lei e do preceito geral, mas uma ética da pluralidade de normas e de escolha de modos de vida:

[...] uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário ‘conduzir-se’ – isto é, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código. Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ação (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de ‘se conduzir’ moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação (FOUCAULT, 2009b, p. 34).

Quando Foucault nos diz das possibilidades de um indivíduo conduzir-se moralmente, quer, a partir disso, marcar a proximidade que enxerga entre moral e ética: conduzir-se moralmente implicava, ao mesmo tempo, em uma relação ética consigo mesmo, uma vez que toda ação moral repercutia numa ação sobre si, estabelecia para si certo modo de ser que valeria como realização moral dele mesmo. O sujeito passava a agir sobre si mesmo, procurando conhecer-se, controlar-se, pôr-se a prova, aperfeiçoar-se, transformar-se:

Em suma, para ser dita ‘moral’ uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente ‘consciência de si’, mas constituição de si enquanto ‘sujeito moral’, na qual o sujeito circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral [...]. Não existe ação moral particular que não

se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição moral de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’, sem uma ‘ascética’ ou sem ‘práticas de si’ que as apoiem (FOUCAULT, 2009b, p. 37).

Em meio a essas colocações sobre o que entende por “moral”, Foucault elabora quatro aspectos que veem a constituir à sua compreensão sobre o termo “ética”: 1) “determinação da substância ética”, que aponta a maneira pela qual o indivíduo devia constituir-se como matéria principal de sua conduta moral; 2) “modo de sujeição” pelo qual o indivíduo estabelecia sua relação com essa regra, reconhecendo-se na obrigação de pô-la em prática; 3) as formas de “elaboração do trabalho ético” que efetuava sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada, mas para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta; 4) “teleologia” do sujeito moral, que era a forma de subjetividade almejada, haja vista que uma ação não era moral em si mesma e na sua singularidade, mas na sua inserção e no lugar que ocupava no conjunto de uma conduta (FOUCAULT, 2009b).

Vê-se que a complexidade das relações morais e éticas situava-se num entre a constituição de códigos morais, através da prescrição de valores e regras que podiam estar representados a partir de instituições que os legitimassem ou mesmo circulassem em formas discursivas (os ditos e os não-ditos), bem como aos modos pelos quais os indivíduos podiam tornar-se sujeitos a estes códigos morais ou resistir aos mesmos. Por outro lado, essas relações também possuíam uma orientação ética, cujo elemento forte e dinâmico situava-se ao lado das formas de subjetivação e das práticas de si, sendo enfatizadas as formas das relações consigo, os procedimentos e as técnicas pelas quais eram elaboradas, os exercícios de conversão do olhar para si mesmo, e práticas que permitiam a modificação de si.

Para além dos laços que circunstanciavam a constituição e elaboração do êthos (ou seja, a maneira que o sujeito tinha de ser, de conduzir-se, de se fazer visível para os outros) a relação ética do sujeito implicava ainda em um sentir-se livre, tomando o sentido de liberdade (ou práticas de liberdade) como a condição ontológica da ética, e sendo a ética a forma refletida assumida pela liberdade. Segundo Foucault: “O cuidado de si constituiu, no mundo greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual – ou a liberdade cívica, até certo ponto – foi pensada como ética” (FOUCAULT, 2006, p. 268).

Nessa relação entre liberdade, ética e cuidado de si, a liberdade era entendida como uma prática na qual o sujeito não poderia sentir-se dominado pelos outros e nem por si mesmo, e, para tanto, para o bem dessas práticas de liberdade, se fazia necessário ocupar-se de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para conhecer-se e dominar os apetites que poderiam, por ventura, extasiar esse mesmo sujeito. Para Foucault (2006, p. 268; 270):

[Na Antiguidade] Temos toda uma ética que girou em torno do cuidado de si e que confere à ética antiga sua forma tão particular. Não digo que a ética seja o cuidado de si, mas

que, na Antiguidade, a ética como prática racional da liberdade girou em torno desse imperativo fundamental: ‘cuida-te de ti mesmo’. [...] O êthos de alguém se traduz pelos seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos etc. Esta é para eles a forma concreta da liberdade; assim eles problematizavam sua liberdade. O homem que tem um belo êthos, que pode ser admirado e citado como exemplo, é alguém que pratica a liberdade de uma certa maneira.

A relação entre cuidado de si, liberdade e ética, aludia, doravante, uma inseparabilidade entre a ética do cuidado de si e o governo político dos outros: como as pequenas e mais simples práticas que caracterizavam o cuidado ético dos sujeitos, o exercício constante de conhecer-se, repercutiam em ações amplificadas de cuidar dos outros? Como o cuidado de si alcançava um gerenciamento (político) dos outros na Antiguidade? Além disso, mediando suas diferenças, em que medida o cuidado de si pode oferecer ferramentas analíticas de discussão e enfrentamento da conjuntura política atual?

A dimensão política do cuidado de si

A semelhança entre as dimensões políticas e éticas do cuidado de si é uma postura ativa, uma inquietação daquele que se propõe a por em prática os exercícios do cuidado, tanto no governo de si (atenção para consigo), quanto para com os outros: o cuidado de si passa a ser uma ferramenta que permite reatrasar o campo da política (problema da estruturação das condutas dos outros), a partir da problematização da ética (problema da estruturação da relação consigo).

Para endossar essa questão, façamos alusão a dois textos detalhadamente apresentados por Foucault (2010a, 2010b) em seus últimos cursos no *Collège de France*, a saber: o “Primeiro Alcibiades”, de Platão, exposto no curso *A hermenêutica do sujeito* de 1982, e a “Apologia de Sócrates”, abordado no curso *O governo de si e dos outros* de 1983.

No texto “Primeiro Alcibiades”, tinha-se como questão primeira o desejo do jovem Alcibiades em desfrutar do privilégio político do governo da cidade de Atenas, uma vez que o mesmo pretendia fazer uso do seu *status* privilegiado da descendência aristocrática. Eis que neste diálogo platônico surge o personagem Sócrates, o qual se dizia incumbido pelos deuses em interpelar as pessoas acerca do exercício do cuidado de si e, ao mesmo tempo, renunciara sua própria carreira política para incitar os outros a cuidarem de si mesmo – daí que o cuidado de si faz analogia a um despertar, e o personagem de Sócrates à figura de um tãvão⁵ (GOMES, 2013).

Sócrates dirige-se a Alcibiades e o intento desse diálogo é lembrar que o bom exercício do governo (dos outros) – dimensão política do governo – teria, como condição primeira, o exercício do cuidado de si mesmo. Por conseguinte, Alcibiades não se encontrava preparado para o exercício da arte de governar: ignorava a *tékne* necessária daquilo que deveria saber; pretendia governar a cidade, mas não sabia como fazê-lo, nem tampouco a finalidade da atividade política.

⁵ Inseto que persegue os animais, pica-os e os faz correr e agitar-se. Nesse sentido, o cuidado de si se relaciona a um princípio de inquietação da existência.

Paralelamente, outras questões significativas à narrativa passam a ser fundamentadas dentro desse diálogo. Por exemplo, o fato de Sócrates interessar-se por Alcibiades, mesmo quando este já se encontrava no limiar da juventude (não tão belo quantos muitos outros jovens que interessam a Sócrates), e, por outro lado, ambicionava o exercício do governo, indica uma denúncia platônica à educação ateniense, que se encontrava decadente em comparação às práticas pedagógicas desenvolvidas, na mesma época, em Esparta e pelos povos orientais (mais especificamente, os persas). Destarte, a crítica socrática destaca este momento em que o jovem Alcibiades não se encontra amparado pela educação ateniense – quando mais precisava ser conduzido (cuidado e/ou governado) pelos pedagogos (GOMES, 2013).

Quando Alcibiades estava no auge da sua juventude, seus pretendentes visavam apenas à beleza de seu corpo e, à medida que tempo passava, não destinavam cuidado necessário ao seu bem viver. Por outro lado, Sócrates se interessa em governar a alma⁶ de Alcibiades, para que este pudesse aprender a cuidar de si próprio, bem como exercitar, devidamente, o governo dos outros.

Percebe-se no texto do “Primeiro Alcibiades” que a importância do cuidado de si fazia-se como condição fundamental para o governo político dos outros: Alcibiades é lembrado a todo instante que as práticas governamentais devem ser antecedidas do controle de suas vontades. Sócrates conclui que Alcibiades teria tempo para aprender a governar a cidade, alertando-o que na cultura do cuidado de si, governar a cidade, governar os outros, pressupõe certa prudência: para que o governante seja capaz de cuidar de si mesmo, precisa olhar para si, converter o olhar para si mesmo e encontrar em si sua verdade e sua justiça. Segundo Foucault (2010a, p. 76-77):

[...] a finalidade do cuidado de si, não o objeto, era outra coisa. Era a cidade. Sem dúvida, na medida em que quem governa faz parte da cidade, também ele, de certo modo, é finalidade de seu próprio cuidado de si e, nos textos do período clássico, encontra-se com frequência a ideia de que o governante deve, como convém, aplicar-se a governar, para salvar a si mesmo e a cidade – a si mesmo enquanto parte da cidade. [...] A cidade mediatizava a relação de si para consigo, fazendo com que o eu pudesse ser tanto objeto quanto finalidade, finalidade contudo unicamente porque havia a mediação da cidade.

Um segundo texto analisado por Foucault para contemplar essa relação política entre o cuidado de si e o governo dos outros, é a “Apologia de Sócrates”, presente no curso de 1983. Este texto traz os momentos que antecederam o julgamento de Sócrates, destacando o descrédito socrático em relação à instituição política ateniense. Ou seja, como Sócrates se apresentava como o homem do dizer-a-verdade (aquele que exercia o franco-falar, a *parresía*), ao passo que caracterizava seus acusadores e adversários como aqueles que nunca disseram senão coisas falsas, esse texto marca uma situação, para Sócrates,

⁶A alma (*psyché*) indica o eu como objeto do cuidado. No “Primeiro Alcibiades”, Platão toma distância da noção de alma como pertencente ao corpo, encontrada mais tarde no *Fédon* ou na *República*. Que o sujeito seja sua alma significa postulá-lo como sujeito de ação (FOUCAULT, 2010a).

na qual se fazia fundamental praticar a *parresía*, ao mesmo tempo em que era um momento muito perigoso para exercê-la, uma vez que a *parresía* filosófica se colocava em seu ponto de conflito mais agudo: conflito de vida ou morte, com a eloquência político-judiciária tradicional (FOUCAULT, 2010b).

Aqui, é importante abrir um parêntese para explicar brevemente o sentido e o significado do franco-falar, ou *parresía*, na Antiguidade – apresentado por Foucault desde as últimas aulas do curso precedente, *A hermenêutica do sujeito*. Falar com *parresía* nada mais seria do que falar sem nada ocultar, nem dissimular. Além disso, o termo podia ser empregado em dois sentidos: o pejorativo, no qual se dizia tudo, não importando o que, sem princípio de racionalidade ou de verdade, como na “má cidade democrática”; já o sentido positivo consistia em dizer a verdade sem reserva, nem retórica: dizer tudo, sim, desde que relacionado diretamente à verdade, sem mascará-la. Para caracterizar este sentido positivo, Foucault cita duas condições suplementares: o sujeito, ao dizer o que pensa, corre o risco de irritar o outro, arrisca-se à violência, fazendo com que a *parresía* demande certa forma de coragem, a coragem para se falar a verdade (FOUCAULT, 2010b).

Nesse sentido, uma aplicação da *parresía* é propor às funcionalidades políticas ações arriscadas e indeterminadas, uma vez que o dizer-verdadeiro, a pretensão de verdade enunciada em uma assembleia, pressupõe uma força, uma potência, uma ação sobre si que implica na coragem de dizer aquilo que lhe é verdadeiro, e uma ação sobre os outros para guiar e dirigir condutas. É nessa linha de pensamento que Foucault nos diz sobre a diferenciação ética de um processo de singularização desencadeado por meio da enunciação *parresiástica*: a *parresía* provoca que os sujeitos políticos se constituam a si mesmos enquanto sujeitos éticos, capazes de se arriscar, lançar um desafio, que sejam capazes de governar a si mesmo e aos outros (GOMES, 2013).

Para o Sócrates que Foucault nos descreve, o cuidado de si estaria vinculado a um estilo de vida alternativo em relação à atividade política institucional, assemelhando-se no texto da “Apologia”, ao cuidado da verdade – uma vez que Sócrates preferiu manter-se fiel àquilo que pensava ser verdade, desafiar seus adversários, e nem ao menos propôs alguma pena alternativa ao seu julgamento, mesmo lhe sendo facultada essa possibilidade. Destarte, o cuidado da verdade fez-se presente no critério da proposta socrática da inversão de valores na sociedade ateniense, ao mesmo tempo em que será marcada uma diferença entre o exercício, destinado a Sócrates pelos deuses, do cuidado dos atenienses, e o cuidado proporcionado pela política institucional (FOUCAULT, 2010b).

Frédéric Gros (2004) faz uma elaboração interessante dessa relação entre cuidado da verdade e cuidado da vida, bem como a crítica da política ateniense, que Foucault formula dentro do estudo da filosofia socrática. Para Gros, isso não deixa de ser a apresentação vertical do próprio modo como Foucault pensava a política institucional, pelo menos a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, ainda que o contexto e as formas de proble-

matização sejam bem diferentes. Comumente percebemos modos de governar contemporâneos que insistem na divulgação de discursos impositivos de verdades. Ou seja, discursos que convêm a tais modos de governar, que legitimem as próprias ações do governo. Assim, o grande desafio do cuidado de si inserido num contexto de exercício político, talvez seja sua relação com o cuidado da verdade, como o próprio Foucault (2006, p. 292) já anunciava em uma entrevista ao *Le Monde*, em julho de 1984:

[...] É claro que não se pode pedir a um governo para dizer a verdade, toda a verdade, nada a mais que a verdade. Em troca, é possível exigir dos governos uma certa verdade em relação aos projetos finais, às escolhas gerais de sua tática, a um certo número de pontos particulares de seu programa: é a *parrhesia* (a livre fala) do governado que pode, que deve interpelar o governo em nome do saber, da experiência que ele tem, a partir do fato de que ele é um cidadão, sobre o que o outro faz, sobre o sentido de sua ação, sobre as decisões que ele tomou.

Considerando que a maioria dos enunciados que tratam de gerir e cuidar das vidas, principalmente no decorrer do século XX, estão assentados em dispositivos de verdade de caráter político (por vezes, eleitoral), Foucault (2008, p. 13) já nos alertava que o problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou aquilo que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade:

Há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a se descobrir ou a fazer aceitar’, mas ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.

Por conseguinte, dispositivos de verdade de ações políticas atuais sustentam o discurso de governar em nome da vida, do seu cuidado e conservação, na busca de uma “qualidade de vida” e longevidade, refletindo o sentido de uma biopolítica (política em nome da vida / fazer viver). Todavia, tais dispositivos operam, ao mesmo tempo, a partir de uma crescente dependência da vida à administração e ao controle de um biopoder (vida submissa ao comando da política / política sobre a vida / deixar morrer).

Na contramão deste movimento, podemos encontrar no cuidado filosófico de dizer verdade um modo de enfrentamento em relação a tais ações políticas, haja vista que esse cuidado remete a uma dimensão ética, bem como à liberdade do sujeito. Quando Foucault (2006, p. 264-287) articula cuidado de si / ética / liberdade na entrevista intitulada *A Ética do Cuidado de Si como prática da liberdade*, pontua que não existe uma liberdade que seja algo “natural” do ser humano, ou que ser livre não se limita a agir sem impedimentos externos, sem a coerção do poder público ou de outra natureza. A liberdade é entendida como efeito de ações que podem tanto limitar o campo de possibilidade de outras ações, como também não se deixar determinar inteiramente por elas. Depre-

ende-se a afirmação foucaultiana de que não existe “a” liberdade, mas práticas de liberdade que podem criar e produzir modos de se governar, como também limitar e resistir ao governo dos outros (GOMES, 2013).

Considerações finais

As relações do sujeito para com os jogos de produção de verdade, seja por meio da análise dos discursos científicos ou práticas institucionalizadas e coercitivas, são pontos incisivos nos escritos de Michel Foucault, e ainda carregam problematizações bastante atuais. Nos estudos das civilizações grega e romana, toda elaboração do pensamento em torno das práticas e do cuidado de si, não veio a destoar do conjunto das relações de poder exercidas entre indivíduos.

Aquele que cuida de si, dos seus afazeres, das suas funções enquanto dono de casa, como esposo ou pai, saberá manter as relações adequadas e prudentes para com seus entes próximos. Numa mesma proporção, as relações nos jogos políticos para com os outros serão estabelecidas pela justa medida: aquele que se encarregar de cuidar dos outros saberá a dimensão exata do exercício do seu poder, sem abusos ou negligências, coerções ou desperceber as mazelas da população.

Nesse sentido, é a partir desse trato ético despertado pelo cuidado de si nas relações dos sujeitos, para consigo e para com os outros, que Foucault apresenta um sujeito ético-político de postura ativa, cujas práticas não passam de esquemas que este mesmo sujeito encontra em sua cultura, e que lhe são propostos, sugeridos por sua sociedade e seu grupo social. Assim, um cuidado ético e político para consigo e os demais pode, e deve, se fazer presente e em possibilidades de traçar caminhos juntos, em prol de uma coletividade. Entretanto, incumbe a todo e qualquer sujeito a busca de uma postura ativa, assumindo o risco ao exigir respaldos éticos, pedagógicos, bem como ontológicos nas relações políticas contemporâneas.

Referências

- FOUCAULT, M. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 5.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009a. v. 1.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2009b. v. 2.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2009c. v. 3.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- GOMES, M. M. O. *O cuidado de si na redução de danos: uma análise histórica, política e ética, a partir de Michel Foucault*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- GROS, F. *A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.

Recebido em: 15 de setembro de 2015

Aceito em: 18 de agosto de 2017

Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético político*

Maria Zelfa de Souza Feitosa,^{Orcid} Lígia Cristina Azevedo Sousa,^{Orcid} Antônio Fábio Coelho Paz,^{Orcid} Elcides Hellen Ferreira Landim Barreto,^{Orcid} Zulmira Áurea Cruz Bomfim^{Orcid},**

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

Este artigo objetiva dialogar os conceitos território e vulnerabilidade, a partir da categoria afetividade, fundamentados na Psicologia Ambiental e na psicologia social de base psicossocial e histórico-cultural, ao buscar uma compreensão dialética da inter-relação pessoa-ambiente. Como eixo de observação, investigação e análise, a afetividade subsidia uma perspectiva ética de transformação social, em territórios vulneráveis, como fio condutor de estratégias de enfrentamento e proposição de políticas de proteção a populações submetidas às desigualdades. Indicamos algumas intervenções oriundas de reflexões teórico-práticas que possibilitam compreender os afetos como potencializadores dos sujeitos, pela implicação destes com territórios e coletividades, rumo a processos emancipatórios humanos.

Palavras-chave: psicologia ambiental; território; vulnerabilidade; afetividade.

Affectiveness, territory and vulnerability in the person-environment interrelationship: a political ethical vision

Abstract

This article aims to discuss the concepts of territory and vulnerability, based on the affectivity category, based on Environmental Psychology and on social psychology with a psychosocial and historical-cultural basis, when It seeks a dialectical understanding of the person-environment interrelationship. As an axis of observation, investigation and analysis, affectivity subsidizes an ethical perspective of social transformation in vulnerable territories as the guiding thread of coping strategies and proposing policies to protect populations subjected to inequalities. We indicate some interventions derived from theoretical-practical reflections that make it possible to understand the affections as potentializers of the subjects, by the implication of these with territories and collectivities, towards human emancipation processes.

Keywords: environmental psychology; territory; vulnerability; affection.

Introdução

A Psicologia Ambiental, apesar de algumas controvérsias acerca de sua caracterização e de apresentar um conjunto de definições gerais com limites imprecisos, que têm por preocupação não comprometer essa disciplina (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 1998) com reducionismos arbitrários, pode ser compreendida, segundo Pinheiro, Günther e Guzzo (2014), como o estudo das inter-relações entre o ser humano e seu ambiente sócio-físico, considerando-se aí os aspectos individuais e coletivos que os perpassam. Concebe-se que, nessas inter-relações, ao transformar seu entorno, o ser humano é, também, transformado por ele (ITTELSON et al., 2005). Debruçando-se sobre essas questões, a Psicologia Ambiental sustenta-se numa perspectiva interdisciplinar, constituindo-se dos saberes provenientes de áreas como a Psicologia, a Arquitetura, o Urbanismo, a Geografia, as Ciências Ambientais, entre outros campos afins, uma vez que são múltiplos os olhares necessários para dar conta do entendimento dos aspectos físicos, sociais, culturais e simbólicos envolvidos nestas inter-relações.

Em pesquisas recentes (BOMFIM, 2010; BOMFIM et al., 2013; BOMFIM et al., 2014; FEITOSA, 2014; MARTINS, 2015), foram desenvolvidas articulações entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia Social de bases psicossocial e histórico-cultural, nas quais tem se estruturado contribuições importantes para pensarmos a inter-relação do sujeito com o ambiente a partir dos afetos. A Psicologia Social a qual nos referimos, conforme Lane (1984, p. 19), objetiva “[...] conhecer o Indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social [...]”. A concepção de afetividade é de contribuição da filosofia espinosana, na qual os afetos referem-se a como corpo e mente, sendo estes uma e a mesma coisa, afetam e são afetados por outros corpos, de maneira que sua potência de ação pode ser aumentada, o que viabiliza a ação livre no mundo, ou diminuída, o que conduz à passividade (SPINOZA, 2015).

Tendo como base essa perspectiva afetiva e social da relação pessoa-ambiente, este artigo objetiva rever os conceitos de território e vulnerabilidade, a partir de contribuições da afetividade espinosana.

É a partir deste olhar dialético que desdobramos os estudos sobre território, tendo em vista suas inter-relações com as questões referentes à vulnerabilidade, tomando-os não apenas na condição de conceitos, mas também como objetos de intervenção. Este propósito justifica-se por reconhecermos a importância da construção

*Agências de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

**Endereço para correspondência: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Avenida da Universidade 2762 – Benfica - Fortaleza, CE – Brasil. CEP: 60020-180. E-mail: maria.zelfa@hotmail.com, ligiacasousa@gmail.com, afabiocpaz@gmail.com, hellenbarreto@hotmail.com, zulaurea@gmail.com



de estratégias que fomentem os processos de transformação social (LANE, 1984), caracterizando uma Psicologia Ambiental que assume um compromisso ético-político em suas pesquisas e atuação profissional.

Essa Psicologia Ambiental, referenciada na Psicologia Social, traz a afetividade como uma categoria integradora, para orientar os estudos das inter-relações pessoa-ambiente, buscando superar tradicionais dicotomias entre razão e emoção, sujeito e objeto. Por afetividade entendemos a implicação do sujeito com o outro e com o mundo (HELLER, 1993). Sendo ela uma dimensão inalienável do ser humano, Sawaia (2011) a define como uma categoria analítica que resguarda a capacidade de desestabilizar o que está hegemonicamente posto, proporcionando, assim, a transformação social e a possibilidade de falar do humano em sua inteireza, já que para Spinoza (2015), não existe separação entre afeto e razão.

Apoiados nisso, consideramos que olhar território e vulnerabilidade, a partir da afetividade, pode contribuir para a melhor compreensão dos modos pelos quais o sujeito se relaciona com os ambientes, construídos ou não, seu modo de implicar-se com a realidade e como isso afeta a Estima de Lugar (BOMFIM, 2010), entendida como a avaliação afetiva do ambiente, voltada para sentimentos e emoções ligadas a este.

Respalando-se em uma concepção dialética da relação entre a pessoa e o ambiente, a Estima de Lugar é definida por Bomfim (2010, p. 218) como

[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar.

Desta maneira, expressa as dimensões afetivas e indica os mecanismos de potencialização ou de despotencialização da ação do sujeito. Estes processos remetem a indicadores afetivos que envolvem desde características individuais como a autoestima, a autoeficácia e a perspectiva de futuro até a construção de uma rede de apoio social com base em relações comunitárias, promovendo as condições necessárias para a diminuição de vulnerabilidades e expandindo a potência de ação (BOMFIM, 2010).

Psicologia ambiental e afetividade

A relação do ser humano com o ambiente é de ordem física e simbólica, os espaços são multidimensionais e compartilham da mesma materialidade e subjetividade que os seres humanos (SAWAIA, 1995). Na identificação com os espaços o sujeito pode construir sua subjetividade, significando a si próprio e à sua vida (MOSER, 1998). Tuan (1983) diferencia os espaços dos lugares, de maneira que o espaço relaciona-se ao movimento e à liberdade de transitar no ainda não familiar, à amplitude, às grandes dimensões, o que pode, inclusive, gerar certo sentimento de insegurança frente ao desconhecido. Os lugares, por outro lado, são concebidos como espaços dotados de valor, tornam-se significativos (CORRALIZA,

1998), remetem à segurança do que é conhecido, familiar, nele o sujeito pode satisfazer suas necessidades biológicas e afetivas, conhece-o com todos os seus sentidos e com a mente ativa e reflexiva, dentro de um processo cognitivo e afetivo (TUAN, 1983).

Em alguns casos, tanto nos espaços como nos lugares, os sujeitos podem ser afetados por algum tipo de vulnerabilidade, a qual se apresenta como um conceito multidimensional, definido comumente a partir dos riscos e perigos a que o sujeito ou grupo está exposto em um contexto geográfico e social específico (MARADOLA JR.; HOGAN, 2006), sua incapacidade de reagir frente a essas adversidades e a dificuldade em adaptar-se frente à materialidade da situação de risco (VÉRAS, 2010). Para Abramovay et al. (2002, p. 13), ela é o

[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Partindo da Psicologia Ambiental, debruçamo-nos sobre a discussão acerca da dimensão espacial da vulnerabilidade, ou seja, dos territórios em que a vulnerabilidade se concretiza. A escolha por essa disciplina como embasamento teórico deste artigo inclui suas contribuições tanto acerca do território, quanto da vulnerabilidade, partindo do interesse em investigar os fenômenos que surgem a partir das inter-relações entre os sujeitos e os ambientes. A demanda por estudar tais conexões tornou-se indispensável diante do cenário de crise ambiental agravada pela valorização de uma cultura de consumo como condição para o alcance do desenvolvimento nos moldes capitalistas. A prosperidade econômica é priorizada em detrimento do bem-estar social e, ainda, do cuidado com a natureza.

Aqui, vemos que a lógica do consumo pressupõe que o ambiente seja encarado de forma utilitária, considerado como mais um recurso, tal como os financeiros e humanos. São desconsideradas, portanto, as propriedades ambientais do ser humano e da vida em sociedade, organizadas a partir das interações pessoa-ambiente, que tanto envolvem relações de poder, quanto ligações afetivas e simbólicas. Concordamos com Corraliza (1998) quando afirma que o ambiente é um território emocional, ele viabiliza informações que definem a interação do sujeito com o lugar, nele os sujeitos podem satisfazer suas necessidades biológicas, simbólicas e emocionais, acessando-o cognitivamente e afetivamente.

Como resposta às preocupações com a possibilidade do esgotamento da vida no planeta, devido à extração desenfreada de recursos naturais e aos consequentes impactos ambientais daí decorrentes, são reunidas as colaborações de diversas áreas do conhecimento, tais como Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciências Ambientais, entre outras, no sentido de apontar alternativas frente aos desafios de promover um desenvolvimento sustentável.

Na Psicologia o interesse pelo ambiente era algo visualizado, principalmente, na Psicologia do Desenvolvimento e na Psicologia Social, mas de modo secundário. Com o advento destas preocupações e o envolvimento das áreas acima, a temática ganhou destaque, contribuindo com o desenvolvimento da Psicologia Ambiental. Diferentemente de outras áreas, este campo se volta ao estudo das relações recíprocas entre a pessoa e o ambiente, sendo desenvolvido em diálogo com as outras ciências mencionadas, admitindo o ambiente como espaço sócio-físico. Tem interesse de investigar estes fenômenos numa perspectiva interdisciplinar, considerando que os diversos olhares sobre o ambiente, como construção social e simbólica, abrem possibilidades de interlocuções em busca de um compromisso ético de reflexão e transformação das problemáticas socioambientais. Assim, a Psicologia Ambiental propõe o diálogo com o saber proveniente de uma nova racionalidade ambiental, que não separe razão de emoção e, portanto, sujeito de objeto (ALENCAR; BOMFIM; BARROCAS, 2010).

É do encontro entre a Psicologia Ambiental e a Psicologia Social laneana, a qual se assenta em uma postura materialista-histórica-dialética (SAWAIA, 2002), que se constrói uma Psicologia Ambiental de base psicossocial e histórico-cultural, que também se debruça sobre as questões ambientais, porém a partir de uma perspectiva do ser humano como produto histórico-social, aquele que constrói e transforma a sociedade por ele construída, conforme defende Lane (1984). Essa visão histórica do homem também é aplicada aos ambientes, que são considerados construções sociais, produtos da intervenção humana e produtores dela.

Assim, a ideia de que o homem age sobre os ambientes implica, conseqüentemente, uma contínua transformação de ambos. Neste sentido, esta área de conhecimento considera que o ambiente também constitui nossa identidade, conforme desenvolve Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) com o conceito de identidade de lugar, na medida em que a identidade relaciona-se não apenas à identificação com os lugares, mas também à vinculação afetiva e transformadora na relação com o ambiente.

Um dos processos mais importantes da interação indivíduo-ambiente está relacionado à conversão do espaço físico em espaço significativo para o indivíduo, considerando-se que o ambiente tem a característica de ser um território emocional (CORRALIZA, 1998). Nesse sentido, Bomfim (2003) acrescenta que, embora associados a conteúdos intelectuais, valores e representações, os sentimentos são configurações afetivas mais estáveis, sendo menos reativos a estímulos passageiros. Assim, a afetividade revela como os indivíduos agem e se posicionam no espaço, além de obter conhecimento sobre o ambiente. Ela é também a via pela qual o sujeito identifica-se com o ambiente, de onde derivam os laços afetivos que as pessoas criam com os lugares, necessitando estarem próximas a ele, à medida que estes lugares apresentam recursos físicos, biológicos, emocionais, etc., que suprem suas necessidades (GIULIANI, 2004).

Apesar desta importância de se considerar as dimensões afetiva e cognitiva como indissociáveis, tradicionalmente, os estudos em Psicologia partem do pressuposto da dicotomia racionalidade *versus* afetividade, de modo que os afetos estariam mais próximos do caráter irracional da condição humana. Segundo Ponte (2010), caberia à racionalidade regulamentar o uso da afetividade e promover a domesticação dos afetos para atender à lógica de organização da sociedade ocidental contemporânea.

Em contraponto a uma visão dualizante da subjetividade, Spinoza (2015) defende que a razão e o afeto imbricam-se mutuamente na ação humana. Para este autor, a pessoa é uma unidade integral. Mente e corpo são modos diferentes de uma única e infinita substância, impossibilitando a supremacia de um sobre o outro. Cabe ressaltar, também, a posição de Vigotski (1998), que, pela mesma concepção, era contra o estudo dos fenômenos psicológicos embasados na segregação entre comportamento e psique. Para ele, ação e comportamento proviam de uma base afetivo-volitiva, dado que:

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. [...] Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva. (VIGOTSKI, 1998, p. 187).

Embasada por esses autores, Sawaia (2011) elege a afetividade como categoria ética e política fundamental na constituição da identidade, busca da felicidade e apropriação dos territórios. Para a autora, a potencialização dos sujeitos, ou seja, o aumento de sua potência de ação, está relacionada ao desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades, pois a ética é compreendida como “[...] a capacidade do corpo e do pensamento em selecionar, nos encontros, o que permite ultrapassar as condições de existência na direção da felicidade, como um aprendizado contínuo” (SAWAIA, 2003, p. 59). Assim sendo, o aumento ou diminuição dessa capacidade se dá pela via dos afetos. Parte-se, portanto, da consideração de que a afetividade não deve ser estudada de forma apartada da ética ou da razão, mas como dimensão fundamental na construção da ação e da subjetividade humana (PONTE, 2010).

Assim, o tratamento do ambiente não deve estar desvinculado do investimento afetivo e das relações subjetivas que são compartilhadas neste. Dessa forma, a afetividade aparece como categoria fundamental para se compreender as inter-relações pessoa-ambiente. Por isso, também importante para entender o território e as condições de vulnerabilidade.

O lugar da afetividade na discussão do território e da vulnerabilidade

A primeira área a se interessar em conceituar o território foi a Biologia. Valdivieso (2006, p. 15) apresenta uma definição de território a partir de alguns autores dessa área: “Um território é um espaço delimitado, controlado e defendido, com algum dispêndio de energia, de forma a assegurar as possibilidades de exploração exclusivas”.

O autor mostra como a maior capacidade de agregação traz a uma espécie vantagens para obtenção de alimentos e menor vulnerabilidade a predadores.

Hall (1966) desenvolveu estudos com grupos de ratos no meio urbano e no seu habitat natural, verificando que a maior organização territorial beneficia a sobrevivência e a perpetuação dos indivíduos. Ele verificou que quando os grupos apresentaram menos disputas pela liderança do bando, o que se conseguiu através de uma ocupação mais organizada em defesa do território, as fêmeas passaram por gestações mais saudáveis e cuidaram melhor dos filhotes.

De acordo com Valdivieso (2006) e Hall (1966), encontramos mesmo na Biologia alguma forma de aproximação entre vulnerabilidade e território, no sentido de ambos relacionarem as características ambientais do espaço à organização coletiva dos indivíduos.

Essa concepção naturalista da Biologia foi tomada como orientadora dos primeiros estudos da Geografia acerca do tema, porém foi acrescida uma visão mais materialista do território, que privilegiava quase exclusivamente aspectos físicos. Esses trabalhos foram duramente criticados, ou por fazerem uma associação demasiado estreita entre a territorialidade humana e a territorialidade animal, ou por desconsiderarem a cultura e os fatores sociais, sendo em extremo restrita ao espaço físico (HAESBAERT, 2004).

Um breve estudo etimológico do termo território, realizado por Haesbaert (2004), mostra que, apesar de encontrar algumas divergências entre as origens da palavra, seu campo semântico é relativo a dois sentidos: terra e aterrorizar. Terra referindo-se à delimitação de parte do espaço geográfico, à materialidade do território, que fala de apropriação simbólica ou material de uma porção de terra. Aterrorizar diz respeito aos sentimentos que o território inspira, como de proteção e o pavor de ser excluído, devendo ser aterrorizados os que desejam invadi-lo. O autor constata que os dois sentidos em alguma medida estão presentes nas muitas definições e nos debates sobre território.

Entretanto, percebemos que a dimensão afetiva da conceitualização de território quando não é negligenciada, geralmente desconsidera o potencial transformador da relação afetiva com os lugares. Haesbaert (2004, p. 71) analisa as várias influências históricas e filosóficas em torno do estudo do território, concluindo que entre as diferentes visões acerca das dimensões cultural e social do espaço: “A abordagem utilitarista do território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo”. Dito de outro modo, enfocar o território somente pela via de seus recursos relacionados a necessidades biológicas e mercadológicas, a um uso meramente racional de seus espaços, não compreende toda a complexidade territorial em sua multidimensionalidade micro e macrossocial.

Por isso o território deve ser concebido a partir da integração de suas múltiplas dimensões: natural, econômica, política e cultural, na medida em que este abrange toda a história humana, como um dos componentes ontológicos de sua formação.

Nesse sentido, acreditamos que a afetividade é a via integradora para a compreensão do território e de suas vulnerabilidades, pois ela é referência para não dicotomizar o olhar lançado sobre as relações entre o homem e os ambientes, mas percebê-las potencializadoras da ação ou produtoras de desigualdades sociais.

Nossa proposta concorda com Haesbaert (2004), o qual sugere que o território seja visto a partir da concepção do espaço como um híbrido entre sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, onde as relações formadas em meio a estes fatores são, muitas vezes, produtoras de desigualdades sociais que resultam em situações de vulnerabilidade.

Assim se configuram as vulnerabilidades nos territórios, a partir do jogo de interesses, o que foi denunciado pelo geógrafo Milton Santos (1926-2001), teórico e militante contrário à exclusão socioespacial decorrente da ocupação desigual do solo. O autor percebe que os mais poderosos delimitam a posse e o uso dos espaços, produzindo desigualdades sociais (SANTOS 2005).

Santos (1999) faz uma distinção entre o que significa território para os atores hegemônicos e para os homogeneizados. O primeiro grupo é representado pelos que detêm o poder sobre os recursos, para eles o território usado é visto como o que pode responder aos seus interesses particulares. Para os homogeneizados, o território usado é abrigo, onde eles recriam estratégias para a garantia da sobrevivência.

Para o autor, é o uso, e não o território em si que faz deste um objeto de análise social, a partir disso se denuncia como os processos econômicos capitalistas, pelas transformações da chamada globalização, distorcem a organização e reorganização dos territórios e a vida das populações. O território é então uma produção socioespacial (SANTOS, 2005).

As concepções de Milton Santos sobre território tornaram-se grande referência no campo das políticas públicas de saúde para discutir possibilidades de atuação sobre contextos de vulnerabilidade, principalmente por denunciar as desigualdades presentes no território, destacando como os diversos atores sociais se apropriam dele (SANTOS, 2005).

Quando compreendemos melhor essa complexa categoria que é o território, temos condições de ver a vulnerabilidade de maneira plural, observando que as relações produtoras das vulnerabilidades não estão apenas nos sujeitos ou nos espaços. Entre o ambiente físico e o homem existe uma cultura, uma ideia, concepções de caráter subjetivo que influenciam as maneiras como concebemos o território, vivemos nele e se produzem as vulnerabilidades.

O conceito de vulnerabilidade abrange uma série de qualificações, cujas definições apresentam especificidades. Entretanto, estas concepções, fomentadas em diversas áreas do conhecimento, trazem em comum o fato de que a vulnerabilidade está sempre ocorrendo no território onde as pessoas vivem. Neste sentido, Zanella, Dantas e Olímpio (2011, p. 15) afirmam que:

[...] o estudo da vulnerabilidade, e sua espacialização em determinado território, possibilita a identificação das áreas a apresentar possíveis impactos ambientais, constituindo-se em ferramenta importante ao planejamento ambiental e ordenamento territorial.

No presente artigo, compreendemos que esta definição é ainda mais complexa, uma vez que a vulnerabilidade atravessa, inclusive, a inter-relação pessoa-ambiente, a qual se constitui como um grande ponto de interesse da Psicologia Ambiental (PINHEIRO; GÜNTHER; GUZZO, 2014).

A relação socioespacial que ocorre muitas vezes sem verbalizações e nem sempre é percebida pelos indivíduos, é marcada pelas concepções e contradições do mundo capitalista, globalizado, que produz relações injustas e desiguais, orientadas a hegemonizar uma cultura em detrimento de outras consideradas subalternas (SANTOS, 1999).

Estes fenômenos estão atrelados à segregação e ao cerceamento da cidadania, que geram o que Sawaia (2011) nomeia de sofrimento ético-político, ou seja, o sofrimento originado a partir das relações de submissão, de desigualdade e da dialética inclusão-exclusão muitas vezes veladas pela aparente integração social.

Sawaia (2003) aponta, ainda, que a tentativa de manter a ordem dos espaços, especialmente os urbanos, está submetida à ideologia político-econômica de dominação, que visa a administrar a desigualdade social. Reportando-se a esta desigualdade, a autora afirma que o território é um lugar de contrastes, ao mesmo tempo em que pode propiciar a identificação entre os pares, gestando formas novas de sociabilidade, mais afetivas e libertárias, pode ser também excludente e gerador de sofrimento (SAWAIA, 1995).

Tal quadro se constitui no que Wisner (1998) entende por vulnerabilidade, em que, diante de eventos extremos que causam intenso sofrimento, a capacidade dos sujeitos para lidarem com as situações estressantes pode ser diminuída pela falta de acesso a informações, bens e serviços, crédito financeiro, suporte social, entre outros, deixando estas pessoas mais propensas à situação de risco, mortalidade e de intensificação desta falta de acesso. Conforme o autor supracitado, todos esses fatores, sejam físicos, subjetivos ou sociais ocorrem em um território determinado, fruto de um dado processo histórico e cultural, que não se limita aos espaços institucionalmente delimitados, mas são desenhados a partir dos processos de apropriação do espaço.

Pol (1996, p. 45) defende que a apropriação do espaço “[...] con toda su complejidad – aparece como uno de los núcleos centrales en la interacción entre el ser humano (H) y su entorno físico (E)”. Esse processo relaciona-se à necessidade humana de deixar marcas no território, seja de maneira mais rudimentar ou sofisticada, criando assim referências capazes de proporcionar orientação, preservação da identidade frente a si e aos demais, bem como permitindo ao sujeito dotar de sentido o espaço. Deste modo,

Identidad y pertinencia, privacidad e intimidad, ser causa y a su vez dejarse llevar por sus referentes..., constituyen la clave de la creación y la asunción de un universo de significados que constituyen la cultura y el entorno del sujeto, fisicalizado a través del tiempo en un espacio ‘vacío’ que

deviene un ‘lugar’ con sentido. Es lo que llamamos apropiación (POL, 1996, p. 45).

Aqui, compreendemos que as dinâmicas afetivas devem perpassar o entendimento do uso e da ocupação do território, uma vez que os afetos são, muitas vezes, negligenciados na dinâmica de acumulação capitalista ou gerenciados a favor do sistema econômico vigente (HELLER, 1993), de maneira que sejam manipuladas e expostas apenas as emoções e os sentimentos capazes de gerar lucro e o distanciamento necessário ao consumo. Este jogo político e econômico justifica a sobreposição do território no seu sentido de posse utilitarista e funcional, em detrimento dos aspectos subjetivos da apropriação do lugar, tal como fora descrito por Pol (1996), que apresenta os aspectos simbólicos e comportamentais da identificação com os lugares.

Como um modo de resistência a essa visão fragmentada do território, é preciso chamar atenção para o uso que os sujeitos fazem dele, para a espacialidade da vulnerabilidade, que se expressa, inclusive, no modo de organização dos espaços, estando diretamente relacionada às questões econômicas, políticas, sociais e ideológicas que compõem os territórios (SANTOS, 1999). Um exemplo desta constatação é apresentado por Vêras (2010), que chama atenção para a formação das cidades capitalistas, as quais estão sendo construídas de acordo com os interesses de acumulação do capital, gerando uma apropriação privada daquilo que é produzido coletivamente e viabilizando uma organização urbana pautada na segregação socioespacial, que separa zonas destinadas aos que têm uma alta renda e espaços de moradias degradados aos pobres e miseráveis.

Nos estudos sobre pobreza, a vulnerabilidade aparece como um conceito que nos remete à exposição ao risco e ao perigo, exclusão/inclusão, *apartheid*, periferização, segregação, entre outros (MARADOLA JR.; HOGAN, 2006), envolvendo a dificuldade de acesso a direitos básicos, tais como educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, o que é comum na condição de pobreza e contribui para a manutenção da situação de vulnerabilidade à qual o pobre está submetido (ABRAMOVAY et al., 2002).

Por outro lado, divergindo dos conceitos acima apresentados, Castro e Abramovay (2005) nos estudos sobre o conceito de vulnerabilidade apontaram para uma concepção dialética, onde se busca focar as potencialidades dos sujeitos, no que tange ao enfrentamento das situações adversas. É neste sentido que se formula o conceito de vulnerabilidade positiva, que emerge quando os sujeitos aprendem, pelo vivido, a construir formas de resistência e enfrentamento das condições de risco, expressando o poder simbólico dos sujeitos de subverter as condições adversas. Sendo assim, para os autores, podemos falar de uma vulnerabilidade negativa – concepção tradicional –, representada pelos riscos e obstáculos ao desenvolvimento dos sujeitos, famílias e comunidades, e uma vulnerabilidade positiva, em que, consciente dos riscos, os sujeitos buscam uma ética de vida pautada na crítica

social, que reafirma as possibilidades e recursos desenvolvidos e utilizados por estes sujeitos para enfrentar as situações de risco presentes no território.

Destarte, os territórios definem-se alicerçados nas identificações, nos vínculos afetivos, na participação do sujeito para a construção dos lugares, na história patrimonial, na história de vida das comunidades, nas relações de vizinhança (GÓIS, 2008), além de outros aspectos que estão na interface entre o micro e o macrosocial. Esta constatação auxilia-nos a compreender, por exemplo, o comportamento de sujeitos que mesmo residindo em áreas consideradas vulneráveis, recusam-se a sair de suas casas em nome da segurança de outra residência, uma vez que a segurança psicológica possibilitada pelo território conhecido e apropriado (BOMFIM, 2003), sobrepõe-se à segurança física prometida pela mudança para o espaço desconhecido.

Desta maneira, no território encontram-se os fatores que geram risco e perigo para os sujeitos, o que nos permite afirmar a espacialização da vulnerabilidade, e ao mesmo tempo os elementos necessários para que estas situações adversas sejam enfrentadas e, se não superadas completamente, ao menos minimizadas. No horizonte destas potencialidades, a afetividade aparece como categoria que vai na contramão da lógica vigente, apresentando-se como caminho para o enfrentamento das iniquidades e promoção de um compromisso ético-político, capaz de vincular o sujeito aos seus ambientes e à coletividade.

Referenciar a vulnerabilidade territorializada, dentro de uma proposta pautada na afetividade, implica trazer ao palco da discussão crítico-reflexiva, a investigação do quê, no território, promove alegria aos sujeitos e, por conseguinte, aumenta sua potência de agir, garantindo maior capacidade de enfrentamento diante das situações adversas, ou, por outro lado, daquilo que entristece as pessoas, despotencializando-as para o enfrentamento das dificuldades cotidianas. Desta maneira, o afeto aparece como fator orientador de teorias e práticas direcionadas aos territórios onde a vulnerabilidade se expressa, podendo ser apontado, inclusive na estima de lugar, como indicador da capacidade de enfrentamento das situações adversas.

Os lugares nos afetam potencializando-nos ou despotencializando-nos e neste sentido, como afirmam Bomfim et al. (2013, p. 337), os lugares

[...] podem ser um importante caminho para potencializar indicadores subjetivos de proteção ao jovem, como autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro, e consequentemente promover a diminuição de riscos e de vulnerabilidades socioambientais [...].

Concordando com os autores supracitados, entendemos por autoestima a avaliação que o sujeito faz de si mesmo, que deriva de sua relação com o meio, configurando um juízo de valor atribuído a si, pautado nos valores pessoais, e está atravessado pelas condições socioeconômicas e da rede de apoio social e afetiva a que o sujeito tem acesso (ANTONI; BARONE; KOLLER, 2007). A autoeficácia diz do quanto o sujeito se avalia capaz de enfrentar e superar a situação adversa, a partir da confiança em suas próprias capacidades, ela representa, de acordo

com Bomfim et al. (2013), a confiança que o sujeito tem em si mesmo para enfrentar os desafios com que se depara. Relacionada a estes dois conceitos, a perspectiva de futuro garante a construção dos projetos de vida dos sujeitos, dando o senso de continuidade no tempo.

Como anteriormente citado, um dos resultados que nos interessa aqui destacar, da pesquisa destes autores, é a influência que os afetos relacionados aos lugares podem ter nos fatores de proteção descritos acima. Fica explícito, portanto, que a afetividade que emerge em territórios vulneráveis pode ser o fio condutor de estratégias de enfrentamento e proposição de políticas e ações de proteção, uma vez que, dentro da concepção dialética e integral do ser humano, intervir nos espaços é também reconfigurar o campo, gerando novos afetos que potencializem os sujeitos e aumentem a autoestima, a autoeficácia e garantam a perspectiva de futuro, de modo que os sujeitos possam se implicar positivamente com os lugares e com a coletividade.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado, fica patente a importância do território na constituição da identidade dos sujeitos. Nesta dimensão, há de se considerar que o território é o lugar de vida, dos afetos, onde os sujeitos podem ser potencializados ou despotencializados, exercer poder, fazer trocas, sofrer e enfrentar as injustiças, construir suas histórias e a de sua sociedade (SANTOS, 1999). Assim sendo, a Psicologia Ambiental, disciplina que tomamos como fundamentação teórica deste artigo, debruçando-se sobre a complexidade deste tema, volta seu olhar também para as diversas formas de vulnerabilidade que podem estar presente nos territórios, entendendo que elas são espacializadas, que ocorrem no cotidiano concreto dos sujeitos.

Pensar o território e as vulnerabilidades nele presentes implica atentar às diversas dimensões que fragilizam os sujeitos, que os despotencializam, entristecendo-os e gerando diferentes formas de servidão, tanto nas relações micro como macrosociais. Além disso, denunciaremos as desigualdades e iniquidades promotoras de vulnerabilidades, direcionando nossa atenção para os modos de enfrentamento engendrados pelos sujeitos e para as potencialidades do território, a fim de fomentarmos uma práxis pautada na vida e na libertação dos sujeitos (GÓIS, 2008).

Podemos afirmar que mesmo nos territórios mais vulneráveis, os sujeitos encontram meios de adaptação e enfrentamento cotidiano às situações de perigo real e risco eminente. Neste sentido, admitindo que as desigualdades somente podem ser observadas quando se desloca a análise do mundo abstrato e universal para o mundo particular dos indivíduos (GÜNTHER, A.; GÜNTHER, H., 1998), na análise das vulnerabilidades do território, há de se considerar os aspectos coletivos, econômicos, espaciais e afetivos. Temos, portanto, que o bem-estar social também se relaciona diretamente com o espaço do qual o sujeito faz uso (BERNAL; BONFIM; MUDO, 2009), com o intuito de compreender a maneira como os sujeitos se relacionam com o lugar e entre si, bem como as possibilidades de enfrentamento que os territórios proporcionam.

Nossa proposição da afetividade como categoria de resistência à negação da vida e como caminho capaz de gerar modos de enfrentamento da situação adversa, pauta-se na concepção de que podemos, dentro de uma visão dialética, investigar e denunciar as relações e as práticas despotencializadoras, próprias da ideologia dominante, que geram servidão e tristeza. Do mesmo modo, na realidade multidimensional dos territórios, podemos identificar e fortalecer as relações e redes potencializadoras, promotoras da alegria e dos bons encontros. Dentro do conceito de vulnerabilidade, como foi exposto, coexistem o risco, o perigo e a capacidade de resposta dos sujeitos, e esta resposta é dada na vivência do território, quando os sujeitos se unem para enfrentar os problemas, quando estão potencializados o suficiente para abrirem-se ao encontro com o outro, estabelecendo relações solidárias. Como afirma Sawaia (2009, p. 370), “[...] são os afetos os responsáveis pela união dos esforços (conatus), em nos fazermos um, como se fôssemos uma única mente e um único corpo”, e esta é a via pela qual os sujeitos que vivem em territórios vulneráveis buscam manter sua existência, seus sonhos e a felicidade. Isto não nos parece distante quando pensamos nas relações de vizinhança, nas redes de apoio social, no uso do espaço público das comunidades, no sentar-se nas calçadas ao fim da tarde, nas estratégias que os próprios sujeitos elaboram cotidianamente para resolver os problemas.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- ALENCAR, H. F.; BOMFIM, Z. A. C.; BARROCAS, R. L. L. Epistemologia ambiental na psicologia: pela emergência de um saber complexo. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS SETE SABERES, 2010, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UECE, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/1111-07082010-172645.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.
- ANTONI, C.; BARONE, L. R.; KOLLER, S. H. Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 2, p. 125-132, abr./jun. 2007. [CrossRef](#).
- ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (Ed.). *Psicología ambiental. Aspectos conceptuales y metodológicos*. In: *Psicología Ambiental*. Madrid: Pirâmide, 1998. p. 23-42.
- BERNAL, C.; BOMFIM, Z.; MUDO, E. Vulnerabilidade, violência e pobreza na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.). *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 2009. p. 245-271.
- BOMFIM, Z. A. C. Protagonismo social da psicologia no campo da circulação humana. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: POLÍTICAS PÚBLICAS, PSICOLOGIA E PROTAGONISMO SOCIAL, 2., 2003, João Pessoa. *Relatório...* João Pessoa: CFP, 2003. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/ii-seminario-nacional-de-psicologia-e-politicas-pblicas>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- BOMFIM, Z. A. C. *Cidade e afetividade*: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC, 2010.
- BOMFIM, Z. A. C. et al. Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. (Org.). *Adolescência e juventude*: conhecer para proteger. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 317-341.
- BOMFIM, Z. A. C. et al. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Ed.). *Urban Sustainability: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. Coruña: Institute of Psychosocial Studies and Research “Xoan Vicente Viqueira”, 2014. p. 131-148.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). *Familia, sociedade e subjetividade*: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 54-83.
- CORRALIZA, J. A. Emoción y ambiente. In: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (Coord.). *Psicología ambiental*. Madrid: Pirâmide, 1998. p. 281-302.
- FEITOSA, M. Z. S. Afetividade na residência integrada em saúde: o psicólogo no território de form“ação”. 2014. 206f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- GÓIS, C. W. L. *Saúde comunitária*: pensar e fazer. São Paulo: Hucitec, 2008.
- GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E. T.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (Ed.). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.
- GÜNTHER, I. A.; GÜNTHER, H. Brasília pobres, Brasília ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes. *Psicologia: Reflexão Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 191-207, 1998. [CrossRef](#)
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, E. T. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1966.
- HELLER, A. *Teoría de los sentimientos*. Tradução de Francisco Cuso. 3. ed. México: Distribuciones Fontamara. 1993.
- ITTELSON, W. H. et al. Homem Ambiental. *Série Textos de Psicologia Ambiental*, n. 14. Tradução de J. Q. Pinheiro. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2005. p. 1-9.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social*: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 10-19.
- MARADOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf. Acesso em: 23 set. 2015.

- MARTINS, A. K. S. Mapas afetivos táteis: vivências urbanas não visuais na cidade de Fortaleza. 2015. 161f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- MOSER, G. Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998. [CrossRef](#)
- PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H.; GUZZO, R. S. L. Psicologia Ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? In: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. (Org.). *Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 5-13.
- POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (Org.). *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 45-21.
- PONTE, A. Q. *Afetividade de idosos de vida religiosa consagrada e a moradia na casa de saúde: projetos de vida e processo de estabilização residencial*. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, v. 3, p. 57-83, 1983. [CrossRef](#)
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, ano 1, nº 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/2/2>. Acesso em: 23 set. 2015.
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SAWAIA, B. B. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_04.pdf. Acesso em: 18 set. 2015.
- SAWAIA, B. B. *Silvia Lane*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Ed.). *Muitos lugares para aprender*. São Paulo, SP: CENPEC/Fundação Itaú Social/ Unicef, 2003. p. 53-63.
- SAWAIA, B. B. (Org.). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99-119.
- SPINOZA, B. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VALDIVIESSO, R. *Contribuição para o conhecimento da territorialidade humana: o graffiti e o espaço territorial urbano*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Porto, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/64108>. Acesso em: 25 out. 2015.
- VÉRAS, M. P. B. Cidade, vulnerabilidade e território. *Ponto e vírgula*, n. 7, p. 32-48, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13959/10282>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WISNER, B. Marginality and vulnerability: why the homeless of Tokyo don't 'count' in disaster preparations. *Applied Geography*, v. 18, n. 1, p. 25-33, 1998. [CrossRef](#)
- ZANELLA, M. E.; DANTAS, E. W. C.; OLÍMPIO, J. L. S. A vulnerabilidade natural e ambiental do município de Fortaleza/CE. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 13-27, jul./dez. 2011. [CrossRef](#)

Recebido em: 25 de outubro de 2015

Aceito em: 24 de agosto de 2017

A devolutiva como exercício ético-político do pesquisador

Ueberson Ribeiro Almeida,^{Orcid} ★ Janaina Mariano César,^{Orcid}
Luzimar dos Santos Luciano,^{Orcid} Pedro Henrique Carvalho^{Orcid}

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Resumo

Apresenta a problemática da devolutiva em uma pesquisa realizada com professores(as) de uma escola da Rede Pública. Experimenta a devolutiva como exercício que inclui a todos no processo de produção do conhecimento sobre o trabalho escolar e não apenas como mera devolução de dados ao final da investigação. Trabalha metodologicamente com a produção de um quadro-dispositivo construído na escola. Problematisa a devolutiva como questão ética e modo de se relacionar com a produção do conhecimento em pesquisa-intervenção. Produz deslocamentos dos “lugares” tradicionalmente ocupados na relação “pesquisador-pesquisado”, forjando inflexões no modelo dualista de fazer pesquisa e de “devolver dados” ao campo.

Palavras-chave: devolutiva; pesquisa-intervenção; escola.

The feedback as an ethical-political practice of the researcher

Abstract

This work presents the issue of feedback in a research carried out with teachers of a Public School. It experiences feedback as an exercise that includes everyone in the process of producing knowledge about the school work and not just as mere data feedback at the end of the investigation. It works methodologically with the production of a device-board built in the school. It problematizes the feedback as an ethical question and a way of relating to the production of knowledge in intervention research. It produces shifts from traditionally occupied “places” in the “researcher-researched” relationship, forging inflections in the dualistic model of making research and “returning data” to the field.

Keywords: feedback; intervention research; school.

Introdução

O presente texto apresenta como problemática central a experiência da devolutiva em uma pesquisa¹ realizada com professores(as) de uma escola pública municipal de Serra/ES. Nesta, o exercício da devolutiva é de sua experimentação como processo, como um plano de produção de análises com todos os sujeitos participantes em um movimento de “mão dupla”, o que gerou reposicionamentos relativos tanto à pesquisa quanto à atividade de trabalho investigada. A questão da devolutiva foi trabalhada na direção de que os sujeitos da escola e os(as) pesquisadores(as) se colocassem em exercício de deslocamento dos “lugares” tradicionalmente ocupados na relação “pesquisador-pesquisado”, forjando assim, uma inflexão no modelo hegemônico e dualista de fazer pesquisa. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é o de apresentar os dilemas e impasses éticos do processo de devolutiva, traçando possibilidades para a produção do conhecimento na pesquisa-intervenção.

Tradicionalmente, a devolutiva constitui-se na pesquisa como um momento estanque e pontual no qual, ao final do estudo, os pesquisadores “devolvem” ou creem “retornar” ao campo investigado um conjunto de resultados obtidos. Nessa perspectiva, sujeitos e objetos (problemas)

*Endereço para correspondência: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos. Av. Fernando Ferrari – LESEF – Goiabeiras – Vitória, ES – Brasil. CEP: 29075-810 – Email: uebersonribeiro@hotmail.com, jhanainacesar@gmail.com, luzimarluciano@gmail.com, pedrohenriquecarvalho88@gmail.com

¹Faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Processos de trabalho nas escolas da Serra: análise dos modos de fazer e de viver”, realizada pelo Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST), vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas (Nepesp) da Universidade Federal do Espírito Santo. Esse programa de pesquisa e formação é composto por professores universitários, graduandos, pós-graduandos, técnicos e profissionais voluntários, advindos de diferentes áreas de formação: Administração, Comunicação Social, Educação Física, Enfermagem, Letras, Psicologia, etc.

investigados, bem como pesquisadores e participantes do processo de pesquisa restam como entidades separadas e substancializadas. Na postulação binarista, com relação ao que se problematiza, parece haver uma verdade objetiva passível de ser encontrada e restituída ao final de um processo de investigação, quanto aos sujeitos vinculados à pesquisa que acabam na posição de espectadores, alijados daquilo que eles mesmos possibilitaram. Apontamos, no entanto, a devolutiva menos como essa destinação localizada dos dados coletados que se realiza dos pesquisadores aos pesquisados e mais como cultivo de um processo que potencializa a entrada participativa de todos os envolvidos na pesquisa, que transforma modos de pesquisar-intervir, abrindo novos cursos éticos por onde a vida pode se movimentar e transformar-se.

Conforme anunciado, a devolutiva se constituiu como ingrediente problemático na pesquisa que desenvolvemos. Problemático porque se atualiza como o que força a pensar sobre este lugar de pesquisador e objeto de pesquisa, sobre o processo de produção de conhecimento, sobre como efetivamente intervém em nosso viver. Buscamos romper com uma lógica de produção do conhecimento unilateral e de base representacional, a qual considera o pesquisador como aquele que acumula e detém os resultados da pesquisa. Questionamos os resultados como propriedade constituída por informação acabada, forçando a pensar que, na correlação com a pesquisa, determinados mundos são produzidos. Nessa direção, os dados não são coletados em uma realidade já posta; são produzidos no percurso da pesquisa.

Afirmamos, portanto, a devolutiva na sua dimensão processual, no sentido de que não se restringe apenas a um momento, qualquer que seja ele, ou apenas a um “retorno



ao campo”. É antes um exercício transversal que move e produz as direções do pesquisar. Assim, há devolutiva durante todo o percurso da investigação, na interferência nos pontos de vista, nas posturas, no surgir de sujeitos e mundos. Constitui-se, portanto, como mais que um momento do trabalho, como o cultivo de um modo de fazer pesquisa que afirmamos como pesquisa-intervenção.²

Discutir a inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir não assegura, mas põe em curso o necessário exercício ético de acompanhar os efeitos interventivos produzidos no pesquisar. E a intervenção é o próprio plano em que se realiza um “[...] mergulho na experiência que agencia sujeitos, objetos, teoria e prática num plano de produção denominado plano de coermência” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17).

Com isso, acolhemos os desafios de se tomar, como orientação do pesquisar, menos as hipóteses ou verdades pressupostas acerca da realidade e mais um saber que emerge do fazer e que, ao mesmo tempo, modifica esse fazer no sentido de “transformar para conhecer” (LOURAU, 2004). Ainda que, em um momento ou outro essa direção se confunda e percamos de vista essa dimensão processual, ainda que pesquisador e sujeito de pesquisa sejam sentidos de modos separados e sólidos, ainda que vez ou outra o conhecer se desvincule do transformar – e isso não constitui demérito, pois é possível acontecer – a devolutiva nos auxilia, exatamente, na retomada da direção, na reafirmação de um *ethos*, na avaliação dos processos, no cultivo da experiência.

Na pesquisa realizada, pudemos analisar o quanto a devolutiva possibilitou esse exercício de avaliação de nossas práticas, pesquisadores e trabalhadores(as), dos instrumentos utilizados, das implicações com a própria pesquisa. Essa experimentação nos leva também a indagar: como a problemática da devolutiva faz sentido e tem sido tratada no âmbito das metodologias de pesquisa em educação?

Sem a pretensão de realizar um estado da arte sobre o assunto, o que seria digno de um extenso trabalho de pesquisa, nossa intenção é abrir o diálogo com algumas obras³ (livros, textos e manuais) de metodologia e técnicas de pesquisa utilizadas comumente nas pesquisas em educação.

Notas sobre a devolutiva em metodologias de pesquisa em educação

Em um estudo sobre a produção do conhecimento e as diferentes metodologias, Minayo (2008) conclui que há diversidade de posturas na relação objeto-sujeito. Também afirma que as concepções de devolutiva nas pesquisas, no âmbito das ciências humanas, derivam da organização teórica, de filiações e atravessamentos institucionais que constituem as balizas dos pesquisadores.

²A pesquisa-intervenção foi formulada pela Análise Institucional Socioanalítica, desenvolvida na França durante as décadas de 60 e 70 (LOURAU, 2004). Faz-se como uma postura ético-política que busca romper com a concepção de produção de conhecimento como ação de um sujeito sobre um objeto, do pesquisador sobre um campo de pesquisa. Com o intuito de dissolver relações dicotômicas estabelecidas entre professor/aluno, professor/pesquisador, gestor/trabalhador, esse modo de pesquisa aponta o desmantelamento de posições dualísticas e afirma sua relação de inseparabilidade.

³Embora algumas obras não sejam específicas de autores do campo da educação, são importantes referências metodológicas estudadas nos Cursos de Formação Inicial de Professores.

Ao identificarmos a presença dessa discussão em alguns livros de metodologia de pesquisa utilizados como referência no campo da educação, percebemos que, em manuais de técnicas de elaboração de projetos de pesquisa, como Lakatos e Marconi (1991) e Gil (1991, 2002), a questão do “devolver” e como “devolver” os saberes produzidos na pesquisa apresenta diversos sentidos e nuances. No primeiro autor, encontramos tópicos específicos que aconselham os iniciantes em pesquisa sobre a importância da “apresentação das conclusões”, contudo a preocupação é com a produção de relatórios técnicos que possam ser apresentados ao final da pesquisa e em espaços estritamente acadêmicos. A pesquisa-ação que aparece como um “tipo de pesquisa” retratada nesses manuais traz como característica uma “análise e interpretação compartilhada dos dados”, que se constitui como etapa metodológica precedente à elaboração do plano de ação a ser aplicado com o objetivo unilateral de transformar o contexto diagnosticado.

Autores como Becker (1997), Richardson et al. (1999), Laville e Dionne (1999), Alami, Desjeux e Garabuau-Moussaoui (2010) e, ainda, Moroz e Gianfaldoni (2006), sinalizam a necessidade de “comunicação dos resultados da pesquisa” para além do círculo acadêmico, tornando o conhecimento uma instância de domínio público e, portanto, também acessível àqueles que participaram da investigação como fonte de dados. Ou seja, trata-se da recepção de uma informação, de um resultado que vai depender da posição dos receptores e do que eles poderão fazer com isso. De acordo com Alami, Desjeux e Garabuau-Moussaoui (2010), os resultados das pesquisas necessitam ser traduzidos para transformar as informações em conhecimentos que possam ser apropriados pelos atores em suas ações.

Em linhas gerais, guardadas suas diferenças metodológicas e epistemológicas, na bibliografia supracitada, o desafio e o papel político do pesquisador que investiga grupos ou indivíduos é o de fazer com que a comunicação do estudo realizado deixe de ser mera formalidade acadêmica e transforme-se em matéria que afirme o compromisso social assumido pelo investigador com o contexto ou instituição pesquisada. Ressaltamos que há, nesses modos de conceber a devolutiva, a ideia de que os pesquisadores, por ocuparem um lugar do saber científico, verdadeiro (acadêmico), são os responsáveis por elaborar os conceitos e as prescrições que deverão “voltar” ao mundo vivido para orientar e conduzir uma existência “ideal” dos grupos pesquisados.

Pesquisas com vieses positivistas concebem de forma dicotômica a relação sujeito cognoscente e objeto cognoscível, apoiadas na crença de que há uma realidade dada que, em condições adequadas pode ser decifrada, o que traz ao menos duas consequências: a) procedimentos e instrumentos de pesquisa, além das questões metodológicas, tornam-se um a priori da pesquisa, em que o que se conhece não porta relações com o modo como se conhece e os envolvidos no processo de produção de conhecimento. Porém, como lembra Furlan (2008, p. 25), “[...] um microscópio pressupõe aceitação de uma teoria

óptica, uma balança pressupõe aceitação de uma teoria gravitacional e uma mecânica de seus elementos, etc.” Todas as teorias e seus instrumentos surgem de um mundo também em constante construção; b) o entendimento de que os problemas de pesquisa diriam respeito apenas aos pesquisadores, e por isso “eleitos” por estes, quando o que se anula é o interesse dos grupos e sujeitos envolvidos e a possibilidade de que o que se pesquisa lhes seja pertinente. “Como poderemos esperar constituir um saber interessante se não podemos encontrar a maneira como essas questões podem – ou não – interessar aqueles a que nos dirigimos?” (DESPRET, 2011, p. 23).

Operando a produção do conhecimento de forma positivista e dualista, o “restituído” não interessa diretamente às comunidades pesquisadas, mas serve apenas às próprias conclusões que o pesquisador pôde elaborar do trabalho realizado, no qual o interesse do pesquisador em si foi o objetivo inicial, o meio e o fim. O retorno se constitui aí como mera formalidade, uma “obrigação” burocrático-moral, que cumpre apenas os protocolos academicistas. Parecemos, entretanto, fundamental que as pesquisas não tomem “o outro” como mero objeto, mas também o veja como um produtor de saber com quem é imprescindível compartilhar a atividade de pesquisa, ainda que isso não implique homogeneização de funções, mas uma reciprocidade capaz tanto de colocar em questão os modos de produção do conhecimento, quanto de abrir, juntos, no cotidiano, o que funciona como problema interessante a todos.

Percebemos também que algumas perspectivas metodológicas dirigidas à pesquisa no cotidiano escolar e à formação continuada de professores apresentam nuances importantes no sentido de buscar superar a relação de domínio do pesquisador sobre os participantes e sobre o objeto de pesquisa. Estas afirmam a importância da cooperação mútua entre os envolvidos na pesquisa, bem como a discussão coletiva das análises produzidas. Nessa linhagem, podemos citar os estudos sobre a abordagem da “etnografia da prática escolar” (ANDRÊ, 2003), a “pesquisa-ação” (CONTRERAS DOMINGO, 1994; LATORRE, 2003) e a perspectiva da “pesquisa-formação” (MACEDO, 2000).

A partir desse breve levantamento e, mesmo encontrando uma diversidade de sentidos para a devolutiva na pesquisa em educação, parte significativa das metodologias já consolidadas neste campo não apresenta preocupação com essa questão. Em síntese, identificamos que, nesses estudos, a “devolutiva do que se estuda” aparece como mera formalidade, obrigação ao final da pesquisa, levando alguns autores a entenderem, em alguns momentos, que as comunidades ou os “objetos de pesquisa” não teriam interesse pelos resultados ou, ainda, não conseguiriam alcançar os sentidos deste, necessitando de uma tradução para que possam se apropriar do conhecimento alcançado. É uma visão, portanto, em que há uma preocupação com um retorno de informações, lembrando que a produção de conhecimento se faz pelo pesquisador sobre um determinado campo, mas este, o campo, não é, de fato, considerado participante ativo na produção dos saberes no processo de pesquisa. Porém, como nos aponta Despret (2011), quando a pesquisa é interessante,

não apenas para os ditos pesquisadores, mas, sobretudo, também para os envolvidos nela, abre-se a possibilidade para que estes últimos possam participar, de fato, e se apropriar dos efeitos disparados.

A devolutiva em seu sentido ampliado

A noção, portanto, de devolutiva como retorno de algo que foi formulado no processo de pesquisa e por isso pode então ser devolvido a um campo ou a alguém comparece como o sentido forte, etimologicamente, da palavra “devolver”. Em italiano *devolvere*, *restituire*, ação de restituir (SPINELLI; CASASANTA, 1962). Do latim, *restituō*, pôr no primitivo lugar ou estado, restabelecer (FERREIRA, 1983). Mas outro sentido também a acompanha, apontando-nos possíveis composições: do latim *dēvolvere*, *dēvolvō*, (*dē*+ *volvō*), rolar, fazer dar voltas, revolver (FERREIRA, 1983). *Volvere*, em italiano, *girare*, *ritornare*, que acompanha o sentido de torcer e girar (MEA, 2000). O segundo sentido encontrado em *dēvolvere* e *volvere* parece nos indicar movimento, “ro-dar”, “girar”, mudança de posição.

A devolutiva pode, portanto, fazer-se em pelo menos dois sentidos. O primeiro deles, mais previsível, aponta o devolver como retorno, restituir ao lugar de origem algo que já existia, pôr onde estava. As pesquisas de cunho positivista tomam a devolutiva, exatamente, nesse sentido e fazem do processo de devolução de dados e análises um momento de retorno do que já estava lá, talvez ainda não sabido, mas que, no processo de investigação, ao ser encontrado, pode retornar ao lugar de origem, ou seja, ao campo de pesquisa. Esse sentido, como vimos, também está presente em algumas perspectivas metodológicas no campo da educação. Este não é, porém, aquele que gostaríamos de tomar para o trabalho realizado na escola municipal de Serra/ES, por entendermos que uma pesquisa-intervenção está sempre a fazer devolutiva, está sempre a se fazer “na” devolutiva, por preocupar-se com a análise dos processos que fazem a pesquisa e nos quais estamos todos, pesquisadores e educadores, sendo inventados.

Acompanhamos a devolutiva, desse modo, em seu segundo sentido: mudança de posição, torcer, girar. Fazendo uma inflexão nesse sentido etimológico, podemos pensar a devolutiva como exercício de mudança. É uma mudança de posição ou, mais ainda, exercício de dissolução de uma posição, a do pesquisador (que realiza a pesquisa), a do objeto (realidade dada de forma apriorística), a dos grupos e sujeitos participantes (como “meras” fontes de dados). Assim, a devolutiva é o próprio processo de construção coletiva, determinante para definir a cada momento os caminhos da pesquisa. É produzir uma torção nisso, que é direção já estabelecida, experimentando possibilidades que o próprio caminhar nos traz.

Por isso, por mais que, em alguns momentos, a devolutiva se atualize como uma forma, um procedimento metodológico: um instrumento de devolutiva, um encontro/reunião, um grupo avaliativo, e isso é plenamente possível e necessário, o que queremos afirmar é que a “devolutiva é o processo de inclusão” dos diferentes atores envolvidos (trabalhadores(as), gestores, pesquisadores);

dos diferentes analisadores (tensões, conflitos, parcerias, encontros e desencontros). É trazer para a pesquisa aquilo que, por vezes, insistimos em expurgar, devolvendo os saberes ao seu plano de constituição e problematização.

A aposta na inclusão altera o sentido tradicional de método. Passos e Barros (2009) apontam que, tradicionalmente, o método de pesquisa define a *metá* (alvo) como sendo anterior a *hódos* (caminho), sendo assim previamente determinado. Isso quer dizer que os objetivos, alvos de estudo e procedimentos já estão traçados, inclusive a hipótese de resultado levantada no início da pesquisa. A mudança apontada por esses autores reside na possibilidade da construção coletiva das metas, que são traçadas ao longo do trabalho, na medida em que este se faz, o que afirma a experiência de um *hódos-metá*, a excelência da experimentação do caminho.

A direção metodológica aponta que os procedimentos construídos devem, pois, permitir aos sujeitos, aos coletivos de trabalho, transformar sua experiência vivida, não sendo, portanto, propriedade apenas dos pesquisadores, dos *experts*, mas meio de intervenção para todos os atores envolvidos no processo.

Experimentamos, ao longo da experiência em questão, esse *hódos-metá*, ou essas torções e giros que a invenção de um caminho de pesquisa nos possibilita, quando as experiências nos solicitavam redobrada atenção, redirecionamento, mudança de instrumentos, reposicionamento nas relações, ou seja, avaliação permanente.

Encontros na escola, a devolutiva como exercício

Quando afirmamos a devolutiva como processo, estamos, de fato, diante de um grande desafio, que, por mais que nos pareça extremamente interessante, nem por isso é simples, pois o que faz é colocar em questão nossas vaidades, expectativas, conhecimentos e verdades. Experimentamos tal processo, quando, no início dos encontros na escola, propomos, por exemplo, desenvolver a pesquisa com os professores após o horário das aulas, em um tempo que, por Lei, eles deveriam nesta permanecer para cumprir a jornada de trabalho. Iniciamos, dessa forma, o trabalho de oficinas de fotos da pesquisa nos turnos matutino e vespertino, mas sentimos que o envolvimento com o trabalho foi perdendo sua potência, até que os docentes sinalizaram com um “*Não é mais possível, nesse horário não dá*” (PROFESSORA – diário de campo, 2009).

Parecia, então, que algo estava acontecendo... Sentíamos um desinteresse no grupo. Os docentes pareciam cansados. Nas reuniões ocorridas após as 17h30min, a exaustão era perceptível. Além disso, havia uma presença pouco investida no encontro por estarem, muitas vezes, preocupados com a família, com a volta dos filhos da escola etc., além de um cansaço do próprio dia de trabalho. Claro que não se tratava apenas de realizar uma mudança de horários, mas também de olhar para a relação que estávamos a construir entre nós e com a própria pesquisa. Como os(as) professores(as) experimentavam esses encontros? Como se incluíam ou se sentiam incluídos? Como participavam do planejamento e decisões sobre como e quando estes se dariam?

Buscamos com os docentes saídas para o que se colocava como impedimento. Logo emergiu fala que denotavam o cansaço, o excesso de tarefas, de demandas, de carga horária. Os docentes experimentavam essas questões como sofrimento, pois muitos trabalhavam em dois turnos de aula e não, exatamente, nessa mesma escola. Por isso diziam que a possibilidade de participar da pesquisa era durante o horário das aulas. De fato o espaço da análise coletiva do trabalho deve ser sustentado como algo efetivamente do trabalho e por isso encontrar modos de fazê-lo em sua carga horária era um desafio interessante para todos. Mas essa mudança trazia desdobramentos: como proceder com os alunos... Seriam dispensados? Ficariam sem aula naquele período? Os(as) professores(as) afirmavam que gostariam de participar da pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, os alunos não poderiam ser dispensados.

As mudanças dos encontros quanto a seu modo de realização mobilizaram todos de maneira diferente. Os pesquisadores se redistribuíram entre as atividades com o grupo de docentes e outras com os próprios alunos. Os(as) professores(as) se repositionaram no modo de entrada e participação nos encontros. E o que parecia mais um procedimento para garantir o espaço de análise do trabalho mostrou-se também um rico processo.⁴

Ocupar o lugar dos(as) professores(as) produziu uma intervenção importante nos pesquisadores e nos próprios modos de analisar a atividade de trabalho na escola. Estar na “pele” do professor fez emergir inúmeras repercussões em um trabalho que pareceu quase impossível para muitos de nós, em que muitos sofreram de uma quase inabilidade na relação com os alunos na sala de aula, o que afirmava os saberes legítimos dos docentes. Aquele que realiza o trabalho é também o que possui autoridade e expertise para falar sobre este.

Vemos nessa experiência um exercício de devolutiva, torção e reposicionamento, que produziu mudanças no curso das ações. Isso porque a base de tal processo foi a prática de inclusão dos sujeitos da pesquisa como participantes efetivos e também das problemáticas e conflitos presentes. A devolutiva é esse processo de avaliação do que se passa em nós e conosco e que exercita sempre a relação entre a pesquisa e um plano mais amplo de sua produção, dimensão coletiva, que perturba, atrapalha e problematiza as lógicas de separação e exclusão e abre também para outras composições.

Devolutiva de quê? Para quê? Para quem?

Outro ponto importante de avaliação foi um desencontro vivido entre a finalização do ano de 2009 e reinício das atividades tanto da escola quanto da pesquisa em 2010. Três meses se passaram entre o último encontro, em novembro de 2009, e o contato para retorno dos trabalhos no outro ano. Isso porque tomamos o calendário acadêmico como referência temporal. No retorno à escola, houve uma surpresa por parte do grupo PFIST/NEPESP, primeiramente, porque, com a mudança do ano, o qua-

⁴Tal experiência é discutida com detalhes em trabalho destinado à análise das oficinas realizadas com os alunos.

dro de funcionários foi rearranjado. Havia muitas pessoas recém-chegadas e outras com as quais trabalhávamos realocadas em outras escolas. Ocorreu não somente uma mudança com relação aos trabalhadores, mas algo de diferente na relação entre a escola e o grupo de pesquisa. Isso era sentido na dificuldade de estabelecer uma agenda para um encontro com todos, nos desencontros com a diretoria da escola e na sensação de não sermos mais bem-vindos.

Todo esse estranhamento e dificuldades do retorno movimentou o grupo de pesquisa na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a avaliar as ações e relações construídas. Enquanto fazíamos tais análises de forma separada no ambiente institucional da universidade, continuávamos a tentar um encontro na escola. Este foi possível após nossa insistência e realizado sob esse estranhamento. Os trabalhadores nos diziam que não mais queriam o trabalho de pesquisa, que estavam com muitas atividades extras, além de cansados e necessitando realizar tarefas mais pontuais, por exemplo, a formulação do projeto político-pedagógico.

Com a continuada tentativa de conversa com os docentes, percebemos o quanto, nós, da universidade, funcionávamos em outro tempo. Eles apontavam que o NEPESP/PFIST retornava à escola aquela altura do ano, contudo, as atividades escolares haviam sido retomadas há mais tempo, o que fez com que eles montassem outros planos de trabalho. Havia ainda novas dificuldades na relação com a diretoria da escola, que parecia ressentida.

Afetados por tudo isso, e na dificuldade de realizar uma conversa mais ampliada com os docentes, percebemos que muitas questões circulavam no programa de pesquisa. Teria faltado cuidado maior de nossa parte na relação com a escola? Será que construímos uma proximidade de fato com esse cotidiano escolar? Não sabíamos ao certo o que estava a se passar. Apesar de haver a questão de uma demora no retorno às atividades, o que poderia ter se configurado como uma espécie de abandono e quebra de pactos firmados, ao mesmo tempo, não parecia ser o suficiente para tamanho desencontro instalado. E, de fato, todas essas pontuações traziam um afeto triste de ressentimento, quase frustração. Sentimos isso quando começamos a ouvir, já nesse momento, que toda essa pesquisa tão trabalhosa, com a realização de oficinas, vídeos, imagens, ou seja, uma intensa produção, não estaria se destinando, de fato, a mudanças necessárias na escola. Deparamo-nos, então, com o que se colocava como problemático: o que se esperava da pesquisa? Da universidade? Que mudanças se aguardavam?

Podemos dizer que essa experiência funcionou como um analisador⁵ de nossas práticas, mobilizando o grupo NEPESP/PFIST em meses de discussão, atenção redobrada quanto aos métodos, às expectativas, ao cuidado com as relações construídas. Essa mobilização guarda seus efeitos ainda hoje, quando estamos nos dedicando a um estudo metodológico mais aprofundado e ainda podendo

⁵ O conceito de analisador foi formulado por Guattari, no contexto da Psicoterapia Institucional, vindo a ser incorporado pela Análise Institucional Socioanalítica (LOURAU, 2004). Os analisadores constituem-se como acontecimentos, dispositivos, práticas, aquilo que catalisa fluxos de forças, que produz análises e rupturas em modos naturalizados de se lidar com o viver.

avaliar de forma mais ampliada os caminhos que, ao longo dos anos, foram produzindo este grupo de pesquisa, as mudanças experimentadas, as afirmações e intervenções.

Pois bem, o estranhamento e a mobilização gerados no encontro e retorno à escola pediram-nos que não apenas analisássemos a nós separadamente. Sentíamos necessidade de fazer isso junto com os trabalhadores para avançar e evitar cair no ressentimento e na pessoalização/individualização das atividades. Não havia um “nós” UFES culpado ou ressentido; não havia “um eles” Escola, vítima ou ressentida. O que se passava acontecia entre nós, produzido por todos. Cabia, então, que pudéssemos cuidar disso juntos.

Ressaltamos que a cada vez que se avaliou a direção do trabalho com todos os envolvidos, que se sentiu necessidade de experimentar mudanças de métodos e técnicas, bem como avaliar expectativas, era o processo de devolutiva que estava em curso. Devolutiva como? Devolutiva de quê? Devolutiva para quem? Devolutiva como inclusão da pesquisa no seu plano problemático de constituição. Então aqui não se devolvem dados analisados para os sujeitos pesquisados em um certo momento. O que se faz é restituir/devolver ao problema bem feito sua complexidade que, nesse movimento, ao invés de esclarecê-lo continua a complicá-lo, a afirmá-lo na riqueza de possibilidades.

O quadro como dispositivo na devolutiva

Ainda que a devolutiva seja um processo que acesse o plano da experiência, é necessário construir dispositivos.⁶ Um dispositivo pode se fazer de muitos modos, mas o que o torna tão interessante é que nos possibilita trabalhar com as linhas de saber, linhas de poder e linhas de subjetivação⁷ presentes na pesquisa. O dispositivo possibilita tanto a análise dos arranjos provisórios entre essas linhas quanto a possibilidade de neles intervir na construção de outros.

Além disso, sua montagem acompanha o *hódos-metá*, fazendo-se junto ao que atravessa o caminho de pesquisa. Tendo essa direção em vista, traremos neste ponto a experiência de construção de um quadro de produção de dados, que funcionou como dispositivo diante da finalização do trabalho na escola e a tentativa de analisar juntos o que produzimos e o que se passava entre nós.

O dispositivo-quadro foi montado no sentido de que pudesse permitir que o desencontro do qual sofríamos naquele momento pudesse viver uma torção, ao invés de funcionar como evento separado de todos os outros mo-

⁶ Dispositivo aqui entendido como agenciamento concreto que atualiza os jogos de forças e as relações de saber-poder, um disparador de produção de diferença capaz de alterar posições subjetivas. Um quadro-dispositivo que, constituído por relações de poder-saber, é também atravessado por produção de subjetividade, um caldeirão de debate e produção de valores, desvios e novas formas de existência (FOUCAULT, 1987; DELEUZE; GUATTARI, 1991, 1996).

⁷ Deleuze (1996), a partir do modo como Foucault faz filosofia, coloca a questão “O que é um dispositivo?” e, para trabalhá-la, afirmará o dispositivo como uma meada, um conjunto multilinear, com composição de linhas de natureza diferente: linhas de poder, de saber e subjetivação ou, como também diria Foucault (2010, p. 5), “[...] formas de um saber possível, matrizes normativas de comportamento, modos de existência virtuais para sujeitos possíveis”. Guardemos, então, que as linhas trabalham juntas produzindo, a cada formação histórica, modos de ver e falar, campos de visibilidade e enunciação, que produzem inclusive teorias, procedimentos e objetos de pesquisa. O que faz a ligação entre o que é visto e o que é dito são as linhas de forças, de poder-saber, móveis e em luta, que fazem desmanchar as objetivações, tornando provisório o que parece permanente. Emaranhadas a essas linhas, vemos ainda aquelas de subjetivação, de invenção de modos de existir. É, pois, no imbricamento das linhas que sujeitos e mundos se produzem de forma inseparável.

Dispositivo em movimento

mentos em que juntos estivemos e das muitas coisas que foram possíveis. Não nos podíamos perder do plano problemático que, inclusive, possibilitava o surgimento dos bons problemas que vivíamos. São bons porque nos permitem mudar. Era necessário devolver a esse plano, muito mais amplo e, principalmente, coletivo, as questões que apareciam individualizadas como problemas relacionais.

Contatamos, portanto, a direção da escola e solicitamos um agendamento para uma aproximação. Nessa ocasião, houve a possibilidade de esclarecer questões e dúvidas sobre a validação dos dados produzidos na pesquisa e sua importância para a análise coletiva dos processos de trabalho. Um encontro foi agendado no sentido de validar o processo vivido, de análise e possíveis encaminhamentos.

Nesse momento da pesquisa, dispúnhamos de diários de campo, anotações de conversas, transcrições das oficinas de fotos e vídeos com os docentes. O dispositivo-quadro trazia o exercício de dar visibilidade às discussões e análises produzidas na primeira etapa da pesquisa. Agregou os dados produzidos em eixos analíticos, o que parecia facilitar a inclusão dos professores que não haviam participado da pesquisa em 2009. Além disso, guardava espaços em branco, como um convite para comentários e encaminhamentos escritos dos docentes.

Nesse dispositivo não interessava enquadrar, encerrar, nem quadricular a realidade. Buscamos construir um quadro a exemplo do mapa rizomático, que permite acompanhar movimentos por ser aberto, “[...] conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22). Deleuze e Guattari (1995, p. 22) esclarecem que o mapa se distingue do decalque: “[...] se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real”.

Construir um mapa, que é sempre de múltiplas entradas, é ampliar a análise, acolhendo o plano intensivo das transformações que estavam em curso. Já o decalque aponta um recorte que produz uma certa realidade separada de seu plano de produção, de seu plano intensivo. Fechada em si, essa realidade contém sua própria inteligibilidade, voltando sempre “ao mesmo”. É como uma foto que cria a ilusão de uma separação, isolando e organizando algo. Deleuze e Guattari (1995) apontam também a importância e perigo do decalque, dizendo que, para o trabalho com ele é preciso atentar para o fato de que o decalque sempre se projeta sobre o mapa, é um meio artificial de organizar o mapa. Por isso os autores apontam a importância de sempre religar o decalque ao mapa que o gerou.

No dispositivo construído, o quadro funciona tanto como decalque quanto como mapa, já que pudemos observar a inseparabilidade entre eles. Como decalque na medida em que nos auxilia, como método artificial a organizar os inúmeros indicadores de mudança e de análise experimentados na pesquisa. De certo modo, é um recorte. Mas é, sobretudo, mapa, porque guarda não só relação com a multiplicidade do processo como também com a maneira como é produzido. De forma coletiva, continua a afirmar o plano intensivo e problemático, que é o próprio mapa aqui.

Para que o quadro guardasse a vida e a atividade dos encontros e de acordo com os princípios ético-políticos já aqui colocados, entendemos que a operação a ser realizada para a imersão no plano problemático seria retornar à escola e produzir junto esse instrumento de análise.

Para isso, o grupo NEPESP/PFIST debruçou-se sobre todo o material registrado até então, fruto dos encontros na escola. A partir da multiplicidade deste, mapeamos questões que, ao longo da pesquisa, funcionaram como analisadoras da atividade de trabalho, buscando também os efeitos disparados. O quadro é montado a partir do que salta neste material, do que vibra como um índice sensível da experiência.

Compunha-se de quatro eixos, temas geradores que funcionaram como analisadores: Processos Grupais, Saúde do(a) Trabalhador(a), Gestão e Formação. Era importante que os temas fossem amplos e guardassem a complexidade das análises. Os temas geradores surgiam, portanto, a partir de falas analisadoras nos grupos e oficinas, que então lhes davam corpo e força, como uma espécie de indicadores de processo, e compunham a segunda coluna. A terceira coluna do quadro guardava a conexão com todas as anteriores e era por elas atravessada. Perguntávamos nela: “O que nos mostra que isso é uma questão?”. A pergunta pedia que voltássemos ao plano de constituição dos temas geradores e falas apontadas, para trazer o que, de fato, funcionava como questão. Nessa ampliação, buscávamos o que se mostrava como facilitador e/ou dificultador postos em funcionamento pelo modo de organização do trabalho na escola. Na quarta coluna, buscamos indicadores de efeitos dos encontros. Trata-se de reflexões e problematizações elaboradas pelos(as) trabalhadores(as) sobre a atividade que desenvolvem. Indicam, portanto, reposicionamentos e possíveis mudanças em curso. A última coluna se constitui como um convite para a produção coletiva de encaminhamentos. Espaço aberto, em branco, que poderia funcionar como disparador para a discussão do que havia sido produzido e também dos pontos ressaltados nas outras colunas do quadro. Embora este espaço não comporte o instrumento em sua totalidade, para facilitar a sua visualização recortamos dois eixos analíticos do Quadro-Dispositivo (Eixo - Saúde do Trabalhador e Eixo - Formação) e o apresentamos a seguir:

Quadro 1 – Instrumento de pesquisa

Quadro-Dispositivo				
Tema Gerador (Eixo Analítico)	Falas dos trabalhadores da escola (disparadores) (Indicadores de Processo)	O que nos mostra que isso é uma questão?	Indicadores de efeitos dos encontros (Análises coletivas dos trabalhadores)	Encaminhamentos – construção de dispositivos
S A Ú D E D O T R A B A L H A D O R	<p>“Uma colega está tomando tarja preta, é aquilo que você falou... ‘Você não pode se culpar pela doença, mas acabava se culpando’. Eu também cheguei à conclusão que estou doente. Aí eu procurei um psiquiatra. Quero licença??? – Não, não quero!! Prefiro o remédio. Então estou tomando remédio, tô dançando como está tocando, então estou acomodando, não estou fazendo nada e ninguém está fazendo nada” (Professora F).</p> <p>“Cheguei em casa e pensei comigo mesma: Eu sou capaz, eu vou conseguir. Aí comecei a colocar Deus na minha vida. Na sala de aula, em vez de passar a leitura, eu passava música de Evangelho para os alunos e de repente <i>a turma mudou e meu problema todo acabou</i>. Não tomei nenhum tipo de remédio para dormir. A gente tem que acreditar que a gente é capaz” (Professora G).</p> <p>“Em todas as escolas que eu trabalho, e já trabalhei em várias escolas, tem um ou dois professores que estão enlouquecendo com o ambiente escolar. É um acúmulo de coisas, é o barulho, é o aluno, é a violência, é a própria dinâmica escolar. Isso tudo, para o profissional que não tem estrutura, é uma avalanche”(Professor J.)</p> <p>“Vamos melhorar o salário. Eu trabalho o dia inteiro porque meu salário é baixo” (Professora A).</p> <p>“Acho que o problema não é a escada, é que não tem banheiro e nem bebedouro lá em cima. Então tem que descer para tudo. (Professor H)</p> <p>“E quem trabalha em dois horários, tem que subir e descer toda hora. E não bebe água. Resseca a garganta e segura a urina o tempo todo”.</p> <p>“Todas as salas deveriam ser bem arejadas e localizadas no andar de cima que não tem barulho. Sala próxima ao refeitório é horrível, devido ao barulho (Professora M).</p>	<p>Relatos de uso de medicamentos psicotrópicos</p> <p>Estratégias individuais de enfrentamento</p> <p>Espaço físico inadequado</p> <p>Salários baixos</p> <p>-----</p> <p><u>Dificultadores</u></p> <p>1) fragilidade da rede interna 2) culpabilização recorrente 3) planejamento individual 4) estrutura física inadequada e mal-distribuída 5) questão salarial 6) espaço para análise coletiva dos processos de trabalho</p> <p><u>Facilitadores</u></p> <p>1) cooperação entre professores quando algum professor precisa se ausentar da sala 2) relações entre professores e entre estes e o gestor 3) relação entre alunos e professores 4) professores trabalhando dois turnos <i>na mesma escola</i></p>	<p>“Acho que o problema não é a escada, é que não tem banheiro e nem bebedouro lá em cima. Então tem que descer para tudo (professora F)</p> <p>“E quem trabalha em dois horários, tem que subir e descer toda hora. E não bebe água. Resseca a garganta e segura a urina o tempo todo” (Professor B)</p> <p>“Mas, afinal, o lamento não é uma expressão de potência? Como trabalhar com essa questão?” (Pesquisador)</p> <p>“Se a organização não acontece, interfere na sua saúde. E se eu tenho um piripaque aqui dentro? É acidente de trabalho” (Professora M).</p> <p>“Tem professor que já fica lá em cima e não desce na hora do recreio para não ter que subir de volta. Isso tem prejuízo para saúde. Não vai ao banheiro. Não bebe água suficiente” (professora E).</p>	<p>1) Planejamento coletivo para o retorno da pesquisa para a secretaria.</p> <p>2) Entender junto ao setor da perícia médica, no âmbito municipal, a questão donexo-causal relativo a doenças relacionadas com o trabalho.</p> <p>3) Viabilização de alterações no espaço físico.</p> <p>4) Produção de um Fórum para o debate e viabilidade de implementação de Comissão de Saúde do Trabalhador da Educação (COSATE) nas escolas</p>

(Continua)

Quadro-Dispositivo				
TEMA GERADOR (Eixo Analítico)	Falas dos trabalhadores da escola (disparadores) (Indicadores de Processo)	O que nos mostra que isso é uma questão?	Indicadores de efeitos dos encontros (Análises coletivas dos trabalhadores)	Encaminhamentos – construção de dispositivos
F O R M A Ç Ã O	<p>“Sala da biblioteca é a sala de planejamento. Fazemos planejamento semanal, quinzenal e cada um tem o horário do planejamento. O planejamento da diretora envolve todo mundo. Quando fazemos o planejamento junto é bem melhor” (Professor C).</p> <p>“Liberamos os alunos mais cedo e não vão [os professores] à assembleia. Vão para casa, vão para o <i>shopping</i>” (professora F)</p> <p>“No dia que resolver todo mundo sentar e planejar, acho que alguma coisa vai mudar” (Professora N).</p> <p>“Prepara uma atividade para a 2ª série e o menino tem 12 anos, vai fazer o quê? Vai ficar chato. A gente tem que driblar isso” (Professor P).</p> <p>As dificuldades de aprendizagem e educação especial trazem sofrimento, adoecimento ao professor (Professora A).</p> <p>“A gente tá acostumado a fazer as coisas de improviso. Mas dá certo porque a gente faz acontecer” (Professora C).</p> <p>[história dos alunos abraçando-a e dizendo que gostam da professora na hora da gravação]. “Teve a rejeição e aos poucos eu fui conquistando eles até chegar ao ponto que está hoje” (Professora F).</p>	<p>Entendimento sobre formação</p> <p>Tempo cronológico reduzido dentro da carga horária prescrita</p> <p>Intensificação do trabalho</p> <p>Limitação da formação aos espaços de capacitação</p> <p>Dificultadores</p> <p>1) mau aproveitamento dos espaços e tempos para formação 2) pouco tempo para encontros 3) entendimento da formação apenas como capacitação</p> <p>Facilitadores</p> <p>1) encontros para discussão sobre formação 2) compartilhamento das experiências 3) espaços para planejamento coletivo</p>	<p>“Às vezes acontece de dar resposta logo, né?” [Ao ser questionada por corrigir um aluno que escrevia a resposta do exercício no quadro]”. (Professora F)</p> <p>“Eu não deixo ninguém falar e pergunto para ele o que está faltando”. (Professora F).</p> <p>“Acho que a gente deveria ser filmado [dando aula], porque assim a gente encontra os pontos negativos, até para estar melhorando” (Professora N).</p> <p>“Você viu quando passou a imagem como foi interessante? Às vezes quanto retomava a conversa de 15 dias atrás ficava mais difícil, quando tem o vídeo fica mais fácil”. (Professora F).</p> <p>“Falta de planejamento e interação. Um puxa pra lá, outro puxa pra cá. Conversei com o coordenador, mas a maioria já estava pronta para a abertura e ele não se opôs à maioria. Eu não estava pronta para a abertura” (Professora C).</p> <p>“Formação é importante para o profissional dentro do seu horário de trabalho” (professor B).</p>	<p>1) Potencialização dos processos de formação e estudos coletivos com todos os trabalhadores da escola.</p> <p>2) planejamento coletivo dos momentos de planejamento pedagógico.</p> <p>3) implementação de estudos e discussões conectados às demandas do trabalho na escola.</p>

O dispositivo-quadro funcionou como instrumento importante tanto para dar visibilidade às questões, quanto para que pudéssemos avaliar nossos caminhos juntos. Sobretudo, foi um bom artifício não para afunilar e construir uma realidade/retrato do que foi o processo de pesquisa-intervenção, mas para abrir e habitar o plano múltiplo e problemático, o plano de composições do trabalho.

Assim, com parte do quadro alinhavado por meio do material/dados que possuíamos, voltamos ao cotidiano escolar com cópias para os(as) trabalhadores(as) do que havíamos conseguido produzir e cartazes⁸ para afixar nos murais coletivos, a fim de que os(as) educadores(as), cada um a seu tempo, pudessem amadurecer as questões propostas, ver também se continuavam importantes, já que a maior parte delas, eles mesmos haviam apontado. O que o

ensaje desse instrumento propunha era a entrada dos docentes na elaboração e refinamento do quadro, disparando o exercício de devolutiva e validação do processo.

Tanto os docentes do turno do matutino quanto os do turno vespertino consideraram importante realizar esse último encontro a partir da elaboração coletiva do quadro analítico. Estivemos na escola, portanto, por algumas semanas, acompanhando o dispositivo em movimento e, ao mesmo tempo, experimentando estar nesse cotidiano sem a pressa ou horário marcado habituais, apenas disponíveis conversando nos períodos possíveis para cada educador, entre uma aula e outra, no horário de planejamento, no sentido de aquecer e de dar vida ao quadro em processo.

Esse momento constituiu-se como importante e necessário à produção de laços de confiança, condição necessária à inclusão dos trabalhadores na produção de saberes que movimentam o plano problemático ao ali-

⁸ Os cartazes traziam, entre outras informações, um convite aos(as) educadores(as) no qual estabelecia a data e o horário do encontro de avaliação coletiva da pesquisa e do quadro montado.

mentá-lo com diferenças. O dispositivo-quadro como oportunidade já nos possibilitava entrar na escola, conversar, estar lado a lado.

Essa presença na escola e o fortalecimento do vínculo com os(as) trabalhadores(as) promovem uma aproximação novamente que marca a preparação para o novo encontro com uma disposição muito festiva, de confraternização, em que se pode planejar e compartilhar coletivamente os afazeres para o dia, música, comida, bebidas, pauta do encontro etc.

No encontro-confraternização estavam presentes coordenadores, supervisores, pedagogos, professores, trabalhadores do laboratório de informática da escola, além dos alunos e professores vinculados à UFES. Comemorava-se, nesse dia, a finalização do primeiro semestre escolar e também o percurso realizado na pesquisa.

Além do quadro-dispositivo, outro dispositivo foi construído. Tratava-se de um vídeo⁹ com imagens, fotos e áudio dos encontros até aquele momento. Foi exibido nesse dia e atentamente acompanhado de risadas, sorrisos, aproximações em que um toca o outro, abraçam-se, dizem algo ao ouvido. O vídeo parece trazer um reencontro com os processos do pesquisar e afetos de alegria visivelmente circulam, dando sentidos à experiência.

O quadro é então retomado e há um incômodo à maneira como está disposto. Os docentes estranham o recorte que produz da experiência, este não diz de tudo o que se viveu. Encontram-se nas falas transcritas e preocupam-se com o modo como podem ser entendidas, ou com os mal-entendidos que podem produzir. Retomam as discussões sobre os processos de gestão, de saúde, a inclusão escolar, a questão da merenda e o impedimento aos professores de dela usufruir.

As discussões são acaloradas. Uma professora, por exemplo, ao não se sentir compreendida pelos demais em questionamentos que faz no quadro, retoma, muitas vezes, sua fala para recolocar a questão. E, a cada vez que faz isso, as questões se ampliam um pouco mais.

As questões ampliam-se, por exemplo, quando afirmam que o “problema” da merenda não é uma dependência dessa alimentação, no sentido de que não pudessem comprá-la, mas a maneira como, atualmente, a carga horária está disposta e, além disso, o ritmo intenso de trabalho em mais de um turno de aulas impossibilita, muitas vezes, que os docentes tenham um horário reservado para refeição, tornando-se necessário para alguns alimentarem-se no local de trabalho. Não se trata, portanto, de um problema individual do(a) professor(a), e sim de questões que tocam à organização do trabalho, os investimentos na educação pública, os baixos salários e a intensa jornada de trabalho. A merenda se desdobra como questão que diz respeito a todos nós.

O encontro se faz nessa qualidade de afeto, avaliando o que pudemos fazer juntos, mapeando a partir do quadro e do vídeo nossos deslocamentos e mudanças, as posturas enrijecidas que ainda necessitam de cuidado, o quanto

⁹O vídeo foi produzido pelo professor de Educação Física e as fotos por outros(as) professores(as). A edição dos pesquisadores da UFES lhe acrescentou trechos temáticos das questões que foram debatidas nesse encontro.

caminhamos e os encaminhamentos a serem feitos. Um deles, inclusive, além da reunião com a Secretaria Municipal de Educação, é colocado por um dos docentes que aponta a necessidade de construir na escola os espaços coletivos de discussão.

A qualidade da disponibilidade e cuidado experimentados nessas últimas semanas nos apontam ainda a potência dos encontros não formais, do que se passa entre tomar um café, conversar no intervalo das aulas, fazer festa, ouvir música, confraternizar-se, estar junto. A prática interventiva também se faz nesses momentos e o plano da atividade da pesquisa deve também neles fazer sua morada.

Os processos de devolutiva produziram avaliações e intervenções importantes em nossos modos de pesquisar e operar com os instrumentos. Sinalizaram para a necessidade do cuidado das relações com os participantes da pesquisa, das relações entre todos, como princípio indispensável para o acesso e construção de uma dimensão coletiva. É nessa dimensão que a devolutiva mergulha construindo uma outra política de conhecimento, não aséptica, mas que acolhe os problemas, aproveitando-os como exercício de se viver e trabalhar juntos.

Referências

- ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. *Os métodos qualitativos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CONTRERAS DOMINGO, J. La investigación en la acción: Qué és? *Cuadernos de Pedagogía*, n. 224, p. 8-12, 1994.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Foucault, historiador do presente. In: ESCOBAR, C. E. (Org.). *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon, 1991.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é um dispositivo? O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega-Passagens, 1996.
- DESPRET, V. Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 23, n. 1, p. 5-28, jan./abr. 2011. [CrossRef](#).
- FERREIRA, G. A. *Dicionário de latim-português*. Lisboa: Porto, 1983.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FURLAN, R. A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 25-33, jan./mar. 2008.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LATORRE, A. *La investigación-acción: conocer y cambiar a la práctica educativa*. Barcelona: Graó, 2003.

LOURAU, R. *Analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MACEDO, R. S. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. Salvador: Edufba, 2000.

MEA, G. *Dicionário de italiano-português*. Lisboa: Porto, 2000.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. *O processo de pesquisa iniciação*. Brasília: Liber, 2006.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SPINELLI, V.; CASASANTA, M. *Dicionário completo italiano-português (brasileiro) e português (brasileiro)-italiano*. Milão: UbricoHoepli, 1962.

Recebido em: 3 de agosto de 2015

Aceito em: 29 de setembro de 2017

As relações entre as famílias e a equipe do CRAS*

Roberta Carvalho Romagnoli^{Orcid}, **

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

Esse texto trata da perspectiva das famílias acerca dos trabalhos desenvolvidos em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Belo Horizonte, enfatizando as relações estabelecidas com a equipe. Essa discussão se fundamenta nos resultados parciais da pesquisa financiada pelo CNPq/FAPEMIG que tem como objetivo analisar as relações no território de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em Belo Horizonte, enfocando o modo de gestão do trabalho social entre a equipe e com as famílias. Esse estudo tem a pesquisa-intervenção como metodologia e as ideias de Deleuze e Guattari como marco teórico. A partir das assembleias, das entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas realizadas com a equipe e com as famílias, concluímos que a relação da equipe com a família ainda é um desafio no espaço cotidiano do CRAS, bem como a sustentação da promoção social. Esses desafios emergem em pontos como favor, julgamento e responsabilização das mulheres.

Palavras-chave: assistência social; pesquisa intervenção; proteção social básica; família; intervenção social.

The relations between families and the team of CRAS

Abstract

This article deals with the families' perspectives regarding the work done at the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of Belo Horizonte, emphasizing the relations established with the team. This discussion is based on the partial results of the research funded by CNPq/FAPEMIG. The research aims to analyze relationships in the territory of a Reference Center of Social Assistance (CRAS) in Belo Horizonte, emphasizing the social work management style between the team and families. This study uses intervention research as methodology and the ideas of Deleuze and Guattari as theoretical framework. From the semi-structured interviews, collective interviews and meetings with team and family, we conclude that the team relationship with the family is still a challenge in the daily life of the CRAS as well as the sustaining of social promotion. These challenges emerge in points like favor, judgment and responsibility of women.

Keywords: social assistance; intervention research; basic social protection; family; social intervention.

Sobre o CRAS e a matricialidade sociofamiliar

Esse texto trata da perspectiva das famílias acerca dos trabalhos desenvolvidos em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Belo Horizonte, enfatizando as relações estabelecidas com a equipe. Sustentar as tensões existentes, conhecer de forma interventiva e nos deslocarmos junto às famílias usuárias do CRAS foi uma das propostas da pesquisa intervenção que realizamos, buscando uma produção do conhecimento em conjunto com a população pesquisada. Em nosso processo de produção de conhecimento notamos que, para as equipes que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em particular no CRAS, não é fácil garantir direitos sociais, tampouco convocar a potência nos encontros com os grupos familiares usuários de seus serviços.

O CRAS, localizado em áreas de maior vulnerabilidade e risco social, com o intuito de acompanhar as famílias que vivem nessas condições, é considerado a porta de entrada do SUAS. O SUAS, estabelecido em 2005 em nosso país, é o sistema que faz a gestão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) implantada em 2004, a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social. Essa política tem o intuito de assegurar os princípios presentes na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), documento elaborado a partir da Constituição Federal de 1988, que define os objetivos e as diretrizes da assistência social, a sua forma de orga-

nização e a gestão das ações socioassistenciais. Essa lei reforça a assistência social como um sistema descentralizado, com participação popular e financiado pelo poder público, além de consolidá-la como uma política pública, priorizando a proteção à família. Apesar desses ganhos, foi somente no início do ano 2000 que este documento se concretizou em uma política pública de Estado, a PNAS, que corresponde a um conjunto de serviços e programas baseados na organização e hierarquização das ações em rede a partir dos níveis de complexidade do sistema e sob o critério da universalidade, considerando-se a lógica da territorialidade e a centralidade na matricialidade sociofamiliar (BRASIL, 2004).

Essa política, seguindo o modelo da área da saúde, se divide em dois níveis de atenção, a Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB sustenta ações de vigilância social com o intuito de prevenir situações de risco social através das potencialidades e do fortalecimento dos laços afetivos e familiares, possibilitando a inserção dos sujeitos na rede de atendimento, garantindo o acesso às seguranças básicas e aos direitos socioassistenciais. A PSE, por sua vez, corresponde a ações de atendimento socioassistencial destinadas a indivíduos e famílias em situação de violação de direitos (abandono, maus tratos físicos e/ou psicológicos, abuso sexual, substâncias psicoativas, situação de rua, entre outros), intervindo em casos em que há situações de risco com ou sem rompimento dos vínculos familiares, se dividindo em programas de média complexidade e alta complexidade. Nesse contexto, o CRAS se localiza na PSB e suas ações apostam nas poten-

* Fonte de Financiamento: CNPq e FAPEMIG.

** Endereço para correspondência: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Rua Dom José Gaspar, 500 – Coração Eucarístico, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 30535610. E-mail: robertaroma@uol.com.br



cialidades dos sujeitos, das famílias e das comunidades. Potencialidades que abordamos em nosso trabalho como potência que pode ou não emergir nas relações que se fazem entre esses grupos e as equipes de trabalho.

Embora a proposta da PNAS pretenda o fortalecimento das capacidades dos indivíduos e das famílias para o enfrentamento da vulnerabilidade, o que é uma grande conquista, sobretudo em um campo marcado historicamente pelo clientelismo e pelo assistencialismo, Oliveira e Heckert (2013) destacam que a noção de vulnerabilidade se funda na desigualdade social e corre o risco de atuar em prol de uma naturalização da miséria para uma parcela da população sem se questionar a própria lógica capitalista que a produz. “A miséria é necessária ao neoliberalismo, pois é do tensionamento provocado pelas desigualdades que ele se alimenta. Os CRAS situam-se estrategicamente nos lugares onde essa miséria habita e atuam gerindo-a, mantendo-a” (OLIVEIRA; HECKERT, 2013, p. 157). Para os autores, o CRAS é um efeito das relações de poder da contemporaneidade, produto do modo biopolítico de gestão das populações, da terceirização da mão de obra, do mercado globalizado e da forma neoliberal de governar. No entanto, esse equipamento e a PNAS que o sustenta não problematizam essas questões, tampouco as contradições estruturais do capitalismo como produtoras de desigualdades sociais, vulnerabilidades e risco. Ainda que os trabalhadores do SUAS devam estar atentos aos efeitos dessa lógica, sobretudo para serem eles próprios produtores de agenciamentos e desvios produtivos em suas atuações com as famílias.

Em qualquer que seja o nível de proteção, a matricialidade sociofamiliar é essencial, priorizando a atenção às famílias e seus membros a partir do território em que se encontram e estabelecendo a família como matriz, sustentáculo das atuações no campo da assistência social, espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias. Essa matricialidade é colocada pela PNAS e preconizada também pelo SUAS, sistema de gestão dessa política, sustentando atuações junto a esses grupos como uma manobra efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção (BRASIL, 2004). Ao estudar essa centralidade da família, Gueiros e Santos (2011) assinalam que esse grupo deve ser abordado como um coletivo, respeitando-se as necessidades e especificidades de cada família, compreendendo o momento e a situação familiar na qual se encontram. As autoras entendem que a matricialidade sociofamiliar se faz a partir do vínculo social com a família construído através dos programas e serviços socioassistenciais. Nesse contexto,

A abordagem matricial da família exige que novas formas de enfrentamento das expressões da questão social sejam traçadas para e com a família, de modo integrado e articulado com os serviços socioassistenciais e as demandas que se apresentam a partir de uma interlocução que as considera sujeitos de direitos, agentes sociais [...] (GUEIROS; SANTOS, 2011, p. 86).

Interlocução que não é simples de ser alcançada. Evidenciando a existência de contradições nessa centralidade da família, Teixeira (2010) analisa a presença do referido grupo na trajetória do sistema de proteção social brasileiro, revelando que os avanços dos direitos sociais não rompem com a lógica familista. Desde os anos 90 a família é considerada elemento central na doutrina de proteção social, mas essa centralidade possui o paradoxo de garantia de direitos *versus* responsabilização. Ou seja, a família é, ao mesmo tempo, o fundamento da sociedade e como tal deve ser protegida pelo Estado, como portadora de direitos e alvo das políticas públicas, e, por outro lado é também detentora de responsabilidades, é responsabilizada, ao lado da sociedade e do Estado, pela proteção à infância e à adolescência e ao idoso. Essa contradição aliada à oferta de uma rede de serviços relegada dentro das restrições dos orçamentos públicos, e à oferta de uma rede socioassistencial não estatal precária, de baixa cobertura e qualidade de serviços e limitada no atendimento da demanda, favorece ainda mais a recaída sobre a família da atenção dos serviços de assistência. Assim, a autora demonstra como a família encontra-se sobrecarregada nesse sistema, assumindo tarefas do Estado, sendo que na relação família *versus* políticas públicas, não há a diminuição de suas responsabilidades, mas sim um reforço das mesmas. Discutindo também essa responsabilização, Scheinvar (2006) afirma que geralmente o grupo familiar é culpabilizado, de forma particular, por boa parte dos problemas sociais e políticos em nossa sociedade. Focando nos aspectos privados, os casos são particularizados no dia a dia das equipes, privilegiando suas vulnerabilidades e indicando a privatização do social.

Favorecendo ou não a privatização social, com certeza, a matricialidade sociofamiliar não se dá de modo sereno nos equipamentos da assistência social, mas sim deflagra angústias e impasses para os profissionais. A família é em si um grupo que comporta arranjos diversos e passa por várias mudanças ao longo de sua existência. Em um contexto tradicionalmente clientelista e assistencialista, com ações que historicamente transformaram o direito social em favor para os pobres da nossa sociedade, as famílias usuárias do CRAS geralmente não têm condições de fazer frente às situações adversas a que ficam expostos seus membros. Lidando com famílias heterogêneas e em exclusão social, as equipes são chamadas a trabalhar associativamente com a família, esforçando-se para encontrar estratégias de promoção social e de minimização da vulnerabilidade para a proteção dos riscos sociais e pessoais. Nesse contexto, nos propomos a conhecer alguns pontos da relação dessas famílias com o CRAS que pesquisamos, tessituras feitas entre esses grupos, a equipe, o equipamento e o território, apostando na potência da vida, para além da vulnerabilidade designada pela política de assistência social e produzida no bojo das contradições de nossa sociedade e sustentadas pelas desigualdades gerada por essas tensões. Desse modo, rastrear o intensivo na dimensão molecular presente nesses encontros foi um de nossos propósitos.

Acerca do como conhecemos

Para conhecer as relações entre as famílias, a equipe, o equipamento e o território, realizamos uma pesquisa-intervenção, com o intuito de perseguir a complexidade e a processualidade e desfazer com as dicotomias teoria-prática, sujeito-objeto, pesquisador-pesquisado. De acordo com Rocha e Aguiar (2003), essa metodologia participativa objetiva tanto a geração de conhecimento quanto a ação transformadora da realidade, através da articulação de análises macropolíticas e micropolíticas. Assim, ao mesmo tempo em que se pesquisa também se realizam intervenções, e o pesquisador tenta contribuir efetivamente com os problemas trazidos pelo campo. Essas intervenções são de ordem micropolítica nas situações cotidianas, que são em si complexas e determinadas por uma heterogeneidade de fatores e de relações. Kastrup (2008) ressalta que nessa relação investigação/intervenção, de fato ocorre uma produção coletiva de conhecimento que vai se construindo processualmente com a habitação do campo de pesquisa e a implicação do pesquisador. Romagnoli (2014), ao estudar a importância da implicação, para rastrear a singularidades das relações com as instituições que atravessam o campo de pesquisa, insiste no pesquisador como vetor para o mapeamento das forças presentes, dos efeitos dos encontros.

Dessa maneira, realizar uma pesquisa intervenção é rastrear os modelos e as forças presentes no que nos propomos a estudar, desestabilizando, criando zonas de indagações, prestando atenção ao que o campo produz em nós e investigando o que se reproduz e o que cria condições para que o novo apareça. Nesse processo devemos estar atentos à potência instituinte e o que impede sua emergência, perseguindo a desarticulação das práticas e dos discursos instituídos, uma vez que é nesse embate que o conhecimento se faz.

Nessa vertente metodológica, esse texto apresenta parte dos resultados da pesquisa-intervenção que tem como objetivo analisar as relações no território de um CRAS de Belo Horizonte, enfatizando o modo de gestão do trabalho social entre a equipe e com as famílias e buscando favorecer novas formas de expressão nesses grupos. A pesquisa se fez a partir de dois eixos concomitantes de ação desenvolvidos em conjunto com a população pesquisada, compreendendo a formulação de um campo de análise e um campo de intervenção. O campo de análise se constituiu por discussões permanentes da literatura sobre as ideias de Deleuze e Guattari e autores nacionais que trabalham nessa vertente. Estudamos ainda as questões do campo da assistência social e das chamadas famílias em vulnerabilidade social. Para tal, efetuamos encontros quinzenais da equipe de pesquisa. O campo de intervenção foi sustentado por um projeto de trabalho coletivo com a equipe do CRAS acolhendo as demandas e dificuldades locais e envolvendo discussões acerca da dimensão político-institucional (organização do trabalho, relações da equipe, espaço para participação da família, poder frente aos procedimentos) e da dimensão socioassistencial. Em um segundo momento, esse campo foi composto também pelas famílias cadastradas no equi-

pamento e que quiseram participar do estudo. Usamos os seguintes dispositivos de intervenção para a análise das demandas e das implicações: contatos informais, acompanhamento das atividades do serviço, assembleias gerais e entrevistas semiestruturadas com os profissionais e as famílias. Esses dois campos, o de análise e o de intervenção, estavam presentes em todo o percurso da pesquisa, de forma imanente, se interpenetrando a todo o momento.

Nesse cruzamento, os dados foram sendo produzidos coletivamente através das assembleias, dos contatos com o campo e das entrevistas. As assembleias gerais eram realizadas mensalmente ou de acordo com a disponibilidade e a demanda do equipamento e constituídas pela equipe de pesquisa e pela equipe dos profissionais do serviço, composta por quatro técnicos, três assistentes sociais e uma psicóloga e cinco estagiários de serviço social. Além das assembleias gerais, acompanhamos as seguintes atividades do CRAS: grupo de convivências, grupos de mulheres, palestras informativas, reuniões do Programa Bolsa Família e visitas domiciliares. Realizamos seis entrevistas semiestruturadas com a equipe profissional do CRAS e seis entrevistas semiestruturadas com os familiares das famílias cadastradas nos seguintes programas: Programa Maior Cuidado, Grupo de Convivência e Programa Bolsa Família. O Programa Maior Cuidado consiste no atendimento domiciliar a idosos dependentes e semidependentes, realizado por cuidadores de idosos que são contratados, orientados e remunerados pelo município. Os Centros de Convivência do CRAS efetuam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, através de grupos de crianças, adolescentes e idosos referenciados. O Programa Bolsa Família, por sua vez, é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza, atenuando essa situação através condicionalidades, o que reforça o acesso aos direitos básicos na área de educação, saúde e assistência social. As famílias entrevistadas nesses programas foram indicadas pela equipe de profissionais, tendo em vista a disponibilidade e a problemática apresentada. Realizamos ainda uma entrevista coletiva com a presença de apenas três participantes, embora seis tenham confirmado. Tivemos certa dificuldade com as entrevistas com os familiares. Alguns deles não quiseram dar entrevistas, outros marcaram, confirmaram e não compareceram. As entrevistas individuais não acrescentaram muito, pois as famílias tiveram poucas colocações a fazer a respeito do serviço e da equipe, e poucas reflexões acerca do CRAS, por isso resolvemos fazer a entrevista coletiva, na qual os problemas com o equipamento puderam aparecer. Pareceu-nos que no coletivo, os familiares tiveram mais motivação e força para se colocar e questionar.

Atualmente esse CRAS, implantado há cinco anos, possui 1200 famílias cadastradas, embora tenha como estimativa cadastrar 5000 famílias. Nesse contexto, havia um grande interesse da equipe em conhecer a visão das famílias sobre o CRAS e seus serviços. Aliás, essa foi uma das demandas quando começamos o processo de pesquisa, já que essa metodologia trabalha com as questões levantadas pelo campo de pesquisa. Nesse levanta-

mento inicial constatamos alguns impasses no cotidiano, colocados pelos profissionais e que eles desejavam conhecer com o estudo: o não reconhecimento no território, a apatia da comunidade, a necessidade de incrementar o diálogo entre o serviço social e a psicologia e a pouca demanda de cadastramento dessas famílias. Esse último ponto de incômodo para os profissionais.

O que vimos e escutamos foi analisado através das restituições coletivas realizadas em parceria com a equipe do CRAS. Sobre as restituições, Amador, Lazzarotto e Santos (2015, p. 235) indicam que estas “[...] não constituem uma concessão, mas uma estratégia analítica deste modo de pesquisar-intervir que torna necessário o movimento de composição de um coletivo pesquisador”. Assim, o processo de restituição é fundamental nessa metodologia de pesquisa, pois nos permite problematizar nossas análises acerca do que vimos e escutamos mediante um processo coletivo, efetuado junto à população que pesquisamos, além de reafirmar o contrato de trabalho com os participantes da pesquisa como salienta Monceau (2013), baseado no pensamento de René Lourau. Com certeza, nossa inserção no campo de pesquisa produziu efeitos sobre os grupos, as pessoas e o serviço, interferindo em seu cotidiano. E foi através dessas interferências que produzimos, em conjunto, a análise das práticas do CRAS que estudamos.

Nas assembleias restituímos nossas análises, discutindo, revendo pontos de vista, agregando conteúdos e leituras, a partir também das colocações dos profissionais. Nesse processo, sentidos foram sendo produzidos coletivamente com a equipe, promovendo questionamentos e deslocamentos, aproximando da dimensão institucional das implicações e das práticas da equipe, na tentativa de criar outras conexões entre eles e com as famílias. Entendemos que agenciar pesquisador e pesquisado, associar teoria e prática, conectar saberes acadêmicos e experiências é produzir indagações que desestabilizam e que podem vir a compor novas realidades. É intervir, colocando em análise as instituições e os processos de subjetivação que constroem o cotidiano dos serviços, no caso, da assistência social na proteção social básica. Os resultados que apresentamos a seguir foram construídos nessa perspectiva e nos permitem conhecer, em parte, as relações estabelecidas pelas famílias com a equipe do CRAS.

(Des)conhecendo as relações entre as famílias usuárias do CRAS e sua equipe

Conhecer a relação da equipe com as famílias na Proteção Social Básica, um dos objetivos de nosso estudo, é também deixar que essas famílias se coloquem, se posicionem frente às intervenções e ao equipamento, além de pensar nos encontros que se fazem e geram efeitos tanto na equipe como nas famílias. Pensar esses efeitos nos permite rastrear como a inclusão social dos usuários através da matricialidade sociofamiliar está, de fato, acontecendo. Para Deleuze (2002), baseado em Espinosa, filósofo que apostava na produção de uma vida alegre, os encontros são essenciais, uma vez que os corpos se encontram em relação permanente. Relações que promovem encontros, jamais intencionais, uma vez que não escolhemos nos en-

contrar. Ao contrário, desde o momento em que somos lançados no mundo estamos sujeitos a encontros. O que, em verdade nos cabe fazer é efetuar o exercício das escolhas, da potência seletiva, cuidando da natureza dos encontros, mediante as experimentações que fazemos na vida.

Desse modo, os encontros que são feitos no CRAS afetam as equipes e as famílias, permitindo ou não a circulação de intensidades, criando deslocamentos e interferências. Esse campo de afetamentos é possível porque os corpos e tudo o que existe se constituem tanto pela potência (intensivo), quanto pelo conjunto de relações que os compõem (extensivo), por partes que se modificam de maneiras infinitas. Estas partes integram nossa subjetividade e se exprimem nas relações que estabelecemos, desfrutando de dimensões distintas, diferenciando-se entre si. Assim, somos todos compostos por partes extensivas, relações e graus de potência que sofrem constantes variações intensivas. Somos, conjuntamente, poder de afetar e de ser afetado, igualdade e singularidade, momento e eternidade, dispostos em um plano de imanência no qual não sabemos de que afetos somos capazes, o que, na verdade, podemos. De acordo com Godinho (2007) no pensamento deleuziano, sustentar o plano de imanência é manter de maneira justaposta e inseparável, a tensão das linhas heterogêneas da realidade que possuem funcionamentos diferentes, no caso a dimensão do intensivo e a dimensão do extensivo, bem como de seus efeitos, que coexistem nos corpos.

Nessa perspectiva, podemos nos perguntar: o que podem essas famílias “vulneráveis”? E esses trabalhadores incomodados? O que circula de intensivo, de potente nesses encontros? Sim, porque não somos separados da nossa relação com o mundo, da dimensão que se forma entre nossas relações, que se define por agenciamentos, movimentos e afetos e que percorre as práticas na assistência social. Dimensão que se forma entre subjetividades e em uma realidade composta por linhas, também em estado de imanência, como atesta Deleuze e Guattari (1996). Linhas duras, que correspondem aos estratos, ao que está organizado e tende a se repetir e atuam homogeneizando, classificando. Linhas flexíveis que permitem a subjetividade captar a exterioridade das forças que atuam sobre ela e linhas de fuga, que ocorrem quando há uma desterritorialização, quando as forças abandonam um estrato feito por determinadas linhas duras, para, através de agenciamentos que emergem nos encontros, efetuar novas composições. As linhas de fuga dependem das forças que dela se apropriam, e indicam que a subjetividade sai dela mesma, e quando essas linhas são ativas, agenciamentos com a alteridade se fazem e ocorre a invenção: traça-se a vida, acompanha-se devires. Essas “[...] três linhas não só coexistem, mas também se transformam, passam uma nas outras” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 103) e estão presentes nos encontros que, quando potentes, se desfazem para formar o “entre”, desprender intensidades, agenciar e produzir deslocamentos.

Linhas que dão visibilidade ao jogo de forças presentes nas famílias e as tornam, muitas das vezes sem condições de se colocar perante as intervenções feitas pelos

profissionais. Observamos no contato com esses grupos, durante as atividades desenvolvidas no CRAS e nos dados coletados nas entrevistas, uma grande dificuldade de se posicionar frente ao equipamento. Os familiares raramente conseguiram emitir críticas e refletir sobre os programas do CRAS. “*Muito bom, o atendimento deles é muito bom para atender a gente, muito popular com a gente, eu não tenho nada pra reclamar das meninas*”. Esse tipo de fala, de uma filha cuja mãe frequenta um Centro de Convivência, foi constantemente colocado pelos familiares. Não que no CRAS que tomamos como campo de intervenção e análise as famílias não sejam bem tratadas, mas observamos a manutenção de linhas duras, das partes extensivas assim chamadas por Deleuze (2002), partes que formatam, estratificam e mantêm a marca da dádiva que muito tempo em nossa história sustentou os trabalhos na assistência social, e tornou essas famílias, de fato, impotentes em contato com corpos que queriam “ajudar”, mas não permitiam que a potência da vida, o intensivo aflorasse, prerrogativa necessária e imprescindível para que a proposta da atual política de autonomia seja alcançada. Nessa perspectiva, não há autonomia sem que a potência se exerça nos encontros.

O que percebemos é que, em sua maioria, esses grupos ainda sentem que o equipamento faz um favor a eles, uma ajuda que pode cessar a qualquer momento e por isso não podem criticar, tampouco questionar, com receio de perder os benefícios que possuem ou as atividades das quais fazem parte. Isso foi falado explicitamente na entrevista coletiva. Esta visão por parte dos usuários, ainda encontra-se distante da ideia de direito social propagada pela PNAS. Historicamente nesse campo, a permuta de favores e votos reproduzia situações de sujeição que eram “[...] tradicionalmente clientelistas e assistencialistas, [...] ações que transformam o direito em ajuda e doação, sendo que, quem recebe fica devendo um favor e se vê obrigado a retribuir a doação com serviços e votos” (CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S., 2002, p. 17) e parecem-nos que essa mentalidade ainda é dominante, compondo o estrato da assistência social. Nesse contexto, muitas das famílias ainda se mantêm passivas, com certa submissão ao CRAS e com dificuldade de se potencializarem. Esse posicionamento usualmente deixa a equipe sem saber o que fazer para mudar essa condição. Desse modo, a linha dura do assistencialismo e da dependência enlaça os encontros impedindo que estes se façam potentes e a força da vida fica fracionada em segmentos que repetem o que já existia: famílias sem iniciativa e profissionais pretensamente ativos com a missão de resgatá-las da inércia. Na verdade, a partir de raciocínio de Espinosa na litura de Deleuze (2002), famílias e profissionais – paradoxalmente transitam entre ativos e também passivos. Contudo, nesse contexto, instala-se assim um plano de transcendência que mantém lugares hierárquicos que se sustentam nas dicotomias inércia/capacidade *versus* salvação/incapacidade permeadas por fortes relações de poder. Plano de transcendência produzido pelo modelo dominante de assistência social, pela mentalidade ainda

polarizada e que se sustenta em classificações e oposições, nos distanciando da imanência, da coexistência de tensionamentos inerentes à realidade e à vida.

Ao discutir as metodologias de ação com as famílias na assistência social, Bronzo (2009) pontua que esses grupos, em condições de vulnerabilidade social e de pobreza, desenvolvem atitudes de apatia, resignação, subordinação e dependência, dentre outros, se aprisionando nas armadilhas da escassez. Insistindo em uma identidade grupal calcada na vulnerabilidade e na menos-valia, presas nessas linhas duras que tendem a se reproduzir, essas famílias e esses profissionais podem se encontrar com potência de experimentação debilitada. Precarizados pela exclusão social, circunscrevem a potência da vida em reproduções, clichês dos necessitados e dos provedores, que dicotomizam e tornam binária, a heterogeneidade da vida. Ora tristes, ora ressentidos, ora conformados todos têm sua potência de agir minada. A questão que se coloca é como, no cotidiano do SUAS, fazer com que as conexões se tornem produtivas.

Como vimos, “entre” as subjetividades é que os encontros se fazem deixando transitar afetos. Esses afetos para Deleuze (2002) referem-se às paixões fundamentais que preenchem nossos corpos: a tristeza e a alegria. Tristeza que emerge quando há a diminuição da potência de agir, padecimento que mina a essência, paralisa e me separa do que posso. Alegria que, por sua vez, se dá quando há um aumento da potência de agir, afirmando a existência e me ligando à minha essência. Alegria e tristeza, efeitos de forças externas, dos encontros que se efetuam. Em meio à classificação pelos documentos oficiais de vulnerabilidade e de riscos sociais que se encontram os grupos que acompanhamos, nos arriscamos a perguntar que tipo de encontros é estabelecido e que cuidados ou não à vida estão sendo produzidos nessa dimensão. Nas misturas de corpos que produzem efeitos podemos experimentar bons encontros ou maus encontros. Nos bons encontros, a potência de agir é aumentada e eu experimento um afeto de alegria, ocorre então uma conexão com outro corpo cuja potência se adiciona à minha. Nos maus encontros, a potência de agir é diminuída, encontro-me separado do que posso e eu sou engolido pelas paixões tristes, ocorre então uma conexão com outro corpo cuja potência se opõe à minha.

Deparamos, em nossa pesquisa, com boa parte das famílias separadas do que elas podem, presas em segmentos, atadas às fôrmas da desigualdade social, denotando um funcionamento que, muitas vezes pode ser partilhado pela equipe quando esta tem dificuldade de vê-las como potentes e capazes, embora tenha-se como diretriz da PNAS buscar o fortalecimento das capacidades dos indivíduos e das famílias para o enfrentamento das vulnerabilidades. Ao analisar os termos vulnerabilidade social e risco social em documentos do campo da assistência social, Santos, Roesch e Cruz (2014) investigam também a produção e a circulação dos sentidos dos mesmos entre os psicólogos e os assistentes sociais, evidenciando que estes geralmente se sentem responsáveis por retirar as famílias da situação de vulnerabilidade, deixando de lado a análise de que são

questões complexas e multideterminadas que levam as famílias a essa condição. Além de desconsiderar, no nosso entender, que esse deslocamento é sempre um movimento coletivo, imanente, que se dá nas misturas de corpos que se agenciam e produzem efeitos potentes e revolucionários. Esse processo jamais ocorre de forma hierárquica e transcendente, a partir de certa superioridade de um dos lados. Moldados pelo seu conhecimento e pela sua classe social, os técnicos correm o risco de inferiorizar e desqualificar as famílias, desconsiderando o contexto em que os modos de vida dos usuários se engendram e efetuando julgamentos e classificações que os distanciam da potência da vida como nos alerta Romagnoli (2015).

A desigualdade social enlaça a todos, naturalizando a miséria, precarizando a vida nessa parcela da população e também em quem com ela trabalha. Esse é um risco que é levantado por Oliveira e Heckert (2013) ao afirmarem que a arte de governar está na própria criação do CRAS, colocando em cena os efeitos da lógica capitalista. Ao realizarem uma análise foucaultiana da emergência desse equipamento e o embate de forças presentes nesse percurso histórico, os referidos autores evidenciam as artes de governar e os efeitos das relações de poder nesse contexto, denunciando como as desigualdades são necessárias para o campo da assistência social, mesmo após a criação da PNAS. Ao estudar a vulnerabilidade social, Monteiro (2011, p. 37) destaca que essa concepção “[...] não considera o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematiza a superação de suas contradições, na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais”. Nessa direção, o CRAS em seu funcionamento, também não problematiza essas contradições como produtoras de vulnerabilidades e riscos, focos de sua atuação.

Contradições presentes nas intervenções dos profissionais e que podem compor endurecimentos, deixando circular paixões tristes. Mas como fazer aflorar as paixões alegres, nesse contexto? Viver é a arte de organizar os bons encontros, compor os relacionamentos, formar as potências, experimentar. Devemos estar atentos ao cuidado que estamos produzindo nessas famílias, a que promoção social nós estamos fazendo, pois estes processos podem encobrir práticas morais ou de tutela, resultando em verdadeiros maus-tratos à vida que nada têm a ver com uma construção de cuidado coletiva. Dessa maneira, no cotidiano do SUAS, os profissionais precisam estar abertos para fazer uma composição com as famílias e não uma decomposição, uma vez que a potência de agir varia com as forças que circulam entre os encontros, nas relações, fora dos territórios conhecidos, das formas estabelecidas. Nesse sentido, o grande desafio é como criar um circuito que atue como um dispositivo para formar planos de expansão da vida.

No SUAS, a expansão da vida apresenta-se fragilizada em várias circunstâncias. Em nosso estudo, sem questionar os elementos da realidade social que os colocam em vulnerabilidade, os familiares têm receio de serem lesados pela equipe em certas situações. Quando conseguem se desvencilhar do segmento, do modelo que os domicilia, examinado anteriormente, as famílias usuárias têm

uma ideia dos profissionais do CRAS como uma espécie de vigias que estão à espreita de deslizamentos no cumprimento das condicionalidades, para cortar seus benefícios, sobretudo os benefícios do Programa Bolsa Família. Temor, obediência, subserviência, atitudes que visam manter determinadas posturas que fazem parte dos encontros que se estabelecem sob a égide da sensação de vigilância.

Siqueira e Lino (2013) colocam em análise a política pública de Assistência Social relacionando suas práticas como o exercício do biopoder, definido por Michel Foucault como o poder de fazer viver, de gerenciar a vida, no caso, a vida dessas famílias (FOUCAULT, 1996). Esse controle sobre a vida se exerce na vigilância da moradia, do cuidado destinado às crianças, da higiene, das doenças, do nascimento, da morte. Nessa direção, apontam que os benefícios que as famílias têm medo de perder, conforme escutamos, não são meras “doações”, mas sim uma troca com esses grupos que deve, se encaixar nos padrões normatizados, dentre eles, terem os filhos na escola, possuírem assiduidade na unidade de saúde (vacinação), dentre outros. Padrões que conduzem a uma verdadeira alteração de modos de viver desses grupos, em prol dos parâmetros instituídos, imprescindíveis quando a equipe, que não outorga e nem retira esses benefícios que são uma concessão federal, confere e atua para a regularização das situações dos beneficiários, além de efetuar o seu recadastramento. As autoras apontam para o risco de normalização e controle das famílias sem levar em consideração sua singularidade. Nesse sentido, “Assistir muitas vezes é normatizar a vida, os corpos, é tentar consertar os desvios” (OLIVEIRA; HERCKERT, 2013, p. 155). Tanto controle e vigilância podem levar a uma postura, por parte dos especialistas, de que a as pessoas são incapazes de produzir suas próprias estratégias de sobrevivência.

Evidenciamos em nossa pesquisa que a marca da incapacidade circula ainda na articulação com o território e ressoa na equipe, compondo um mau encontro, deixando transitar nas relações estados de paralisação e de reprodução. Nas narrativas dos moradores que residem no bairro em que se localiza o CRAS, apareceram questões da baixa autoestima da comunidade, linhas históricas que foram tecidas ao longo da trajetória da região, considerada inferior quando comparada a regiões vizinhas. Eles são considerados “povo sem estrutura”, “pés vermelhos”, “pés de pombo”, pois antigamente havia lá muito mato e ruas sem calçamento com terra vermelha. Essa terra sujava os pés de quem lá morava que não tinha dinheiro para comprar sapatos e andava descalço, deixando os pés vermelhos, da cor dos pés dos pombos. Esses apelidos depreciativos indicam a pobreza e a falta de recursos, a desqualificação do território, e em alguns momentos aprisionam as forças da comunidade na menos-valia e na inferioridade, compondo formas de exclusão social. Nesse contexto, o lugar que se localiza o CRAS é considerado o mais pobre e violento da região, inclusive muitos dos seus moradores dizem morar em bairros vizinhos quando têm que preencher uma ficha de emprego ou conseguir uma vaga para o filho na melhor escola da região. Fazem isso por acreditar que morar lá é algo que os es-

tigmatiza, os deprecia. Essa marca circula no território e reverbera nas relações que se estabelecem. Nas conexões com o território, acreditamos que esse desvalor encontra ressonâncias em certas posturas da equipe, que se sente desmotivada e não consegue cumprir todas as suas metas. Esse acoplamento mantém a forma “inferioridade” e impede agenciamentos inventivos, que burlem essas linhas duras, esse modelo de se relacionar.

Essa incapacidade pode circular nas relações que se fazem no CRAS e ser partilhada por todos. Um dos efeitos dessas linhas duras é a própria dificuldade de ocupação dos espaços de representação comunitária, pois essa representação ainda é precária. A ideia de que deveriam levar as questões discutidas para uma instância política em que elas seriam ouvidas surgiu a partir das queixas com relação ao Programa Maior Cuidado. As famílias, na entrevista coletiva realizada, fizeram críticas ao processo de formação do cuidador e à postura do Centro de Saúde. Queixaram-se da falta de comunicação dos profissionais que não passam as informações necessárias, além da desorganização deste programa. Nessa entrevista surge a ideia da liderança comunitária, que lá estava presente, de levar as queixas do Programa Maior Cuidado para o Conselho de Assistência Social. Espaço que até então esta liderança não havia conseguido ocupar, tampouco havia pensado em uma demanda para ser apresentada.

Cabe pontuar que no Programa Maior Cuidado vários conflitos estão presentes na relação dos profissionais do CRAS com os profissionais do Centro de Saúde do território e também com os usuários. Este programa municipal corresponde a uma ação intersetorial para a inserção do idoso na assistência social, obedecendo aos seguintes critérios no domínio da assistência social: ser beneficiário de programa de transferência de renda, ter um único membro da família dispensando os cuidados, o cuidador familiar ser idoso, presença de insuficiência familiar e avaliação socioeconômica compatível. Já no domínio da saúde é necessário: a avaliação funcional do idoso, dificuldade com atividades instrumentais da vida diária, avaliação cognitiva, avaliação de equilíbrio e marcha, internação recorrente e recente e uso de variados tipos de medicamentos. Nesse programa, a intersetorialidade faz emergir uma série de desencontros e queixas colocados pela equipe do CRAS, tais como: falta de apoio dos profissionais à saúde, desqualificação dos serviços prestados por este equipamento e responsabilização da assistência social por todos os cuidados. As famílias também têm queixas acerca da eficácia das ações intersetoriais.

O processo de institucionalização desse programa pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foi estudado por Rocha (2013), a partir da Análise Institucional de René Lourau, através dos seguintes analisadores, que desvelam pontos de conflito entre forças instituídas e instituintes: o descompasso entre a formulação e implementação do projeto nos territórios, a não escuta dos usuários antes da formulação do projeto, a cisão entre o discurso e a prática da intersetorialidade, a não capacitação dos cuidadores de idosos e a questão velhice e o cuidado, para as famílias e técnicos. A autora evidencia que a ação inter-

setorial, com todas as mudanças e flexibilidade que esta exige, ameaça as forças instituídas, imbuídas na conservação do que já existe, impedindo as conexões entre os setores. E, em nossa pesquisa isso foi enunciado pelas famílias usuárias desse programa, que foram entrevistadas.

Alguns familiares relatam ainda que se sentem intimidados e que não procuram o CRAS para se inserir em outros programas, pois receiam viver situações de julgamento, seja pelo seu problema que apresentam, seja pelo modo com que sua família se constitui. Embora a PNAS sustente que no trabalho com a proteção social é preciso considerar outros arranjos familiares que escapem ao modelo da família nuclear, isso não ocorre com flexibilidade no cotidiano, como podemos notar na fala de alguns entrevistados (BRASIL, 2004). Atentas a esses obstáculos que podem sustentar a postura da equipe com os grupos familiares, Gueiros e Santos (2011) defendem a necessidade de que os profissionais que atuam no SUAS ampliem o olhar sobre a família, conhecendo a dimensão social e histórica do grupo e os tratando como, de fato, sujeitos de direito. Para abarcar a complexidade que assola uma família usuária dos equipamentos da política de assistência social é preciso se conhecer a dinâmica interna dessa família e dela com o meio social. Assim, atuar “[...] com famílias significa superar preconceitos, desmistificar a ideologia de família como núcleo natural e padronizado e aprofundar o conhecimento de sua realidade social, adentrando suas vicissitudes, vulnerabilidades e potencialidades” (GUEIROS; SANTOS, 2011, p. 83).

Teixeira (2010) alerta ainda para o risco de a matricialidade retroceder para posturas tradicionais que podem se fundamentar na desconsideração das questões sociais, na prevalência do metodologismo e na adoção acrítica de referenciais conceituais. Essas posturas podem resultar na patologização das famílias atendidas e em regressões conservadoras no trato com as famílias ampliando ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilidades que devem assumir. Os familiares entrevistados percebem e denunciam esse plano de forças, embora somente tenham conseguido fazê-lo na entrevista coletiva, nos conduzindo a pensar os poderes que são inerentes aos saberes e as relações, o que ocorre entre as famílias, os profissionais e o CRAS. Romagnoli (2015) também ressalta a importância do conhecimento dos contextos históricos e sociais e da multideterminação da realidade na qual essas famílias estão inseridas. Nesse contexto, examina a crença em um modelo ideal de família por parte da maioria dos agentes sociais que trabalha nas políticas públicas, que utiliza a ideia de família nuclear como referencial, ideal que transcende o cotidiano e tende a igualar os modelos familiares. Esse modelo é responsável pela referência no julgamento das famílias que fogem a esse padrão, desqualificando a singularidade dos grupos cadastrados no CRAS.

Na tentativa de burlar esse descrédito, que distancia a família do equipamento, como foi colocado pelos entrevistados, é essencial desnaturalizar a ideia de família como algo universal, imutável e sagrado, explorando a sua relação com os diferentes arranjos familiares da atualidade. Desnaturalizar é pensar a complexidade, lançando

um olhar político, objetivando evidenciar as relações de poder que fazem com que certas coisas tidas como verdadeiras, sejam ditas como algo tomado/produzido como objeto de saber, analisando as práticas discursivas de determinado momento histórico. Ou seja, desnaturalizar é extinguir as origens, as verdades imutáveis e estudar as formas de poder em suas conexões (FOUCAULT, 1996). A construção e sustentação de verdades imutáveis embasadas no saber, verdades que totalizam e homogeneizam corresponde à naturalização, apontada por Scheinvar (2006) e que usualmente circulam entre os técnicos e as famílias precarizando ainda mais a vida presente nesses grupos e impedindo que bons encontros se façam.

Além da naturalização do modelo de família nuclear, certo é que as práticas das políticas públicas também sustentam representações naturalizadas de família, homem e mulher, pai e mãe, como afirmam Meyer, Klein e Fernandes (2012) ao estudar as noções de família em três programas da assistência social localizados na Grande Porto Alegre. As autoras ressaltam que o modelo ideal de família continua sendo referência para a ação dos/as técnicos/as nesses programas, apesar da assistência social, em seus documentos, insistir em uma concepção mais aberta de família. No dia a dia, um dos efeitos dessas linhas duras, dessas formas cristalizadas, parece ser a “naturalização” da ausência de um homem-pai nos núcleos familiares mais pobres e, sobretudo, sua “desresponsabilização” pela vida das crianças nesse contexto. Essa atitude efetua a sobreposição de parte significativa dos deveres até então definidos como “paternos” por nossa sociedade, sobretudo aqueles vinculados ao provimento do lar, aos já consagrados “deveres maternos”. Quase todas as atividades do CRAS têm uma presença majoritária das mulheres contribuindo para a manutenção do imaginário de que o pai é incapaz ou inapto para cuidar das crianças e/ou adolescentes. Apesar das políticas públicas adotem a família como foco de suas ações, convocam, efetivamente, as mulheres-mães para serem suas parceiras, não favorecendo o envolvimento dos pais. Mulheres-mães são ensinadas por muitas instâncias, e constantemente, a responsabilizarem-se pelos seus filhos. Assim, tanto a maternidade, quanto a paternidade passam a ser significadas, instituídas e reguladas pelo Estado.

É preciso refletir sobre esse efeito e desmistificar o conceito de família como algo universal e sagrado, aceitando os diferentes arranjos familiares que escapam ao modelo nuclear, e conseguindo criar vínculos produtivos e inventivos com os grupos em seus mais variados arranjos. É com essa diversidade que os psicólogos e equipes vão atuar, sendo que cada vez mais estes profissionais são convocados a trabalhar associativamente com a família, atentos à singularidade da comunidade em que o profissional está inserido. A PNAS é uma política recente, ainda em construção e para sua consolidação precisamos também conhecer a perspectiva das famílias acerca do seu funcionamento. Como vimos, questões como favor, julgamento e responsabilização das mulheres atravessam a relação

desses grupos com os equipamentos e podem impedir que a vida se exerça, impossibilitando bons encontros que potencialize a todos, tanto da equipe quanto a famílias.

Considerações Finais

A relação da equipe com a família ainda é um desafio no espaço cotidiano do CRAS, bem como a sustentação da promoção social. A PNAS exige, no nosso entender, a convocação permanente e um esforço coletivo de problematização das questões presentes no cotidiano dessa relação. Postura que tentamos favorecer com nossa pesquisa. Com certeza, é necessário que as famílias sejam parceiras no enfrentamento da exclusão social. Todavia é preciso escutar suas necessidades, acolher suas singularidades e apostar em suas capacidades, para não correremos o risco de como especialistas, sabermos mais desses grupos que eles mesmos, insistindo em práticas morais e tutelares, que fogem ao propósito dessa política pública.

O desafio permanente, no nosso entender, é construir um modo de fazer e de associar que não atue em prol de uma lógica assistencial, da passividade e da submissão e não da autonomia. Lógica muitas das vezes ainda centrada no indivíduo e em julgamentos moralistas. Para escapar dessa hegemonia, devemos estar atentos a que tipo de vida temos acolhido na assistência social e ao que temos dado passagem nos nossos encontros, se estamos abertos às forças de afirmação da vida ou somente operando para a manutenção do que já existe, da reprodução de modelos. Nessa proposta, uma das saídas para o enfrentamento dessas famílias da fragilidade na qual se encontram, favorecendo o aflorar do intensivo, pode ser o estabelecimento de bons encontros que contribuam a expansão da vida, potencializando equipe e família, uma vez que os efeitos das relações, o que elas compõem ou decompõem são essenciais como nos lembra Deleuze (2002). Já que a realidade não é dada, como geralmente a pobreza e a exclusão nos levam a crer, podemos, através de nossas intervenções, construir paixões alegres que nos conduzam a ações revolucionárias na micropolítica do cotidiano.

Referências

- AMADOR, F. S.; LAZZAROTTO, G. D. R.; SANTOS, N. I. S. Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 228-248, 2015. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180/pdf_26. Acesso em: 22 mar. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm. Acesso em: 21 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: BRASIL. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/UNESCO, 2009. p. 171-201.

- CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. et al. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2002. p. 11-25.
- DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3, p. 83-115.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- GODINHO, A. *Linhas de estilo: estética e ontologia em Gilles Deleuze*. Lisboa: Relógio d'Água, 2007.
- GUEIROS, D. A.; SANTOS, T. F. S. Matricialidade sociofamiliar: compromisso da política de assistência social e direito da família. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 10, n. 12, p. 73-97, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634842/3366>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 465-489.
- MEYER, D. E.; KLEIN, C.; FERNANDES, L. P. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 433-449, ago. 2012. [CrossRef](#)
- MONCEAU, G. Effets d'une pratique clinique de recherche. In: KOHN, R. C. (Org.). *Pour une démarche clinique engagée*. Paris: L'Harmattan, 2013. p. 91-104.
- MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011. Disponível em: <http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- OLIVEIRA, C. M. C.; HECKERT, A. L. C. Os centros de referência de assistência social e as artes de governar. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 1, p. 145-160, jan/abr. 2013. [CrossRef](#)
- ROCHA, A. P. L. *Cuidado com a velhice: interdisciplinaridade e intersetorialidade*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n3/v21n3a14.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2014.
- ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.
- ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia e Sociedade*. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abr. 2014. [CrossRef](#)
- ROMAGNOLI, R. C. O ideal de família e seus efeitos no cotidiano dos agentes sociais. In: ROMAGNOLI, R. C.; DIMENSTEIN, M. (Org.). *Cotidiano e processos de subjetivação: aprisionamentos e expansões*. Vitória: EDUFES, 2015. p. 177-195.
- SANTOS, N. L.; ROESCH, D.; CRUZ, L. R. Vulnerabilidade e risco social: produção de sentidos no campo socioassistencial. *Revista Jovens Pesquisadores*, v. 4, p. 119-127, 2014.
- SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos brasileiros de psicologia*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 48-57, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2012.
- SIQUEIRA, K. O. M.; LINO, M. V. Assistência Social e biopoder: produzindo "vulnerabilidades", prevenindo "riscos" e normalizando as formas de viver. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 35-53, 2013.
- TEIXEIRA, S. M. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na Política de Assistência Social. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 535-549, 2010.

Recebido em: 13 de julho de 2015

Aceito em: 30 de junho de 2017

(Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados

Fábio de Carvalho Mastroianni^{Orcid}*, Fernanda Roberta Sturion^{Orcid}, Flávia dos Santos Batista^{Orcid},
Karen Cristina Amaro^{Orcid}, Talita Bombarda Ruim^{Orcid}

Universidade de Araraquara, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

A história tem revelado a necessidade de proteger crianças e adolescentes em situação de risco, tornando-se imperativo atentar-se às condições de desenvolvimento da infância. Buscou-se analisar as informações processuais relacionadas ao acolhimento institucional destes sujeitos, identificando quais aspectos relacionados à dinâmica familiar podem contribuir para o acolhimento e/ou o desacolhimento. Utilizou-se o método de pesquisa documental e análise de conteúdo; observou-se que o uso de álcool e/ou drogas pelos responsáveis é um dos principais fatores associados ao acolhimento (90,2%), podendo estar associado a outros motivos, tais como negligência dos pais no exercício da função parental (68,3%) e dos cuidados básicos (36,6%). Contudo, a frequência de contato e a regularidade da família com as crianças e adolescentes durante o período de acolhimento pode favorecer a reintegração. Conclui-se que investir em políticas públicas que fortaleçam os vínculos familiares e o protagonismo social se mostra fundamental para garantir o direito à convivência familiar.

Palavras-chave: acolhimento institucional; infância; adolescência; pesquisa documental; análise de conteúdo.

Admission or egress of children and adolescents in shelters: family aspects

Abstract

The history has revealed the need to protect children and adolescent at risk, becoming imperative the attention on the conditions of childhood development. We analyzed procedural information related to institutional care of these subjects, by identifying the aspects associated with the familiar dynamic that may contribute to the admission or egress in shelters. We used both documentary research and content analysis research methods; the alcohol and/or drug use by the responsible for the children and adolescents is one of the main factors that lead to institutional care (90.2%), among other reasons, as parent negligence at parental role (68.3%) and at basic care (36.6%). Notwithstanding, the frequency and the regularity on the contact of the family to the children and adolescent during the shelter period can promote the reintegration. It was possible to conclude that investments on public politics, which strengthen the family bonds and the social involvement, are essential to assure the rights to a family life.

Keywords: institutional care; childhood; adolescence; documentary research; content analysis.

Introdução

A relação entre crianças e adolescentes em situação de risco com os adultos e as instituições responsáveis por estas demandas passou, ao longo da história, por diversas transformações. No Brasil imperial, indivíduos nessas condições recebiam tratamento jurídico semelhante àqueles aplicados aos adultos através do código penal vigente, onde invariavelmente os conflitos eram resolvidos por meio da privação de liberdade (MIRANDA, 2017). O Estado não considerava sua condição peculiar e a importância dada aos seus interesses, como educação e assistência, eram realizadas pelas organizações filantrópicas e ordens religiosas, através das Santas Casas de Misericórdia (CUNHA; BOARINI, 2010).

A instituição do primeiro código voltado a esta população (Código de Menores [BRASIL, 1927]) surgiu neste contexto social de medidas repressivas (doutrina penal). A principal mudança trazida com aquela legislação foi a substituição da aplicação de penas por medidas de prevenção criminal e assistência, através das internações (MIRANDA, 2017). Um pouco mais de meio século após, este código foi alterado pela Lei nº 6.697 (BRASIL, 1979)¹ que, embora revogasse a lei anterior,

manteve fundamentos comuns. Baseada na doutrina da situação irregular, o novo Código de Menores (BRASIL, 1979) não fazia distinção quanto ao “menor” considerado “delinquente” (que havia cometido um crime qualificado) daquele em situação de abandono ou de dificuldade (AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009).

Apesar dos avanços, o código ainda fomentava a distinção entre infância (aqueles incluídos na cobertura das políticas públicas e sob a proteção de suas famílias) e menoridade: crianças e adolescentes excluídos das políticas públicas básicas (AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009). A responsabilidade sobre estes indivíduos era atribuída somente às famílias e como o Estado não tinha a obrigação de proteger a família por meio de programas sociais, agia apenas quando estivessem em condição irregular, atuando, entretanto de maneira repressiva (PITTA; FONTOURA, 2009).

Embora algumas legislações já mencionassem a importância da família no desenvolvimento da infância, foi principalmente no final do século XX, por meio de uma nova constituição (BRASIL, 1988) e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) que tal reconhecimento recebeu maior ênfase. O artigo 227² da

*Endereço para correspondência: Universidade de Araraquara. Rua Carlos Gomes, 1338, Centro, Araraquara, SP - Brasil. CEP: 14801-340. E-mail: psicomastroianni@gmail.com, fersturion@hotmail.com, psicologia.flaviabatista@gmail.com, karen.amaro@hotmail.com, talitabombarda@yahoo.com

¹Substituída pela Lei nº. 8.069 (BRASIL, 1990).

²Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,



Constituição Federal e o artigo 4º do estatuto³ ratificaram a prioridade absoluta a crianças e adolescentes, atribuindo não só à família, mas a todos, a responsabilidade sobre o desenvolvimento saudável destes indivíduos. Neste contexto, a família passou a receber ainda mais importância no âmbito de proteção social, devendo o Estado intervir para protegê-la ao invés de substituí-la por meio de medidas repressivas e de internação, como ocorria no código anterior (CUNHA; BOARINI, 2010).

Se o código anterior sustentava a cultura da institucionalização, principalmente da população economicamente desfavorecida, por meio da constituição e do estatuto foi construído um novo paradigma sobre as famílias (MIRANDA, 2017). De julgada, substituída e excluída pelo Estado, a instituição familiar passou a ser considerada como o melhor lugar de acolhimento, proteção e espaço de atenção aos seus membros, devendo permitir aos filhos desenvolver a socialização e a construção de suas subjetividades (VONS; MIRANDA, 2009).

O Estado neste contexto deve auxiliá-la a desenvolver suas potencialidades e ajudá-la a se recuperar, propondo parcerias no resgate e no crescimento da instituição familiar (MOREIRA; MIRANDA, 2007). Neste sentido, as medidas de acolhimento de crianças e adolescentes visando protegê-las tornam-se aplicáveis apenas em situações excepcionais, devendo-se garantir o direito à convivência familiar, de preferência junto à família natural ou através de colocação em família substituta, quando a primeira alternativa não for possível (AYRES; CARDO-SO; PEREIRA, 2009).

Apesar do caráter provisório e excepcional na prática ainda se observa a cultura da institucionalização, gerando acolhimentos inadequados e ineficazes. Este quadro se deve ao limitado acesso de algumas famílias às políticas sociais de proteção (VONS; MIRANDA, 2009). A assistência social como política pública de proteção também configura uma situação nova, pois somente com a constituição de 1988 é que passou a se pautar na universalidade da cobertura e do atendimento, integrando o Sistema de Seguridade Social ao lado da Saúde, ambas não contributivas, e da Previdência Social, esta sim contributiva (BRASIL, 2008).

Em 1993 a assistência social foi regulamentada pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742 [BRASIL, 1993]), criando-se uma nova matriz para a política de assistência social. Esta passa a ser entendida como política de proteção às pessoas, às circunstâncias e dentre elas, o seu principal núcleo de apoio: a família (BRASIL, 2005). O modelo assistencialista, marcado pela ausência de responsabilidade do Estado e por ações circunstanciais é abandonado, levando a partir de 2005 à construção do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) (BRASIL, 2005).

exploração, violência, crueldade e opressão. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65 (BRASIL, 2010).

³Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Para a sua implantação o Conselho Nacional de Assistência Social, após ampla mobilização nacional, editou em 2004 a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) a qual prevê entre os seus principais objetivos a construção de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para famílias, indivíduos e grupos. Estas estratégias visam ampliar o acesso aos bens e serviços socioassistenciais, assegurando que as ações tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2008).

Nesta perspectiva as políticas de assistência social passam a se concentrar em intervenções que estimulem maior autonomia, promovendo o desenvolvimento humano e social. Ao invés do assistencialismo incentivado por um Estado tutelador, insere-se o conceito de direito à assistência, no qual o enfoque é sobre o desenvolvimento e a autonomia dos indivíduos e não na dependência dos mais vulneráveis em relação ao Estado (BRASIL, 2008).

No que se refere a crianças e adolescentes, um processo participativo de elaboração conjunta resultou na criação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). Este Plano constitui um marco nas políticas públicas brasileiras, pois visa romper com a cultura da institucionalização, ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo estatuto.

Em conjunto com as políticas de assistência social, busca a manutenção dos vínculos familiares e comunitários e está, portanto diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família. Tal iniciativa reconhece a importância da mobilização do Estado e da sociedade para que crianças e adolescentes sejam vistos de forma indissociável de seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, 2006).

Destarte, ao se referir ao acolhimento de crianças e adolescentes, o paradigma atual exige que os agentes sociais (profissionais e técnicos envolvidos em serviços e equipamentos de políticas públicas dos estados e dos municípios, junto ao poder judiciário) e a comunidade em geral atuem no sentido de fortalecer e apoiar a instituição familiar (MOREIRA, 2014). O acolhimento pode oferecer proteção material, mas não atende as necessidades afetivas, assim como não oferece espaço de referência e de organização da identidade, assujeitando crianças e adolescentes (RAMOS, 2009).

A dicotomia entre as práticas e a lei se mostra ainda mais acentuada quando se observa que a legislação prevê a aplicação de medidas de proteção direcionadas também aos pais ou responsáveis nas ocasiões em que os filhos estiverem em situação de risco, remetendo, portanto o dever do Estado e da sociedade com a família (BRASIL, 2006). O referido plano e autores como Ayres, Cardoso e Pereira (2009) destacam a importância de se reverter a cultura de institucionalização, alterando a própria dinâmica das instituições de acolhimento que, por operarem

através de uma dinâmica assistencialista, geralmente não favorecem o protagonismo social das famílias, estigmatizando-as e culpando-as pelas dificuldades que possuem.

Para Moreira e Miranda (2007) seria reducionista culpar as famílias ou atribuir apenas aos pais a responsabilidade do problema, deixando-se de observar que muitas das condições de vulnerabilidade transcendem a geração dos genitores e acumulam falhas de contínuas políticas de exclusão e de desigualdade social que fazem parte da história do Brasil. Uma rede de proteção mais integrada e articulada com a comunidade e as instituições, sejam elas governamentais ou não, se mostra necessária (BRASIL, 2006).

Destarte, deve-se assumir o seu papel e se envolver com a responsabilidade de reverter as condições destas famílias, modificando-se a postura ainda frequente de se passar o problema adiante (AYRES; CARDOSO; PEREIRA, 2009). Para Souza e Carvalho (2007) é necessária uma comunicação mais efetiva entre estas instituições os conselhos tutelares, o poder judiciário e o ministério público, evitando-se processos tão questionados como os de destituição do poder familiar, os quais encerram a vinculação afetiva entre essas famílias e a sua prole, sem antes ter havido suficiente articulação entre as esferas acima citadas.

Visando modificar a cultura de institucionalização e a morosidade que envolve os processos que dizem respeito ao “Direito à Convivência Familiar”, a Lei 12.010 (BRASIL, 2009b) realizou alterações no estatuto. Baseado no plano de promoção (BRASIL, 2006), o acolhimento deixou de ser restrito à modalidade institucional, reconhecendo-se e incentivando-se o acolhimento familiar e os programas de famílias de apoio. No entanto, a mudança mais revolucionária refere-se à periodicidade e a revisão desta medida, exigindo-se avaliação e atenção contínua às crianças e adolescentes acolhidos em instituição, dando preferência à manutenção ou à reintegração destes à sua família (BITTENCOURT, 2009).

Para a autora, as alterações introduzidas pela referida lei trouxeram maior responsabilidade aos profissionais da rede de proteção, ao município e às instituições de acolhimento, reforçando a importância da intersecção entre estes profissionais, as equipes técnicas e os operadores do Direito. Neste sentido, considerando que a execução do acolhimento institucional exige a abertura e o acompanhamento de cada criança, adolescente e sua família através de procedimentos jurídicos, mostra-se relevante identificar e analisar os fatores que, sob a ótica do poder judiciário, levam à aplicação desta medida ou a retomada da convivência familiar, por meio da análise das informações dos cadastros de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Objetivo

O estudo buscou analisar as informações contidas nos cadastros de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, identificando quais aspectos relacionados à dinâmica familiar, sob a ótica do poder judiciário, contribuíram para a aplicação da medida protetiva de acolhimento e/ou o desacolhimento institucional.

Método

Para a identificação dos aspectos relacionados ao propósito deste estudo foi utilizada a técnica de análise documental. Esta técnica se dirige a materiais que ainda não receberam um tratamento analítico e permite organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. Por documento, entende-se qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação crítica, leitura, reflexão ou crítica (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois a riqueza de informações que deles se pode extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais, uma vez que a técnica possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Além disso, a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas, entre outros.

Para análise destes documentos, o material de estudo foi submetido à técnica de análise de conteúdo, definida como uma técnica de tratamento de dados de pesquisa voltada para uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1977). Esta técnica permite compreender as mensagens dos documentos, classificando-as em categorias que permitam compreender o significado das comunicações. Embora a técnica tenha suas origens na pesquisa quantitativa, busca a interpretação de materiais de caráter qualitativo (GOMES, 2012; MINAYO, 1998).

Material

O material utilizado para a análise foram as informações processuais contidas nos cadastros de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional de uma Vara de Infância e da Juventude de uma comarca localizada no interior do estado de São Paulo. Foram analisados e posteriormente tabulados somente os dados oriundos do cadastro de informações deste juízo. Neste cadastro constam as principais informações sobre os processos de acolhimento e de execução de medida protetiva de crianças e adolescentes que tiveram sua situação reavaliada e sentenciada.

Para a referida análise, foram utilizadas apenas as informações processuais de crianças e adolescentes que estiveram acolhidas entre outubro de 2012 e setembro de 2013. Aqueles que foram acolhidos posteriormente ou já estavam acolhidos, mas até o início deste período haviam sido desacolhidos não fizeram parte do material analisado. Durante o período analisado algumas crianças e adolescentes permaneceram acolhidas, enquanto outras foram desacolhidas, deste modo os dados foram divididos em dois grupos distintos: “acolhidos” (informações processuais daqueles que se encontravam institucionalmente acolhidos até setembro de 2013) e “desacolhidos” (informações

processuais daqueles que foram desacolhidos e retomaram a convivência familiar até setembro de 2013, seja ela com a família natural, extensa ou com família adotiva).⁴

Este cadastro oferece apenas as principais informações sobre os processos, contendo dados tais como resumos e transcrições parciais de: relatórios técnicos das equipes da instituição de acolhimento e da rede de apoio e proteção do município; laudos da equipe técnica do juízo (assistentes sociais e psicólogos judiciários) e as principais decisões e proposições oferecidas pelos operadores do direito (juiz de direito, promotor de justiça e defensores públicos).

Os dados sobre a evolução de determinada criança, adolescente e sua família podem estar presentes em distintos processos: acolhimento institucional, execução de medida protetiva de crianças e adolescentes e perda, suspensão ou restabelecimento de poder familiar. O cadastro reúne todas estas informações processuais e é organizado e atualizado pelos próprios funcionários do juízo, que têm a função de registrar e armazenar as principais informações dos autos processuais.

Aspectos Éticos

Por se tratar de um estudo envolvendo informações relativas a seres humanos, a pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa e posteriormente aprovada sob o CAAE nº 27353714.7.0000.5383. Como não se trata de pesquisa de campo, não houve contato dos pesquisadores com as pessoas descritas ou citadas nas informações processuais. Neste sentido, a técnica de pesquisa documental utilizada se configurou em um método de coleta de dados que eliminou a eventualidade de qualquer influência (presença ou intervenção do pesquisador) do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando-se a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Como se trata de informações pessoais e jurídicas e que, portanto permanecem em segredo de justiça, o magistrado do referido juízo só permitiu o acesso e a exploração destes dados, desde que fossem garantidos o sigilo e o anonimato dos envolvidos nestes processos. Deste modo, são apontados somente dados descritivos, preservando-se a identidade das pessoas citadas nos autos processuais, bem como da referida comarca.

Procedimentos de coleta de dados

A partir do acesso às informações do cadastro, os dados foram selecionados e classificados em categorias pré-definidas, criadas pelos próprios pesquisadores através da revisão da literatura sobre o tema e uma leitura flutuante deste banco dados. Foram analisadas as seguintes categorias: período de acolhimento; constituição familiar (número de irmãos, presença/ausência de genitor);

⁴A lei nº 8.069 (BRASIL, 1990) define “família natural” como a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, enquanto que “família extensa ou ampliada” é considerada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (Art. 25). Já a família adotiva é aquela que por meio de procedimento jurídico, foi atribuída à criança ou ao adolescente a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres (Art. 41).

informações sobre o vínculo com a família de origem e extensa; motivos que ensejaram o acolhimento; decisão judicial; conclusões dos laudos técnicos; informações oferecidas pela rede apoio, como por exemplo, os tipos de encaminhamento pelos quais a criança, adolescente ou sua família foi direcionada.

As responsáveis pela coleta e classificação eram todas estudantes do último ano do curso de Psicologia, elas se dividiram e se alternaram tomando o cuidado para que cada seleção do conjunto de informações relativas a uma determinada criança ou adolescente fosse realizada por no mínimo duas discentes, em dois momentos distintos, favorecendo assim a revisão da coleta de dados. Surgiram divergências ou dúvidas sobre qual categoria determinada informação deveria ser direcionada em apenas 13,5% dos registros. Nestes casos, as informações eram discutidas em conjunto com todas as pesquisadoras e o orientador deste estudo, professor e psicólogo judiciário com experiência em atividades ligadas a este tema.

Análise de dados

Após o levantamento inicial, os dados foram quantificados e analisados, classificando-se as crianças e adolescentes de acordo com: 1) condição em que se encontravam (acolhidos ou desacolhidos) e 2) o grupo familiar ao qual pertenciam. Como as informações do cadastro eram separadas por criança/adolescente, foram considerados do mesmo grupo familiar os indivíduos filhos da mesma genitora. O nome da genitora, portanto constituiu-se como a variável determinante para esta classificação. Insta salientar que sujeitos pertencentes a um mesmo grupo familiar nem sempre se encontravam na mesma condição, isso ocorreu em situações peculiares em que uma determinada criança ou adolescente permanecia acolhida enquanto seu grupo de irmãos havia sido desacolhido, estes casos foram destacados e analisados separadamente, sendo denominados de grupo “misto”.

Estas peculiaridades geralmente ocorrem quando um grupo de irmãos é acolhido em diferentes momentos, trata-se de situações nas quais durante a execução do processo de acolhimento de uma determinada criança, sua genitora engravidou e, posteriormente se observou a necessidade de também acolher o irmão dela. Além disso, há situações em que um mesmo grupo de irmãos possui família extensa distinta, geralmente de origem paterna, o que pode definir um destino diferente para cada uma dessas crianças ou adolescentes.

Para a análise dos dados descritivos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, definida como uma avaliação sistemática de sinais de comunicação, aos quais se atribui valores numéricos de acordo com as regras de mensuração e validação que envolve métodos estatísticos (BARDIN, 1977; MINAYO, 1998). Nesse sentido, buscou-se realizar inferências sobre o significado dos textos analisados, realizando-se assim uma análise descritiva para cada grupo estudado.

A comparação dos dados entre os grupos (acolhidos e desacolhidos) foi calculada através: do Teste *t* (Student); Teste de Mann-Whitney e Teste χ^2 (Qui-quadrado) utili-

zando-se o programa STATISTICA (v. 12' 2013 edition); foi considerado o valor de significância $p < 0,05$ e $p < 0,01$. As categorias que a análise de conteúdo possibilitou encontrar nas mais variadas informações processuais, devido ao volume de dados, serão descritas na seção de resultados.

Resultados e Discussão

Dados gerais

A consulta realizada junto ao cadastro contabilizou um total de 89 registros de crianças e adolescentes oriundos de 45 (quarenta e cinco) famílias. O grupo “acolhidos” foi composto por 50 (cinquenta) indivíduos, oriundos de 26 (vinte e seis) famílias distintas e abrangeu mais da metade (56,2%) da amostra. Já o grupo “desacolhidos” (29,2%) foi formado por 26 (vinte e seis) indivíduos, oriundos de 18 (dezoito) famílias distintas. Apenas 14,6 %: 8 (oito) crianças e 5 (cinco) adolescentes oriundos de 4 (quatro) famílias diferentes possuíam condição “mista”, ou seja, parte dos irmãos foram desacolhidos, enquanto os demais ainda permaneceram acolhidos durante o período analisado (Tabela 1).

Tabela 1 - Frequência de crianças e adolescentes segundo o grupo o qual pertencem

Grupo	Crianças	Adolescentes	Total
Acolhidos	42	8	50 (56,2%)
Desacolhidos	21	5	26 (29,2%)
Misto	8	5	13 (14,6%)
Total	71	18	89

Fonte: produzida pelos autores

A maioria (79,8%) é composta por indivíduos com até 12 (doze) anos incompletos (crianças); esta predominância de crianças sobre a de adolescentes também é observada em outros dois levantamentos nacionais a respeito do tema. Tanto o primeiro, conduzido por Fávero, Vitale e Baptista (2008), quanto o segundo desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Fiocruz (BRASIL, 2012) revelam que a maior parte desta população é composta por crianças. A comparação dos dois maiores grupos (acolhidos e desacolhidos) não aponta diferenças estatisticamente significativas com relação às variáveis: “média de idade” e “tempo médio de acolhimento”.

No entanto, ao se analisar estas variáveis entre os indivíduos que formam o grupo “acolhidos”, verifica-se diferenças estatisticamente significativas. Entre os “acolhidos”, a maioria (71,4%) possui a “situação jurídica provisória” (os genitores não foram destituídos do poder familiar e os esforços para reintegrá-los à família natural, extensa ou ampliada ainda não foram totalmente esgotados). Ao compará-los, observa-se que tanto a média de idade (6,4 anos) quanto o tempo médio de acolhimento (1,1 anos) deles é significativamente menor (Teste U de Mann-Whitney, $p < 0,01$) se comparado àqueles que possuem a “situação jurídica definida” (10,8 anos para média de idade e 3,4 anos para tempo médio de acolhimento).

Àqueles com situação jurídica definida (quando seus genitores já foram destituídos do poder familiar e todos os esforços para reintegrá-los à família de origem, extensa ou ampliada já foram esgotados) só poderão ter garantido o direito à convivência familiar através da adoção.

A análise dos dados, entretanto indica que a chance de se efetivar essas garantias se mostra reservada, uma vez que as informações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)⁵ apontam que o número de pessoas habilitadas no CNA (Cadastro Nacional de Adoção) diminui conforme a idade da criança ou adolescente aumenta, pois a maioria (65,2 %) dos inscritos almeja crianças com idade entre 0 (zero) e 4 (quatro) anos.

Neste sentido, considerando que a média de idade é superior e, portanto contrasta com o desejo da maioria dos pretendentes à adoção, é possível que o tempo médio de acolhimento se torne, ao longo dos anos, cada vez maior. Contraste semelhante também se observa ao analisar o número de crianças e adolescentes desejadas pelos pretendentes à adoção (CNA), onde a maioria (65,4%) dos inscritos almeja adotar somente uma criança, enquanto que os indivíduos do grupo “acolhidos”, em sua maioria (60,9%),⁶ possuem irmãos.

Ainda em relação a esta variável, a análise dos resultados aponta que entre os indivíduos do grupo “acolhidos” é significativamente maior ($\chi^2=6,12$, $p < 0,05$) o número daqueles que possuem irmãos, se comparado com o grupo *desacolhidos*, onde a maioria (77,8%) é composta somente por uma criança. Embora diversos fatores possam contribuir para a reintegração familiar, este estudo, em conjunto com os dados do CNJ, indica que crianças e adolescentes que possuem irmãos apresentam chance menor de voltar a conviver em família (natural, extensa/ampliada ou adotiva) se comparados àqueles que não possuem irmãos.

Já entre àqueles que retomaram a convivência familiar (desacolhidos), a maioria (51,5%) retornou à família natural, enquanto um terço (33,3%) ficou sob a guarda e responsabilidade da família extensa. Apenas 9,1% destes indivíduos foram encaminhados para adoção, enquanto 6,1% tiveram um desfecho diferente. Nestes casos, uma criança ficou com a guarda do genitor dos irmãos unilaterais, enquanto em outra família, uma criança ficou sob a responsabilidade da ex-companheira de seu genitor.

Estes últimos casos demonstram que a ideia de família é muito mais ampla e não se restringe apenas à relação consanguínea, configurando-se no que Paulo (2009) define como: uma relação socioafetiva. Para Fonseca (2002) a compreensão da vida familiar no Brasil contemporâneo exige o esforço para considerar, além da norma hegemônica, também essas dinâmicas alternativas, práticas que possuem densidade histórica.

No entanto, os resultados acima apontam um aspecto ainda mais relevante: a família (natural ou extensa) é o principal destino de crianças e adolescentes que deixam o acolhimento. A adoção, conforme preceitua o estatuto, deve ser pensada apenas quando todas as estratégias e intervenções junto à família se mostrarem esgotadas (FONSECA, 1995). Além disso, mesmo nestas situações não

⁵ Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Adoção, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: 27 outubro 2017.

⁶ Este valor é bem próximo à porcentagem atual de crianças e adolescentes acolhidos no território nacional (59,35%) que possuem irmãos. Fonte: Cadastro Nacional de Adoção, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: 27 outubro 2017.

se deve pensá-la como um recurso efetivo, uma vez que a realidade da maioria desses indivíduos acolhidos diverge do perfil daqueles que pretendem adotar.

Destarte, a família, por vezes considerada a principal responsável pela situação de risco em que se encontram essas crianças e adolescentes, deve ser encarada como o melhor e o mais viável recurso para o enfrentamento do problema (VONS; MIRANDA, 2009). Além disso, se o tamanho da prole pode dificultar a reintegração familiar é provável que este aspecto também a torne ainda mais vulnerável, exigindo-se, portanto que essas famílias recebam apoio e orientação de forma mais intensa da rede de proteção e das políticas públicas (PITTA; FONTOURA, 2009).

Contato das crianças com a família

Com relação à “família natural”, em aproximadamente um terço dos registros de ambos os grupos não havia informações sobre o contato entre estas famílias e os filhos durante o período de acolhimento. Embora os cálculos não apontem diferenças significativas entre os grupos ($\chi^2=3,35$, $p=0,06$), a análise qualitativa destas informações revela importante contraste entre eles: enquanto em “acolhidos” a maioria (43,5%) se mostrou irregular ou ausente; somente em 16,7% das famílias do grupo “desacolhidos” se observou esta situação, pois metade (50%) delas manteve regularidade no contato com a prole.

Quanto à “família extensa ou ampliada”, diferenças estatisticamente significativas podem ser observadas entre os grupos. No grupo “acolhidos” a falta de familiares que possam assumir a responsabilidade é significativamente maior ($\chi^2=4,04$, $p<0,05$), enquanto que no grupo “desacolhidos” é significativamente maior ($\chi^2=7,67$, $p<0,01$) o número de famílias que estabeleceram contato durante o período de acolhimento e manifestaram interesse em assumir a guarda ou a responsabilidade.

Estes dados sugerem que a regularidade e o interesse da família (extensa ou natural) no contato com as crianças e adolescentes, durante o período de acolhimento, estão entre os principais motivos que levam o poder judiciário a decidir pelo desacolhimento e a retomada da convivência familiar. No entanto, outros estudos, realizados junto aos dirigentes destas instituições e os familiares que possuem filhos acolhidos, indicam que nem sempre eles atribuem a retomada da convivência familiar a estes aspectos.

Diferente do presente estudo, que concentrou a análise nas informações processuais, tais pesquisas foram realizadas junto às instituições de acolhimento e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes acolhidas. No levantamento realizado pelo IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2005) junto aos dirigentes das instituições, a falta de condições socioeconômicas destas famílias foi citada, entre outros, como o principal motivo (35,5%) que impede a reintegração familiar, segundo os entrevistados.

Fávero, Vitale e Baptista (2008) no estudo realizado junto aos familiares, observaram que mais da metade (62%) dos entrevistados consideram que para reintegrar os filhos seria necessário o poder judiciário acreditar que eles tem condições (moradia, emprego e renda) para mantê-los.

É importante destacar que o principal motivo apontado nestes estudos, a falta de condições socioeconômicas, não justifica a aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional, pois nos casos de carência material o estatuto (Lei nº 8.069/1990) estabelece a obrigatoriedade de inclusão da família em programas oficiais de auxílio.

Não se trata, contudo, de desconsiderar que a falta de condições socioeconômicas contribui para a vulnerabilidade social em que estas famílias se encontram, pois tais condições podem estar articuladas a outros fatores determinantes da violação de direitos, o que pode ter justificado a necessidade de acolhimento institucional (SILVA; AQUINO, 2005). O contraste entre os elementos pelos quais o poder judiciário se baseia para definir a possibilidade de reintegração familiar e a representação que estes grupos fazem sobre este tema revela que, apesar dos avanços na legislação, ainda se preserva a ideia de que o Estado, através do poder judiciário, tem como função exercer o controle social das famílias, tutelando crianças e adolescentes oriundos das camadas menos favorecidas (CIARALLO; ALMEIDA, 2009).

Algumas das famílias que tiveram seus filhos acolhidos podem se sentir excluídas e penalizadas, concluindo que não possuem capacidade ou que a sua situação de vulnerabilidade jamais lhes permitirá reassumir as suas funções, levando-as à desistência (SILVA, 2009). No entanto, a leitura dos dados demonstra que é durante o acolhimento que a família, natural ou extensa, se torna ainda mais importante, devendo-se desconstruir as crenças e os rótulos que os levam a se sentirem incapazes, excluídas ou até mesmo perseguidas (NASCIMENTO, 2012).

Os resultados apontam que mesmo quando as políticas de promoção e de proteção não se mostram suficientes para garantir a preservação de direitos, como a convivência familiar, os esforços junto a essas famílias continuam sendo fundamentais e ainda mais necessários. Os profissionais que compõem o sistema de garantia de direitos são figuras importantes neste processo, pois é por meio deles que as famílias poderão perceber a mudança de paradigma, de um Estado que vigiava e tutelava a sua prole, para o novo panorama, onde a família, com auxílio de políticas públicas, é quem deve assumir o protagonismo e desenvolver autonomia (NASCIMENTO; COUTINHO; SÁ, 2010).

Aspectos que ensejaram o acolhimento institucional

A análise de conteúdo do cadastro possibilitou identificar 20 (vinte) categorias distintas sobre os motivos que levaram crianças e adolescentes a serem submetidos à medida de acolhimento institucional (Tabela 2). O número de motivos que acarretou na aplicação da medida variou entre 3 (três) e 5 (cinco) em ambos os grupos, não havendo, portanto diferença estatisticamente significativa. De acordo com Fávero, Vitale e Baptista (2008), raramente existe um único motivo que acarrete o acolhimento de uma criança e/ou adolescente, pois uma gama de fatores geralmente está relacionada à aplicação da medida.

Tabela 2 - Motivos que ensejaram o acolhimento institucional

Motivos		Acolhidos	Desacolhidos	Total	(%)
Negligência:	do exercício da função parental	18	10	28	68,3%
	dos cuidados básicos	12*	3	15	36,6%
	afetiva (é localizado, mas não dá a atenção necessária)	4	3	7	17,1%
	abandono de lar ou sem paradeiro definido	1	5*	6	14,6%
	em relação à própria saúde	5*	0	5	12,2%
Violência:	em relação à gestação	1	0	1	2,4%
	entre os genitores	4	2	6	14,6%
	Física	6	4	10	24,4%
	Psicológica	1	2	3	7,3%
Saúde:	sexual (suspeita, exploração, etc...)	3	4	7	17,1%
	diagnóstico e necessidade de internação psiquiátrica	0	1	1	2,4%
	problemas de saúde que impedem o exercício parental	0	2	2	4,9%
	Exploração do trabalho infantil e/ou exposição à mendicância	0	2	2	4,9%
	Uso de álcool e/ou drogas	23*	14	37	90,2%
	Envolvimento com tráfico de drogas	0	2	2	4,9%
	Estar cumprindo pena restritiva de liberdade	8	5	13	31,7%
	Envolvimento com prostituição	2	3	5	12,2%
	Lar em inadequadas condições de habitação	9	4	13	31,7%
	Falta de moradia e/ou vivência em situação de rua	4	0	4	9,8%
	Orfandade	4	0	4	9,8%

(*p<0,05) Fonte: produzida pelos autores

Os motivos que desencadearam o acolhimento institucional com maior incidência, em ambos os grupos, são: “uso de álcool e/ou drogas” pelos responsáveis (90,2%); seguido de “negligência da função parental” (68,3%), que se refere à adequada participação dos pais na educação⁷ oferecida aos filhos; “negligência dos cuidados básicos” (36,6%), referente à falta de cuidados relativos à higiene e alimentação, entre outras funções básicas; “lar em inadequadas condições de habitação” (31,7%) e “restrição de liberdade dos genitores” que cumpriam pena restritiva de direitos (31,7%).

Comparando-se os grupos, observa-se frequência significativamente maior em “acolhidos” para os seguintes motivos: “negligência dos cuidados básicos” ($\chi^2=5,49$, $p<0,05$); “uso de álcool e/ou drogas” pelos responsáveis ($\chi^2=5,66$, $p<0,05$) e “negligência destes em relação à própria saúde” ($\chi^2=4,46$, $p<0,05$). Interessante observar que estes motivos estão entrelaçados, uma vez que a “negligência em relação à própria saúde” mais observada nos registros foi a resistência dos responsáveis em aceitar tratamento para o uso problemático destas substâncias.

O único motivo significativamente maior ($\chi^2=4,44$, $p<0,05$) em “desacolhidos” é a negligência do tipo “abandono de lar sem paradeiro definido”. Nestes casos pode ser que diante a ausência dos pais, ocorra, talvez, maior mobilização da família extensa em se aproximar e se responsabilizar pelas crianças e adolescentes em situação de abandono. De modo geral, embora não se observe um motivo que isoladamente justifique a medida de acolhimento, os dados sugerem que o “uso de álcool e drogas” muito provavelmente contribui ou está associado aos demais motivos, como: negligência, violência ou detenção dos responsáveis.

Grande parte da literatura nacional destaca as consequências dessas práticas no âmbito familiar quando os usuários são os filhos, em sua maioria adolescentes e jovens adultos. No entanto, os resultados indicam que o uso dessas substâncias pelos responsáveis pode gerar consequências ainda mais devastadoras, acarretando o rompimento do vínculo e da convivência familiar. No levantamento realizado pela Fiocruz (BRASIL, 2012), observa-se que o uso de álcool e/ou drogas pelos pais se configura no segundo principal motivo de acolhimento.

A “negligência dos pais ou responsáveis”, seja em relação à “função parental” ou “dos cuidados básicos”, também foi um dos mais frequentes motivos analisados. No levantamento da Fiocruz (BRASIL, 2012) a negligência é o motivo que mais está associado às justificativas que ensejam o acolhimento, enquanto que no estudo realizado por Fávero, Vitale e Baptista (2008) os familiares (família extensa) atribuem a negligência dos pais como o segundo principal motivo para o acolhimento de crianças e adolescentes.

Ao observar que na ordem dos motivos surge “lar em inadequadas condições de habitação”, pondera-se que a negligência dos pais não se restringe somente à prole, sugerindo que os responsáveis, por motivos que não foram possíveis explorar, geralmente se tornam negligentes em diversas áreas de sua vida. Os dados analisados, assim como os estudos citados anteriormente indicam que essas famílias, na grande maioria, vivem em condição de vulnerabilidade social. Ainda que este aspecto, por si só, não justifique o acolhimento, autores como Pitta e Fontoura (2009) e Bittencourt (2009) ressaltam que a pobreza pode estar relacionada à causa remota da disfuncionalidade emocional que cerca estas famílias.

⁷Nesta categoria foram incluídos os casos em que os responsáveis foram acusados de não responder às demandas apontadas pelas escolas ou, permitir a permanência dos filhos pelas ruas sem a supervisão adequada.

Pela frequência apresentada, vale destacar o fato de que em quase um terço destas famílias os “genitores estavam cumprindo pena restritiva de liberdade”. Embora não seja o mais frequente, este motivo também foi encontrado no estudo realizado pelo IPEA (2005) e no levantamento da Fiocruz (BRASIL, 2012). Estes dados indicam a dificuldade destes pais em se engajar no mercado de trabalho formal e a proximidade destas famílias com a violência e a criminalidade. Daí a importância de políticas públicas específicas para garantir não só a convivência familiar de crianças e adolescentes como também promover o fortalecimento e a proteção destas famílias (BRASIL, 2006, 2009a).

A violência contra crianças e adolescentes também foi identificada e ainda que isoladamente nenhuma de suas formas esteja entre os cinco principais motivos, deve-se destacar que em aproximadamente um quarto dessas famílias (24,4%) a suspeita de “violência física” esteve presente, enquanto em quase um quinto destes núcleos familiares (17,1%) crianças e adolescentes possivelmente foram submetidos à “violência sexual”, seja ela na forma de abuso ou de exploração.

Além disso, formas de violência talvez ‘menos visíveis’ também foram observadas, como no caso de: “violência psicológica” (7,3%); “abandono do lar” (14,6%) e “negligência afetiva” dos pais (17,1%), os quais mesmo localizados não ofereciam a atenção necessária aos filhos. Silva e Aquino (2005) afirmam que na maioria dos casos os acolhimentos ocorrem visando proteger as crianças e os adolescentes daqueles que deveriam zelar por eles, ou seja, seus responsáveis. Com relação a este aspecto, os resultados corroboram com a afirmação, sendo possível observar que os pais (família natural) foram os perpetradores da violência física, sexual ou psicológica na maioria (70%) dos casos em que estas suspeitas foram apontadas.

O fato de que nenhum motivo, isoladamente, possa ser apontado como a causa dos acolhimentos, haja vista que na maioria dos registros foram encontrados mais de um, indica que além de entrelaçados, os aspectos aqui analisados não devem ser entendidos como identificadores ou rotulares destas famílias. Pelo contrário, a negligência que muitas vezes se observa em relação à prole parece ser consequência de um conjunto de vulnerabilidades em que esses pais e responsáveis se encontram (NASCIMENTO, 2012).

Além disso, não é difícil imaginar que frente a esse cenário de fragilidades e vulnerabilidades em que se encontram, o uso de álcool e drogas possa ser entendido como um recurso, ainda que disfuncional e desorganizador, para lidar com a difícil realidade em que essas famílias vivem (CÂMARA, 2012). Destarte, sob o paradigma atual, os aspectos aqui analisados devem ser úteis para identificar os pontos que demandam maior proteção e prevenção, pois se utilizados como formas de classificar estes indivíduos, corre-se o risco de se regredir ao modelo anterior, no qual a vulnerabilidade da família justificava a intervenção do Estado por meio de punição, ao invés de se garantir a sua proteção (NASCIMENTO, 2012).

Os resultados demonstram a importância de se compreender os fatores que acarretam o acolhimento institucional não como forma de identificar ou rotular essas famílias, mas sim para evidenciar a importância de se investir em estratégias que garantam a sua proteção e consequentemente a convivência familiar. No entanto, devido as suas peculiaridades não permite realizar inferências ou considerações mais abrangentes, uma vez que as informações processuais submetidas à análise referem-se somente aos dados de uma única comarca, analisados e sentenciados durante um curto período de tempo.

Considerações finais

O estudo permitiu analisar as informações processuais relacionadas ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como identificar quais aspectos relacionados à dinâmica familiar, sob a ótica do poder judiciário, contribuíram para a aplicação da medida protetiva de acolhimento e/ou o desacolhimento institucional. A alta incidência do uso de álcool e/ou drogas pelos responsáveis como um dos motivos que demanda a aplicação de medidas protetivas coaduna com outros levantamentos, sugerindo que tais práticas não só colaboram para o acolhimento institucional como também dificultam a reintegração familiar.

Contudo, nenhum motivo pode ser isoladamente considerado como a causa principal do acolhimento institucional, haja vista que os registros indicaram mais de um motivo como justificativa para a medida. Fatores tais como o uso de álcool e/ou drogas, a negligência dos responsáveis em relação aos filhos, a si próprios e aos cuidados do lar, bem como a proximidade dessas famílias com a violência e a criminalidade sugerem estar interligados.

Nesse sentido, é importante que estes aspectos sejam interpretados como indicadores da vulnerabilidade em que essas famílias se encontram, bem como da necessidade de investimento em políticas públicas e programas sociais. Utilizar esses fatores para identificar e rotular essas famílias apenas contribui para intensificar o processo de exclusão e justificar intervenções que desrespeitam as legislações atuais que, sob o novo paradigma, visam à garantia de direitos fundamentais a crianças e adolescentes, entre eles: a convivência familiar.

No que se refere ao período de acolhimento, os achados indicam que a regularidade e o interesse da família se constituem em um dos principais aspectos que favoreceram a reintegração familiar. Compreende-se que durante a aplicação da medida o contato dos pais, responsáveis e demais familiares com as equipes técnicas das instituições de acolhimento e outros equipamentos e serviços que compõem a rede de apoio e proteção à infância se mostram fundamentais, podendo os profissionais intervir e oferecer orientações para que as famílias possam reassumir as suas funções.

No entanto, quando a aproximação das equipes técnicas com as famílias não se torna possível ou as intervenções não são efetivas, dada a precariedade e disfuncionalidade em que muitas dessas famílias se encontram, somente a adoção pode garantir o direito à

convivência familiar. Nessas situações tais garantias se mostram reservadas, haja vista o contraste entre o perfil dessas crianças e adolescentes e àquele almejado pelas pessoas interessadas na adoção, principalmente no que se refere à idade e o número de irmãos.

Neste contexto, a probabilidade desses indivíduos em permanecer acolhidos se mostra cada vez maior, o que indica a necessidade de se investir na prevenção e promoção dessas famílias. Políticas públicas de saúde, assistência e desenvolvimento social se mostram fundamentais. A Política Nacional de Assistência Social apresenta as bases e referências necessárias para a sua implantação, devendo as ações desenvolvidas centrarem-se na família, fortalecendo e resgatando os vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2009a).

Já em relação à saúde, deve-se destacar as políticas voltadas para a prevenção do uso de álcool e drogas, tornando-se importante deixar de se enfatizar este tema apenas pelo prisma da justiça e da repressão, discutindo-o principalmente como um problema de saúde (BRASIL, 2011). Além disso, mostra necessário interligar os serviços e equipamentos que compõem a rede de proteção, fortalecendo a comunicação entre as unidades. Tal estratégia poderia evitar o acolhimento de crianças e adolescentes e, nos casos em que a aplicação da medida for necessária, garantir uma cobertura mais ampla.

Por fim, a comparação dos dados entre crianças e adolescentes que se encontram acolhidos com aqueles que foram desacolhidos evidencia um aspecto importante: ainda que as dificuldades encontradas nessas famílias muitas vezes justifiquem a aplicação da medida pelo poder judiciário, é também por meio dessas famílias ou da família extensa, que o poder judiciário consegue, na maioria dos casos, garantir o direito à convivência familiar. Daí a importância do trabalho conjunto entre os profissionais das equipes técnicas e os demais profissionais que compõem a rede de apoio e proteção.

Levantamentos mais abrangentes e pesquisas que enfoquem principalmente as dificuldades ou resistências destes pais e responsáveis em se engajar nos encaminhamentos realizados pelas equipes técnicas poderão ampliar a compreensão do tema, assim como preencher a lacuna existente na literatura nacional. Além disso, estudos semelhantes que possam analisar as informações processuais em períodos mais longos e em outras comarcas (estudos multicêntricos) se mostram importantes, pois permitiriam avaliar as considerações aqui levantadas em uma dimensão mais ampla.

Referências

AYRES, L. S. M.; CARDOSO, A. P.; PEREIRA, L. C. O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 125-136, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/10.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, S. R. O direito à convivência familiar e o laudo da equipe técnica: considerações essenciais. In: PAULO, B. M. (Coord.) *Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco*. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. p. 49-60.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de Menores. 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 29 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência - PNAS/2004 - Norma Operacional Básica - NOB/SUAS*. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. 2006. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/GuiaPoliticMDS.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Sistema Único de Assistência Social-SUAS*. 2009a. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema. Acesso em: 15 out. 2017.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm. Acesso em: 29 out. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010*. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm. Acesso em: 12 out. 2017.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Legislação e Política Nacional Sobre Drogas*. Brasília: Senad, 2011. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/2011legislacaopoliticaspublicas.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Fundação Oswaldo Cruz. *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília: SNAS/MDS; FIOCRUZ/CLAVES, 2012. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/56b4f6f38a65e204ee2647ab/1454700286830/levantamento_nacional_das_crianças_e_adolescentes_em_servicos_de_acolhimento.pdf. Acesso em: 29 out. 2017.
- CÂMARA, G. O papel da droga para o sujeito no mal-estar da civilização atual. *Cógito*, Salvador, v. 13, p. 53-57. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v13/v13a08.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- CIARALLO, C. R. C. A.; ALMEIDA, A. M. O. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 21, n. 3, p. 613-630. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n3/14.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.
- CUNHA, C. C.; BOARINI, M. L. A infância sob a tutela do Estado: alguns apontamentos. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 208-224, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n1/v12n1a17.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.
- FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008.
- FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, C. Mãe é uma só? – Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200005. Acesso em: 20 out. 2017.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 79-108.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada*. 2005. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Doutrina_abrigos/IPEA_Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Crianças_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf. Acesso em: 29 out. 2017.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MIRANDA, G. L. de. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 201-218, mar. 2017. [CrossRef](#).
- MOREIRA, J. S. S.; MIRANDA, V. R. Reinserção familiar: sim ou não? Diferentes facetas de uma longa e difícil história familiar. In: CARVALHO, M. C. N.; MIRANDA, V. R. (Org.) *Psicologia Jurídica: Temas de Aplicação I*. Curitiba: Juruá, 2007. p. 61-78.
- MOREIRA, M. I. C. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. especial 2, p. 28-37, 2014. [CrossRef](#).
- NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. especial, p. 39-44. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.
- NASCIMENTO, M. L.; COUTINHO, A. P. C.; SÁ, D. A. Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del-Rei, v. 5, n. 1, p. 104-111. 2010. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/nascimento_et_al.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.
- PAULO, B. M. Família: uma relação socioafetiva. In: PAULO, B. M. (Coord.) *Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco*. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. p. 27-38.
- PITTA, D. S.; FONTOURA, T. O Direito da criança e do adolescente à convivência familiar: uma questão de políticas públicas? In: CARVALHO, M. C. N.; FONTOURA, T.; MIRANDA, V. R. (Org.) *Psicologia Jurídica: Temas de Aplicação II*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 143-164.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.
- RAMOS, P. A. Acolhimento institucional de crianças e suas consequências. In: PAULO, B. M. (Coord.) *Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco*. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. p. 79-90.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.

SILVA, D. M. P. *Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro*: a interface da Psicologia com o Direito nas questões de família e infância. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SILVA, E. R. A.; AQUINO, L. M. C. *Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO3_Enid11.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

SOUZA, M.; CARVALHO, M. C. N. Psicologia jurídica nos abrigos: uma análise sistêmica do Direito à convivência familiar. In: CARVALHO, M. C. N.; MIRANDA, V. R. (Org.). *Psicologia Jurídica: Temas de Aplicação I*. Curitiba: Juruá, 2007. p. 21-42.

VONS, D. K.; MIRANDA, V. R. Família, o melhor abrigo: da institucionalização à promoção e fortalecimento da família. In: CARVALHO, M. C. N.; FONTOURA, T.; MIRANDA, V. R. (Org.). *Psicologia Jurídica: Temas de Aplicação II*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 189-201.

Recebido em: 13 de abril de 2015

Aceito em: 30 de outubro de 2017

Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas

Maria Ignez Costa Moreira,^{Orcid}★ Carolina Dantas Brito,^{Orcid}
Carolina Mesquita Oliveira,^{Orcid} Cláudio Eduardo Resende Alves^{Orcid}

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

Este artigo apresenta uma análise das concepções de gênero presentes no documento “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (2011)”, que propõe diretrizes para o enfrentamento da violência de gênero, e na “Resolução do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte n. 002 (2008)”, que propõe a inclusão de travestis e transexuais na escola a partir da prerrogativa do uso do nome social. A análise documental foi realizada a partir de seis categorias: contexto de produção do documento; filiação institucional dos autores; autenticidade e confiabilidade do documento; natureza do texto; conceitos chave; e lógica interna do texto. Os documentos refletem, não sem contradições, os processos recentes da história brasileira que buscam construir e afirmar uma sociedade democrática e respeitosa dos direitos de seus cidadãos. Apesar de muitos avanços políticos e conceituais, o binarismo de gênero ainda atravessa essas políticas públicas.

Palavras-chave: gênero; políticas públicas; violência; travestis; transexuais.

Women, transvestites and transsexuals: gender intersections in public policies documents

Abstract

This paper analyzes gender conceptions present in the document “National Policy to Confront Violence against Women (2011)”, which proposes action guidelines to the confrontation against gender violence and the “Resolution of the Municipal Board of Education of Belo Horizonte n. 002 (2008)”, which proposes the insertion of transvestites and transsexuals in schools by means of the use of each person’s social name. The documentation analysis was fulfilled based on six categories; context of document production, institutional author membership; authenticity and document confiability; text nature; key concepts and textual internal logical. The documents reflect, however not without contradiction, the recent Brazilian history processes which search to achieve and claim a democratic and respectful society to the citizens rights. Although much advances in politics and gender had been made, a lot of binarisms concepts still crosses these public politics.

Keywords: gender; public policies; violence; transvestites; transsexuals.

Este artigo apresenta uma análise das concepções de gênero presentes em dois documentos norteadores de políticas públicas, um de abrangência nacional, “A política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres” (BRASIL, 2011), que propõe os princípios e as diretrizes para as ações de enfrentamento da violência contra a mulher, e o outro de âmbito municipal, a “Resolução do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte n. 002” (BELO HORIZONTE, 2008), que normatiza o uso do “nome social” por travestis e transexuais nas escolas municipais.

A escolha destes documentos como objeto de análise foi feita a partir da consideração de que eles traduzem os esforços dos movimentos feministas e LGBTs¹ brasileiros para a promoção da equidade de gênero, bem como, para a responsabilização do poder público por ações efetivas para a garantia de direitos de mulheres, homossexuais, travestis e transexuais, neste sentido, estes documentos sinalizam os efeitos de forças instituintes progressistas. No entanto, uma década após a aprovação

*Endereço para correspondência: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Campus Coração Eucarístico Bh1. Av. Itaú, 525 – Dom Cabral – Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 30.535-012. E-mail: maigcomo@uol.com.br, carolinadantasbrito@yahoo.com.br, carol_mesquita13@hotmail.com, cadubr@hotmail.com

¹Esta sigla possui diferentes formatos que foram se modificando historicamente. No Brasil, é comum utilizar genericamente apenas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, sendo a letra “T” representativa de travestis, transexuais e transgêneros) com a letra “s” representando o plural. Nos Estados Unidos e nos países europeus, é comum a versão mais completa LGBTQI, envolvendo também *queers* e intersexuais (ALVES, 2017).

destes documentos grupos fundamentalistas e reacionários têm atuado para deslegitimar tanto a luta dos movimentos feministas e LGBTs, quanto o próprio arcabouço normativo de afirmação de direitos. Embora reconheçamos os profundos riscos que vivemos atualmente da desmontagem das políticas públicas voltadas para equidade de gênero não nos ocuparemos no escopo deste artigo da análise da atual conjuntura brasileira.

Esses dois documentos, embora possuam naturezas distintas e orientem políticas destinadas a públicos diferentes, têm como ponto de conexão o pressuposto epistemológico do conceito de gênero, bem como refletem uma postura política de enfrentamento das desigualdades e da discriminação social que atingem mulheres, travestis e transexuais, e ainda revelam, no seu caráter normativo, a intenção de contribuir para a crítica da lógica heteronormativa e de promover a equidade de gênero entre homens e mulheres, sejam quais forem as suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

A metodologia utilizada foi a análise documental (CELLARD, 2010) indicativa da observância dos seguintes aspectos: 1. Contexto de produção do documento; 2. Filiação institucional dos autores; 3. Autenticidade e confiabilidade do documento; 4. Natureza do texto; 5. Conceitos chave; e 6. Lógica interna do texto. Estes seis passos foram seguidos na análise documental, buscando



compreender a apropriação do conceito de gênero na elaboração dos textos das políticas públicas. Vale destacar que o uso de documentos em pesquisa propicia o acesso a uma riqueza de informações que podem ser extraídas, resgatadas e problematizadas.

Na primeira parte do artigo discutiremos o conceito de gênero, enfatizando que se trata de um conceito em permanente transformação e discutido por diversas perspectivas. Para fins deste artigo salientamos as formulações conceituais iniciadas por Scott (1995) e Saffioti (2004), bem como a reelaboração proposta por autoras próximas às correntes pós-estruturalistas, tais como Butler (2003), que propõe uma revisão crítica e uma ampliação conceitual. A perspectiva conceitual de gênero tem sido, em suas diversas acepções, útil para a compreensão da violência que é sistematicamente dirigida às mulheres, às travestis e às transexuais.

Na segunda parte, à luz dessa perspectiva de gênero, discutiremos os dois documentos mencionados, buscando compreender de que modo tal perspectiva é incorporada e o impacto que gera nas ações de enfrentamento da violência contra a mulher e da inclusão escolar de travestis e transexuais. Buscamos salientar dois pontos de convergência entre os documentos analisados. O primeiro diz respeito à utilização do conceito de gênero e o segundo à concepção de que a violência contra as mulheres, travestis e transexuais está, em nossa sociedade, ancorada nas relações desiguais e assimétricas de gênero, que conferem a esses sujeitos lugares e posições de subalternidade.

Os documentos em análise refletem, não sem contradições, os processos recentes da história brasileira que buscam construir e afirmar uma sociedade democrática e respeitosa dos direitos de seus cidadãos, seja qual for a condição dos mesmos quanto ao gênero, sexo, sexualidade, raça-etnia, geração e classe social.

Gênero: os sentidos das diferenças e as diferenças dos sentidos

De acordo com Scott (1995), “gênero” é uma categoria analítica que inaugurou uma forma de pensar as relações entre homens e mulheres com base na desnaturalização dos sentidos atribuídos às diferenças entre os sexos. O conceito de gênero mostra que as diferenças biológicas entre homens e mulheres são utilizadas como causas explicativas naturalizadas para os seus comportamentos sociais, e, além disso, que as diferenças têm sido interpretadas e valoradas de modo desigual, sendo transformadas em desigualdades e concorrendo para a cristalização de posições tais como homens-opressores e mulheres-oprimidas, o que contribui para a naturalização e justificação da violência que os homens praticam contra as mulheres. Segundo a perspectiva da teoria de gênero, as diferenças entre o que é considerado como próprio do masculino e do feminino são culturalmente construídas, ou seja, sentidos socioculturais para as diferenças sexuais são produzidos e transformados ao longo da história.

Scott (1995) entende que as relações de gênero constituem as relações sociais e são atravessadas por um modo de exercício do poder baseado na assimetria

e na desigualdade. Gênero, na acepção dessa autora, é “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Tal relação assimétrica entre os pares produz a submissão daquele que é colocado na posição subalterna e a violência é perpetrada por aquele que ocupa a posição de dominação. Nesse sentido, a relação de desigualdade produz e perpetua a violência.

Saffioti (2004) afirma que a violência que atinge as mulheres, os homossexuais, as travestis e as transexuais não pode ser compreendida como um fenômeno natural, ou seja, como algo que acontece fora de uma relação de poder, mas como um acontecimento produzido entre pessoas que ocupam posições antagônicas e desiguais, em um par de opostos dominação/submissão.

Para compreender o sentido dessa relação de poder, Saffioti (2004) recorre às teses do patriarcado, amplamente discutidas pelas feministas no final da década de 1960 e na de 1970 em vários núcleos de pesquisas feministas, tanto internacionais como nacionais.

Varikas (2014, p. 425) considera que o interesse das feministas “preocupadas em contornar o binarismo de gênero e suas armadilhas” conduziu-as à leitura de Max Weber, especialmente à sua discussão metodológica.

A tese do patriarcado apresenta a dominação masculina como principal argumento para a compreensão da violência sistemática sofrida pelas mulheres e praticada pelos homens. A lógica do sistema patriarcal mostra que, para dominar as mulheres, os homens devem estabelecer uma espécie de contrato entre eles (SAFFIOTI, 2004).

Nesse sentido, a dominação das mulheres pelos homens na sociedade patriarcal não se faz sem a “camaradagem entre os homens”, como explica Varikas (2014, p. 433-434) ao retomar Weber:

[...] a autoridade patriarcal fundamenta-se na capacidade dos homens em defenderem a casa contra a pilhagem dos guerreiros. A autoridade familiar encontra, assim, sua legitimidade na ‘proteção’ que ela assegura às mulheres contra a violência masculina institucionalizada. Assim, a família patriarcal e sua estrutura de autoridade legítima não emergem simplesmente das necessidades de uma ‘unidade econômica’, mas também como uma ‘barreira entre indivíduos vulneráveis e as incursões, às vezes brutais, das organizações que prefiguram o Estado’. Codificado, assegurado por uma divisão desigual dos direitos e do trabalho, esse ‘arranjo’ esclarece interdependência atual entre o Estado e a família; um fornece os imperativos – e a justificação – dos outros.

No regime patriarcal as mulheres não são reconhecidas como cidadãs, mas como objetos subordinados às regras dos homens. O uso da violência dos homens sobre as mulheres é nesse sentido permitido, pois tomado como um recurso legítimo de manutenção da ordem, tal como compreende Weber. Segundo Varikas (2014, p. 434), “a política entre homens é de imediato uma política de troca, de violação, de proteção e de dominação das mulheres”.

Aos homens cabem os papéis públicos, de maior prestígio, enquanto às mulheres, os da vida doméstica, tais como cuidar da casa, dos filhos e do marido. Diferente da discussão de gênero, que ressalta o aspecto relacional e a transitividade dos papéis de gênero, o vetor dominação/exploração na ótica do patriarcado é fixo e decorre da divisão dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, respectivamente. Assim, essa lógica somente poderia ser alterada a partir de uma mudança na construção das relações e organizações sociais.

Encontramos aqui uma diferença que explica as relações desiguais e assimétricas de poder entre homens e mulheres. Enquanto Scott (1995) afirma as relações de gênero como primárias e constitutivas das relações sociais, a tese do patriarcado, como apresentada por Saffioti (2004) e Varikas (2014), trata as dissimetrias de poder entre homens e mulheres como derivadas da organização social.

Embora seja possível encontrar como denominador comum entre as várias perspectivas teóricas no campo de gênero a consideração de que relações desiguais e assimétricas de poder entre homens e mulheres geram e perpetuam a violência, os argumentos que sustentam a construção de tais relações são diversos. Nesse sentido, o conceito de gênero tem sido objeto de construções e desconstruções contínuas realizadas por várias teorias no campo da epistemologia feminista.

Entre os muitos desafios para o refinamento conceitual, podemos destacar dois pontos de tensão presentes no conceito de gênero: o primeiro, a lógica binária, que ainda que aponte para a possibilidade de intercâmbio e troca de posições entre os polos, não consegue romper o binarismo contrastivo: homem *versus* mulher; feminino *versus* masculino, heterossexual *versus* homossexual. O segundo ponto é a heteronormatividade como padrão hegemônico, considerado “normal”, a partir do qual qualquer outro modo de vivência da identidade de gênero e da sexualidade será considerado anormal ou ilegítimo.

Butler (2003), Louro (2004), Bento (2006), Preciado (2011), Miskolci (2014), entre muitas outras e muitos outros, são associadas às correntes pós-estruturalistas e têm buscado romper com a lógica binária posta na primeira formulação da teoria de gênero, ao enfatizar a diversidade humana, desvinculando o sexo anatômico da identidade de gênero e da orientação sexual. Essas proposições nos permitem compreender a diversidade das masculinidades e feminilidades e, além disso, que as relações entre homens e mulheres têm sido pautadas de modo heteronormativo, o que gera exclusões e práticas de violência.

O sistema heteronormativo é hierárquico e subjuga todos aqueles considerados como desviantes, anormais e patológicos por possuírem uma sexualidade considerada dissidente, ou seja, não heterossexual. Travestis e transexuais, tomados principalmente pelo discurso médico e jurídico, tornam-se sujeitos deslegitimados socialmente. O discurso, segundo Butler (2003), reitera práticas violentas, sexistas e transfóbicas, delimita lugares de pertencimento e comportamentos, bem como configura

identidades. Sujeitos e corpos que não se enquadram no discurso hegemônico são considerados abjetos, isto é, inferiores, ilegítimos e desprovidos de direitos.

Uma polêmica corrente de pensamento emergente dessas concepções teóricas pós-estruturalistas de gênero, inauguradas por Butler (2003), é a chamada teoria *queer*. Essa corrente teórica, de larga amplitude, atravessa saberes como os da psicologia, filosofia, antropologia, sociologia, história, comunicação e educação. Nela o sujeito é repensado como um todo, buscando por meio da articulação discursiva escapar da reapropriação do próprio discurso pelo sistema político-social que toma a heterossexualidade como compulsória, sistema esse criador e mantenedor de desigualdades de toda ordem (PRADO; MACHADO, 2008). A crítica radical dessa teoria emerge do questionamento da natureza como fundante da sexualidade, problematizando pares opositivos como feminino/masculino, normal/patológico, sexo/gênero e natural/cultural (LOURO, 2004). O termo *queer* pode ser mais bem compreendido como:

[...] uma espécie de disposição existencial e política, uma tendência e também como um conjunto de saberes que poderiam ser qualificados como ‘subalternos’, quer dizer, saberes que se construíram e se constroem fora das sistematizações tradicionais, saberes predominantemente desconstrutivos mais do que propositivos (LOURO, 2014, p. 36).

O debate interno no campo das teorias de gênero é intenso, e a trajetória de elaboração desse conceito é dinâmica. Os estudos de gênero nascem da prática do movimento feminista e dos estudos sobre a condição da mulher, especialmente na busca de compreender e superar a violência dirigida às mulheres. Esses estudos avançam na discussão dos aspectos relacionais entre os homens e as mulheres, mostrando que tal relação é de poder, assimétrica e desigual. A formulação mais recente dos estudos de gênero tem afirmado a diversidade e a desconstrução da pauta heteronormativa, contribuindo para a compreensão da violência dirigida também a travestis e transexuais.

Evidentemente, a violência que atinge mulheres, travestis e transexuais é diversa, pois são diversos os sujeitos e estamos diante de fenômenos de alta complexidade. No entanto, podemos apontar que há um traço comum, qual seja, mulheres, travestis e transexuais são submetidos em relações desiguais e assimétricas de poder.

Políticas públicas de gênero

Para que se alcance a equidade universal de direitos entre homens e mulheres, é necessário que todos sejam respeitados em sua diversidade e dignidade. A garantia e o restabelecimento de direitos de todos é um dever do Estado, responsável pela elaboração e execução de políticas públicas.

As políticas públicas são definidas por Rocha (2001, p. 11) como:

[...] decisões governamentais projetadas para atacar problemas que podem estar relacionados, por exemplo, a política externa, saúde pública, proteção do meio ambiente, crime e desemprego, entre outros. Seus efeitos são direta ou indiretamente válidos para a sociedade, ou seja, têm poder vinculatório.

Trata-se, pois, de ações do Estado que têm por objetivo abordar questões específicas. No caso deste artigo, destacamos o enfrentamento das desigualdades de gênero por meio de políticas públicas. Farah (2004) ressalta que, no campo das políticas públicas, o gênero é uma categoria analítica que desnatura as relações entre homens e mulheres e chama a atenção para as construções sociais e culturais do feminino e do masculino, bem como para a relação marcadamente assimétrica entre os sexos, sobre a qual atua a lógica da subordinação e da dominação das mulheres tanto no âmbito público, quanto no privado. Assim, esse recorte favorece tanto a desnaturalização das diferenças, quanto a implementação de ações diferenciadas tendo em vista a superação da lógica opressora.

O Plano Plurianual – PPA 2004-2007² (BRASIL, 2003) aponta a necessidade de garantir que as políticas públicas formuladas e implementadas pelo Estado incorporem em seus documentos a perspectiva de gênero, assegurando sua transversalidade em todas as instâncias e competências governamentais. O objetivo da inserção da transversalidade de gênero nas políticas públicas é o de aumentar a eficiência e a eficácia das ações políticas de enfrentamento e eliminação de todas as formas de desigualdade entre os sexos, e de superar a pobreza, como as políticas sociais de emprego e de educação. Temos, assim, as políticas públicas com enfoque de gênero, formuladas com o objetivo de promover a equidade dos direitos entre homens e mulheres, a fim de contribuir para a erradicação da violência baseada em gênero. Entretanto, vale ressaltar que as concepções de gênero presentes no texto indicam a lógica binária, contrastiva entre homens e mulheres e não contemplam a pluralidade das mulheres e dos homens, ao desconsiderar a diversidade das posições de gênero e de orientação sexual. Outro fator de relevância se refere à importância dos movimentos sociais feministas e LGBTs para a efetivação de tais políticas, uma vez que existe uma grande lacuna entre o texto prescrito da lei e a prática social, demandando um constante monitoramento e reavaliação das políticas por parte dos referidos movimentos.

Para que tais políticas pudessem ser criadas, implementadas e monitoradas, os governos passaram a inserir nas ações de cada órgão governamental os “mecanismos de gênero”, espaços de articulação responsáveis por assessorar e auxiliar a incorporação da perspectiva de gênero dentro das políticas. Tais mecanismos são acionados em diversas instâncias, a depender dos contextos locais, por exemplo, uma secretaria, uma diretoria, uma coordenação, um núcleo, uma assessoria, ou mesmo um comitê. As políticas públicas formuladas e/ou coordenadas pelos mecanismos de gênero devem contemplar diversos setores, tais como a educação, a segurança, a justiça, a saúde, a habitação, o trabalho, a participação política e a prevenção, reafirmando o compromisso com a transversalidade de gênero. Além disso, tais mecanismos de-

vem contribuir para que essas políticas promovam ações sistêmicas em prol da equidade de gênero e superação das violências, tendo sempre em vista os sentidos socialmente construídos e compartilhados para as diferenças entre homens/mulheres, heterossexuais/homossexuais e cisgêneros/transgêneros,³ sem transformar tais diferenças em desigualdades. Desse modo os destinatários de tais políticas são mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, tomados como pessoas que são alvos sistemáticos de violências específicas e a quem o Estado brasileiro tem o dever de garantir e de restaurar direitos.

A seguir, serão apresentados os dois documentos normativos de políticas públicas de gênero escolhidas como objeto de investigação nesse artigo e suas respectivas análises, quais sejam, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011) e a Resolução n. 002 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2008) que legaliza o uso do nome social por estudantes travestis e transexuais nas escolas municipais.

a) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011)

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, mudou o cenário da política pública direcionada às mulheres no Brasil. Tal secretaria, que possui *status* de ministério, tem por objetivo assessorar a Presidência da República tanto na formulação, quanto na coordenação e articulação de políticas específicas para esse público. No que tange à temática da violência contra as mulheres, sua criação promoveu o aumento do investimento político de modo a favorecer o fortalecimento, a ampliação e a integração das ações públicas para o enfrentamento da violência, que deixou de ser assunto somente da segurança pública e da assistência social e se tornou também um assunto para a saúde, a educação, a justiça e a cultura.

Nesse contexto de maior investimento, fez-se necessária a elaboração da “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres”, que estabeleceu os conceitos, os princípios, as diretrizes e as estratégias de gestão e monitoramento para ações de enfrentamento da violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia dos seus direitos, em consonância com a legislação nacional e com as normas e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Ela foi proposta com a construção do I Plano nacional de políticas para as mulheres (PNPM – BRASIL, 2005), e se consolidou a partir do II Plano nacional de políticas para as mulheres (PNPM) em 2008, por meio do Pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres.

O documento apresenta linguagem de fácil compreensão e preza por contextualizar a violência contra as mulheres no Brasil, bem como a história de luta do movimento feminista, decisivo em suas ações para retirar o drama dessa violência da categoria dos assuntos íntimos e de foro privado para transformá-lo em um assunto público

²O Plano Plurianual (PPA/2004-2007) é uma lei ordinária cuja função é estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, materializadas em programas e projetos. O PPA tem vigência de quatro anos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF>. Acesso: 10 out. 2013.

³Cisgêneros são pessoas com concordância entre o sexo designado no nascimento e a identidade/expressão de gênero, enquanto transgêneros são pessoas com discordância entre o sexo designado no nascimento e a identidade/expressão de gênero (JESUS, 2012).

e político a demandar ações concretas do Estado para seu enfrentamento. Destacamos os termos “gênero” e “violência” como elementos analíticos da narrativa textual.

O conceito de violência contra as mulheres apresentado na política nacional está de acordo com a definição da Convenção de Belém do Pará (1994) e se constitui como “qualquer ação ou conduta, **baseada no gênero**, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico **à mulher**, tanto no âmbito público como no privado” (BRASIL, 2011, p. 19, grifos nossos).

A consideração da dimensão de gênero, nesse texto, indica o esforço pela compreensão da violência contra as mulheres como uma construção social e cultural das relações entre homens e mulheres. Nesse sentido avança ao desnaturalizar a violência entre os pares. Assim desnaturalizada, a violência torna-se objeto de ação do Estado, tanto nos níveis policiais e jurídicos, quanto na assistência social, na saúde e na educação.

No entanto, a expressão “violência baseada no gênero” sugere ainda uma equação sexo-gênero, na qual os termos podem ser compreendidos como homem-agressor e mulher-agredida. Nesse sentido o termo “gênero” parece confundir-se com sexo e não há aqui a incorporação do aspecto fundamental do conceito de gênero, que diz respeito às relações de poder desiguais e assimétricas. Também chama a atenção o uso do termo “mulher” no singular, que ainda não incorpora a diversidade entre as mulheres e o quanto tais traços de diversidade concorrem para o agravamento das situações de violência. No mesmo documento há uma nota de rodapé que salienta a utilização da expressão “violência contra as mulheres”, no plural, como uma maneira de dar visibilidade à diversidade racial, étnica, geracional, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional entre as mulheres.

A nota de rodapé é significativa em sua ambiguidade, uma vez que a inclusão da diversidade no campo da sexualidade por meio da expressão “orientação sexual” aponta deslocamentos do eixo heteronormativo, que traz para os equipamentos públicos de atendimento à violência de gênero a necessidade de se prepararem para receber transtornos, transexuais e transgêneros, por exemplo.

A tensão entre essa nota de rodapé e o conceito de gênero está presente também na apropriação do conceito de violência de gênero em Saffioti (2004). A autora ressalta que tal violência consiste em qualquer ação que desconsidera os direitos humanos tanto para a manutenção das desigualdades hierárquicas, quanto para a garantia da subalternidade de um sexo sobre o outro. Entretanto, no texto da política nacional a violência de gênero é tomada como sinônimo de violência contra as mulheres perpetrada pelos homens. Essa ideia é reforçada na afirmativa de que “a desigualdade de gênero tem, assim, na violência contra as mulheres sua expressão máxima que, por sua vez, deve ser compreendida como violação de direitos humanos das mulheres” (BRASIL, 2011, p. 21). Tal construção denota mais uma vez a concepção heteronormativa das relações, posto que o par da violência é formado por um homem e uma mulher. Assim, qualquer possibilidade

de violência vivida em um relacionamento lésbico não é contemplado no texto, revelando um enfoque sexista e homofóbico. Ao buscar no texto a definição de homem e de mulher, encontraremos respostas no subtexto que apontam para as características sexuais biológicas: homem é aquele que nasce com um pênis e mulher é aquela que nasce com uma vagina. Nessa perspectiva, o documento também não contempla as mulheres trans, uma vez que a cisgineiridade é tomada como referencial único de identidade de gênero na elaboração da política pública.

Há uma especificidade da violência que atinge as mulheres e, segundo Saffioti (2004, p. 75), tal prática conta com a “tolerância e até incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer”. A violência que atinge as mulheres, além de específica, não é um fato de exceção, mas uma norma que revela o lugar de subalternidade destinado às mulheres e a tolerância social para com o homem agressor, visto como aquele que exerce o papel de gênero a ele prescrito.

Tal particularidade da violência cometida contra as mulheres justifica ações das políticas públicas específicas e dirigidas a elas. Os documentos produzidos no começo dos anos 2000 mostram que os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, alcançaram a incorporação de suas reivindicações no campo das políticas públicas. A inclusão da expressão “diversidade de orientação sexual” nos documentos indica que os movimentos LGBTs têm alcançado visibilidade e que têm pressionado Estado e governos pelo atendimento de suas pautas. Tais reivindicações têm tensionado a dimensão genericada da política pública e abalado, de certo modo, a lógica heteronormativa que a rege.

O que se vê é que o recorte de gênero apresentado na “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres” reconhece as diferenças contrastivas entre os gêneros e, com base nisso, cria ações diferenciadas destinadas às mulheres em situação de violência, como, por exemplo, uma rede de serviços de atendimento e proteção das mulheres em situação de violência. Entretanto, notamos na análise do documento que, ainda que a perspectiva de gênero seja abordada como um referencial teórico para as ações destinadas ao combate da violência contra as mulheres, a reprodução dos estereótipos dos papéis sociais aprendidos e desempenhados socialmente por homens e mulheres continua presente.

O texto do documento “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres” compreende a violência contra as mulheres como: “A violência contra as mulheres só pode ser entendida no contexto das **relações desiguais de gênero**, como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres numa sociedade sexista e **patriarcal**” (BRASIL, 2011, p. 20, grifos nossos). Nesse sentido, a concepção de gênero que orienta o texto é de “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (BRASIL, 2011, p. 20).

Embora o documento em questão aborde e reconheça a diversidade das mulheres, do ponto de vista étnico-racial, de geração, de classe social e de orientação sexual, os serviços ainda são destinados às mulheres cisgênero e heterossexuais em situação de violência cometida por seus parceiros homens. No cotidiano dos serviços específicos dirigidos às mulheres é recorrente que mulheres trans, travestis e lésbicas agredidas por suas parceiras, sejam encaminhadas para serviços que recebem denúncias de violação de direitos humanos.

Tal prática indica que as políticas públicas destinadas ao combate da violência tomam gênero como sinônimo de mulher. Nesse sentido, a prática nomeada como de gênero torna-se sexista, criando dificuldades e tensões para o atendimento em serviços públicos destinados às mulheres em situação de violência, quando essas mulheres não são heterossexuais. Outro atravessamento diz respeito ao traço geracional das mulheres, pois é também comum que mulheres idosas agredidas por seus parceiros sejam encaminhadas para as delegacias especializadas no atendimento de pessoas idosas.

A inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas tem se revelado um processo dinâmico e complexo. Como discutimos até aqui, as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência têm incorporado alguns elementos da epistemologia feminista de gênero e aos poucos têm enfrentado a questão da heteronormatividade. São muitos os desafios e, entre eles, tomar a perspectiva de gênero de modo transversal em outros campos da vida pública nos quais os direitos dos cidadãos e cidadãs também devem ser considerados. O documento que abordamos a seguir revela o esforço que tem sido feito pela educação.

b) Resolução n. 002 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (2008)

A Resolução n. 002 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, legitima o uso do nome social⁴ por estudantes travestis e transexuais nos registros internos das escolas municipais. Esse documento pode ser lido como uma forma de intervenção no ambiente escolar, uma vez que integra um conjunto de políticas públicas municipais que visam à garantia do direito de acesso à escola, à permanência e a uma educação de qualidade para todos.

Os processos de constituição dos sujeitos e dos corpos são repensados e reconfigurados a partir dessa gestão social e política que amplia e diversifica as regras de convivência tradicionalmente instituídas na escola. No documento analisado, redigido pela equipe técnica do Conselho Municipal de Educação, a escrita é formal, curta e direta, contendo inúmeros jargões e termos específicos pertinentes ao campo legal da educação. O destinatário do texto compreende o corpo docente e administrativo da escola, pois a normativa define e outorga funções aos profissionais da educação no trato cotidiano com estudantes travestis e transexuais.

No prólogo da Resolução são citados alguns documentos como, por exemplo, a Constituição Federal Brasileira (1988); as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); e o Brasil sem Homofobia (2004), que apresentam como traço comum a afirmação do sujeito de direitos e do direito de ter direitos como um dos pilares do Estado democrático. A Constituição de 1988, marco da redemocratização do Estado brasileiro, traz em seu art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). Afirmam-se assim os direitos humanos, sociais e civis universais no Brasil.

Considerando que a entrada e a permanência de estudantes travestis e transexuais nas escolas usualmente produzem estranhamentos de parte a parte, ou seja, entre os professores e profissionais da administração escolar e os/as estudantes travestis e transexuais, o prólogo da Resolução, com a citação de tantos documentos formais, pode ser interpretado como uma justificativa legal e jurídica para que o direito ao uso do “nome social” pelo/ pela estudante seja respeitado, e mais do que isso, para que ele não seja objeto de discriminação e exclusão, e para que, no entendimento de que travestis e transexuais são sujeitos de direitos, não se violem impunemente os direitos desses estudantes.

A Resolução do Conselho Municipal de Educação reflete os princípios do Programa Nacional Brasil sem Homofobia (2004). Considerando alguns pressupostos epistemológicos da teoria de gênero, selecionamos dois conceitos-chave – identidade de gênero e orientação sexual – como elementos analíticos da narrativa textual.

O conceito de identidade de gênero é tomado como “a dimensão da construção identitária relacionada ao posicionamento simbólico dentre as possibilidades de afirmação de feminilidades e masculinidades” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 141). Já o conceito de orientação sexual é descrito no Programa Brasil sem Homofobia como “atração afetiva ou sexual que uma pessoa sente pela outra; ela existe em *continuum* que varia entre a homossexualidade, a heterossexualidade, a bissexualidade e, mais recentemente, a assexualidade”. Tais conceitos não aparecem de forma coerente no documento, nenhuma definição contextualiza seu uso ou sua escolha teórica. A apropriação superficial desses conceitos nos textos que embasam a política pública pode levar ao esvaziamento de sentido dos mesmos. Teoricamente, é fundamental distinguir gênero de sexo, a fim de se estabelecer campos de pertencimento epistemológico (BUTLER, 2003; LOURO, 2004), além de se contribuir para a escolha de construções lexicais apropriadas. O rompimento com o sistema de poder sexo/gênero problematiza a naturalização das diferenças atribuídas aos corpos e às suas identidades, provocando fissuras nas disciplinas de controle do biopoder (FOUCAULT, 1988) e apontando para a fabricação de uma diferença sexual que fundamenta o ontológico no biológico (PRECIADO, 2011). Desconsiderar essa distinção corrobora a invisibilidade de preceitos teóricos básicos, propiciando leituras que reiteram uma visão binária e reducionista de gênero.

⁴A expressão “nome social” designa o nome pelo qual travestis e transexuais, masculinos e femininos, preferem ser chamados cotidianamente, uma vez que o nome civil ou de registro não reflete sua identidade de gênero (ALVES, 2017).

Outro conceito-chave do documento é o “nome social”, apresentado no art. 1º da Resolução e definido como “nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou masculinos preferem ser chamados”. Muito genérico e pouco elucidativo, esse conceito é também incipiente e frágil, baseando-se apenas no critério de preferência do indivíduo e perdendo, assim, seu viés político.

A intencionalidade textual do documento fica determinada na demanda pelo reconhecimento dos direitos à educação de travestis e transexuais; logo, faz-se necessário definir melhor esses sujeitos e em que eles se diferenciam de lésbicas, gays e bissexuais. Travestis e transexuais podem ser tomados como figuras de desordem e embaralhamento dos sistemas binários de masculinidades e feminilidades e de heterossexuais e homossexuais; são sujeitos que propiciam relações de complexidade social e política, uma vez que sua visibilidade e sua materialidade evidenciam o caráter fluido e instável das identidades de gênero (BENTO, 2006; MISKOLCI, 2014). Essa fluidez identitária provoca o desconforto da ambiguidade e do “entre lugares” dos corpos trans em constante construção.

O não enquadramento nas normas de gênero é um dos fatores que produz e reitera práticas discriminatórias transfóbicas no universo escolar, gerando violência e exclusão social. A violência revela uma dimensão perversa ao invisibilizar estudantes travestis e transexuais por meio de mecanismos refinados de silenciamento e negação entre os corpos docente e discente. A instituição escolar, teoricamente receptiva a todos os estudantes, em sua prática cotidiana se encarrega de separar os sujeitos, criando estratégias e práticas pedagógicas excludentes e incentivadoras da evasão.

A perspectiva de gênero também está refletida no documento analisado por meio do uso dos artigos “o/a”, contemplando o gênero feminino e o gênero masculino, herança reivindicatória do movimento feminista. Porém, esse uso ocorre de forma incoerente no documento, que oscila entre os artigos “o/a” e o artigo apenas no masculino “o”. Ao mesmo tempo em que avança no campo do reconhecimento das diferenças, flexibilizando os artigos entre masculino/feminino, o texto apresenta, em outros momentos, uma fixidez na gramática tradicional da língua portuguesa, a qual reconhece apenas o artigo masculino como comum dos dois gêneros. A normativa institucional do nome social levanta uma discussão e introduz uma reflexão no ambiente escolar, produzindo novos sentidos e novas práticas discursivas.

Considerações finais

Nas últimas décadas, o termo “gênero”, tomado como conceito e como teoria, tem se ampliado e modificado a partir das múltiplas formas de se pensar as expressões de feminilidades e masculinidades, que abrangem desde abordagens estruturalistas embasadas no dimorfismo sexual até a visão pós-estruturalista e interdisciplinar de alguns teóricos que propõem um redesenho de gênero por meio do caráter relacional e inerente ao termo.

Tomando gênero como eixo metodológico da análise documental proposta neste artigo, identificamos que ambos os documentos, a “Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres” (BRASIL, 2011) e a “Resolução do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte n. 002” (BELO HORIZONTE, 2008), ainda classificam e categorizam as relações de gênero segundo lógicas binárias. Nomeadamente: 1. Homem/pênis/agressividade e Mulher/vagina/passividade; e 2. Heterossexuais/norma e homossexuais/desvio; ambos tendo o destino anatômico como pressuposto irrefutável e naturalizante das diferenças sexuais, das assimetrias nas identidades de gênero e, por consequência, das violências.

O diálogo entre as políticas públicas e a perspectiva de gênero é muito recente e, portanto, precisa ser reforçado. Os documentos norteadores dessas políticas continuam categorizando os sujeitos e, muitas vezes, ainda utilizam gênero como sinônimo de mulher. Quando essas duas categorias – gênero e mulher – são tratadas como sinônimos, corre-se o risco de ter mais uma vez o lugar de subalternidade das mulheres visto como algo natural ou intrínseco ao feminino, já que a questão relacional da desigualdade de poder tende a desaparecer nessa forma de visão, em que o sexo biológico continua sendo determinante das identidades, reiterando-se abordagens binaristas e simplistas das sexualidades. Assim, pessoas que nasceram “homens” e transitaram para “mulheres”, seja por meio cirúrgico ou por meio apenas estético, continuam não sendo reconhecidas como mulheres, quando reivindicam atendimento em equipamentos públicos de combate à violência de gênero. No entanto, esses mesmos sujeitos podem exercer o direito ao uso do nome social nas escolas, se assim o desejarem. Esse fato mostra a prevalência da compreensão das diferenças sexuais a partir da base biológica nos textos que orientam a implantação de serviços públicos de saúde, educação e assistência social encarregados de concretizar os direitos de todo e qualquer cidadão e cidadã.

Esse é um ponto que precisa ser mais bem discutido e compreendido pelos operadores dos equipamentos da rede de proteção, já que a maior parte da violência dirigida às travestis e transexuais vem justamente do fato de elas transitarem do universo masculino para o feminino, e não o contrário, configurando-se assim a violência de gênero, pois essa pessoa sai de um universo considerado dominante para ocupar uma posição subalterna, ou seja, aquela socialmente conferida às mulheres.

O enfrentamento da violência de gênero tem uma vertente na denúncia e no combate à impunidade, mas outra na construção de uma sociedade pautada em relações de equidade de gênero. Nesse sentido, a garantia do direito à educação pela inclusão de todos na escola pode ser um princípio e um meio para a construção de uma sociedade que permita a convivência respeitosa com as diferenças. Para tanto, a própria instituição escola precisa se reinventar para receber de fato a todos, promovendo, em suas práticas pedagógicas, bem como no currículo escolar, estratégias de garantia de acesso, permanência e conclusão dos estudos para travestis e transexuais. En-

tretanto, na contemporaneidade, temos presenciado um grande retrocesso político no âmbito dos direitos humanos e das políticas públicas no campo da educação. Uma onda conservadora de teor devastador tem se espalhado gradativamente pelo Brasil, fazendo da instituição escola sua maior vítima. Em 2015, o Plano Nacional de Educação retirou de seu texto original todas as referências aos termos gênero e diversidade sexual, o que provocou um efeito cascata em diversos planos municipais e estaduais de educação. Simultaneamente, a dita “Escola sem partido” com seu falacioso *slogan* ideologia de gênero surgiu no contexto nacional. Erros teóricos e conceituais, manipulações ideológicas, moralismo exacerbado, discurso religioso de intolerância, negação da diversidade e falsa pretensão apolítica caracterizam a plataforma de atuação desse grupo que tem demonstrado grande capilaridade.

A incorporação da questão de gênero nas políticas públicas está relacionada à necessidade de criação e de aperfeiçoamento de dispositivos de enfrentamento da violência, já que possibilita uma maior compreensão das relações hierárquicas e desiguais de gênero estabelecidas a partir dos papéis masculino e feminino socialmente construídos ao longo dos tempos. Por mais que inúmeros avanços possam ser reconhecidos do ponto de vista político, social e ideológico, não podemos negar o fato de que nossa sociedade ainda é caracterizada por uma significativa assimetria sexual, produzindo complexas relações de subalternidade entre sujeitos com base na identidade de gênero e na orientação sexual.

Para além de pensar mulheres, travestis e transexuais, é mister repensar também o conceito de homem, pois as violências têm caráter relacional e não estão enraizadas num sexo ou no outro, num gênero ou no outro, elas se fazem presentes na relação entre os sujeitos. Logo, problematizar as feminilidades e as masculinidades na política, no discurso e, por consequência, na prática social é colocar em xeque a naturalização das diferenças sexuais e de gênero. Travestis e transexuais não são atendidas nos equipamentos públicos destinados ao atendimento de mulheres. Essa categorização no atendimento nos faz refletir sobre uma possível fragmentação do sujeito, bem como sobre a reprodução de estereótipos de gênero na política, sinalizando que a transversalidade de gênero ainda é algo que precisa ser mais bem compreendido e inserido nas práticas dos referidos serviços.

Se as políticas e as instituições que trabalham com o desafio do enfrentamento da violência de gênero não priorizarem o diálogo, a articulação e a conexão entre os serviços oferecidos, reconhecendo a questão da diferença e suas consequências, possivelmente estarão produzindo e reproduzindo em suas políticas e atendimentos a desigualdade e a discriminação. A integração entre os pressupostos metodológicos, políticos e conceituais que organizam as políticas públicas de gênero é um desafio a ser enfrentado para evitar retrocessos como os que temos presenciado no âmbito de uma política falaciosa que prevê a proteção de um modelo único, heteronormativo e

cisgênero de mulher e de homem, negando a diversidade de sujeitos e corpos, bem como reiterando práticas discriminatórias e excludentes.

Referências

- ALVES, C. E. R. *Nome sui generis: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. *Resolução CME/BHN. 002, de 18 de dezembro de 2008*. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das escolas da Rede Municipal de Educação. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, ano XV, edição n. 3386, julho 2009.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2004-2007: projeto de lei*. Brasília: MP, 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF>. Acesso em: 10 out. 2013. v. 1.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: SPM, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: SPM, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71. jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>. Acesso em: 24 set. 2016.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- JESUS, J. G. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICODRAMA, 18., 2012, Brasília. *Anais...* Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012.
- LOURO, G. L. *O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MISKOLCI, R. Crítica à hegemonia heterossexual. *Revista Cult*, ano 17, n. 193, p. 23-26, ago. 2014.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan-abril, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>. Acesso em: 12 out. 2016.

ROCHA, C. V. Ideias dispersas sobre o significado de políticas sociais. In: STENGEL, M. et. al. (Org.). *Políticas públicas de apoio sociofamiliar*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. Coleção Infância e Adolescência, v. 1, p. 7-42.

SAFFIOTI, H. I. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 out. 2016.

VARIKAS, E. Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras. In: CHABAUD-RYCHTER, D. (Org.). *O gênero nas Ciências Sociais*. São Paulo: Unesp, 2014. p. 423-442.

Recebido em: 28 de setembro de 2015

Aceito em: 8 de dezembro de 2017

Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil

Thais Blankenheim,^{Orcid, I} Lisiane Machado de Oliveira-Menegotto,^{Orcid, II}
Denise Regina Quaresma da Silva^{Orcid, II, ★}

^I Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

^{II} Universidade Feevale, Vila Nova, Novo Hamburgo, RS, Brasil

Resumo

Este estudo objetiva discutir a produção acadêmica no campo do conhecimento científico brasileiro sobre a homoparentalidade. Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados do Scielo e do Google Acadêmico, utilizando o descritor “homoparentalidade”. Verificamos que é recente e incipiente a discussão sobre a temática da homoparentalidade no Brasil, pois foram encontrados somente 19 artigos científicos publicados no período de 2005 a 2013. O termo é bastante novo, em termos históricos, e parece estar adentrando o campo científico recentemente. A psicologia é a área de atuação que mais pesquisa sobre homoparentalidade. Analisando os resultados das pesquisas existentes, percebemos que o tema em questão ainda é muito cercado por preconceitos, rótulos e estigmas.

Palavras-chave: homoparentalidade; psicologia; família homoparental.

Homoparenthood: a dialogue with the academic production in Brazil

Abstract

This study aims to discuss academic production in the Brazilian scientific knowledge field about homoparenthood. A research was conducted in the Scielo and Google Scholar databases, using the descriptor “homoparenthood”. We find that is new and incipient discussion on the theme of homoparenthood in Brazil, as found only 19 papers published in the period 2005 to 2013. The term is fairly new, in historical terms, and seems to be pushing into the scientific field recently. The sphere of activity more research on homoparenthood is psychology. Analyzing the results from the researches, it is seen that the subject in question is still surrounded by preconceptions, labels and stigmas.

Keywords: homoparenthood; psychology; homoparental family.

Introdução

A sexualidade ainda é um dos assuntos mais difíceis de ser pensado e discutido nos dias atuais. Cercada por preconceitos, mitos e tabus, ela se torna ainda mais complexa quando a discussão remete à homossexualidade, vista ainda por muitos, equivocadamente, como um desvio da sexualidade.

Historicamente, por volta de 1870, a medicina começou a constituir a homossexualidade como objeto de análise médica. A partir deste momento, vieram muitas intervenções e controles na busca por uma sexualidade dita normal (FOUCAULT, 1996).

A homossexualidade, considerada inicialmente no meio científico como transtorno, começou a ser pensada de maneira diferente no Brasil quando, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou-a da condição de transtorno sexual (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008). Nessa mesma perspectiva, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu a Resolução CFP nº 001/99, que afirma que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio ou perversão. Junto a isso, colocou diretrizes para nortear a prática dos profissionais, no sentido de eliminar procedimentos que ofereciam a “cura” de alguma orientação sexual que estivesse fora do padrão heterossexual (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

Ainda assim, o preconceito e a reprovação em relação aos homossexuais continuam vigentes no Brasil em pessoas ou grupos como, por exemplo, aqueles ligados a algumas religiões fundamentalistas cristãs. De acordo com Brandão (2002), o Catolicismo ainda reprova a relação entre pessoas do mesmo sexo e essa reprovação recebe um forte incremento de grupos religiosos com presença política importante em todos os níveis de tomada de decisão, sobretudo as pressões da Bancada Evangélica do Congresso Nacional brasileiro. Exemplificamos essa atuação no campo escolar com os acontecimentos de 2008, quando os Ministérios da Saúde e da Educação lançaram um projeto intitulado Escola sem Homofobia para responder às dificuldades dos professores em lidar com esse assunto. Após os ataques da bancada religiosa no Congresso Nacional, em maio de 2011, a presidente Dilma Rousseff cancelou o projeto e os Ministérios da Saúde e da Educação foram instruídos a suspender todas as atividades relacionadas ao projeto.

Entretanto, com o fato de que essas questões estão ganhando maior visibilidade social nos dias de hoje, várias reivindicações aparecem no cenário atual, de modo que as pessoas clamam pelo direito do exercício de formas inéditas de paternidade e maternidade. Em relação aos casais homossexuais, essas reivindicações provocam resistência, tanto no campo da sociedade, quanto no campo teórico (PERELSON, 2006).

Várias ideias preconceituosas, como afirmar que a criança não poderia se desenvolver plenamente sem um pai e uma mãe, definidos pelo sexo biológico como sendo um homem e uma mulher, ou que as crianças criadas por

*Endereço para correspondência: Universidade Feevale, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. ERS-239, 2755 – Centro. Novo Hamburgo, RS – Brasil. CEP: 93600000. E-mail: thaisblankenheim@hotmail.com, lisianeoiveira@feevale.br, denisequaresma@feevale.br



homossexuais seriam influenciadas a serem homossexuais também, começam a ser desmistificadas. Zambrano et al. (2006) afirmam que há inexistência de diferenças em relação à habilidade para cuidar dos filhos e à capacidade parental de pessoas heterossexuais e homossexuais. Além disso, apontam não haver diferenças significativas entre o desenvolvimento das crianças criadas por famílias heterossexuais quando comparadas às inseridas em famílias homossexuais.

Nesse sentido, a família homoparental é uma das múltiplas configurações familiares com que nos deparamos atualmente, sendo que esta não é uma configuração familiar nova, pois já há muito tempo homossexuais solteiros ou em parceria criam crianças. O que é novo é a nomeação e a visibilidade social, que passam a alcançar na década de 1960. Isso foi possível a partir de movimentos sociais, com o objetivo de terem reconhecimento do seu desejo de serem pais e mães (MARTINEZ, 2013).

Roudinesco (2003) historiciza a construção da família, sob as perspectivas psíquica, política e econômica, traçando seu percurso desde a antiguidade até a pós-modernidade. A autora afirma que a possibilidade recente e atual de formar uma família sem a necessidade e obrigação do coito sexual, juntamente com o crescente envolvimento dos homens na criação dos filhos, aponta para a necessidade de repensarmos tanto a família quanto a instituição do casamento. Essas e outras transformações fazem com que a instituição familiar seja acessível também aos homossexuais, que, historicamente, sempre foram excluídos dessa possibilidade. Assim, em 1965, gays e lésbicas passam a reivindicar o direito à paternidade e maternidade, transgredindo uma ordem moral que já durava mais de dois mil anos (ROUDINESCO, 2003).

Roudinesco (2003) também evidencia que, mesmo com o declínio da família de formato tradicional, essa instituição não está se dissolvendo, mas sim se organizando de uma maneira diferente e nova, horizontal e em redes. Assim, nas novas configurações familiares, como é o caso da família homoparental, também se garante a reprodução das gerações, a partir das possibilidades de adoção e das novas tecnologias reprodutivas.

Nesse contexto, a principal conquista, em termos legais, ocorreu no dia 05 de maio de 2011, momento em que foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, podendo, assim, consolidar a relação por meio da união estável no Brasil. Com essa decisão, os homossexuais passaram a ter alguns direitos que por muito tempo eram exclusivos dos heterossexuais, tais como: direito de comunhão parcial de bens; direito à pensão alimentícia no caso de separação; direito à pensão do INSS em caso da morte do parceiro; direito de colocar o companheiro como dependente em Planos de Saúde; direito a mencionar o parceiro como dependente ao declarar o Imposto de Renda; e o direito a adotar crianças, não tendo, agora, preferência a casais heterossexuais (COSTA; FILHO, 2015).

Mesmo com essa determinação legal, podemos verificar, ainda, resistências oriundas de uma posição política conservadora dos estatutos que regem a família, principalmente apoiada pela bancada religiosa. No mês de julho de 2015, foi aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal o Projeto de Lei nº 173/2015, que ficou conhecido como Estatuto da Família do DF, que classifica como entidade familiar “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher”. Especialistas garantem que mesmo que a iniciativa seja inconstitucional, já que afronta uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2011, foi aprovada como Projeto de Lei e, se assim for, também determinará que os currículos do ensino fundamental e médio devam incluir a disciplina Educação para a família, embasada na ideia da união somente entre homem e mulher (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2015).

Nessa assertiva, levando em conta a importância da discussão sobre essas questões na atualidade, esse artigo propõe uma revisão sistemática da produção científica de artigos publicados no Brasil sobre o tema da homoparentalidade, com busca realizada nas bases de dados do *SciELO* e do *Google Acadêmico*, com o uso do descritor homoparentalidade. Além disso, pretende-se analisar quais são as áreas de conhecimento que estão se ocupando desse assunto e quais os contextos e outros temas que estão sendo relacionados a ele.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa, de caráter qualitativo e de cunho bibliográfico, é definida como estado da arte e objetiva mapear e discutir a produção acadêmica no campo do conhecimento científico brasileiro sobre a homoparentalidade, examinando aspectos e dimensões que vêm sendo destacados nestas publicações. As revisões bibliográficas são reconhecidas por uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se propõem a investigar, a partir de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002).

Para o presente estudo, foi realizada uma busca em revistas científicas *on-line* de acesso gratuito, disponíveis nas redes de periódicos *SciELO* e *Google acadêmico*, com o uso do descritor “homoparentalidade”. Essa pesquisa foi realizada no mês de abril de 2015 e não foi delimitado um período de busca da publicação dos artigos, para possibilitar o entendimento do momento no qual se inicia a discussão sobre a homoparentalidade no âmbito científico.

Na análise de alguns indicadores bibliométricos, verificamos o número de trabalhos publicados por ano, as palavras chaves mais recorrentes nas publicações elencadas e as principais áreas em que os artigos foram publicados, buscando descrever o cenário nacional das pesquisas sobre o tema abordado.

Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos completos ou de revisão (excluindo os resumos de comunicações em congressos, as correções, as reimpressões e as notícias) que abordavam especificamente as famílias

homoparentais e artigos publicados em língua portuguesa e no Brasil, com o intuito de verificar a produção científica a respeito da homoparentalidade no país. Na continuação, os artigos encontrados são atentamente lidos e examinados para a análise de conteúdo. Para a análise qualitativa, os 19 artigos encontrados foram categorizados utilizando o método proposto por Ruiz-Olabuénaga (2003). Após minuciosa leitura, analisam-se fenômenos que giram em torno dos focos de interesse da investigação. Ademais, o processo de análise dos dados se propôs a encontrar as proximidades e as similaridades dos diferentes textos, formando um texto de investigação.

Discussão dos resultados: um panorama da publicação de artigos sobre homoparentalidade no Brasil

Na busca realizada, foram encontrados 19 artigos publicados entre os anos de 2005 a 2013 que contêm a palavra homoparentalidade em seu título e/ou nas palavras-chave. Apresentamos na tabela a seguir, as produções encontradas por ano e por quantidade de publicação:

Tabela 1: Produções por ano e quantidade

Ano de publicação	Número de artigos
2005	1
2006	4
2007	0
2008	2
2009	1
2010	1
2011	1
2012	4
2013	5

Esse resultado demonstra o quanto é escassa a discussão científica sobre esse tema, com uma concentração maior de publicações entre os anos de 2012 e 2013. Além disso, pode-se verificar o quanto o assunto em questão é recente, pois a primeira publicação encontrada data do ano de 2005, ou seja, os estudos científicos no Brasil sobre a homoparentalidade são recentes e se encontram em baixa escala (Tabela 1).

Contudo, é importante atentarmos para um fator que pode estar relacionado a esse resultado. Tal fator refere-se ao uso do descritor “homoparentalidade”, que foi utilizado na busca dos artigos. Acreditamos que a baixa incidência da temática nas publicações esteja vinculada à recente denominação dada ao fenômeno em questão. O termo não foi criado num contexto científico, e sim social, pela *Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens* (APGL), na França. A APGL, que é uma das principais associações homoparentais do mundo. Esta foi criada em 1986 e propõe atividades de informação, de compartilhamento de experiências e de serviços profissionais para famílias homoparentais e para futuros pais e mães (APGL, 2017). Sendo assim, pontuamos que o termo é bastante novo em termos históricos e parece estar adentrando o campo científico recentemente.

Analisando as áreas das publicações (Tabela 2), verificamos que a ciência que mais pesquisa sobre homoparentalidade é a Psicologia, comumente com viés teórico da Psicanálise, com onze publicações, seguida pela Antro-

pologia, com três. Outras áreas que aparecem com uma publicação cada são o Direito, as Ciências Sociais, a Comunicação, a Educação e as Ciências Sociais, Psicanálise e Psicologia reunidas num mesmo artigo. Assim, foram organizados na tabela 2 os artigos por área do conhecimento:

Tabela 2: Produções por área do conhecimento e quantidade

Áreas das publicações	Número de artigos
Psicologia/Psicanálise	11
Antropologia	3
Ciências sociais	1
Direito	1
Comunicação	1
Educação	1
Ciências Sociais/Psicanálise/Psicologia	1

De modo convergente, nossos dados encontrados corroboram os dados da pesquisa de Zambrano et al. (2006), que apontam que a imensa maioria das pesquisas empíricas publicadas é realizada na área da Psicologia. Além disso, a grande parte das considerações utilizadas por diferentes profissionais que estudam esse tema está apoiada nos princípios teóricos da Psicanálise.

Foram analisadas, também, as palavras-chave dos artigos, para verificar as principais temáticas envolvidas e relacionadas ao assunto pelos autores, conforme a tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Produções por palavras-chave recorrentes

Palavras-chave mais recorrentes	Número de artigos
Família	10
Adoção	6
Filiação/Funções parentais/Parentalidade/Papeis parentais	5

Após a incidência maior, que é da própria palavra “homoparentalidade”, que aparece em quase todas as palavras-chave, pode-se encontrar a presença da palavra “família” em dez artigos. Outras temáticas frequentemente mencionadas e relacionadas ao assunto principal são: a adoção, presente em seis artigos, e as questões de filiação/funções parentais/parentalidade/papeis parentais, presentes em cinco artigos.

Podemos verificar, assim, que a discussão sobre o que é família e sobre suas novas configurações na atualidade geralmente acompanha o tema da homoparentalidade nas publicações em questão. A adoção ainda é o meio mais utilizado para a formação dessas famílias, mesmo que, a partir da tecnologia reprodutiva, muitos casais tenham recorrido a técnicas de fecundação como alternativa. A partir da possibilidade de formação familiar, iniciam-se, também, as reflexões sobre as funções e papeis parentais, sobre a própria parentalidade e questões de filiação nesse contexto.

Contextos estudados e considerações existentes

A partir da apresentação e discussão sobre o panorama geral dos artigos publicados, verificamos, também, os contextos em que estão inseridas as pesquisas e as con-

siderações finais dos autores. Assim, apresentaremos na análise dos artigos, os pontos principais desses aspectos em cada uma das publicações.

Iniciaremos a análise pelo artigo “Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro” (CECILIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013), que também se ocupou em fazer um levantamento sobre as publicações existentes nessa temática, mais especificamente sobre homoparentalidade adotiva. Para isso, os autores realizaram uma revisão sistemática da literatura científica nacional nas bases LILACS, PePSIC, SciELO e Portal Nacional BVS Brasil em Saúde, de 2000 a 2010, de modo que encontraram dez estudos. Neles, puderam verificar a presença de entraves na busca pela legitimização da adoção por casais homossexuais, entre eles o estigma de que “os filhos adotivos sofreriam prejuízos na construção de suas identidades, ocasionando possíveis desvios de personalidade pela falta de referência do gênero oposto” (CECILIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013, p. 514). Ademais, as publicações analisadas nesse artigo ressaltam as especificidades das famílias homoafetivas no que diz respeito ao processo de reconhecimento legal e social, além da verificação do quanto esse tipo de adoção ainda é estigmatizado e alvo de preconceitos. Os autores apontam para a escassez de estudos sobre essa temática, que recentemente tornou-se visível nas ciências humanas.

O artigo “A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008) teve como objetivo apreender e comparar como os universitários concluintes dos cursos de Direito e de Psicologia representam a adoção de crianças por casais homossexuais. Como enfoque teórico e metodológico, os autores utilizaram-se da “Teoria das Representações Sociais (TRS), considerando que, por constituírem um processo dinâmico, situado na articulação entre o social e o psicológico, as RS permitem conhecer a formação do pensamento social” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008, p. 43). A partir dessa pesquisa, chegou-se à consideração de que tanto para os concluintes dos cursos de Psicologia quanto para os de Direito, a homossexualidade está ancorada juntamente à crença de que a AIDS é uma doença de gays. Além disso, a ideia que os participantes da pesquisa têm sobre a adoção de crianças por casais homossexuais é, sutil ou flagrantemente, preconceituosa, partindo da premissa de que esse tipo de adoção poderia ocasionar danos biopsicossociais à criança inserida no contexto. Ainda, os autores apontaram que a forma de conceber a estrutura familiar no modelo tradicional de orientação heterossexual provavelmente é um fator que influencia diretamente a concepção contrária à adoção de crianças por casais homossexuais.

Já o artigo “A homoparentalidade em questão: a voz de gays e lésbicas com filhos” (SANTOS; BRUNS, 2006) foi desenvolvido a partir de entrevistas com sujeitos envolvidos diretamente na questão da homoparentalidade: cinco homens e nove mulheres homossexuais com filho(s) biológico(s) e/ou adotivo(s). O objetivo do estudo foi compreender como mulheres e homens homossexuais entre 30 e 50 anos vivenciam a paternidade,

a maternidade e/ou parentalidade e que significados lhe atribuam. Nesse sentido, os resultados demonstraram relatos de situações de preconceito em relação aos papéis sexuais dos participantes e a expressão da homossexualidade nas famílias de origem, no trabalho e entre amigos. Também, fica evidente a falta de referenciais de famílias homossexuais, sendo heterocêntrico o modelo de família presente no discurso dos indivíduos.

A publicação *Famílias homoparentais: tão diferentes assim?* (MARTINEZ, 2013) foi embasada em duas vinhetas clínicas, em que a autora apresenta e discute alguns dos temores sociais e fantasmáticos vinculados às famílias homoparentais, “entre eles o temor do apagamento da diferença entre os sexos e o receio de que a criança criada nesse contexto se torne homossexual” (MARTINEZ, 2013, p. 371). Em suas conclusões, que apontam a existência de rótulos e estigmas sobre o que é ser um bom pai ou uma boa mãe nesse contexto, o autor demonstra que os conflitos emocionais são o grande entrave para que os casais possam realizar um bom exercício da parentalidade e não a orientação sexual dos cuidadores.

O artigo “Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental” (RODRIGUEZ; PAIVA, 2009) teve como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa realizada com dois casais que visou a investigar o exercício da homoparentalidade, focando as possíveis especificidades existentes no relacionamento parental homossexual, bem como compreender o olhar dos pais com relação a seus papéis parentais. Nesse estudo, percebeu-se que as famílias homoparentais se diferenciam de outras pelo preconceito sofrido, pela falta de apoio e aceitação das famílias de origem e círculos sociais.

Já o artigo “Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo” (MEDEIROS, 2006), além de tratar sobre a homoparentalidade, também discute questões sobre lesbianidade, refletindo sobre uma família recomposta homoparental feminina da periferia da cidade de São Paulo. Tendo uma base antropológica, a pesquisa aponta para a ideia de que a homossexualidade é concebida como algo tão construído socialmente quanto a heterossexualidade.

Na publicação “A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual” (PERELSON, 2006), apresenta-se um cenário do debate francês atual sobre a questão da homoparentalidade. Nela, são confrontados os pensamentos de cinco psicanalistas: Joël Dor e sua teorização sobre o papel da função paterna e da diferença anatômica entre os sexos na estruturação do sujeito; Pierre Legendre e sua articulação entre os campos do jurídico e do psíquico na inscrição do ser humano na ordem da filiação; Michel Tort e sua crítica às teorias de Legendre; Geneviève Delaisi de Parseval e sua proposta de uma definição mais ampla da família; e Sabine Prokhoris e a sua distinção entre sexualidade e diferença dos sexos. A partir disso, buscou-se desmontar argumentos contrários à homoparentalidade e indicar a legitimidade da argumentação favorável a esse tipo de filiação. A autora chegou à consideração de que os últimos desenvolvimentos teóricos da psicanálise estão

começando a reverter o seu paradigma a favor das reivindicações a respeito da filiação homossexual, até mesmo indicando “o quanto os heterossexuais dependem, tanto quanto os homossexuais, da possibilidade de exercer a arte da passagem cujas portas têm sido abertas por aqueles que conduziram à colocação em causa da diferença dos sexos” (PERELSON, 2006, p. 727).

O artigo “Que família? Provocações a partir da homoparentalidade” (VILHENA et al., 2011), construído conjuntamente por profissionais das áreas de Psicologia, Psicanálise e Ciências Sociais, tem como objeto de estudo as famílias homoparentais. A partir de uma pesquisa teórica, os autores constataram que o estigma da homossexualidade ainda é bastante sentido. A fundamentação desse trabalho sugere que sejam repensadas as identidades cristalizadas na atualidade e propõe que “se desconstruam estruturas já naturalizadas, através de um processo que sugere o questionamento de como tais estruturas chegaram a tal ponto. Propomos, desta forma, uma nova postura diante da vida e de si mesmo” (VILHENA et al., 2011, p. 1640).

Apresentando uma discussão sobre a categoria transgênero, o artigo “Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil” (SOUZA, 2013) problematiza a questão da parentalidade transgênero no Canadá e da parentalidade de travestis e transexuais no Brasil. Com base em dados de campo, a autora nos apresenta canadenses que lidam com constrangimentos sociais e culturais para poderem se manifestar afetiva, familiar, parental e sexualmente e analisa essas questões dialogando com o cenário brasileiro. Em seus questionamentos e considerações, está presente a possibilidade de uma existência discursiva, do ponto de vista acadêmico e político, das parentalidades transexual e travesti para além da homoparentalidade. Além disso, foram analisadas as concepções de paternidade, para compreender em que medida “elas reconfiguram as representações do pensamento ocidental ao performatizarem a parentalidade na sua relação com o gênero” (SOUZA, 2013, p. 397).

Já o artigo “Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade” (RODRIGUEZ; GOMES, 2012) propõe uma reflexão sobre os modelos familiares e parentais presentes atualmente, com ênfase nas famílias homoparentais, tendo como base o referencial teórico da psicanálise de família e casal e estudos psicossociais. A principal consideração que as autoras chegam é sobre a aplicabilidade de uma ética relacional que reconheça a importância do vínculo na construção das novas formas de parentalidade, sem se limitar à égide biológica.

O artigo “Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade” (FARIAS, 2010) faz um apanhado teórico sobre as ocorrências históricas que contribuíram para a visão que a sociedade tem hoje acerca da homossexualidade. Também discute alguns mitos relacionados à homossexualidade e à homoparentalidade, tais como: os homossexuais seriam todos promíscuos, a homossexualidade seria um distúrbio, os homossexuais não poderiam criar uma criança, pois ela seria influenciada a ser homos-

sexual e os homossexuais tenderiam a abusar sexualmente de crianças. A autora aponta que essas crenças favorecem, na sociedade, a discriminação e o preconceito contra as pessoas homossexuais. Além disso, acabam dificultando uma visão positiva da sociedade e do meio jurídico em relação à homoparentalidade e a adoção por homossexuais.

No contexto dos debates sobre o direito dos homossexuais à adoção, encontra-se o artigo “Adoção por homossexuais – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito” (FUTINO; MARTINS, 2006). Nesse estudo teórico, as autoras concluem que, no Brasil, os impedimentos para que homossexuais adotem crianças não estão no sentido legal, mas sim no âmbito moral, o que reflete uma sociedade que, embora esteja mudando seus conceitos, faz isso de maneira lenta.

Outro artigo que aborda a questão da adoção no âmbito jurídico é “A representação da homossexualidade nos discursos jurídicos sobre adoção homoparental” (FERNANDES, 2013). O estudo traz dados preliminares de uma pesquisa de mestrado em Ciências Sociais que trata das representações da homossexualidade a partir dos discursos jurídicos sobre adoção nas varas da infância, da juventude e do idoso da comarca da capital do Rio de Janeiro. Os resultados apontam duas estratégias na forma de lidar com a relação entre homossexualidade e parentalidade por parte dos envolvidos nos processos de adoção: a invisibilização das peculiaridades da adoção por casais homossexuais e certa idealização da homossexualidade, como se ela representasse vantagem em termos de amadurecimento pessoal do candidato à adoção.

Ainda no âmbito jurídico, encontra-se o artigo “Homoparentalidade: um direito em construção” (CUSTÓDIO, 2012), que é um estudo teórico que se propõe a analisar o movimento da sociedade brasileira no enfrentamento da homoparentalidade. Nele, constatou-se que os entraves legais à adoção por casais homossexuais e aspectos socioculturais envolvidos na questão ferem os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana e, também, evidenciam uma grande carga de preconceito por parte da sociedade e, por reflexo, de seus legisladores. Além disso, mesmo ainda não existindo, em nosso país, uma legislação que discipline a união homoafetiva e adoção por esse núcleo familiar, destacou-se que a jurisprudência vem buscando implementar, por meio de decisões inovadoras, tais direitos. Por fim, o trabalho identifica alguns avanços e retrocessos existentes nas vias jurisprudencial e legislativa para a resolução de conflitos ligados à temática.

Já o artigo “Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família” (PASSOS, 2005) procura examinar, teoricamente, a homoparentalidade a partir das seguintes questões: o desejo do casal de ter um filho; o luto pela impossibilidade biológica de concebê-lo; a escolha de uma forma, dentre várias, para realizar esse desejo; e a relação com um terceiro sujeito que viabiliza a vinda do filho. Ao final da discussão teórica, a autora sugere o enfrentamento rigoroso das teorias, pois afirma que elas são insuficientes para dar conta das profundas transformações nas famílias, sobretudo em seus enredamentos afetivos.

O artigo “Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco” (FONSECA, 2008) revisita diferentes elementos da noção de “Família que Escolhemos”, a partir do trabalho de Kath Weston e outras antropólogas que pesquisam principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nele se ressalta o quanto certos casais lésbicos, recorrendo às novas possibilidades legislativas e tecnológicas, recriam as ideologias de parentesco. Esse estudo teórico aponta que a homoparentalidade, assim como outras formas familiares contemporâneas, são vistas como co-produções que envolvem – além de valores culturais – lei, tecnologia e dinheiro.

O artigo, da área da Comunicação, “O direito à homoparentalidade em duas novelas da TV Globo: relendo os casais de lésbicas e de gays em Senhora do Destino e Páginas da Vida” (FERNANDES, 2013) reflete sobre o direito à homoparentalidade apresentado nas duas telenovelas citadas em seu título. Para isso, foi realizada uma reflexão sobre a opinião de alguns estudiosos de sexualidade e aplicadas essas considerações aos casais Jenifer e Eleonora e Marcelo e Rubinho das respectivas telenovelas. O autor chega às conclusões de que a homoparentalidade é um direito a ser conquistado pelos homossexuais e que as atitudes dos personagens deram subsídios para a reflexão social sobre a temática. Também considera que a narrativa teleficcional assume um papel na formação pública ao pautar assuntos pouco debatidos em outros espaços, como jornais e telejornais.

Dois artigos que problematizam a questão da homoparentalidade no contexto escolar são “Discutindo valores na escola: homoparentalidade e novos conceitos de família” (FREITAS; DIAS, 2012) e “Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso” (CADETE; FERREIRA; SILVA, 2012). O primeiro é decorrente de uma pesquisa que visou a entender quais aspectos e valores são mais relevantes na criação da família, ressaltando os níveis de aceitação dos divergentes formatos encontrados atualmente para alunos de turmas de ensino médio de escolas estaduais do município de Natal/RN. Para isso, os autores utilizaram questionários e grupos de debate. Ao final do estudo, apontam que, tanto o conceito de família quanto a atual predisposição à formação familiar têm sofrido alterações significativas, visto que o ideal de constituição familiar não está mais arraigado aos laços sanguíneos, o que permite a aceitação, vista pelos autores como ainda sutil, de novas unidades familiares baseadas em valores morais e laços afetivos (FREITAS; DIAS, 2012). O segundo buscou investigar quais os sentidos e significados produzidos pelos atores da escola em relação à família homoparental. As autoras realizaram entrevistas livres com dezesseis representantes dos vários segmentos de uma escola pública, de Recife-PE, sendo eles cinco professores do Ensino Fundamental, cinco alunos, um coordenador, diretor e vice-diretor, uma merendeira, um porteiro e um profissional dos serviços gerais. A partir dessa pesquisa identificou-se que o conceito de família está atrelado à configuração nuclear e que a homoparen-

talidade não é, na maioria das vezes, pensada como família e nem discutida nesse espaço educativo (CADETE; FERREIRA; SILVA, 2012).

Todas as publicações em questão apontam para a necessidade de mudança do paradigma ainda atual sobre a homoparentalidade, carregado de preconceitos e estigmas. Ainda que se possa verificar, em alguns artigos, uma discussão que interliga mais de um campo de conhecimento é necessária a reflexão interdisciplinar para que se entenda o processo como um todo.

Considerações finais

A partir do levantamento e análise das publicações utilizadas como base para este estudo, podemos verificar o quanto é recente e incipiente a discussão sobre a temática da homoparentalidade no Brasil, mostrando-se como um campo potencial de produção científica. Mesmo que se possa perceber um aumento de estudos nessa área ao longo dos últimos anos, ainda são escassas as produções científicas desse tema no país. Consideramos que a baixa produção vinculada à homoparentalidade está relacionada ao fato de o próprio termo ter sido cunhado em termos históricos recentes, em 1986, e num contexto de uma associação social para famílias e futuras famílias homoparentais na França. Nesse sentido, pontuamos que historicamente o termo é novo e parece ter adentrado o campo científico brasileiro quase vinte anos após a sua inserção através da APGL. Sendo uma nomenclatura que desponta recentemente no cenário científico, são necessários mais estudos para o avanço das compreensões acerca da temática.

Analisando os resultados das pesquisas existentes, percebemos que o tema em questão ainda é muito cercado por preconceitos, rótulos e estigmas. Ainda que esteja ganhando mais visibilidade social e, com isso, maiores discussões a respeito das novas configurações familiares e a própria homoparentalidade, o que vemos reinando nos discursos sociais e em certa medida, no campo da ciência, é o modelo de família heterocêntrico. Esperamos que o presente estudo contribua para uma reflexão a respeito da importância e da atualidade do tema no que diz respeito à necessidade de novas pesquisas relacionadas. Além disso, sugerimos pesquisas interdisciplinares sobre a temática, levando em consideração o ser humano como sujeito individual, social, cultural e político.

Referências

- ASSOCIATION DES PARENTS ET FUTURS PARENTS GAYS ET LESBIENS. 2017. Disponível em: <https://www.apgl.fr>. Acesso em: 8 set. 2017.
- ARAÚJO, L. F.; OLIVEIRA, J. S. C. A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 60, n. 3, p. 40-51, 2008.
- BRANDÃO, D. V. C. *Parcerias homossexuais: aspectos jurídicos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- CADETE, V. G.; FERREIRA, S. P. A.; SILVA, D. B. Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso. *Interação em Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 101-112. 2012. [CrossRef](#)

- CECILIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 18, n. 3, p. 507-516. jul./set. 2013. [CrossRef](#)
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº. 001/99*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 16 out. 2015.
- COSTA, H. S.; FILHO, F. E. L. A união homoafetiva e sua regulamentação no Brasil. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 20, n. 4361, 2015. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/39874>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- CUSTÓDIO, J. Homoparentalidade: um direito em construção. *Espaço Jurídico: Journal of Law*, v. 13, n. 1, p. 91-100. jan./jun. 2012. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1426>. Acesso em: 15 jan. 2015
- FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, p. 99-109, 2010. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/431/410>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- FERNANDES, G. M. O direito à homoparentalidade em duas novelas da TV Globo: relendo os casais de lésbicas e de gays em Senhora do Destino e Páginas da Vida. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/issue/viewFile/RCCS%202/25>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- FERNANDES, R. M. A representação da homossexualidade nos discursos jurídicos sobre adoção homoparental. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 22, n. 22, p. 250-261. 2013. [CrossRef](#)
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272. 2002. [CrossRef](#)
- FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 769-783, dez., 2008. [CrossRef](#)
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FREITAS, L. R. M. de; DIAS, R. L. Discutindo valores na escola: homoparentalidade e novos conceitos de família. *Quipus*, Natal, v. 1, n. 2, p. 101-107, jun./nov. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/154/172>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- FUTINO, R. S.; MARTINS, S. Adoção por homossexuais: uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, Canoas, n. 24, p. 149-159. jul./dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300014. Acesso em: 20 fev. 2014.
- MARTINEZ, A. L. M. Famílias homoparentais: tão diferentes assim? *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 371-388, dez., 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n3p371/6210>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- MEDEIROS, C. P. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 535-547, maio/ago. 2006. [CrossRef](#)
- PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 31-40, 2005. [CrossRef](#)
- PERELSON, S. A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 709-730, set./dez. 2006. [CrossRef](#)
- RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 29-36, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100004. Acesso em: 10 fev. 2015.
- RODRIGUEZ, B. C.; PAIVA, M. L. S. C. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo – Revista do NESME*, v. 1, n. 6, p. 1-111, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902009000100003. Acesso em: 16 jan. 2015.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- RUIZ-OLABUÉNAGA, J. I. *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao, España: Universidad de Deusto, 2003.
- SANTOS, C.; BRUNS, M. A. T. A homoparentalidade em questão: a voz de gays e lésbicas com filhos. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 12, n. 2, p. 89-108. jul./dez., 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357735505007>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- SOUZA, É. R. de. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 397-430, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/82527/85502>. Acesso em: 9 fev. 2015.
- VILHENA, J. et al. Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1639-1658, dez., 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2014.
- ZAMBRANO, E. et al. *O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre: Venus, 2006.

Recebido em: 22 de outubro de 2015

Acesso em: 20 de outubro de 2017

A Análise de Discurso em uma pesquisa sobre conjugalidades homossexuais*

Rafael Reis da Luz,^{Orcid}, ** Hebe Signorini Gonçalves^{Orcid}

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O texto apresenta e discute a utilização da metodologia da Análise do Discurso, em sua vertente francesa, em uma pesquisa sobre a conjugalidade homossexual. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro casais, dois gays e dois lésbicos, e o material coletado foi analisado através da Análise do Discurso. Como resultado, foi possível observar que as conjugalidades analisadas se constituem por meio de uma temporalidade social, e de ações, atos e discursos performativos que, a princípio descontínuos, sedimentam a transição entre a vida do “eu” e a vida do “nós”. Os discursos dos sujeitos no tocante às suas relações afetivo-sexuais, mesmo que previamente atravessados pelas regulações de gênero, sexo e desejo, expressam as muitas e múltiplas possibilidades e especificidades de cada história particular. Constroem-se, desse modo, possibilidades conjugais e de si.

Palavras-chave: Análise do Discurso; conjugalidades; homossexualidades.

The Discourse Analysis in a research on homosexual conjugalities

Abstract

The text presents and discusses the use of the Discourse Analysis methodology, in its French bias, in a research on homosexual conjugalities. Semi-structured interviews were conducted with four couples, two gays and two lesbians, and the collected material was analyzed through Discourse Analysis. As a result, it was possible to observe that the conjugalities analyzed are constituted by a social temporality, and by actions, acts and performative discourses that, at first discontinuous, sediment the transition between the life of the “I” and the life of “we”. The subjects’ discourses regarding their affective-sexual relations, even though previously crossed by the regulations of gender, sex and desire, express the many and multiple possibilities and specificities of each particular history. In this way, conjugal and self-possibilities are built up.

Keywords: Discourse Analysis; conjugalities; homosexualities.

Introdução

O presente texto tem como objetivo apresentar e discutir a utilização da metodologia da Análise do Discurso (doravante AD), em sua vertente francesa, em uma pesquisa sobre conjugalidades homossexuais. Trata-se de apresentação parcial do material coletado na pesquisa de campo durante o mestrado do primeiro autor, que adotou a AD como referencial de análise.

Como justificativa para a publicação do texto, apontamos a necessidade de incentivar o diálogo entre leituras pós-estruturalistas de gênero e sexualidade com a Análise de Discurso.

Para tanto, realizamos uma breve exposição e articulação teórica e em seguida desenvolvemos a análise do *corpus* coletado. Apresentamos, a partir dos achados na pesquisa de campo, um sujeito generificado em constante transformação, como efeito e agente do discurso, indicando um complexo jogo de verdade de si no exercício da vida a dois.

Gênero, sexo e práticas sexuais: pontos de partida para uma pesquisa sobre conjugalidades

As últimas décadas foram marcadas por transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e religiosas, que em maior ou menor grau repercutiram na formação de novas configurações familiares. A conjugalidade e a parentalidade *gay* e *lésbica* são exemplos de novas possibilidades de formação familiar, sendo alvo de muitos debates e estudos. Presenciamos um momento em que,

no campo político, a admissibilidade desse vínculo no interior da grande categoria família ora é afirmada, ora é negada, e no campo acadêmico produz intenso debate.

No tocante à conjugalidade, um neologismo do francês *conjugalité* – conceito usado no presente texto para designar as relações afetivas e sexuais estáveis –, a possibilidade dos sujeitos assumirem escolhas sexuais não-hegemônicas tem sido acompanhada pela construção de novas possibilidades de relacionamento. Dentro desse contexto, a conjugalidade – antes restrita ao par homem-mulher – tem progressivamente abarcado as muitas possibilidades de relacionamento afetivo-sexual. A definição de Heilborn (2004, p. 11) para conjugalidade indica essa mudança progressiva: “[...] uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’, fundado em uma dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico”. A autora afirma que essa relação assume a opção por uma determinada gestão da sexualidade. Acrescentamos, como o faz Lopes (2010), que a conjugalidade contemporânea inclui também uma gestão da afetividade, ou antes, uma exclusividade do afeto, como as conjugalidades investigadas em nossa pesquisa de campo mostraram.

A homoconjugalidade – termo que vem sendo usado para referir-se às relações afetivo-sexuais estáveis entre pessoas do mesmo sexo – é um tema de estudo recente no campo de gênero e sexualidade (MEINERZ, 2011; DEFENDI, 2010; LOPES, 2010; SILVA, 2008; GROSSI; UZIEL; MELLO, 2007; CASTRO, 2007; PAIVA, 2007; MELLO, 2005; HEILBORN, 2004). As variadas homoconjugalidades se inserem em contextos diferenciados e se configuram de acordo com as histórias individuais

* Agência de financiamento: CAPES.

** Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Av. Pasteur, 250, Praia Vermelha – Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP 22290-902. E-mail: reisdaluz@hotmail.com, hebe@globo.com



de seus componentes, dotadas de suas particularidades e singularidades. As homoconjugalidades apresentadas na pesquisa de campo, desse modo, remetem apenas a algumas possibilidades homoconjugais.

Partindo dessas considerações iniciais, nossa pesquisa teve como objetivo investigar os modos como se organizam as conjugalidades homossexuais, tendo como pano de fundo as regulações heterossexuais de gênero e sexualidade. Propusemo-nos a discutir como se dava a gramática conjugal entre pessoas do mesmo sexo em um contexto marcado por forças que, apesar das transformações acima apontadas, ainda demandam uma heterossexualização de suas relações afetivas e sexuais, conforme o histórico das homossexualidades nos autoriza afirmar (LUZ, 2014; LUZ; GONÇALVES, 2013).

O conceito heteronormatividade, elaborado inicialmente por Warner (1991), diz respeito a um conjunto de expectativas, valores, prescrições e obrigações resultantes do pressuposto da heterossexualidade como natural. É a norma que constrange os sujeitos a se constituírem e a se definirem como heterossexuais. Miskolci (2009) argumenta que heteronormatividade é o nome dado pela teoria *queer* ao dispositivo de sexualidade, proposto por Foucault (1994a). Segundo o autor, “o dispositivo de sexualidade tão bem descrito por Foucault em sua gênese ganha, nas análises *queer*, um nome que esclarece tanto a que ele direciona à ordem social como seus procedimentos neste sentido” (MISKOLCI, 2009, p. 156).

No tocante ao conceito gênero, Butler (2012, p. 39) postula que o mesmo deve ser pensado dentro do que ela nomeia como “matriz de inteligibilidade”, constituída pelos termos gênero, sexo e desejo sexual/práticas sexuais, cuja organização pode resultar em identidades aceitáveis culturalmente – por exemplo, um homem heterossexual com gênero masculino – e outras não aceitáveis – por exemplo, um homem homossexual que adota o gênero feminino. Não sendo inteligíveis, pois geram descontinuidade ou incoerência, determinados arranjos evidenciam o limite de práticas reguladoras que estabelecem regras coerentes de gênero. Essas regras são caracteristicamente heterossexualizantes à medida que exigem e instauram a oposição masculino x feminino. Nesse sentido, podemos considerar que a lógica binária masculino x feminino, que estabelece a dicotomia homem x mulher, é por definição heteronormativa; portanto, enquadrar o gênero dentro desse binarismo é ignorar a heterossexualidade compulsória subjacente a ele.

Partindo da assertiva de que a matriz de gênero instaura e regula uma coerência entre gênero, sexo e desejo/práticas sexuais com vistas à inteligibilidade de alguns sujeitos e não de outros, acrescentamos que tal matriz também pode ser convocada para pensar a inteligibilidade de algumas relações afetivo-sexuais. Em outros termos, perguntamo-nos como relacionamentos marcados pela diferença podem operar de modo a se enquadrar em padrões de relacionamento inteligíveis. As conjugalidades homossexuais, por exemplo, podem se configurar tendo como referência aquilo que é social e culturalmente

inteligível no âmbito da matriz de gênero, sexo e desejo, de modo a se tornarem possíveis, factíveis ou aceitáveis assim como determinadas relações heterossexuais o são.

Concebendo o gênero como uma “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância” (BUTLER, 2012, p. 59), a autora questiona quais seriam as possibilidades de repetição que desestabilizam a referida aparência, ou que deslocam os construtos nos quais os gêneros masculino e feminino são mobilizados. Desse modo, os mecanismos de regulação e limitação do gênero, segundo Butler, nunca se esgotariam, ficando sempre em aberto a possibilidade de ruptura com as formas hegemônicas de gênero.

Inspirada nas contribuições de Austin (1975) a respeito dos atos de fala, entre outros autores, Butler (2012, 2009, 2002) apresenta o conceito performatividade, que diz respeito à execução de atos cuja repetição resulta numa ilusória coerência, estabilidade e naturalidade da identidade de gênero.

[...] é claro que essa coerência é desejada, anelada, idealizada, e que essa idealização é um efeito da significação corporal. Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2012, p. 194, grifos do autor).

Conforme indica Salih (2012), performatividade fala de um processo, uma repetição de expressões de gênero, sexo e desejo, que com o tempo dão a impressão de substancialidade, como se estas não fossem resultado de regulações normativas que sustentam a matriz de gênero. Performatizar um gênero é comportar-se, agir, pensar e sentir tendo como referência uma determinada possibilidade de gênero; é um meio e um processo de imitação ou atuação com vistas à reafirmação e sedimentação de um gênero que em si é ilusório, não tem substância e que é apenas efeito de regulações normalizadoras. Performatizar, portanto, é imitar uma imitação.

Todavia, o conceito abre a possibilidade de performatividades outras, a saber, aquelas que de algum modo deslocam a imitação, produzindo efeitos subversivos no âmbito da matriz de gênero. É justamente em seu caráter performativo que reside a possibilidade de questionar-se o estatuto coisificado do gênero (BUTLER, 1998).

Butler (2009) acrescenta que as performatividades podem traduzir ou se reapropriar da linguagem do poder, gerando deslocamentos nas relações de poder. Longe de ser uma ratificação do poder, tal estratégia apontaria para a possibilidade de ação política.

La teoría de la performatividad de género presupone que las normas están actuando sobre nosotros antes de que ten-

gamos la ocasión de actuar, y que cuando actuamos, remarcamos las normas que actúan sobre nosotros, tal vez de una manera nueva o de maneras no esperadas, pero de cualquier forma en relación con las normas que nos preceden y que nos exceden (BUTLER, 2009, p. 333).

Ao pontuar que a performatividade de gênero é exercida com fins de promoção de inteligibilidade – entendendo corpo inteligível como aquele que apresenta inteligibilidade no espaço social e no tempo, obtendo reconhecimento –, Butler (2009) apresenta o conceito de precariedade, que se caracteriza por uma condição de exposição e vulnerabilidade de determinadas populações e de certas formas de subjetivação. Tal conceito pode ser usado para se referir à precária condição de inteligibilidade de sujeitos e corpos que não se adequam à matriz de gênero heterossexual e cuja sobrevivência simbólica não é por isso garantida. Estando à margem das possibilidades de reprodução da condição de sujeito inteligível, estas vidas seriam consideradas, em outros termos, dispensáveis uma vez que se trataria de vidas menos humanas.

¿Cómo llamamos a aquellos que ni aparecen como sujetos ni pueden aparecer como tales en el discurso hegemónico? Me da la impresión de que hay normas sexuales y de género que de una o otra forma condicionan qué y quién será ‘reconocible’ y qué y quién no; y debemos ser capaces de tener en cuenta esta diferente localización de la ‘reconocibilidad’.

Parece que debemos hacer esto para comprender aquellas formas vivientes de género, por ejemplo, que están poco reconocidas o que permanecen no reconocidas precisamente porque existen en los límites de la comprensión del cuerpo e incluso de persona. ¿Hay formas de sexualidad para las cuales no hay vocabulario adecuado, precisamente porque las lógicas de poder que determinan cómo pensamos sobre el deseo, la orientación, los actos sexuales y los placeres no admiten ciertas formas de sexualidad? (BUTLER, 2009, p. 324).

A autora aponta que a performatividade subversiva é aquela exercida contra a precariedade. Em outros termos, ao usarem a mesma linguagem do poder que as oprime, deslocando-a e criando novas linguagens, certas expressões de sexo, sexualidade e gênero podem se aproximar dos modos de reprodução da condição de sujeito inteligível, ao mesmo tempo em que desestabilizam tais modos. Nas palavras da autora, isto significa “traducir al lenguaje dominante, pero no para ratificar su poder, sino para ponerlo en evidencia y resistir a su violencia diaria y para encontrar el lenguaje a través del cual reivindicar los derechos a los que uno no tiene todavía derecho” (BUTLER, 2009, p. 332).

A conjugalidade *gay* e *lésbica* deve ser analisada sob o entendimento de que ela se apresenta – ou é apresentada – como diferença no contexto heteronormativo, que estabelece/supõe as relações como heterossexuais. Esta percepção da diferença pelos próprios parceiros nos leva a pensar não somente nos atravessamentos da heteronormatividade em suas relações, mas também em como se dá sua manutenção, levando-se em conta, evidentemente, especificidades de gênero, classe e raça/etnia. Em relação ao gênero, e partindo da contribuição de Butler sobre a formulação da matriz de inteligibilidade, perguntamo-nos,

no referido contexto, como se constituem as conjugalidades *gay* e *lésbica*, em que medida estas operam com vistas a algum grau de coerência entre gênero, sexo e práticas sexuais, e em que medida se afastam dessa matriz, produzindo subversões. Trata-se, desse modo, de investigar a gramática das relações afetivo-sexuais a partir de seus atravessamentos de gênero, sexo e desejo. Indo um pouco além, perguntamo-nos se é possível investigar não apenas como esses sujeitos veem seu relacionamento, mas como se veem nele. A permanência de um arranjo inteligível, de um sistema de coerência entre gênero, sexo e desejo, assim como a heterossexualidade compulsória implícita nesse sistema, pode produzir efeitos de subjetivação que engendram modos particulares de relação afetivo-sexual, como também de cuidados de si. Nesse sentido, o conceito de cuidado de si (FOUCAULT, 1994b, 2004) também se mostra útil como analisador, pois permite pensar os efeitos de subjetivação do referido arranjo a partir do próprio sujeito, além de deixar em aberto a possibilidade de reafirmação e/ou subversão das normas.

Análise do Discurso e gênero: aproximações e diálogos

Nosso interesse na pesquisa não consistiu em analisar propriamente os processos normalizadores, mas sim o discurso; ou antes, investigar, por meio da análise de seus discursos, como operam os sujeitos generificados nos referidos processos; se haveria, no interior da prática da intimidade e da conjugalidade, mediante performatividades e artes do cuidado de si, permanências e/ou rupturas. Em outros termos, tratou-se de investigar, na manutenção da conjugalidade homossexual no âmbito da matriz de gênero, os limites e as possibilidades de criatividade do sujeito. A metodologia de pesquisa de campo, desse modo, foi pensada com o intuito de apreender as micropolíticas homoconjugais para, a partir delas, propor o esboço de uma análise macropolítica.

Mediante essas considerações, a pesquisa de campo consistiu em um estudo de caráter exploratório, com realização de entrevistas semiestruturadas. O conjunto pesquisado foi composto de sujeitos que estavam em algum relacionamento homossexual, independentemente de haver coabitação. Em relação ao tamanho do conjunto, ficou estabelecido o contato com quatro casais, dois *gays* e dois *lésbicos*, a partir dos dezoito anos. Para elaboração das entrevistas, foram elencados eixos temáticos de acordo com as discussões desenvolvidas na exposição teórica e na pesquisa bibliográfica. As perguntas foram elaboradas a partir desses eixos e aperfeiçoadas ao longo das entrevistas. A análise do material adotou como referência a metodologia da AD.

Conforme estabelecem Mazzola (2009) e Fernandes (2008), a AD, em sua vertente francesa, emergiu no final da década de 1960 em uma conjuntura de crises. Entre essas, destacamos a revisão da Linguística em sua vertente estruturalista. Diversos estudiosos, entre eles Michel Pêcheux, começaram a apontar que a língua não era um sistema fechado e coletivo que bastava a si só, como

pressupunha o estruturalismo francês. Para melhor compreendê-la, era necessário considerar a inscrição do sujeito, do social e do histórico nas estruturas linguísticas.

Sob influência das teorias foucaultiana e marxista, entre outras, Pêcheux (2012, 2009) argumenta que as palavras podem assumir sentidos variados, dependendo da época, do lugar e de quem as profere. Desse modo, a interpretação de um texto não se bastava em sua sucinta descrição, como pressupunha a Linguística estruturalista; era importante considerar seus aspectos sociais, históricos e ideológicos. Em sua crítica, o autor afirma:

[...] toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2012, p. 53).

Desse modo, inaugura-se uma Teoria do Discurso (PÊCHEUX, 2009), disciplina separada da Linguística¹ e que estabelece uma diferença fundamental entre linguagem e discurso. Enquanto a primeira remete ao arcabouço ou estrutura do enunciado, o segundo remete aos efeitos de sentido que ele pode assumir.

Em sua apresentação da AD, Fernandes (2008, p. 13-15) esclarece:

[...] dizemos que o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. [...] o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real.

O estudo do discurso toma a língua materializada em forma de texto, forma linguístico-histórica, tendo o discurso como objeto. A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção.

Se a AD objetiva entender os sentidos de um discurso, logo, trata também de investigar porque um discurso é um e não outro, quais as condições de produção ou emergência de um e não de outro. Nas palavras de Pêcheux (2012, p. 44), trata-se de entender “a presença de não-ditos no interior do que é dito”. Ademais, a AD permite apontar as aparentes contradições no interior do que é dito; se o dito expressa aquilo que remete à esfera do sócio-histórico, expressa também as contradições desta.

Portanto, segundo a AD, falar de práticas languageiras é também falar de práticas sociais. Tal relação, aparentemente intrínseca, é reafirmada por Fernandes (2008, p. 47):

Ao efetuarmos referência às práticas discursivas, referimos, também, a práticas sociais, visto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção. Essa observação torna oportuno refletir sobre as condições de produção dos dis-

ursos que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico, incluindo, igualmente, as condições de produção de bens materiais e a (re)produção das próprias condições de produção.

Pelo exposto, depreende-se que discurso é entendido não como língua, texto ou fala, mas como um conteúdo exterior à estrutura linguística – mas que necessita dela para ter existência material – e que remete a questões não de ordem estritamente linguística, mas de ordem sócio-histórica. O discurso é o objeto de estudo da AD² (FERNANDES, 2008).

O sujeito e seu discurso, sob a perspectiva da AD, não são apenas singulares como também apontam para a ordem do coletivo, do político. À vista disso, a leitura do texto/discurso deve dar-se em paralelo com a leitura do (con)texto no qual o primeiro se insere, o que significa, entre outras coisas, considerar todo o processo de desenvolvimento da pesquisa de campo, antes e depois dos contatos com os sujeitos, voltar-se à literatura especializada e rever as interpretações ou hipóteses levantadas.

O sentido ou efeito de sentido diz respeito à variedade de significados que um termo ou vários termos podem assumir, dependendo de quem, onde e quando os profere. Pêcheux (2009, p. 146) afirma:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (grifo do autor).

Os termos conjugalidade e casamento, por exemplo, assumem sentidos variados entre os sujeitos entrevistados em nossa pesquisa, conforme mostrado adiante. Estas variações apontam para inserções socioculturais diferentes e, por extensão, experiências afetivas e sexuais, de relacionamento e de gênero também diferentes.

Os conceitos a seguir, também utilizados em AD, serão apresentados por sua utilidade enquanto ferramenta de análise na pesquisa e de leitura do sujeito falante.

O conceito de formação discursiva, apresentado por Foucault (1987) em seu livro *A arqueologia do saber*, remete a um conjunto de regras anônimas e de práticas sociais que, no tempo e no espaço, definem as funções e condições de exercício da função enunciativa. Em outros termos, a formação discursiva envolve um complexo sistema de enunciados submetidos a estratégias variadas de enunciação; permite, desse modo, investigar a possibilidade de um discurso, ou como e porque um enunciado obtém espaço em um lugar e uma época específica, ou

²Ao discutir sujeito e ideologia, Pêcheux argumenta que o sistema linguístico não é neutro ou indiferente em relação ao discurso, sendo mais do que uma estrutura de base imutável. Esta assertiva remete às transformações próprias da AD. Em sua primeira época, prevaleceu a noção de maquinaria discursivo-estrutural, na qual o discurso era concebido como homogêneo e fechado em si e a língua como base invariável sobre a qual se desdobrariam os processos discursivos. O sujeito, neste período da AD, é entendido como assujeitado à maquinaria discursiva. Em um segundo período, a inclusão de conceitos como *formação discursiva*, de Foucault, e *efeito de sentido*, de Pêcheux, apontam para a necessidade de revisão e reformulação do arcabouço teórico da AD, o que culminou em um terceiro período, caracterizado pela desconstrução da noção de maquinaria discursiva fechada, de neutralidade e indiferença da linguagem e de assujeitamento do sujeito (MAZZOLA, 2009; FERNANDES, 2008). A discussão sobre a concepção de sujeito na AD é aprofundada adiante.

¹Pêcheux frisa que essa separação não é consensual. Para fim de argumentação, o autor aponta o desenvolvimento da referida teoria já no interior da Linguística a partir de suas contradições.

como e porque, por exemplo, determinados enunciados alcançam o *status* de ciência e outros não (CASTRO, 2009; FERNANDES, 2008; ARAÚJO, 2007).

Os enunciados, termo também apropriado pela AD a partir de contribuições foucaultianas, remetem aos elementos integrantes das unidades discursivas e cuja regularidade aponta para a existência de uma ou várias formações discursivas (FERNANDES, 2008).

O termo interdiscurso ou interdiscursividade se refere ao entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes tempos e espaços, no interior de uma formação discursiva (FERNANDES, 2008). Conforme sugere Foucault (1987), um discurso é constituído de enunciados que o antecedem e o sucedem, de modo que uma formação discursiva abriga elementos não necessariamente concordantes, assim como uma formação pode ser atravessada ou constituída por elementos de outras. Por conseguinte, os efeitos de sentido dos enunciados podem ser variados, dependendo de sua organização e apropriação, o que sugere, segundo Pêcheux (2012), a dessubjetivação da linguagem uma vez que o sentido de um texto não pode ser declarado a priori pelo seu autor.

Pêcheux (2009) argumenta que é próprio da formação discursiva dissimular, no efeito de sentido dos enunciados, a possibilidade de contradição interdiscursiva e a historicidade dos enunciados, gerando a ilusão de que o interdiscurso seria o discurso do sujeito. Em algumas discussões sobre a noção de casamento na pesquisa de campo, apareceram enunciados contraditórios sobre o ato de casar, que, não obstante, ainda atendiam a uma ideia geral – e tradicional – de casamento. Um exemplo, discutido adiante, é a fala de Fernanda, que num primeiro momento afirmou já se considerar casada, mas num segundo momento conclui que a oficialização da união é necessária para reafirmar, objetiva e subjetivamente, seu *status* de casada. Diferentes enunciados, mesmo que aparentemente destoantes, operam sob a égide da interdiscursividade de modo a referendar uma mesma categoria, no caso, a categoria casamento, que não é originária de Fernanda, mas é (re)produzida como sua.

Outro importante conceito de Pêcheux (2009) é o intradiscurso ou discurso-transverso, entendido como o funcionamento do discurso com relação a si mesmo. Nas palavras do autor: “[...] o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 153, grifos do autor).

Em outros termos, o intradiscurso remete à aparente condução ou coerência de um discurso. Esta coerência, segundo o autor, seria garantida e caracterizada pelo estabelecimento de elementos interdiscursivos como pré-existentes ou pré-construídos. A articulação desses conceitos no interior de uma análise do discurso leva Pêcheux a elaborar uma importante reflexão sobre a constituição do sujeito. O intradiscurso – o fio do discurso – opera de modo a dissimular o interdiscurso, que passa a ser apropriado pelo sujeito – um efeito do intradiscurso

– como seu. Este, por sua vez, para garantir sua condição de sujeito falante, tende a dissimular o interdiscurso no interior do intradiscurso. Pêcheux (2009, p. 154-155, grifos do autor) afirma:

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’. E o caráter da forma-sujeito [...] consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intra-discurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*.

Em outro trecho de sua obra, Pêcheux (2009, p. 150, grifos do autor) afirma:

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso como do próprio sujeito.

Por esse motivo, o autor afirma que, para pensar uma teoria do discurso, não se deve considerar o sujeito como possuidor de uma natureza prévia, mas como um sujeito-efeito. Todo e qualquer ato originário do sujeito seria, na verdade, efeito da determinação do interdiscurso como intradiscurso. A identificação do sujeito com o outro do discurso – termo usado por Pêcheux para referir-se à esfera histórico-social – é também uma identificação com ele mesmo.

Não obstante, se o discurso abriga contradições, o sujeito também as expressa e (re)produz. Fernandes (2008) argumenta que é através dos discursos materializados na e pela língua que é possível vislumbrar os deslocamentos, movências e a pluralidade constitutiva do sujeito. Analisar um discurso requer desvelar as contradições que asseguram a aparente coerência dos discursos e práticas dos sujeitos.

Em toda e qualquer formação discursiva, as contradições representam uma coerência visto que desvelam elementos exteriores à materialidade linguística, mas inerentes à constitutividade dos discursos e dos sujeitos. Os sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e são atravessados por discursos de outros sujeitos, com os quais se unem, e dos quais se diferenciam (FERNANDES, 2008, p. 56).

Ademais, como a estrutura do discurso é aberta e instável, passível de reestruturações, devido às muitas e múltiplas possibilidades de (re)organização dos enunciados e seus efeitos de sentido, o sujeito também o é. As identificações com o discurso sugerem possibilidades variadas. Pêcheux (2012, p. 56-57, grifo do autor) argumenta:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação.

Podemos destacar algumas afinidades das proposições de Pêcheux com as de Foucault e Butler, em especial no aspecto performativo do discurso e do sujeito. Este, enquanto efeito de processos discursivos, opera de modo a (re)produzir o discurso, podendo também deslocá-lo. Do mesmo modo, o discurso abriga possibilidades de (re)apropriação à medida que os enunciados podem tornar-se sempre outros, assumir efeitos de sentido variados, mesmo que sob um regime de materialidade repetível.

Podemos depreender, pela leitura desses diferentes autores, que o sujeito e o discurso são performativos uma vez que a (re)produção é constitutiva e também iterável. As práticas e discursos dos sujeitos no tocante às suas relações afetivo-sexuais, portanto, mesmo que previamente determinadas ou atravessadas pelas linhas e regulações de gênero, sexo e desejo, estão abertas às muitas e múltiplas possibilidades e especificidades de cada história particular. Uma análise de suas falas sobre as histórias a dois, nesse sentido, requer uma postura que não considere tais histórias como reproduções acríticas ou subversões a priori das regulações de gênero, sexo e desejo; antes, envolve a compreensão de que as histórias conjugais apontam para o jogo de verdade do sujeito enquanto complexa relação – eventualmente, permeada de contradições – com as referidas regulações. Constroem-se, desse modo, possibilidades de si e conjugais.

Outros conceitos em AD ressaltam o aspecto plural do sujeito e seu discurso. Entre eles estão os conceitos de dialogismo e polifonia, originários de Mikhail Bakhtin. Enquanto o primeiro se refere a uma condição constitutiva da linguagem – o estabelecimento de relações entre o eu e o outro nos processos discursivos, podendo gerar efeitos no eu e no outro –, o segundo remete à presença de diferentes discursos/vozes apropriados pelo sujeito. O dialogismo, em outros termos, é um dispositivo discursivo a ser operado pelo sujeito polifônico. O conceito de heterogeneidade, originário de Jacqueline Authier-Revuz e que condensa os dois conceitos anteriores, sugere a constituição plural e diversificada do sujeito em sua relação

com o discurso. A heterogeneidade se divide em constitutiva, na qual a presença do outro é velada, e mostrada, na qual a presença do outro é explicitada pelo sujeito, seja por citações diretas ou indiretas (FERNANDES, 2008).

A leitura do *corpus* obtido em nossa pesquisa de campo recorreu aos pressupostos básicos da AD, aqui apresentados, de modo a utilizá-los como ferramentas metodológicas de análise. Primeiramente, foi realizada a transcrição das entrevistas, seguida de leituras flutuantes do *corpus* e, ao final, de leituras profundas, caracterizadas pela separação do material em recortes ou fragmentos que tivessem relação com o todo que constitui o material e com os objetivos da pesquisa. Por último, os recortes foram analisados em diálogo com as reflexões teóricas desenvolvidas.

As conjugalidades falam: o sujeito e o discurso em transformação

Rebeca³ possui 20 anos, estuda Administração e mora com a mãe na Tijuca, e Joana, 23, veio de uma cidade do interior e hoje divide o apartamento em Botafogo com seus dois irmãos, que vieram, assim como ela, para cursar uma faculdade.

No discurso do casal, em especial no de Joana, percebe-se uma aparente indefinição da orientação afetivo-sexual, se hetero ou bissexual.

Joana: Eu acho que sim. É uma coisa que é difícil pra mim definir isso. Foi difícil por eu só ter ficado com a Rebeca efetivamente. Eu tive três namorados antes de conhecer ela. E sempre tive bem com homens, assim, não foi uma coisa de ‘Ai, faltava alguma coisa’. Só que eu acho que com todo esse processo de eu vir pro Rio e conhecer coisas novas e começar a abrir a minha cabeça, eu comecei a ter curiosidade. E, enfim, conheci a Rebeca e me apaixonei e tudo, então, ser hetero já era uma coisa que tava excluída. Não era. Só que eu hoje, tando com ela, eu sinto atração por outros homens e por outras mulheres numa medida que é mais ou menos equilibrada, assim... Sabe? Então, não sei... Eu me considero bi hoje.

Consideramos importante retomar a discussão de Butler (2012) a respeito da matriz de gênero e da performatividade e de Foucault (2011) a respeito do cuidado de si. A mudança para o Rio de Janeiro permitiu a Joana vivenciar experiências que antes não eram visadas. A variada rede de sociabilidade que ela desenvolveu e que incluía o contato com o diferente e o novo, além da relativa liberdade sexual, permitiu a Joana repensar seu lugar na trama dos desejos. Ela não apenas ressignificou seu passado, no que diz respeito à sua sexualidade, como também se permitiu acionar performatividades outras – como frequentar “lugares alternativos” e “escolher ficar com uma menina”, como dissera em entrevista. Tais performatividades apontam para um trabalho de si, um experimentar que, não sem tensões, deixa ao largo a necessidade de definições e categorizações.

O não enquadramento em uma categoria aponta para certa liberdade no exercício da sexualidade e do afeto, em cujo horizonte se visualiza, todavia, um aparente mal estar. No caso de Joana, não é o ato de promover um desloca-

³Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar a confidencialidade.

mento na matriz de gênero que lhe causa desconforto; ela não se incomoda em ser ou estar bissexual. É a não categorização, a não definição que, embora represente liberdade, parece inquietá-la. A partir de Butler (2012), consideramos que, se a inserção na matriz de gênero resulta em inteligibilidade de si e da relação com outro, é de esperar que o sujeito que desloca tal matriz esteja, de alguma forma, às voltas com isso. Esse é o caso de Joana, que a todo o momento, durante a situação de entrevista, coloca a questão de se definir sexualmente ao mesmo tempo em que deixa, à primeira vista, o ato de se definir em suspenso.

Podemos depreender que o discurso de Joana é dotado de uma interdiscursividade sobre a “metafísica ser/não ser” – termo cunhado por Paiva (2007, p. 28) –, que ela mesma tenta desvelar. E um dos efeitos de sentido possíveis desse (re)arranjo discursivo em torno da referida metafísica – o efeito de sentido diante de quem entrevista, observa e analisa – é a percepção de uma relativa busca por inteligibilidade, sendo esta resultante da (re)organização dos elementos da matriz de gênero. Nesse sentido, quando ela afirma que “contar um pouco de como foi pra mim é ampliar as formas de ser”, é possível que esteja usando o discurso como meio de ampliar as formas de ser não somente dos outros, mas das suas próprias.

O caso de Joana evidencia que um discurso pode ser dotado de heterogeneidades, nas quais diferentes enunciados, de formações discursivas variadas, encontram-se tentando formar um todo coerente. Com isso, deslocamentos inesperados acontecem durante a interação. Na pergunta sobre a atualidade da relação, por exemplo, o assunto que vem à tona é sobre como a indefinição ou transitoriedade da orientação afetivo-sexual se torna motivo de surpresas e inseguranças no exercício da intimidade e de um projeto conjugal. Em outros termos, essa indefinição é acionada como o elemento chave para discutir o futuro do casal.

Joana: Eu acho que eu passei um pouco por isso e acho que agora tá ficando mais tranquilo. Desde o início essa questão de ‘eu sou bi’, ‘eu não sou bi’. ‘Será que é isso mesmo que eu quero?’ Acho que mais pra ela [Rebeca] entender isso em mim, acho que foi difícil pra [...] entender, assim. Por muito tempo. Volta e meia surgia esse assunto de ‘Será que você quer mesmo estar comigo? Será que na real você...’ Eu acho que no início foi, inclusive, uma das relutâncias dela querer estar comigo. ‘Será que é isso? Será que você não vai encher o saco e querer voltar a estar com um homem?’ Mas... E acho que por muito tempo isso permeia um pouco.

Rebeca, por sua vez, também não tem uma palavra final a respeito de sua orientação, embora isso não pareça inquietá-la na mesma intensidade que Joana. Quando perguntada se se considerava lésbica, respondeu: “Não. Eu me considero vivendo.” Joana riu e disse que nunca ouvira tal definição e que, quando se conheceram, Rebeca teria se identificado como “bi quase lésbica”.

O casal conta que, quando se conheceram, Rebeca teria iniciado um relacionamento “fechado” com uma jovem de outro Estado, mas que depois passou para “aberto”. A partir daí, a relação entre as duas se resumiu a idas

e vindas, indecisões e receios. Somente após o término de Rebeca, elas passaram a se considerar em relação de “namoro”. Elas pontuaram que, de início, acordaram em viver um relacionamento “aberto”, que logo assumiu a configuração “fechado” por conta dos ciúmes tanto em relação a homens quanto a mulheres. Como vemos na história da relação, a flexibilidade da orientação sexual se torna o elemento chave para decisões sobre a manutenção do relacionamento e a promoção de sua inteligibilidade.

Fernanda possui 24 anos e Bruna, 29. Elas cursam uma faculdade e coabitam em um apartamento da zona norte do Rio de Janeiro há aproximadamente um ano.

Para esse casal, uma das questões centrais é o dilema em se considerarem ou não família. A máxima proferida por Fernanda “às vezes eu considero [casada], às vezes não considero” resume um longo discurso que abriga aspectos próprios de uma noção tradicional – e, portanto, heteronormativa – de família, que parecem determinar sua autorização em se definir “casada”. Todavia, o jogo de Fernanda quanto à verdade de sua relação conjugal, sua nomeação, não se resume a determinações. Percebe-se um movimento de ir e vir, um (des)encontro de diferentes discursos que ora autorizam seu *status* de casada e a condição de família, ora desautorizam. Esse (des)encontro permeia enunciados sobre independência financeira e filiação, que estariam entre os motivos que legitimariam ou definiriam uma relação como casamento e família. Esses enunciados, por sua vez, remetem à imagem da família tradicional, da qual a família de origem de Fernanda se aproxima.

Fernanda: Eu tenho umas viagens assim, que eu pego um pouco dos meus pais ou avós o que seria um casamento, não por ser homoafetivo ou não, mas por conta dos meus pais terem se mudado juntos, e na verdade meus pais só se casaram depois, quando eu tinha uns cinco anos, mas eles se mudaram juntos depois quando os dois já estavam meio que encaminhados na vida, com trabalho e tal. E a gente começou a morar junto quando estávamos entrando na faculdade. Não sei. Eu ainda dependo financeiramente dos meus pais. Ela depende financeiramente do avô e tal... Então, pra mim isso não deveria pesar, mas isso pesa, em considerar casado ou não.

Acrescenta-se a esse dilema a questão da inteligibilidade da relação pelo entorno, especialmente familiares. O casal comenta que, eventualmente, é referido como “duas amigas que moram juntas”.

Bruna: Especificamente no caso de mulheres tem uma invisibilidade, né. Você vê dois homens tocando um no ombro do outro e a vizinhança toda já fala: ‘ah é um casal’. A gente, sei lá, sai na rua e se abraça, e tem gente aqui no prédio que jura que a gente é irmã ou amiga, qualquer coisa. Tem gente que já entrou aqui, porteiro, síndico, viu a cama de casal e sei lá...

Fernanda: Jura que a gente é amiga.

Entrevistador: Não querem ver que vocês são um casal.

Fernanda: É.

Bruna: É.

Fernanda: E não é porque a gente esconde nada não.

Por conseguinte, o casal considera que a oficialização da união assumiria um lugar estratégico. Enquanto no casal heterossexual a família chancela a relação, no casal homossexual é o próprio que precisa impor sua realidade, sua facticidade, “dizer na cara de pau” para as famílias, como diz Bruna.

Fernanda: Eu acho que essa é uma razão principal para eu não me considerar casada. Porque casada, pra mim, seria o dia em que eu pudesse oficializar isso, sem que... podendo dizer isso na cara de pau para minha família sem que isso tivesse nenhum [pausa] constrangimento para mim. Obviamente teria constrangimentos afetivos de qualquer forma. Mas a minha família de origem na verdade é muito tranquila. Só que, eu acho que é muito diferente que você está namorando uma pessoa do mesmo sexo, você dizer que está morando junto com uma pessoa do mesmo sexo, e você dizer que você está casando com uma pessoa do mesmo sexo para sua família. Eu acho que é diferente.

[...]

Bruna: Tem uma ideia para as famílias de que, eu acho, o casamento seria uma coisa definitiva. Namoro: ‘ah não, é uma fase, vai passar’. Morar junto: ‘ah tá morando junto, é jovem’. Agora o casamento forçaria as pessoas a falarem, abordarem o assunto, e daria uma sensação pra elas de permanência, que seria um pouco chocante.

Nesse sentido, o enunciado “nós nos casamos”, por exemplo, poderia gerar efeitos de sentido que conferissem uma imagem de estabilidade ou permanência da relação, o que poderia repercutir em sua inteligibilidade ou, como frisou Fernanda, num choque por parte dos familiares. Tal choque remete a um efeito de sentido contrário, a saber, o entendimento, por parte dos familiares, de que a imagem de duas mulheres casadas “no papel” representa um ato de subversão da matriz de gênero. Tanto a inteligibilidade quanto a precariedade, desse modo, estariam entre as possibilidades do “casal casado”. Todavia, no decorrer da entrevista, está implícita a influência da mãe de Fernanda na dinâmica do casal por meio de conselhos, conversas entre ela e a nora e os presentes, como o “nosso primeiro colchão”. Desse modo, diante do fato de que a mãe se relaciona com o casal enquanto casal – e não como duas “amigas” –, vemos que os discursos que circulam entre elas, mesmo com suas ressalvas e dificuldades, apontam para efeitos de sentido rumo a uma inteligibilidade da relação de casamento.

Sob a perspectiva da AD, podemos considerar que o material interdiscursivo apresentado pelo casal, em especial por Fernanda, ora reafirma a imagem da família tradicional, ora negocia essa mesma imagem de acordo com as trajetórias individuais e conjugais. No entanto, esse (des)encontro de enunciados ganha coerência no discurso enquanto um todo. O intradiscurso, ou a aparente coerência do discurso, apenas oculta a heterogeneidade própria à constituição da subjetividade. Fernanda, de modo notável, apropria-se de determinadas referências conjugais e familiares porque estas dizem respeito à sua história individual, ao mesmo tempo em que as negocia, reformula

e submete às reavaliações que faz em seu projeto de uma vida a dois. Pela via da conjugalidade, nota-se um sujeito não apenas como efeito de seus arranjos discursivos, mas também como um sujeito em transformação, que se reapropria da linguagem do poder não para ratificá-lo, mas para garantir uma vida a dois cuja inteligibilidade nem sempre é garantida.

Marcelo, 44 anos, é professor. Maurício, 31, é cabeleireiro e maquiador. Eles moram juntos há aproximadamente seis anos e oficializaram a união uma semana antes da entrevista.

Nesse casal, uma questão importante é a inserção da relação homossexual no seio familiar de Marcelo. Apesar da dificuldade de aceitação da relação levar a uma série de cuidados e reservas por parte dos familiares, em especial a mãe de Marcelo, a relação entre Maurício e os familiares e filhos do marido é pacífica e respeitosa.

Marcelo: Ao mesmo tempo que ela acolhe, ela abraça, a minha mãe tem aquela coisa. Quando eu falei com ela que eu dei entrada no casamento ela ficou assim, na dela. Ela falou assim: ‘meu filho, só não vou na festa, cerimônia, se tiver, porque você sabe o que a gente pensa né? Mas assim, vocês são bem vindos todos os dias aqui. A hora que vocês quiserem vir. E podem continuar a vir todo domingo aqui, lanchar com a gente e tal. É uma alegria pra gente.’

[...]

Maurício: Porque a gente nunca sabe o que pode acontecer no dia seguinte. Os filhos dele são pessoas maravilhosas hoje, mas amanhã não sei o que pode acontecer, sei lá. E com o papel em mãos e a lei do meu lado, eu me sinto mais seguro.

O aparente conflito da mãe de Marcelo no tocante à relação homossexual do filho – ou, como Marcelo chama, essa “divisão incrível” – sugere um (des)encontro de diferentes discursos e representações de homossexualidade e relação homossexual, ou como certa expressão homoerótica se torna razoavelmente factível, compreensível ou aceitável quando revestida pelo manto da família e da conjugalidade supostamente monogâmica e estável. A matriz de inteligibilidade se evidencia na problemática da conjugalidade homossexual na medida em que esta é reconfigurada pelo casal e seu entorno de modo a incluir a relação na rede familiar. O casamento civil é apresentado como uma das táticas acionadas pelo casal para operar coerentemente na matriz. Quando perguntados sobre qual nome davam à relação, responderam prontamente “casamento”, termo que constroem a seu modo, sempre sob uma estética da coerência.

Não obstante, é na discussão dos acordos sexuais que o casal evidencia um estilo de vida a dois que procura, a um só tempo, reafirmar e subverter normas sexuais, operar a matriz de gênero de acordo com os interesses e desejos do casal e com as exigências do contexto. Práticas como o uso constante da camisinha entre o casal e a relativa liberdade para encontros extraconjugais tem sua visibilidade administrada a partir de uma separação arbitrária entre o público e o privado, o “lá fora” e o “aqui dentro”, nas palavras de Marcelo.

Marcelo: A gente transa com camisinha. Você pode falar assim, 'mas vocês tem AIDS?' Não. Nós dois já fizemos exames, até recentemente, os dois são soronegativos. Mas sabe o que eu penso em relação a isso? Primeiro, eu não sou santo. O Maurício também não é santo. Eu prefiro um marido que se transar lá fora, não vai me deixar doente aqui dentro. A fazer de conta que meu marido nunca poderá transar lá fora e eu estou totalmente protegido aqui dentro. A mesma coisa o contrário. Eu prefiro que a gente use camisinha, e eu também, não é uma preferência minha, porque vamos supor que eu fiquei doído por um cara ali: 'caraca, tô apaixonado por esse cara agora, vou pegar esse cara agora.' Entre aspas tá, não é amor não. Tesão. Em dez minutos damos um trepada que ferra a vida dos dois? Não.

O gerenciamento da visibilidade de tais práticas, ou a fluidez da divisão entre público e privado, ocorre de acordo com a natureza do público. Nesse sentido, é estratégico que, para as famílias de origem e para a militância, a díade conjugal seja referida possuindo configuração “fechada”, contendo exclusividade tanto afetiva quanto sexual. No entanto, a depender do entorno, “não tem esse negócio de que tem que ser um casamentozinho”, como afirma Marcelo em certo momento da entrevista.

Entrevistador: Vocês se consideram dentro de um relacionamento fechado?

Marcelo: Olha, eu diria pra você assim... publicamente falando, eu não diria o que eu vou dizer pra você agora [...]. Nós somos uma relação fechada no seguinte sentido, a gente não transaria com amigos nossos, jamais. Agora se você me perguntar assim, vocês já foram pra uma sauna? Sim. Transaram só vocês dois? Não. Já transamos com outros caras também. Sabe o que acontece quando a gente volta? A gente volta pensando assim: 'cara, que bom que a gente tem um ao outro, que nada daquilo que a gente fez hoje significa tudo que a gente significa um para o outro.' É impressionante, reforça o nosso amor. Agora, se você perguntar assim, qual é a frequência? Vou dizer pra você que tem meses, talvez... acho que foi no início do ano a última vez que a gente foi na sauna, não foi?

Maurício: Não, vamos lá, a gente já foi talvez umas quatro vezes. [...] Poderia ter ido mais. Mas talvez por falta de interesse mesmo.

Ao longo da entrevista, o casal apresenta enunciados com sentidos variados sobre conjugalidade e casamento de acordo com o entorno: ora advogam o modelo tradicional, monogâmico, no qual as trocas sexuais são exclusivas, ora aproximam sua relação de modelos conjugais ditos modernos, marcados pela separação entre sexo e afeto ou fidelidade e lealdade (SILVA, 2008; PAIVA, 2007; HEILBORN, 2004). Há uma negociação de acordos internos, especialmente sexuais, seguida de um gerenciamento da visibilidade desses acordos. Certas condutas sexuais, ao se afastarem de modelos hegemônicos de conjugalidade, inclusive homossexuais, poderiam colocar em questão a legitimidade moral da relação. Deslegitimada moralmente, poderia não ser mais vista como uma relação conjugal.

Nesse sentido, o discurso do casal sobre suas práticas sexuais é performativo no sentido de que há uma (re) produção – constitutiva e ao mesmo tempo mutável – de

modelos de conjugalidade de acordo com as demandas e expectativas do entorno. Formações discursivas variadas são acionadas e interseccionadas, gerando efeitos de sentido variados de acordo com o tempo e o lugar.

É fato que muitas das regras estabelecidas pelo casal acabam por reduzir consideravelmente as possibilidades de trocas sexuais alheias. Desse modo, embora Marcelo e Maurício tenham afirmado que tais trocas não lhes faziam falta, supõe-se que esta conjugalidade – que estabelece uma divisão entre a vida privada e ordenada do lar e os encontros furtivos, rápidos e anônimos, possíveis apenas nos eventuais furos ou buracos de uma rotina conjugal – se configura sob uma relativa e contraditória estética da liberdade, que consiste em “ganhar de um lado e perder de outro”, como afirmou o casal seguinte, constituído por Pedro e Lucimar.

Pedro possui 43 anos e é analista de suporte. Lucimar, 38 anos, é professor. Eles coabitam há treze anos, morando atualmente em uma comunidade não pacificada do Rio de Janeiro. Oficializaram a união poucos meses antes da entrevista.

Ao longo da entrevista, Pedro e Lucimar listam alguns princípios que definem uma relação como conjugal, por exemplo, transparência e cumplicidade. Durante a narrativa da história da relação, o casal destaca que viver a dois envolveu um longo aprendizado que consistiu em uma passagem “do eu para o nós”. Essa passagem envolve, acima de tudo, a assunção do hábito de tomar decisões mediante consulta e consideração à opinião do outro. Para Pedro e Lucimar, estar casado é pensar sempre em nome do casal.

Pedro: ...o olhar de, de dividir é uma coisa [...]. Viver junto. É uma coisa que eu sempre digo, eu aprendi a dizer 'nós'. Porque era minha casa sempre. 'Ah Lucimar, quando eu tiver a minha casa...' Ele falou: 'não vai ser nossa, não?' 'Não, vai ser minha casa e sua.' Entendeu? Então eu tive que aprender a dizer 'nós', a dividir; 'não gostei disso, vamos levar?' Quando eu pegava, ele falava. Eu tive que aprender a ver o olhar dele, depois eu tive que aprender a perguntar. Depois eu tive que aprender que nós dois temos o mesmo olhar da coisa, e falar: 'O que você achou? Eu gostei. Não, eu não gostei disso, a gente pode fazer assim.' Mas a minha grande mudança foi do 'eu' para o 'nós'.

Todavia, a conjugalidade, ou a passagem “do eu para o nós”, não se constrói sem tensões. Fica claro, nesse ponto, o desencontro entre a conjugalidade e a individualidade, discutido na pesquisa de Heilborn (2004) e no qual viver uma vida a dois envolve ganhos e também perdas.

Esse processo de “ganhar de um lado e perder de outro” está presente em todos os aspectos da relação de Pedro e Lucimar, desde as decisões na rotina diária, acirrando-se nos acordos e práticas sexuais. Nesse ponto, o intradiscurso do casal – tanto no diálogo entre os cônjuges durante a situação de entrevista quanto nas respostas dirigidas ao entrevistador – falha na sua função de fio do discurso, apresentando furos no tocante à cumplicidade e transparência, princípios que, como sugerido anteriormente, são caros à dupla conjugal.

De modo mais notável que no casal anterior, o jogo discursivo entre Pedro e Lucimar envolve “negociações de palavra e silêncio, abrir as cartas e fazer segredo” (PAIVA, 2007, p. 37). As práticas sexuais, mesmo acordadas e abertas, estão permeadas de penumbras que, curiosamente, parecem sustentar a relação. Parece ser melhor que não se saiba de tudo, que não se fale de tudo, que as coisas permaneçam ditas pela metade, para que a relação conjugal se mantenha. Em outros termos, os aparentes furos do discurso, paradoxalmente, procuram manter a sobrevivência da relação conjugal. E a maneira evasiva, bem humorada e despretensiosa de contar algumas histórias durante a entrevista aparece como uma forma de reduzir a tensão que a narrativa pode trazer.

Pedro: Tinha [na festa] um rapaz que hoje ele é casado [...] beijei [o rapaz] muito, beijei, beijei, e todo mundo sabia que eu era casado. O [amigo na festa] me perguntou, ‘o que você vai fazer?’ ‘Quando eu chegar em casa eu vou falar com o Lucimar.’

Entrevistador: Como você recebeu isso, Lucimar?

Lucimar: Você não disse que tinha beijado muito não, que tinha beijado só uma vez [risos].

Pedro: Para, eu falei que tinha beijado o rapaz.

Lucimar: Eu fiquei puto, mas eu gosto dele. Eu perguntei se o rapaz não seria mais visto [risos].

Pedro: Porque eu conto, tudo que eu tivesse que fazer seria aberto. Rolou isso, como assim, a gente já teve uma situação de falar; ‘vamos fazer a três?’ E ele ‘não. Mas não.’ ‘Então tá.’ [...] Nós temos cumplicidade, então eu não vou fazer uma coisa e não falar com ele. Eu tinha o desejo de transar a três [...] Uma coisa que nós descobríamos, se ele não quer, a vontade ainda está, mas tá guardada em algum lugar.

Entrevistador: E o que você [Lucimar] acha disso?

Lucimar: Ah, é aquele negócio, você... assim, a liberdade você vai ter pra fazer, agora é aquele negócio você também sabe que... pode não ser uma boa recepção. Quando eu souber. Você arrisca, mas...

Entrevistador: Deixa eu ver se entendi. Você sabe que você não vai receber bem uma notícia de, por exemplo, ele dizer que ficou com outra pessoa...

Lucimar: Não, eu não sei como eu vou receber.

Entrevistador: Mas você...

Lucimar: Não, eu não gosto.

Entrevistador: Eu entendi, mas... Eu estou colocando o que está me parecendo, você, é provável que você não receba bem a notícia, mas você respeita a liberdade dele, é isso?

Lucimar: [resposta assertiva não verbal]

Entrevistador: Certo. E você [Pedro]?

Pedro: Eu não posso esquecer as minhas fantasias [risos].

Todavia, o casal frisa que procura, na medida do possível, “satisfazer suas fantasias”. Entra em cena, novamente, o processo de “ganhar de um lado e perder de outro”, definidor da conjugalidade, segundo Pedro e Lucimar.

A comparação entre as entrevistas permite algumas reflexões, a começar pelas diferenças no conteúdo apresentado e desenvolvido pelos entrevistados. Por exemplo, os acordos e práticas sexuais dos casais de mulheres não se destacam como nos casais de homens, indicando certa reserva em falar do assunto.

Nesse ponto, cabe apresentar a contribuição de Meinerz (2011) ao estudo da conjugalidade lésbica. Em sua pesquisa sobre casais de mulheres na cidade de Porto Alegre, Meinerz (2011, p. 26) pondera os silêncios, ausências e descrições sobre a homossexualidade feminina na literatura especializada, podendo ser entendidos “como um indicador de que as ferramentas teóricas construídas nas últimas décadas foram menos operativas para compreender as relações sexuais e afetivas estabelecidas entre mulheres”. Desse modo, a autora se propõe a ampliar o escopo conceitual e metodológico de modo a incluir as relações que tentam escapar de categorizações já sedimentadas, como a de homossexualidade. Tal proposta acaba por colocar em discussão, de um lado, análises das relações entre mulheres que assumem polaridades próprias das relações entre homens, tomando-os como referência. Em outros termos, a autora questiona a dicotomia sexo x afeto, levantada por autores como Heilborn (2004) para explicar as conjugalidades gays e lésbicas. Segundo esta última, o casal de mulheres, diferentemente do de homens, estaria mais próximo do eixo afeto em detrimento do sexo. Meinerz (2011, p. 25) argumenta que

[...] a referência ao investimento afetivo não desvaloriza a dimensão erótica da relação. Pelo contrário, a valorização do estabelecimento de vínculos afetivos é significada pelas mulheres como condição privilegiada para o desenvolvimento qualitativo das relações sexuais. As parcerias homoeróticas femininas possibilitam, assim, um rompimento com a dicotomia sexo x afeto pressuposta em diversas análises sobre relações heterossexuais e homoeróticas masculinas.

Nesse aspecto, a invisibilidade e intraduzibilidade das experiências homoeróticas femininas estariam relacionadas a uma dificuldade de colocá-las no nível do discurso, do factível, do inteligível. A homossexualidade feminina seria incompreensível justamente porque dela não se fala. Por um lado, expressões e desejos homoeróticos femininos careceriam de referenciais simbólicos, o que refletiria um impedimento ao reconhecimento e legitimidade social e cultural; por outro, encontrariam relativa liberdade em meio a esta não nomeação, embora não escapem do dispositivo de sexualidade, estando, portanto, em constante luta com os processos de normalização. Meinerz (2011), todavia, acrescenta que o silêncio em torno da homossexualidade feminina é relativo e possui certa engenhosidade. O gerenciamento da visibilidade do homoerotismo feminino, portanto, ocorreria de modos específicos, distanciados das formas de gerenciamento da visibilidade do homoerotismo masculino.

Desse modo, as diferenças no tocante à instrumentalização da visibilidade apontam que homens e mulheres atualizam através de seus discursos seus lugares sociais, expectativas e performatividades de gênero, sexo e desejo. Tal fato aponta para o desafio de criar ferramentas conceituais e metodológicas específicas para pesquisas com casais homossexuais masculinos e femininos.

Outra diferença que merece destaque é a centralidade da identidade para os casais analisados. Para os casais de homens, a definição e estabilização da orientação afetivo-sexual são anteriores e determinantes da conjugalidade. Marcelo, por exemplo, conta que, durante seu casamento heterossexual, faltava uma “afetividade homo”, a sua “afetividade genuína”. Assumir-se “100% gay”, como ele diz, foi condição para o estabelecimento de uma parceria estável com outro homem. Pedro, da mesma forma, narra que o desejo durante a juventude de frequentar grupos de discussão sobre homossexualidade, de “estar entre os iguais”, possibilitaria a liberdade de viver a sexualidade e, quem sabe, estabelecer parcerias conjugais.

Ademais, nos dois casais de homens, que também se diferenciam dos casais de mulheres no aspecto geracional, notamos que a identidade homossexual se estabelece dentro de um contexto marcado pela epidemia do HIV/AIDS, conforme explicitado em diferentes momentos da entrevista. Nesse sentido, o discurso em torno da centralidade da identidade para a manutenção da conjugalidade homossexual masculina se apoia em determinada produção sócio-histórica das práticas afetivas e sexuais entre homens pós-epidemia HIV/AIDS.

Para as mulheres, a orientação afetivo-sexual não é determinante, apresentando-se eventualmente no discurso como ponto de tensão ou incerteza no projeto conjugal. Esse ponto de tensão ou incerteza não remete à qualidade da relação conjugal e sim ao jogo de verdade da relação para o entorno, à produção de sua inteligibilidade.

Considerações finais

As histórias conjugais aqui apresentadas evidenciam a complexidade de sua manutenção sob as regulações da matriz de gênero. Em outros termos, sob a ótica da matriz heterossexual, os casais operam sua existência de modo aparentemente ambíguo, contraditório, fato que sugere a prática de negociações e renegociações de suas possibilidades existenciais através de um diálogo com o que é determinado em termos de gênero, sexo e desejo. Conforme argumenta Fernandes (2008), os sujeitos são atravessados pelos discursos de outros sujeitos, com os quais se unem e dos quais se diferenciam. Há possibilidades, ainda que paradoxais, de reorganização dos enunciados e seus efeitos de sentido, disputas discursivas que representam a busca por uma nova ordem discursiva que torne inteligíveis certas relações conjugais. Nas palavras de um dos entrevistados: ganha-se de um lado, perde-se de outro.

Trata-se de um gerenciamento da relação pela via do discurso, gerando deslocamentos na matriz de gênero que, não obstante, visam incluir esses casais. Nesse gerenciamento, o casamento civil, mesmo que entendido como ação prática de garantia de direitos, mostra-se como tática

necessária em prol da inteligibilidade e redução da precariedade. Concomitantemente, tudo que diga respeito à intimidade do casal, inclusive o desejo, é negociado quanto à sua visibilidade ou não, sua possibilidade ou não, suas implicações em termos de inteligibilidade e aceitação. Tal negociação, no entanto, não ocorre sem tensões.

Podemos considerar que, assim como o gênero, o sexo e o desejo, as conjugalidades analisadas se constituem por meio de uma temporalidade social, de uma frequência de ações, atos e discursos performativos que, se a princípio descontínuos, terminam por sedimentar a passagem de uma vida do “eu” para uma vida do “nós”, como explicitado por Pedro quando se referia ao longo processo de aprender a viver a dois. Mesmo preservando suas individualidades e liberdades, os casais parecem cientes de que precisam responder enquanto casal para o entorno. É o meio que garante e legitima a condição do “nós”, reafirmando possibilidades restritas de organização de gênero, sexo e desejo/práticas sexuais.

Não obstante, essas possibilidades no âmbito de uma estética da conjugalidade reforçam a tese de que a matriz de inteligibilidade é por definição instável. Embora a matriz remeta à inteligibilidade de algumas relações afetivo-sexuais e não de outras, ou como algumas relações, mesmo que marcadas pela diferença, operem de modo a referendá-la, é importante considerar que subversão e reiteração caminham de mãos dadas, numa complexa e contraditória relação. Conforme postulado na análise da bibliografia recente de estudos sobre as homossexualidades (LUZ, 2014), a conjugalidade homossexual, mesmo que revestida pelo manto normativo do casamento, continuaria representando um lugar de desencontros, de deslocamentos no âmbito da matriz de característica heteronormativa. Tratar-se-ia, ainda assim, de um lugar de diferença.

A análise de discurso, desse modo, mostrou-se um referencial metodológico potente por explicitar a complexidade dos sujeitos em seus discursos, que revelam trajetórias singulares no âmbito das relações de poder que produzem e tensionam possibilidades de gênero e sexualidade.

As homoconjugalidades aqui apresentadas, entendidas como um espaço de construção de uma estética conjugal que elenca a liberdade como um de seus aspectos centrais, produzem discursos que abarcam possibilidades variadas e aparentemente excludentes ou contraditórias. As heterogeneidades dos discursos, ora constitutivas, ora mostradas, falam de um jogo de verdade da relação conjugal e de si mesmo, falam de dilemas, embates e desafios de promover inteligibilidade da relação conjugal. Há uma interseção entre formações discursivas variadas, que apresentam versões inclusive antagônicas de conjugalidade. Todavia, ao serem reapropriadas dessa forma, tais formações geram efeitos de sentido específicos ao contexto sociocultural dos entrevistados.

Ademais, percebe-se uma necessidade de falar sobre a relação, na qual o próprio falar potencializa os efeitos de sentido. Conceder entrevista para a pesquisa, enquanto forma de militância – conforme justificado pelos sujeitos –, é um ato performativo que reafirma a existência conju-

gal mediante a função dialógico-constitutiva do discurso. Em outros termos, a produção discursiva da conjugalidade é um meio de promoção de sua inteligibilidade.

Os casais apresentados vivem no horizonte das recentes transformações da conjugalidade, da intimidade, da família e dos rearranjos da matriz de gênero, sexo e desejo. É compreensível, portanto, que seus discursos sejam polifônicos, abriguem interdiscursividades variadas, produzam efeitos de sentido aparentemente contraditórios. Os discursos são complexos porque abrigam passado e presente, transformações macro e micropolíticas, movências no sujeito e em suas possibilidades de relacionamento afetivo e sexual. As estéticas conjugais e seus discursos estão sempre em transformação.

Referências

- ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. *Revista Aulas* [Dossiê: Foucault], Campinas, n. 3, p. 1-24, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1924/1385>. Acesso em: 22 set. 2015.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- BUTLER, J. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. *Debate Feminista*, México, v. 18, p. 296-314, 1998. Disponível em: http://www.debatefeminista.cieg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/018_14.pdf. Acesso em: 20 set. 2015.
- BUTLER, J. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. *Revista de Antropología Iberoamericana*, Madrid, v. 4, n. 3, 2009, p. 321-336. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/623/62312914003.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CASTRO, R. B. Amor e ódio em relações ‘conjugays’. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 89-107.
- DEFENDI, E. L. *Homoconjugalidade masculina, revelação e redes sociais: um estudo de caso*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FERNANDES, C. A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994a. v. 1.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994b. v. 2.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade (1984). In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos & Escritos, v. 5, p. 264-287.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011. v. 3.
- GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- HEILBORN, M. L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LOPES, M. “Homens como outros quaisquer”: subjetividade e homoconjugalidade masculina no Brasil e na Argentina. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- LUZ, R. R. *Conjugalidades possíveis: um estudo sobre relacionamentos homossexuais e suas vicissitudes*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- LUZ, R. R.; GONÇALVES, H. S. Heterossexualização das relações homoafetivas: uma realidade para se alcançar a aceitação? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-12.
- MAZZOLA, R. B. Análise do Discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, N.; SANTOS, J. J. (Org.) *Análise do Discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. p. 7-16.
- MEINERZ, N. E. *Entre mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MISKOLCI, R. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009. [CrossRef](#)
- PAIVA, A. C. S. Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 23-46.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SILVA, A. V. *Viver a dois é uma arte? Um estudo antropológico da homoconjugalidade masculina na Região Metropolitana do Recife*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- WARNER, M. Introduction: fear of a Queer Planet. *Social Text*, North Carolina, n. 29, p. 3-17, 1991. Available in: <https://sgrattan361.qwriting.qc.cuny.edu/files/2010/09/warnerfearofaqueer.pdf>. Accessed on: 20 set. 2015.

Recebido em: 8 de outubro de 2015

Aceito em: 1 de dezembro de 2017

O suicídio de idosos em Teresina: fragmentos de autópsias psicossociais*

Selena Mesquita de Oliveira Teixeira,^{Orcid} ** José Clerton de Oliveira Martins^{Orcid}

Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo discutir acerca das principais circunstâncias que envolveram suicídios de idosos ocorridos na cidade de Teresina, PI. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, descritiva, exploratória, viabilizado por meio da utilização de autópsias psicossociais de cinco casos de suicídio de idosos. Para isso, investigou-se retrospectivamente a vida desses sujeitos, a partir de entrevistas aplicadas com familiares que conviviam próximos às vítimas. O método utilizado agrupou três tipos de instrumentos: ficha de identificação pessoal e social do idoso, genograma e entrevista semiestruturada. As histórias reconstituídas foram analisadas qualitativamente, tomando-se como guia os princípios da hermenêutico-dialética. Observou-se a presença marcante de algumas circunstâncias de risco associadas aos suicídios investigados, entre as quais se apontam condições de vida e fatores de risco, a saber; relações afetivas fragilizadas, vida desprovida de sentido, depressão, uso abusivo do álcool, traços de personalidade impulsivo-agressiva e ocorrência de tentativas de suicídio anteriores.

Palavras-chave: velhice; suicídio; fatores psicossociais.

The suicide of elderly people in Teresina: fragments of psychosocial autopsies

Abstract

This study aims to discuss about the circumstances that involved the suicide of elderly people that occurred in Teresina city, PI. It is a qualitative, descriptive, exploratory study made through psychosocial autopsies of five suicidal cases of elderly people. Thereunto, it was investigated retrospectively the life of these subjects, by interviews with relatives who lived nearby the victims. The method used has grouped three types of instruments: personal and social identification form of the elder, genogram and semi structured interview. The stories were analyzed qualitatively, reconstructed taking as a guide the principles of hermeneutical-dialectic. It has been observed that the outstanding presence of some risk circumstances associated to the investigated suicides, which there were fragile affective relationships, meaningless life, depression, abuse of alcohol, aggressive impulsive personality traits and occurrence of previous suicide attempts.

Keywords: old age; psychosocial autopsies; suicide.

1 Introdução

O suicídio é uma agressão na qual o sujeito decide voltar-se contra si mesmo com o intuito de dar cabo à sua vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de problema grave de saúde pública, visto que em dimensão global, cerca de 800 mil pessoas cometem suicídio todos os anos. O Brasil encontra-se entre os oito países que registram os maiores números absolutos de suicídios. Estima-se que 11 mil pessoas sejam vitimadas por suicídio anualmente. Em 2012 foram registrados oficialmente 11.821 suicídios no país, tendo uma média de 32 mortes por dia (BERTOLOTE, 2012; BOTEGA, 2015).

O risco de autoextermínio tende a crescer com o aumento da idade, à medida que esse período da vida se vincula a processos biopsicossociais que podem induzir o idoso a desistir da própria vida, ou mesmo a adotar condutas autodestrutivas (CÔRTE; KHOURY; MUSSI, 2014). A população idosa é a que mais ascende no Brasil e na maioria dos países do mundo. Estima-se que no mundo haja 600 milhões de idosos e que em 2020 esse número atingirá cerca de um bilhão de pessoas acima de 60 anos. No contexto brasileiro, se aposta em um aumento significativo e acelerado da população idosa, uma vez que o crescimento passou de 8.1% no ano 2000 e deve chegar a 12.9% nos vinte anos seguintes, numa proporção de 700 mil novos idosos a cada ano. Esse cenário

requer que se atribua maior atenção aos problemas que atingem esse grupo etário. Dentre esses problemas que carecem de uma maior prevenção na velhice, enfoca-se o suicídio (CAVALCANTE; MINAYO, 2012).

Algumas circunstâncias e fatores ocasionam fragilidades na velhice e potencializam o risco de suicídio, a saber, sofrimento desencadeado por enfermidades crônicas; perdas de capacidade funcional, fragilização dos laços familiares; abandono; solidão; violências sofridas ao longo da vida e depressão grave (CAVALCANTE; MINAYO, 2012; MINAYO; CAVALCANTE, 2010; CÔRTE; KHOURY; MUSSI, 2014). Pautados por essa afirmação percebe-se a necessidade imediata de desenvolvimento de estudos em profundidade acerca do suicídio de idosos, que focalizem prioritariamente o estabelecimento de ações preventivas baseadas em resultados de pesquisas.

Para respaldar este estudo vale-se, ainda, das informações veiculadas pela Sociedade Americana de Suicidologia (AMERICAN ASSOCIATION OF SUICIDOLOGY, 2014) de que existe forte relação entre ideações, tentativas e suicídios efetivados entre idosos, visto que se estima que há um suicídio consumado para quatro tentativas nesse grupo etário. Para a população em geral calcula-se uma morte consumada para cada 25 tentativas, razão bastante representativa para esse fenômeno e suficiente para que essas tentativas sejam levadas a sério, evidenciando, desse modo, a relevância de estudos como este, que visem à prevenção de tais ocorrências, com o fim de minorar os riscos e fortalecer os fatores de proteção.

* Financiamento: Escola Nacional de Saúde Pública e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

** Endereço para correspondência: Av. Washington Soares, 1321 – Edson Queiroz, Fortaleza, CE. CEP: 60811-905. E-mail: selenateixeira@hotmail.com, jlclertonmartins@gmail.com



Compreender a problemática do suicídio em idosos denota ser um desafio para os setores sociais e de saúde, considerando-se que, muitas vezes, a intenção de morte autoinfligida na pessoa idosa tende a se manifestar de forma camuflada, por meio de discursos que envolvem desvalia, falta de sentidos para permanecer vivo e “cansaço de viver” (MINAYO; CAVALCANTE 2010). Neste artigo o suicídio é visto como fenômeno marcado pela complexidade, especialmente por se tratar de processo construído e multideterminado, à medida que envolve em sua constituição aspectos biológicos, psicológicos e sociais, e todo o contexto pessoal e socioeconômico que perpassou a história de vida do sujeito (CAVALCANTE; MINAYO, 2004).

Diversos estudos apontam que o suicídio é o ponto máximo do sofrimento psíquico (KALINA; KOVADLOFF, 1983; PARENTE et al., 2007; FUKUMITSU, 2014). Nessa perspectiva o comportamento suicida não pode ser reduzido a explicações simplistas, pois compreende um processo pluricausal que resulta de um aglomerado de fatores e motivações, não devendo ter suas causas reduzidas a fatores isolados, à medida que se vincula a uma diversidade ampla de causalidades no curso de uma existência não podendo se enquadrar numa definição totalizante e generalizante (FUKUMITSU, 2014; GVION et al., 2015).

Nesse contexto, vale situar que quando se parte de uma perspectiva preventiva, mostra-se necessária uma compreensão profunda da pessoa em risco. De acordo com Pesce e Colaboradores (2004), a classificação de um evento como estressor ou de risco carece primeiramente da avaliação do contexto no qual esses resultados disfuncionais se vinculam. Sendo assim, não há uma relação linear entre risco e disfuncionalidade, devendo existir uma ponderação do processo, levando em consideração, sobretudo as subjetividades e a maneira única como cada sujeito significa tal evento (YUNES; SZYMANSKI, 2001).

Desse modo, não se pode padronizar ou afirmar com total precisão qual a combinação de fatores de risco que direcionam o idoso a atentar contra a própria vida. Contudo, alguns fatores suicidógenos apontados pela literatura devem ser levados a sério, especialmente por potencializarem significativamente o risco de suicídio quando aparecem vinculados a circunstâncias intensificadoras do sofrimento psíquico de idosos.

Entende-se como essencial que o estudo desse fenômeno, que segundo a literatura deve ser feito em profundidade, ocorra por meio de um instrumento de investigação que contemple a sua complexidade, a exemplo de autópsias psicológicas ou psicossociais (WERLANG; BOTE GA, 2004). A maioria dos fatores de risco e protetores associados ao suicídio já referidos pela literatura advém de autópsias psicossociais (CONWELL; THOMPSON, 2008; CAVALCANTE; MINAYO; MANGAS, 2013).

Investigações que utilizam o método da autópsia psicossocial buscam conhecer integralmente a história de vida do falecido mediante indagações sobre seu estilo de vida, aspectos psicológicos associados à morte, eventos psicossociais, ambientais, familiares, médicos e psiquiátricos, e especialmente sobre o papel da vítima em sua própria mor-

te (WERLANG; BOTE GA, 2004; SHNEIDMAN, 2004). Vale frisar que esse método convoca a uma análise sistêmica e integral do fenômeno, principalmente no tocante às particularidades de cada caso e ao contexto nos quais ocorreram (CAVALCANTE; MINAYO; MANGAS, 2013).

Refletir sobre o processo de envelhecimento requer, principalmente, que se analise a relação desse processo com a sociedade, uma vez que o sujeito se constitui ao longo de sua vida inserido no meio social. O componente social que acompanha a velhice muitas vezes é eivado de representações negativas (ALVES; MOREIRA; NOGUEIRA, 2013; CAVALCANTE et al., 2015). Essa breve exposição das questões que envolvem o fenômeno do suicídio na velhice oportuniza que se tenha uma noção da possível relação que essa problemática estabelece com as representações negativas vinculadas ao envelhecer na contemporaneidade, sobretudo para idosos brasileiros, cujas motivações também podem ser identificadas nas concepções e vivências de velhices estigmatizadas, à medida que se mantém uma forte associação entre esse evento do ciclo vital com a morte, a doença, o isolamento, dependência e sofrimentos de diversas ordens.

Diante dessas questões o risco de suicídio se amplia, não como um ato casual, pois possui finalidade, à medida que está ligado à resolução de problema promotor de sofrimento, mais precisamente à sustentação de uma velhice esvaziada de sentidos ou motivações (BOTE GA, 2015). O sofrimento gera um estreitamento das opções percebidas e uma necessidade de fuga, em que o fim da própria vida poderá surgir como o único caminho possível a ser percorrido (SÉRVIO; CAVALCANTE, 2013). O desespero que surge desse contexto psicossocial sugere o suicídio como saída do sofrimento para muitos idosos. “A morte é a alternativa para calar a dor. A morte pode ser a alternativa para a solidão existencial que dilacera a vida” (DUTRA, 2000, p. 102).

Diante de tais considerações, destaca-se a necessidade de realização de intervenções preventivas destinadas aos idosos em Teresina, visto que estudos epidemiológicos de Minayo et al. (2011) apontam que a referente localidade está entre as dez cidades brasileiras com maior número de suicídios para esse grupo etário. A escolha do tema se deve especialmente à escassez de ações preventivas na capital do Piauí, portanto, adquire importância social na medida em que com ele se anseia que sejam aportados subsídios na implementação de políticas públicas para a prevenção do suicídio de idosos.

Assim, destaca-se a relevância dos objetivos deste estudo, que consistem em discutir sobre as principais circunstâncias potencializadoras do sofrimento psíquico que levou idosos a findarem a própria vida na cidade de Teresina-PI, buscando compreender de que modo esse sofrimento atuou como barreira à percepção de novas possibilidades de enfrentamento e superação de uma dor intensa.

2 Percorso metodológico

A realização deste estudo qualitativo, descritivo e exploratório tem origem na construção de autópsias psicossociais de cinco casos de suicídio de idosos ocorridos na

cidade de Teresina, PI. Os casos selecionados para este artigo atenderam ao seguinte critério de inclusão: idoso registrado com 60 anos ou mais no período do suicídio. Como critério de exclusão elegeu-se: suicídio ocorrido em tempos recentes, isto é, com menos de um ano de distanciamento da data da entrevista.

A Autópsia Psicossocial é um método de investigação científica que busca, por meio de averiguação retrospectiva, coletar informações sobre a vida do suicida, bem como sobre as circunstâncias e fatores relevantes que envolveram a sua morte, mediante entrevistas com familiares e pessoas próximas às vítimas (SHNEIDMAN; FARBEROW; LITMAN, 1969; CAVALCANTE; MINAYO; MANGAS, 2012).

Para sua execução realizou-se o levantamento dos casos de suicídio a partir de laudos periciais pesquisados no Instituto Medico Legal (IML) de Teresina, PI. Os dados foram coletados por meio da realização de sete entrevistas com familiares dos idosos que cometeram suicídio, correspondendo os seguintes parentescos: dois filhos, uma filha, duas esposas, uma sobrinha e um sobrinho, sendo cinco adultos e duas idosas. Apenas em dois casos ocorreram entrevistas com mais de um membro da família. A prioridade foi o relato de quem testemunhou o ocorrido, desde que tivessem proximidade e conhecimento da vida pessoal, familiar, social e cultural da pessoa que tirou a própria vida. Para isso, o familiar recebeu uma carta, sendo convidado a participar da pesquisa. O aceite dos sujeitos foi confirmado por telefone.

Anteriormente à efetivação das entrevistas, os participantes fizeram a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, colaboraram para o preenchimento de uma ficha de identificação da pessoa que se suicidou, incluindo dados gerais. Concluída a identificação, construiu-se um genograma da família abrangendo pelo menos três gerações, com o propósito de se conhecer a rede de relações, alianças e conflitos, e os acontecimentos importantes que afetaram essa família.

Após o cumprimento dessas etapas, realizou-se a entrevista semiestruturada, com base no Roteiro de Entrevista Psicossocial composto por 43 questões. A utilização do roteiro de entrevista não seguiu uma ordem fechada, à medida que priorizou a fala livre, considerando, sobretudo o estado emocional de quem informou sobre o caso. Por meio das entrevistas buscou-se detalhar o retrato e o modo de vida dos idosos que cometeram suicídio, situando problemas familiares, socioeconômicos, e especialmente aspectos que caracterizaram a atmosfera do ato suicida. Almejou-se, ainda, conhecer aspectos referentes ao estado mental que antecedeu o suicídio, à imagem e impacto do autoextermínio na família.

As entrevistas transcorreram em um período aproximado de duas horas, sendo gravadas e transcritas. As mesmas foram realizadas no local de escolha do participante, com o objetivo de oferecer-lhe um espaço facilitador para expressão de sentimentos, haja vista abordar um tema delicado e muitas vezes doloroso. Manteve-se a identidade dos participantes em sigilo durante toda a pesquisa.

Para organização e análise qualitativa dos dados, inicialmente realizou-se uma pré-análise, caracterizada pela descrição integral dos dados coletados. Após procedeu-se à análise qualitativa, por meio da identificação das partes mais importantes de cada história reconstituída, com destaque para narrativas representativas da temática em questão. Por fim construiu-se uma síntese analítica do caso, com o principal para compreendê-lo.

A análise qualitativa da entrevista norteou-se pelos princípios da hermenêutico-dialética. Buscou-se ir além do que foi escrito no texto ou expresso em palavras, pois os acontecimentos, sobretudo a linguagem, não são compreensíveis por si mesmos, além de considerar as contradições existentes.

A investigação que origina este artigo se insere num projeto de âmbito nacional intitulado: “É possível prevenir a antecipação do fim? Suicídio de Idosos no Brasil e possibilidades de atuação do Setor Saúde”. A referida pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (CEP/FIOCRUZ). Os instrumentos e estratégias usados na construção deste artigo foram desenvolvidos por Minayo e colaboradores (2011) neste estudo multicêntrico sobre suicídio de idosos no Brasil.

Vale ressaltar que os cuidados éticos foram preservados, antes, durante e depois da entrevista. Nesse sentido, considerou-se essencial observar o estado geral do entrevistado, especialmente o seu nível de vulnerabilidade em relação a tentativas de suicídio. Diante da identificação desse risco, a pesquisadora promoveu o seu encaminhamento efetivo, adequado à situação encontrada, para os serviços de saúde mental ou de assistência social.

3 Resultados

Síntese compreensiva do caso 1

O primeiro caso narra o histórico de uma mulher de 64 anos, a Sra. Joana, que se destacava pela sua inteligência, principalmente no que se referia a sua atuação profissional enquanto dentista. Joana casou-se com o primo Gilberto e teve uma vida marcada por intensos conflitos. O filho Rogério alegou que grande parte destes, ocorreu por motivo de uma forte competição estabelecida entre o casal desde o início do relacionamento. A idosa demonstrava ter uma preocupação excessiva com a sua aparência física e deixava claro preferir a morte que envelhecer. Recorreu a inúmeras cirurgias plásticas, mas parecia nunca estar satisfeita com os resultados dos procedimentos. Tinha como característica marcante as alterações bruscas do humor, fator que gerava ansiedade nas pessoas que conviviam com ela. Era uma pessoa extremamente solitária e que relatava constantemente não encontrar um sentido plausível para viver.

O relato da vida da Sra. Joana reflete sofrimentos e motivações relacionados, a rejeição ao envelhecimento, relações afetivas conflituosas, nas quais inclui uma dinâmica familiar conturbada, a dificuldade de superar a perda de um filho ainda criança e, sobretudo a busca

continua de um sentido para a própria existência. A idosa antecipou o próprio fim jogando-se a varanda do apartamento onde morava.

Síntese compreensiva do caso 2

O caso 2 descreve aspectos relevantes da vida de Joaquim, 64 anos, divorciado que cometeu suicídio fazendo uso de arma de fogo. O relato vida da Sr. Joaquim reflete sofrimentos e motivações relacionados a uma vida conjugal marcada por violências. De acordo com os relatos da filha (Iris) mais velha do idoso, a separação ocorreu em consequência das inúmeras e intensas brigas que aconteciam entre os pais. As brigas eram configuradas por agressões de caráter físico e verbal, quase sempre presenciadas pelos filhos.

Com base na autópsia psicossocial realizada, identificaram-se como estressores fatais para o suicídio do idoso: a não aceitação do quadro patológico (câncer) e suas implicações negativas, especialmente o impacto decorrente do diagnóstico e do tratamento, haja vista que a evolução da doença impossibilitou que ele mantivesse o ritmo de vida boêmio e a vaidade. Outros fatores também potencializaram a intenção suicida, sendo estes: traços de personalidade impulsivo-agressivos, uso constante e excessivo de álcool e histórico de tentativas de suicídio anteriores, vida marcada por relações afetivas conturbadas e problemas de ordem financeira.

Síntese compreensiva do caso 3

O caso 3 retrata os pontos mais significativos da vida de Ana, 72 anos, solteira, que alegava com frequência não encontrar sentidos para existir. Por um longo tempo de sua vida dedicou cuidados aos pais. No entanto após a morte de ambos deparou-se com a solidão. Desde a juventude já recebia apoio psiquiátrico, em razão do diagnóstico de depressão e das tentativas de suicídio recorrentes. Segundo os relatos dos sobrinhos (Juliana e Igor) a idosa adotava comportamentos autopunitivos com frequência, como: cortar os pulsos e mutilar o próprio corpo. Com o passar dos anos, as tentativas tornaram-se mais graves e a idosa cometeu suicídio carbonizando o próprio corpo, método extremamente letal e doloroso, o que deixa explícito a real intencionalidade da morte.

Síntese compreensiva do caso 4

No caso 4 analisou-se a história de vida do Sr. João, 64 anos, casado. Nesta ocasião o alcoolismo surge como fator preponderante para opção de autoextermínio, à medida que atuou como potencializador dos sofrimentos já existentes na vida do idoso. João foi descrito pelo filho, Pedro, como uma pessoa extremamente calada e séria, chegando a passar horas sem falar com ninguém dentro da própria casa. Em situações adversas, se estivesse embriagado, reagia com violência.

João atuava como pedreiro, mas não permanecia em um mesmo emprego por muito tempo. Comumente era demitido por causa do uso frequente de bebidas. Nos dois últimos anos de sua vida o idoso foi diagnosticado com depressão,

o que segundo relatos do filho, relacionava-se diretamente com desmotivação de João em relação à própria vida. Enforcou-se na varanda de casa após discutir com a esposa.

Síntese compreensiva do caso 5

Por fim, apresenta-se o caso do Sr. Carlos de 61 anos, comerciante, semianalfabeto, casado, que contempla sofrimentos e estressores para o suicídio, relacionados ao uso abusivo de álcool, depressão, rejeição ao envelhecimento e sentimento de culpa referente à dependência alcoólica do filho. A ingestão abusiva de álcool resulta em uma reação de desinibição que gera hostilidade e impulsos suicidas.

Carlos sempre foi muito preocupado com a própria aparência e parecia rejeitar a possibilidade de envelhecer. Segundo os relatos da esposa (Antonia) Carlos tinha muitos conflitos nas relações amorosas que estabelecia. Envolvia-se com mulheres mais novas e que trabalhavam com “programas”. Em razão disso, os conflitos familiares eram constantes e intensos. Após completar 60 anos foi diagnosticado com depressão pelo psiquiatra que acompanhava o caso. Neste período intensificou o uso da bebida com o intuito de esquecer os sofrimentos que o atormentavam. Um ano depois cometeu suicídio enforcando-se na casa onde morava com a família.

3 Discussão

O critério para organização das categorias consistiu em priorizar as circunstâncias mais evidentes e que envolveram os cinco casos. Observou-se na investigação retrospectiva da vida dos idosos a presença marcante de algumas circunstâncias de risco associadas ao autoextermínio, dentre as quais relações afetivas fragilizadas, tempo de vida esvaziado de sentido, depressão e o uso abusivo do álcool. Entende-se que essas circunstâncias contribuíram significativamente para o surgimento de tendências suicidas.

Falta de sentidos para viver - Esta categoria contempla discursos que ilustram uma existência desprovida de sentido, sombria e tibia, sobretudo marcada pelo tédio, consistente na ausência de significado pessoal que leva a um esvaziamento do sujeito, consequentemente, ao enfraquecimento da vida. Ressalta-se que o tédio manifestou-se como circunstância de risco ancorado em vidas desprovidas de sentido, apresentando-se com bastante intensidade na história de vida dos idosos que cometeram suicídio, especialmente em uma sensação de aborrecimento e na desmotivação para viver, como se expõe no recorte que segue:

Ela sempre dizia que não via mais sentido na vida. Para falar a verdade acho que tentou encontrar alguma alegria para viver; principalmente comprando o apartamento e carro que ela queria, mas não teve jeito, não suportava mais não ver graça nas coisas da vida (Rogério, filho).

Na fala de Iris (filha) – “*Meu pai não tinha mais vontade de fazer nada... tudo que ele fazia antes... parou de fazer. Por isso ficava entediado em casa, reclamando que não aguentava mais aquela ‘vidinha’*” – nota-se uma espécie de tempo de morte em vida. Dentro das sociedades de consumo, por vezes, só se considera vivo aquele que

estiver sendo produtivo para o capital. O tempo de existir torna-se cada vez mais raro, à medida que, submerso na lógica capitalista, o sujeito encontra-se impossibilitado de ser, pois foi ensinado, ao longo de sua vida, apenas a ter, para, assim, sentir-se pertencente ao mundo.

Nesse sentido, a falta de consciência quanto ao valor do tempo impede que o sujeito se conduza de forma livre e criativa. O tempo que deveria ser voltado para si é determinado pela produtividade, que o “coisifica” e o torna vendável (AQUINO; MARTINS, 2007; MINAYO; TEIXEIRA; MARTINS, 2016). O sujeito que não se enquadra nessa lógica, ao mesmo tempo se percebe como objeto sem valor e desconhece o próprio sentido do existir. Essas questões foram exemplificadas nos casos, nos discursos que envolveram sentimentos de inutilidade e percepção negativa da velhice, a exemplo do proferido por Antônio (esposa): “*Ele falava que só tinha valor para as pessoas quando trazia dinheiro para dentro de casa, mas que depois que fechou o bar... não passava de um velho inútil e parado dentro de casa...*”, e também pelo Rogério (filho): “[...] *dizia que preferia morrer que se ver como uma velha que não faz nada. Depois que parou de trabalhar, tudo piorou. Ela era muito impressionada em manter uma reputação social e mostrar que era rica e bonita sempre*”.

Em geral, essas determinações sociais de inutilidade perpassam uma noção negativa de tornar-se idoso. A vivência do envelhecer assemelha-se a uma luta constante, na qual o idoso busca aceitar a própria condição, deparando com a dificuldade de vivenciar o envelhecimento como percurso natural da vida humana. Desse modo, nas sociedades atuais, caracteristicamente individualistas e narcisistas, a velhice é excluída e desvalorizada (ANDRADE, 2011; FALLER; TESTON; MARCON, 2015).

O meio social atribui valor ao sujeito produtivo para a lógica capitalista, excluindo o idoso pelas dificuldades que muitas vezes apresenta para acompanhar o ritmo acelerado exigido pelo sistema. Nessa perspectiva, frequentemente o envelhecimento é investido de sofrimentos e estigmas, passando a ser percebido como algo indesejável, especialmente pelo sujeito que envelhece (MOREIRA, 2012; ANDRADE, 2011).

O idoso que se percebe sem valor diante da vida usualmente apresenta carências de sentidos e motivações para existir, entregando-se ao tédio. Uma vida tediosa caracteriza-se por ser tibia, insípida, vazia, sem sentido, infeliz, melancólica, sombria, intolerável (LA TAILLE, 2009; MINAYO; TEIXEIRA; MARTINS, 2016), feita de momentos que demoram a passar e da sensação de que nada mais vale a pena ser feito. Assim, em casos em que o tédio domina o sujeito por anos seguidos, pode-se considerar a possibilidade de sua “morte em vida”, na qual ele permanece vivo, mas não encontra forças para superar sua condição de sofrimento e não se movimenta para seguir a vida, o que Svendsen (2006, p. 42) considera “uma espécie de antecipação pálida da morte”.

Entende-se que esse modo de vida produz indivíduos cada vez mais descontraídos, por matarem o tempo de si ao longo de sua existência. O tédio consiste em

uma forma de descartar o tempo e caracteriza-se como “tempo de mal estar com o qual não se sabe o que fazer” (MATOS, 2012, p. 389). Em geral, o sujeito entediado desliga-se dos espetáculos e da velocidade do mundo contemporâneo, apresentando cansaço diante da vida.

Nessa perspectiva, o tédio configura-se como estado subjetivo decorrente de um tempo que demora a passar e que gera enfado, monotonia e desânimo, características habitualmente encontradas nos modos de subjetivação na contemporaneidade (OLIVEIRA; JUSTO, 2010). A vivência de um tempo lento que passa devagar pode ser aclarada no seguinte discurso: “*Eu ficava triste só em olhar a forma como ele tava vivendo depois que parou de trabalhar... Perto do dia que se matou... ele disse que não aguentava viver sem fazer nada... Ele parou de ver as pessoas e passou a se sentir inútil*” (Ana, esposa).

A falta de significado e de sentido entedia o ser humano e produz desconforto, tornando necessário que sua vida seja preenchida com algum tipo de contentamento. A falta de sentido conduz ao tédio, pois o sujeito perde o referencial de si mesmo, tornando-se igual a tudo em seu entorno. Entediado, nenhum objeto, sobretudo o ser humano, possui conteúdo suficiente para se diferenciar do outro (SVENDSEN, 2006). Desse modo, o tédio assemelha-se à depressão, especialmente pelo desinteresse e apatia manifestos em relação à própria vida.

Depressão - Compreende o fator de risco para o suicídio apontado como mais relevante, pela literatura. Nos casos analisados apresenta-se associada principalmente a abandonos; solidão; vida tediosa; conflitos familiares; tristeza e negatividade profunda; percepção estigmatizada do envelhecer.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) indica que os principais fatores de risco para morte por suicídio são as tentativas de suicídio aliadas aos transtornos mentais, destacando-se os transtornos de humor (depressão), transtornos de comportamento, decorrentes do uso de substâncias psicoativas (álcool), transtornos de personalidade e transtornos de ansiedade.

Neste estudo, os cinco idosos investigados foram diagnosticados com depressão no período que antecedeu o suicídio, pelos profissionais de saúde mental que os acompanhavam. A depressão na velhice é comumente estimulada pelo luto antecipado em relação à própria morte (SCHLOSSER; ROSA; MORE, 2014). A impossibilidade da realização concreta desse luto direciona o sujeito para um desligamento e uma desmotivação profunda quanto à vida, ocasionando um desinvestimento do idoso em relação a si mesmo.

Mitty e Flores (2008) definem depressão como um transtorno de humor, que pode oscilar entre moderado, profundo e de longa e curta duração. Caracteriza-se pela diminuição significativa de interesse e motivação pela vida, bem como por uma expressiva redução nos níveis de energia do sujeito, ocasionando uma negatividade intensa, apatia, desesperança, podendo resultar em comportamentos suicidas. Desse modo, possui forte vinculação com o aumento dos índices de suicídio entre idosos,

sendo considerada uma das mais prevalentes formas de mal-estar contemporâneo para esse grupo etário (GOLDFARB et al., 2009), como se evidencia na fala de Rogério (filho): “Quando a depressão estava forte, ela não tinha forças nem para se matar. Uma vez tentou se enforçar com um lençol, mas não teve forças.” O mesmo pode ser observado no relato de Juliana (sobrinha): “Ela chorava bastante, parecia uma pessoa muito triste. Quando perguntávamos sobre o motivo do choro, dizia que não sabia, mas que não queria mais continuar vivendo... tudo isso piorava com a depressão.”

A depressão, em geral, é potencializada pela sobrecarga de perdas e a ideia de aproximação da morte vivida pelo idoso, que podem produzir como consequência um estado de tristeza profunda e permanente. Em alguns idosos, o que se identifica é o surgimento de um episódio depressivo, que conduz à suspensão dos processos de elaboração dos lutos típicos dessa fase da vida, acompanhado pela ampliação da perda do sentido de viver, restando, nessa situação, apenas a angústia gerada pela ideia de finitude (GOLDFARB et al., 2009). Essas questões podem ser observadas no seguinte relato: “Desde muito cedo ela avisava para família toda que não ia envelhecer. Dizia que era um momento de coisas ruins e que não precisava passar por isso já que era o fim da vida” (Rogério, filho).

A possibilidade de aproximação da morte pode surgir como algo castrador do anseio de se planejar o futuro e seguir em busca de novas perspectivas. A consciência quanto à aproximação da própria morte, somada à perda do valor social e ao declínio corporal natural do envelhecimento, é com frequência experienciada como depressão pelo idoso contemporâneo (GOTTER, 2009; SCHLOSSER; ROSA; MORE, 2014).

Relações afetivas fragilizadas - Esta categoria reflete a quase inexistência de vínculos familiares e sociais, tendo como consequência a solidão e o isolamento social desses idosos. Considerando-se as demais circunstâncias que perpassaram os casos de suicídio, torna-se essencial mencionar que indivíduos que mantêm boas relações sociais estão envolvidos por fatores ditos protetores em relação ao suicídio, diferentemente daqueles que costumam viver sem muito contato com amigos. Assim, Coelho et al. (2009) associam a dificuldade de relacionar-se socialmente à suscetibilidade de suicídio.

Alternativas para lidar com as crises desenvolvem-se ao longo da vida, especialmente no contexto familiar. Ao reconstruir a trajetória desses idosos, observou-se que esse alicerce buscado pela maioria dos sujeitos em seu núcleo familiar foi extremamente escasso nos sistemas em questão. A dinâmica familiar dos idosos foi constantemente ilustrada por acontecimentos trágicos, que geraram um forte sentimento de culpa e, sobretudo desejo de findar a própria dor por meio do suicídio. Isso fica visível nas seguintes interlocuções: “Em todos os aspectos de estrutura familiar existia desequilíbrio, pois a mulher não olhava para o marido como homem e vice-versa” (Rogério, filho). “[...] era também uma pessoa sozinha, pois só quem se preocupava com ele era nosso filho” (Ana, espo-

sa). “Meu pai nunca foi presente na criação dos filhos... Por um lado eu entendo, pois ele sempre foi rejeitado na infância” (Pedro, filho).

Um dos fatores protetores mais ressaltados pela literatura é a existência de relações afetuosas consistentes, especialmente o estabelecimento de relações familiares harmoniosas, uma vez que a repetição e duração de eventos de vida que proporcionam segurança fortalecem os recursos psíquicos de enfrentamento do sujeito. Desse modo, entende-se que de um contexto familiar funcional emerge uma força protetora em relação ao suicídio, suporte fundamental para o fortalecimento de recursos emocionais (SÉRVIO; CAVALCANTE, 2013; CAVALCANTE et al., 2015).

Em contrapartida, os autores supracitados colocam que conflitos familiares geram situações recorrentes de estresse, tornando a pessoa mais suscetível ou vulnerável, muitas vezes resultando na perda da capacidade de enfrentamento dos eventos negativos futuros. Ressalta-se a ocorrência de estressores potencializadores do suicídio relativos a conflitos familiares em quatro casos investigados, cujos suicídios aconteceram potencializados por brigas familiares, como se evidencia na fala de Rogério (filho): “Não existia respeito entre meus pais, apenas muita confusão por dinheiro, não existia união, muitas vezes era depois das brigar que ela tentava suicídio.” O discurso de Pedro (filho) também corrobora o entendimento dos autores: “Minutos antes do meu pai se matar ele discutiu com a minha mãe e avisou que ia se suicidar, mas ela não acreditou. Pelo que eu conheço dele isso também influenciou, pois ele movido pela raiva quis provar que tinha coragem”.

Em razão disso Meleiro (2010) afirma que o suicídio estabelece relação direta com eventos de estressores precipitadores relativamente recentes, isto é, acontecimentos de vida mais recentes que impulsionaram a crise suicida.

Ideação e Tentativas de Suicídio Anteriores - Esta categoria indica os vários níveis do pensamento que induzem e incitam ao suicídio, que podem assumir intensidades diferentes e configuram ideação suicida, além de tentativas de suicídio, isto é, um comportamento suicida que não resultou em óbito. Neste caso, o sujeito pretendia findar a própria vida, entretanto, o seu propósito não foi concretizado. Sobre essa temática vale referir que a presença de ideação suicida ou de tentativas de suicídio eleva o risco de autoextermínio em idosos (BEAUTRAIS, 2001; CONWELL; DUBERS-TEIN; CAINE, 2002; BOTEAGA, 2015).

Por essa razão, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) alerta sobre a importância de se conferir maior atenção aos sujeitos que já tentaram suicídio ao longo de suas vidas, por constatar que o histórico de tentativas anteriores se configura como principal fator de risco para o suicídio.

A tentativa deve ser interpretada como resultado de um modo agudo de sofrimento, conseqüente de fenômenos psicossociais complexos. A letalidade das tentativas em geral aumenta no decorrer dos anos. É um processo gradual (WERLANG; BOTEAGA, 2004; FUKUMITSU, 2014). Essa relação pode ser visualizada nas palavras de

Igor (sobrinho): “*Eu ainda era muito novo e já ouvia minha tia falar sobre querer morrer. Vi várias vezes ela fazendo tentativas de suicídio. Sentia muito medo e ficava assustado, sem saber como ajudá-la*”.

Nas histórias investigadas, observou-se uma forte associação entre pensamentos suicidas e a concretização das tentativas de morte autoinfligida. Tal relação pode ser aclarada por meio da análise da comunicação prévia do ato. Meleiro (2010) coloca que por muitas vezes a comunicação suicida precede a concretização do suicídio. A demonstração da intenção de morrer pode ocorrer de maneira direta ou indireta e inclui expressões de desesperança, falta de vontade de viver, culpa e intolerância, podendo também ocorrer de maneira não verbal. Em alguns casos essa comunicação foi acompanhada de comportamentos autopunitivos.

Todos os dias me pergunto: como é que uma pessoa faz uma coisa dessas consigo mesma? Como alguém toca fogo no próprio corpo? A forma que ela escolheu foi extremamente dolorosa. A vida toda ela parecia se punir por algo e isso ficou claro quando se suicidou (Juliana, sobrinha).

Os idosos investigados revelaram o forte desejo de morrer de diferentes maneiras. Dentre elas pode-se destacar a comunicação verbal prévia desse desejo, alerta que proferiram constantemente para os familiares. Tais questões podem ser visualizadas no discurso de Iris (filha): “*A médica disse que podia liberá-lo e que ele não ia cometer suicídio, só estava falando aquilo para conseguir alta. Mesmo assim, nós ficamos desconfiados.*” E no relato de Antônia (esposa): “*Ele avisava aos familiares, vizinhos e amigos do bairro que iria se matar. No dia da morte ligou para as irmãs e disse que de hoje ele não passava, mas quase ninguém acreditava*”.

Desse modo, compreende-se como essencial investigar o risco de suicídio a partir da identificação da existência ou não de ideação e tentativas de suicídio, considerando-se a forte relação estabelecida entre ambas (FUKUMITSU, 2013). Após uma tentativa, é primordial que as pessoas próximas e os profissionais de saúde saibam reconhecer a comunicação suicida como uma ameaça real, sendo uma oportunidade para prevenir esse comportamento, favorecendo o acolhimento e a atenção necessária. Entretanto, quando essa ameaça é banalizada, a experiência pode se tornar ainda mais difícil e estressora para o sujeito, tornando-o ainda mais vulnerável ao suicídio.

Uso Abusivo do Álcool e Impulsividade - o excesso de álcool funciona como potencializador do sofrimento psíquico, especialmente por se tratar de droga depressora de muitas ações do Sistema Nervoso Central, geradora de hostilidade e impulsos que conduzem o sujeito ao autoextermínio. Nesse contexto, vale pontuar que o uso excessivo dessa substância, em um maior grau de comprometimento do indivíduo, pode ser considerado situação de risco para comportamentos suicidas, porquanto fortemente associado a um histórico de tentativas de suicídio e ao suicídio consumado (MELEIRO, 2010). Essa relação apresenta-se evidenciada nos seguintes relatos: “*A vida dele foi um inferno, cheia de brigas e confusões. Passava a maior parte*

do tempo bêbado e quando estava a efeito do álcool era agressivo” (Pedro, filho). “*A impulsividade dele aumentava com a bebida, parecia que a qualquer momento iria agredir alguém. Eu ficava com medo dele fazer besteira*” (Ana, esposa). “*Todas as vezes que ele tentou suicídio, estava sobre efeito da cachaça. Parece que ele ficava doido quando bebia*” (Antônia, esposa).

O alcoolismo surge nesses casos como fator preponderante para a opção de autoextermínio, à medida que intensifica as dores já existentes na vida dos idosos. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) alerta que na condição de dependência do álcool, o sujeito tende a colocar essa substância como prioridade em sua vida. Como consequência disso, é comum esse tipo de dependência estar associada ao abandono das funções que a pessoa exercia anteriormente, tanto na família quanto no meio laboral e social. Essas consequências são facilmente identificadas na vida dos idosos estudados, como se visualiza nos relatos de seus familiares: “*A bebedeira fazia meu pai ser bastante distante dos filhos e até da minha mãe... no fundo, ele sabia o quanto a bebida atrapalhava, pensava, mas não falava sobre como gostaria de ter parado de beber*” (Pedro, filho). “*Era um bom profissional, sempre requisitado, todo mundo corria atrás dele porque gostavam do seu serviço, mas o problema era a cachaça*” (Ana, esposa).

Por fim, é importante frisar que uma história de enfrentamento com estratégias inadequadas em situações de crise, como uso de álcool e outras drogas, fugas e agressividade, estende o risco de atuações suicidas no futuro. Indivíduos alcoolistas tendem a tentar suicídio aproximadamente seis vezes mais que a população geral (WERLANG; BOTEGA, 2004). O uso excessivo do álcool ocasiona uma reação de desinibição que o caracteriza como um forte fator precipitante do comportamento suicida.

5 Considerações finais

A investigação retrospectiva da vida dos cinco idosos possibilitou a identificação das razões psicológicas, bem como dos fatores psicossociais que envolveram cada suicídio. Considera-se que fatores isolados são insuficientes para a compreensão do fenômeno em profundidade, à medida que o suicídio é o resultado de uma construção que o sujeito faz na sua trajetória de vida.

Mediante a construção de autópsias psicossociais, tornou-se possível identificar os seguintes fatores psicossociais associados ao suicídio desses idosos: vida desprovida de sentidos, depressão, relações afetivas fragilizadas, comportamentos autodestrutivos como uso abusivo de álcool, traços de personalidade impulsivo-agressiva e ocorrência de tentativas de suicídio anteriores. O sofrimento decorrente do somatório dos diversos eventos estressores que marcaram a vida desses sujeitos os conduziu a antecipar o próprio fim como forma de se livrar de uma dor intensa.

Diante dessas reflexões, compreende-se que os sujeitos estudados se constituíram em tempos de vazio, em que as vivências fragmentadas deles decorrentes, em muitos momentos, impossibilitaram que acessassem a própria

vida, especialmente por encontrarem-se aprisionados pela angústia e sensação de perda de sentidos para viver, bastante comuns no momento histórico em que se vive.

Desse modo, os idosos em questão, a exemplo do que ocorre em muitos casos na contemporaneidade, deixaram de ser autônomos na condução de um tempo para si, deparando com um “tédio crônico”, um fastio que os conduziu a um desinvestimento da vida. Sendo assim, o tédio associado ao risco de suicídio compreende uma temática bastante pertinente à reflexão do sujeito contemporâneo.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que o tédio, na velhice, configurou-se como importante circunstância disparadora para a depressão e a manifestação de comportamento suicida entre os idosos estudados. E que a depressão, também na velhice, aparece como um caminho que, especialmente associado ao esvaziamento de sentidos, poderá influenciar o idoso a desistir da própria vida, tendo em vista os aspectos presentes na contemporaneidade que corroboram esse desfecho, por meio da sua desvalorização.

Em suma, identificou-se, nos cinco idosos que protagonizaram as autópsias psicossociais construídas, uma condição de vulnerabilidade para o suicídio, notadamente pelo agrupamento de circunstâncias potencializadoras do sofrimento que promoviam a desmotivação para o viver e, sobretudo pela escassez de eventos de vida que trouxessem em sua essência uma força protetora frente à problemática do suicídio.

Referências

- ALVES, S.; MOREIRA, C. F.; NOGUEIRA, S. Relações sociais, estereótipos e envelhecimento. *Revista de Gerontologia*, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://actasdegerontologia.pt/index.php/Gerontologia/article/view/42/31>. Acesso em: 22 ago. 2015.
- AMERICAN ASSOCIATION OF SUICIDOLOGY. *Elderly suicide fact sheet*. 2014. Disponível em: <http://www.suicidology.org/Portals/14/docs/Resources/FactSheets/Elderly2012.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- ANDRADE, M. A. R. Estigma e velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada. *Revista Kairos Gerontologia*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6928/5020>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 7, n. 2, p. 479-500, 2007. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1595/3577>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- BEAUTRAIS, A. L. Suicides and serious suicide attempts: two populations or one? *Psychological Medicine*, v. 31, n. 5, p. 837-845, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11459381>. Acesso em: 30 set. 2015.
- BERTOLETE, J. M. *O suicídio e sua prevenção*. São Paulo: Unesp, 2012.
- BOTEGA, N. J. A Magnitude do fenômeno suicídio. In: _____. *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 38-61.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde Mental. *Prevenção de suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-9849>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CAVALCANTE, A. C. S. et al. A clínica do idoso em situação de vulnerabilidade e risco de suicídio. *Trivium [online]*, v. 7, n. 1, p. 74-87, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v7n1/v7n1a08.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. S. Organizadores psíquicos e suicídio: retratos de uma autópsia psicossocial. In: ALMEIDA, P. (Org.). *O mosaico da violência*. São Paulo: Vetor, 2004. p. 371-431.
- CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. S. Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos que morreram por suicídio no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 1943-1954, 2012. [CrossRef](#).
- CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. S.; MANGAS, R. M. do N. Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2985-2994, 2013. [CrossRef](#).
- COELHO, E. R. et al. Suicídio de internos em um hospital de custódia e tratamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 92-96, 2009. [CrossRef](#).
- CONWELL, Y.; DUBERSTEIN, P. R.; CAINE, E. D. Risk factors for suicide in later life. *Biological Psychiatry*, v. 52, n. 3, p. 193-204, 2002. [CrossRef](#).
- CONWELL, Y.; THOMPSON, C. Suicidal Behavior in Elders. *Psychiatr Clin North Am*, v. 31, n. 2, p. 333-356, 2008. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0193953X08000178>. Acesso em: 14 dez. 2014.
- CÔRTE, B.; KHOURY, H. T. T.; MUSSI, L. H. Suicídio de idosos e mídia: o que dizem as notícias? *Psicologia USP [online]*, v. 25, n. 3, p. 253-261, 2014. [CrossRef](#).
- DUTRA, E. *Compreensão de tentativas de suicídio de jovens sob o enfoque da abordagem centrada na pessoa*. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2000.
- FALLER, J. W.; TESTON, E. F.; MARCON, S. S. A velhice na percepção de idosos de diferentes nacionalidades. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 24, n. 1, p. 128-137, 2015. [CrossRef](#).
- FUKUMITSU, K. O.; CAVACINI, K. Suicídio e manejo psicoterapêutico em situações de crise: uma abordagem gestáltica. *Rev. abordagem gestalt [online]*, v. 19, n. 2, p. 198-204, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000200007. Acesso em: 15 jul. 2016.
- FUKUMITSU, K. O. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 270-275, dec. 2014. [CrossRef](#).
- GOLDFARB, D. C. et al. Depressão e envelhecimento na contemporaneidade. *Kairos*, v. 12, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2689>. Acesso em: 3 ago. 2013.

- GOTTER, M. E. M. A manifestação de episódios depressivos na velhice: o corpo, as ideias hipocondríacas e o desamparo. *Revista Tempo*, n. 25, 2009. Disponível em: <http://www.geracoes.org.br/nova/biblioteca/noticias_artigos.asp?id_tipo_noticia=3&id_secao=16&id_noticia=196>. Acesso em: 11 nov. 2013.
- GVION Y. et al. A proposed model of the development of suicidal ideations. *Comprehensive Psychiatry*, v. 56, p. 93-102, jan. 2015. [CrossRef](#)
- KALINA, E.; KOVADLOFF, S. *As cerimônias da destruição*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LA TAILLE, Y. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MATOS, O. Educação para o ócio: da acídia à “preguiça heróica”. In: NOVAES, A. (Org.). *Mutações: elogio à preguiça*. São Paulo: SESC, 2012. p. 385-404.
- MELEIRO A. M. A. S. Avaliação médico-psiquiátrica do risco de suicídio. *Debates: Psiquiatria hoje*, v. 2, n. 5, p. 10-15, 2010. Disponível em: http://www.abp.org.br/download/Debates_SetOut2010.pdf. Acesso em: 16 jul. 2016.
- MINAYO, M. C. S.; CAVALCANTE, F. G. Suicide in elderly people: a literature review. *Revista de Saúde Pública*, v. 44, n. 4, p. 750-757, 2010. [CrossRef](#)
- MINAYO, M. C. S. et al. É possível prevenir a antecipação do fim? Suicídio de idosos no Brasil e possibilidades de atuação do setor saúde [projeto de pesquisa]. Rio de Janeiro: Claves, Fiocruz, 2011.
- MINAYO, M. C. S.; TEIXEIRA, S. M. O.; MARTINS, J. C. O. Tédio enquanto circunstância potencializadora de tentativas de suicídio na velhice. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 21, n. 1, p. 36-45, mar. 2016. [CrossRef](#)
- MITTY, E.; FLORES, S. Suicide in late life. *Geriatric nursing*, New York, v. 29, n. 3, p. 160-165, 2008. [CrossRef](#)
- MOREIRA, J. O. Mudanças na percepção sobre o processo de envelhecimento: reflexões preliminares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 28, n. 4, p. 451-456, 2012. [CrossRef](#)
- OLIVEIRA, A. A. A.; JUSTO, J. S. Expressões do tédio na contemporaneidade: uma análise do romance “Encontro Marcado”, de Fernando Sabino. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 45-57, 2010. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/426/404>. Acesso em: 30 set. 2015.
- PARENTE, A. C. M. et al. Caracterização dos casos de suicídio em uma capital do nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online], v. 60, n. 4, p. 377-381, 2007. [CrossRef](#)
- PESCE, R. P. et al. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e pesquisa* [online], v. 20, n. 2, p. 135-143, 2004. [CrossRef](#)
- SCHLOSSER, A.; ROSA, G. F. C.; MORE, C. L. O. O. Revisão: comportamento suicida ao longo do ciclo vital. *Temas em Psicologia* [online], v. 22, n. 1, p. 133-145, 2014. [CrossRef](#)
- SÉRVIO, S. M. T.; CAVALCANTE, A. S. Retratos de autópsias psicossociais sobre suicídio de idosos em Teresina. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, n. especial, p. 170-181, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 mar. 2017.
- SHNEIDMAN, E. S. *Autopsy of a suicidal mind*. New York, NY: Oxford University Press, 2004.
- SHNEIDMAN, E. S.; FARBEROW, L.; LITMAN, R. E. El Centro de Prevencion del Suicidio. In: FARBEROW, N. L.; SHNEIDMAN, E. S. (Ed.). *Necesito ayuda! Un estudio sobre el suicidio y su prevencion*. Mexico: La Prensa Medica Mexicana, 1969. p. 6-19.
- SVENDSEN, L. *Filosofia do tédio*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. A semi-structured interview for psychological autopsy in suicide cases. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 25, n. 4, 2004. [CrossRef](#)
- YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

Recebido em: 6 de setembro de 2015

Aceito em: 22 de dezembro de 2017

Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher

Carla Fernandes Garcia,^{Orcid} ★ Juliane Viecili^{Orcid}
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, Brasil

Resumo

O aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho formal e as mudanças do papel feminino nos séculos XX e XXI, remetem a uma adaptação da mulher a esta realidade social. Muitas vezes, é necessário conciliar funções onde a mulher é desafiada a atender diversas demandas e cumprir expectativas provenientes de cada uma delas, como as funções profissional e materna. Este estudo buscou caracterizar as implicações na relação de mulheres com seu trabalho e rotina pessoal após a licença maternidade. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada aplicadas a mulheres que haviam retornado ao trabalho após a licença maternidade de seu primeiro filho. Dentre os resultados, verificou-se que a maternidade é uma experiência significativa que influencia na rotina e no trabalho da mulher. Verificou-se ainda que as mulheres optam por conciliar os papéis materno e profissional, por perceberem benefícios sociais, cognitivos e emocionais viabilizados pelo trabalho.

Palavras-chave: função materna; licença maternidade; trabalho feminino.

Implications of returning to work after maternity leave in routine and in women's work

Abstract

The rise of the insertion of the woman in the formal job market and the changes in the female role in the age XX and XXI, remit to a woman adapting to this social reality. It is often necessary to conciliate functions where the woman is challenged to meet various demands and fulfill the expectations from each of them, such as professional and maternal functions. This study sought to characterize the implications on women's relationship with his work and his personal routine on returning to work after maternity leave. The dates have been collected through semi-structured interviews applied to wives which they had returned to work after maternity leave of her first son. Among the results, it was observed that motherhood is a meaningful experience and that influence in the routine and women's work. However also it was found that, for realize social, cognitives and emotional benefits made possible by the work, women opt for combine both roles.

Keywords: maternal function; maternity leave; women's work.

1 Introdução

Desde a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, inúmeras transformações e desafios foram imputados à realidade feminina. A relação de trabalho remunerado, fora do âmbito doméstico, caracterizou-se como mais um papel na vida da mulher, que historicamente já trazia consigo os papéis legitimados de mãe e de cuidadora de casa, fruto de uma sociedade patriarcal, conforme mencionado por Nascimento e Villas Bôas (2016).

Informações levantadas por Andrade (2016) junto aos Censos Demográficos do IBGE apontam que, em 1950, apenas 13,6% das mulheres eram economicamente ativas. A partir de então, segundo a autora, a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) vem crescendo significativamente e de forma constante, saltando de 13,6% em 1950 para 49,9% em 2010. Acompanhando este movimento de inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro ao longo das décadas, algumas legislações foram elaboradas visando oferecer amparo e proteção às mulheres na realização de suas atividades. No século XX, no ano de 1943, o presidente Getúlio Vargas criou a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943) – CLT – unificando toda a legislação relativa ao trabalho no país. Com o passar do

tempo, a CLT foi sendo atualizada de acordo com demandas dos trabalhadores em geral, resultando no conjunto de leis em vigor neste início do século XXI, que dispõem, entre outros, de direitos específicos à proteção da mulher, como por exemplo, o direito à licença maternidade de 120 dias, sem prejuízo no salário da trabalhadora, previsto no artigo 392 da presente lei. O artigo 391 garante estabilidade à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A CLT prevê ainda, pausas para a amamentação no Artigo 396, onde a mulher tem direito a duas pausas de meia hora durante a sua jornada de trabalho, para amamentar seu bebê até que ele complete seis meses de idade. O artigo 389, em seu parágrafo 1º e 2º assegura que a mulher tenha um local para deixar o filho no período de amamentação, que vai até os seis meses conforme o artigo anteriormente citado. Em virtude da dificuldade dos empregadores em disponibilizar um local adequado para que as crianças sejam mantidas, foi criada a Portaria 3.296/1986, alterada pela Portaria 670/97, em substituição ao que preconizam os parágrafos 1º e 2º do artigo 389. Esta portaria diz que o empregador poderá adotar o sistema de reembolso-creche quando tiver dificuldade de dispor do local para que as mães deixem os bebês dentro da própria empresa. O valor do reembolso creche oferecido, deverá ser acordado em convenção coletiva, entre o sindicato dos trabalhadores e a empresa ou sindicato dos empregadores.

*Endereço para correspondência: Universidade do Sul de Santa Catarina, Departamento de Ciências Humanas, Ciências da Educação, Letras e Artes. Av. Pedra Branca, 25 – Cidade Universitária Pedra Branca – Palhoça, Santa Catarina, SC – Brasil. CEP: 88132000. E-mail: carlapsc@yahoo.com.br, jviecili@gmail.com



Ao se contrastar a legislação em vigor com a realidade do século XXI, um questionamento pode ser suscitado: a legislação existente é suficiente para atender as demandas sociais e emocionais existentes em situação de gestação e meses subsequentes ao parto, garantindo os direitos constitucionais tanto das crianças como de suas mães? Discutir a relação entre o trabalho feminino e a maternidade torna-se importante para instrumentalizar os diversos atores sociais – trabalhadores, organizações e sindicatos – a buscar o cumprimento da legislação existente e promover melhorias e adequações às novas realidades, para que as trabalhadoras possam ter protegidos o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

Salanova, Gracia e Peiró (1996 apud SANTOS, 2006) apontam diversos benefícios que o trabalho formal e remunerado pode proporcionar aos indivíduos que o exercem: proporcionar sentido à vida, realização pessoal e melhora na autoestima; conquista de status e prestígio social; a constituição da identidade pessoal; o ganho econômico para sobrevivência, aquisição de bens de consumo e independência; possibilitar contatos sociais e maior rede de relacionamento; fornecer um referencial quanto à estruturação do tempo (dia, mês e ano), estabelecido através da rotina; sentimento de utilidade e prestação de serviço à sociedade; fonte de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades; possui também a função de transmissão de normas, crenças e expectativas sociais; função de proporcionar poder entre os indivíduos e, por fim, a função de proporcionar comodidade e conforto. Codo (2006) apresenta os impactos do trabalho no sujeito de forma triangular, relacionando o sujeito, a atividade realizada e o significado gerado. Para este autor, o trabalho formal vai além da simples venda da força braçal (ou intelectual) como mercadoria, já que envolve uma relação de significação para o sujeito que realiza a atividade. Ou seja, transforma-se a natureza através da atividade realizada com a força de trabalho, e se é transformado pela atividade realizada. Assim, evidencia-se que as mulheres inseridas no mercado de trabalho formal e regulamentado, usufruindo de todos os direitos previstos, passam a ter acesso não somente aos ganhos financeiros, mas também à oportunidade de construir sua subjetividade permeada por todos os benefícios que o trabalho lhes proporciona.

Para Alves (2009), o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, foi um dos fatores que promoveu as mais significativas transformações na organização da sociedade. As mulheres conquistaram um novo status sobre o seu papel social e em decorrência disto assumiram novas funções. Para Nascimento e Villas Bôas (2016), as transformações culturais que colocaram a mulher no mercado de trabalho, aumentaram sobremaneira as suas tarefas, tanto domésticas, como de cuidado com a prole, quanto de trabalho formal, e assim, a mulher ganhou uma nova posição revestida de responsabilidades individuais, familiares e sociais, que lhe impuseram mudanças de comportamento. Profissionalização, maternidade e cuidados do lar são algumas das atribuições

femininas comuns na atualidade, e que juntas exigem muito dos atributos físicos e psíquicos das mulheres (CAVALCANTI; BAÍA, 2017).

Vinhas (2009) aponta que, mesmo em meio a mudanças, a sociedade continua esperando que a mulher, mantenha a família, a casa e os filhos no âmbito de suas vidas. Existe maior liberdade, aceitação social e até estímulo para que a mulher assuma novos papéis, dentre eles o do trabalho formal, mas ainda cobra-se que ela desempenhe os papéis arraigados no imaginário social de mantenedora do lar, esposa e mãe. Cavalcanti e Baía (2017) mencionam que os meios de comunicação em massa continuam perpetuando a imagem da mulher perfeita, como sendo as máximas e únicas responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Rocha-Coutinho (2005) afirma que as mulheres têm sido educadas e encorajadas a buscar uma inserção profissional equiparada à masculina, valorizando seu potencial e independência, entretanto, elas ainda precisam enfrentar o dilema de administrar as necessidades da carreira, do lar e da família, acentuadas na ocasião da maternidade. Nesse contexto, mesmo com as alterações no contexto social, ainda compete à mulher os cuidados com os filhos e a casa.

Embora seja crescente a participação da mulher no mercado de trabalho, Nascimento e Villas Bôas (2016) afirmam que a discriminação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ainda é alta, uma vez que enfrentam dificuldades não apenas para ingressarem no mercado de trabalho como também recebem salários menores do que os homens. Não obstante, estas desigualdades impulsionam a busca por qualificação, destacando-se neste sentido que atualmente há mais mulheres do que homens com formação superior (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT], 2016). Corroborando a condição de desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, Godoy et al. (2011) afirmam que as mulheres empregadas formalmente acabam ocupando, em sua maioria, posições de menor prestígio e sofrendo discriminação na admissão, promoção e qualificação profissional. O Relatório da OIT (2010) apresenta sinais de progresso em termos de igualdade de gênero nos últimos 15 anos que antecedem o relatório, mas destaca que ainda permanece uma grande diferença entre homens e mulheres quanto às oportunidades de trabalho e à qualidade do emprego. O que estaria por detrás desta realidade? Guimarães (2012) relaciona este cenário às barreiras culturais ainda presentes na sociedade, onde existe divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres funções ligadas ao cuidado, à alimentação, à higiene e à organização. De acordo com Godoy et al. (2011) e Nascimento e Villas Bôas (2016), a inserção profissional feminina também é influenciada pela visão dos empregadores de que as mulheres aumentam as despesas organizacionais por terem a predisposição biológica para gerar um filho e, com isso, usufruir de direitos como a licença maternidade remunerada, pausa para a amamentação, auxílio creche e estabilidade no emprego previstos na legislação. Além disso, após o período da licença, as mulheres retornam ao trabalho tendo uma criança muito pequena (em torno de quatro meses), que em tese aumenta

sua responsabilidade nos cuidados maternos e com o lar, podendo comprometer seu desempenho no trabalho. De fato, o papel materno exige tal dedicação e comprometimento que modificam sobremaneira a realidade da mulher. Ainda assim muitas mulheres, ao tornarem-se mães, mantêm seu vínculo empregatício e voltam ao mercado de trabalho logo após a licença.

Diversos estudos têm sido produzidos levando em conta a relação entre o trabalho feminino e o processo da maternidade. Krause (2017) realizou um estudo com 49 servidoras públicas, a fim de identificar a realidade do retorno ao trabalho após a licença maternidade, demonstrando que as mulheres apresentam sentimento de vulnerabilidade, e 70% delas demonstraram possuir sentimentos negativos relacionados ao trabalho.

Fabbro e Heloani (2010) realizaram uma pesquisa na qual objetivaram identificar a relação entre o trabalho de docência universitária e o nascimento do primeiro filho. Foram entrevistadas cinco professoras de uma Universidade Pública de São Paulo que já haviam retornado ao trabalho após o nascimento do bebê. Os resultados da pesquisa permitiram demonstrar a coexistência de dois papéis na identidade das mulheres: o clássico de mãe e esposa e os papéis mais recentes que envolvem o trabalho formal, o reconhecimento e a construção de uma carreira de prestígio. Porém, o conhecimento produzido pelos autores permite perceber que a vivência do papel materno influencia na carreira das mulheres de forma bastante significativa, a ponto de fazer com que repensem a continuidade e o valor profissional que vinham exercendo, antes tão expressivo e significativo.

No estudo de Vanalli e Barham (2012), foram entrevistadas 40 professoras de todos os níveis (infantil, fundamental e médio) da rede pública de educação, com filhos de até dois anos, com o objetivo de investigar as vivências e as percepções destas mulheres em relação ao seu retorno ao trabalho após a licença maternidade. Contudo, a pesquisa das autoras limitou-se a estudar a percepção das entrevistadas no que tange ao relacionamento com o cônjuge, envolvimento familiar do casal e a presença da rede de apoio que auxiliam nas demandas domésticas e nos cuidados com a criança.

Também no contexto dos dilemas enfrentados pelas mulheres que passam a desempenhar as funções materna e profissional, pesquisas realizadas por Rocha-Coutinho (2005) e outros estudos identificados pela autora (a saber: ROCHA-COUTINHO, 2001, 2003a, 2003b; HARRIS, 1979; HOFFNUNG, 1992, 1995) apontam para o fato de que tanto homens como mulheres ainda trazem a crença de que a provisão financeira da família é de responsabilidade do homem, e os filhos e trabalhos domésticos são de responsabilidade da mulher. Isto impacta em que, não obstante realizarem a mesma carga-horária de trabalho formal fora do âmbito doméstico, as mulheres ainda dedicam mais tempo às atividades domésticas do que seus companheiros. Este fato foi evidenciado também nas pesquisas realizada por Cooper e Lewis (2000, apud VANALLI; BARHAM, 2012), Jablonsky (2003, 2010), Rapoport e Picinini (2006), e no relatório da Organização Internacio-

nal do Trabalho (2016) que evidenciam que as mulheres, mesmo quando estão empregadas, realizam 2,5 vezes mais tarefas domésticas e de cuidados do que os homens.

A desigualdade no compartilhamento das tarefas domésticas, no cuidado para com os filhos, na ascensão profissional e socioeconômica e na remuneração financeira pode contribuir para que exista um sentimento de insatisfação nestas mulheres. Além disso, restringe a possibilidade de a mulher aumentar o número de horas dedicadas à busca por formação acadêmica ou especialização técnica. Rodrigues e Sapucaia (2016) ilustram esta realidade, afirmando figuradamente que a cada vez que uma mulher gasta uma hora cuidando dos filhos, fazendo comida ou lavando roupas, ela se afasta ainda mais da potencialidade de absorver papéis não domésticos, tanto profissional como politicamente.

Diante dos desafios dos papéis assumidos pelas mulheres diante das conjecturas impostas pelas condições de trabalho na sociedade, alguns questionamentos são suscitados: Quais os impactos emocionais enfrentados por mulheres ao retornarem ao trabalho após o nascimento de um filho? Como equilibrar as exigências do papel materno com o profissional? Com o objetivo de responder estes questionamentos, nesta pesquisa buscou-se verificar a relação das mulheres com seu trabalho e com sua nova rotina ao vivenciarem a maternidade pela primeira vez e retornar às atividades de trabalho, após o afastamento de licença-maternidade.

2 Método

2.1 Participantes

Participaram da pesquisa seis mulheres trabalhadoras que retornaram da licença maternidade há em média seis meses, casadas ou em união estável e mães do primeiro filho. Como critério de inclusão das participantes, foi considerado ser maior de idade, ser casada ou possuir um companheiro estável, ser mãe do primeiro filho, ter retornado ao trabalho após afastamento por licença-maternidade há pelo menos dois meses e no máximo há nove meses, estar empregada em um emprego formal desde antes da gestação, e continuar no mesmo emprego após ela.

As participantes foram selecionadas por meio da técnica chamada “bola de neve” na qual, segundo Patton (1990 apud JIMENEZ, 2001, p. 57), deve-se identificar um sujeito que se adéque aos critérios da pesquisa, e a este solicita-se que indique outro sujeito na mesma condição e assim sucessivamente. Após identificar as participantes em potencial para esta pesquisa, realizou-se um primeiro contato telefônico, onde os objetivos da pesquisa foram apresentados, e foi verificado o interesse e disponibilidade em participar do estudo. Após o aceite, um segundo contato telefônico foi efetivado para agendar dia, horário e local para realização da coleta de dados.

As seis participantes receberam os seguintes nomes fictícios: Alice, Beatriz, Cláudia, Daniele, Eduarda e Flávia. Os nomes escolhidos foram aleatórios, entretanto adotou-se ordem alfabética de acordo com a ordem em que foram entrevistadas, ou seja, a primeira participante

a ser entrevistada recebeu o nome de Alice, a segunda participante entrevistada foi nomeada como Beatriz, e assim sucessivamente.

Alice tem 26 anos, possui o ensino superior completo, e trabalha como Assistente Administrativo. Está casada há 2 anos e 6 meses, teve 4 meses de licença maternidade e retornou ao trabalho há 8 meses da data da coleta de dados. Sua gravidez foi planejada, sendo que ela é mãe de uma menina. Durante a semana a criança fica em uma escola de educação infantil em tempo integral, para que Alice possa trabalhar.

Beatriz, tem 25 anos, possui o ensino médio incompleto e é vendedora. Está casada há 2 anos, teve 4 meses de licença maternidade e retornou ao trabalho há 5 meses. A gravidez de Beatriz foi planejada, e ela é mãe de um menino. Atualmente para Beatriz poder trabalhar, sua mãe é quem cuida do bebê.

Cláudia possui 37 anos, é casada há 1 ano e 11 meses e mãe de um menino, fruto de uma gravidez planejada e após um aborto espontâneo. Cláudia teve quatro meses de licença-maternidade e retornou ao trabalho há 5 meses. Possui ensino superior completo com especialização e trabalha como secretária. Cláudia deixa seu bebê numa escola de educação infantil em tempo integral para poder trabalhar.

Daniele possui 29 anos, é bibliotecária e possui o ensino superior completo. Retornou ao trabalho há 5 meses da coleta de dados, e teve 6 meses de licença maternidade. Daniele é casada há 9 anos e é mãe de uma menina, que fica numa escola de educação infantil para que possa trabalhar.

Eduarda possui 27 anos, é assistente administrativo e retornou ao trabalho há 6 meses, tendo uma licença maternidade de 5 meses. Eduarda é casada há três anos, e é mãe de um menino, fruto de uma gravidez planejada. Atualmente sua mãe e sua sogra revezam-se no cuidado com o bebê, para que ela possa trabalhar.

Flávia é casada há seis anos, possui 30 anos, é professora e mãe de uma menina. Flávia teve três meses de licença maternidade, e voltou a trabalhar com uma carga-horária menor no primeiro mês do retorno. Após completar os quatro meses de licença, Flávia voltou a trabalhar normalmente. A gravidez de Flávia foi planejada e ocorreu após dois abortos. Durante seu expediente, Flávia deixa a criança na própria escola onde trabalha.

2.2 Instrumento de coleta de dados

Para embasar a discussão acerca do trabalho feminino após a vivência da maternidade, realizou-se uma entrevista semiestruturada com 30 questões abertas, elaboradas com base nos eixos de análise criados a partir das variáveis que compõem o fenômeno em estudo. As perguntas contempladas no roteiro, abordaram questões relacionadas à rotina pessoal das participantes (5 questões), ao cuidado pessoal (6 questões), ao relacionamento conjugal (5 questões), a experiência da maternidade e ao filho (7 questões) e às relações de trabalho (6 questões), além de uma questão aberta para que as mulheres pudessem complementar com alguma informação que não houvesse sido contemplada nas questões anteriores.

2.3 Procedimento de coleta de dados

As entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade das entrevistadas, dando preferência por entrevistá-las no local de trabalho em horário comercial. Os dados foram coletados no local de trabalho de cinco participantes. Os dados da sexta participante foram coletados em um salão comunitário próximo à casa da participante. Buscou-se realizar a coleta de dados em locais tranquilos, livre de ruídos e interrupções.

No momento da coleta de dados foi explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando o sigilo das informações, e coletada a assinatura no mesmo. Todas as participantes concordaram com as informações expostas, autorizaram a gravação do áudio das entrevistas, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após, deu-se início às entrevistas, que tiveram uma média de duração de vinte e oito minutos.

2.4 Procedimento de organização e tratamento dos dados

Realizadas todas as entrevistas, procedeu-se com a transcrição literal das mesmas. Em seguida, as entrevistas foram organizadas em um quadro de análise, de acordo com os eixos de análise definidos a priori, e tratadas a partir da análise de conteúdo baseada na proposta de Laurence Bardin (2011), onde o pesquisador deve realizar um esforço analítico que vai além do discurso verbal, avaliando também o que está por detrás das falas, permitindo a interpretação e a inferência. Seguindo o método da análise de conteúdo de Bardin (2011), foram criadas a posteriori as categorias de respostas apresentadas pelas participantes. Todas as categorias apresentadas foram registradas em uma tabela eletrônica, vinculadas a seu eixo de análise. A partir disto, selecionaram-se os dados relativos a dois eixos de análise que são apresentados neste artigo, a saber: a) implicações do retorno ao trabalho após a licença maternidade na rotina de vida e b) implicações do retorno ao trabalho após a licença maternidade nas relações de trabalho das mulheres. Durante as entrevistas, foi investigada a percepção destas mulheres antes do período de gravidez, após o parto, durante a licença-maternidade, e após o retorno ao trabalho, em cada eixo de análise. Desta forma, foi possível avaliar as mudanças e implicações que o retorno ao trabalho proporcionou para essas mulheres.

3 Resultados

Após transcrição da entrevista e análise dos dados encontrados, optou-se por apresentar, no presente momento, os eixos de análise relacionados às implicações do retorno ao trabalho na rotina e no trabalho da mulher. Verificou-se que as principais mudanças de rotina, apontadas por cinco das seis mulheres entrevistadas, foram o cansaço físico e o aumento das preocupações.

O cansaço físico esteve relacionado com o pouco tempo para realizar as tarefas domésticas, apontado por três entrevistadas. O nascimento de um bebê acrescenta mais uma função na vida da mulher, aumentando o volume de tarefas domésticas, conforme já apontado por Vanalli e Barham (2012) e ilustrado pela fala de Beatriz:

Eu estou no meu serviço o dia inteiro [...] Então querendo ou não tu já está cansada, já está exausta do teu dia a dia, o teu dia foi cansativo, tu já chegou em casa, aí vem janta, vem cuidar de filho, dar banho de filho, tomar um banho, então a rotina muda muito a partir do momento em que tu trabalha porque tu tem bem menos tempo do que quando ele nasceu, pra fazer tudo. Sem falar nas tuas atividades domésticas né? Que aumenta muito mais as tuas atividades de casa, porque um bebê exige muito de ti em casa.

Por terem que conciliar as atividades relacionadas ao cuidado com o filho, as tarefas do lar, cuidado pessoal e o relacionamento com o esposo, com o pouco tempo que se encontram em casa, considerando que exercem uma carga-horária integral em seus empregos, as mulheres demonstraram vivenciar um desgaste físico. A fala de Daniele demonstra esta realidade: *“Eu estou muito cansada, porque eu tenho que buscar ela na creche, chegar em casa, dar banho, dar mamadeira, cuidar da casa, organizar uma janta. A noite ela ainda não dorme a noite toda, ela acorda duas, três vezes a noite, e eu acordo pra atender ela”*. Tal fato remete à necessidade de realizar um ajuste em suas rotinas, conforme relatado por Eduarda: *“Agora eu me sinto mais cansada. Porque é difícil dar conta de casa, trabalho, marido, e filho. Então eu estou começando a fazer uma nova rotina, tentando organizar, ter meus horários.”*

As seis participantes afirmaram que as tarefas domésticas e os cuidados para com o bebê são de sua responsabilidade, cabendo ao esposo prestar auxílio quando solicitado. O mesmo foi apontado também por Jablonsky (2010) e Vanalli e Baham (2012) como sendo o que acontece na maioria das famílias. Desta forma, as mulheres participantes realizam uma carga horária semanal maior em atividades domésticas do que seus companheiros, o que gera uma sobrecarga de atividades para elas. As falas de Cláudia e Flávia ilustram esta realidade. Cláudia: *“Quando a gente chega é aquela coisa, né? Tem bastante coisa pra dar conta, até pro outro dia. Então eu acabo me dividindo em duas né. Em três... Pra fazer tudo. Porque o [esposo] não tem bem jeito, então eu já prefiro fazer o que tem. Mas se pedir ele até faz o que pedir”*. Flávia: *“Normalmente eu tomo a frente. Sempre foi assim, ainda mais agora né? Com as coisinhas dela pra fazer, normalmente eu faço mais as coisas, e ele fica assim com ela, distraído, daí coloca pra ver tevê, brinca com ela, enquanto eu ajeto.”* Dados publicados pela Organização Internacional do Trabalho (2016) evidenciou que as mulheres realizam 2,5 vezes mais tarefas domésticas e de cuidados do que os homens. Esta realidade está atrelada à histórica divisão sexual das demandas familiares, onde a mulher era responsável pelas demandas do lar e o homem, pelo sustento financeiro da família. Ao encontro disto, Noor (2002 apud LINDO et al, 2007) afirma que, em famílias que possuem filhos pequenos, as mulheres exercem cerca de 90 horas de trabalho por semana, somando-se as horas de atividade empregatícia formal e as horas em atividades domésticas, enquanto os homens, companheiros dessas mulheres, exercem cerca de 70 horas somando as mesmas atividades. Isso representa uma diferença de quase três horas diárias em atividades de

trabalho – sejam estas em trabalho formal ou doméstico – por dia. Estas horas a mais, realizadas pelas mulheres, implica que estas abram mão de outros interesses ou outras atividades, para darem conta de toda a demanda, gerando cansaço, sobrecarga e desgaste físico e emocional, conforme a fala de Cláudia:

E a minha vida, os meu hobbies, as minhas atividades que eu gostava, que eu fazia, cessaram totalmente. Eu me dedico exclusivamente a ele [filho]. [...] Não que eu não me cuide, mas eu não sou mais a prioridade. Falta tempo pra muita coisa que tá na minha responsabilidade, a vida é corrida. Então é assim, o tempo que me sobra, é dele.

No entanto, Charraz (2017) afirma que ao longo dos anos, esta realidade está se modificando, de maneira que os homens estão ampliando seu envolvimento na esfera privada, da família, proporcionalmente a ampliação do envolvimento da mulher no mercado de trabalho, embora essa inserção masculina na esfera doméstica ainda seja incipiente.

Soma-se à carga de trabalho realizada pela mulher, o impacto emocional gerado pelo afastamento do bebê na ocasião do retorno ao trabalho, que pode repercutir diretamente na sua rotina, bem como em suas relações de trabalho. Krause (2017) menciona que o retorno ao trabalho é marcado por arranjos e reorganizações que costumam promover cansaço, estresse, insegurança, culpa e ansiedade, exigindo um investimento emocional amplo para voltar ao equilíbrio. De fato, esta assertiva evidenciou-se na fala das mulheres entrevistada. Eduarda afirma:

Isso me faz me sentir mais culpada ainda, por estar deixando ele, por não estar lá, não estar junto com ele, não estar vivendo tudo aquilo. Porque todo dia tem uma coisinha nova. Então vem esse sentimento de culpa, e ainda está. Mas no começo, eu tinha quase certeza que eu ia pedir demissão e ia ficar em casa com ele, porque eu tinha um sentimento de culpa, de que eu estava abandonando ele, que eu botei no mundo pros outros criarem.

Vanalli e Barham (2012) já destacam informação semelhante, ao afirmarem que, com o retorno ao trabalho, as famílias precisam se organizar para dividir o cuidado com o filho com outras pessoas ou instituições, o que implica em sentimentos de incertezas e angústia para as mulheres. De fato, quatro participantes afirmaram que o retorno ao trabalho após nascimento do bebê impôs a elas um aumento de preocupações. Entende-se que o nascimento de um bebê naturalmente impõe um aumento de preocupações para seus cuidadores, especialmente quando se trata do primeiro filho. No entanto, as mulheres, ao retornarem ao seu trabalho, acabam afastadas em grande parte do dia de seus bebês e precisam delegar a outros o cuidado com a criança. Isso significa abrir mão do controle intensivo sobre o bebê que foi de sua responsabilidade durante a licença maternidade, período que, em tese, foi dedicado a isto, ressaltando ainda mais o sentimento de preocupação em relação ao bem estar de seus filhos, conforme se evidencia na fala de Beatriz: *“E a minha cabeça na maioria das vezes tá mais nele do que*

aqui na empresa sabe? Então eu ligo de manhã, eu ligo meio dia, eu ligo a noite. Porque eu quero saber se ele tá bem, se ele tá com tosse, se ele comeu”.

Referente ao segundo eixo de análise, relacionado às mudanças na relação com o trabalho após a licença-maternidade, uma das principais mudanças apontadas pelas mulheres entrevistadas é a percepção de mudança no rendimento no trabalho, relatada por cinco das seis mulheres. Verificou-se que combinação entre o cansaço físico apontado pelas mulheres, a preocupação com o bebê e a necessidade de ausentar-se do trabalho interferem no desempenho das mulheres que retornam ao trabalho após a licença maternidade, diminuindo-o. Tal dado foi também encontrado Krause (2017) que, em seu estudo com 49 servidoras públicas, identificou que a maioria delas percebeu uma queda no seu desempenho profissional. A percepção da diminuição no desempenho profissional, em alguns casos trás um descontentamento para a mulher associado a um sentimento de insegurança, conforme se verifica na fala de Daniele:

Essa questão profissional eu vejo que eu fico devendo. Eu me sinto mal de não estar rendendo bem, de sair uma vez por mês para fazer a consulta médica dela e estar faltando aqui. Então, além do meu rendimento já não ser o mesmo, eu acabo faltando muito por causa dela. Então isso que me incomoda como profissional. Antes não, antes eu não tinha ninguém pra me atrapalhar, eu nunca gostei de faltar.

A fala de Daniele apresenta o quanto as demandas com o bebê impactam na qualidade do seu trabalho e demonstra insatisfação com a queda no rendimento profissional. Tal situação pode colocar a mulher numa posição estressante, de constante de autocobranças e culpabilização, conforme ilustrado anteriormente, na fala de Daniele. A partir da fala das outras participantes, também foi possível observar um sentimento ambíguo de insatisfação nas trabalhadoras. O retorno da mãe ao trabalho formal implica em sentimentos de “falta” nos cuidados com o filho e, ao mesmo tempo, a trabalhadora que se torna mãe e continua no mercado de trabalho sente que sua dedicação ao trabalho fica comprometida. A mulher se vê dividida entre dois universos diferentes e que demandam empenho. A fala de Alice ilustra:

É que é assim, nem no trabalho a gente se desliga da família e às vezes nem na família a gente se desliga do trabalho né. A nossa cabeça é incrível, porque é muita coisa. Aí tem que cuidar dela, dar comida, aí tem o marido, daí tem mais aquela coisa lá no trabalho que a gente não resolveu. Então a gente vive sempre pensando em tudo isso, porque são as nossas responsabilidades né?

A maternidade muitas vezes é encarada pelas mulheres, como um compromisso social que assumem, conforme discute Schlickmann (2010). Socialmente, estabelece-se que os pais devem prover alimentação, segurança e conforto para seus filhos. Assim, os rendimentos financeiros proporcionados pelo trabalho à mulher, permitem que elas possam cumprir sua parte nas exigências deste compromisso social adquirido com a maternidade. Por conta disso, verifica-se que o emprego passa a ter

maior importância para algumas mulheres. A fala de Alice ilustra o novo sentido que o trabalho adquire: “*Antes eu me sentia uma jovem que podia trocar de emprego, e hoje eu me sinto uma adulta que tem responsabilidades e tem que cumprir com essas responsabilidades.*” O emprego atual passa a ter maior importância, fazendo com que mulheres trabalhadoras que se tornam mães valorizem a estabilidade e a segurança financeira que o trabalho lhe proporciona e que lhes permite suprir as novas demandas e necessidades da família. Isso pode justificar o fato de que a percepção da queda do rendimento no trabalho as deixa incomodadas. Passaria o trabalho a ter um novo significado para elas? Se antes o trabalho era visto como um meio de obter a satisfação e o crescimento pessoal, após o nascimento de um filho parece que o trabalho passa a ser visto como um meio de garantir a segurança financeira familiar. Assim, maternidade e as novas demandas sociais advindas do nascimento de um bebê, podem gerar um maior comprometimento da mulher para com seu trabalho – o que se torna positivo para a empresa na qual ela está empregada – mas pode gerar também uma dependência e certa submissão à atividade laboral, executada primordialmente pelo ganho financeiro vinculado. E como desdobramento, pode-se presumir que a mulher tema lançar-se na busca por novas oportunidades e experiências profissionais que lhe permitiriam maior satisfação e crescimento pessoal e profissional, por receio de perder a estabilidade adquirida e, com isso, a segurança no atendimento das necessidades de seus filhos. Tende-se assumir menos riscos. E caso os ganhos financeiros passem a ser o único, ou o principal fim da sua atividade laboral, esta pode lhe causar sofrimentos futuros, uma vez que o sentido atribuído ao trabalho não decorre mais da função social dele.

A ocasião do nascimento de um bebê necessariamente impõe à família um período de adaptação frente às novas demandas. Como já discutido, muitas vezes as mães são as principais responsáveis pelo cuidado para com a criança, dedicando em tempo integral para atender as suas necessidades. Comumente, nas semanas que antecedem o parto e algum tempo depois deles, as mães entram em um estado particular, denominado de “preocupação materna primária”, por Winnicott (1978). Este estado é natural e necessário, e caracteriza-se por uma sensibilidade aumentada, que possibilita às mães conectarem-se às necessidades de seu bebê, afastando-se temporariamente de seus demais interesses. Este fenômeno é intenso e dura algumas semanas, tende a ir enfraquecendo com o passar do tempo e normalmente as mulheres não o percebem e nem se recordam dele. E quando normalmente já se encontram organizadas após a chegada do bebê, o retorno ao trabalho exige um novo esforço adaptativo das mulheres, que envolve o afastamento da unidade mãe e filho, a terceirização do cuidado com o bebê e uma nova fonte que demanda exigência e dedicação. Parte das entrevistadas, quatro delas, afirmaram que ainda estão em adaptação a este novo momento de vida, conciliando maternidade e o trabalho. É natural que exista a necessidade de adaptação no momento da chegada de um novo membro da família, principalmem-

te de um bebê que exige cuidados e dedicação. Esta é a primeira grande adaptação na situação do nascimento do primeiro filho e do retorno ao trabalho. No entanto, as mulheres demonstram que para retornar ao trabalho após o nascimento, é necessário um novo esforço de adaptação, que tende a ser tão intenso quanto o primeiro – o momento do nascimento do bebê, e algumas vezes acaba trazendo sofrimento. Cláudia destaca a sua dificuldade de deixar seu filho na escola para retornar ao trabalho:

Ele se adaptou super bem, mas eu acho que a pior parte foi a minha adaptação para deixá-lo. Mas eu chorei. Daí eu fiz toda essa adaptação, e pensei que quando eu começasse a trabalhar daria tudo certo. Mentira. Veio tudo novamente, a sensação daqueles primeiros dias de adaptação, o choro, a insegurança de deixá-lo.

O trabalho de Krause (2017) evidenciou sentimentos negativos em 70% da amostra de mulheres que retornaram ao trabalho após a licença maternidade, tais como: angústia, medo, insegurança e tristeza. A fala de Eduarda denota seus sentimentos:

Estava bem certa que voltaria a trabalhar depois da licença, de que eu seria uma mãe muito tranquila, que quando desse os 4 meses eu estaria louca para voltar a trabalhar. Mas depois que ele nasceu eu queria a qualquer custo não voltar mais a trabalhar. Esse assunto me desesperava, olha posso dizer que sofri um pouco, deu tristeza. Eu não queria mais voltar, tinha medo de como ia ser.

Assim, a fim de garantir a saúde emocional de mulheres e suas famílias, todos os agentes sociais envolvidos - como as empresas e a rede de apoio da família – devem levar em conta que o momento de retorno ao trabalho exige tal adaptação, a fim de proporcionar recursos que permitam à mulher vivenciá-lo de maneira mais funcional possível.

Fabbro e Heloani (2010) afirmam que a maternidade continua sendo uma experiência importante para as mulheres, que proporciona um sentimento de reconhecimento social, valorização e realização pessoal, embora não com a mesma intensidade de outrora. A fala de todas as participantes mostrou explicitamente o quanto a experiência da maternidade foi significativa para elas. Para Alice: “É tu conhecer o amor de verdade. É um amor incondicional, indescritível”; Para Beatriz: “É inexplicável, não tem explicação o que é ter um filho. É como dizem, só quem tem um filho sabe descrever o que é o amor de verdade. [...] É muito amor, é uma coisa muito grande o que tu sente por um filho”; Para Cláudia: “O amor de mãe é demais. É mega protetor. É um amor puro, de troca, de cumplicidade. Muita sincronia. Muito gostoso”; Para Daniele: “É um amor que eu nunca imaginei que iria sentir, é incondicional”; Para Eduarda: “É tudo, é um amor incondicional, é uma extensão de ti, é uma alegria, um amor incondicional. [...] É tu tirar teu coração e dar pra ele se for preciso. É tirar a tua vida e dar. Não tem como descrever”; Para Flávia: “Ela pra mim é um milagre, e é a filha que eu tanto queria. É o amor da minha vida”.

Quando uma mulher opta por vivenciar este importante papel concomitantemente ao papel profissional, de fato precisará equilibrar todas as demandas deles advin-

dos, já que retorno ao trabalho após a licença maternidade imputa à mulher uma diversidade de mudanças e, com estas mudanças, novas adaptações. Schlickmann (2010) em sua pesquisa identificou que mulheres que exercem trabalho remunerado sentem dificuldade para conciliar os múltiplos papéis exercidos por elas após a maternidade, entre eles o profissional. Spindola e Santos (2004) vão além, mencionando que a relação mãe-filho-trabalho implica necessariamente que a mulher vivencie a situação ambígua de ser trabalhadora e mãe, não somente logo após seu retorno ao trabalho, mas a longo prazo, enquanto tiver que conciliar os dois contextos e tentar atender tantas solicitações e exigências diferenciadas. Krause (2017) afirma que as participantes de seu estudo se sentiam cansadas (87,5%), sobrecarregadas (79,2%), com pouco tempo (85,4%) e sempre ou frequentemente pensavam em desistir do trabalho para ficar somente cuidando do bebê (49,2%), e apesar disso, seguiam trabalhando, assim como as participantes do presente estudo. O que estaria por detrás da escolha de permanecer no mercado de trabalho após a maternidade?

A partir da fala de todas as seis participantes, foi possível identificar que o retorno ao trabalho foi motivado por ganhos particulares que o trabalho é capaz de proporcionar, além do financeiro, apesar de elas mencionarem que os ganhos financeiros adquirem importância maior após a maternidade. Ainda assim, as mulheres que retornam ao trabalho após a maternidade, o fizeram também por conta das vantagens que o trabalho pode agregar ao ser humano como a valorização pessoal, a identificação e significação com as atividades realizadas e relacionamentos sociais proporcionados pelo trabalho exercido, apesar de nem sempre esses aspectos estarem explícitos e claros no discurso verbal delas como a questão financeira esteve. Uma das vantagens de terem retornado ao trabalho, presente na fala de todas as mulheres entrevistadas, foi o sentimento de “utilidade” que o trabalho é capaz de lhes proporcionar, onde elas puderam voltar a exercer outros papéis e atividades que não somente os maternos e domésticos, conforme a fala de Cláudia:

Eu me sinto no mercado de trabalho. Eu tinha muito medo de parar e ficar bitolada, estagnada. Eu me sinto viva, sabe? Eu não tenho só o papel de mãe, eu não quero só o papel de mãe. Então uma vantagem é essa, é o raciocínio, ter os teus colegas de trabalho, e daí tu não ficar bitolada.

Em segundo lugar, evidenciou-se na fala de cinco mulheres, que o retorno ao trabalho também lhes proporcionou a oportunidade de estabelecerem relacionamentos interpessoais que vão além do âmbito familiar, conforme a fala de Eduarda: “O convívio com as pessoas também é uma vantagem, porque em casa tu fica muito antissocial, tu não sabe mais o que é mundo”. Para Beatriz: “Vantagem é que a gente tem um pouco mais de liberdade, tu tem com quem rir, com quem, conversar [...] tu tá com os teus amigos, num ambiente que tu se sente bem, tu se distrai, o teu dia passa com mais clareza”.

E somente em terceiro lugar, o retorno ao trabalho foi creditado à manutenção dos ganhos financeiros, mencionado por quatro entrevistadas, conforme afirma Flávia: *“A maior vantagem é tu ter o teu dinheirinho a mais né? Tu é independente, até pra comprar as tuas coisinhas, as coisas pra ela. Tu não precisa ficar dependendo dele, pedindo pra ele [esposo]”*.

A partir do relato das seis mulheres participantes deste estudo, confirmou-se que o trabalho é um importante constituidor da sua subjetividade e individualidade, considerado como um importante papel desempenhado por elas que agrega sentimento de valorização e reconhecimento social. As mulheres que retornam ao trabalho após a licença maternidade perceberam três principais vantagens no retorno ao trabalho, que foi a) a valorização pessoal, a identificação, o prazer; b) a significação que extraem da atividade desempenhada e; c) os relacionamentos propiciados pelo trabalho exercido. Aspectos, esses que também estão relacionados aos onze benefícios psicossociais que o trabalho é capaz de proporcionar aos sujeitos, arrolados por Salanova, Gracia e Peiró (1996 apud SANTOS, 2006). Entende-se que o retorno ao trabalho após a licença maternidade foi motivado por estes fatores pessoais, pelo sentimento de estarem atuantes, produtivas, ampliando seus papéis sociais para além dos papéis de mãe e de dona de casa, apesar da ambivalência de sentimentos produzidos por esse retorno. Com isso, as participantes viabilizam a possibilidade continuar explorando novos contextos e estabelecer relacionamentos pessoais não restritos à casa e à família. Ainda assim, a experiência materna foi desejada e continua sendo valorizada pelas mulheres parecendo ser, a partir das falas das participantes, uma experiência significativa e recompensadora para elas e que alterou o significado atribuído por elas ao trabalho.

4 Considerações finais

Com o objetivo de caracterizar a relação de mulheres com o seu trabalho, após a experiência da maternidade, identificando as implicações que o nascimento do primeiro filho e a retomada das atividades laborais podem exercer na rotina e no trabalho da mulher, foi possível verificar que a rotina das mulheres muda com a chegada da criança e o retorno ao trabalho, e a principal implicação desta mudança expressa-se pelo cansaço físico advindo da realização das diversas funções que os múltiplos papéis desempenhados exigem da mulher. Com o retorno ao trabalho as mulheres relatam ainda que o sentimento de preocupação é ressaltado, interferindo no seu desempenho satisfatório de outros papéis que não o materno, fazendo com que elas desejem conseguir preocupar-se menos com a criança e destinar sua atenção às demais atividades. Com isso, o próprio significado do trabalho é modificado para as mulheres que vivenciam a maternidade.

A partir do relato das entrevistadas, confirmou-se a importância do trabalho na constituição da subjetividade e individualidade dos sujeitos. Os benefícios sociais, cognitivos e emocionais por ele viabilizado estimulam as trabalhadoras mães a enfrentar as dificuldades a fim de equilibrar dois papéis tão distintos que exigem

dedicação intensa. O retorno ao trabalho após a licença maternidade permite que as mulheres sintam-se atuantes, produtivas e em movimento, ampliando seus papéis sociais para além dos papéis de mãe, esposa e cuidadora da casa. Com isso, as mulheres trabalhadoras viabilizam explorar o desenvolvimento de competências profissionais, usufruem de reconhecimento social, estabelecem relacionamentos pessoais não restritos à casa e à família, além de alcançar remuneração financeira. A experiência materna foi desejada e continua sendo valorizada pelas mulheres participantes, parecendo ser uma experiência bastante significativa e recompensadora para elas. Desta forma, pode-se dizer que é possível conciliar estes dois papéis de maneira saudável, desde que a mulher, sua família e a organização em que atua tenham clareza da necessidade de adaptação às novas demandas que irão surgir e dos obstáculos que a mulher precisará superar.

Os resultados identificados encontram algumas restrições e apontam para novos estudos, uma vez que a amostra foi pequena e composta exclusivamente de mulheres com união estável, empregadas no setor privado com carga horária integral, mães do primeiro filho e que tiveram a gravidez planejada. Uma amostra heterogênea pode apresentar resultados diversos. Além disso, abordou-se exclusivamente a percepção da mulher em relação à sua rotina e trabalho. Assim, sugere-se a necessidade de novos estudos na área que tragam uma percepção mais ampla e generalista da temática abordada.

Destaca-se o papel do psicólogo como orientador neste momento de transição, capaz de auxiliar a mulher a identificar as necessidades existentes em seu dia a dia, repensar suas escolhas e atuações, bem como identificar em sua rede de apoio as possibilidades que permitirão vivenciar um retorno ao trabalho e uma adaptação à nova realidade de forma mais funcional. Destaca-se ainda, a atuação dos psicólogos atuantes com gestão de pessoas, que podem buscar sensibilizar os gestores para que estejam preparados ao vivenciar situação semelhante em sua equipe, mediando situações de conflito. Ações como orientar as mulheres que planejam a maternidade, e as mulheres que retornam desta experiência, podem favorecer que consigam essas mulheres (agora mães) consigam vivenciar a relação de trabalho e maternidade de maneira mais adaptada e menos angustiante. Além disso, os profissionais envolvidos devem permanecer atentos à saúde da mulher que retorna da licença maternidade, acompanhando sua reinserção nas atividades e equipe de trabalho, para que aconteça da forma mais tranquila possível. Possibilidades são inúmeras.

Dificuldades sempre existirão, pois é inerente à vida humana. Contudo, é possível às mulheres encontrarem novos arranjos nas suas vidas após o nascimento do bebê e o retorno ao trabalho, estabelecendo limites entre o que a satisfará ou não, entre o que proporciona prazer e desprazer, num exercício constante, visando ao bem-estar individual, familiar e profissional. E esse se torna um desafio constante às trabalhadoras que se tornam mães e àqueles que gerem o trabalho dessas mães trabalhadoras.

Referências

- ALVES, J. E. D. Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras. *APARTE-Inclusão Social em Debate*, Rio de Janeiro, p. 1-15, 2009. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/insercao_social_e_exclusao_politica_das_mulheres_jul09.pdf. Acesso em: 22 ago. 2015.
- ANDRADE, T. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?* Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm. Acesso em: 15 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério de Estado do Trabalho. *Portaria n.º 3.296, de 03 de Setembro de 1986*. Autoriza as empresas e empregadoras a adotar o sistema de Reembolso-Creche, em substituição à exigência contida no § 1º do art. 389 da CLT. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1174722.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- CAVALCANTI, N. C. S. B., BAÍA, D. C. P. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. 2017. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499457316_ARQUIVO_Sermaenomundodotrabalho.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.
- CHARRAZ, A. S. P. Conciliação entre o trabalho e a família: identificação das práticas organizacionais vigentes e contributos para a implementação de novas práticas de conciliação. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Escola de Ciências Sociais - Universidade de Évora, Évora, 2017. Disponível em https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20913/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20SAC_Ana%20Charraz.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.
- CODO, W. *Por uma Psicologia de Trabalho: um diagnóstico do trabalho em busca do prazer*. São Paulo: Casa Psi, 2006.
- FABBRO, M. R. C.; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. *Investigación y Educación en Enfermería*, Medellín, v. 28, n. 2, p. 176-186, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072010000200004. Acesso em: 18 ago. 2015.
- GUIMARÃES, J. R. S. (Org.). *Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000*. Brasília: OIT, 2012.
- GODOY, M. B. et al. Situação trabalhista da mulher no ciclo grávido-puerperal. *Investigación y Educación en Enfermería*, Medellín, v. 29, n. 1, p. 47-53, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072011000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2015.
- HARRIS, B. Careers, conflict, and children: the legacy of the cult of domesticity. In: ROLAND, A.; HARRIS, B. (Ed.). *Career and motherhood: struggles for a new identity*. Nova York: Human Sciences Press, 1979. p. 55-86.
- HOFFNUNG, M. *What's mother to do?* Conversations on work and family. Pasadena, Cal: Trilogy Books, 1992.
- HOFFNUNG, M. Motherhood: contemporary conflict for women. In: FREEMAN, Jo (Ed.). *Women: a feminist perspective*. Mountain View, Cal: Mayfield, 1995. p. 83-110.
- JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 262- 275, 2010. [CrossRef](#).
- JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Ed.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Loyolla, 2003. p. 141-168.
- JIMENEZ, A. L. et al. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em mulheres: associação com variáveis sócio-econômicas e demográficas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 55-62, jan./fev. 2001. [CrossRef](#).
- KRAUSE, L. I. Mulher, trabalho e maternidade: demandas no retorno da licença-maternidade. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Saude da Mulher, Crianca e Adolescente)–Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/635>. Acesso em: 22 ago. 2015.
- LINDO, M. R. et al. Vida pessoal e vida profissional: os desafios de equilíbrio para mulheres empreendedoras do Rio de Janeiro. *RAC-Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-15, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_621.pdf. Acesso em: 25 ago. 2015.
- NASCIMENTO, G. A. F.; VILLAS BÔAS, R. V. Proteção da mulher: direito individual e social à igualdade de condições no mercado de trabalho e ao direito à maternidade. *Conpendi Law Review*, v. 1, n. 6 (III Encontro de Internacionalização do CONPEDI - Madrid), p. 156-172, 2015. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3459/2972>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Mulheres no Trabalho: tendências 2016*. Genebra: OIT, 2016.
- RAPOPORT, A; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009. Acesso em: 30 jul. 2015.
- RODRIGUES, C. SAPUCAIA, M. Proteção à maternidade: uma reflexão sobre apaziguamento e sedimentação das desigualdades entre homens e mulheres. *Revista da ABET*, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/31257/16335>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ROCHA-COUTINHO. Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. *Psicologia Clínica*, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2001.

ROCHA-COUTINHO. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003a. p. 57-77.

ROCHA-COUTINHO. Divididas e multiplicadas: a maternidade para mulheres executivas cariocas. In: D’ÁVILA NETO, M. I.; PEDRO, R. (Org.). *Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social*. Rio de Janeiro: Mauad/Bapera, 2003b. p.107-125.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Variações sobre um antigo tema: maternidade para mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC, 2005. p. 122-137.

SANTOS, C. A. *Significado do trabalho e conduta ético-profissional: um estudo de caso na Polícia Militar baiana*. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado)–Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SCHLICKMANN, D. B. *Mulher, trabalho e maternidade: como fica a carreira após a chegada dos filhos? Trabalho e Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2010.*

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. Trabalho versus vida em família: conflito e culpa no cotidiano das trabalhadoras de enfermagem. *Cienc. enferm.*, Concepción, v. 10, n. 2, p. 43-52, dez. 2004. [CrossRef](#).

VANALLI, A. C. G.; BARHAM, E. J. Após a licença-maternidade: a percepção de professoras sobre a divisão das demandas familiares. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 130-138, jan./abr. 2012. [CrossRef](#).

VINHAS, A. P. B. L. *Mitos da maternidade: um estudo a partir do olhar sistêmico*. 2009, 40 f. Monografia (Especialização em Teoria Relacional Sistêmica). Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis, 2009.

WINNICOTT, D. Preocupação materna primária. In: _____. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 491-498.

Recebido em: 17 de setembro de 2015

Aceito em: 27 de fevereiro de 2018

Psicoterapia e psicofarmacologia: a percepção de psicólogos

Camila Bianca Figueiredo Azevedo,^{Orcid} Joseny Alves Fagundes,^{Orcid} Ângela Fernanda Santiago Pinheiro^{Orcid}★

Faculdade de Saúde Ibituruna, Montes Claros, MG, Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo, compreender como os psicólogos inseridos na Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros - MG, no ano de 2015, veem estes três eixos pertinentes: psicoterapia, psicofármacos e a relação existente entre eles. Trata-se de um estudo do tipo quantitativo e qualitativo, de corte transversal, de uma amostra censitária, com enfoque exploratório e delimitamento de estudo de caso. Foi realizada uma análise de 27 questionários de psicólogos no período de janeiro a julho de 2015. Através da discussão e dos resultados, foi possível compreender que a maioria dos psicólogos percebem os psicofármacos como auxiliares no processo psicoterápico e que concordam que alguns pacientes necessitam utilizar os psicofármacos durante este processo. Conclui-se então que, esta pesquisa possibilitou compreender como se encontra, atualmente, o cenário do atendimento psicológico na rede da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

Palavras-chave: psicofármacos; psicoterapia; atitudes e prática em saúde; visão de psicólogos.

Psychotherapy and psychopharmacology: the perception of psychologists

Abstract

This paper aims to promote an understanding on how psychologists of the Department of Public Health Care of the city of Montes Claros - MG, in 2015, see these three relevant areas: psychotherapy, psychotropic drugs, and the relationship between them. It refers to a study, of quantitative kind, cross-sectional, exploratory approach and design case study. It was conducted by an analysis of 27 questionnaires Psychologists in the period between January and July 2015. Through discussion and results, it was possible to understand that most psychologists perceive psychiatric drugs as helpers in the psychotherapeutic process and agree that some patients need to use psychoactive drugs during this process. In conclusion then, this research enabled us to understand as is currently the scene of psychological care in the municipal health network of Montes Claros- MG.

Keywords: psychotropic drugs; psychotherapy; attitudes; practice; overview of psychologists.

Introdução

Consideráveis mudanças vêm ocorrendo nas últimas décadas, referentes à atitude de psicoterapeutas e psiquiatras, no que diz respeito ao uso dos psicofármacos aliados a psicoterapia. Devido ao comprometimento com a efetividade terapêutica, tornou-se necessário que os profissionais de saúde mental, das diversas modalidades terapêuticas busquem novos conhecimentos, já que, a abordagem dos problemas emocionais, através de uma visão exclusivamente biológica ou psicológica, pode impedir o paciente de obter o tratamento mais adequado. Quando há então, uma possibilidade de comunicação entre os profissionais existe também, uma possibilidade de troca de conhecimentos que pode ser benéfica para os profissionais e para o paciente (SAFFER, 2007).

Antes de compreender o que vem acontecendo no cenário atual, no que se refere à percepção do psicólogo em relação à psicoterapia e aos psicofármacos, é necessário tecer considerações sobre a Reforma Sanitária, visto que, ela adentrou no âmbito do social como um projeto de grande importância para a cidade de Montes Claros - MG e para a sociedade (MENDONÇA, 2009).

Nessa linha de expressão, a Reforma Sanitária foi uma Reforma Democrática, não anunciada ou alardeada na área da saúde; que nasceu da luta contra a ditadura. Dessa forma, a reforma baseou-se no tema Saúde e De-

mocracia; em seguida estruturou-se nas universidades, no movimento sindical, bem como em experiências regionais de organização de serviços (AROUCA, 1998).

Esse movimento social consolidou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. De forma inédita, mais de cinco mil representantes de todos os seguimentos da sociedade civil brasileira discutiram um novo modelo de saúde para o Brasil. Como resultado, foi garantido ao povo, na Constituição Brasileira, através de emenda popular, o direito à saúde; consistindo, assim, um dever do Estado. Nessa perspectiva, a Reforma Sanitária tratou-se, então, de um movimento popular que visava várias mudanças na área da saúde. Dentre as mudanças, a reforma buscava, principalmente, a universalidade, a integralidade e a igualdade de direitos na saúde e a responsabilização do estado, que na percepção dos precursores, deveria suprir as necessidades em saúde da população brasileira (AROUCA, 1998).

A cidade de Montes Claros – MG adentra então, neste cenário de significativas e importantes mudanças brasileiras, em 1983, quando foram feitas denúncias sobre a situação dos doentes mentais na cidade; cobrando assim, uma providência dos poderes locais (MENDONÇA, 2009).

A chegada do trem de ferro marcou esse período, na cidade de Montes Claros. A linha ligava Rio de Janeiro, Belo Horizonte e o Norte de Minas à Bahia. Considerado essa chegada um marco do progresso e do desenvolvimento de uma região, o trem de ferro também foi usado para transportar àqueles que impediam o seu crescimento. O trem transportava os “doentes mentais” de todo o estado de Minas Gerais para hospícios, como o de Barbacena, excluindo-os do convívio social (MACHADO, 2009).

*Endereço para correspondência: Faculdade de Saúde Ibituruna. Av. Nice 99, Ibituruna. Montes Claros/MG – CEP: 39.401-303. E-mail: millahazevedo@hotmail.com, josenyvalves@yahoo.com.br, angelapsicologia@gmail.com



Em 1985, foi realizada em Montes Claros, uma reunião que continha a participação de líderes do governo brasileiro que tinha o intuito de se debater as propostas do governo, as quais deveriam encerrar o ciclo autoritário de presidentes da República com a candidatura de Tancredo Neves. O secretário municipal de Saúde de Montes Claros, na época, José de Saraiva Felipe, enviou uma carta da cidade de Montes Claros que reafirmava os princípios e postulados do simpósio realizado em 1979, na Câmara dos Deputados. Foi então, a partir da cidade de Montes Claros, que sucederam várias outras reuniões para aprofundar e minuciar a “futura realização da proposta denominada de Nova República; sobretudo, no que se refere ao processo de unificação entre o INAMPS, Ministério da Saúde e a passagem da Central de Medicamentos da Previdência Social para a saúde” (CORDEIRO, 2004).

Após o trágico falecimento do Presidente Tancredo Neves, José Sarney tomou posse em 1985 e nomeou o ministro Waldir Pires que teve grande sensibilidade para as propostas de reforma da saúde e da seguridade social. José Saraiva Felipe, o secretário de Montes Claros, foi nomeado para a Secretaria de Assistência Médica do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, colocando assim, Montes Claros como um marco importante para a história da reforma Sanitária (CORDEIRO, 2004).

Atualmente, Montes Claros possui dois serviços substitutivos para a assistência em saúde mental, propostos pela Reforma, um CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial) e um CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas). Além disso, Montes Claros, que se localiza na região sudeste do Brasil, é considerada uma cidade polo em atendimento à saúde e, inclusive, em saúde mental da região norte do Estado de Minas Gerais, visto que, atende populações oriundas de várias cidades situadas em seu entorno (CORDEIRO, 2004).

Diante destes pressupostos e para dar prosseguimento a esta pesquisa, é necessário adentrar no âmbito do tratamento psicoterápico e psicofarmacológico. É importante lembrar que o tratamento psicoterápico difere do psicofarmacológico. Diante dessa visão, torna-se imprescindível diferenciar psicoterapia e psicofarmacologia (KIMURA, 2005). Entretanto, como a psicofarmacologia faz parte de um estudo sobre medicamentos, surge à necessidade de explicar, previamente, sobre a medicalização.

A medicalização é um recurso terapêutico em que um problema e/ou comportamento não médico é definido com um transtorno, doença ou problema médico, sendo delegada ao profissional médico, a responsabilidade pela prescrição do medicamento. (CONRAD, 1975 apud CARVALHO et al., 2015). Já os psicofármacos, são medicamentos que auxiliam no alívio do sofrimento mental, podendo ser indispensáveis para o tratamento de algumas psicopatologias (DALMOLIN et al., 2009 apud FRANCO, 2012). São substâncias que interferem em funções do sistema nervoso central proporcionando a redução do desconforto causado pela sintomatologia dos transtornos mentais (DALMOLIN et al., 2009 apud FRANCO, 2012).

A decisão do uso da medicação exige um cuidado metucioso, pois a decisão pode ser influenciada pelos próprios conflitos e desejos inconscientes do psiquiatra (FREY; MABILDE; EIZIRIK, 2004). Trata-se de um assunto polêmico e multifacetado, uma vez que, provavelmente, existem psicólogos concordantes com o uso e com a eficácia dos psicoterápicos paralelamente à psicoterapia e outros discordantes (GENTIL et al., 2007). Este conflito é possível ser observado nos casos em que os psiquiatras favorecem apenas o uso dos psicofármacos e os psicólogos preconizam apenas a psicoterapia (DALMOLIN et al., 2009 apud FRANCO, 2012).

A ação de medicalizar é intitulada como “medicalização do social”, isto é; ela funciona como um controle social que atinge toda a vida do sujeito, em todas as dimensões; pois, legítima e empossa-o do papel de doente. Nesse viés, é preciso questionar a respeito da eficácia psicoterápica, dos seus efeitos colaterais e, principalmente, acerca da serventia para pacientes portadores de sofrimentos psicológicos; pois, aparentemente, a tristeza, o medo da morte, o desamparo, a solidão, a inquietude, o receio, a insegurança, o vazio existencial ou, até mesmo, a falta de felicidade são ocorrências constantes na vida do ser humano (BIRMAN, 2000).

A patologia pode ser considerada objetiva pelo médico na sua prática. No entanto, essa percepção do patologista não faz com que seu paciente seja desprovido de subjetividade. Adentrando, assim, na necessidade de que este, provavelmente, terá de ser visto além do fator biológico. Diante dessa colocação, abre-se espaço à psicoterapia (CANGUILHEM, 2006).

A psicoterapia é uma técnica que usa dos mais variados instrumentos do método em que é embasada. Sendo, portanto, uma técnica válida e positiva, visto que utiliza de instrumentos, com eficácia comprovada cientificamente (RIBEIRO, 1984).

A psicoterapia é também, uma forma de autoconhecimento, de crescimento e aprendizagem. Dessa forma, a psicoterapia não é apenas uma teoria ou técnica que trata de pessoas doentes, mas uma ação entre duas pessoas, que resulta em maior envolvimento de ambos com a realidade. Consequentemente, psicoterapeuta e paciente, juntos, podem estabelecer uma relação benéfica, que fará com que o paciente, ao adentrar sua própria realidade, encontre meios para amenizar seu sofrimento psicológico (RIBEIRO, 1984).

A psicoterapia já é um efetivo recurso de mudança e, com a força do contato humano e dos psicofármacos, quando necessários, garante a eficácia do tratamento. “Isto nos permite sonhar com um futuro no qual a escolha do medicamento ou a indicação de psicoterapia sejam feitas, especificamente, analisando as condições de cada paciente, caso-a-caso” (BEZERRA, 2008, p. 2).

Atualmente, percebe-se que a psicoterapia e a psicofarmacologia são eficazes no tratamento de pessoas com Transtornos Mentais, entretanto, ambas possuem benefícios e limitações. Na psicofarmacologia, o alívio dos sintomas é mais rápido, mas existem efeitos colaterais adversos.

Na psicoterapia, normalmente, o acompanhamento é feito semanalmente e o progresso é observado no decorrer do tempo. No entanto, os casos de transtornos mentais graves demandam uma ação mais imediata. Sendo assim, recentes estudos indicam que os dois métodos terapêuticos, quando combinados, são mais eficazes para a saúde mental do paciente do que isoladamente (FRANCO, 2012).

A necessidade de investigar o tema surgiu a partir de vivências, em sala de aula, na Faculdade de Saúde Ibituruna de Montes Claros – MG, durante as aulas de Psicofarmacologia – uma das disciplinas lecionadas no curso de Psicologia – no momento em que foi explicada a importância de se prescrever medicamentos em alguns casos de sofrimento e agravos psicológicos. Nesse ínterim, surgiram questionamentos e inquietações a respeito da percepção do psicólogo em relação ao uso de psicofármacos aliados à psicoterapia. Diante destes questionamentos, surgiu a necessidade de se realizar esta pesquisa na cidade de Montes Claros - MG.

Embora existam poucos estudos acerca do tema, é possível encontrar correlação desta pesquisa com a pesquisa de Kamura, realizada em 2005, na cidade de São Paulo, que buscou compreender a visão dos psicólogos sobre a medicação no tratamento psicoterápico de orientação psicodinâmica, no qual concluiu que os Psicólogos reconhecem a importância dos psicofármacos como auxiliares para o tratamento analítico.

Com a evolução da ciência, atualmente, existem diversas construções sobre a importância da relação psiquiatra/ psicólogo, quando ela é pautada no comprometimento ético e científico, para o alívio do sofrimento humano. Assim, a partir das pontuações supracitadas, percebendo, através delas, a importância do local que será o campo de pesquisa para o cenário brasileiro e a relevância do tema, este trabalho objetiva promover uma melhor compreensão de como os psicólogos da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros - MG, no ano de 2015, veem estes três eixos pertinentes: psicoterapia, psicofármacos e a relação existente entre eles. Bem como, a relação do psicólogo com o psiquiatra, a fim de se possibilitar uma contribuição científica à prática clínica, na cidade de Montes Claros.

É fundamental compreender, nesse caminho, a importância desses eixos temáticos, uma vez que, a relação da psicofarmacologia com a psicoterapia tem se tornado algo constante e essencial (SAFFER, 2007).

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo do tipo quantitativo, de corte transversal, com enfoque exploratório e delineamento de estudo de caso. Conforme a informação colhida junto à Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, estavam inseridos, no município, 37 psicólogos, os quais seria o público-alvo dessa pesquisa. Vale destacar, assim, que eles atuam nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), ESF Estratégia de Saúde da Família (ESF), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAP-Sad), Consultório de Rua, Serviços como o Melhor em

Casa, O centro de Reabilitação para Idosos, O Centro de Referência em Doenças Infecciosas e a gestão de Saúde Mental de Montes Claros - MG.

Cumprido ressaltar que a cidade de Montes Claros foi escolhida como cenário para esta pesquisa, pela disponibilidade e acessibilidade das pesquisadoras ao objeto de estudo, ou seja; trata-se de uma amostragem por conveniência e, por Montes Claros tratar, também de uma cidade que teve importância fundamental na Reforma Sanitária Brasileira.

Esta pesquisa apresenta uma amostra censitária, pois a pesquisa foi realizada com todos os psicólogos, inseridos na Secretaria Municipal de Saúde, que se disponibilizaram a responder ao questionário. Os critérios de inclusão desta pesquisa são os psicólogos cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, que aceitaram participar da pesquisa, que compreendem a Língua Portuguesa e que sejam capazes de realizar a leitura, individualmente e sem ajuda de materiais de apoio. Já os critérios de exclusão são os questionários incompletos e ilegíveis.

Em pesquisas com seres humanos submetidos a estudos, critérios como respeito à sua dignidade e à proteção de seus direitos e bem-estar, devem ser preservados, isto se torna primordial também nesta pesquisa. Contudo, apesar desse projeto apresentar os devidos cuidados éticos, ainda assim, apresentam riscos, pois, os psicólogos pesquisados podem ter se sentido constrangidos com alguma das perguntas que constam no questionário. Há também, o risco de quebra de sigilo das respostas dos questionários.

Foi utilizado um questionário com sete questões, sendo estas, abertas e fechadas, adaptado de Kimura (2005). O questionário foi aplicado nas próprias instituições em que o psicólogo está inserido. Foi utilizado, também, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fornecido pela Faculdade de Saúde Ibituruna – FASI em 2014. As perguntas tiveram como objetivo principal avaliar a percepção de psicólogos em relação ao uso do medicamento aliado à psicoterapia.

Inicialmente, o projeto foi elaborado e apresentado a Banca de Qualificação do Curso de Graduação em psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI. Aprovado pela Banca, o Projeto foi, então, encaminhado ao Comitê de Ética. Após a aprovação do comitê de Ética, o primeiro contato com os psicólogos foi iniciado, através do qual foi apresentado e explicado o objetivo do projeto e do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, ressaltando sobre a importância e comprometimento com o sigilo. O termo foi assinado a partir da concordância dos psicólogos sobre a pesquisa. Por conseguinte, foi agendado o dia e o local para a aplicação do questionário, de acordo com a disponibilidade do psicólogo. Cada questionário foi aplicado, individualmente, e, após a aplicação, os dados coletados foram analisados e apresentados como resultado nesta pesquisa. Por conseguinte, foi dada uma devolutiva aos psicólogos através da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros -MG.

Esta pesquisa foi fundamentada nos princípios do Código de Ética do Conselho Regional de Psicologia de 2005 e do Conselho Nacional de Saúde de 14 de janeiro

de 1987. O primeiro desses princípios foi pautado no IV princípio do código de ética do psicólogo, que diz que “o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP], 2005). Deve-se também, pelo princípio do Conselho Nacional de Saúde que toda pesquisa científica deve assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado (BRASIL, 1987).

Todo instrumento usado nesta pesquisa obedeceu às normas do Código; pois, conforme o Art. 14, “A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado” (CFP, 2005).

Resultados e discussão

A pesquisa teve início no dia 17 de março de 2015 e foi encerrada no dia 31 de março de 2015. Os questionários foram aplicados individualmente nas próprias instituições na qual os psicólogos estão inseridos. Houve uma grande dificuldade das pesquisadoras para localizar e entrevistar os psicólogos, visto que, a maioria deles não possuía horários preestabelecidos. Foram necessárias diversas ligações para localizar os psicólogos e vários comparecimentos das pesquisadoras em um mesmo Serviço de Saúde da prefeitura.

Houve uma alteração na quantidade de psicólogos inseridos na Secretaria Municipal de Saúde, que também dificultou a localização e a aplicação dos questionários desta pesquisa, pois, a informação colhida pelas pesquisadoras no ano de 2014, na Secretaria de Saúde, é de que havia trinta e sete psicólogos atuantes na prefeitura. Contudo, a prefeitura renova os contratos anualmente e, existe então, um novo cadastro de 2015 com vinte e sete psicólogos contratados.

Além da troca dos psicólogos inseridos nos serviços do município, alguns Serviços que em 2014, tinham psicólogos contratados pela prefeitura, têm, atualmente, apenas psicólogos “Residentes”, ou seja, psicólogos que fazem parte da Residência Multiprofissional de Saúde da Família e de Saúde Mental. Estes residentes não se enquadram nos objetivos desta pesquisa, visto que, apesar de frequentarem os Serviços de Saúde, não estão cadastrados na Secretaria de Saúde da cidade de Montes Claros - MG.

Em virtude dessas situações, somente vinte e quatro psicólogos responderam os questionários. Dos três psicólogos supracitados que não responderam ao questionário, um psicólogo não foi localizado e os outros dois não se disponibilizaram a responder a pesquisa.

Os serviços no qual os psicólogos estão inseridos e que responderam ao questionário foram o Consultório na Rua, Melhor em Casa, CAPS II, CAPS AD, Centro de Reabilitação para Idosos, Centro de Referência em Doenças Infecciosas, Centros de Saúde dos Bairros São Judas,

Antônio Pimenta, Independência, Santos Reis, Planalto, Major Prates, Maracanã, Vera Cruz e Esplanada e a Coordenadora de Saúde Mental de Montes Claros - MG.

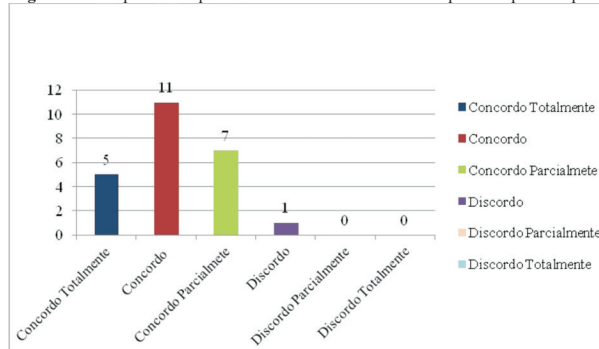
Dos vinte e quatro psicólogos que responderem os questionários, quinze são atuantes pela abordagem da Psicanálise, dois pela Teoria Cognitivo-Comportamental – TCC, um pela Teoria Multifocal de Augusto Cury, dois pela Gestalt, um pela Sistêmica, um pela Abordagem Analítica e um pela Análise do Comportamento. Foi observado então, que mesmo com avanço de outras teorias que embasam a psicologia, ainda há um número maior de psicanalistas atuantes nos Serviços de Saúde da Prefeitura de Montes Claros - MG.

A psicologia possui quatro forças: o comportamentalismo, a Psicanálise, as Teorias humanistas e/ou de autorealização, de Rogers, Maslow, Rollo May, Perls, Reich e outros; e a Teoria Transpessoal de Jung (TELES, 2003). Contudo, nesta pesquisa como se pode observar, foi encontrado um psicólogo que atende seus pacientes pela “Teoria Multifocal de Augusto Cury”. Ao pesquisar esta “Teoria” foi encontrado que se trata de uma “Teoria” nova, na autoria de Jorge Augusto Cury. Este autor denomina sua teoria como “uma teoria revolucionária sobre o funcionamento da mente, capaz de criar grande impacto na ciência, estimulando a formação do homem como pensador e engenheiro de ideias” (CURY, 1998). Contudo, baseando em Teles (2003), percebe-se que, essa Teoria não faz parte do rol de Teorias da Psicologia.

Dentre os vinte e quatro psicólogos pesquisados, dez estão inseridos nos Centros de Saúde de Montes Claros, nove nos CAPS II e AD e cinco em Outros Serviços como o Melhor em Casa, O centro de Reabilitação para Idosos, O Centro de Referência em Doenças Infecciosas, a coordenadora de Saúde Mental de Montes Claros - MG e o Consultório na Rua. Desta forma, optou-se por fazer uma divisão destes Serviços em três grupos, sendo eles, o Grupo Centros de Saúde, nomeado nesta pesquisa como grupo Centro de Saúde; o Grupo CAPS, como grupo CAPS; e o grupo dos Outros Serviços (serviço Melhor em Casa, Reabilitação de Idosos, Centro de Referência em Doenças Infecciosas, consultório de Rua e coordenadora de Saúde Mental), como Grupo Três.

As figuras abaixo representam a análise de dados dessa pesquisa.

Figura 1 - você percebe os psicofármacos como auxiliares no processo psicoterápico?

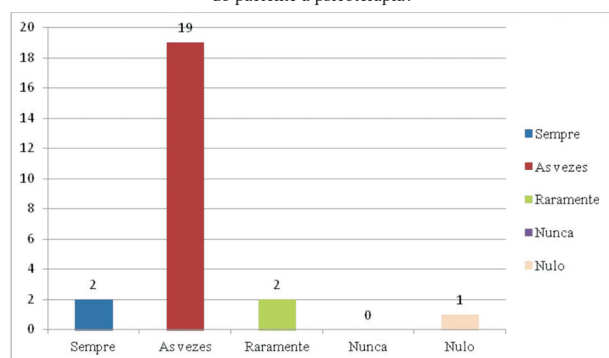


Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

Através da figura 1, é possível observar que a maioria dos psicólogos percebe os psicofármacos como auxiliares do tratamento psicoterápico. Podendo observar assim, que existe certa compreensão dos psicólogos sobre o a importância dos benefícios de um tratamento combinado entre psicofarmacologia e psicoterapia para o paciente em sofrimento psicológico.

Diante das respostas dos vinte e quatro psicólogos pesquisados, percebe-se que não há um grande impasse quanto à percepção dos psicofármacos como auxiliares no processo psicoterápico. Contudo, as respostas são variantes entre, “Concorda totalmente”, “Concordam”, “Concordam parcialmente” e “Discorda”. Percebe-se então que, estes entendem a necessidade da avaliação, caso a caso, do psicólogo para com os seus pacientes, visto que, são diferentes uns dos outros e possuem necessidades diferenciadas.

Figura 2 - Você acredita que os psicofármacos colaboram no processo de adesão do paciente à psicoterapia?



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

Os psicofármacos, na busca do alívio do sofrimento, auxiliam na capacidade da elaboração da angústia (BENIA, 2005). Além disso, os pacientes com níveis moderados de sofrimento psíquico mantêm a adesão da psicoterapia e os com níveis muito elevados de sofrimento, afetam a motivação e o envolvimento na psicoterapia (BARREIROS, 2012).

Conforme a figura 2, dezenove psicólogos acreditam que os psicofármacos colaboram “Às vezes” na adesão do paciente à psicoterapia. Dentre estes dezenove, dez estão inseridos no Grupo dos Centros de Saúde. Portanto, não houve, nesse grupo, nenhum psicólogo que acredita que os psicofármacos “Sempre”, “Raramente” ou “Nunca” colaboram no processo de adesão do paciente à psicoterapia.

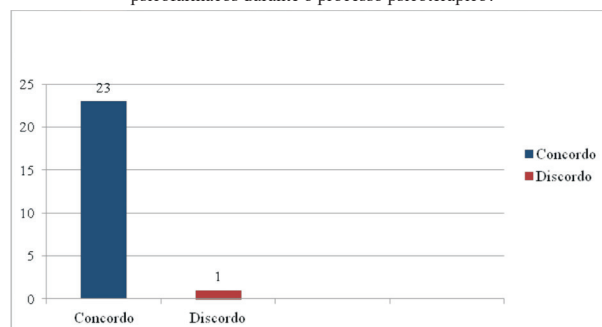
No grupo CAPS, um psicólogo acredita que “Sempre”, cinco que “Às vezes” e dois acreditam que “Raramente” os psicofármacos colaboram no processo de adesão do paciente à psicoterapia. Nenhum destes acredita que o psicofármaco “Nunca” colabora no processo de adesão. Houve nessa questão também, uma resposta “Nula”.

No Grupo Três, quatro acreditam que os psicofármacos colaboram “Às vezes” e um que “Sempre” colabora para o processo de adesão do paciente à psicoterapia. Não houve nenhuma resposta que “Raramente” ou “Nunca” neste grupo.

Desta forma, a maioria dos psicólogos “Concorda” que os psicofármacos favorecem “Às vezes” o processo de adesão do paciente à psicoterapia, pois, provavelmente, compreendem que o processo psicoterápico vai além das inferências psicofarmacológicas. O ser humano, que neste caso, se apresenta como paciente, é um ser subjetivo, sendo que, um método que é eficaz para um paciente pode não ser para outro. Por isso, da necessidade de se examinar os aspectos subjetivos do paciente, usando não só dos seus conteúdos manifestos, mas das associações transferenciais e contratransferências também (POWELL, 2001).

Esta percepção condiz com a ideia de que é necessário compreender a adesão do paciente ao tratamento como um processo. Este processo possui três componentes principais: a noção que o paciente tem de doença, a sua ideia de melhora ou de cura dessa doença e o lugar em que o médico ocupa como imaginário para este paciente (BOTEGA, 2001). Ou seja, a adesão do paciente trata-se de um processo complexo, condizente com as respostas dos pesquisados.

Figura 3 - Você concorda que alguns pacientes necessitam utilizar os psicofármacos durante o processo psicoterápico?



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

Pode-se observar que a maioria dos psicólogos percebe que, os psicofármacos aliviam diferentes tipos de sofrimentos psicológicos (GENTIL et al., 2007).

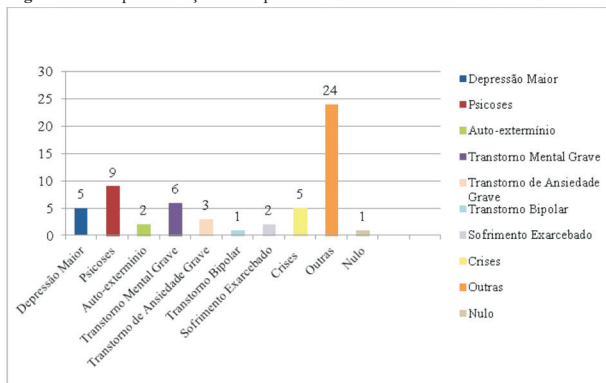
O resultado do gráfico mostrou que, os psicólogos acreditam na eficácia dos psicofármacos, em alguns casos, sendo coerente com a teoria de que, atualmente, são evidências científicas da eficácia dos psicofármacos no tratamento de transtornos mentais (BEZERRA, 2008). Além disso, a permanência dos sintomas dificulta a interação do paciente com a equipe de saúde, atrapalhando também, as abordagens terapêuticas psicossociais, podendo prejudicar assim, a sua reintegração social (CARDOSO; GALERA, 2009).

É muito importante, que seja considerado, pelo psicoterapeuta e pelo psiquiatra, o desejo do paciente em tomar, ou não, a medicação quando esta se torna necessária para ele. Por isso, a necessidade de examinar os aspectos subjetivos desse paciente sobre o seu tratamento medicamentoso (SAFFER, 2007).

Fazendo uma análise das respostas dos grupos Centros de Saúde, CAPS e o Grupo Três desta pesquisa, no Grupo Centros de Saúde e no Grupo Três, todos os psicólogos “Concordam” que alguns pacientes necessitam utilizar os psicofármacos durante o proces-

so psicoterápico. Já no Grupo CAPS, oito psicólogos “Concordam” e somente um “Discorda” dessa necessidade. Contudo, mesmo no questionário deste psicólogo, que foi o único a discordar dessa necessidade, foi observado que a sua resposta não condiz com as suas respostas das outras questões, pois, ele “Concorda Parcialmente” que os psicofármacos auxiliam no processo psicoterápico e que encaminha, às vezes, os seus pacientes aos psiquiatras. Por fim, percebe-se então que, 95,83% dos psicólogos pesquisados, “Concordam” que alguns pacientes necessitam utilizar os psicofármacos durante o processo psicoterápico. Não havendo assim, uma diferença considerável entre os Grupos.

Figura 4 – Em quais situações você percebe a necessidade do uso dos Psicofármacos?



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

A figura 4 representa a terceira questão aberta do questionário e trata de situações que os psicólogos percebem como necessárias o uso do psicofármaco. Como a questão tratava-se de uma questão aberta, cada psicólogo citou mais de uma situação em que consideravam os psicofármacos necessários.

Analisando de uma forma geral, dos 24 pesquisados, nove citaram a Psicose como a situação em que mais necessita do uso dos psicofármacos. Notam-se então, através do gráfico, em especial pelo item “Outras”, que os psicólogos ao serem perguntados sobre situações em que percebem a necessidade do uso dos psicofármacos, citaram várias doenças e transtornos. No entanto, a psicose foi a situação mais citada.

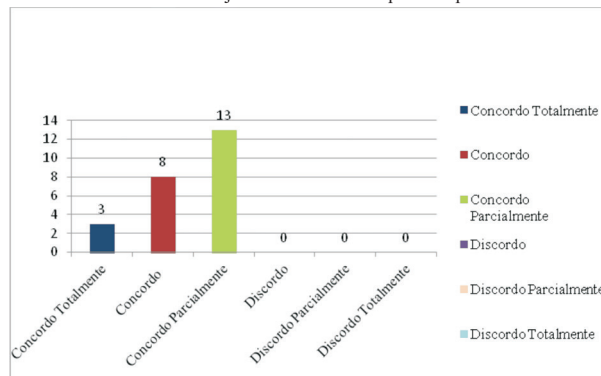
Desta forma, percebe-se a necessidade de discorrer sobre o que é psicose. A Psicose é uma desordem mental, em que o pensamento, a resposta afetiva e a capacidade em perceber a realidade podem ser comprometidos. Aliado a estes sintomas, o relacionamento interpessoal pode ser bastante afetado e prejudicado, isto pode interferir de forma substancial no convívio social. Dentre outras características da psicose, estão o prejuízo em perceber a realidade de forma adequada, presença de delírios e alucinações (SADOCK, 2000).

Duas vertentes asseguram o tratamento da psicose, são elas, a vertente farmacológica e a socioeducativa. A base do tratamento psicofarmacológico das Psicoses se resume aos psicofármacos neurolépticos

ou antipsicóticos. Vários trabalhos científicos têm demonstrado, na atualidade, a eficácia dessas drogas (TENGAN; MAIA, 2004).

As intervenções psicofarmacológicas objetivam limitar ou atuar de forma a prevenir o comprometimento mental, social ou psicológico do paciente. Essas intervenções devem ser feitas usando uma combinação de psicofármacos e intervenção psicoterápica vigorosa (CABRAL, 2005). Desta forma, é importante a ação medicamentosa aliada à psicoterapia para reduzir o impacto do adoecimento, limitando e prevenindo-o, evitando assim um comprometimento na vida do sujeito (TENGAN; MAIA, 2004).

Figura 5 - Para você, o uso do psicofármaco é um meio capaz de auxiliar no alcance de objetivos no tratamento psicoterápico?



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

Percebe-se, pela figura 5, que os pesquisados avaliam os psicofármacos como auxiliares no processo psicoterápico, no que diz respeito ao alcance de objetivos.

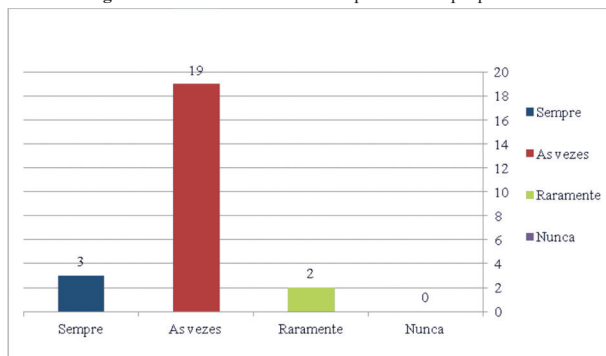
O medicamento pode ser um facilitador dos objetivos psicoterápicos, pois a medicação não afeta de forma negativa a psicoterapia, já que, o paciente não se mostra menos motivado com o uso da medicação e a psicoterapia também não interfere negativamente no uso deste (EELLIS, 1999).

Ao comparar os grupos, sendo eles o Grupo Centro de Saúde, o Grupo CAPS e Grupo Três, nota-se que, no Grupo Centro de Saúde, um psicólogo “Concorda Totalmente”, dois “Concordam”, e sete “Concordam Parcialmente” e nenhum psicólogo “Discorda” que o psicofármaco é capaz de auxiliar no alcance dos objetivos psicoterápicos. No Grupo CAPS, nenhum psicólogo “Concorda Totalmente”, quatro “Concordam”, cinco “Concordam Parcialmente” e nenhum psicólogo “Discorda” que o psicofármaco é capaz de auxiliar no alcance dos objetivos psicoterápicos. Já no Grupo Três, dois psicólogos “Concordam Totalmente”, um “Concorda”, e dois “Concordam Parcialmente” e nenhum psicólogo “Discorda” que o psicofármaco é capaz de auxiliar no alcance dos objetivos psicoterápicos.

É possível perceber nos dados coletados que nenhum psicólogo discordou que o psicofármaco é capaz de auxiliar no alcance dos objetivos psicoterápicos, ou seja, neste quesito, a percepção destes é unânime.

O fato de nenhum Concordar Totalmente sugere, provavelmente, uma visão seletiva, de acordo com a análise dos pacientes, de caso a caso, que aparentemente os psicólogos pesquisados vêm optando por fazer, conforme citado anteriormente neste trabalho, mais propriamente, no gráfico 4.

Figura 6 - Você encaminha os seus pacientes ao psiquiatra?



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros – MG.

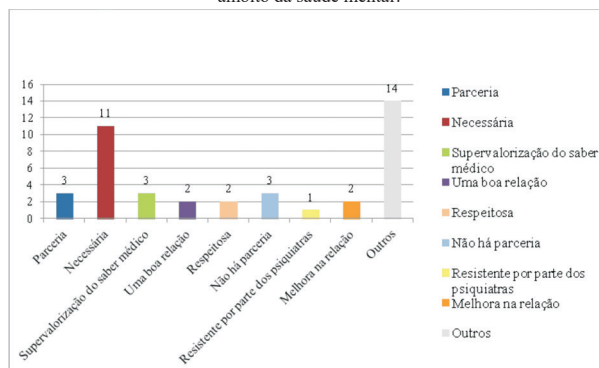
Foi possível observar que, os psicólogos encaminham, mesmo que “Às vezes”, seus pacientes aos psiquiatras, compreendendo que os encaminhamentos variam de acordo com os casos. É importante observar também que, a compreensão sobre a importância de um trabalho multidisciplinar está sendo ampliada. Se antes, os médicos e psicólogos eram contrários aos tratamentos feitos em conjunto, nos dias atuais, o trabalho destes profissionais vem sendo requisitado, reciprocamente (KIMURA, 2005).

Apesar das disciplinas apresentarem olhares diferentes sobre o paciente, elas se completam. Desta forma, este, não pode ser visto apenas através dos ângulos biólogos ou psicólogos, mas em um contexto biopsicossocial. Portanto, o ideal é que seja feito um trabalho em conjunto (OCCHINI; TEIXEIRA, 2006).

Quando o encaminhamento é necessário, independente da fase da psicoterapia em que se percebe essa importância, é preciso que o terapeuta explique para o seu paciente o motivo desse encaminhamento para que este tenha tempo de considerar essa questão e de dar as suas repostas referentes a ela (SAFFER, 2007).

No grupo CAPS, dois “Sempre” encaminham e sete encaminham “Às vezes”. Nenhum encaminha “Raramente” ou “Nunca”. Já no Grupo Três, quatro encaminham “Às vezes” e um “Sempre” encaminha os seus pacientes aos psiquiatras. Nenhum encaminha “Sempre”, “Raramente” ou “Nunca”. Portanto, os grupos demonstraram não ter uma diferença considerável neste quesito, sendo que, os três grupos demonstraram mais que encaminham, “Às vezes”. Contudo, o Grupo Centros de Saúde, foi o único a apresentar a resposta “Raramente”. Mostrando assim, uma pequena resistência. Essa dificuldade, mesmo que pequena, dos psicólogos em encaminhar seus pacientes aos psiquiatras pode ser explicada pelo fato dessas profissões serem vistas tradicionalmente como competitivas ao invés de colaboradoras (GABBARD, 1994).

Figura 7 – Como você percebe a relação entre psicólogos e psiquiatras, no âmbito da saúde mental?



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados de 2015, coletados através de questionários aplicados em psicólogos da Secretária Municipal de Saúde de Montes Claros - MG.

A figura 7 representa a questão seis do questionário desta pesquisa, sendo esta, uma questão aberta. Sendo assim, os psicólogos citaram quatorze percepções dessa relação, como: “Conflitante”; “Com pouca Interação”; “Difícil, mas com tendência a mudanças”; com “Pouca Abertura”, com “Boa Compreensão mútua entre papéis”; com “Submissão dos psicólogos”; “Interdisciplinar”; de “Interação”; entre outras. Por se tratar de uma questão aberta, alguns psicólogos citaram mais de uma percepção sobre a relação entre psicólogos e psiquiatras.

Percebe-se por meio deste gráfico que, as respostas que os psicólogos mais citaram referente à compreensão da relação com os psiquiatras, foram que esta relação é “Necessária” e de “Parceria”. Essa compreensão é importante, pois a participação e o envolvimento de todos os profissionais na assistência à saúde favorece melhor disponibilidade destes para com os seus pacientes. Além disso, o atendimento à saúde necessita de uma resolutividade, uma vez que, é essencial uma solução dos problemas de saúde para a humanização da assistência (HOGA, 2004).

Houve também, alguns psicólogos que colocaram que existem dificuldades na relação com os psiquiatras, alegaram que esta se trata de uma relação “Conflituosa”, que “Não há Parceria”, “Com pouca Interação” e que, nessa relação “há uma Supervalorização do saber médico”. Contudo, eles citam também que existe uma Submissão do psicólogo nessa relação com o psiquiatra. Essas questões surgem então, com uma competição entre estes profissionais ao considerarem que os seus saberes são superiores aos demais, caracterizando assim, uma resistência ao progresso terapêutico (SAFFER, 2007).

Um dos principais fatores que dificultam também a prática da interdisciplinaridade é a preferência, das equipes de profissionais, pelo trabalho individual em relação ao coletivo (NECKEL, 2009). É necessária que a prática entre psiquiatra e psicólogo seja estrutural e que permita uma reciprocidade, um enriquecimento mútuo e uma relação horizontal, sem hierarquias de poderes, entre essas duas profissões (VASCONCELOS, 2002).

Para que não exista uma relação competitiva de saberes ou uma submissão por parte dos psicólogos, é importante que os psicólogos demonstrem o seu conhecimento e que possuem um conhecimento básico sobre psicofar-

macologia e sobre a psicopatologia; Para os psiquiatras, é importante que compreendam sobre o processo psicodinâmico (SAFFER, 2007).

No Grupo Centros de Saúde, os psicólogos disseram que compreendem a relação entre psicólogos e psiquiatras como uma relação “Necessária”, “Boa”, e de “Compreensão Mútua dos papéis”. Contudo, eles citaram muitas Dificuldades nessa relação, colocando que, se trata de uma relação “Complicada”, “Com pouca abertura”, “Conflitante”, “Difícil” (mas que tende a mudanças) e que existem também: uma “resistência por parte dos psiquiatras”, uma “necessidade de interação” e uma “supervalorização do saber médico”.

Os psicólogos do Grupo CAPS, citaram também algumas dificuldades nessa relação com os psiquiatras. Citaram assim, que esta relação “possui falhas na rede”; que “precisa de parceria”; e que uma “relação desigual”, que existe uma “supervalorização do saber médico”; e que essa relação é “às vezes de parceria” e “às vezes conflituosa”. No entanto, esse grupo citou mais aspectos positivos do que negativos nessa relação, sendo esta, “Tranquila”, “Respeitosa”, de “Parceria”, “Necessária”, de “Interação” e que é uma relação que vem “Melhorando devido à importância do psicólogo no tratamento do paciente”.

Já no grupo Três, os psicólogos colocaram que percebem que existe uma “Boa relação”, que está “Melhorando”; que é uma relação “Necessária”, principalmente quando há respeito do saber do outro; de “Parceria”; “Complementar”; e “Interdisciplinar”. Sobre as dificuldades percebidas por estes psicólogos, foram citadas que é uma relação de “Submissão dos psicólogos à prática médica” e que há uma “Supervalorização do saber médico”.

Grande parte da dificuldade enfrentada pelos psicólogos na relação com os psiquiatras deve-se a questão de que nem todos os Serviços de Saúde possuem uma equipe integrada, ficando estas à mercê do olhar do gestor local. Portanto, esta ausência do psiquiatra acaba atrapalhando, a relação e a comunicação entre os psicólogos e psiquiatras, tornando-a dispendiosa e difícil, visto que, ainda que, o psicólogo perceba a necessidade de comunicação com o psiquiatra, é ele quem deve encontrar uma forma de ir até ele.

De acordo com as respostas dos psicólogos, a dificuldade nessa relação com os psiquiatras é percebida por eles, como um distanciamento e uma supervalorização do saber médico, ou seja, os psicólogos percebem que, em grande parte, a responsabilidade desse distanciamento é dos psiquiatras. Contudo, surge um questionamento de que, se essa aproximação deve ser feita apenas pelo psiquiatra ou por ambos os profissionais. Além disso, para que o psicólogo seja reconhecido nessa relação profissional, é necessário que este, faça reconhecer o seu saber, demonstrando sua importância no tratamento psicoterápico. Esta questão é explicada pelo fato de que, a primeira condição para um trabalho disciplinar do psicólogo, é a clareza quanto as suas atribuições e quanto às expectativas da sua especificidade (ROMANO, 1999).

Questão 7

A análise abaixo diz respeito à questão 7, nela os psicólogos pesquisados poderiam colocar algo a mais a respeito do tema e/ou da pesquisa, ou seja, o que gostariam de acrescentar. Tratou-se neste caso, de uma questão aberta.

Grupo Centro de Saúde

Neste grupo, um psicólogo colocou que é necessário que seja implantado o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF e que haja disposição dos psicólogos atuantes em seguir as diretrizes do programa e, um psicólogo pesquisado colocou que é necessário que haja interlocução de profissionais na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS.

Grupo CAPS

No Grupo CAPS, em relação à questão dois do questionário, um psicólogo justificou dizendo que respondeu “Raramente” porque o psicofármaco pode significar um empecilho no tratamento psicológico. Outro psicólogo citou também que, há uma deficiência significativa dos psicólogos a respeito do conhecimento da psicofarmacologia e psicopatologia. Portanto, é necessária maior atenção das Instituições de Ensino e dos Serviços Públicos a este respeito.

Grupo Três

Do grupo Três, dois psicólogos se manifestaram. Um salientou que, os psicólogos de Rua possuem uma escuta diferenciada por atender nas ruas. Que é necessário assim, dispor de todo e qualquer preconceito. Outro citou a importância da pesquisa devido ao aumento dos diagnósticos psicológicos, pois, há necessidade de cautela no que se diz respeito aos psicofármacos, visto que, o sujeito está além dos sintomas.

Foi percebido, através das respostas dos psicólogos através dos questionários que, eles dizem de uma necessidade de reciclagem (treinamento e capacitação), e que, para eles, esta deve ser oferecida pelos Serviços da secretaria Municipal de Saúde, com estudos sobre a psicopatologia, psicofarmacologia e sobre o trabalho multidisciplinar, justificando assim, existir uma carência desses saberes por parte dos psicólogos. Essa necessidade é explicada pelo fato de que a formação dos psicólogos ainda possui uma proposta tradicional, com uma formação clássica, que os deixa assim, sem ferramentas teóricas para o trabalho nos Serviço do Sistema Único de Saúde – SUS (PAULIN; LUZIO, 2009). Sendo assim, é importante ressaltar que, de acordo com o parágrafo vinte e sete da lei 8.080 de 1990, estes servidores possuem o direito a formação em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal.

Diante da percepção dos psicólogos pesquisados sobre o distanciamento dos psiquiatras, nota-se uma necessidade de se pesquisar também sobre a percepção dos psiquiatras acerca da relação destes com os psicólogos e sobre os impasses que atrapalham essa relação.

Percebe-se então que, a maioria dos psicólogos pesquisados encaminha seus pacientes aos psiquiatras, bem como, acreditam na necessidade da utilização dos psicofármacos, mesmo que “Às vezes”, ou seja, quando necessário, podendo demonstrar assim, uma forma de atuação ética e profissional, da parte destes psicólogos, visto que compreendem a importância dos psicofármacos.

Através desta pesquisa, foi percebida uma necessidade do Conselho Regional de Psicologia em conhecer o trabalho desenvolvido por estes profissionais psicólogos na cidade de Montes Claros - MG, visto que, foi notada a existência de alguns Psicólogos que atuam de forma contrária às normas do Código de ética do psicólogo, utilizam inclusive, de Teorias não reconhecidas pela Ciência Psicológica, no atendimento de seus pacientes.

Conclusão

Através dos dados e da articulação teórica, foi possível compreender que a maioria dos psicólogos percebem os psicofármacos como auxiliares no processo psicoterápico e que concordam que alguns pacientes necessitam utilizar os psicofármacos durante este processo. Contudo, foi observado que muitos dos psicólogos pesquisados, ainda possuem dificuldades quanto à relação com os psiquiatras, havendo assim, certo distanciamento entre eles.

Por fim, acredita-se que este trabalho alcançou seu objetivo, visto que, possibilitou compreender como se encontra, atualmente, o cenário do atendimento psicológico na rede da Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros - MG. Tornou possível também uma reflexão a respeito do tema, pois, ao conhecer a percepção dos psicólogos sobre os psicofármacos aliados à psicoterapia e sobre a relação psicólogo/psiquiatra, novas formas de pensar e agir do psicólogo, em seu contexto de trabalho, foram possibilitadas. Além disso, foram percebidas pelas pesquisadoras, ao longo da confecção deste trabalho, dificuldades em encontrar estudos científicos sobre o tema. Desta forma, esta pesquisa contribui à ciência psicológica e ao trabalho do psicólogo.

Referências

- AROUCA, S. Reforma sanitária. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>. Acesso em: 30 out. 2014.
- BARREIROS, J. A. B. A. *Explicitação dos processos de mudança em psicoterapia de orientação psicodinâmica em pacientes com dor crônica*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Instituto Universitário, Lisboa, Portugal, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/2566>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- BENIA, L. R. *Desemprego: luto ou melancolia*. 2000. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2000.
- BEZERRA, M. L. M. *Psicofarmacologia e psicoterapia: mitos, benefícios e interferências*. In: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO, CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, 13., 8., 2., 2008. *Anais...* Curitiba: Centro Reichiano, 2008. CD-ROM.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BOTEGA, N. J. *Prática psiquiátrica no hospital geral*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96 de 14 de janeiro de 1987. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- CABRAL, A. C. C.; FABRI, R. F. Conhecimento sobre a doença e expectativas do tratamento em familiares de pacientes no primeiro episódio psicótico: um estudo transversal. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 1, p. 32-38, jan./abr. 2005. [CrossRef](#)
- CANGUILLHEM, G. *O Normal e o patológico*. Tradução de Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CARDOSO, L; GALERA, S. A. F. Doentes mentais e o seu perfil de adesão ao tratamento psicofarmacológico. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 161-167, mar. 2009. [CrossRef](#)
- CARVALHO, S. R. et al. Medicalização: uma crítica (im) pertinente? *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1251-1269, out./dez. 2015. [CrossRef](#)
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n. 010/05, de 12 de maio de 2005. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a Luta pela Reforma Sanitária: Contribuição à História do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 343-362, jul. 2004. [CrossRef](#)
- CURY, J. A. *Inteligência multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação dos pensadores*. São Paulo: Pensamento/Cutrix, 1998.
- EELLS, T. D. Psychotherapy versus medication for unipolar depression. *Journal of Psychotherapy Practice and Research*, v. 8, n. 2, p. 170-173, 1999.
- FRANCO, L. T. *A impressão de psicoterapeutas em treinamento sobre a importância de psicotrópicos para o tratamento de sofrimentos psíquicos*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)—Universalidade Católica de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uceb.br/jspui/bitstream/10869/5681/5/La%C3%ADs%20Tartuce%20Franco.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.
- FREY, B. N.; MABILDE, L. C.; EIZIRIK, C. L. A integração da psicofarmacoterapia e psicoterapia de orientação analítica: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 118-123, 2004. [CrossRef](#)
- GABBARD, G. O. *Psiquiatria psicodinâmica: baseado no DSM-IV*. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas Sul, 1994.
- GENTIL, V. et al. Clomipramine-induced mood and perceived performance changes in selected healthy individuals. *Journal of Clinical Psychopharmacology*, v. 27, n. 3, p. 314-315, jun. 2007. [CrossRef](#)

HOGA, L. A. K. A dimensão subjetiva do profissional na humanização da assistência à saúde: uma reflexão. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-20, mar. 2004. [CrossRef](#).

KIMURA, A. M. *Psicofármacos e psicoterapia: a visão de psicólogos sobre medicação no tratamento*. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)—Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/220.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

MACHADO, J. S. A. *Gênero sem razão: mulheres e loucura no sertão norte mineiro*. 2009. Dissertação (Mestrado)—Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp115728.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

MENDONÇA, A. M. G. Reforma psiquiátrica em Montes Claros: Perspectiva Histórica. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)—Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp115727.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

NECKEL, G. L. et al. Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14 (supl 1), p. 1463-1472, set./out. 2009. [CrossRef](#)

OCCHINI, M.; TEIXEIRA, M. Atendimento a pacientes dependentes de drogas: atuação conjunta do psicólogo e do psiquiatra. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 11, n. 2, p. 229-236, maio/ago. 2006. [CrossRef](#).

PAULIN, T.; LUZIO, C. A. A Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional. *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, v. 8, n. 2, p. 98-109, 2009. Disponível em: http://observatoriodasauderj.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A_Psicologia_na_Saude_Publica_desafios_p.pdf. Acesso em: 23 jun. 2015.

POWELL, A. D. The medication life. *The Journal of Psychotherapy Practice and Research*, v. 10, n. 4, p. 217-222, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3330671/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

RIBEIRO, J. P. Processo de mudanças em psicoterapia: reflexões sobre uma teoria da psicoterapia. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 99-107, abr./jun. 1984. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/viewFile/18987/17727>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ROMANO, B. W. *Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. SAFFER, P. L. O desafio da integração psicoterapia-psicofarmacoterapia: aspectos psicodinâmicos. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 223-232, ago. 2007. [CrossRef](#)

SADOCK, B. J. Signs and Symptoms in Psychiatry. In: SADOCK, B. J.; SADOCK V. A. (Ed). *Comprehensive textbook of psychiatry*. 7th ed. Baltimore: Lippincott Williams & Wilkins, 2000. p. 677-89.

TELES, M. L. S. *O que é Psicologia?* São Paulo, 2003.

TENGAN, S. K.; MAIA, A. K. Psicoses funcionais na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, supl. p. 3-10, abr. 2004. [CrossRef](#).

VASCONCELOS, E. M. (Org.). *Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002.

Recebido em: 12 de novembro de 2015

Aceito em: 16 de janeiro de 2018